

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

GERALDO JOSÉ DA SILVA

**O DISCURSO DE OUTREM COMO MARCA DE PARCIALIDADE NO
TEXTO JORNALÍSTICO INFORMATIVO: uma abordagem enunciativa**

Porto Alegre
2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

GERALDO JOSÉ DA SILVA

**O DISCURSO DE OUTREM COMO MARCA DE PARCIALIDADE NO
TEXTO JORNALÍSTICO INFORMATIVO: uma abordagem enunciativa**

Tese de Doutorado em Estudos da Linguagem – Teorias do Texto e do Discurso, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores

Porto Alegre
2014

CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Geraldo José da Silva

O discurso de outrem como marca de parcialidade no texto jornalístico informativo: uma abordagem enunciativa / Geraldo José da Silva Silva. -- 2014.

301 f.

Orientador: Valdir do Nascimento Flores Flores.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores pela profícua orientação.

À Banca examinadora pela leitura contributiva de nosso trabalho.

À CAPES pelo apoio financeiro à capacitação docente nacional.

Aos docentes e discentes do DINTER-UFRGS/UEMS.

Às coordenadoras do Programa DINTER-UFRGS/UEMS, Profas. Doutoras Lúcia Sá Rebelo (UFRGS) e Maria José de Toledo Gomes (UEMS) pela condução e apoio profissional.

À minha família pelo apoio e compreensão na minha ausência.

Aos meus pais, José Manoel da Silva e Maria da Conceição Silva, *in memoriam*, pelo exemplo de vida e de luta por um ideal.

A Deus, Doutor dos doutores, pelo dom da vida, pela luz e força na caminhada.

A Maria Odete pelo apoio e cuidados de uma mãe.

A Maria de Lourdes pela força e incentivo nos momentos mais exigentes que a vida nos apresentou.

A Maria José e Maria Helena, *in memoriam*, pela alegria e segurança que transmitiram em vida.

Aos todos os meus irmãos pela torcida e apoio.

A todos os meus sobrinhos pela unidade e espírito de família.

RESUMO

Esta pesquisa procede a uma investigação linguístico-enunciativa sobre o uso do discurso de outrem como marca enunciativa de parcialidade em notas, notícias e reportagens sobre a implantação do sistema de cotas nas universidades públicas brasileiras. O *corpus* de partida é composto de 212 textos de cunho informativo, veiculados no jornal *Folha de S.Paulo Online*, no período compreendido entre janeiro de 2001 e setembro de 2005. A análise é balizada na perspectiva teórica enunciativa bakhtiniana, principalmente, no que respeita ao dialogismo e à interação verbal. A hipótese geral é a de que o discurso de outrem tem funcionamento específico na enunciação jornalística, podendo deixar marcas aparentes de parcialidade do locutor. O objetivo principal é mostrar como essa parcialidade é marcada nos textos por meio do uso do discurso citado, diluído em discurso direto e indireto. O percurso metodológico considera uma taxionomia dos textos por abordagem, enfatizando a prevalência dos posicionamentos sobre as cotas nas universidades públicas brasileiras, agrupando-os em três blocos: primeiro, ponto de vista contrário; segundo, ponto de vista favorável e, por fim, pontos de vista favoráveis e contrários às cotas, concomitantemente, no mesmo texto. A análise é feita em dois momentos: o primeiro, em que cada bloco é analisado quanto aos aspectos gerais; o segundo, em que é analisado um texto específico, cujo papel é o de ser representação do bloco ao qual pertence. Para a análise, são levados em conta critérios avaliativos como o uso do discurso citado nos títulos e na estrutura proposicional dos textos, o uso dos verbos *dicendi* e o uso de aspas. A escolha desse tipo de textos se deu devido ao fato de o discurso citado ser dele um elemento estruturante a partir do que a presença de posições distintas sobre as cotas são manifestadas linguístico-enunciativamente. Os resultados comprovam que o uso do discurso citado/de outrem marca a parcialidade do locutor na arquitetura global do texto informativo. Na elaboração da notícia, o locutor lança mão desse recurso linguístico-discursivo com o propósito de imprimir veracidade ao que é informado e, ao mesmo tempo, de se distanciar do dito alheio. No entanto, essa manipulação dos pontos de vista de outrem não garante a imparcialidade pretendida. Uma das formas de demarcar a parcialidade é justamente o uso das vozes citantes e citadas contingentes no discurso jornalístico.

Palavras-chave: Texto informativo. Discurso de outrem. Enunciação. Bakhtin. Parcialidade.

ABSTRACT

This research is an linguistic-enunciative investigation on the use of discourse of other as enunciative mark of partiality in notes, news and reports about the implantation of system of quotas in Brazilian Public Universities. The pointing *corpus* is comprised of 212 informative texts, exhibited by Folha de S. Paulo *Online*, in the period between January of 2001 and September of 2005. The analysis is based on the bakhtinian enunciative theory perspective, mainly, in respect of the dialogism and the verbal interaction. The general hypothesis is that the discourse of other has a specific operation in the journalistic enunciation, and can let aparent marks of partiality from the locutor. The main objective is to show how this partiality is marked in the texts through the use of reported discourse, diluted in the direct and indirect speech. The methodological path considers a taxonomy of texts by approach, emphasizing the prevalence of positions about the quotas in Brazilian Public Universities, grouping them in three blocks: the first one, opposite point of views, the second one, favourable point of views and, finally, favourable and opposite point of views to quotas both at the same text. The analysis is made in two moments: the first one, in which each block is analysed in relation to general aspects; the second one, in which each specific text is analysed whose role is to be the block's representation that it becomes. For the analysis, evaluative criteria are taken into consideration like the use of reported discourse in the titles, in the propositional structure of the texts, the use of *dicendi* verbs and the use of quotation marks. The choice of this type texts occurred due to the fact that the reported discourse be him a structuring element from than the presence of different positions about quotas are expressed linguistic-enunciatively. Results show that the use of reported discourse/other marks the partiality of the locutor in the global architectural of the informative text. In the elaboration of the news, the locutor uses this linguistic-discursive resource whose aim is to print veracity to the information and, at the same time, to distance the discourse of other. However, this manipulation of other point of views does not guarantee the intended impartiality. One of the ways of demarcating the partiality is just the use of reporting and reported voices contingent in the journalistic discourse.

Keywords: Informative text. Discourse of other. Enunciation. Bakhtin. Partiality.

LISTAS DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- Projeção de notas, notícias e reportagens sobre cotas na <i>Folha de S. Paulo On-line</i> de janeiro/2001 a setembro/2005.....	66
GRÁFICO 2 – Posicionamento sobre cotas na <i>Folha de S.Paulo On-line</i> de janeiro/2001 a setembro/2005.....	66
GRÁFICO 3 – Abordagem com ênfase no posicionamento contrário às cotas na <i>Folha de S.Paulo On-line</i> de janeiro/2001 a setembro/2005.....	70
GRÁFICO 4 - Abordagem com ênfase no posicionamento favorável às cotas na <i>Folha de S.Paulo On-line</i> de janeiro/2001 a setembro/2005.....	75
GRÁFICO 5 - Abordagem com ênfase nos posicionamentos favoráveis e contrários às cotas, concomitantemente, nos textos na <i>Folha de S.Paulo On-line</i> de janeiro/2001 a setembro/2005.....	81

LISTAS DE SIGLAS

ALERJ- Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro
AM- Amazonas
DNA - Ácido desoxirribonucleico
ECV – Estética da criação verbal
EDUCAFRO- Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes
EUA- Estados Unidos da América
FHC- Fernando Henrique Cardoso
FUVEST- Fundação Universitária para o Vestibular
IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES- Instituições de Ensino Superior
MEC- Ministério de Educação e Cultural
MFL- Marxismo e filosofia da linguagem
MRFSP- Manual de redação da Folha de S.Paulo
MSU- Movimento Social Urbano
ONGS- Organizações não-governamentais
ONU- Organização das Nações Unidas
PPD – Problemas da poética de Dostoiévski
PR- Paraná
PROUNI – Programa Universidade para Todos
PT- Partido dos Trabalhadores
PUC- Pontifícia Universidade Católica
RJ- Rio de Janeiro
RS- Rio Grande do Sul
SARESP - Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
SP- São Paulo
STF – Supremo tribunal federal
UEA – Universidade do Estado do Amazonas
UEL - Universidade Estadual de Londrina
Uemg - Universidade do Estado de Minas Gerais
UEMS- Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UENF- Universidade Estadual do Norte Fluminense
UERJ- Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
UFBA- Universidade Federal da Bahia
UFMT- Universidade Federal de Mato Grosso
UFPR- Universidade Federal do Paraná
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRP – Universidade Federal de Rio Preto
UNB- Universidade de Brasília
UNE- União Nacional dos Estudantes
UNEB- Universidade Estadual da Bahia
UNESP- Universidade do Estado de São Paulo
UNICAMP- Universidade Estadual de Campinas
UNIFESP- Universidade Federal de São Paulo
Univasf) – Universidade Federal do Vale do São Francisco
USP – Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I – NOÇÕES ASSOCIADAS AO DISCURSO CITADO EM BAKHTIN E EM SEUS INTÉRPRETES	17
1.1 Noções associadas ao discurso citado na perspectiva bakhtiniana: uma apresentação.....	18
1.1.1 Noções associadas ao discurso citado no contexto da filosofia marxista...	19
1.1.2 Noções associadas ao discurso citado no contexto da criação verbal.....	25
1.1.3 Noções associadas ao discurso citado no contexto da literatura.....	30
1.2 Noções associadas ao discurso citado pelo viés dos intérpretes de Bakhtin.....	39
CAPÍTULO II – O DISCURSO CITADO EM BAKHTIN E EM SEUS INTÉRPRETES	51
2.1 O discurso citado / de outrem em Bakhtin.....	51
2.1.1 O discurso citado/de outrem no contexto da filosofia marxista.....	51
2.1.2 O discurso citado/de outrem no contexto da criação verbal.....	55
2.1.3 O discurso citado/de outrem no contexto da literatura.....	56
2.2 O discurso citado / de outrem sob a perspectiva dos intérpretes de Bakhtin.....	57
CAPÍTULO III – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	64
3.1 Metodologia de coleta do <i>corpus</i>	64
3.2 Metodologia de composição do <i>corpus</i>	65
3.3 Metodologia de análise de dados.....	67
3.4 Apresentação dos dados.....	68
3.4.1 Bloco 1 – Textos com posicionamento contrário às cotas nas universidades públicas brasileiras (2001 a 2005).....	68
3.4.1.1 Texto eleito para representar o bloco 1 na análise.....	70
3.4.1.2 Nominata dos textos componentes do bloco 1.....	72
3.4.2 Bloco 2 –Textos com posicionamento favorável às cotas nas universidades públicas brasileiras (2001 a 2005).....	73
3.4.2.1 Texto eleito para representar o bloco 2 na análise.....	75
3.4.2.2 Nominata dos textos componentes do bloco 2.....	76
3.4.3 Bloco 3 –Textos com pontos de vista favoráveis e contrários às cotas nas universidades públicas brasileiras (2001 a 2005).....	79
3.4.3.1 Texto eleito para representar o bloco 3 na análise.....	82
3.4.3.2 Nominata dos textos componentes do bloco 3.....	83

CAPÍTULO IV – ANÁLISE DOS DADOS.....	85
4.1 Análise global do bloco 1: textos com posicionamentos contrários às cotas nas universidades públicas brasileiras.....	86
4.1.1 Breve apresentação do texto representativo do bloco 1: textos com posicionamentos contrários às cotas nas universidades públicas brasileiras.....	96
4.1.1.1 Análise específica do texto representativo do bloco 1.....	97
4.2 Análise global do bloco 2: textos com posicionamentos favoráveis às cotas nas universidades públicas brasileiras.....	105
4.2.1 Análise específica de 1 texto representativo do bloco 2: textos com posicionamentos favoráveis às cotas nas universidades públicas brasileiras.....	110
4.3 Análise global do bloco 3: textos que apresentam, concomitantemente, pontos de vista favoráveis e contrários às cotas nas universidades públicas brasileiras...	114
4.3.1 Texto representativo do bloco 3, pontos de vista favoráveis e contrários, concomitantemente, registrados.....	118
4.3.2 Análise específica de 1 texto representativo do bloco 3.....	119
CAPÍTULO V - IMPLICAÇÕES DA NOVA PERSPECTIVA DE ANÁLISE DO TEXTO JORNALÍSTICO INFORMATIVO NA MÍDIA ONLINE.....	127
5.1 (Re) situando o leitor.....	127
5.2 Revisitando aspectos conceituais.....	130
5.3 Refletindo a proposta.....	133
5.4 Revendo os resultados.....	134
5.5 À guisa de conclusão deste capítulo.....	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
REFERÊNCIAS.....	140
ANEXO.....	142

INTRODUÇÃO

A linguagem humana é o principal meio de interação entre os sujeitos socialmente organizados. Nas relações sociais com seus semelhantes, o homem acumula experiências e visões de mundo que o guiam/regem em sua trajetória histórico-político-cultural. Portanto, a interação é uma das condutas inerentes ao homem na sociedade em que está inserido. Na necessidade de informar e ser informado, entre tantas fontes do saber, entra em cena a linguagem jornalística que não deixa de exercer também função política. Nesse aspecto, o torneio opinativo centrado no texto jornalístico é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes. A arma dessa batalha é a palavra, seja escrita ou falada. Essa arma bem manuseada tem força de influenciar a opinião pública. Isso sugere que o jornal deve se colocar numa posição neutra e publicar o que ocorre, deixando ao leitor a tarefa de tirar suas próprias conclusões.

Seguindo as orientações editoriais, o jornal faculta-se otimizar recursos linguísticos na elaboração de suas matérias. No discurso citado/de outrem, vozes sociais¹ se manifestam e, assim, o locutor/repórter manipula a voz citante e a voz citada para que se distancie ou se aproxime do dito por outrem no discurso jornalístico. Logo, recursos como verbos indicadores de elocução como *afirmar* e *dizer* e uso de aspas são utilizados como possíveis marcas de objetividade e/ou imparcialidade, pois, garantem ao jornalista a ideia de que “não sou eu quem diz, mas sim o outro”.

O discurso jornalístico é produzido com base no concurso e no efeito daquilo que lhe ofertam outros códigos, isto é, outras vozes de outros campos culturais. Cada vez mais o discurso jornalístico se insinua como uma espécie de saber explicativo dos processos sociais. Dessa forma, o processo de elaboração do texto jornalístico é regulamentado através de procedimentos mais generalizados e que se encontram estabelecidos em aspectos que envolvem a língua, as matrizes culturais, as regras sociais, a ética e as ideologias.

É sabido que na narrativa jornalística deve predominar a referencialidade com o intuito de mostrar a veracidade dos fatos. O pressuposto dessa veracidade institui um contrato de autenticidade entre jornalista e os seus receptores. No jornalismo, a linguagem não é

¹ Utilizamos a expressão vozes sociais para destacar que o locutor utiliza o discurso alheio na elaboração da notícia como forma de álibi/avalização para corroborar o crédito da informação transmitida/passada. Essa estratégia é recursiva para o locutor, principalmente por abordar temas polêmicos. Entretanto, não se trata de tê-la como polifonia, como é o caso da palavra ‘vozes’ usada por Bakhtin na obra *Problemas da Poética de Dostoiévski*.

apenas um campo de ação, mas a dimensão constitutiva. É a condição pela qual o sujeito constrói um real, um real mediatizado.

No que respeita à manifestação discursiva, cada ideologia apresenta sua visão de mundo e um discurso próprio. A ideologia não nasce do nada, ela é constituída pela realidade e constituinte da realidade. Nesta realidade, a palavra perpassa todas as relações entre os indivíduos e, assim, traz consigo o papel de expressar juízo de valor desses atores sociais acerca de seu cotidiano. Sobre isso, Bakhtin/Volochínov ([1929]2004, p. 41) asseveram que “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios”. Nesta esteira de entendimento, Fiorin (1997, p. 33) também argumenta que “as visões de mundo não se desvinculam da linguagem, porque a ideologia vista como algo imanente à realidade é indissociável da linguagem”.

Numa sociedade, os pontos de vista sobre determinadas questões levam em conta interesses de grupos sociais distintos. Portanto, há temas que provocam antagonismos pelo seu teor e que dividem opiniões, como o que trazemos à tona: a questão das cotas nas universidades públicas brasileiras. No que concerne à polêmica sobre o referido tema, os indivíduos e representações sociais, governamentais e não-governamentais defendem um ou outro posicionamento, ora a favor ora contrário ao sistema de cotas, pivô de grandes debates na vida nacional. Essa arena de conflitos é lastro de manifestações ideológico-discursivas criadas no seio da sociedade.

Como se vê, o texto pode ser o lugar em que a arena de conflitos pode se instalar, justamente pela presença de diversas vozes que o constitui como palco de significações. Ao considerar o texto como ‘palco de significações’, é oportuno ressaltar as possibilidades de manifestação de pontos de vista convergentes e divergentes acerca de uma dada questão temática, como é o caso dos textos de nosso *corpus*. Isto posto, a polêmica textual/discursiva se mostra na materialidade linguística, ou seja, o texto serve como base para veiculação da polemicidade gerada num determinado espaço e tempo social.

Diante disso, ao considerar que o jornalismo fala ao mundo, do mundo e no mundo, que o falar jornalístico é alicerçado pela linguagem e seus recursos linguísticos, resolvemos estudar o discurso citado em textos informativos como marca enunciativa de parcialidade. Para tanto, elegemos a teoria da enunciação sob a perspectiva de Bakhtin/Volochínov, tendo como recorte temático a dialogia e a interação apresentadas, principalmente, na obra

Marxismo e filosofia da linguagem(MFL).² Além de MFL, recorremos também às obras *Problemas da poética de Dostoiévski* (PPD)³ e *Estética da criação verbal* (ECV), cuja autoria é tida como sendo somente de Bakhtin, reportando-nos às noções associadas ao discurso citado também nessas obras. Somamos ainda a contribuição de autores intérpretes do teórico russo de âmbito nacional e internacional como Brait (2006, 2009), Faraco (2009), Fiorin (2008), Clark; Holquist (2008), Ponzio (2009) e outros para subsidiar a análise pretendida.

A ideia de analisar textos jornalísticos de cunho informativo como notas, notícias e reportagens, que tratam sobre a implantação do sistema de cotas no ensino público superior brasileiro, merece pauta nesta pesquisa pelo fato da forte influência que a mídia exerce sobre a opinião pública, principalmente quando se trata de um tema polêmico como esse. Neles, o locutor/repórter interpreta as vozes sociais e registra os pontos de vista em textos que objetivam atingir o maior número possível de leitores. Diante disso, lança mão de recurso linguístico para a construção da informação, como é o caso do discurso citado/de outrem, diluído em discurso direto e discurso indireto. Logo, diferentes opiniões podem ser manifestadas na construção linguístico-enunciativa de textos dessa modalidade. A escolha do *corpus*, constituído de textos veiculados na *Folha de S.Paulo On-line* no período de 2001 a

² Livro publicado em 1929 e assinado por Volochínov, mas que, segundo Clark e Holquist (2008, p. 190), deve sua autoria ser atribuída a Bakhtin. No entanto, convém lembrar que há outras versões sobre a autoria dessa obra, como a apresentada por Morson e Emerson (2008) em que se deve reconhecer/considerar uma co-autoria. Diante disso, adotaremos aqui a dupla autoria conforme aparece na edição que usamos como fonte, posição também seguida por Fiorin (2008), Flores et al (1998), Zandwais (2009) e Ponzio (2009). Registramos que nosso intuito não é discutir a autoria da obra, mas sim a questão do dialogismo e da interação verbal nela apresentada, de forma que podemos, analogicamente, adaptar à análise linguístico-enunciativa aplicada a textos informativos que constituem o nosso *corpus* de pesquisa, principalmente no que tange ao uso do discurso citado e/ou de outrem na construção textual, considerando-se a perspectiva enunciativa bakhtiniana. Portanto, no caso de dúvida sobre a autoria de *MFL*, optamos por mencionar os dois nomes como segue (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, [1929] 2004).

Mais informações sobre a autoria de *MFL*, ver Fiorin (2008), Flores et al. (1998) e Zandwais (2009), que assumem a terceira direção, ou seja, dupla autoria.

Também conferir MORSON, G. S.; EMERSON, C. Os textos contestados. In: _____. *Mikhail Bakhtin: uma prosaística*. São Paulo: Editora da USP, 2008.

VASILEV, N. L. A história da questão sobre a autoria dos “textos disputados” em estudos russos sobre Bakhtin (M. M. Bakhtin e seus coautores). In: FARACO, C. A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. (orgs.). *Vinte ensaios sobre Mikhail Bakhtin*. Petrópolis: Vozes, 2006.

3

Embora a obra *Problemas da poética de Dostoiévski*, seja normalmente fonte para os estudos acerca da análise polifônica literária, consideramos fundamental contemplá-la nesta pesquisa. Evidentemente, não pensamos depurar dela a noção de *polifonia*, uma vez que tal categoria está ligada à reflexão bakhtiniana no campo da literatura e nosso *corpus* se afasta do escopo literário. No entanto, nessa obra, para além das questões ligadas à polifonia, encontramos vasto material que permite entender a arquitetura do texto, no que tange à voz de outrem. Em nosso *corpus*, como será visto, as vozes dos atores sociais funcionam como álibi ao locutor/repórter para dizer o que diz e como diz, organizando os informes e os repassando ao interlocutor/leitor.

2005 sobre a questão das cotas nas Instituições Públicas Brasileiras de Ensino Superior, justifica-se pela produção considerável de matérias e debates sobre a polêmica e, também, por ser o início da implantação do sistema em algumas universidades públicas no Brasil.

A presente pesquisa assume relevância social, pois analisa a construção do texto informativo e destaca o jogo de opiniões travado no âmago da notícia com o intuito de informar, refletir e imprimir verossimilhança no discurso que é repassado ao leitor. Considerando o propósito informacional e cultural que implica aceitabilidade da notícia, a análise pretendida deve cumprir seu caráter sociopolítico, proporcionando maior criticidade aos leitores frente a textos de circulação social. Além disso, oportuniza a reflexão e formulação de argumentos sobre outras questões polêmicas do cotidiano do leitor.

A imprensa jornalística é um veículo de comunicação social fundamental em qualquer sociedade e, dessa forma, atribui-se o papel de interpretar a realidade e manter a sociedade informada sobre fatos gerados nessa mesma sociedade. Por esta razão, geralmente, a literatura e os manuais de redação jornalística sugerem que a objetividade e a imparcialidade devam ser perseguidas pelo locutor/repórter na elaboração do texto midiático. Este pressuposto, embora pareça senso comum neste tipo de produção textual, é ponderado também por esta mesma literatura que admite não haver isenção total no jornal. Não nos interessa entrar nesta questão, por considerá-la ponto passivo, como fica evidente na citação sobre objetividade no *Novo Manual de Redação da Folha de S. Paulo* (2001) que registra:

Não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções. Isso não o exime, porém, da obrigação de ser o mais objetivo possível (NMR, 2001, p. 45, grifo nosso).

Como vimos, o próprio *Manual de Redação da Folha de S. Paulo* admite a não existência da objetividade total no fazer jornalístico, uma vez que o jornalista traz consigo um lastro cultural, político e ideológico que, de alguma forma, pode se transparecer/presentificar no que escreve. No entanto, nesse mesmo manual reza que o jornalista deve ser o mais objetivo possível.

Partindo desse pressuposto, buscamos identificar e verificar como essa abordagem é construída na imprensa, elegendo como portador a *Folha de São Paulo On-line*, pela sua importância e abrangência na imprensa nacional, num percurso temporal datado de janeiro de 2001 a setembro de 2005, no trato da questão das cotas nas universidades públicas brasileiras.

Nossa intenção é discutir como os recursos linguísticos fazem aparecer/ocorrer a parcialidade em textos informativos. Acreditamos que esses recursos linguísticos, de que dispõe o locutor/repórter na construção textual, podem ser analisados sob a perspectiva enunciativa balizada na teoria bakhtiniana. Diante disso, nosso foco leva em conta um recurso linguístico em especial, qual seja: o discurso citado/de outrem, diluído em discurso direto e o discurso indireto, que entram em cena para demonstrar ocorrências identificatórias no *corpus* eleito para esta pesquisa.

A opção pelo discurso citado, diluído em discurso direto e indireto, se justifica pelo fato de esse tipo de discurso ser constitutivo da linguagem jornalística, uma vez que se constroem mensagens informativas a partir do olhar do locutor/repórter com a contribuição dos informantes sociais a respeito de uma dada questão em evidência na sociedade. Neste tipo de enunciação, o locutor/repórter pode usar a seu favor as vozes sociais na confecção da notícia e/ou reportagem. Os recursos linguísticos centrados no discurso citado, por vezes, fazem com que o locutor não atinja a imparcialidade pregada pela linguagem jornalística. Como se trata de enunciação, sob a ótica de Bakhtin/Volochínov, em que pese a perspectiva da interação e do dialogismo, a análise pretendida apresenta possibilidade de constatar, enunciativamente, nuances de parcialidade na confecção global nesse tipo de texto.

Do nosso ponto de vista, discutir parcialidade ou imparcialidade da linguagem jornalística não parece muito produtivo, visto que a literatura que trata desse assunto se apresenta flexível com relação a isso, ou seja, não há objetividade e imparcialidade plenas no texto jornalístico, embora os manuais defendam que deve haver. Nosso tema não enfatiza, propriamente, a linguagem jornalística, mas toma-a como *lócus* de ocorrências enunciativamente marcadas pelo discurso relatado. Em outras palavras, nosso trabalho é menos sobre a linguagem jornalística e mais sobre o uso de recursos linguísticos – o discurso citado, em especial –, como marca enunciativa de parcialidade.

Inúmeros trabalhos têm tratado de estudos linguísticos sobre a escrita jornalística, dentre eles, vale mencionar alguns.

Casaqui (2000) em sua dissertação de mestrado faz um estudo da polifonia publicitária das construções da realidade jornalística à da retórica em publicidade na mídia impressa destacando a citação explícita como característica do texto jornalístico. Foca sua análise na relação intertextual entre jornalismo e publicidade sobre um acontecimento anteriormente abordado pela imprensa, no sentido gerado por essa interação e nas coerções impostas na tradução de um discurso para outro.

Benites (2002, p. 57) analisa o uso da citação no jornal *Folha de S. Paulo* discutindo o discurso relatado em textos opinativos. Nossa pesquisa pretende ir além desta perspectiva analisando textos que têm por características constitutivas a busca pela objetividade e a imparcialidade, como é o caso de notas, notícias e reportagens relativos ao assunto polêmico sobre as cotas nas universidades públicas brasileiras. Além disso, verificar como a imparcialidade desejada pela linguagem jornalística apresenta lacunas constitutivas por meio do uso das vozes citante e citada presentificadas linguisticamente no texto. A própria construção macroestrutural dos textos informativos, objetos de investigação, poderá demonstrar que esta imparcialidade não seja plena.

Dittrich (2003) em sua obra “Linguística e jornalismo: dos sentidos à argumentação” faz uma análise das expressões nominais em reportagens sobre economia em diferentes magazines. Sua preocupação recai sobre a informação e a argumentação.

Como se vê, há uma gama de trabalhos em torno do texto jornalístico opinativo. No entanto, nosso propósito é acrescentar outra perspectiva de análise na qual o texto jornalístico informativo possa ser estudado a partir de recursos linguísticos – como o discurso citado, diluído em discurso direto e discurso indireto utilizados pelo locutor – que permitem verificar na construção textual marcas de parcialidade linguístico-enunciativamente e tentativas de isenção.

Nossa análise baliza-se na perspectiva enunciativa bakhtiniana e considera os aspectos da interação verbal e do dialogismo em textos jornalísticos, visto que vozes sociais são manifestadas frente a questões polêmicas como é o caso da implantação do sistema de cotas nas universidades públicas brasileiras. Pretende-se, ainda, investigar como os locutores/repórteres lançam mão do discurso citado/de outrem na articulação da informação. Tal recurso centra-se no uso do discurso direto e indireto, bem como na utilização dos verbos *dicendi* e *aspas* para a marcação das vozes que representam diferentes pontos de vista sobre determinada questão. Essas vozes são manipuladas pelo locutor/repórter e, dessa forma, podem ser traduzidas segundo interesse do próprio repórter, o que faz com que ele incorra ou não no cumprimento pleno da imparcialidade total sugerida pela escrita jornalística.

Partindo da premissa de que o signo e a enunciação são de natureza social e que a ideologia é veiculada pela linguagem, vemos em Bakhtin/Volochínov ([1929] 2004, p.14-15) que “a palavra é a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios; os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior mesmo do sistema: comunidade semiótica e classe social não se recobrem.” Na concepção dos autores, todo signo é ideológico e a

ideologia reflete as estruturas sociais. Nesta esteira de reflexão discursiva, a palavra pode refletir uma luta de classes.

Vale lembrar que, na ótica de Bakhtin/Volochínov, a palavra deve ser o território comum do locutor e do interlocutor numa situação de uso imediato. Assim, num processo interativo da linguagem, o interlocutor determina o dizer do locutor, uma vez que o contexto social imediato serve de base para que a comunicabilidade se instaure. Os autores, discorrendo sobre o discurso escrito, afirmam que “o discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc.”. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV [1929] 2004, p. 123).

Assim, a experiência discursiva individual de cada homem se forma e se desenvolve em sucessivas interações com os enunciados individuais alheios numa rede sócio-histórica de comunicação. Como é possível perceber, a elaboração de um texto não envolve apenas os mecanismos da língua, de que nos servimos quando falamos ou escrevemos, mas também a análise de outros elementos que subjazem à fala ou à escrita do indivíduo, é preciso ainda, levar em conta o contexto social, histórico, ideológico do produtor do texto, tendo como norte a relação entre os interlocutores.

Esta tese tem como objetivo geral investigar o funcionamento enunciativo do discurso citado/de outrem no texto jornalístico informativo, à luz da teoria de Bakhtin/Volochínov. Somam-se a este objetivo mais três específicos: a) descrever do ponto de vista da teoria de Bakhtin/Volochínov a construção dos mecanismos do discurso citado/de outrem nos textos informativos; b) analisar o funcionamento enunciativo do discurso citado/de outrem, relatado na construção do texto informativo, e que efeitos produz nessa modalidade textual; e c) verificar como o discurso citado/de outrem pode marcar a parcialidade do locutor frente ao que escreve.

Partimos da hipótese geral de que o discurso citado/de outrem tem funcionamento enunciativo específico no texto jornalístico informativo como marca de parcialidade. Além disso, as hipóteses específicas nos conduzem a três possibilidades, a) os mecanismos que constituem o discurso citado/de outrem podem ser estudados sob a ótica enunciativa de Bakhtin; b) é possível investigar o funcionamento enunciativo do discurso citado/de outrem e os efeitos que ele produz nos textos informativos; e c) o uso do discurso citado, diluído em discurso direto e discurso indireto, pode deixar marcas de parcialidade no texto jornalístico frente ao interlocutor/leitor.

Esta tese compõe-se de cinco capítulos, com o seguinte percurso: o primeiro apresenta, em linhas gerais, noções associadas ao discurso citado/de outrem em Bakhtin, para, desse conjunto, recortar os conceitos pertinentes ao tema deste trabalho. Somos acompanhados, neste momento, de alguns dos principais intérpretes do teórico russo. O segundo, também de cunho teórico, trata, especificamente, do discurso citado/de outrem a partir de Bakhtin e, além disso, consideramos a leitura de seus principais intérpretes nacionais e internacionais. O terceiro capítulo trata da metodologia de coleta de dados e metodologia de análise de dados. O quarto capítulo se ocupa da análise global e específica do *corpus*. O quinto capítulo aborda as implicações do trabalho para a análise do texto jornalístico informativo. Encerrando, temos as considerações finais e o referencial bibliográfico, seguido do anexo.

CAPÍTULO I

NOÇÕES ASSOCIADAS AO DISCURSO CITADO EM BAKHTIN E EM SEUS INTÉRPRETES

Este capítulo trata, em linhas gerais, da teoria bakhtiniana com ênfase especial na perspectiva enunciativa, destacando aspectos inerentes aos conceitos que gravitam em torno do discurso citado, especialmente o dialogismo e a interação verbal. Somam-se também, neste momento de fundamentação teórica, as contribuições interpretativas dos estudiosos de Bakhtin, sobretudo no que respeita aos temas mencionados. Registramos que não é nosso intuito dar conta de todos os estudos de Bakhtin, mas atentar, principalmente, aos aspectos nucleares da sua teoria “O Eu é constituído pelo Outro” em relação ao Discurso Citado, justamente pelo caráter sócio-histórico dos sujeitos que podem ser imbricados no processo enunciativo interativo. Dada a complexidade dos temas estudados por esse autor, a nossa proposta de trabalho, fundamenta-se, prioritariamente, nas obras *Marxismo e filosofia da linguagem* (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV [1929] 2004), *Estética da criação verbal* ([ECV]BAKHTIN, 2010a), com ênfase no adendo do capítulo 3 “Gêneros do Discurso”, e *Problemas da poética de Dostoiévski* ([PPD] BAKHTIN, 2010b), em especial, o capítulo 5⁴, “O discurso em Dostoiévski”.

Por uma questão metodológica, em cada texto, procuramos ver como, em cada momento da reflexão de Bakhtin, foi pensado o discurso citado. Assim, não se trata de escolher aprioristicamente determinados conceitos e ir buscá-los nos textos, mas examinar como cada texto trata a questão do discurso citado e quais as noções que se associam a ele.

Não é demais lembrar que Bakhtin é um filósofo e não um linguista, mas que seus estudos, no que tange à linguagem interativa, assumem relevância singular para a linguística, especialmente, para a linguística enunciativa. Enquanto a linguística estruturalista se volta, com o seu mérito, para a dicotomia *parole* e a *langue*, o olhar de Bakhtin se volta para a comunicação, ou seja, a linguagem em uso, portanto, a enunciação.

Para Bakhtin/Volochínov ([1929] 2004, p. 112-113), a perspectiva interativa da linguagem deve considerar as condições reais de produção na enunciação e que haja

⁴ Destacamos o capítulo 5 de *Problemas da Poética de Dostoiévski* pelo fato de Bakhtin fazer uma análise do discurso citado das obras de Dostoiévski em que pese a transmissão do discurso de outro na arquitetura da narrativa literária. Fato que entendemos ser possível também aplicar à análise de enunciação jornalística, uma vez que, neste tipo de texto, também se registra a presença de múltiplas vozes de atores sociais que entram no cômputo global da narrativa jornalística.

interlocutores. Essa dinâmica interlocutiva é corroborada, nas palavras dos autores, ao mencionarem que “a palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre o mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor”.

Além da interação verbal apresentada pelos autores, o dialogismo bakhtiniano é a confirmação de que, na enunciação, a presença de diversas vozes é contingente/parte constitutiva na construção linguístico-discursiva para a realização da comunicação falada ou escrita. Considerando que o *corpus* desta pesquisa é composto por textos jornalísticos informativos, por conseguinte, a enunciação jornalística, esse aporte teórico subsidia a análise pretendida. Sendo este tipo da enunciação terreno fértil em ocorrências constitutivas de vozes citantes e citadas, leva-se em conta a relação locutor/repórter e interlocutor/leitor. Entende-se que os enunciados escritos e falados são elaborados em função do interlocutor/leitor, pois, no processo enunciativo, o outro é elemento determinante. Com isso, a perspectiva enunciativa de Bakhtin é tida como âncora de discussão e análise nesta tese, ocasião em que constituímos outra possibilidade de análise de textos de tal modalidade/natureza.

1.1 Noções associadas ao discurso citado na perspectiva bakhtiniana: uma apresentação

A grandeza e a abrangência dos estudos de Bakhtin são inegáveis. Dado ao leque de possibilidades que a teoria bakhtiniana abarca para os estudos da linguagem nas mais diversas áreas das ciências humanas, considera-se aqui a perspectiva enunciativa do teórico russo pela relevância nos estudos linguístico-enunciativos na atualidade. Como nosso trabalho envolve a investigação linguístico-enunciativa em textos informativos, merecem destaque, nesta seção, temas bakhtinianos que gravitam em torno do discurso citado/ de outrem na arquitetura do texto considerado enunciado como um todo.

O percurso teórico adotado, neste momento, se restringe a mencionar as noções de temas associados ao uso do discurso citado, justamente pela gama de temas que as obras contêm sobre o uso da língua e da linguagem. Diante disso, sentimos a necessidade de um recorte temático para não incorrer em fuga de nosso propósito de análise. Vale lembrar que a discussão aqui posta não é finda e sim uma possibilidade de pesquisa e análise aplicada a textos, considerando-se o estudo do texto e do discurso sob a perspectiva enunciativa, à luz da teoria de Bakhtin.

1.1.1 Noções associadas ao discurso citado no contexto da filosofia marxista

O homem, ser social por natureza, tem a necessidade de se comunicar e interagir com os seus semelhantes. Para tanto, utiliza a língua, código comum em uma dada comunidade linguística, e essa mesma língua é efetivada na linguagem em uso concreto. Nas relações sócio-histórico e culturais, seu instrumento maior, a palavra, é uma arma de que dispõe para que se represente e se constitua sujeito. Nesta perspectiva, Bakhtin/Volochínov ([1929]2004) apresentam a linguagem como sendo de natureza socioideológica, considerando o contexto para a sua efetivação enunciativa, de forma oral /ou escrita, envolvendo os interlocutores em circunstância de tempo e espaço contextualmente definidos.

Como se vê, a interação verbal entre os sujeitos sociais e os reflexos enunciativos, a partir da ótica dialógica da linguagem, constituem fator relevante na perspectiva bakhtiniana. Vale lembrar que, para Bakhtin/Volochínov ([1929] 2004, p. 14-15), “a palavra é a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios; os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior mesmo do sistema: comunidade semiótica e classe social não se recobrem”.

Os autores reforçam a ideia de que a ideologia reflete as estruturas sociais e, nesta perspectiva, a palavra também é tida como reflexo das lutas de classe. Além disso, eles asseveram que a palavra deve ser território comum do locutor e do interlocutor numa situação de uso imediato. Acrescentam que “a enunciação é o produto entre dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído por um representante médio do grupo ao qual pertence o locutor” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV [1929] 2004, p. 112).

Na perspectiva bakhtiniana interativa da linguagem, o Outro é elemento constitutivo do Eu na enunciação tanto oral quanto escrita. Esse pressuposto faz com que se considere também a situação e o meio social como fatores determinantes na estrutura da enunciação. Em Bakhtin/Volochínov ([1929] 2004, p. 121), vemos que a enunciação é essencialmente produto da interação social. Dada a complexidade da teoria bakhtiniana, reportamo-nos, inicialmente, aos conceitos que primam pela interação verbal e pelo dialogismo, sem perder de vista a questão do uso do discurso de outrem na construção enunciativa que os autores apresentam, principalmente, na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem (MFL)*.

Falar de Bakhtin é exigente justamente pela abrangência/complexidade de seus conceitos. Temas como o dialogismo, a polifonia, o romance, a carnavalização e a linguagem são tratados pelo autor no conjunto de sua obra. Cabe aqui destacar que, em (*MFL*), observa-

se a crítica ao *objetivismo abstrato* e ao *subjetivismo ideológico*, perspectivas linguísticas em evidência na primeira metade do século XX, ocasião em que os autores defendem a ideia da interação verbal e declaram que:

todo signo é ideológico; a ideologia é um reflexo das estruturas sociais; assim, toda modificação da ideologia encadeia uma modificação da língua. A evolução da língua obedece a uma dinâmica positivamente conotada, ao contrário do que afirma a concepção saussuriana (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV [1929] 2004, p.15).

Os autores, refletindo as duas ideias linguísticas em pauta em sua época, sentem necessidade de uma nova abordagem que envolva a língua em seu uso. Eles relembram as correntes linguísticas em questão vigentes e que em suas concepções não contemplavam a linguagem/língua em uso. Na primeira, *subjetivismo ideológico*, há a valorização do ato individual de fala considerado como ato de criação linguístico-artística, a língua é vista como um sistema de formas acabado, pronto para ser usado pelos falantes. Na segunda, norteadas pelo *objetivismo abstrato*, a língua é concebida como um sistema de formas fonéticas, gramaticais e lexicais, ou seja, a língua, como sistema, basta-se. Nessa ótica, segundo os autores, o sujeito falante é desconsiderado, uma vez que não interessam suas realizações linguísticas.

Isso posto, é notório que os autores não compartilham com essas concepções de língua e aí instauram sua crítica a tais correntes. A partir da reflexão feita a respeito do uso da língua, propõem o princípio dialógico, em que a essência do funcionamento da língua/linguagem está no uso efetivo que se plenifica na enunciação. Nesta linha de raciocínio, percebe-se que os autores veem a língua/linguagem como um sistema de natureza de alta complexidade.

Sobre esta complexidade do objeto da linguagem, alertam os autores que, mesmo estudando-o sob as esferas da realidade física, fisiológica e psicológica, ainda fica-se desprovido da completude que a linguagem impõe/sugere, ou seja, este complexo privado de alma se torna apenas um fato linguístico. Nota-se uma preocupação dos autores em mostrar que o conjunto complexo da linguagem deve levar em conta a relação social organizada, situando os sujeitos (emissor e receptor) pertencentes à mesma comunidade linguística, conforme afirmam:

a unicidade do meio social e do contexto social imediato são condições absolutamente indispensáveis para que o complexo físico-psíquico-fisiológico que definimos possa ser vinculado à língua, à fala, para tornar-se um fato de linguagem. Dois organismos biológicos, postos em presença num meio

puramente natural, não produzirão um ato de fala (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV [1929] 2004, p.71).

Com este posicionamento, os autores reforçam e direcionam sua reflexão para outra perspectiva de estudo ou trato da língua/linguagem, qual seja, a língua em uso sob a ótica enunciativa.

Nesta esteira de discussão, no capítulo V, de (*MFL*), Bakhtin/Volochínov ([1929] 2004) questionam o posicionamento dos partidários do *objetivismo abstrato* em relação à língua ser um sistema de normas fixas e incontestáveis. Ressaltam que o locutor serve-se da língua para suas necessidades de fala (enunciação). Acrescentam que o centro de gravidade da língua não rende na conformidade e à norma da forma utilizada e sim na nova significação que a forma adquire no contexto. Para esses autores, a língua em uso implica e veicula conteúdo ideológico ou relativo à vida, ponto de vista com o qual concordamos. Asseveram, também, que nenhum processo de criação ideológica e nenhuma forma de expressão interindividual possui existência fora da linguagem. A esse respeito, vale destacar a ênfase dada pelos autores à comunicação verbal quando afirmam que “toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Não passa de um elo dos atos de fala. Toda inscrição prolonga aquelas que a precederam, trava uma polêmica com elas, conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-as” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV [1929] 2004, p.97).

No capítulo VI, de (*MFL*), Bakhtin/Volochínov ([1929] 2004, p. 113) declaram que toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de proceder de alguém como de dirigir-se para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Argumentam ainda que o livro, ato de fala impresso, também é um elemento de comunicação verbal, porque é objeto de discussões ativas sob a forma de diálogo. Neste sentido, a palavra está carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É sempre compreendida como verdade ou mentira, o que a faz portadora de um ponto de vista valorativo sobre determinados temas sociais.

Em Bakhtin/Volochínov ([1929] 2004, p. 114), tem-se que a enunciação é determinada pelos participantes no ato de fala, em que se considere uma situação bem específica reforçando a ideia de que a situação dá forma à enunciação. Os efeitos de sentidos desses atos de fala podem exprimir uma exigência ou solicitação, uma afirmação de direitos ou uma prece, em um estilo rebuscado ou simples, a segurança ou a timidez. Dessa forma, a situação e os participantes mais imediatos determinam a forma e o estilo ocasionais da enunciação.

Considerando o parágrafo anterior, vale destacar que Bakhtin/Volochínov ([1929] 2004, p.117) comentam que não é tanto a expressão que se adapta ao nosso mundo interior, e sim o nosso mundo interior que se adapta às possibilidades de nossa expressão, aos seus caminhos e orientações possíveis. Percebe-se, na visão dos autores, que a obra estabelece vínculos com o conteúdo total da consciência dos indivíduos receptores e só é apreendida no contexto dessa consciência que lhe é contemporânea. Diante disso, asseveram que:

O centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo. [...] A enunciação enquanto tal é um ato de fala determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV [1929] 2004, p. 121).

Vê-se que os autores trazem, com muita frequência, o fenômeno social da interação verbal que se realiza através da enunciação posta em cena pelos interlocutores em situações distintas de comunicação. Enfatizam também que, em se tratando de interação verbal, “qualquer enunciação, por mais significativa e completa que seja, constitui apenas uma fração de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta (concernente à vida cotidiana, à literatura, ao conhecimento, à política, etc.” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV [1929] 2004, p. 123). Ainda sobre esse aspecto enunciativo, esclarecem que “enquanto um todo a enunciação só se realiza no curso da comunicação verbal, pois o todo é determinado pelos seus limites, que se configuram pelos pontos de contato de uma determinada enunciação com o meio extraverbal e verbal (isto é, as outras enunciações)” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV [1929] 2004, p. 125). Consoante ao exposto pelos autores, pode-se dizer que a enunciação deve considerar a situação e o auditório, uma vez que locutor e interlocutor constituem elementos fundamentais nesse processo. Poderíamos nos questionar por que ainda tratar desses temas se nosso foco é o discurso citado e as noções associadas a ele em Bakhtin? Considerando que a palavra é uma arena de conflitos e que há nela duas faces, portanto, atravessada por várias ‘vozes’, e que seu uso implica sujeitos sócio-historicamente organizados, nos parece que a resposta se encontra no próprio uso da palavra sob a perspectiva dialógica.

Ampliando a reflexão sobre a enunciação, no capítulo 7 de MFL, Bakhtin/Volochínov (1929] 2004, p. 128) afirmam que o problema da significação é um dos mais complexos e exigentes da linguística. Sem a pretensão de exaurir a questão trazida pelos autores sobre tema e significação na língua, passamos a tratar desses conceitos também importantes dos estudos do teórico russo. Os autores declaram que o tema da enunciação é a própria enunciação,

individual e não reiterável. Acrescentam que o tema se apresenta como a expressão de uma situação histórica concreta e é determinado, além das formas linguísticas, inclusive pelos elementos não verbais da situação. Ainda no que tange ao tema, fazem um paralelo entre tema e a significação afirmando que o tema é, na essência, irreduzível a análise, enquanto que a significação, na enunciação, ao contrário, pode ser analisada em um conjunto de significações ligadas aos elementos linguísticos que a compõem. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV [1929] 2004, p. 129). A partir destas colocações, é possível inferir que tema e significação, na enunciação, se apresentam mais convergentes que divergentes como fica expresso nas palavras dos autores a seguir:

O tema é um sistema de signos dinâmico e complexo, que procura adaptar-se adequadamente às condições de um dado momento da evolução. O tema é uma reação da consciência em devir ao ser em devir. A significação é um aparato técnico para a realização do tema. Bem entendido, é impossível traçar uma fronteira mecânica absoluta entre significação e o tema. Não há tema sem significação, e vice-versa (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV [1929] 2004, p. 129).

Os autores destacam que a multiplicidade das significações é o índice que faz com que uma palavra seja uma palavra. Esclarecem ainda que ‘o tema é apenas um atributo da enunciação completa’. Diante da complexidade dessa discussão centrada no tema e na significação no processo constitutivo da enunciação, propõem uma formulação de inter-relação entre esses dois núcleos conceituais. Para eles, o tema constitui o estágio superior real da capacidade linguística de significar, e a significação é o estágio inferior da capacidade de significar. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV [1929] 2004, p. 131). Além disso, defendem a ideia de que a significação é apenas uma potencialidade de significar no interior de um tema concreto. A esse respeito, é válido destacar o que dizem Bakhtin/Volochínov ([1929] 2004, p. 132): “A significação não está na palavra nem na alma do falante, assim como também não está na alma do interlocutor. Ela é o efeito da *interação do locutor e do receptor produzido através do material de um determinado complexo sonoro*”. (grifo dos autores).

Continuando a reflexão sobre tema e significação, os autores argumentam que a distinção entre esses termos envolve a compreensão, defendendo a ideia de que esta deve ser ativa, visto que nela deve estar o germe de uma resposta. Lembram que a compreensão passiva é própria dos filólogos e advertem que “compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente”. É possível, nessa abordagem, inferir-se que há uma defesa da ideia de que não se deve ficar preso apenas à linguística sistêmica centrada na dicotomia saussuriana,

embora esta tenha o seu valor, é necessário empenhar esforços reflexivos que considerem uma linguística da enunciação.

Como é sabido, no processo enunciativo há uma dinâmica interlocutiva na qual são levados em conta os fatores de tempo e espaço. É cabível considerar a perspectiva de que a palavra deve ser o território comum do locutor e do interlocutor numa situação de comunicação, conforme asseguram os autores. Nesse processo interativo da linguagem, o interlocutor determina o dizer do locutor. Sobre a enunciação oral ou escrita, Bakhtin/Volochínov ([1929] 2004, p. 123) acrescentam que “o discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc.”. Portanto, é por meio dessa dinâmica interlocutiva que a comunicação se estabelece, trazendo consigo a preocupação com os usos da linguagem no que tange ao que se faz com ela, em que circunstâncias e com que finalidades é utilizada.

Vale lembrar que, na visão de Bakhtin/Volochínov ([1929] 2004), o homem não pode ser visto como um ser biológico abstrato, mas sim histórico e social. Dessa forma, a experiência discursiva individual de cada homem se forma e se desenvolve em sucessivas interações com os enunciados individuais alheios numa rede sócio-histórica de comunicação. Reforçando a ideia de interação, os autores retomam *MFL* (2004, p. 36) destacando que “a palavra é o modo mais puro e sensível de relação social”. Essa afirmação dos autores valoriza a palavra, como signo, e que esta acompanha e comenta todo ato ideológico. A esse respeito, acrescentam que

tanto é verdade que a palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. [...] A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV [1929] 2004, p. 41).

A partir do exposto, convém ressaltar que a interação verbal, em Bakhtin/Volochínov ([1929] 2004), extrapola o diálogo face a face, englobando toda a comunicação verbal de todo tipo. Logo, a interação é um evento dinâmico no qual entram em jogo as posições dos interlocutores e o confronto de valores sociais.

Ainda mencionando conceitos da teoria bakhtiniana, temos o dialogismo e o diálogo que, em termos de definição, se aproximam e se especificam. Para não incorrer em parafasia,

recorremos ao exposto no *Dicionário de linguística da enunciação* de Flores et al. (2009, p. 80-81) que define dialogismo como “princípio da linguagem que pressupõe que todo discurso é constituído por outros discursos, mais ou menos aparentes, desencadeando diferentes relações de sentido”, e diálogo como “propriedade constitutiva de todo discurso que pressupõe comunicação com outros discursos e o discurso do outro, independentemente da estrutura dos enunciados”. Explicitam os autores que o diálogo, sob a ótica bakhtiniana, deve ser visto como a constituição dialógica da linguagem, que penetra em toda a estrutura discursiva. Dessa forma, o diálogo faz parte de todo enunciado, seja romance, artigo acadêmico, notícia jornalística, etc.

Neste trabalho, elegemos de Bakhtin/Volochínov ([1929] 2004, p. 144) o discurso citado/de outrem que, segundo esses autores, é definido como “o discurso citado é o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação”. Sobre o discurso citado/de outrem, como já dito, o capítulo 2 abordará o assunto especificamente.

À guisa de síntese deste item, fica-nos que, na perspectiva bakhtiniana, a língua/linguagem se efetivam na enunciação. A palavra e o contexto sócio-histórico dos interlocutores assumem relevância singular no cômputo da produção de efeitos de sentidos. Para os autores, o locutor deve servir-se da língua para suas necessidades comunicativas e interativas, tanto oral quanto escrita. Reforçando este pressuposto, destacam que a significação não está na palavra nem na alma do falante e nem na alma do interlocutor, mas ela é o efeito da interação entre eles. Acrescentam que todo discurso oral e escrito traz consigo algo de ideológico e que, na enunciação, este discurso potencializa a revelação de juízo de valor, pontos de vista do locutor a respeito de questões sociais, políticas, culturais na sociedade em que está inserido.

1.1.2 Noções associadas ao discurso citado no contexto da criação verbal

Considerando a enunciação falada ou escrita, cabe refletir sobre o enunciado como unidade de comunicação verbal. Bakhtin ([ECV]2010a, p. 290) argumenta que, na linguística, persistem formas como “o ouvinte” e o “receptor” como parceiros do “locutor”. Para ele, essas funções dão uma imagem distorcida do processo de comunicação verbal. O autor defende a ideia de que “toda compreensão é prenhe de resposta e, de uma forma ou outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se o locutor”. Esse ponto de vista reforça a tese bakhtiniana de que o outro constitui o eu (discursor/locutor). Nessa perspectiva, temos uma

visão do processo interativo apresentado por Bakhtin em seus estudos. A esse respeito, o autor destaca que

o locutor postula esta compreensão responsiva: o que ele espera, não é uma compreensão passiva que, por assim dizer, apenas duplicaria seu pensamento no espírito do outro, o que espera é uma resposta, uma concordância, uma adesão, uma objeção, uma execução, etc.. [...] Cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados (BAKHTIN, 2010a, p. 290).

Em Bakhtin ([ECV] 2010a), encontra-se que o enunciado é pleno de tonalidades ideológicas e que essa característica lhe é constitutiva e fundamental para que se compreenda/entenda sua função e estilo. A esse respeito, vale ressaltar o que assevera o autor sobre a plenitude do enunciado:

porque a nossa própria ideia – seja filosófica, científica, artística – nasce e se forma no processo de interação e luta com os pensamentos dos outros, e isso não pode deixar de encontrar o seu reflexo também nas formas de expressão verbalizada de nosso pensamento Bakhtin ([ECV] 2010a, p. 298).

Refletindo sobre o discurso do outro, em Bakhtin, interpreta-se que esse tipo de discurso apresenta dupla expressão, ou seja, essa expressão/voz alheia e a voz/expressão do enunciado a que se coaduna. Isso é perceptível quando o discurso é citado textualmente, via de regra entre aspas, e o uso de discurso direto e discurso indireto linguisticamente marcado. Como se vê, onde há a citação do discurso de outrem, é possível perceber as relações dialógicas, quando da existência de sujeitos distintos, grosso modo, diferentes graus de alteridade. Sobre esse aspecto, o autor reitera que “o enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva e não pode ser separado dos elos precedentes que o determinam tanto de fora quanto de dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas de ressonâncias dialógicas” (BAKHTIN, 2010a, p. 300).

Bakhtin, em *Estética da criação verbal* ([ECV] 2010a, p. 301), reforça a ideia de que o valor principal (constitutivo) do enunciado é a sua função fundamental no processo interativo entre os sujeitos sociais, uma vez que é sempre dirigido e endereçado a alguém que pode ser parceiro direto na vida cotidiana. Ainda sobre os conceitos bakhtinianos, a respeito dos aspectos constitutivos do processo enunciativo, convém trazer a reflexão do autor no que tange à oposição entre oração e enunciado. Para esse autor, oração é tida como unidade da língua e é de natureza gramatical, isenta de conteúdo ideológico, e não é impedida de ter valor semântico (significação). Já o enunciado é uma unidade comunicativa verbal que só tem

existência num contexto histórico e que não exclui em sua constituição a oração. Dessa forma, pode-se dizer que o enunciado é a realização da oração do ponto de vista enunciativo. Além disso, o estilo e a composição do enunciado são determinados pelo objeto de sentido e pela expressividade que o locutor estabelece. Convém ressaltar ainda que o enunciado é repleto de reações-respostas a outros enunciados numa dada esfera de comunicação verbal, podendo introduzir diretamente o enunciado alheio no contexto do enunciado sob responsabilidade do locutor. Sobre esse aspecto, é oportuno destacar o que diz Bakhtin ([ECV] 2010a, p. 317):

As tonalidades dialógicas preenchem um enunciado e devemos levá-las em conta se quisermos compreender até o fim o estilo do enunciado. Pois nosso próprio pensamento – nos âmbitos da filosofia, das ciências, das artes – nasce e forma-se em interação e em luta com o pensamento alheio, o que não pode deixar de refletir nas formas de expressão verbal do nosso pensamento.

Em consonância com o exposto acima, os enunciados, como os concebe o autor, estão embrenhados de diversas vozes e, assim, são tidos como dialógicos. Essa perspectiva confirma/retoma a ótica sócio-histórica dos sujeitos na visão do teórico russo.

Bakhtin ([ECV]2010a, p. 319-320) anuncia/faz referência ao princípio do dialogismo ao dizer que um locutor não é um Adão bíblico, considerando-se que em seu discurso há outros discursos e comenta “a visão de mundo, a tendência, o ponto de vista, a opinião têm sempre sua expressão verbal. É isso que constitui o discurso do outro (de uma forma pessoal ou impessoal), e esse discurso não pode deixar de repercutir no enunciado”. Essa ideia reforça o pressuposto de que o outro é constituinte do eu/locutor, uma vez que o papel do outro é muito importante na elaboração dos enunciados, visto que os enunciados têm seu destinatário e é para ele que são dirigidos. O autor reconhece que o sistema da língua dispõe de recursos linguísticos, gramaticais, morfológicos, sintáticos para a formulação dos enunciados.

Bakhtin ([ECV]2010a, p. 331-333) postula que não há palavras sem voz e que nelas encerram-se várias vozes, por vezes quase imperceptíveis. Partindo dessa premissa, infere-se que as relações dialógicas não se resumem apenas às contradições, aos desacordos. O autor acrescenta que a concordância é uma das formas mais importantes de relações dialógicas, desde que seja de sujeitos distintos. Essa proposição fica implicitamente ratificada pelo fato de que, ao concordar com um ponto de vista, simultaneamente, nega-se outro. Trazendo essa reflexão para nosso propósito de pesquisa, qual seja, a investigação linguístico-enunciativa em textos jornalísticos, mesmo em textos que apresentam apenas posição favorável e/ou contrária às cotas nas IES públicas brasileiras, a perspectiva dialógica apontada pelo teórico russo nos ancora na análise aqui proposta. Sendo o texto jornalístico um enunciado pleno, as

vozes que os constitui sugerem compreensão responsiva e, por conseguinte, tem-se um conjunto discursivo de índole dialógica. Considerando a presença de várias vozes constituintes de um dado discurso, vale ressaltar as palavras do autor: “A palavra quer ser ouvida, entendida, respondida e mais uma vez responder à resposta, e assim *ad infinitum*. Ela entra no diálogo, que não tem final semântico.” (BAKHTIN[ECV], 2010a, p. 334). Temos aqui mais uma vez a premissa de que a língua/linguagem assume valor em uso concreto na enunciação.

A discussão mencionada em *MFL* sobre a questão do discurso citado na arquitetura da enunciação é, de alguma forma, revisitada também em *Estética da criação verbal*, principalmente, no capítulo 3, quando se trata sobre gênero do discurso. Bakhtin ([ECV]2010a, p. 314) argumenta que em nossos enunciados há presença de palavras dos outros que assimilamos, reestruturamos e modificamos e que, circunstancialmente, são determinadas de juízo de valor. A esse respeito, o autor afirma que: “um enunciado concreto é um elo na cadeia da comunicação verbal de uma dada esfera. As fronteiras desse enunciado determinam-se pela alternância dos sujeitos falantes”. Para o autor, o enunciado é uma resposta aos outros enunciados, corroborando-os, refutando-os e/ou completando-os. A esse respeito destaca que

o enunciado do outro e a palavra do outro, conscientemente percebidos e distinguidos em sua alteridade, e introduzidos em nosso enunciado, incutem-lhe algo que se poderia qualificar de irracional do ponto de vista do sistema da língua, e em particular, do ponto de vista da sintaxe. [...] A entonação que demarca o discurso do outro (assinalada pelas aspas no discurso escrito) é um fenômeno de um tipo particular: é como que a transposição da alternância dos sujeitos falantes para o interior do enunciado. [...] Desse modo, o discurso do outro possui uma expressão dupla: a própria, ou seja, a do outro, e a do enunciado que o acolhe. (BAKHTIN[ECV] 2010a, p. 318). (grifo nosso)

Bakhtin ([ECV] 2010a) alerta que o objeto de discurso de um locutor é permeado por diferentes pontos de vista, visão de mundo, tendências. Percebemos que o papel do outro para quem o enunciado é elaborado assume relevância singular, visto que a essência do enunciado é o seu destinatário. Notamos que o destinatário, na visão bakhtiniana, é a razão primeira do enunciado, sem ele não haveria motivo para se construir enunciado. Depreende-se disso que o outro é a medida do eu/locutor no processo enunciativo-comunicativo. Acompanhamos o autor a esse respeito e acrescentamos que é preciso saber para quem se fala/escreve, por que se fala/escreve, como se fala/escreve, quando e onde se fala/escreve no processo de construção e de efetivação dos enunciados. Na enunciação jornalística, esta realidade é

constitutiva, ou seja, há presença de várias vozes sociais, que se coadunam ao todo do enunciado sob responsabilidade de um locutor/repórter. A monta dessas vozes sociais, que apresentam autonomia posicional ideologicamente marcada, passa a ser elementos integrantes nesse tipo de enunciação. Essa realidade discursivo-enunciativa está para o dialogismo e a interação verbal, justamente por implicar a relação entre os interlocutores, de um lado, o locutor e de outro, o leitor. Esse leitor, de alguma forma, se sente parte da enunciação, pois é para ele que esse texto é produzido. Sua aceitabilidade temática ratifica os efeitos possíveis de sentido produzidos nesse mesmo leitor. Diante do exposto, percebemos que para o locutor, além dos discursos que o constituem sócio-historicamente, na elaboração de notícias/reportagens, lhe são úteis os discursos de outrem.

À guisa de conclusão desta seção, é possível sumarizar a discussão/reflexão posta por Bakhtin na obra *Estética da criação verbal* (ECV) no que respeita às noções da enunciação, principalmente, no trato do uso do discurso citado. Sendo o enunciado concebido como unidade de comunicação verbal, o autor esclarece que linguística e metalinguística não devem se fundir, visto que uma é lastro estrutural para que a outra se efetive, discursivamente. Para Bakhtin (2010a), o enunciado é constituído de várias vozes, logo, não é algo adâmico, único.

Essa natureza dialógica do enunciado o torna portador de várias vozes, uma vez que essas vozes representam os pontos de vista dos interlocutores tanto na escrita como na fala. O autor ressalta que o enunciado difere da oração, visto que a oração é da ordem gramatical como unidade da língua. Já o enunciado serve-se da ordem gramático-estrutural, inclusive da oração, para expor um ponto de vista que é a juntada das várias vozes, portanto, opinião sobre algo e que considera o contexto sócio-histórico dos interlocutores. Também destaca Bakhtin (2010a) que os enunciados comportam os discursos alheios. Esse tipo de discurso tem sua forma específica de transmissão, qual seja, o discurso citado que, o locutor, utilizando-se de recursos linguísticos como o discurso direto, discurso indireto e indireto livre, arquiteta a enunciação como um todo.

Resumidamente, Bakhtin, em *Estética da criação verbal*, assegura que o enunciado é uma unidade de comunicação verbal e que toda compreensão é preche de respostas. Dessa forma, o ouvinte torna-se o locutor, visto que é para ele que o enunciado é produzido. Temos, portanto, que o outro determina o dito do locutor. Ressalta-se ainda que cada enunciado é pleno de tonalidades ideológicas e sua função fundamental é promover a interação entre os sujeitos sócio-historicamente organizados. O teórico russo, nesta obra, reflete a questão da oposição entre oração e enunciado, esclarecendo que a oração é de natureza gramatical, sem conteúdo ideológico, mas que tem valor semântico (significação). Ao passo que o enunciado

só tem existência num contexto histórico, mas que não exclui a oração em sua composição. Para o autor, os enunciados são dialógicos por acomodarem diversas vozes. Frisa também que o discurso de um locutor é permeado de diferentes pontos de vista que são assimilados, reestruturados e modificados conforme as circunstâncias e instâncias de uso desse mesmo locutor. Destaca que esses pontos de vista podem ser linguístico-enunciativamente representados por meio do discurso de outrem.

A partir da contribuição do teórico russo a respeito do discurso citado, analisado notadamente na literatura, para o registro das vozes das personagens e do locutor/narrador, é possível também verificar a possibilidade de análise das vozes dos atores sociais manifestadas na enunciação jornalística.

1.1.3 Noções associadas ao discurso citado no contexto da literatura

Na soma de empenho para aclarar os conceitos da teoria bakhtiniana, buscamos também na obra “Problemas da poética de Dostoievski” ([PPD]2010b, p. 207), em especial, no capítulo 5, que aponta a análise bakhtiniana como não sendo linguística, a rigor, e sim metalinguística com seu olhar voltado para o discurso. Esse discurso é considerado como a efetivação da língua/linguagem no processo enunciativo de forma concreta. Ressalta o autor que a linguística e a metalinguística não devem se fundir, mas sim complementar-se. Alerta que na linguagem, como objeto da linguística, não pode haver relações dialógicas quando se trata de elementos no sistema da língua (entre palavras no dicionário, entre morfemas). O autor argumenta que tanto a linguística quanto a metalinguística estudam um mesmo fenômeno concreto, o discurso, sob diferentes aspectos e diferentes ângulos. Acrescenta o autor que as relações dialógicas são extralinguísticas e não podem ser separadas do discurso, ou seja, a língua como fenômeno concreto e em uso. A esse respeito, Bakhtin ([PPD]2010b, p. 209) argumenta que “a linguagem só vive na comunicação dialógica daqueles que a usam. É precisamente essa comunicação dialógica que constitui o verdadeiro campo da vida da linguagem”.

De acordo com Bakhtin (2010b), a linguagem nos seus mais diversos campos de emprego está impregnada de relações dialógicas. Adiciona que uma mesma expressão/enunciado como “A vida é boa” e a “A vida é boa”, embora tenha a mesma essência e único juízo de valor, se dita por sujeitos distintos constitui relação dialógica por ter autor. Bakhtin ([PPD]2010b, p. 214) destaca que numa narrativa literária ocorrem dois

discursos, um do narrador/autor e outro da personagem, tido como discurso do outro. Nessa esteira narrativa, o discurso do outro (personagem) é organizado sob a intenção do narrador/autor, responsável pelo enunciado.

Esse tipo de articulação discursiva possibilita pensar que seja otimizável também na construção do discurso jornalístico, tendo em vista a manipulação das vozes citadas pela voz citante, no caso, a voz do locutor/repórter. No que diz respeito a relações dialógicas, convém mencionar o que comenta o teórico russo:

Em um artigo científico, em que são citadas opiniões de diversos autores sobre um dado problema – algumas para refutar, outras para confirmar e completar -, temos diante de nós um caso de inter-relação dialógica entre palavras diretamente significativas dentro de um contexto. As relações de acordo-desacordo, afirmação-complemento, pergunta-resposta, etc. são relações puramente dialógicas, mas não são, evidentemente, relações entre palavras, orações ou outros elementos da enunciação, mas relações entre enunciações completas (BAKHTIN [PPD] 2010b, p. 215).

Notamos que o lastro enunciativo/textual comporta as relações dialógicas tanto na prosa literária quanto na narrativa jornalística, possibilitando a identificação das vozes que as constituem. Ainda tratando de discurso, podemos depreender de Bakhtin (2010b) que o discurso citado é incorporado na enunciação, como um todo, segundo as intenções do locutor/narrador. Essa ideia fica patente nas palavras do autor:

Mas um autor pode usar o discurso de um outro para os seus fins pelo mesmo caminho que imprime nova orientação semântica ao discurso que já tem sua própria orientação e conversa. Nesse caso, esse discurso, conforme a tarefa, deve ser sentido como o de um outro (BAKHTIN [PPD]2010b, p. 216).

É possível inferir que tanto o autor (narrativa literária) quanto o locutor/repórter (texto informativo) trabalha/utiliza o discurso do outro ao seu favor, segundo suas intenções o que torna o discurso (literário/jornalístico) palco de lutas entre as vozes que os constituem. Isso posto, sentimos a necessidade da afirmação, a seguir, por considerá-la sumariadora sobre a questão do discurso do outro na enunciação, conforme Bakhtin ([PPD]2010b, p. 223):

As palavras do outro, introduzidas em nossa fala, são revestidas inevitavelmente de algo novo, da nossa compreensão e da nossa avaliação, isto é, tornam-se bivocais. A única que pode diferenciar-se é a relação de reciprocidade entre essas duas vozes. A transmissão da afirmação do outro em forma de pergunta já leva a um atrito entre duas interpretações numa só palavra, tendo em vista que não apenas perguntamos como problematizamos a

afirmação do outro. O nosso discurso da vida prática está cheio de palavras de outros. Com algumas delas fundimos inteiramente a nossa voz, esquecendo-nos de quem são; com outras, reforçamos as nossas próprias palavras, aceitando aquelas como autorizadas para nós; por último, revestimos terceiras das nossas próprias intenções, que são estranhas e hostis a elas.

Considerando o exposto acima, é válido retomar Bakhtin ([PPD] 2010b, p. 219) que, ao tratar do discurso de outrem, retoma o Skaz, tendo-o como uma orientação do discurso falado próprio da narração, acrescentando que “o skaz é introduzido precisamente em função da *voz do outro*, voz socialmente determinada, portadora de uma série de pontos de vista e apreciações, precisamente as necessárias ao autor”. Bakhtin ([PPD] 2010b, p. 220) enfatiza ainda que

ver no skaz apenas o discurso falado implica não ver o principal. Além do mais, toda uma série de ocorrências de entonação, sintaxe e outras ocorrências linguísticas se explica no skaz (quando o autor se orienta no discurso do outro) precisamente pelo seu caráter bivocal, pela interseção nele verificada de duas vozes e dois acentos.

É possível inferir que no skaz, apontado por Bakhtin, o autor/narrador se presentifica na narrativa literária a partir das vozes das personagens. Nessa perspectiva, podemos considerar também este recurso bakhtiniano na narrativa enunciativa jornalística, visto que as vozes sociais constituem matéria argumentativa nesse tipo de texto. Além disso, a enunciação jornalística escrita parte do pressuposto de ouvir os dois lados de uma dada questão/tema e estas falas são registradas – via discurso escrito – pelo locutor/repórter, portanto, de alguma forma, há discurso falado na estrutura textual. Essas vozes são representadas linguístico-enunciativamente pelo discurso citado, envolvendo as vozes citantes e vozes citadas, grosso modo, discurso indireto e discurso direto.

Ainda falando de discurso do outro, em PPD, Bakhtin (2010b, p. 224) apresenta a questão da polêmica velada (entendida como a orientação para um objeto habitual, nomeando-o, representando-o, enunciando-o, e só indiretamente ataca o discurso do outro, entrando em conflito com o próprio objeto); já a polêmica aberta se orienta para o discurso refutável do outro, que é o seu objeto. O teórico russo ressalta que as tensões que envolvem o discurso determinam a sua estrutura. Destaca também que a polêmica velada tem imenso valor no discurso literário.

A questão da polêmica, tanto velada quanto aberta, nos parece também absorvida na narrativa jornalística a partir do uso do discurso de outrem, diluído linguístico-

enunciativamente, via discurso direto e discurso indireto, para o registro dos pontos de vista convergentes ou divergentes sobre determinados temas de ordem sócio-político-ideológica.

O caráter dinâmico da inter-relação das vozes no discurso possibilita a orientação discursiva para um único fim ou para diversos fins. Diante disso, Bakhtin (2010b) desenvolve um ensaio metodológico de análise no qual se valoriza a questão das diversas vozes constituintes numa narrativa literária. Dessa forma, apresenta o percurso utilizado na análise da obra de Dostoiévski, conforme registro em PPD (BAKHTIN, 2010b, p. 228-229), construindo, para tanto, um esquema no qual se priorizam itens como: I – Discurso direto imediatamente orientado para o seu referente como expressão da última instância semântica do falante; II – Discurso objetificado (discurso da pessoa representada); III – Discurso orientado para o discurso do outro (discurso bivocal). O próprio autor considera o plano/esquema de análise apresentado de fundamental importância para a compreensão da prosa artística, chegando a afirmar que

a orientação da palavra entre palavras, as diferentes sensações da palavra do outro e os diversos meios de reagir diante dela são provavelmente os problemas mais candentes do estudo metalinguístico de toda palavra, inclusive da palavra artisticamente empregada (BAKHTIN [PPD] 2010b, p. 232).

O autor comenta que, na obra de Dostoiévski, o discurso tem uma tensa mirada para o discurso do outro. Acrescenta ainda que “a própria orientação do homem em relação ao discurso do outro e à consciência do outro é essencialmente o tema fundamental de todas as obras de Dostoiévski” (BAKHTIN [PPD] 2010b, p. 237).

Pelo visto, Bakhtin (2010b) ao analisar PPD, encontra terreno fértil para a sua tese alicerçada na interação verbal e no dialogismo. O trabalho do teórico russo demonstra que uma palavra, um texto, um enunciado dificilmente terá apenas uma voz; ao contrário, em uma palavra podem residir várias vozes, daí o seu caráter dialógico e não apenas dialogal, linguisticamente dizendo. *A título de exemplificação, em nossa pesquisa, uma das palavras nucleares é ‘cotas’ que, por si só, sugere dupla face, ou seja, cota é parte de um todo e, assim, nela se instaura uma polêmica e, por conseguinte, assume valor dialógico e tenso. Dito de outro modo, a divisão ou partilha de algo total, mesmo que seja em proporções idênticas, nunca será isenta de discussão.* (grifo nosso)

Levando em consideração a questão do discurso em perspectiva dialógica bakhtiniana, passamos a tratar das análises apresentadas por Bakhtin (2010b) sobre algumas obras de Dostoiévski. Ressaltamos que a compilação feita aqui se limita ao que Bakhtin registra em

suas análises. O autor argumenta que na obra *O Duplo*, de Dostoiévski, a particularidade da consciência e do discurso examinada por Bakhtin atinge uma expressão marcante e nítida por excelência dentre as obras de Dostoiévski. Além disso, o autor assevera que, nas páginas de *O Duplo*, plenificam-se os diálogos da personagem central consigo mesma. Bakhtin chega a afirmar que toda a vida interior da personagem Goliádkin se desenvolve dialogicamente. Tem-se, portanto, segundo Bakhtin, a primeira confissão dramatizada de Dostoiévski. A esse respeito, Bakhtin comenta que “a intriga se baseia na tentativa de Goliádkin de substituir o outro para si mesmo, tendo em vista o não reconhecimento total de sua personalidade pelos outros” (BAKHTIN [PPD] 2010b, p. 247). Ainda falando da personagem dostoiévskiana, Goliádkin, Bakhtin assevera que nele atuam três vozes decompostas em voz e consciência: o seu “eu para si mesmo”, que não pode passar sem o outro e seu reconhecimento; o seu fictício “eu para o outro” (reflexo no outro); a voz do outro que não o reconhece (BAKHTIN[PPD] 2010b, p. 250). Sobre a obra *O Duplo*, de Dostoiévski, Bakhtin avalia que “ toda a obra é construída como um contínuo diálogo interior de três vozes nos limites de uma consciência que se decompôs. [...] Três vozes cantam a mesma coisa, não cantam em uníssono, cada uma canta a sua parte”.

Esse tipo de construção da obra de Dostoiévski pode ser considerada análoga à construção do texto informativo jornalístico, mesmo quando se trata de um tema polêmico como é o caso das cotas nas universidades públicas brasileiras. O dialogismo pode ser percebido em três abordagens posicionais, ou seja, matérias que apresentam pontos de vista favoráveis, mas que cada voz favorável é individual, portanto, cada voz provém de um sujeito distinto. Essa abordagem que prevalece sob uma única posição registrada na superfície textual implica o seu contrário. Logo, subjaz para cada voz que representa um ponto de vista há o seu contrário. Esse princípio está para o dialogismo legado por Bakhtin.

Ressaltando a análise que Bakhtin ([PPD] 2010b, p. 256) faz sobre a obra de Dostoiévski, ele esclarece que

em cada obra de Dostoiévski verificamos graus em diferentes sentidos ideológicos casos em que a voz do outro cochicha ao ouvido do herói as próprias palavras deste com acento deslocado e uma resultante combinação singularmente original de palavras e vozes orientadas para diferentes fins numa mesma fala; num mesmo discurso, verificamos a confluência de duas consciências numa consciência. Essa combinação contrapontista de vozes orientadas para fins diversos nos limites de uma consciência é aplicada pelo autor, como base, como terreno no qual ele introduz outras vozes reais.

Notamos que Bakhtin (2010b[PPD], p. 262) reforça o comentário sobre o aspecto narrativo de Dostoiévski, dizendo que a orientação dialógica da narração voltada para o herói permanece na obra de seu colega romancista russo. No entanto, sofreu modificações complexas e aprofundadas. A esse respeito, Bakhtin (2010b[PPD]) ressalta que

a tendência fundamental de Dostoiévski no último período de sua obra foi a de tornar o estilo e o tom secos e precisos, neutralizá-los. Contudo, em toda parte onde a narração protocolarmente seca e neutralizada é substituída por tais acentuados essencialmente coloridos, esses tons, em todo caso, estão dialogicamente voltados para o herói e nasceram da réplica do seu possível interior consigo mesmo.

No tocante à obra *Memórias do subsolo*, Bakhtin (2010b [PPD], p. 263) comenta que esta é do tipo confessional. O autor considera-a como uma obra de arte pelo fato de apresentar o herói numa polêmica interior tensa desde o começo. Esse pressuposto é verificável no trecho a seguir: “Sou um homem doente... Um homem mau...”. Bakhtin destaca que, nessa obra, existem eventos em que há uma brusca guinada dialógica. Como fica demonstrado, segundo Bakhtin, na queixa do herói “Sou um homem doente” supondo um pedido de compaixão, mas o próprio herói afirma em seguida “Sou um homem mau”. *Esta abordagem na qual se nota um contraponto, ou seja, um homem doente e ao mesmo tempo mau, sugere a perspectiva dialógica em torno desse personagem. Pode-se deduzir que também em Dostoiévski a dialogia se presentifica, conforme a análise de Bakhtin.* (grifo nosso). Bakhtin ([PPD] 2010b, p. 266) avalia ainda que o diálogo em Dostoiévski é infinito e inconcluso e que as oposições dialógicas sem saída ocupam um lugar relevante nesse autor, constituindo uma paradoxidade verificável na obra *Memórias do subsolo*.

Bakhtin ([PPD] 2010b, p. 274) comenta que o apelo é constitutivo no discurso dostoiévskiano, quando se trata do discurso da narração e do herói no mesmo grau. Bakhtin ([PPD] 2010b) reflete que no mundo de Dostoiévski há uma valorização do sujeito e, dessa forma, predomina o discurso-apelo. Ademais, esse discurso dostoiévskiano também se apresenta dialogicamente com outro discurso: “o discurso sobre o discurso, voltado para o discurso”.

Assim como Bakhtin vê o discurso de apelo em Dostoiévski, é possível também associar esse ponto de vista na enunciação jornalística, justamente pelo fato de o discurso jornalístico ser de cunho vocativo, visando sempre o leitor. Bakhtin (2010b, p. 292) destaca o aspecto interativo do homem, na perspectiva de Dostoiévski, ao afirmar que

representar o homem interior como entendia Dostoiévski só é possível representando a comunicação dele com um outro. Somente na comunicação, na interação do homem com o homem revela-se o ‘homem no homem’ para outros e para si mesmo.

O trecho em destaque reforça a perspectiva bakhtiniana da interação verbal e do dialogismo, uma vez que a utilização da língua é fundante nas ações humanas. Ademais, os enunciados são estruturados numa dada língua e postos em uso na linguagem e trazem consigo as visões de mundo desse mesmo homem nas esferas sociais, culturais, políticas e históricas.

Vale mencionar o alerta que Bakhtin (2010b[PPD], p. 293) nos apresenta sobre a questão do diálogo nos romances de Dostoiévski ao asseverar que, neste autor, “tudo é meio, o diálogo é o fim. Uma só voz nada termina e nada resolve. Duas vozes são o mínimo de vida, o mínimo de existência”. Como se vê, Bakhtin (2010b[PPD]) destaca a importância e o valor da ligação das palavras, provindas dos heróis na constituição dos diálogos que se arquitetam na obra de Dostoiévski. Esse conjunto de características peculiares na obra de seu colega romancista russo faz com que Bakhtin o tenha como o autor do romance polifônico.

Em se tratando da questão do diálogo com vozes fracionadas, ou seja, de cada herói dostoiévskiano e as contraposições que representam em termos da narrativa literária, sentimos a necessidade do excerto em que Bakhtin alerta o leitor, pesquisador sobre sua análise de Dostoiévski:

Para uma correta compreensão da ideia de Dostoiévski, é muito importante levar em conta a sua apreciação do papel do outro como “outro”, pois ele obtém os principais efeitos artísticos fazendo a mesma palavra passar por diferentes vozes que se opõem umas às outras (BAKHTIN[PPD], 2010b, p. 298).

Bakhtin ([PPD]2010b, p. 309-310), ao concluir sua análise comentada da obra *Problemas da Poética de Dostoiévski*, admite que não esgotou o exame dos tipos de diálogos na obra analisada. Esclarece que, em Dostoiévski, há o cruzamento, a consonância ou discordância de réplicas do diálogo aberto com o interior dos heróis. Afirma que um conjunto de ideias, sob a ótica de seu colega romancista russo, passa por várias vozes, cada uma a seu modo, construindo um panorama de cunho polifônico. Vale mencionar que Bakhtin (2010b) assim define/conceitua as obras de Dostoiévski como sendo o discurso sobre o discurso, voltado para o discurso. Adiciona que em Dostoiévski os discursos se entrecruzam, ocasião em que penetram um no outro e se sobrepõem sob diferentes ângulos dialógicos.

Sobre a obra de Dostoiévski, Bakhtin ([PPD]2010b, p. 311) tece comentários a respeito da análise feita por ele nessa obra e diz que toda obra literária é internamente sociológica, visto que forças avaliativas sociais penetram em cada elemento de sua forma. Ao mencionar o capítulo “O diálogo em Dostoiévski”, Bakhtin (2010b, p. 315) ressalta que o objeto das intenções do autor não é algo neutro e sim uma realização do enredo em que veiculam muitas e diferentes vozes. Acrescenta Bakhtin ([PPD]2010b) que na obra de Dostoiévski tem-se uma análise das interações de muitas consciências. Também argumenta que

eu tomo consciência de mim e me torno eu mesmo unicamente me revelando para o outro, através do outro. Os atos mais importantes, que constituem a autoconsciência, são determinados pela relação com outra consciência (com o tu) Bakhtin ([PPD]2010b, p. 322).

O teórico russo coloca em relevo a presença do outro na constituição do eu, numa perspectiva interativa e dialógica, conforme comentário, a seguir, que reforça a teoria bakhtiniana: “Eu não posso passar sem o outro, não posso me tornar eu mesmo sem o outro; eu devo encontrar a mim mesmo no outro, encontrar o outro em mim (no reflexo recíproco, na percepção recíproca)” ([PPD] BAKHTIN, 2010b, p. 323).

Ainda sobre a obra de Dostoiévski, Bakhtin (2010b, p. 388) faz menção ao lado jornalístico de Dostoiévski afirmando que nesse campo se observa um estreitamento, desaparecendo a universalidade dos seus romances, ocasião em que aparecem grandes questões de cunho político e social.

À guisa de conclusão desta seção, vemos em *Marxismo e filosofia da linguagem (MFL)* que o discurso citado traz, no seu bojo, um conjunto de conceitos mediante os quais Bakhtin/Volochínov avançam frente aos estudos meramente gramaticais como as marcas de delimitações gráficas com o uso de travessão e dois pontos. No olhar dos autores, o discurso citado/ de outrem pode ser incorporado ao enunciado o que implica considerar o interlocutor. Fica-nos que, na concretude do discurso, o outro é fator determinante, visto que todo discurso/enunciado é dirigido a alguém.

Notamos que a concepção interativa e dialógica da linguagem, sob a ótica bakhtiniana presente nas três obras, serve de base teórica para nossa reflexão. Ambas supõem que, no uso do discurso citado/ de outrem, há presença de intenção do locutor, responsável pelo enunciado, fazendo as adequações, segundo seus interesses. Esse locutor tem a consciência de que as palavras não são neutras e trazem consigo uma carga ideológica e, por conseguinte, são crivadas por um acento de valor. Devido a isso, o outro é sempre a medida na construção

dos enunciados, pois é para ele que os enunciados são produzidos/dirigidos. Registramos ainda que, na utilização do discurso de outrem, a parcialidade é inevitável.

Em *Estética da criação verbal* (ECV), Bakhtin admite que, no mundo contemporâneo, é impossível assumir uma verdade absoluta e vê na citação uma forma de âncora na articulação discursivo-enunciativa. Depreende-se de Bakhtin, nesta obra, que o autor tem conhecimento de tudo e de todos os personagens constituintes da obra. Conforme Bakhtin (2010a), esse excedente de visão do autor o habilita para trabalhar, conduzir seus personagens determinando as relações entre eles, obtendo-se efeitos de sentido intencionados pelo autor. Também em ECV, Bakhtin apresenta a figura do outro como constituinte do eu, como fica evidenciado nas palavras do autor “o modo como eu vivencio o eu do outro difere inteiramente do modo como vivencio o meu próprio eu; isso entra na categoria do outro como elemento integrante, e essa diferença tem importância fundamental tanto para a estética quanto para a ética.” (BAKHTIN, [ECV] 2010a, p. 35). Considerando o exposto, notamos que o outro é elemento indispensável para o eu, visto que a visão que o eu apresenta é – via de regra – constituída de múltiplos pontos de vista. Essa dimensão se dá porque os indivíduos vivem em sociedade e a interação é algo vital para eles.

Bakhtin(2010b) comenta que na obra de Dostoiévski predomina o discurso bivocal e afirma que, nesse autor, não há discurso sem que implique um olhar para o discurso do outro; e destaca que “a originalidade de Dostoiévski reside na distribuição muito especial desses tipos de discurso e das variedades entre os elementos composicionais da obra” (BAKHTIN[PPD], 2010b, p. 233).]

Na esteira teórica de Bakhtin (2010b), na obra *Problemas da poética de Dostoiévski* (PPD), o outro ocupa espaço na construção enunciativa devido ao fato das múltiplas vozes que entram na construção enunciativa, seja ela falada ou escrita. Ao analisar a obra de Dostoiévski, Bakhtin menciona a polifonia que seu compatriota apresenta como característica marcante em suas obras. As diversas vozes tecem a obra de Dostoiévski e o registro dessas vozes é marcado pelo uso do discurso citado. Esse trabalho escritural de Dostoiévski levou Bakhtin a analisá-lo pelo seu estilo/caráter polifônico. Bakhtin (2010b, p. 237) destaca que, no universo artístico de Dostoiévski, o homem é mostrado em cada uma de suas manifestações, de forma plena e que o discurso do outro assume relevância temática nesse autor.

É sabido que a teoria bakhtiniana é de múltiplas utilidades para as reflexões que o estudo do texto e do discurso sugerem. Aqui, especificamente, o enfoque dado se volta para o uso do discurso de outrem na arquitetura do texto jornalístico. Vale lembrar que ainda há muito para se estudar e discutir sobre o trabalho de Bakhtin. O recorte que fizemos é apenas

uma possibilidade de utilizar a abordagem enunciativa postulada por esse autor, principalmente, no que se refere ao uso do discurso citado neste tipo de texto.

O percurso feito nesta seção permite algumas considerações. Em *Problemas da poética de Dostoiévski* (PPD), Bakhtin argumenta que a linguística tem seu valor, mas que é preciso ir além, quando se trata de discurso, defendendo uma perspectiva metalinguística de análise. Discurso aqui, sob a ótica bakhtiniana, é tido como o uso da língua de forma concreta na enunciação. Para o autor, a linguística e a metalinguística estudam um mesmo fenômeno concreto, o discurso, sob aspectos e ângulos diferentes. Adverte que a linguística e a metalinguística não devem se fundir, mas complementar-se. Enfatiza a perspectiva dialógica do enunciado afirmando que, embora uma expressão e/ou enunciado tenha o mesmo juízo de valor e mesma essência, se forem ditos por sujeitos distintos, ratifica-se a relação dialógica. Uma das principais discussões apresentadas em PPD é o uso do discurso citado nas análises que Bakhtin fez na obra literária de seu compatriota Dostoiévski. A grande contribuição para o nosso trabalho está no amparo comparativo de análise de texto narrativo informativo em que o discurso citado /de outrem é constitutivo.

Após a arrolagem das três obras de Bakhtin, nas quais buscamos conceitos do discurso citado e as noções a ele associadas, passamos a considerar as leituras interpretativas de alguns estudiosos do teórico russo sobre as questões e conceitos pertinentes ao nosso tema de pesquisa e análise pretendida neste trabalho.

1.2 Noções associadas ao discurso citado pelo viés dos intérpretes de Bakhtin

Inúmeros trabalhos têm se debruçado sobre a teoria de Bakhtin. Não é novidade que seus estudos abrangem vários campos do saber, como: a filosofia, a psicologia, a linguagem, a literatura, etc. Diante das várias opções de estudo da linguagem e seu uso em diversos campos das ciências humanas, nos propusemos a estudar e investigar, linguístico-enunciativamente, o discurso citado em textos informativos jornalísticos. Para o estudo do texto e do discurso, tem-se um vasto leque de aportes teóricos, todos válidos e com a devida importância. Entretanto, para esta pesquisa, elegemos a perspectiva enunciativa de Bakhtin.

Apresentamos, a seguir, as contribuições de estudiosos do teórico russo que ajudam no esclarecimento dos temas/conceitos em torno do discurso citado tratados por Bakhtin. Ressaltamos que a fonte bibliográfica sobre sua obra é extensa. Por essa razão, julgamos necessário agrupar os autores que nos oferecem interpretações condizentes ao estudo sobre aspectos da teoria bakhtiniana consoantes ao nosso objeto de reflexão analítica. Considerando

a vereda escolhida para trilhar nossa investigação linguístico-enunciativa no *corpus* desta pesquisa, nos restringimos a tratar de termos/noções bakhtinianos concernentes e associados ao discurso citado. Assim, conduzimos nossa busca informativo-conceitual a partir dos núcleos centrados na abordagem sobre a interação verbal, dialogismo e diálogo, enunciação e seus constituintes, discurso bivocal e transmissão do discurso de outrem sob a ótica de intérpretes de Bakhtin.

Com o propósito de reforçar a abordagem teórico-conceitual sobre alguns temas bakhtinianos, como o dialogismo, a interação verbal e o discurso citado, que constituem o norte teórico para a análise pretendida nesta tese, iniciamos nossa busca pelo *Dicionário de Linguística da Enunciação* (doravante DLE) e, em seguida, temos os acréscimos de renomados estudiosos nacionais e internacionais do teórico russo. Vale lembrar que nosso intuito é restrito aos conceitos aqui mencionados, mesmo porque o rol temático em Bakhtin é vasto/amplo e, por isso, justificamos nosso recorte nesta pesquisa.

Flores et al. (2009, p. 99) destacam as rubricas enunciação e enunciado, na concepção bakhtiniana, como sendo o enunciado a unidade mínima da comunicação discursiva e um elo entre vários enunciados nos quais ressoam diferentes ao mesmo tempo em que antecipa outros. Sobre enunciação e enunciado, julgamos indispensável o longo excerto, a seguir, pela cobertura de esclarecimentos necessários frente ao desafio de estudar Bakhtin. Em nota explicativa, Flores et al. (2009, p.100-101) informam que

o enunciado, por sua vez, como unidade de comunicação discursiva, é construído com o auxílio de formas linguísticas (desde uma unidade até um conjunto), importando, sobretudo, a dinamicidade instaurada no processo enunciativo, a possibilidade de resposta, a orientação social (endereçamento) para o interlocutor, os contextos constitutivos, as inter-relações com outras enunciações, a história do dizer, as posições ideológicas assumidas e as relações de sentido estabelecidas”. [...] O enunciado é constituído por três fatores organicamente ligados que determinam sua inteireza, a possibilidade de resposta (compreensão responsiva): a) exauribilidade do objeto e do sentido, b) projeto de discurso ou vontade de discurso do falante, c) formas típicas composicionais e de gênero do acabamento. [...] Na constituição do enunciado, há um entrecruzamento de vozes discursivas em concorrência, em que se encontram e se distanciam diferentes pontos de vista, visões de mundo. [...] O enunciado (enunciação), surgido num determinado momento social e histórico, por conseguinte, não pode deixar de tocar em milhares de fios dialógicos existentes, de ser participante ativo do diálogo social. A relação entre enunciado e objeto do discurso é complexa, uma vez que o objeto é constituído por pontos de vista e apreciações de outros, o que cria interações variadas. Assim, o enunciado para Bakhtin (textos de 1934 e 1935), concretiza-se a partir de uma pluralidade de vozes, em que forças de centralização e de expansão em permanente tensionamento garantem a

dinamicidade dos sentidos pela interceptação entre vozes sociais, acentuadas valorativamente por sujeitos dialógicos.

Com a contribuição de Flores et al. (2009) acima, fica mais clara a perspectiva discursivo-enunciativa bakhtiniana no que respeita à constituição do enunciado e sua arquitetura discursiva, ou seja, o imbricamento de múltiplas vozes que entram em sua manifestação efetiva, seja oral ou escrita. Como nosso foco está centrado no uso do discurso citado na tessitura da enunciação jornalística e que esta, por sua vez, envolve diversas vozes sociais, faz-se pertinente também a contribuição dos autores sobre o discurso citado visto sob a ótica do teórico russo, registrada no DLE. Dessa forma, apresentamos informações basilares trazidas pelos autores no que tange à transmissão do discurso de outrem na macroestrutura linguístico-enunciativa. No DLE (p.85-86), Flores et al. registram que Bakhtin considera o discurso citado como um problema de sintaxe, que é tratado indevidamente pelos linguistas. Diante disso, em termos bakhtinianos, o mecanismo sintático deve ser considerado sob uma perspectiva enunciativa, em condições reais de fala. A esse respeito, esclarecem os autores que

esse mecanismo sintático-semântico é trabalhado como enunciação na enunciação, reação da palavra à palavra, discurso no discurso, recepção ativa do discurso de outrem. Essa reação ativa ao discurso de outrem segue duas orientações principais: 1) pode visar à conservação da integridade da palavra alheia [...]; 2) pode visar a uma utilização mais sutil da palavra alheia, através do enfraquecimento e até mesmo do apagamento das fronteiras entre discurso citado e discurso citante (FLORES et al., 2009, p.85-86).

Flores et al. (2009) destacam que a análise do discurso citado proposta por Bakhtin leva em conta a perspectiva enunciativa e não somente linguístico-gramatical. Após uma retomada de informes de cunho epistêmico a respeito da teoria bakhtiniana, passamos a arrolar contribuições de outros estudiosos do teórico russo, sobretudo no que diz respeito aos conceitos que subsidiarão nossa análise nesta pesquisa.

Ao tratar de enunciação e de seus constituintes, Fiorin (2008) reforça a ideia de que, na perspectiva bakhtiniana, todos os enunciados no processo de comunicação, independentemente de sua dimensão, são dialógicos. De acordo com Fiorin (2008), o discurso de outrem sempre perpassa o discurso do eu enunciator. Reforçando a visão bakhtiniana de discurso, em Fiorin (2008), temos que todo discurso é constituído do discurso alheio, ou seja, sempre é constituído de outros discursos, visto que não há discurso uno, adâmico. Considerando-se essa bivocalidade, o autor menciona que

Um objeto qualquer do mundo interior ou exterior mostra-se sempre perpassado por ideias gerais, por pontos de vista, por apreciações dos outros; dá-se a conhecer para nós desacreditado, contestado, avaliado, exaltado, categorizado, iluminado pelo discurso alheio. Não há nenhum objeto que não apareça cercado, envolto, embebido em discursos. Por isso, todo discurso que fale de qualquer objeto não está voltado para a realidade em si, mas para os discursos que a circundam. Por conseguinte, toda palavra dialoga com outras palavras, constitui-se a partir de outras palavras, está rodeada de outras palavras (FIORIN, 2008, p. 19).

Tendo em vista o exposto acima, entendemos que os enunciados se plenificam nas relações dialógicas e ocupam uma função de significância. Acrescenta Fiorin (2008, p. 21), que um enunciado ocupa sempre uma posição numa esfera de comunicação a respeito de um dado problema. Ainda sobre dialogismo, sentimos a necessidade de apresentar o comentário de Fiorin (2008) que nos parece sintetizador do tema:

o dialogismo é o modo de funcionamento real da linguagem, é o princípio constitutivo do enunciado. Portanto, nele ouvem-se sempre, ao menos, duas vozes. Mesmo que elas não se manifestem no fio do discurso, estão aí presentes. Um enunciado é sempre heterogêneo, pois ele revela duas posições, a sua e aquela em oposição à qual ele se constrói. [...] As relações dialógicas tanto podem ser contratuais ou polêmicas, de divergência ou de convergência, de aceitação ou de recusa, de acordo ou desacordo, de entendimento ou de desinteligência, de avença e desavença, de conciliação ou de luta, de concerto ou desconcerto (FIORIN, 2008, p. 24).

O aspecto dialógico apontado por Fiorin (2008) é praticamente uma expansão do pensamento de Bakhtin no que se refere ao dialogismo. Vê-se que, na sociedade, as contradições são uma constante frente a determinados temas. Cada ser social traz consigo uma visão de mundo e se posiciona de maneira distinta de seus pares sobre questões que dizem respeito a todos ou a determinados grupos. Dessa forma, a sociedade é sempre um espaço em que vozes sociais se posicionam, conforme seus interesses, o que constitui uma arena de conflitos. Temas polêmicos favorecem/confirmam o dialogismo preconizado pelo teórico russo, visto que essa relação dialógica, geralmente, implica um “eu” e um “tu”, num determinado tempo e espaço. Fiorin (2008, p. 27) comenta que todos os fenômenos presentes na comunicação real podem ser analisados à luz das relações dialógicas que os constituem. A esse respeito, convém destacar o que diz o autor:

Os conceitos de individual e de social, em Bakhtin, não são, porém, simples nem estanques. Em primeiro lugar, o filósofo mostra que a maioria absoluta

das opiniões dos indivíduos é social. Em segundo, explica que todo enunciado se dirige não somente a um só destinatário imediato, cuja presença é percebida mais ou menos conscientemente, mas também a um superdestinatário, cuja compreensão responsiva, vista sempre como correta, é determinante na produção discursiva. (FIORIN, 2008, p. 27).

Fiorin (2008, p. 32) nos apresenta um segundo conceito de dialogismo que está para a forma composicional, ou seja, são maneiras externas e visíveis de mostrar vozes no discurso. Segundo o autor (p. 33), há duas maneiras de inserir o discurso do outro no enunciado: a) o discurso alheio é abertamente citado, separado do discurso citante, o que Bakhtin chama de discurso objetivado e b) discurso bivocal, em que não há separação muito nítida do enunciado citante e do citado⁵.

Fiorin (2008, p. 55) traz-nos um terceiro conceito de dialogismo, entendido como o agir de um sujeito em relação aos outros e, por isso, o dialogismo é o princípio de constituição do indivíduo e o seu princípio de ação. Notamos que, nesse processo de relações sociais, o indivíduo é a soma de um conjunto de vozes sociais que o constitui um sujeito dialógico e, essa realidade, o torna nunca acabado e sim um sempre vir a ser. A esse respeito, o autor assevera que

o sujeito é integralmente social e integralmente singular. Ele é um evento único, porque responde às condições objetivas do diálogo social de uma maneira específica, interage concretamente com as vozes sociais de um modo único. (FIORIN, 2008, p. 58).

Ainda sobre os conceitos de interação verbal e de dialogismo, acrescenta Faraco (2009, p. 42) que, para Bakhtin, a consciência individual se constrói na interação e o universo da cultura tem primazia sobre a consciência individual. Percebemos que, na visão bakhtiniana, o universo da cultura é tido como um grande diálogo e, por conseguinte, o sujeito sócio-histórico se constitui na interação com os seus pares. Nesta dimensão, destaca Faraco (2009, p. 42) que “compreender não é um ato passivo (um mero conhecimento), mas uma réplica ativa, uma resposta, uma tomada de posição diante do texto”. Faraco (2009, p.69) também menciona que as relações dialógicas, entendidas no Círculo de Bakhtin, constituem espaços de tensão entre enunciados.

Considerando que no texto está potencialmente uma visão de mundo e, por conseguinte, a existência de um sujeito que, direta ou indiretamente, se manifesta exprimindo

⁵ Esse tema, apontado por Fiorin (2008), constitui base de nossa discussão nesta tese e será aprofundado no capítulo 2, ao tratarmos especificamente do discurso citado/de outrem.

um juízo de valor, Barros (2003) amplia essa reflexão destacando que Bakhtin antecipa muitas das orientações da linguística moderna, no tocante aos estudos da enunciação, da interação verbal e das relações entre linguagem, a sociedade, a história e entre linguagem e ideologia. Como se vê, a enunciação tem lugar de destaque nas reflexões bakhtinianas, uma vez que, para Bakhtin, o enunciado é matéria linguística que implica um contexto enunciativo e, portanto, objeto dos estudos da linguagem. A autora argumenta que, em Bakhtin, o texto-enunciado recupera estatuto pleno de objeto discursivo, social e histórico. Assim, o dialogismo bakhtiniano é um princípio constitutivo da linguagem e a condição de sentido do discurso.

A autora alerta que, para Bakhtin, o dialogismo interacional é entendido pelo deslocamento do conceito de sujeito. Assevera ainda Barros (2003, p. 2), que “o sujeito perde o papel de centro e é substituído por diferentes (ainda que duas) vozes sociais, que fazem dele um sujeito histórico e ideológico”. Barros (2003, p. 3) esclarece que a relação dialógica entre o eu e o tu, no texto, tem sido analisada por diversas disciplinas: análise da conversação, semiótica narrativa e discursiva, análise do discurso, pragmática e teorias da argumentação e da enunciação. Esses estudos envolvem a interação verbal entre os sujeitos, as relações de persuasão e de interpretação que se estabelecem no texto.

Sobre o caráter dialógico constitutivo da língua, na concepção de Bakhtin, Barros (2003, p. 8) menciona que os traços impressos na língua, a partir do uso discursivo, criam em seu interior contradições o que faz o teórico russo afirmar que, em todo signo, se confrontam índices de valor contraditório: “o signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes”.

Essa relação tensiva da palavra materializada como signo é concretizada na enunciação que, por sua vez, é determinada pelas relações sociais. Sendo assim, a palavra desempenha o caráter dialógico e ideológico do discurso. A esse respeito, Barros (2003, p. 8) afirma que

uma única língua produz discursos ideologicamente opostos, pois classes sociais diferentes utilizam um mesmo sistema linguístico. Nesse caso, deve-se reconhecer que os traços impressos na língua, a partir do uso discursivo, criam em seu interior choques e contradições que fazem Bakhtin afirmar que em todo signo se confrontam índices de valor contraditórios e que, em suma, ‘o signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes’.

Vale lembrar que o dialogismo do círculo de Bakhtin não prioriza o diálogo face a face, mas constitui uma teoria da dialogização interna do discurso por meio de uma reflexão multiforme, semiótica e literária. Entendemos que, nessa perspectiva, as palavras são sempre

“as palavras dos outros”. Ademais, podemos perceber que não há neutralidade ‘a priori’ na palavra, visto que ela é sempre habitada e ocupada pelas experiências discursivas vividas e sustentadas socialmente. *Dito de outro modo: sócio-historicamente, somos o que falamos e falamos o que somos em circunstâncias específicas.* (grifo nosso).

Em termos bakhtinianos, o discurso não é único, inédito, original, pois, sempre dialoga com outros discursos “já ditos”. Nessa perspectiva, temos que o exterior é constitutivo de um enunciado, o que Bakhtin ressalta em seus estudos sobre a linguagem, principalmente, no que concerne à relação locutor-alocutário. Em nosso trabalho, essa relação é análoga ao envolvimento entre o locutor/repórter e o interlocutor/leitor, uma vez que estamos tratando de enunciação jornalística. Por esta razão, o responsável pelo texto (enunciação escrita) deve levar em conta o seu interlocutor/leitor, pois é este que se constitui seu parceiro na transmissão da informação. Essa realidade enunciativa corrobora o princípio da interação, já que a enunciação é sempre dirigida a alguém.

Ainda na esteira de discussão sobre o dialogismo e a interação verbal, Brait (2003, p. 21) destaca que, em Bakhtin, os julgamentos de valor determinam a seleção das palavras feitas pelo falante e a recepção dessa seleção (a co-seleção) feita pelo ouvinte. Adiciona a autora que “o ouvinte é definido como aquele que o falante leva em conta, aquele para quem o discurso é orientado e que intrinsecamente determina a estrutura do discurso”. Vale lembrar que, sendo o discurso dialógico, tanto na literatura como no texto narrativo informativo, podemos encontrar múltiplas vozes. A esse respeito assevera Brait (2003, p. 26): “considerando a atitude dialógica exigida pelo discurso a partir das sugestões bakhtinianas, nada impede que, ao folhear um jornal hoje, o leitor perceba que o mesmo tema se multiplica em diferentes vozes (manchete da primeira página, editorial da segunda, charge, reportagem etc.).”

Acompanhamos Brait (2003), no que se refere à multiplicidade de vozes encontradas no jornal. Numa reportagem, por exemplo, é possível o registro de diferentes pontos de vista (vozes) sobre temas oriundos da realidade social. Entendemos que, ao registrar essas vozes sociais, o locutor/repórter tem como medida de seu discurso a perspectiva do interlocutor/leitor, ocasião na qual a perspectiva interativa e dialógica da linguagem podem ser firmadas sob a ótica enunciativa.

Brait (2005, p. 88) destaca que o conceito de linguagem em Bakhtin não fica restrito à linguística, ou seja, abrange várias áreas do conhecimento com o propósito de desvelar formas de construção e instauração de sentido. Ressalta que o dialogismo de Bakhtin envolve conceitos de polifonia, interdiscurso, heterogeneidade presentes na obra desse autor russo. A

autora (p.94-95) menciona que o dialogismo em Bakhtin leva em conta as relações entre o “eu” e o “outro” nos processos discursivos dos sujeitos historicamente situados. Além disso, lembra que em MFL temos as formas de transmissão do discurso de outrem de forma mostrada ou não (discurso direto e discurso indireto). Brait (2008) alerta que Bakhtin, em MFL, não repudia a abordagem linguístico-estrutural, no entanto, apresenta e defende que é preciso ver a linguagem/discurso além dessa perspectiva puramente linguística. Para o teórico russo, segundo a autora, a linguagem deve ser vista numa perspectiva metalinguística, ou seja, língua/linguagem em uso (discurso/enunciação).

Brait (2009a) menciona que a obra *Problemas da poética de Dostoiévski* (PPD) é uma amostra cabal de que Dostoiévski é tido como o criador do romance polifônico, trazendo conceitos como: alteridade, vozes, polifonia, gênero, diferenças entre diálogo e dialogismo. A autora faz um passeio por PPD, comentando as partes e os capítulos que Bakhtin compõe analisando a obra de seu colega romancista russo. Sobre essa análise feita por Bakhtin, a autora corrobora o pensamento bakhtiniano de que uma obra, um texto devem ser analisados além do aspecto linguístico, uma vez que neles se veiculam várias vozes e, por conseguinte, diversos pontos de vista.

Prosseguindo nossa reflexão sobre a teoria bakhtinina, apresentamos também a contribuição singular de Clark e Holquist (2008) que ressaltam a característica principal do pensamento bakhtiniano como sendo a tentativa de compreender os complexos fatores que tornam possível o diálogo. Segundo esses autores, o diálogo é muito mais que a conversação entre duas pessoas e asseveram que

o diálogo é concebido de maneira mais compreensiva como o extensivo conjunto de condições que são imediatamente moldadas em qualquer troca real entre duas pessoas, mas não são exauridas em semelhante intercâmbio. Em última análise, diálogo significa comunicação entre diferenças simultâneas (CLARK; HOLQUIST, 2008, p. 36).

Acrescentam os autores que o dialogismo em Bakhtin é essencialmente uma filosofia da linguagem e citam as palavras do teórico russo: *Homo sum, humani nihil a me alienum puto*, “Sou um homem e nada do que é humano me é alheio”, o que se assemelha a “Minha vida é um enunciado, portanto, nada do discurso me é alheio”. (CLARK; HOLQUIST, 2008, p. 233). Percebemos, na abordagem dos autores, a perspectiva do sujeito sócio-histórico em termos bakhtinianos reforçando o caráter dialógico e, ao mesmo tempo, interacional dos sujeitos sociais. Ademais, enfatiza-se o princípio da tese do teórico russo: “o eu é constituído pelo Outro”. Destacam ainda (2008, p. 237) que a enunciação, em Bakhtin, é o termo que

fornece cobertura a uma situação cuja dualidade veio a ser obscurecida pela assunção unificante de que falar e ouvir seriam atividades exclusivas e integrais. Com isso, podemos notar que, na perspectiva bakhtiniana, uma elocução é uma unidade mais abrangente do que a sentença. Segundo os autores

a avaliação do locutor sobre o que está dizendo, mesmo quando tenta ser neutro, e o seu julgamento com respeito a quem está se dirigindo determinam a escolha das unidades de linguagem, lexicais ou gramaticais, e a escolha das unidades de comunicação, tais como os estilos de uma proferição ou os gêneros locutivos empregados (CLARK; HOLQUIST, 2008, p. 239).

Tendo como pressuposto a linguagem como *lócus* onde os embates se manifestam, os autores (2008, p.241) chamam a atenção para o fato de que “os locutores só dispõem do tanto de liberdade própria para exercer quanto podem ganhar na batalha com a palavra do outro”. Esse aspecto reforça a ideia de que o outro é a medida do eu na enunciação, seja falada ou escrita. Ademais, o contexto também deve ser considerado nos eventos enunciativos. Dessa forma, percebe-se que, em Bakhtin, cada palavra tem um acento de valor⁶. As escolhas feitas pelo locutor podem tensionar mais ou menos no processo linguístico-enunciativo.(grifo meu).

Num contínuo somatório de informes relevantes sobre as noções conceituais tratadas por Bakhtin, Ponzio (2009, p. 23) corrobora a perspectiva dialógica bakhtiniana ao afirmar que “nossas palavras são sempre ‘em parte’ dos demais”. Como se vê, Ponzio (2009) ratifica a ideia de que o diálogo não é algo concessivo ou um convite do eu, mas uma necessidade do sujeito em um mundo que já pertence a outros, considerando-se os aspectos ideológicos, políticos e culturais marcados. Essa contribuição de Ponzio reforça a ideia de que o sujeito é sócio-historicamente constituído e, por conseguinte, seu discurso carrega essas marcas experienciais.

Ainda sobre enunciação, Ponzio (2009, p. 95) assevera que ela (processo linguístico-discursivo) implica um jogo de compreensões responsivas. Ela é sempre dirigida para alguém e vai além dos limites verbais, uma vez que sujeita a comportamentos não apenas verbais, envolve cruzamento de atos comunicativos extraverbais. A esse respeito, o autor informa que se pode entender por texto:

⁶ Flores et al. (2009, p. 45-46) definem acento de valor como tratamento avaliativo que constitui todo enunciado. Destacam que “enunciar é atribuir ao que se diz e aos outros dizeres, é se posicionar ideologicamente em relação ao outro”. Acrescentam ainda que “toda palavra utilizada em uma dada interação possui expressividade, valoração, constituindo-se como enunciado, cuja dimensão axiológica expressa juízo de valor e posições ideológicas de sujeitos do discurso”.

o entrelaçamento desses signos dos quais a enunciação se alimenta, e distinguir um texto verbal – constituído unicamente por enunciações – de um texto ao mesmo tempo verbal e não verbal – no qual intervêm comportamentos legíveis, em relação à enunciação, como signos interpretantes não verbais. [...] A textualidade é, portanto, um dos parâmetros da enunciação e é isso que diferencia o enunciado da frase (PONZIO, 2009, p. 96).

A exposição de Ponzio (2009) sobre enunciação/textualidade nos mostra que a totalidade interpretativa dos enunciados é algo mais abrangente e que essa soma deve ser bem arquitetada pelo seu produtor/locutor. Fica-nos que o enunciado pressupõe um tempo, um espaço, um contexto e, principalmente, os interlocutores para que produza sentido. Por outro lado, a frase é uma construção formal e que, descontextualizada, não passa de uma mera estrutura. Isso nos remete ao que Bakhtin argumenta ser a frase repetível e o enunciado não repetível. Dito de outro modo, um mesmo enunciado produz sentidos distintos cada vez que é usado, o que não ocorre exatamente com a frase.

Frente ao exposto, convém destacar que, para Ponzio (2009, p. 89), “o problema do sentido é parte de uma reflexão sobre a linguagem que não se limita à relação entre a língua, como código, e o discurso e o texto, mas ocupa-se das relações dialógicas nos atos de palavra, nos textos, nos gêneros do discurso e nas linguagens”. Percebemos que a enunciação é um processo amplo e circunstanciado, visto que envolve aspectos interativos e dialógicos. Aspectos esses que Bakhtin apresenta com propriedade, o que exige atenção redobrada na leitura dos conceitos desse autor.

A grandeza dos estudos de Bakhtin é infinda e, dependendo do objeto de pesquisa eleito pelo pesquisador, esse teórico ocupa lugar relevante. Nesta esteira de reflexão, ressaltamos a contribuição de Machado (1995, p. 22) que reconhece a vitalidade dos conceitos de Bakhtin, principalmente no tocante à questão das relações dialógicas. Machado (1995, p. 40) destaca que o discurso tem a capacidade de matizar a expressão com indícios de contexto vivencial e deixa ressoar o que não é verbalizado. Isso faz com que a vida se torna expressão por meio do discurso, corroborando a ideia de metalinguística do teórico russo, quando este afirma que língua é expressão e, por conseguinte, enunciação. A autora ainda destaca que a obra PPD apresenta uma articulação em que se levam em conta diversos pontos de vista em que se focalizam os discursos do autor e dos personagens. Registra também que essa articulação é examinada por Bakhtin em cada formação discursiva, observando-se o uso do discurso citado em suas formas de discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre, potencializando uma variedade de discurso manifestado de forma polifônica.

Machado (1995, p.49) alerta também que a oralidade sugerida pelo enfoque dialógico bakhtiniano deve ser entendida como linguagem e não como uma mera transmissão da voz. O discurso, nesta ótica, é bivocalizado orientado pela sua condição de fala e escritura. Nas palavras da autora, “a escrita reporta-se à voz do autor que, por sua vez, enuncia palavras suas e de outros, criando um campo complexo de representação”. Nesta esteira informacional, vale ressaltar o alerta de Machado (1995, p. 61) que reforça a ideia de que a dialogia não é a reprodução do diálogo entre personagens, mas sim uma internalização de diferentes pontos de vista discursivos. Adiciona Machado (1995, p. 67), que a narrativa de um episódio cotidiano, numa matéria jornalística, não chega a ser literatura porque está impregnada pelo tom discursivo próprio do discurso jornalístico. Além disso, Machado (1995, p. 69) argumenta que, para Bakhtin, toda palavra existe para o falante em três aspectos: como palavra neutra, que não pertence a ninguém; como palavra do outro; e como palavra particular do sujeito que fala e recebe as expressões de seu contexto vivencial.

No que respeita à funcionalidade das vozes discursivas, Machado (1995, p. 109) adverte que, segundo Bakhtin, todo romance deveria ser lido como um texto entre aspas, porque a enunciação nele reproduzida implica a transmissão do discurso de outrem que é citado pelo autor. Análogo à sugestão de leitura de um romance pelo conjunto de vozes que ele pode acomodar enredisticamente, pode-se inferir que a enunciação jornalística também se utiliza desse recurso narrativo, por apresentar a voz do locutor/repórter e também as vozes dos atores sociais que nutrem o discurso jornalístico na confecção e na transmissão da informação. Na verdade, a enunciação jornalística é palco em que diversas vozes se constituem e se representam, sendo que essas vozes são arregimentadas pelo locutor/repórter e direcionadas ao leitor/interlocutor. Depreendemos que, na transmissão do discurso de outrem, o discurso citado é posicionado em função da focalização do autor (na prosa romanesca); por outro lado, na prosa jornalística, o discurso de outrem é útil ao locutor para a finalização desse tipo de enunciação. Como se vê, em Bakhtin, o conceito de discurso citado é fundamental na valorização da tensão de um discurso dentro de outro discurso.

À guisa de conclusão deste capítulo, tem-se a certeza de que o campo informacional oferecido pelos autores arrolados cumpre seu papel de esclarecimentos sobre os conceitos do teórico russo. Fica o alerta que, dependendo do foco adotado pelo pesquisador, o leque de informes pode ser ampliado, mas que se faça um recorte dada a complexidade dos temas abordados sobre a teoria bakhtiniana. Neste trabalho, procuramos atentar aos temas que julgamos mais pertinentes ao nosso propósito de análise neste trabalho, quais sejam: o

dialogismo e a interação verbal, visto que nosso enfoque é o uso do discurso de outrem como marca enunciativa de parcialidade em textos informativos.

Após um percurso teórico preliminar sobre os conceitos do teórico russo, passamos a tratar do discurso citado/ de outrem sob a ótica de Bakhtin/Volochínov, em *Marxismo e filosofia da linguagem* (MFL), de Bakhtin (2010a), em *Estética da criação verbal* (ECV); de Bakhtin (2010b), em *Problemas da poética de Dostoiévski* (PPD). Acrescentamos, também, a contribuição dos intérpretes de Bakhtin no que tange ao discurso citado/de outrem no capítulo 2 a seguir.

CAPÍTULO II

O DISCURSO CITADO EM BAKHTIN E EM SEUS INTÉRPRETES

2.1 O discurso citado/de outrem em Bakhtin

Este capítulo, como já dito anteriormente, ancora-se no pensamento bakhtiniano no que se refere aos conceitos do discurso citado/de outrem. Para tanto, sentimos a necessidade de organizá-lo em dois momentos: o primeiro trata do discurso citado/de outrem, a partir de Bakhtin, especificamente, na obra *Marxismo e filosofia da linguagem* (2004), e somam-se, ainda, as obras *Estética da criação verbal* (2010a) e *Problemas da poética de Dostoiévski* (2010b). O segundo recorre às contribuições interpretativas dos estudiosos de Bakhtin sobre o mesmo tema.

2.1.1 O discurso citado/de outrem no contexto da filosofia marxista

Sendo a palavra, falada ou escrita, elemento constitutivo da enunciação, o texto jornalístico possibilita o registro das vozes dos sujeitos sociais sobre determinados temas gerados na sociedade. Nessa perspectiva, entra em cena a figura de um locutor/repórter e de um interlocutor/leitor para que a interação comunicativa e social se estabeleça. Dessa forma, as vozes citantes e citadas se imbricam na construção desse gênero textual. Diante disso, recorreremos a Bakhtin, especificamente, na obra *Marxismo e filosofia da linguagem (MFL)*, quando este nos oportuniza usar os pressupostos teóricos sobre modos de transmissão do discurso de outrem, também, em texto jornalístico.

É sabido que Bakhtin discute essa perspectiva para a análise de textos narrativos literários. Mesmo assim, é possível, do ponto de vista narrativo-enunciativo, aplicar esse pressuposto teórico-analítico à narrativa jornalística, justamente pelo fato de que, nesse gênero, as vozes sociais, representando pontos de vista diferentes, constituem base desse gênero textual. Como o texto jornalístico é um lastro em que se acomodam diversos posicionamentos, é viável estudá-lo e analisá-lo de forma análoga ao dialogismo e à interação verbal apontados por Bakhtin. Ademais, a palavra é-nos apresentada como signo e que se constitui elemento de manifestação de ideologia que se marca textualmente na enunciação escrita.

No capítulo 8 de *MFL*, Bakhtin/Volochínov ([1929]2004, p. 140) mostram sua preocupação com o uso da sintaxe formal apenas, afirmando que um estudo mais apurado da sintaxe seria mais produtivo a partir da elaboração de uma teoria da enunciação. Os autores declaram que o linguista sente-se mais seguro quando opera com unidades frasais, deixando a desejar do ponto de vista enunciativo, ou seja, a linguagem em uso. A esse respeito, afirmam que “Nenhuma das categorias linguísticas convém a determinação do todo. Com efeito, as categorias linguísticas, tais como são, só são aplicáveis no interior do território da enunciação”. O autor chama à reflexão sobre o uso das descrições meticulosas dos fatos linguísticos, destituídos de uma orientação que vislumbre a efetividade desses fatos a partir do ato enunciativo. Dessa forma, menciona o caso do discurso citado que julga altamente produtivo, uma vez que serve para transmissão das enunciações de outrem no conjunto da enunciação. Frente ao exposto, percebemos que os autores dão um encaminhamento linguístico-sociológico do fenômeno da transmissão da palavra de outrem.

Avançando nosso percurso sobre o discurso de outrem, os autores o definem como “o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação”. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV [1929]2004, p. 144). Nota-se que a integração do discurso alheio à enunciação supõe regras sintáticas, não apenas a utilização de pontuação, como o uso de dois pontos e travessão, mas também a elaboração mais ampla de recursos linguísticos, como a ocorrência de verbos *dicendi*, *sentiendi* e uso de aspas, para demarcarem os discursos de outrem na construção composicional da enunciação.

No capítulo 9 de *MFL*, Bakhtin/Volochínov ([1929] 2004, p. 144-145) postulam que o discurso de outrem constitui-se mais do que o tema do discurso, visto que ele entra na construção sintática do discurso e é tido como uma unidade integral dessa construção. Acrescentam, ainda, que o discurso citado conserva autonomia estrutural e semântica sem alterar a trama linguística do contexto que o integrou. A esse respeito, alertam que

a enunciação do narrador, tendo integrado na sua composição uma outra enunciação, elabora regras sintáticas, estilísticas e composicionais para assimilá-la parcialmente, para associá-la à sua própria unidade sintática, estilística e composicional, embora conservando, pelo menos sob uma forma rudimentar, a autonomia primitiva do discurso de outrem, sem o que ele não poderia ser completamente apreendido.

Bakhtin/Volochínov ([1929] 2004, p. 146) questionam-se sobre como apreender o discurso de outrem. Segundo eles, encontra-se justamente nas formas do discurso citado um documento objetivo que esclarece esse problema quando se sabe lê-lo, têm-se indicações, não sobre os processos subjetivo-psicológicos passageiros e fortuitos que se passam na “alma” do receptor, mas sobre as tendências sociais estáveis características da apreensão ativa do discurso de outrem que se manifestam nas formas da língua. Essa reflexão dos autores sugere que toda transmissão oral ou escrita tem um interlocutor específico e, assim, o discurso citado e o contexto narrativo possuem relações dinâmicas complexas e tensas. Sobre isso, destacam que

toda transmissão, particularmente sob forma escrita, tem seu fim específico: narrativa, processos legais, polêmica científica, etc. Além disso, a transmissão leva em conta uma terceira pessoa – a pessoa a quem estão sendo transmitidas as enunciações citadas. Essa orientação para a terceira pessoa é de primordial importância: ela reforça as influências das forças sociais organizadas sobre o modo de apreensão do discurso. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV [1929] 2004, p. 146).

Vemos que, na perspectiva dos autores, é impossível compreender qualquer forma de discurso citado sem levar em conta as condições de produção da enunciação propriamente dita, ou seja, as circunstâncias geradoras da incorporação do discurso de outrem para que se produza o efeito esperado do processo interlocutivo. Convém mencionar o argumento de Bakhtin/Volochínov ([1929] 2004, p. 147) sobre a apreciação da enunciação de outrem ao informarem que “aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, privado da palavra, mas ao contrário um ser cheio de palavras interiores”. *Essa fusão de discursos (citante e citado) é dinâmica, complexa e tensa, pois implica a incorporação do discurso alheio e a adequação do discurso que acolhe na tentativa de manutenção da integridade do discurso do outro no contexto narrativo, principalmente, na enunciação jornalística.* (grifo meu)

Os autores mencionam que a dinâmica da inter-relação entre o discurso narrativo e o discurso citado desenvolvem-se em duas direções. A primeira visa à conservação da integridade e autenticidade do discurso de outrem no discurso narrativo. Acrescentam que o tipo de discurso que comporta essa primeira direção é o discurso direto. Na segunda, a língua elabora meios mais sutis e mais versáteis para permitir ao autor/locutor infiltrar suas réplicas e seus comentários no discurso de outrem. Alertam Bakhtin/Volochínov ([1929]2004, p. 152) que a segunda orientação caracteriza-se por um desenvolvimento notável dos modelos mistos

de transmissão do discurso: o discurso indireto sem sujeito aparente e, particularmente, o discurso indireto livre enfraquece as fronteiras do discurso citado.

No capítulo 10, de (*MFL*), os autores caracterizam os esquemas do discurso direto e do discurso indireto aplicados na língua literária russa. Segundo eles, todas as particularidades da língua russa criam situação favorável a um estilo pictórico de transmissão do discurso de outrem. Acrescentam que cada esquema seria uma maneira de enunciação. Reforçam a ideia de que a análise é a alma do discurso indireto; enquanto que no discurso direto há o içamento do discurso de outrem tal qual foi enunciado/produzido e, assim sendo, elementos emocionais e afetivos podem aparecer nessa modalidade de discurso.

Ampliando a reflexão sobre o discurso de outrem, Bakhtin/Volochínov ([1929] 2004, p. 161-162) ressaltam que a tendência analítica do discurso indireto pode tomar duas variantes. A primeira, discurso indireto analisador de conteúdo, possibilita réplica e comentário no contexto narrativo e, ao mesmo tempo, mantém distância entre a voz citante e a voz citada. Essa articulação dos enunciados pretende preservar a integridade e autonomia da enunciação, ainda que ocorra certa despersonalização do discurso citado. A segunda, discurso indireto analisador da expressão, integra à construção indireta as palavras e as maneiras de dizer do discurso de outrem de forma que seu caráter subjetivo fique perceptível, sendo colocadas entre aspas na maioria das vezes.

Embora os autores tenham canalizado essa reflexão sobre o discurso de outrem na língua russa, é possível transpor a análise do discurso de outrem também no texto em língua portuguesa na construção textual jornalística. Diante dessa possibilidade de uso e análise do discurso citado em textos de diversos gêneros e tipos, é válido considerar o que dizem os autores sobre a palavra:

A palavra, como fenômeno ideológico por excelência, está em evolução constante, reflete fielmente todas as mudanças e alterações sociais. O destino da palavra é o da sociedade que fala. [...].O discurso literário, retórico, filosófico, e o das ciências humanas tornam-se o reino das “opiniões”, das opiniões notórias, e mesmo nessas opiniões não é tanto o “que”, mas o “como” individual ou típico da opinião em causa que ocupa o primeiro plano (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV [1929] 2004, p.194-196).

Notamos que a palavra assume o papel de registro das opiniões e, nessa dimensão, é portadora de força de expressão de um ponto de vista. Assim, a palavra é tida como complexa e multifuncional, uma vez que é vital no processo comunicacional e interativo por excelência entre os interlocutores.

2.1. 2 O discurso citado/de outrem no contexto da criação verbal

Ainda sobre o discurso citado, Bakhtin ([ECV] 2010a, p. 272) advoga que cada enunciado em sua complexidade constitui-se de um elo que se organiza também de outros enunciados. Essa premissa implica serem os enunciados base portadora de discurso, o que nos permite inferir que a vitalidade dos enunciados se ratifica nos contextos que o comportam. Sobre essa potencialidade dos enunciados, o autor destaca que:

em cada enunciado – da réplica monovocal do cotidiano às grandes e complexas obras da ciência ou de literatura – abrangemos, interpretamos, sentimos a intenção discursiva de discurso ou a vontade discursiva do falante, que determina o todo do enunciado, o seu volume e as suas fronteiras (BAKHTIN [ECV] 2010, p. 281).

Expandindo a reflexão sobre a presença do discurso que encontra lastro de manifestação nos enunciados, o autor reforça a ideia de que nosso discurso é permeado/constituído de outros discursos e, por isso, alerta que “todavia, as palavras podem entrar no nosso discurso a partir de enunciações individuais alheias, mantendo em menor ou maior grau os tons e ecos dessas enunciações individuais”(BAKHTIN [ECV] 2010a, p. 293). Considerando essa heterogeneidade discursiva de que trata o autor, sentimos a necessidade de mencionar o trecho, a seguir, que entendemos ser representativo para a nossa pesquisa que implica a análise de enunciação jornalística:

Em cada época, em cada círculo social, em cada micromundo familiar, de amigos e conhecidos, de colegas, em que o homem cresce e vive, sempre existem enunciados investidos de autoridade que dão o tom, como as obras de arte, ciência, jornalismo político, nas quais as pessoas se baseiam, as quais elas citam, imitam, seguem. Em cada época e em todos os campos da vida e da atividade, existem determinadas tradições, expressas e conservadas em vestes verbalizadas, em obras, enunciados, sentenças, etc. (BAKHTIN [ECV] 2010a, p. 294).

Como se vê, em nossos discursos estão imbricados diversos pontos de vista, considerando nossa história sócio-política-ideológica. Dessa forma, quando se estuda o enunciado, são perceptíveis os ecos discursivos nele existentes em situação de comunicação, seja escrita ou oral. A esse respeito, o autor argumenta que

o discurso do outro, desse modo, tem uma dupla expressão: a sua, isto é, a alheia, e a expressão do enunciado que acolheu esse discurso. [...] é citado textualmente e destacado com nitidez (entre aspas): os ecos da alternância dos

sujeitos do discurso e das suas múltiplas relações dialógicas aqui se ouvem nitidamente (BAKHTIN [ECV] 2010a, p. 299).

Podemos depreender, a partir do exposto, que Bakhtin vê o texto como uma realidade na qual são manifestadas realidades do pensamento e das vivências, ressaltando a importância do texto como objeto de pesquisa e pensamento. Nessa perspectiva, destaca que “o escritor é aquele que sabe trabalhar a língua estando fora dela, aquele que tem o dom de falar indireto” (BAKHTIN [ECV] 2010, p. 315). Percebemos, nesse autor, que a palavra é a mola mestra de todo o processo comunicativo e que na palavra encerram-se valores dialógicos manifestando conceitos e juízos de forma efetiva na enunciação. A base linguística é necessária e significativa, mas que o aspecto metalinguístico (extralinguístico) assume primazia sob a ótica do teórico russo, tendo em vista a língua em uso concreto na enunciação.

2. 1. 3 O discurso citado/de outrem no contexto da literatura

Na obra *Problemas da poética de Dostoiévski* (PPD), Bakhtin (2010b) amplia a discussão sobre o discurso de outrem na narrativa literária, asseverando que esse discurso se torna palco de luta entre duas vozes, uma vez que envolve a voz do autor e a outra voz das personagens. O autor afirma ainda que, “na literatura, o discurso da personagem é elaborado como o discurso de outrem, como o discurso de uma personagem caracterológica ou tipicamente determinada, ou melhor, elaborado como objeto da intenção do autor e nunca do ponto de vista da personagem” (BAKHTIN [PPD] 2010b, p. 214). Já o discurso do autor é elaborado estilisticamente no sentido de sua significação diretamente referencial. Nesta esteira de discussão, “a última instância significativa, a ideia do autor, não está realizada no discurso direto deste, mas através de palavras de um outro, criadas e distribuídas de certo modo como palavras de um outro” (p. 215). Isso posto, é possível considerar que na enunciação jornalística o processo construtivo da mensagem se assemelha à estrutura da narrativa literária, justamente pelo fato de o locutor selecionar as vozes sociais para compor seu texto informativo.

Depois desse percurso conceitual, decididamente já não há dúvidas de que a enunciação jornalística seja alicerçada na presença de múltiplas vozes e/ou pontos de vista em seu conjunto arquitetônico. Tendo como eixo comum em termos de estruturação textual, a narração, tanto o texto literário como o texto jornalístico, implica vozes citantes e vozes citadas que produzem efeitos intencionados pelo locutor no interlocutor. Esses efeitos, em

termos bakhtinianos, serão sempre tensivos por exigir do leitor uma atitude responsiva e ativa frente à enunciação posta em cena.

Considerando finda, mas não acabada a reflexão feita até aqui sobre o discurso citado, num primeiro momento, a partir do próprio Bakhtin nas obras arroladas, passamos a um segundo momento com contribuição conceitual e interpretativa de estudiosos leitores da teoria bakhtiniana e que também alicerçam a análise por nós pretendida nesta pesquisa.

2.2 O discurso citado/de outrem sob a perspectiva dos intérpretes de Bakhtin

Neste item, consideramos as leituras e interpretações dos estudiosos de Bakhtin, especificamente, no que respeita ao discurso citado/de outrem. Muitos têm se dedicado à hercúlea tarefa de estudar os conceitos postulados pelo teórico russo, aqui elegemos alguns deles, tendo em vista o nosso propósito de análise nesta pesquisa, qual seja, a análise do uso do discurso citado, sob a ótica de Bakhtin, aplicada a textos jornalísticos informativos. A princípio, embora pareça redundante a retomada ou expansão de conceitos bakhtinianos referentes ao discurso de outrem, julgamos relevantes as contribuições de estudiosos como Fiorin (2008), Ponzio (2009), Benites (2002) e outros.

Fiorin (2008, p. 32-33) volta-se para a questão do uso do discurso citado sob a perspectiva bakhtiniana e procura demonstrar essa ocorrência em textos de Machado de Assis. Destaca que a incorporação da voz ou vozes de outrem no enunciado sob responsabilidade de um autor/locutor confirma o dialogismo como uma forma composicional não apenas formal, mas também como funcionamento real da linguagem. Essa forma de discurso citado acontece, principalmente, nas formas de discurso direto e discurso indireto. Ressalta o autor que, no discurso direto, tem-se a voz da personagem claramente marcada na narrativa, produzindo um efeito de verdade e também podendo sugerir, discursivamente, certo distanciamento do autor/locutor, dando a ideia de que “quem disse isso foi o outro, são palavras dele e não do narrador/autor/locutor”.

A contribuição léxico-explicitativa de Flores et al. (2009, p. 84-85) é salutar para compreendermos mais aclaradamente os conceitos de discurso e discurso citado sob a ótica de Bakhtin. Os autores asseveram que todo discurso responde a outros discursos e, portanto, é heterogêneo pela diversidade de vozes (posições sociais, pontos de vista) que podem se acomodar no discurso. Flores et al. (2009) reforçam a ideia de que a configuração do discurso implica um entrelaçamento de interações sociais complexas, justamente pelo seu caráter heterogêneo, portanto, nesse encontro de discursos citante e citado, a interação ganha vida e

tensão enunciativamente. Como se vê, o discurso é concretizado nos enunciados dos sujeitos constituídos sócio-historicamente, logo, é uma forma de manifestação de pontos de vista ideológicos sobre questões da esfera social da atividade humana.

Na perspectiva enunciativa de Bakhtin, o discurso pode ser manifestado de forma citada e isso exige/supõe um mecanismo sintático-semântico de transmissão do discurso alheio que se integra ao enunciado elaborado por um autor/narrador/locutor. Essas formas são consideradas, por Bakhtin, como discurso citado que se dilui em discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre e suas variantes. A esse respeito, Flores et al. (2009) destacam que esse mecanismo sintático-semântico pode ser trabalhado como enunciação na enunciação, reação da palavra à palavra, discurso no discurso, recepção ativa do discurso de outrem. Esse procedimento ratifica o olhar de Bakhtin sobre o trato do discurso citado no processo enunciativo. Ademais, nota-se que, na perspectiva bakhtiniana, a análise do discurso citado vai além do que propõe a gramática e prioriza a linguagem em uso, portanto, enunciação como um todo, sem descartar, contudo, aspectos sintáticos estruturantes da textualidade-enunciativa.

Benites (2002) corrobora a perspectiva de Bakhtin no trato do uso do discurso alheio. Destaca a autora que as palavras do outro podem ser usadas pelo locutor para que este reforce suas próprias ideias. A esse respeito afirma que:

em um ou outro caso, o uso que se faz do discurso do outro não é neutro: as palavras alheias introduzidas em um discurso são revestidas, inevitavelmente, da compreensão e da avaliação do locutor que delas lança mão, tornando-se, portanto, bivocais (BENITES, 2002, p. 12-13).

De acordo com o que apresenta Benites (2002), é possível perceber que, no discurso jornalístico, esse recurso linguístico-enunciativo assume papel argumentativo e busca atingir o leitor com o pressuposto de imparcialidade.

Em conformidade a Bakhtin/Volochínov (2004), no que se refere ao uso do discurso de outrem, Benites (2002, p.57) acrescenta, ainda, que o discurso citado introduz um distanciamento muito variável entre o locutor citante e o locutor citado. O sentimento do locutor citante se apoia como um “não estou afirmando nada; estou apenas relatando o que outro falante disse sobre o assunto”. Esse tipo de abordagem discursiva é muito comum no texto midiático, uma vez que o locutor citante utiliza a voz do locutor citado como recurso para expor o fato podendo se aproximar ou não do dito por outrem. É sabido que, no dizer jornalístico, mesmo que se tente buscar a objetividade, isso não passa de um mito, visto que o

locutor/repórter é um ser sócio-historicamente situado e fará escolhas lexicais para a elaboração da mensagem a ser transmitida/veiculada.

Ponzio (2009, p. 101-103) reforça a ideia de que no discurso citado as palavras não são neutras e trazem valorações ideológicas. Para o autor, todo texto, escrito ou oral, é dialógico e está pensado em consideração a outros possíveis textos que este pode produzir. Adiciona também que todo texto/discurso produzido apresenta duas perspectivas: uma temático-referencial e outra gramático-estilística. Nota-se que o autor inclui em sua reflexão que a palavra alheia incorporada na enunciação leva em conta um terceiro, ou seja, o destinatário. A esse respeito, o autor menciona que “toda palavra que se expressa de forma concreta, ou seja, toda enunciação nunca é unidirecional: enquanto expressa seu próprio objeto, expressa direta ou indiretamente sua própria posição acerca da palavra alheia”. (PONZIO, 2009, p.102)

Ponzio (2009, p.101) pondera ainda que “as palavras que usamos não estão capturadas do vocabulário: provêm do discurso alheio e não são palavras isoladas, mas sim peças que formam parte de enunciações completas, de textos”. Para esse autor, todo texto oral ou escrito está dialogicamente ligado com outros textos o que permite dizer que um texto, como enunciação plena, nunca é unidirecional. A esse respeito convém destacar o que diz o autor: “da forma como nos colocamos em relação à palavra alheia depende também o diálogo interior dentro de uma mesma enunciação, a polêmica etc.” (PONZIO, 2009, p. 103). A questão da manipulação da palavra alheia supõe regras sintáticas de uma dada língua. Sobre esse processo, o autor informa que

converter em relativa a palavra alheia e/ou o mesmo discurso que a reproduz implica dispor, no plano da língua, de formas sintáticas que possam desconfigurar os perfis entre o contexto do autor e a palavra reproduzida ou, inclusive, apagar a distinção entre uma palavra representada e uma palavra representante (PONZIO, 2009, p. 104).

Notamos na reflexão de Ponzio que o uso do discurso citado leva em conta aspectos linguísticos de que dispõe a língua utilizada na construção das enunciações. Ponzio (2009) evidencia que as formas de manifestação da voz de outrem são representadas sob a forma de discurso direto e indireto e indireto livre, corroborando a abordagem do teórico russo. O autor ratifica a característica do discurso de outrem, sob a luz de Bakhtin, ao destacar que “o discurso indireto consiste em sua tendência analítica, na transmissão analítica do discurso reproduzido [...] O discurso indireto sente a mensagem alheia de forma diferente que o direto, porque o comenta, o analisa.” (PONZIO, 2009, p. 106).

Castro (2009) discute em seu texto “Formas sintáticas de enunciação: o problema do discurso citado no Círculo de Bakhtin”, centrando seu foco nos 4 capítulos de *Marxismo e filosofia da linguagem* (MFL) que trazem esse tema. O autor comenta que esse tipo de estudo sintático vai além da perspectiva estruturante-gramatical. De acordo com Castro (2009), esse estudo está para uma sintaxe enunciativa, principalmente, pelo envolvimento da citação do discurso alheio o que justifica sê-lo mais que uma análise sistêmica formal, visto que se valorizam também os fins de efeitos de produção de sentido. Esse autor menciona que esse tipo de estudo implicando a citação alheia, sob a ótica enunciativa, ainda não tem sido pouco utilizado pelos estudiosos do texto e do discurso.

Castro (2009, p.120) destaca que Bakhtin analisa o caráter sociocomposicional dos enunciados produzidos nas interações e afirma que esses enunciados implicam particularidades/relações dialógicas. Esse pressuposto fica demonstrado nas palavras do próprio autor “um enunciado nunca fala sozinho, ele é incapaz de monologar”. Fica que, no dialogismo, está implícita a presença do outro, portanto, dialogar implica o outro.

Castro (2009, p. 121) defende a ideia de que os enunciados refletem ou refratam ideologicamente a voz alheia. Em consonância com o que diz Bakhtin sobre o uso do discurso citado, o autor lembra que “como ensina Bakhtin, podemos utilizar dos artifícios das palavras ocultas ou quase ocultas de que dispomos para realizar determinadas sutilezas das relações dialógicas impostas pelas necessidades interacionais a que estamos sujeitos”. Como se vê, essa reflexão confirma o caráter dialógico e interacional da linguagem sob a ótica do teórico russo.

Marinho (2005, p. 235) lembra que a concepção de linguagem de Bakhtin envolve o discurso atravessado por outro discurso alheio, tornando-o dialógico. Adiciona que a citação é um recurso linguístico para construir a bivocalidade discursiva e que se representa nas formas de discurso direto, indireto e indireto livre. A autora lembra que usar a perspectiva bakhtiniana na análise de um romance implica questionar-se como são as características da linguagem das personagens de diferentes grupos sociais. Questões como: quais são as formas de citação, que acento apreciativo as palavras de outrem assumem e que vozes atuam no discurso no romance fazem parte da reflexão da autora. Essas questões estão para a polifonia estudada pelo teórico russo. A grande contribuição de Marinho (2005) é a aplicação dessa perspectiva bakhtiniana na análise do romance “Vidas secas” de Graciliano Ramos. É válido ilustrar parte da análise feita pela autora nesse romance, tendo como norte o uso de diferentes vozes na personagem Fabiano nas passagens:

Vemos aí as duas vozes, a de um Fabiano acovardado, que se justifica assumindo uma posição de autocomiseração (“Pobre dele”) e a de um Fabiano que quer lutar e que se cobra uma atitude (“Então estava decidido que viveria sempre assim?”), condenado aquele estado de apatia (“Cabra safado, mole”).

Finaliza Marinho (2005) que a análise feita em *Vidas Secas* mostra as ressonâncias dos diálogos sociais sob uma concepção polifônica, segundo Bakhtin. Fazendo uma analogia ao texto jornalístico, podemos inferir que pode haver manifestação de pontos de vista dos atores sociais sobre temas geradores de reflexão.

Cunha (2005, p. 287) argumenta que Bakhtin tornou-se notável na linguística contemporânea justamente pela sua reflexão sobre o funcionamento da linguagem. A autora lembra que, no início do século XX, Bakhtin criticou as duas correntes linguísticas de seu tempo: o *subjativismo idealista*, que tinha o ato de fala de criação individual como fundamento da língua e o *objetivismo abstrato*, que tinha a língua como sistema normativo. A autora destaca a criação da disciplina metalinguística por Bakhtin, disciplina que estuda/vê a língua além da linguística sistêmica, centrando seu foco para a enunciação. Cunha (2005, p. 292) menciona que as diretrizes da linguística interacionista foram traçadas por Bakhtin. Destaca também que o teórico russo foi quem melhor percebeu e tratou da importância do estudo do discurso reportado e sua forma de transmissão. Ressalta que, sendo o discurso reportado um fenômeno bivocal, deve considerar na sua abordagem a interlocução.

Somando-se à reflexão de Cunha (2005), Brait (2009a, p. 63) assevera que a proposta metalinguística mediante a Bakhtin faz análise das obras literárias deve ser feita também discursivamente. Adverte que a linguística formal não deve ser descartada, visto que recursos linguísticos constituem o lastro para que o discurso se atualize concretamente em situações distintas, ou seja, literária e denotativamente em enunciações de cunho, por exemplo, jornalístico.

Em resumo, este capítulo trata estritamente sobre o discurso citado /de outrem, inicialmente, sob o viés do próprio Bakhtin e, num segundo momento, sob o olhar interpretativo de leitores do teórico russo. À guisa de sumarização, vale destacar algumas informações relevantes sobre a questão do discurso citado e sua função na arquitetura da enunciação. Considerando a presença de várias vozes constituintes na enunciação, falada ou escrita, Bakhtin oferece aporte teórico consistente quando trata do discurso citado na literatura, especificamente, na análise feita na obra *Problemas da poética de Dostoiévski*. Além disso, Bakhtin apresenta, nas três obras (*MFL*, *ECV* e *PPD*), a perspectiva dialógica em que as palavras são habitadas pelo discurso alheio. Para Bakhtin, a palavra quer ser ouvida,

respondida. Dessa forma, ela encerra certa tensão nas relações interlocutivas. Por esse motivo, os enunciados estão imbricados de pontos de vista sobre temas correntes numa dada sociedade. Os enunciados são constituídos de palavras e estas, por natureza discursiva, são tensivas. Esse pressuposto corrobora a perspectiva bakhtiniana de que a palavra é um signo e, como tal, é ideológica e representa uma luta de classe.

Na obra *Marxismo e filosofia da linguagem* (MFL), Bakhtin/Volochínov ([1929]2004) advogam que o uso do discurso citado não é apenas um problema de sintaxe formal, justamente porque esse tipo de discurso implica representação da voz alheia. Sua produção de sentido se justifica na enunciação, ou seja, a língua em uso concreto discursivamente. Sobre essa perspectiva, os autores asseveram que o discurso de outrem é definido/entendido como “o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV [1929]2004, p. 144).

Ainda em *MFL*, os autores destacam o discurso citado e a forma de sua transmissão, caracterizando-o pela sua funcionalidade e produção de sentido. Dessa forma, o discurso de outrem é apresentado sob as formas de discurso direto, discurso indireto e indireto livre. Essas particularidades são aplicadas, principalmente, na análise de obras literárias. Isso não impede a aplicação também em narrativas jornalísticas, tendo em vista que, assim como a obra literária tem um autor/narrador, a narrativa jornalística tem um locutor/repórter que é responsável pela articulação desse tipo de texto. Vale lembrar que, na manipulação das vozes alheias, tanto na literatura como no texto jornalístico, o autor (literatura) e o locutor/repórter (jornal) podem usar a seu favor o discurso de outrem.

Em *Estética da criação verbal*, Bakhtin (2010a) postula que cada enunciado é complexo e abriga outros enunciados, visto que “as palavras podem entrar no nosso discurso a partir de enunciações individuais alheias, mantendo em menor ou maior grau os tons e ecos dessas enunciações individuais” (BAKHTIN [ECV], 2010a, p. 293). Neste autor, o discurso do outro tem dupla expressão, a sua própria e a do enunciado que acolhe esse discurso. Na obra *Problemas da poética de Dostoiévski*, Bakhtin (2010b) enfatiza o uso do discurso do outro, principalmente, na análise de textos literários.

Todas as contribuições dos intérpretes de Bakhtin arroladas neste capítulo são válidas. Para representá-los, mencionamos apenas alguns deles. Fiorin (2008) destaca que o uso do discurso citado, em Bakhtin, demarca as vozes representativas de pontos de vista de outrem no conjunto da enunciação e, além disso, podem marcar aproximação ou distanciamento do locutor frente ao que está sendo exposto/narrado. Flores et al. (2009) mencionam que discurso

citado ganha vida e tensão na enunciação, justamente pelo seu caráter ideológico por envolver a voz alheia. Benites (2002) comenta que as palavras do outro podem ser usadas pelo locutor como reforço de suas próprias ideias. No caso do texto jornalístico, o uso do discurso citado pode marcar a parcialidade do locutor na construção das matérias. Nesta esteira de reflexão, Ponzio (2009) acrescenta que, no discurso citado, as palavras não são neutras e podem, por isso, trazer valorações ideológicas.

Enfim, o discurso citado, em Bakhtin, vai além das regras meramente gramaticais, pois o aspecto discursivo-ideológico é presentificado nesse tipo de discurso. Nesta perspectiva, uma palavra, bem como um conjunto delas, constituindo um enunciado, assume papel dialógico. Para Bakhtin, a palavra quer ser ouvida, respondida e, por isso, é um elemento que carrega certa tensão em uso efetivo na enunciação, falada ou escrita.

Concluído este capítulo, de cunho teórico, passamos ao capítulo III que trata dos aspectos metodológicos.

CAPÍTULO III

METODOLOGIA

3.1 – Metodologia de coleta do *corpus*⁷

A implantação do sistema de cotas no ensino público superior do Brasil tem sido motivo de muitas controvérsias. Diante disso, a imprensa se nutre de matérias e as faz circular em âmbito nacional, como é o caso da *Folha de S. Paulo on-line*, que passa a acompanhar os fatos, desempenhando seu papel de informar sobre a questão. Em vista da credibilidade e abrangência deste jornal, foi escolhido como portador dos textos que compõem o *corpus* desta pesquisa. O período delimitado para a seleção de textos, tratando da polêmica das cotas nas universidades públicas, está compreendido entre janeiro de 2001 a setembro de 2005. A opção por esse período se justifica pela maior quantidade de matérias encontradas sobre o tema. A coleta do *corpus* foi feita no portal www1.folha.uol.com.br/folha/educacao, sendo eleitos os textos informativos⁸ em cujas estruturas o uso do discurso citado é parte constituinte. A escolha desse gênero textual se deu em função das características que, geralmente, devem

⁷ Fizemos uma diferença, para fins meramente metodológicos, entre *corpus* e dados. Considera-se *corpus* o conjunto dos textos que integram esta pesquisa; consideram-se dados os textos efetivamente analisados tendo em vista a presença do discurso citado.

⁸ Textos cuja tipologia é representada por nota, notícia e reportagem. Isso posto, convém apresentar informações gerais a esse respeito. Reza o Manual de Redação e Estilo de Eduardo Martins (1997, p.254-255) que a reportagem é considerada a essência de um jornal e difere da notícia pelo conteúdo, extensão e profundidade. A notícia, de um modo geral, descreve o fato e, no máximo, seus efeitos e consequências. Além disso, acrescenta que a reportagem parte da notícia e desenvolve uma investigação mais abrangente dos fatos. A notícia centra-se na apresentação dos fatos sem esgotá-los e a reportagem, além de apurar os fatos, abre debate sobre os acontecimentos. Já o *Manual de Redação da Folha de S. Paulo* (MRSFP, 2001) registra que reportagens têm por objetivo transmitir ao leitor, de maneira ágil, informações novas, objetivas (que possam ser contestadas por terceiros) e precisas sobre os fatos, personagens, ideias e produtos relevantes. As reportagens se valem de ganchos oriundos da realidade, acrescidos de uma hipótese de trabalho e de investigação jornalística. Esse manual destaca ainda que “a relação do gancho com uma reportagem não deve ser automática, mas sim passar pelo crivo do jornalista, pela sua análise crítica” (MRSFP, 2001, p. 24). Frente a isso, nota-se que a informação pode sofrer sanções e adequações em sua construção levando-se em conta o interlocutor. Ainda sobre reportagem, Sarmiento (2003, p. 155-156) assevera que a reportagem apresenta e interpreta as relações que envolvem um determinado fato, é planejada e obedece a uma linha editorial. O seu assunto pode ser narrado de forma expositiva (narração simples e objetiva dos fatos), interpretativa (comentário sobre um fato central e sobre outro relacionado a ele), ou opinativa (opinião do repórter ou da empresa que ele representa, conduzindo a opinião do leitor). Bahia (1990, p. 49) argumenta que “toda reportagem é notícia, mas nem toda notícia é reportagem”. Vê-se que a reportagem implica a forma de ver a notícia, o fato, podendo projetar a notícia, uma vez que, na reportagem, se permite a observância do fato sob diversos ângulos. No jornalismo on-line é muito comum a ocorrência de notas que, segundo Rabaça e Barbosa (1987), são pequenas notícias destinadas à informação rápida, caracterizando-se por extrema brevidade e concisão.

apresentar como a busca da imparcialidade e da objetividade. Essa modalidade de textos atende ao nosso propósito de análise linguístico-enunciativa na presente tese.

Embora até hoje se discuta a questão das cotas nas universidades, foi possível constituir um *corpus* significativo de textos veiculados na *Folha de S.Paulo online* no período já mencionado. O espaço de tempo delimitado para a coleta do *corpus* foi muito produtivo, justamente por abarcar o início da implantação do sistema em algumas universidades, como a UERJ, Uenf, UNEB, UNB e outras. Além disso, nos anos de 2004 e 2005, registra-se o resultado desse sistema com as primeiras turmas formadas nas instituições que adotaram as cotas. Nesse momento, já era possível ter um panorama do processo no Brasil.

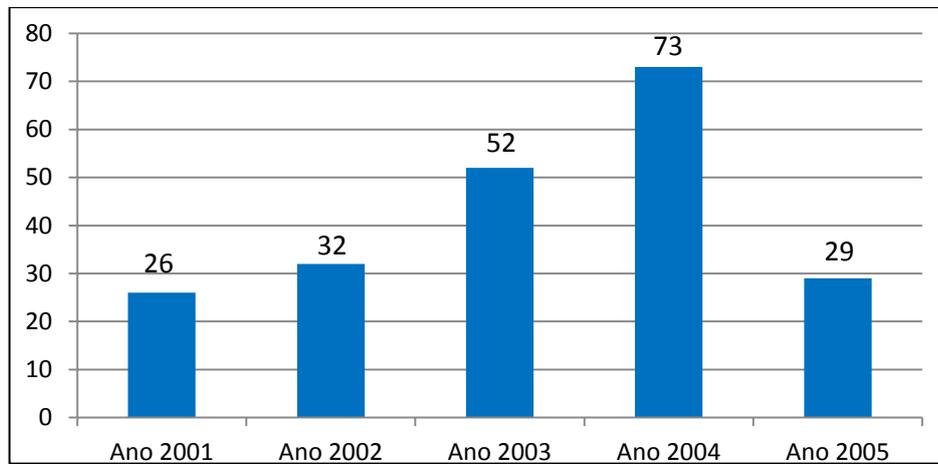
3.2 Metodologia de composição do *corpus*

Após a coleta dos textos, passamos à composição do *corpus*. Devido ao número de textos encontrados e condizentes com o nosso propósito de análise, sentimos a necessidade de distribuí-los quantitativamente por número de ocorrências, levando em conta o período utilizado para a seleção do *corpus*. Apresentamos, a seguir, um quadro geral da totalização desses textos.

A projeção da notícia segue um panorama distribuído no período de janeiro de 2001 a setembro de 2005, sendo que em 2001, tivemos 26 textos, em 2002, 32 textos, em 2003, 52 textos, em 2004, 73 textos e 2005, 29 textos, perfazendo um montante de 212 ocorrências. Como se vê, nos anos de 2001 e 2002, há poucas veiculações de textos, visto que as discussões ainda estavam no limiar da questão e uma minoria de universidades tinha implantado o sistema de cotas. A polêmica toma fôlego nos anos de 2003 e 2004, momento em que algumas universidades já apresentavam seus primeiros resultados com a formação de alguns acadêmicos ingressos pelo sistema de cotas. Temos, com isso, um ápice de ocorrências de textos nutrindo a mídia sobre o tema em tela. No ano de 2005, há um arrefecimento do assunto, mesmo assim ele continua ocupando espaço na mídia.

A seguir, destacamos o Gráfico 1 que representa a projeção dos textos informativos sobre as cotas nas universidades públicas brasileiras, considerando o período eleito para essa pesquisa.

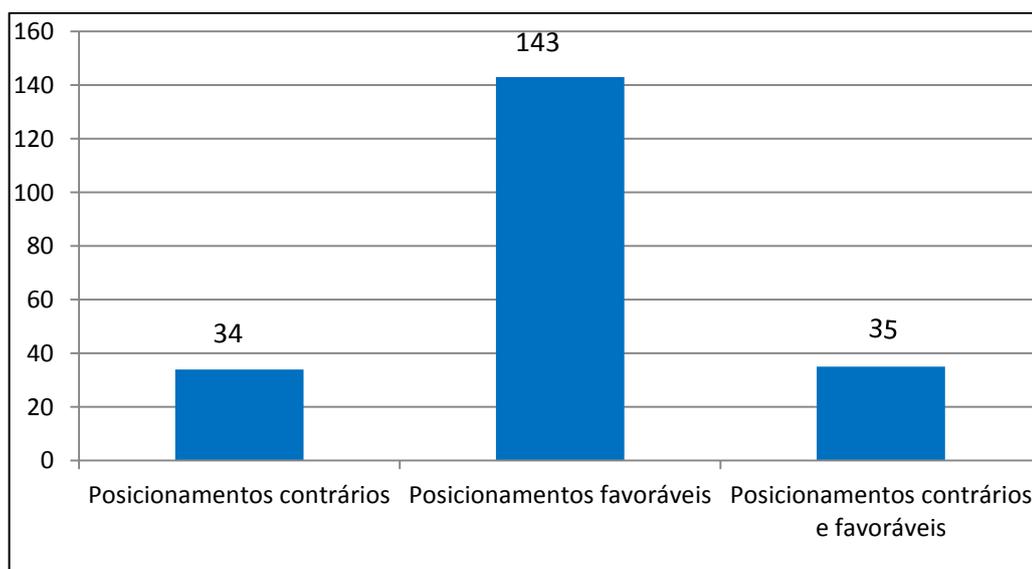
Gráfico 1: Projeção de notas, notícias e reportagens sobre cotas na *Folha de S. Paulo On-line* de janeiro/2001 a setembro/2005.



Fonte: gráfico elaborado por Geraldo José da Silva - 2014

Por uma questão didático-metodológica, esse *corpus* de 212 textos foi dividido em 3 blocos por abordagem: bloco 1, com 34 textos que apresentam explicitamente posicionamento contrário às cotas, bloco 2, com 143 textos que apresentam explicitamente posicionamento favorável às cotas e bloco 3, com 35 textos em que pontos de vista favoráveis e contrários são explicitamente registrados concomitantemente em cada texto. A título de ilustração, apresentamos o gráfico representativo dos pontos de vista distintos sobre as cotas nas universidades públicas no Brasil.

Gráfico 2 – Posicionamento sobre cotas na *Folha de S. Paulo On-line* de Janeiro de 2001 a Setembro de 2005



Fonte: gráfico elaborado por Geraldo José da Silva- 2014

O gráfico acima mostra a relevância que o tema ganha em âmbito social e educacional no que se refere à realidade brasileira, incluindo a questão racial. Num total de 212 textos, 67,05% (143) registram o ponto de vista favorável à ação afirmativa que defende a adoção de cotas nas universidades públicas do país. O posicionamento contrário soma 16,01% (34) e o posicionamento contrário e favorável, concomitantemente em cada texto, soma 16,07% (35). Os diferentes posicionamentos na mídia sobre o tema confirmam a polêmica que uma política de ação afirmativa, dessa natureza, pode gerar na sociedade brasileira. Esse *corpus* possibilita inúmeras maneiras de análise, aqui adotamos a constante no item 3.3 a seguir.

3.3 Metodologia de análise de dados

A análise far-se-á em dois momentos. O primeiro ilustrará uma taxionomia dos textos subdividindo-se em três blocos por abordagem sobre a questão das cotas nas IES públicas brasileiras. Será feita uma síntese analítica geral por amostragem de cada bloco textual, destacando-se o uso do discurso de outrem e os efeitos produzidos por esse mecanismo linguístico-enunciativo na construção da informação. Para tanto, usaremos como critério avaliativo, a ocorrência do discurso de outrem em alguns títulos e corpos textuais escolhidos aleatoriamente no conjunto geral constituintes dos 3 blocos, verificando se esse recurso linguístico contribui para marcar parcialidade enunciativa em notas, notícias e reportagens.

O segundo momento tratará da análise pontual de um texto de cada bloco temático, mostrando como o locutor/repórter utiliza o discurso de outrem na enunciação jornalística. Além disso, consideraremos recursos linguísticos como verbos *dicendi*, marcas de discurso direto, discurso indireto e uso de aspas na constituição dos textos informativos. Também levaremos em conta a distribuição dos argumentos na composição dos parágrafos, o discurso de outrem nos títulos e na estrutura global dos textos como marca enunciativa de parcialidade. Será obedecida uma ordem de análise dos textos que representam suas respectivas abordagens posicionais, conforme a sequência: a) bloco 1, com pontos de vista contrários às cotas, b) bloco 2, com pontos de vista favoráveis às cotas, c) bloco 3, com textos com posicionamentos favoráveis e contrários às cotas concomitantemente no texto.

Para a escolha dos textos representativos de cada bloco, levamos em conta que, para Bakhtin, cada texto é sempre singular e, por conseguinte, sua análise também é singular. Dessa forma, poderíamos selecionar qualquer texto, visto que a escolha de um cumpre a função de ilustrar como se faz uma análise em um texto dessa natureza.

3.4 Apresentação dos dados

O *corpus* contém 212 textos informativos sobre as cotas, portanto, de cunho polêmico. O conjunto dos textos está dividido em três blocos, cada um considera a abordagem com o registro dos pontos de vista sobre a questão. Os posicionamentos representam as vozes sociais (governamentais, civis, movimento negro, Ongs e das próprias IES públicas) manifestados e registrados pela mídia sobre a implantação do sistema de cotas no ensino superior público brasileiro. Essa polêmica ocupa pauta nacional principalmente no período compreendido entre os anos de 2001 a 2005, quando algumas universidades decidem adotar essa política de ação afirmativa.

A seguir, apresentamos os blocos posicionais com a distribuição das matérias veiculadas na *Folha de S. Paulo on-line* no período já mencionado. Para tanto, utilizamos uma sumarização geral de cada bloco textual, acompanhada de gráficos que os representa estatisticamente. Além disso, tem-se um texto representativo de cada bloco para uma análise ampla, por amostragem, no capítulo 4, seguido de uma nominata dos textos que compõem cada bloco.

3.4.1 bloco 1 – Textos com posicionamento contrário às cotas nas universidades públicas brasileiras (2001-2005)

Este bloco apresenta 34 matérias (16,01%) dos 212 textos veiculados sobre as cotas na *Folha de S. Paulo On-line*, no período datado de janeiro de 2001 a setembro de 2005. O registro de pontos de vista contrários às cotas confirma a hipótese da controvérsia que o tema gera. Grandes universidades públicas são desfavoráveis à política de cotas de reserva de vagas no ensino superior, principalmente USP, UFRJ, UNESP e UNICAMP. Protestos surgem nas mais diversas entidades sobre essa política, tida como ação afirmativa.

Em 2001, computa-se a ocorrência de cinco matérias em que posições contrárias são manifestadas. Há texto registrando que a polêmica das cotas tem sido discutida desde os Estados Unidos da América, como é o caso da Universidade de Michigan. Essa temática em torno das cotas traz consigo inúmeras discussões naquela universidade, pois a questão racial naquele país é histórica. No Brasil, a controvérsia não é diferente, pois o próprio ministro da Educação, à época, Paulo Renato de Souza, se declara contrário às cotas e propõe outras medidas como, por exemplo, cursinho para negros. Essa ideia é somada pelo Reitor da USP, ao declarar que “a disparidade racial entre os alunos da Universidade de São Paulo não é

exclusiva da instituição, mas sim um problema que atinge toda a sociedade brasileira”. Para ele, as cotas para negros na universidade “é uma solução falsa para um problema real”, conforme texto da *Folha de S. Paulo On-line* de 03/03/2001.

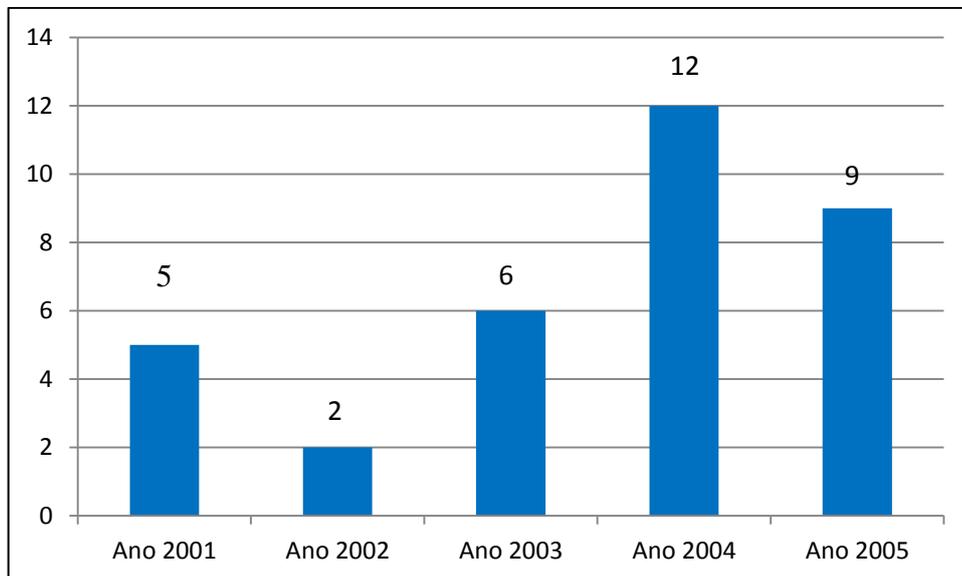
Ainda nessa linha de posições contrárias às cotas, temos em 2002, o total de dois textos em que fica clara a aversão ao sistema de cotas. O então presidente do Senado, Ciro Gomes, em debate promovido pela *Folha de S. Paulo*, diz que não é favorável ao sistema. Há ainda a posição de Eunice R. Durhan (USP), que lamenta que o Brasil siga o exemplo americano sobre cotas que tanta controvérsia causou e causa. Embora sejam apenas duas ocorrências apontando pontos de vista contrários, isto é suficiente para demonstrar a natureza polêmica do tema.

No ano de 2003, um total de seis textos trazem o posicionamento contrário às cotas. Isso fica evidente em matérias que mostram o descontentamento de escolas que chegam a preparar ações contra cotas em universidades. Além disso, a constitucionalidade das cotas é questionada. O sindicato que representa escolas particulares do Rio vê inconstitucionalidade nas cotas e afirma que “o princípio dessa ação é que qualquer discriminação é inconstitucional. O estudante não pode ser punido porque é branco ou porque estudou em escola particular”. Nessa esteira de adversidade à política de cotas, há depoimento de parlamentar que afirma que as cotas vão gerar mais preconceitos.

Em 2004, a presença de doze textos com posições contrárias às cotas confirma a hipótese da controvérsia que o tema suscita. Universidades como USP, UFRJ não são simpáticas à ideia de cotas, mesmo sendo públicas. Os debates se acirram nas mais diferentes esferas do campo educacional e político do país. USP, UNESP e UNICAMP propõem outras ações de inclusão que não sejam cotas. Escolas de São Paulo discordam de pontos da “estatização” de vagas, e o Programa Universidade para todos (PROUNI) é criticado. Aspectos como seleção de cotistas, no que respeita a saber quem é negro no Brasil, engrossam a discordância ao sistema.

A contrariedade ao sistema de cotas é mantida também em nove textos de janeiro a setembro de 2005. Universidades renomadas como USP, UNESP e UNICAMP se mostram contrárias ao sistema. USP e UNESP chegam a buscar alunos da escola pública com outras ações menos as de cotas. A tese de saber quem é negro no Brasil reforça os argumentos desfavoráveis às cotas, universidades questionam as metas do projeto de reforma universitária no que respeita às cotas. Apresentamos, a seguir, o Gráfico 3 representativo dos pontos de vista contrários às cotas.

Gráfico 3 – Abordagem com ênfase no posicionamento contrário às cotas nas IES públicas de janeiro de 2001 a Setembro de 2005.



Fonte: gráfico elaborado por Geraldo José da Silva – 2014

O Gráfico 3 nos mostra a projeção de matérias que trazem posições contrárias às cotas nas IES públicas brasileiras, considerando o ciclo de debates e o percurso temporal da implantação do sistema em algumas instituições. Verificamos que, no ano de 2004, o fluxo de matérias ocupa lugar de destaque. Isso demonstra que alguns resultados experienciados pelas universidades já apareciam no quadro nacional da educação superior pública sobre a adoção do sistema de cotas.

3.4.1.1 Texto eleito para representar o bloco 1 na análise

Para representar o bloco 1 na análise, no capítulo 4, apresentamos o texto “Cotas e conselhos comunitários são alvos de críticas”, de CAMILA MARQUES da Folha Online, seguido da nominata dos demais textos constituintes deste bloco.

11/03/2005 - 12h40 - Cotas e conselhos comunitários são alvos de críticas -CAMILA MARQUES da Folha Online

[1º§] Além de reclamar da falta de metas do anteprojeto de reforma universitária, os reitores da USP, Unicamp e Unesp são contrários a outros dois pontos de grande importância para o Ministério da Educação: as cotas para egressos de escolas públicas e a criação dos conselhos comunitários. De acordo com o projeto do MEC, 50% das vagas das instituições federais de ensino superior deverão ser reservadas para afrodescendentes, índios e alunos egressos do ensino público.

[2º§] Segundo o projeto, o conselho comunitário social será uma entidade de caráter opinativo, e não normativo, e que será composto por sindicatos, associações de classe e entidades corporativas da sociedade civil. Os conselhos poderão emitir opiniões e fazer relatórios sobre o desempenho da instituição.

[3º§] "Toda universidade sabe qual é o anseio da sociedade e da comunidade em que está inserida. E elas têm muito o que contribuir, é louvável que participem do projeto, mas não como um conselho comunitário", diz Marcos Macari, reitor da Unesp. Segundo ele, a sociedade já tem representantes no conselho universitário da instituição, inclusive com poder de voto.

[4º§] Carlos Brito, reitor da Unicamp, e Adolpho Melfi, da USP, têm exatamente o mesmo discurso: são contrários ao conselho do jeito em que está descrito no projeto.

[5º§] "É um equívoco na maneira em como está sendo proposto. O objetivo de aumentar as conexões com a sociedade é adequado, mas para funcionar, [os conselhos] deveriam existir de acordo com um tema. Grupos que discutissem as políticas do hospital universitário, ou da área de tecnologia", afirma Brito.

[6º§] Além disso, diz ele, o conselho universitário atual já tem membros externos. "Foi de um membro da sociedade, inclusive, que partiu a sugestão da política afirmativa que implantamos". Em seu vestibular, a Unicamp dá pontos extras para afrodescendentes e alunos de escolas públicas, condicionando o ingresso na faculdade ao desempenho na prova, e não na cor da pele ou na renda.

[7º§] "O que o ministro fala que eles serão conselheiros consultivos. Mas no projeto da reforma, se verifica que esse conselho vai opinar no processo de avaliação da universidade, ou seja, terá força de influenciar o destino da instituição. Sou totalmente contrário a isso. Do jeito que está, ele fere a tão defendida autonomia", diz Melfi.

Cotas

[8º§] O mesmo tom de insatisfação é adotado pelos reitores na definição de cotas para egressos de escolas públicas e afrodescendentes --estes últimos, deverão ter espaço na universidade na mesma proporção que se encontram na sociedade, segundo definir (sic) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

[9º§] "Acho as cotas interessantes, mas não de maneira impositiva como quer o projeto, com a reserva de vagas de uma hora para outra. O que deveria ser feito é o estabelecimento de uma meta. No caso, de que 50% das vagas fossem ocupadas por alunos de escolas públicas em X anos. E ficaria, assim, a cargo da universidade ou faculdade definir como isso seria feito", sugere Marcos Macari.

[10º§] Ele lembra que, em 1989, o governo de São Paulo definiu um aumento de 33% das vagas noturnas em universidades públicas estaduais, dando um prazo para que isso ocorresse. "Então nós criamos mecanismos, abrindo cursos e aumentando cadeiras. Em meados dos anos 90, a inserção foi cumprida. Mas não com uma medida normativa", diz.

[11º§] Segundo Brito, as cotas mais uma vez esbarram na questão da autonomia. "Em vez de estabelecer um objetivo, querem pôr a mão no modo em como promoveremos a inclusão. Eles vão, assim, tocar no ponto principal da seleção, que é a qualidade dos alunos", acredita Brito.

[12º§] Para Melfi, as políticas afirmativas funcionam melhor do que o simples estabelecimento de cotas, porque levam aos bancos universitários alunos capacitados de fato. "Dar isenção de inscrição já traz muita gente para a prova. Além disso, é preciso levar as escolas para as regiões necessitadas. Na USP Leste, por exemplo, 22% dos alunos são afrodescendentes e 47% vieram de escolas públicas. Na Cidade Universitária, esses número são, respectivamente, de 10% e 28%", explica o reitor da USP.

[13º§] Segundo os três reitores, a realidade é que, com o atual modelo universitário, não vai se resolver o problema de exclusão educacional. É preciso investir em ensino fundamental e médio para abrir ao aluno um leque de oportunidades. Aí sim o estudante carente poderá escolher o que fazer. "Não é o simples acesso ao ensino superior que promoverá a inclusão social", afirma o reitor da Unicamp.

Obs.: A escolha desse texto deu-se em função de ele se configurar em um caso evidente de exemplaridade. Obviamente, o discurso citado é constituinte em sua estrutura assim como nos demais textos do bloco, no entanto, ele condensa todos os aspectos gerais referentes à presença do discurso citado. Sua presença em destaque, porém, não deixa de ser apenas uma amostragem de análise sob a perspectiva linguístico-enunciativa balizada na teoria bakhtiniana.

3.4.1.2 Nominata dos textos com pontos de vista contrários às cotas- bloco 1

**NOMINATA E TEXTOS DO BLOCO 1 – POSICIONAMENTO CONTRÁRIOS ÀS COTAS
NAS IES PÚBLICAS BRASILEIRAS (ANOS DE 2001 A 2005)**

Textos Bloco 1	Ano 2001	POSICIONAMENTO CONTRÁRIO ÀS COTAS	Locutor/repórter Empresa jornalística
T01B1	03/03/2001	Reitor da USP critica proposta de cota de vagas para negros	Folha Ribeirão
T02B1	06/04/2001	Para ministro, dados do IBGE sobre educação são 'espetaculares'	Agência Folha
T03B1	23/05/2001	Cotas nas universidades poderiam fazer notas mínimas caírem	Folha online
T04B1	26/08/2001	Paulo Renato quer pré-vestibular só para negros	Folha em SP e Brasília
T05B1	01/09/2001	Universidades públicas brasileiras são menos elitistas	Antônio Gois
2002		POSICIONAMENTO CONTRÁRIO ÀS COTAS	Locutor/repórter Empresa jornalística
T06B1	23/05/2002	Problema de escolarização surge no ensino básico	Eunice R. Durhan
T07B1	08/08/2002	Ciro discute com estudante em Brasília	Luiza Damé
Textos Bloco 1	ANO 2003	POSICIONAMENTO CONTRÁRIO ÀS COTAS	Locutor/repórter Empresa jornalística
T08B1	12/02/2003	Escolas particulares preparam ação contra cotas em universidades	Antônio Gois e Fernanda da Escóssia
T09B1	10/03/2003	Cristovam diz que cota para negros deve ser mais debatida	Folha online
T10B1	15/05/2003	"Brasil é arquipélago de corporações", diz Cristovam Buarque	Giovana Mollona
T11B1	24/05/2003	Ministro diz que cotas para negros vão gerar mais preconceito	Giovana Mollona
T12B1	18/06/2003	Constitucionalidade das cotas é contestada	Folha online
T13B1	03/12/2003	Governo quer Saesp nas escolas particulares	Dani Blaschkauer
Textos Bloco 1	ANO 2004	POSICIONAMENTO CONTRÁRIO ÀS COTAS	Locutor/repórter Empresa jornalística
T14B1	23/01/2004	Branco e ricos predominam nos cursos mais disputados da USP	Cláudia Collucci
T15B1	17/02/2004	Escolas de SP discordam de pontos da "estatização" de vagas	Fábio Takahashi
T16B1	26/02/2004	Seleção é maior empecilho para "estatizar" vagas, diz associação	Fábio Takahashi
T17B1	04/05/2004	Ação pede suspensão de reserva de vagas para estudante carente no Rio	Folha online
T18B1	30/05/2004	USP busca alternativas à política de cotas	Folha online
T19B1	08/06/2004	MEC estuda loteria para financiar federais	Ana Flor
T20B1	21/07/2004	Em Brasília, estudantes protestam contra reforma universitária	Folha online
T21B1	06/08/2004	UFRJ não terá cotas para alunos negros no vestibular deste ano	Folha online
T22B1	21/09/2004	UFRJ confirma rejeição ao sistema de cotas	Camila Marques
T23B1	12/11/2004	Confronto entre estudantes da PUC e policiais deixa 15 feridos	Martha Alves
T24B1	18/11/2004	"Problema está na educação básica", diz estudante	Fernanda Bassette
T25B1	08/12/2004	Justiça determina que UFPR não adote sistema de cotas	Folha online
Textos Bloco 1	ANO 2005	POSICIONAMENTO CONTRÁRIO ÀS COTAS	Locutor/repórter Empresa jornalística
T26B1	23/02/2005	STF suspende reserva de vagas em faculdade estadual de SP	Folha online
T27B1	11/03/2005	Cotas e conselhos comunitários são alvos de críticas	Camila Marques
T28B1	11/03/2005	Universidades dizem que o projeto de reforma não define metas	Camila Marques
T29B1	28/03/2005	MEC recebe sugestões para a reforma universitária até quarta-feira	Folha online
T30B1	29/03/2005	MEC recebe até amanhã sugestões à reforma universitária	Folha online
T31B1	29/04/2005	Estudo diz que sistema de cotas baixaria pontuação	Laura Capriglione, da Folha de S.Paulo

T32B1	28/07/2005	USP frustra as expectativas pelas cotas	Folha de S.Paulo
T33B1	31/08/2005	População maranhense tem DNA amazônico	Salvador Nogueira
T34B1	08/09/2005	USP e Unesp buscam aluno da escola pública	Fábio Takahashi

LEGENDA: **T**= Total de textos; **B1** = Bloco 1 (posicionamento contrário às cotas)

3.4.2 bloco 2 – Textos com posicionamento favorável às cotas nas universidades públicas brasileiras (2001-2005)

Este bloco de textos contém cento e quarenta e três (143) matérias o que representa (67,05%) de um montante de duzentos e doze (212) textos informativos eleitos no período de janeiro de 2001 a setembro de 2005. Esse percentual mostra que a maioria das posições demonstradas no Jornal *Folha de S. Paulo On-line* são favoráveis ao sistema de cotas. Vale destacar que um tema polêmico como esse, mesmo sendo os textos construídos com o registro de pontos de vista favoráveis à política de cotas, a polêmica não deixa de existir. Vemos que, ao mesmo tempo que se mostra apenas um só ponto de vista sobre a questão, nega-se o outro, no caso, o que é contrário às cotas.

Diante disso, diluímos os 143 textos por ocorrências veiculadas anualmente para que se possa perceber a projeção da notícia no período escolhido para essa pesquisa.

Registramos, em 2001, um total de onze textos em que o posicionamento favorável às cotas é revelado. A preocupação com a questão da discriminação racial e a pouca presença das minorias na universidade é uma constante na maioria dos textos. É notória a defesa do sistema de cotas por Ongs, movimentos sociais, autoridades do mundo político e, nesse momento, tem-se a adoção do sistema de cotas para negros, pardos e alunos do ensino médio público nas Universidades Estaduais do Rio de Janeiro (UERJ e UNEF). Frente a essa realidade, a mídia cumpre seu papel e passa a acompanhar as discussões que se avolumam no Rio de Janeiro e no restante do país.

Ainda nessa esteira de manifestação favorável às cotas, temos, em 2002, a ocorrência de vinte e quatro textos. Destacam-se matérias que tratam da adoção de cotas pelas Universidades Estaduais do Rio e a mobilização do movimento negro e Ongs pela implementação do sistema de cotas e sua aprovação pelo Senado. Há também textos que mencionam que as cotas não diminuem a qualidade dos cursos, visto que vestibulandos cotistas tiram notas semelhantes à dos não cotistas. Além disso, registra-se que a Uerj e a Unef preconizam a implantação de cotas para negros no Rio.

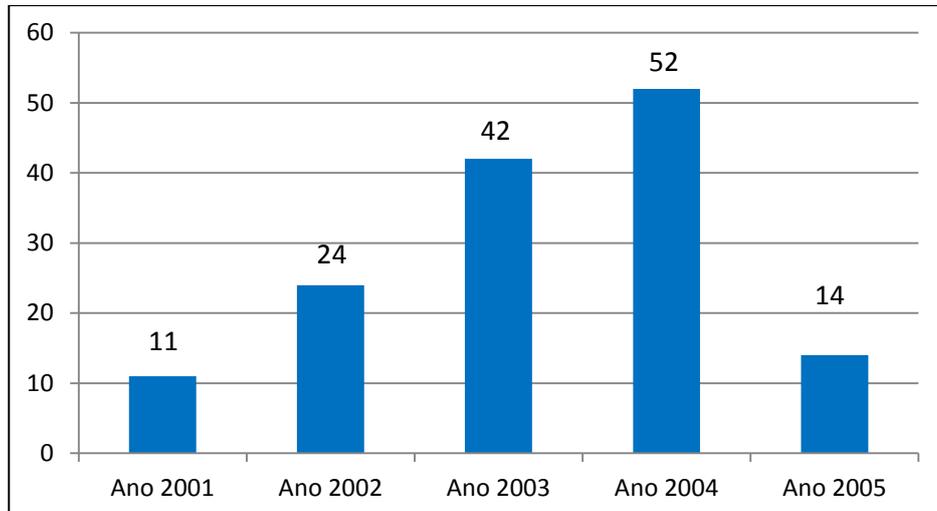
De igual teor temático, em 2003, temos quarenta e dois textos. A luta em defesa do sistema continua por grupos sociais organizados. Universidades públicas como Unifesp,

UnB, UFMT, UEMS e Uneb discutem e implementam o sistema de cotas em suas instituições. As Universidades UERJ e UNEF, que já haviam adotado o sistema de cotas desde 2001/2002, colhem os primeiros resultados dessa experiência. O elenco de eventos que envolvem debates e seminários sobre a política de cotas nas IES públicas se avoluma em todo o país. Mesmo com as controvérsias, os pontos de vista em defesa do sistema continuam ocupando seu espaço na mídia. Diversas matérias validam a defesa das cotas, como o fato de primeiro senador negro ter assumido a presidência do Senado, mesmo que interinamente; a luta de José Sarney contra a discriminação no Brasil e a defesa de seu projeto de cotas que gerou tantas controvérsias e a soma do ministro da Educação Cristovam Buarque em favor das cotas, dentre outras.

Em 2004, o número de textos que registram posicionamento favorável às cotas é de cinquenta e dois. Os discursos provêm de autoridades, jornalistas, governo, representantes das universidades públicas. O que se nota é que o tema atinge o seu auge, pois algumas universidades já podem expor resultados sobre a implantação dessa política de ação afirmativa. O conjunto de matérias veiculadas na mídia reforça a ideia e a relevância que o tema adquire ao longo desse ano. Algumas delas ilustram bem os pontos positivos em torno da política de cotas, como o bom desempenho de cotistas na UnB, o aumento da procura por cota racial na UFPR, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais também aprovando o sistema de cotas e a luta do movimento estudantil em defesa das cotas.

Já no ano de 2005, temos quatorze textos que apresentam vozes defensoras das cotas. O discurso do governo continua se mostrando a favor das cotas, inclusive na reforma universitária. Temas como a criação da secretaria nacional da juventude, a Câmara dos Deputados discutindo a reserva de vagas na universidade, Lula cobrando consciência social e Gilberto Gil defendendo essa política de ação afirmativa reforçam o coro em defesa das cotas. O Gráfico 4 demonstra a ocorrência de matérias em que posicionamentos favoráveis às cotas se manifestam.

Gráfico 4 – Abordagem com ênfase no posicionamento favorável às cotas nas IES públicas de janeiro de 2001 a setembro de 2005.



Fonte: gráfico elaborado por Geraldo José da Silva- 2014

As matérias que apresentam pontos de vista favoráveis às cotas aparecem num crescendo quantitativo de 2001 a 2004, período da discussão e implantação do sistema de cotas nas IES públicas brasileiras. No ano de 2005, nota-se um arrefecimento no número de textos. Como se vê, os anos de 2003 e 2004 registram um apogeu no que se refere a textos nos quais os pontos de vista em defesa das cotas nas universidades são manifestados. De forma geral, todos os 143 textos contêm o uso do discurso citado em suas estruturas. Por se tratar de tema polêmico, o fato de apenas termos a defesa das cotas, não impede o leitor de perceber a arena de conflito que se mostra nas materialidades linguísticas lidas. O simples fato de defender um ponto de vista pressupõe a negação do outro.

3.4.2.1 Texto eleito para representar o bloco 2 na análise

Para representar o bloco 2, no capítulo 4 – de análise – elegemos o texto “Cota não resolve exclusão, mas é impulso para reforma, diz Genro” - da Folha Online, abaixo, seguido da nominata dos demais textos componentes deste bloco.

20/10/2004 - 13h10 Cota não resolve exclusão, mas é impulso para reforma, diz Genro - da Folha Online

[1º§] O ministro da Educação, Tarso Genro, rebateu nesta quarta-feira as críticas ao projeto de lei do Executivo que institui o sistema de cotas nas universidades públicas para alunos que tenham cursado o ensino médio em escola pública, alunos negros, índios e descendentes.

[2º§] Genro afirmou que o projeto não soluciona um problema de exclusão social, mas significa impulso para uma "grande reforma" do ensino universitário no país. "O projeto não vai resolver um

problema de exclusão social, mas seria um caminho para a construção de uma universidade pública mais democrática", disse o ministro.

[3º§] O projeto de lei que institui as cotas está tramitando na Câmara dos Deputados. O governo espera que o Congresso Nacional vote a proposta ainda neste ano para que ela entre em vigor em 2005.

[4º§] Nesse sentido, Tarso Genro fez um apelo ao Congresso para que aprove "o mais rápido possível" o projeto de lei. Para ele, sem a aprovação em 2004, o sistema só seria implantado em 2006, o que prejudicaria "boa parte da população carente".

Regras

[5º§] De acordo com o projeto, as universidades federais do país deverão reservar, no mínimo, 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. A distribuição dessas vagas levará em conta o perfil da população da unidade da federação onde está instalada a universidade, segundo o último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

[6º§] Dentre as vagas reservadas aos alunos procedentes da rede pública, haverá um percentual mínimo para estudantes autodeclarados negros e indígenas.

[7º§] O ministro compareceu à Comissão de Educação do Senado para falar sobre o projeto mas, por falta de quórum, a sessão foi adiada.

Obs.: A escolha desse texto deu-se em função de ele se configurar em um caso evidente de exemplaridade. Obviamente, o discurso citado é constituinte em sua estrutura assim como nos demais textos do bloco, no entanto, ele condensa todos os aspectos gerais referentes à presença do discurso citado. Sua presença em destaque, porém, não deixa de ser apenas uma amostragem de análise sob a perspectiva linguístico-enunciativa balizada na teoria bakhtiniana.

3.4.2.2 Nominata dos textos com pontos de vista favoráveis às cotas- bloco 2

NOMINATA E TEXTOS DO BLOCO 2 – POSICIONAMENTO FAVORÁVEL ÀS COTAS NAS IES PÚBLICAS BRASILEIRAS (ANOS DE 2001 A 2005)

Textos Bloco 2	Ano 2001	Posicionamento favorável às cotas nas IES públicas brasileiras	Locutor/repórter Empresa jornalística
T01B2	14/01/2001	Provão revela barreira racial no ensino	Antônio Gois
T02B2	05/04/2001	Lei da reserva de vagas na Uerj e Uenf entra em vigor	Folha Online
T03B2	05/07/2001	Negros querem reparos pela escravidão	Fernanda da Escóssia e Cristian Klein
T04B2	22/08/2001	Delegação brasileira quer cotas para negros nas universidades	Fernanda da Escóssia
T05B2	05/09/2001	União Europeia ameaça deixar conferência da ONU contra o Racismo	Fernanda da Escóssia
T06B2	13/09/2001	RESUMÃO-ATUALIDADES: a conferência da intolerância	Roberto Candelori
T07B2	28/09/2001	Uerj irá financiar projetos que combatam a desigualdade racial	Fernanda da Escóssia
T08B2	01/10/2001	Uerj lança projeto de apoio ao negro na universidade	Fernanda da Escóssia
T09B2	09/10/2001	Deputados aprovam reservas de vagas para negros em faculdades do Rio	Fernanda da Escóssia
T10B2	26/11/2001	Indígenas terão cotas nas universidades estaduais do Paraná	Folha Online
T11B2	16/12/2001	Cota para negro em universidades esbarra em falta de critérios	Roberto Cosso
Textos Bloco 2	ANO 2002	POSICIONAMENTO FAVORÁVEL ÀS COTAS	Locutor/repórter Empresa jornalística
T12B2	05/03/2002	Governo do Rio define cotas para negros em universidades	Folha online
T13B2	11/03/2002	Rio de Janeiro terá cotas para negros em universidades	Folha online
T14B2	12/03/2002	Senado vota projeto que beneficia negros nas universidades	Folha online
T15B2	21/03/2002	Universidade de SP terá cotas para negros	Iuri Dantas
T16B2	16/04/2002	Senado vota projeto que prevê cotas para negros nas universidades	Folha online

T17B2	17/04/2002	Senado aprova cotas para negros em universidades	Folha online
T18B2	20/04/2002	Comissão do Senado aprova cotas para universitários negros	Folha online
T19B2	23/05/2002	SP terá universidade com reserva para negros no ano que vem	Folha online
T20B2	23/05/2002	Ongs e instituições de SP oferecem bolsas a estudantes negros	Folha online
T21B2	23/05/2002	Cotas para negros em universidades será adotada neste ano no Rio	Fábio Porto Silva
T22B2	23/05/2002	Cotas para promover a igualdade	Edna Roland
T23B2	25/05/2002	Falta de verba ameaça sistema de cotas para negros	Antônio Gois
T24B2	27/05/2002	Movimentos sociais reivindicam espaço	Folha online
T25B2	03/06/2002	Universidade amplia vagas, mas ainda é lugar de ricos	Antônio Gois
T26B2	26/06/2002	Benedita libera R\$ 4 milhões para implementar sistema de cotas	Antônio Gois
T27B2	05/07/2002	Rio regulamenta lei de cotas para negros	Folha online
T28B2	22/07/2002	Uerj e Uenf iniciam inscrições para vestibular de reserva de cotas	Folha online
T29B2	22/07/2002	Bahia reserva 40% das vagas para negros	Luiz Francisco
T30B2	21/08/2002	PT defende cotas para negros nas faculdades	Fábio Zanini
T31B2	14/10/2002	Serra defende FHC e diz que Lula dá medo; Lula faz festa com aliados	Fabiana Futema
T32B2	03/11/2002	Militantes querem que cor seja declarada	Folha online
T33B2	03/11/2002	Negros convivem com “enrustidos”	Folha online
T34B2	03/11/2002	No Rio, vestibulandos negros têm notas próximas às dos demais	Folha online-Rio
T35B2	20/11/2002	Cerca de 50 mil comemoram o dia da consciência negra em Salvador	Luiz Francisco- Folha em Salvador
Textos Bloco 2	ANO 2003	POSICIONAMENTO FAVORÁVEL ÀS COTAS	Locutor/repórter Empresa jornalística
T36B2	05/02/2003	Senador é 1º negro a assumir interinamente presidência da casa	Ricardo Mignone
T37B2	06/02/2003	Nova secretaria vai combater a desigualdade	Folha online
T38B2	08/02/2003	Uerj é a 1ª a adotar sistema de cotas para negros	Folha online
T39B2	08/02/2003	Na era das cotas, negro é o 1º em medicina na Uerj	Antônio Gois e Sabrina Petry
T40B2	09/02/2003	Cotas em universidades podem ser desastrosas , diz Uerj	Antônio Gois
T41B2	09/02/2003	Estudantes negros temem discriminação em universidades	Folha online
T42B2	10/02/2003	Cresce procura por cursinhos para negros	Folha online
T43B2	15/02/2003	Só 36,6% entram na Uerj fora das cotas	Antônio Gois
T44B2	26/02/2003	Rio discute amanhã cotas para negros nas universidades	Folha online
T45B2	09/03/2003	Desembargador paulista pode ir para o STF	Kennedy Alencar e Silvana de Freitas
T46B2	12/03/2003	Sistema de cotas nas universidades será debatido amanhã no RJ	Folha online
T47B2	13/03/2003	Alerj realiza 1ª audiência sobre sistema de cotas na universidade	Folha online
T48B2	02/04/2003	Ministro quer trocar vestibular por avaliação seriada de aluno	Luciana Constantino
T49B2	02/05/2003	Lula indicará procurador negro para o STF	Kennedy Alencar e Silvana de Freitas
T50B2	07/05/2003	Veja o perfil de Barbosa Gomes, primeiro negro indicado para o STF	Folha online
T51B2	12/05/2003	Secretária de Igualdade Racial defende cotas em universidades	Folha online
T52B2	18/05/2003	Preconceito afeta desempenho na escola	Antônio Gois
T53B2	18/05/2003	Nos EUA, critério racial para admissão nas escolas vai à Suprema Corte	Folha online
T54B2	25/05/2003	Fundação Palmares discute acesso de negros às universidades	Folha online
T55B2	27/05/2003	Unifesp inicia discussão para definir cotas	Folha online
T56B2	06/06/2003	UnB aprova distribuição de cotas para negros	Carlos Ferreira
T57B2	07/06/2003	UnB aprova cotas para negros e índios	Luciana Constantino
T58B2	24/06/2003	Empresa e Ongs financiam negros na universidade	Fabiano Maisonnave
T59B2	24/06/2003	No Brasil, reserva de vagas para negros está no Supremo	Antônio Gois
T60B2	26/06/2003	Cristovam diz ser favorável a reserva de cotas em universidades	João Novaes
T61B2	01/07/2003	Rosinha propõe novo sistema de cotas no Rio	Folha online
T62B2	17/07/2003	Grupo de trabalho do governo irá estudar criação de cota para negros	Folha online
T63B2	13/08/2003	Estudantes ocupam reitoria da UFBA e pedem cotas para negros	Luiz Francisco

T64B2	14/08/2003	Estudantes fazem acordo e deixam reitoria da UFBA	Luiz Francisco
T65B2	15/08/2003	Rio reduz cotas nas universidades estaduais	Antônio Gois
T66B2	17/08/2003	Líder sem-teto chegou a São Paulo semi-analfabeta e hoje cursa direito	Folha online
T67B2	08/09/2003	Rio dará ajuda financeira para estudantes do sistema de cotas	Folha online
T68B2	11/09/2003	“Dinheiro público é para escola pública”	Folha online
T69B2	20/09/2003	Ministra propõe ação afirmativa contra desigualdade racial	Edney Cielici Dias
T70B2	17/11/2003	Gilberto Gil defende visão negra no cinema brasileiro	Folha online
T71B2	19/11/2003	Negros se inscrevem menos no vestibular	Carol Frederico
T72B2	02/12/2003	Contra vestibular, Buarque defende vagas para alunos de escola pública	Ricardo Mignone
T73B2	14/12/2003	Aprovado por cota se sai melhor na Uerj	Antônio Gois
T74B2	15/12/2003	Em MS, foto diz quem entra por cotas para negros	Hudson Corrêa, Folha em Cuiabá
T75B2	15/12/2003	Sistema aumenta a chance de vaga para alunos pobres	Folha em Cuiabá
T76B2	17/12/2003	UNE afirma ser contra proposta de contribuição	Folha online
T77B2	30/12/2003	Governo deve propor lei para regulamentar adoção de cotas em universidades	Folha online
Textos Bloco 2	ANO 2004	POSICIONAMENTO FAVORÁVEL ÀS COTAS	Locutor/repórter Empresa jornalística
T78B2	21/01/2004	Governo recua e rediscute cotas para negros	Luciana Constantino – Sucursal/Folha de S.Paulo - DF
T79B2	27/01/2004	Genro reafirma que cota para negros em universidade é medida insuficiente	Camilo Toscano
T80B2	17/02/2004	Comissão de Educação aprova cotas em universidades públicas	Folha online
T81B2	20/02/2004	UNE defende reforma em todos os níveis	Fábio Takahashi
T82B2	01/03/2004	USP estuda adoção de cotas e sugere mudança no ensino médio	Fábio Takahashi
T83B2	01/03/2004	Negros prometem se acorrentar hoje na USP em defesa de cotas	Folha de S.Paulo
T84B2	02/03/2004	Manifestação reúne 450 mil na USP para reivindicar cotas para negros	Fernanda Mena
T85B2	02/03/2004	MEC quer “estatizar” vagas sem usar verba do Orçamento	Folha online
T86B2	13/03/2004	UnB estuda fotografar aluno para admitir por meio da cota para negros	Folha online
T87B2	19/03/2004	Negros terão 20% das vagas na UnB	Silvio Navarro
T88B2	24/03/2004	Tarso volta a defender novo fundo da Folha de S.Paulo, em Brasília	Folha online
T89B2	28/03/2004	Aluno do ensino médio público tem desempenho melhor na universidade	Fábio Takahashi
T90B2	03/04/2004	Para especialista, ensino no Brasil cresceu sem critérios	Fábio Takahashi
T91B2	04/04/2004	Tarso fala em retribuição ao explicar cotas em universidades	Fábio Takahashi
T92B2	06/04/2004	Tarso quer cotas nas particulares	Luciana Constantino
T93B2	07/04/2004	Tarso recua e descarta cotas nas particulares	Luciana Constantino
T94B2	19/04/2004	Ato pede apoio ao projeto de cotas raciais	Folha online
T95B2	26/04/2004	Negros reivindicam cotas em programas habitacionais	Folha online
T96B2	26/04/2004	Após polêmica, 4.400 tentam cotas na UnB	Luciana Constantino
T97B2	06/05/2004	MEC vincula financiamento a oferta de bolsa	Luciana Constantino
T98B2	08/05/2004	No PR, negro terá 20% das vagas da universidade federal	Mari Tortato
T99B2	14/05/2004	Lula repete promessa em pacote	Gustavo Patu
T100B2	14/05/2004	Projeto cria cotas em universidades federais	Folha online
T101B2	15/05/2004	Universidade tenta suprir formação falha de alunos	Antônio Gois
T102B2	22/05/2004	Sistema de cotas busca diminuir desigualdades	Folha online
T103B2	25/05/2004	Unicamp aprova método para inclusão de alunos da rede pública	Fábio Takahashi
T104B2	25/05/2004	UnB divulga inscrições conformadas para sistema de cotas	Folha online
T105B2	01/06/2004	Universidade do AM adota cotas para estudantes de escolas públicas	Kátia Brasil
T106B2	06/06/2004	Sem apoio a aluno, reserva de vaga na universidade pode fracassar	Fábio Takahashi

T107B2	07/06/2004	Governo quer cotas em todos os cursos nas universidades federais	João Sandrini
T108B2	18/06/2004	Assembleia de Minas aprova sistema de cotas	Folha online
T109B2	13/07/2004	Candidata de cotas é 3ª colocada na UnB	Andrea Miramontes
T110B2	10/08/2004	UNE quer maior oferta de curso noturno em universidade pública	Fernanda Mena
T111B2	11/08/2004	Vaiado, ministro da Educação chama críticos de pequenos burgueses	Fábio Takahashi
T112B2	01/09/2004	Unifesp vai reservar cotas para negros	Fernanda Bassette
T113B2	22/09/2004	Cresce procura por cota racial na federal do PR	Adriana Chaves
T114B2	20/10/2004	Cota não resolve exclusão, mas é impulso para reforma, diz Genro	Folha online
T115B2	23/10/2004	Lula diz que governo prepara pacote de cidadania	Fabiana Futema
T116B2	08/11/2004	Lula diz que “dinheiro não é problema” para investir em educação	Folha online
T117B2	16/11/2004	Mais de 13 mil se inscrevem para vestibular da Unifesp	Fábio Takahashi e Fernanda Bassette
T118B2	18/11/2004	Na Unifesp, sistema de cotas altera concorrência	Fernanda Bassette
T119B2	18/11/2004	Inscrições de negros, pardos ou índios crescem na Unicamp	Paloma Varón
T120B2	18/12/2004	Correção de redação é principal mudança na Unicamp	Folha online
T121B2	20/11/2004	Passeata reúne pelo menos 2.000 pessoas no Dia da Consciência Negra em SP	Folha online
T122B2	23/11/2004	Movimento estudantil realiza atos em defesa da reserva de vagas	Folha online
T123B2	24/11/2004	Manifestantes pró-cotas são agredidos por estudantes da USP	Folha online
T124B2	10/12/2004	Projeto de lei sobre cotas universitárias entra em regime de urgência	Folha online
T125B2	13/12/2004	Turma da Uerj abre conta para ajudar cotistas	Antônio Gois
T126B2	13/12/2004	Universidades reservam vagas, mas cotistas precisam de recursos	Folha online
T127B2	15/12/2004	Índios já matriculados serão beneficiados pelo Prouni	Folha online
T128B2	17/12/2004	Prouni encerra nesta sexta inscrições para pedidos de bolsas	Folha online
T129B2	30/12/2004	MEC decide reabrir autorização para novas faculdades	Luciana Constantino
Textos Bloco 2	ANO 2005	POSICIONAMENTO FAVORÁVEL ÀS COTAS	Locutor/repórter Empresa jornalística
T130B2	03/01/2005	Governo Lula “ não esteve à altura das expectativas”, diz jornal	Da BBC Brasil
T131B2	19/01/2005	Lula cobra “consciência social” em relançamento do Projeto Rondon	Folha online
T132B2	19/01/2005	Lula anuncia criação de Secretaria Nacional da Juventude	Kátia Brasil
T133B2	29/01/2005	MEC pretende manter cotas nas federais em reforma universitária	Luciana Constantino
T134B2	04/02/2005	Portaria do Prouni abre espaço para aluno sem Enem obter bolsa	Camila Marques
T135B2	02/03/2005	Prouni aumentou em 5 % número de negros na universidade, diz MEC	Folha online
T136B2	11/03/2005	Rio-2007 terá cotas para negros e pardos	Sérgio Rangel
T137B2	23/03/2005	Estudo da Unicamp aponta diferença racial na universidade	Luciana Constantino
T138B2	05/04/2005	Cotista tem nota parecida com de não-cotista na Unifesp	Fábio Takahashi
T139B2	25/04/2005	Câmara dos Deputados discute reserva de cotas na universidade	Folha online
T140B2	30/05/2005	Ministro apresenta novo texto da reforma universitária	Folha online
T141B2	31/05/2005	MEC flexibiliza controle da rede particular	Folha online
T142B2	01/06/2005	Entidades rejeitam novo modelo de cotas para universidades	Fábio Takahashi
T143B2	03/06/2005	Ministro explica alterações nas cotas, mas entidades mantêm críticas	Folha online

LEGENDA: **T**= Total de textos; **B2** = Bloco 2 (posicionamento favorável às cotas)

3.4.3 bloco 3 – Textos que apresentam pontos de vista favoráveis e contrários, concomitantemente, sobre as cotas nas universidades públicas brasileiras (2001 a 2005)

Este bloco contém 35 textos em que pontos de vista favoráveis e contrários são registrados, concomitantemente, em cada um deles. Foram extraídos do cômputo geral do

corpus de 212, perfazendo um percentual de 16,07% desse total. Esses textos refletem, na mídia, a discussão sobre a reserva de vagas nas IES públicas no Brasil.

Em 2001, com a adoção das cotas pelas universidades estaduais do Rio de Janeiro, torna-se pública a polêmica, uma vez que o governador Anthony Garotinho envia à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) projeto para ser votado. O projeto recebe crítica, mas é aprovado. A reitora da Uerj, à época, Nilcéia Freire, respeita a decisão, apesar de ter sido contra o projeto. Dentro do próprio MEC não há consenso sobre a questão. O governo e a delegação do Brasil que vão a Durban, África do Sul, divergem sobre o relatório com as propostas de ações afirmativas, incluindo a adoção de cotas nas universidades públicas brasileiras. Os debates ganham projeção nacional, pois passam a ocupar pauta no Congresso Nacional. Por um lado, há pressão de grupos defensores das cotas ao passo que o próprio MEC pouco se manifesta. Uma série de dez textos informativos registram pontos favoráveis e contrários, o que marca textualmente a polêmica.

Destacamos seis textos veiculados ao longo de 2002 em que suas materialidades linguístico-discursivas apresentam posições distintas sobre as cotas. Essas posições representam vozes dos mais diversos locutores, sendo estes nominados como sujeitos individualizados ou ainda sujeitos coletivos, ou seja, a voz de uma entidade organizacional, seja da sociedade ou do governo. A maioria dos textos é do gênero narrativo reportagem jornalística, o que se permite perceber bem a tentativa de objetividade a que se propõe o jornalismo uma vez que, nessa tipologia textual, há que se buscar ouvir os posicionamentos dos vários envolvidos em uma dada questão.

A temática geradora de debates centra-se em matérias nas quais são questionados assuntos como a constitucionalidade ou não das cotas, a questão do mérito do concurso vestibular, a questão da autonomia das universidades, pontos de vista dos então presidentes, Ciro Gomes, José Serra, Lula, Garotinho sobre as cotas. Registra-se que o tema ocupou espaço na Bienal do Livro, em 2002, ocasião em que especialistas em educação puderam se posicionar a respeito do tema, um defendendo e outro criticando a política de cotas nas universidades.

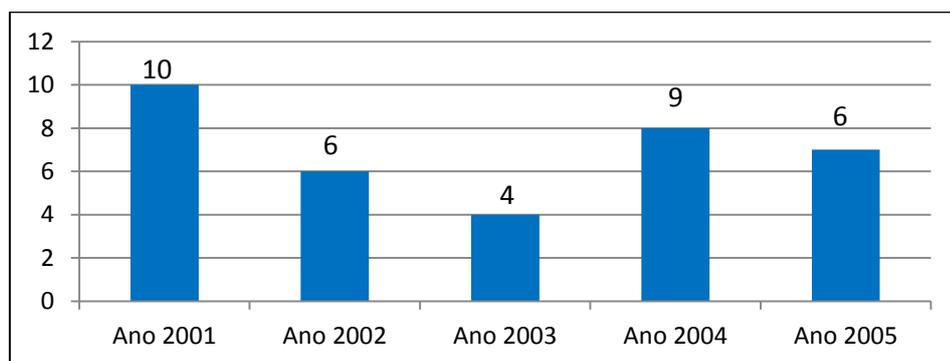
Já em 2003, temos quatro ocorrências textuais em que a dicotomia posicional sobre as cotas é trazida ao interlocutor. Há matérias que registram a polêmica das cotas no Brasil, com ênfase especial ao Rio de Janeiro, quando da implantação de cotas na UERJ e Uenf. Além disso, tem-se praticamente uma historicização do sistema de cotas quando se afirma que a polêmica não é privilégio brasileiro, visto que em outros países, como Estados Unidos, Malásia, Noruega, Dinamarca, Irlanda, Itália, Argentina e outros, a adoção de políticas

publicas dessa natureza não está livre de controvérsias. No Brasil, tem-se questionado fortemente a legalidade do sistema de reservas de vagas nas universidades. De um lado, há quem diga que o princípio de isonomia é ferido; de outro, há quem defenda que, para se garantir a igualdade, é preciso tratar de forma desigual os que são socialmente desiguais. O que se vê é que essa polêmica é algo contínuo, tanto no Brasil como nos Estados Unidos, ou em qualquer lugar do mundo.

A controvérsia em torno das cotas ganha dimensão nas discussões na academia, no governo e na sociedade no ano de 2004. Isso é mencionado em nove textos. Longe de ser consenso, o tema suscita debates e a manifestação dos pontos de vista a favor e contra a política das cotas é exposta pela mídia. Há texto que mostra o ministro da Educação defendendo as cotas e, em contrapartida, universidade federal se posicionando desfavoravelmente as tais medidas. Um duelo de forças se apresenta textualmente sobre a questão.

O ano de 2005, de janeiro a setembro, registra seis textos com pontos de vista favoráveis e contrários sobre cotas. Novamente, tem-se um grande impasse sobre a questão, e isso fica bem nítido em matéria veiculada na *Folha de S.Paulo On-line* em 18/03/05- 10h25, na qual o locutor informa que o presidente da Câmara Federal garantiu apoio à aprovação do projeto de lei e prometeu que o texto seria votado na terça-feira (22), mas com restrições às cotas para negros e índios. Menciona o locutor que, segundo Severino Cavalcanti, as cotas respaldam uma discriminação que ele diz não tolerar de forma alguma. Por outro lado, o ministro Tarso Genro argumenta que, mesmo que as cotas fossem retiradas do projeto que seria votado no dia 22, o Executivo continuaria a luta para que as cotas fossem garantidas na reforma universitária. Apresentamos, a seguir, Gráfico 5 representativo dos posicionamentos manifestados sobre a questão das cotas.

Gráfico 5 – Abordagem com ênfase no posicionamento favorável e contrário às cotas nas IES públicas de janeiro de 2001 a setembro de 2005.



Fonte: gráfico elaborado por Geraldo José da Silva – 2014

O Gráfico 5 mostra um registro maior de matérias em que pontos de vista favoráveis e contrários à política de implantação de cotas nas IES públicas brasileiras são veiculados na mídia nos anos de 2001 e 2004. Essa projeção representa o processo de discussões ocorridas nas sociedades acadêmica, civil e governamental em torno do sistema de cotas no ensino público superior. Tem-se, portanto, o ano de 2001 como palco de grandes debates por tudo que isso significa na história acadêmica e política do país. O novo se apresenta e controvérsias surgem. Já no ano de 2004, a questão volta a ter espaço na sociedade como um todo, principalmente nas universidades que adotaram o sistema e as que pensam em adotá-lo. É momento de avaliar o projeto de cotas, de refletir a reforma universitária. Ademais, as primeiras turmas formadas que continham cotistas já eram uma realidade. Não muito diferente, o ano de 2005 mostra que a polêmica ainda não está encerrada.

3.4.3.1 Texto eleito para representar o bloco 3 na análise

A seguir, texto representativo do bloco 3 para análise no capítulo 4, seguido da nominata dos demais textos componentes deste bloco.

“Para MEC, adoção de cotas é inconstitucional” 14/01/2001 - 09h28 da Folha de S.Paulo

[1º§] No entender do secretário de educação superior do MEC, Antônio Macdowell de Figueiredo, a adoção de uma política de cotas para minorias no Brasil esbarra num problema jurídico. "A Constituição impede qualquer tipo de discriminação, mesmo a chamada discriminação positiva, que beneficia as minorias", diz.

[2º§] Para ele, com a quase universalização do acesso ao ensino fundamental e a conseqüente expansão do ensino médio, a tendência normal é que as representações raciais da sociedade brasileira estejam mais equilibradas em relação ao perfil dos universitários. "Isso é uma questão de solução mais estrutural do que de medidas como cotas", diz.

[3º§] Outro ponto que dificultaria a adoção de cotas no Brasil, segundo Macdowell, é que esse sistema introduziria um parâmetro de entrada na universidade que não seria de mérito. "Isso poderia não trazer os resultados desejados, já que a pessoa que entrou na universidade pelas cotas poderia ser estigmatizada", diz.

[4º§] O projeto de discussão de cotas em universidades federais que tramita no Congresso Nacional não fala em origem étnica, mas apenas em reserva de vagas para alunos de escolas públicas. Segundo Macdowell, o MEC ainda não se pronunciou oficialmente sobre o projeto.

[5º§] Segundo ele, o que o MEC pode fazer no momento é estimular as universidades a adotarem outros parâmetros no acesso ao ensino superior, como a adoção do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), elaborado pelo ministério e que, segundo o secretário, facilita o acesso dos carentes à universidade. Ele afirma que as universidades federais mantêm programas para estudantes carentes, mas sem levar em conta a origem étnica do aluno.

[6º§] "Há programas de bolsas e de alojamento estudantil para os estudantes mais carentes. Esses programas acabam beneficiando, naturalmente, os negros e pardos. Muitos desses programas são modestos, mas eles existem", afirma o secretário. Ele defende que as políticas de benefício às minorias

levem em conta o perfil socioeconômico do estudante, e não a origem étnica.

[7º§] Com relação aos estudantes de universidades particulares, Macdowell afirma que o MEC tem uma política de benefício, representada pelo programa de financiamento estudantil, o Fies. Esse programa, no entanto, é muito criticado pelas entidades estudantis por exigir do estudante carente fiador e outras garantias na hora de fechar o financiamento, o que acaba excluindo alguns universitários carentes.

Defesa

[8º§] Os defensores de políticas afirmativas para minorias afirmam que esse é um método eficaz de atenuar a desigualdade racial em um curto espaço de tempo. A mais conhecida política afirmativa é a adoção de cotas em universidades. O pesquisador do Ipea Sergei Soares, no entanto, lembra que não é a única.

[9º§] "A distribuição de bolsas nas universidades poderia levar em conta a origem étnica para diminuir a desigualdade na formação de negros e pardos em relação aos brancos."

[10º§] Outro exemplo de política afirmativa é a concessão de isenções fiscais a empresas que tiverem em seu quadro de funcionários um perfil racial parecido com o da população.

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u9272.shl>- acesso:03/10/2005

Obs.: A escolha desse texto deu-se em função de ele se configurar em um caso evidente de exemplaridade. Obviamente, o discurso citado é constituinte em sua estrutura assim como nos demais textos do bloco, no entanto, ele condensa todos os aspectos gerais referentes à presença do discurso citado. Sua presença em destaque, porém, não deixa de ser apenas uma amostragem de análise sob a perspectiva linguístico-enunciativa balizada na teoria bakhtiniana.

3.4.3.2 Nominata dos textos com posicionamentos favoráveis e contrários às cotas- bloco 3

NOMINATA E TEXTOS DO BLOCO 3 – POSICIONAMENTO FAVORÁVEL E CONTRÁRIO, CONCOMITANTEMENTE, EM CADA UM DOS TEXTOS (ANOS DE 2001 A 2005)

Textos Bloco 3	ANO 2001	POSICIONAMENTO SIM X NÃO ÀS COTAS	Locutor/repórter/ Empresa jornalística
T01B3	14/01/2001	Uerj pode reservar vagas para carentes	Folha online
T02B3	14/01/2001	Para MEC, adoção de cotas é inconstitucional	Folha online
T03B3	23/05/2001	Projeto de lei sobre cotas tramita no Congresso	Folha online
T04B3	23/08/2001	Ministério da Educação rejeita cota para negros	Fernanda da Escóssia
T05B3	28/08/2001	Proposta de curso para negros causa divergência no MEC	Folha online
T06B3	29/08/2001	RJ e RS adotam cotas na universidade para alunos carentes	Antônio Gois
T07B3	29/08/2001	Propostas do Brasil sobre racismo não devem sair do papel	Leila Suwwan
T08B3	31/08/2001	Governo e delegação do Brasil divergem sobre relatório	Leila Suwwan
T09B3	01/11/2001	Raul Jungmann diz que Brasil discrimina negros	Iuri Dantas
T10B3	14/11/2001	Determinar quem é negro vira polêmica na lei cotas no Rio	Fernanda da Escóssia
Textos Bloco 3	ANO 2002	POSICIONAMENTO SIM X NÃO ÀS COTAS	Locutor/repórter/ Empresa jornalística
T11B3	24/01/2002	Cota para minorias não resolve desigualdade, diz especialista	Folha online
T12B3	18/04/2002	Projeto de cotas para negros segue agora para a Câmara	Folha online
T13B3	01/05/2002	Cota para negros em universidades gera polêmica na Bienal do Livro	Carla Nascimento
T14B3	28/08/2002	Governo financiará bolsas de estudo para índios, negros e pobres	Folha online
T15B3	31/08/2002	Na educação, presidenciais têm proposta contrária à política de FHC	Antônio Gois
T16B3	03/11/2002	Cota para negro em universidades volta polêmica e indefinida	Antônio Gois, Sérgio

			Duran e Iuri Dantas
Textos Bloco 3	ANO 2003	POSICIONAMENTO SIM X NÃO ÀS COTAS	Locutor/repórter/ Empresa jornalística
T17B3	21/02/2003	Justiça concede nova liminar contra reserva de vagas na Uerj	Lívia Marra
T18B3	27/05/2003	Verbete: Ação Afirmativa, reação polêmica	Antônio Gois
T19B3	10/07/2003	Veja as propostas do governo e o que pensam os especialistas	Folha online
T20B3	06/12/2003	Reitor quer política de inclusão sem cotas	Cláudia Collucci
Textos Bloco 3	ANO 2004	POSICIONAMENTO SIM X NÃO ÀS COTAS	Locutor/repórter/ Empresa jornalística
T21B3	03/04/2004	Tarso quer cotas também em universidades particulares	Fábio Takahashi
T22B3	06/04/2004	Porcentagem para cotas obrigatórias deverá ser variável	Fábio Takahashi
T23B3	15/05/2004	Reitores apoiam sistema de cotas com ressalvas	Folha de S.Paulo
T24B3	19/05/2004	MEC diz que aceita mudança em projetos de reserva de vagas	Folha online
T25B3	29/05/2004	Projeto de cota não garante acesso democrático	Cláudia Collucci, Fernanda Mena
T26B3	11/08/2004	Deputados querem cotas na USP, Unicamp e Unesp	Fábio Takahashi
T27B3	19/08/2004	Ministro da Educação volta a defender cotas e afirma que lei será para todos	Folha online
T28B3	28/09/2004	Diversidade além das cotas	Tatiana Lima free-lance
T29B3	14/12/2004	Veto a cotas em universidade do Paraná é suspenso	Léo Gerchmann- Porto Alegre e Fernanda Mena
Textos Bloco 3	ANO 2005	POSICIONAMENTO SIM X NÃO ÀS COTAS	Locutor/repórter/ Empresa jornalística
T30B3	13/02/2005	Projeto do MEC reserva 50% das vagas para as cotas	Antônio Gois
T31B3	15/02/2005	Juiz questiona política de cotas em universidade do Paraná	Mari Tortato, em Curitiba
T32B3	28/02/2005	Protesto marca abertura da USP Leste	Roberto de Oliveira
T33B3	18/03/2005	Estudantes pedem reserva de vagas nas universidades federais	Folha online
T34B3	01/04/2005	Projeto de cotas nas federais aguarda regime de urgência na Câmara	Folha online
T35B3	26/04/2005	Faculdades devem ajudar aluno cotista, diz Tarso Genro	Fábio Takahashi

Legenda: **T** = Total de textos; **B3** = Bloco 3 (Posicionamento favorável e contrário, concomitantemente em cada um dos textos)

Após a construção do capítulo III, aspectos metodológicos, passamos a análise dos dados no capítulo IV.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE DE DADOS

Este capítulo trata da análise dos dados que será feita em dois momentos. O primeiro ilustrará uma taxionomia dos textos subdividindo-os em três blocos por abordagem sobre a questão das cotas nas universidades públicas brasileiras (IES). Será feita uma síntese analítica geral, por amostragem de cada bloco textual, destacando-se o uso do discurso citado/de outrem e os efeitos produzidos por esse mecanismo linguístico-enunciativo na construção da informação. Para tanto, usamos, como critério avaliativo, a ocorrência do discurso de outrem em alguns títulos e corpos textuais escolhidos aleatoriamente, no conjunto geral constituintes dos 3 blocos temáticos, verificando se esse recurso linguístico contribui para marcar parcialidade enunciativa em textos informativos. A análise está alicerçada na perspectiva enunciativa de Bakhtin, ressaltando o princípio dialógico da linguagem em que os discursos citante e citado podem coabitar no plano (arquitetura) global da enunciação. Considera-se o dialogismo como fio condutor da tese bakhtiniana sobre a linguagem, tida como uma atividade sócio-histórico-ideológica e interativa.

O segundo momento trata da análise de um texto de cada bloco temático, mostrando como o locutor/repórter utiliza o discurso citado/de outrem na enunciação jornalística. Recursos linguísticos como o discurso direto e discurso indireto, verbos *dicendi* e uso de aspas são levados em conta como estratégias utilizadas pelo locutor na manipulação do discurso alheio nessa modalidade textual. Esta articulação linguístico-enunciativa pode criar efeito de sentido em que o interlocutor/leitor perceba o distanciamento ou a aproximação da voz alheia no trato de questões polêmicas por parte do locutor. Será obedecida uma ordem de análise dos textos que representam suas respectivas abordagens posicionais, conforme a sequência, a saber: a) bloco 1, com pontos de vista contrários às cotas, b) bloco 2, com pontos de vista favoráveis às cotas e c) bloco 3, com textos com posicionamentos favoráveis e contrários às cotas, concomitantemente, no texto.

Como critérios avaliativos, elegemos aspectos que levem em conta itens como: a) o uso do discurso de outrem nos títulos e no corpo textual, b) uso dos verbos *dicendi* e seus efeitos enunciativos como marca posicional do locutor como responsável pela enunciação jornalística como um todo e c) verificar que, mesmo em abordagens distintas sobre um tema polêmico, é possível identificar que a isenção pretendida nesse tipo de textos não passa de um

mito. Vale lembrar que esses critérios serão utilizados na análise global de cada bloco e também na análise pontual de um texto representativo de cada bloco.

4.1 – Análise global do bloco 1: textos com posicionamentos contrários às cotas.

Este item trata da análise global do primeiro bloco de 34 textos que trazem o posicionamento contrário às cotas nas universidades públicas brasileiras. Ressaltamos que este número de textos é parte de um *corpus* constituído de 212 matérias que abordam a polêmica em torno das cotas, veiculadas no período de janeiro de 2001 a setembro de 2005, na *Folha de S.Paulo Online*. Entendemos por análise global uma síntese das principais informações contidas no conjunto dos textos em consonância com os critérios avaliativos já mencionados.

Muitas teorias do texto podem dar conta de inúmeros pressupostos de análise, aqui adotamos a perspectiva enunciativa de Bakhtin, pois acreditamos sê-la plausível e otimizável num *corpus* que apresente textos constituídos de várias vozes. Vozes essas que representam pontos de vista distintos sobre temas sociais e, devido a isso, podem ser analisados sob a perspectiva dialógica e interativa da linguagem tratada pelo teórico russo.

Considerando os diversos posicionamentos e as vozes que se representam na enunciação jornalística, principalmente quando se trata de temas polêmicos, como é o caso do sistema de cotas nas IES públicas brasileiras, julgamos pertinente esta análise. O período eleito para a coleta de dados e constituição do *corpus* acima mencionado é marcado por discussões acirradas em várias instâncias da sociedade brasileira, tais como Ongs, movimentos de minorias étnico-raciais, conselhos universitários e órgãos governamentais envolvidos na causa. Como é sabido, o tema é de caráter polêmico e suscita debates nos quais defensores e contrários a esse sistema se manifestam. Com isso, a mídia registra as opiniões convergentes e divergentes a respeito das cotas. Nesse primeiro bloco, tratamos dos textos que trazem apenas o posicionamento contrário às cotas.

Em linhas gerais, tem-se a posição de grandes universidades públicas que se manifestam desfavoravelmente à política de cotas de reserva de vagas no ensino superior, como USP, UFRJ, UNESP e UNICAMP. Protestos surgem nas mais diversas entidades sobre essa política, tida como ação afirmativa. Essas instituições propõem outras ações de inclusão que não sejam cotas. Escolas de São Paulo discordam de pontos da “estatização” de vagas e o PROUNI é criticado. Aspectos como seleção de cotistas no que respeita a saber quem é negro

no Brasil engrossam a discordância ao sistema. Essa realidade alimenta a mídia que passa a dar atenção especial aos fatos e os faz chegar até os leitores/interlocutores.

À guisa de sumarização, todos os textos deste bloco apresentam pontos de vista desfavoráveis às cotas nas universidades públicas brasileiras. Assim sendo, destacamos alguns em que esta contrariedade está em maior evidência na materialidade linguística. O texto “Reitor da USP critica proposta de cota de vagas para negros” é uma mostra considerável de manifestação de aversão à implantação desse sistema de reservas de vagas nas IES públicas. Neste texto é perceptível a posição adversa da USP sobre o tema, principalmente na declaração feita pelo reitor: “a disparidade racial entre os alunos da Universidade de São Paulo não é exclusiva da instituição, mas sim um problema que atinge toda a sociedade brasileira”. Para ele, as cotas para negros na universidade “é uma solução falsa para um problema real”, conforme texto da *Folha de S. Paulo On-line* de 03/03/2001. Somando-se ao posicionamento postulado pela USP, o texto *Para ministro, dados do IBGE sobre educação são ‘espetaculares’* (06/04/2001, Agência Folha) mostra que o ministro da Educação, à época, Paulo Renato de Souza, demonstra-se contrário à política de cotas e argumenta que se deve melhorar a educação pública e cotas não é a melhor coisa. O ponto de vista do ministro Paulo Renato de Souza, no texto “Paulo Renato quer pré-vestibular só para negros” (26/08/2001, Folha em São Paulo e Brasília), reforça seu descrédito quanto a esse sistema, ocasião em que questiona a eficácia das cotas e defende um cursinho só para negros.

No texto “Seleção é maior empecilho para “estatizar” vagas, diz associação” (26/02/2004), o locutor/repórter traz o questionamento da Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP) que aponta dificuldade de otimização para distribuição/ocupação das vagas ociosas na rede privada de ensino superior. Discute-se quem é merecedor dessas vagas, quais os critérios de seleção. Tudo isso é um complicador das ações pretendidas pelo governo federal no que tange ao acesso ao ensino superior para os mais carentes.

O texto em questão mostra que o governo, prevendo a não adoção de cotas por algumas IES federais, lança mão de negociação com a rede privada, que concorda, mas vê problemas nos critérios de seleção. Vê-se que o locutor do texto constrói o título em discurso direto e essa estrutura/estratégia sugere o caráter isentivo e de neutralidade, demarcado pelo destaque entre aspas da forma verbal ‘estatizar’. Ao mesmo tempo, sutilmente se aproxima da voz alheia por supor ser conhecedor do discurso global da ANUP. O título “Seleção é maior empecilho para “estatizar” vagas, diz associação” reforça a ideia de desaprovação do sistema de cotas. Ao usar as palavras ‘seleção’ e ‘empecilho’ o locutor imprime um valor tensivo

neste enunciado. Este título, praticamente, traduz o posicionamento da associação e ratifica a contrariedade ao sistema de cotas, e, além disso, depõe contra a eficiência dos órgãos proponentes dessa política de ação afirmativa.

A controvérsia em torno das cotas é manifestada também em alguns títulos dos textos constituintes deste bloco. Dentre eles, nominamos os que expressam um grau de tensão discursiva considerável, como segue: “Cotas nas universidades poderiam fazer notas mínimas caírem”, “Escolas particulares preparam ação contra cotas em universidades”, “Constitucionalidade das cotas é contestada”, “UFRJ confirma rejeição ao sistema de cotas”, “Justiça determina que UFPR não adote sistema de cotas”. Todos estes enunciados canalizam para o aspecto dialógico da linguagem por permitirem duas leituras, justamente por serem declarações negativas sobre um dado tema. Neles subjaz outro ponto de vista implícito que é a possibilidade do contraponto posicional sobre o que está sendo proposto pelo governo federal, ou seja, se há quem se opõe, há também aqueles que defendem o sistema de cotas nas universidades públicas.

Num universo de 34 textos constituintes deste bloco temático, sete apresentam o discurso citado nos títulos⁹, fato que merece uma atenção especial, uma vez que os títulos têm a função de apresentar sinteticamente a mensagem do texto e também funcionar como elemento vocativo frente ao leitor. Por uma questão didática, tomamos, por amostragem, os setes títulos, sendo quatro com discurso indireto e três com discurso direto. Os títulos com discurso indireto são: “Cristovam diz que cota para negros deve ser mais debatida”, “Ministro diz que cotas para negros vão gerar mais preconceito”, “Universidades dizem que o projeto de reforma não define metas”, “Estudo diz que sistema de cotas baixaria pontuação”.

⁹ Para se estudar um texto, é necessário saber sobre os elementos estruturais que o compõem, ou aqueles que mais determinam a maneira da organização do texto. Estruturas que têm um valor de dependência e implicações de um elemento dentro do conjunto textual. Um dos elementos estruturais de um texto é o título. Ele “não é mero recurso artificial, mas é chave de decodificação do texto se convenientemente proposto” (GUIMARÃES, 2004, p.51). Ainda sobre título, vale destacar o que Chaves; Menegassi (2000, p. 28) afirmam: “o título é uma síntese precisa do texto, cuja função é estratégica na sua articulação: ele nomeia o texto após sua produção, sugere o sentido do mesmo, desperta o interesse do leitor para o tema, estabelece vínculos com informações textuais e extratextuais, e contribui para a orientação da conclusão a que o leitor deverá chegar”. Como se vê, o título ocupa um lugar particular da subjetividade do autor. Ele tem como função fazer conhecer o conteúdo temático de um texto, assim como examinar os diferentes aspectos dele na leitura. O título exerce um papel dependente da comunidade interpretativa em relação ao objetivo da leitura e o lugar em que ela acontece. Ele deve ser interpretado em primeiro plano, pois é a partir do título que se tem a informação formal ou semântica para se iniciar o processo de interpretação do texto. Convém mencionar também a contribuição de Van Dijk (1999) para quem o título é um dos aspectos da macroestrutura que exerce a função de um marcador formal do tema no processo de leitura quando coincide com o tema do texto. A busca de elementos formais ligados ao título para a apreensão do tema é a estratégia.

A seguir, apresentamos o texto “Cristovam diz que cota para negros deve ser mais debatida(10/03/2003-*Folha Online*)” priorizando a análise a partir do título contendo discurso indireto.

“Cristovam diz que cota para negros deve ser mais debatida(10/03/2003-*Folha Online*)”

[1º§] O ministro da Educação, Cristovam Buarque, disse hoje, no Rio de Janeiro, que não defende a adoção da política de cotas para negros nas universidades antes que haja um consenso sobre a questão.

[2º§] Cristovam disse que, como pensador e professor, considera o sistema um bom caminho, mas, como ministro, espera que a questão se torne lei para as instituições quando estiver mais aceita pela opinião pública.

[3º§] O ministro afirmou que, no momento, uma lei nesse sentido pode acirrar a discriminação. Ele elogiou a iniciativa da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) em protagonizar o debate.

[4º§] Cristovam proferiu aula inaugural do ano letivo da UFRJ, que teve entre os presentes apenas três negros, como ele fez questão de destacar.

Vale lembrar que a escolha desse texto foi meramente didática e que o percurso metodológico de análise aplicado a ele é igualmente aplicável aos demais que constituem o bloco posicional em questão. Ressaltamos que nos servimos da base linguístico-discursiva para a análise enunciativa eleita para esta pesquisa, pois entendemos que a linguística e a metalinguística não se excluem, mas sim se complementam, conforme argumenta Bakhtin (2010b[PPD], p. 207) que “a linguística e a metalinguística estudam um mesmo fenômeno concreto, muito complexo e multifacético – o discurso –, mas estudam sob diferentes aspectos e diferentes ângulos de visão. Devem completar-se mutuamente, e não se fundir”. Com a intenção de facilitar a leitura de nossa análise, julgamos pertinente a citação do texto e seu respectivo título, visto que os critérios avaliativos eleitos crivam o texto como um todo.

No texto “Cristovam diz que cota para negros deve ser mais debatida” (10/03/2003) - *Folha Online*, composto de 4 parágrafos, percebe-se que o ministro da educação não defende as cotas antes que haja um consenso sobre a questão. Segundo Cristovam, como pensador e professor, acha um bom caminho, mas, como ministro, espera que a questão se torne lei para as instituições quando estiver mais aceita pela opinião pública. Vale ressaltar que, embora seja uma nota, o texto é produtivo linguístico-discursivamente. Primeiro, tem-se no título o uso do discurso indireto. A perspectiva de discurso analisador de conteúdo, à luz bakhtiniana, é verificada nesse enunciado, já que o título é considerado como enunciado que encerra uma

mensagem e que, ao mesmo tempo, anuncia um tema a ser discorrido/diluído num corpo textual.

O título permite leitura interpretativa de que há uma posição negativa implícita sobre as cotas nas universidades. A informação que corrobora esta inferência é a oração subordinada substantiva objetiva direta “que cota para negros deve ser mais debatida” que, além de completar sintaticamente a forma verbal *diz* da oração antecedente, reforça o sentido do enunciado expresso no título. O fato de o locutor registrar uma voz que carece de outras vozes para confirmação da polêmica sobre o tema sugere o caráter dialógico desse enunciado. Nota-se que há uma negativa velada na voz citada. Essa realidade enunciativa é ratificada no corpo textual, quando duas vozes emergem da voz citada que revela duas posições diante do debate posto.

De forma geral, o locutor, a própria *Folha de S.Paulo*, apresenta o texto em 4 parágrafos estruturados em discurso indireto. O uso desse recurso linguístico-enunciativo pressupõe quase uma tradução do dito alheio, dando a impressão ao interlocutor/leitor de que o locutor é sabedor do ponto de vista manifestado pela voz citada de forma indireta. Mesmo estando o texto estruturado em discurso indireto, é possível deduzir que há uma aproximação do locutor do ponto de vista exposto no texto. Na própria arquitetura do texto com alternância de tratamento do enunciador interno, no caso, a voz do ministro, observamos que, no primeiro e terceiro parágrafos, o tratamento é mais formal, usando-se o cargo de ‘ministro’. Já no segundo e quarto parágrafos, tem-se a nomeação pessoalizada do enunciador que é chamado pelo próprio nome ‘Cristovam’.

Ainda falando de ordem articulatória dos discursos, tem-se o uso de alguns verbos *dicendi* como ‘disse’, no primeiro parágrafo, sendo corroborada a ação finda desta forma verbal por uma comutação semântica implícita na forma verbal ‘defende’. Esse jogo de formas verbais, neste parágrafo, sugere veracidade do dito alheio. No segundo parágrafo, o uso do verbo *dicendi* ‘disse’ é seguido textualmente por outras duas formas verbais de ordem semântica sugestiva e geradora de expectativa ‘considera’ e ‘espera’. Já no terceiro parágrafo, a forma verbal ‘afirmou’ imprime grau de verdade e, em seguida, tem-se a forma verbal ‘elogiou’ que desempenha função semântica avaliativa. Por fim, no quarto parágrafo, têm-se as formas verbais ‘proferiu’ e ‘destacar’ que funcionam como equivalência a dizer, visto que ambas as formas estão para o ato de exposição sumarizadora da fala alheia.

No segundo parágrafo, o locutor registra a angústia do ministro em se posicionar com relação às cotas. Essa situação se apresenta ‘diluída’ em três vozes na mesma pessoa: pensador/professor/ministro. Esta construção linguístico-discursiva pode ser interpretada na

perspectiva dialógica bakhtiniana, justamente pelo conjunto de vozes que se imbricam num mesmo sujeito. Na narrativa jornalística em questão, essa realidade discursiva aparece no trecho: “Cristovam disse que, como pensador e professor, considera o sistema um bom caminho, mas, como ministro, espera que a questão se torne lei para as instituições quando estiver mais aceita pela opinião pública”. Esta arquitetura textual e enunciativa também é análoga à análise que Bakhtin (2010b, p. 263) faz em *Problemas da poética de Dostoiévski*, ao analisar a obra *Memórias do subsolo*, ocasião em que o herói se mostra numa polêmica interior tensa, chegando a afirmar “Sou um homem doente... Um homem mau...”. Como se vê, um paradoxo se instala discursivamente, tanto na narrativa jornalística quanto na narrativa literária, considerando-se a perspectiva de análise enunciativa do teórico russo.

O texto, em análise, mostra que o uso do discurso citado pode produzir efeitos de sentido no leitor, uma vez que, ora cita integralmente o discurso alheio ora faz uma tradução de discurso de outrem nas enunciações, sejam faladas e/ou escritas. O uso do discurso indireto no título e no corpo textual, neste texto, sugere a intenção do locutor em imprimir grau de credibilidade junto ao leitor, visto que, praticamente, traduz o ponto de vista do ministro. A esse respeito, Bakhtin/Volochínov ([1929] 2004, p. 146) asseveram que “toda transmissão, particularmente sob a forma escrita, tem seu fim específico: narrativa, processos legais, polêmica científica, etc. [...] ela reforça a influência das forças sociais organizadas sobre o modo de apreensão do discurso”.

O tipo de construção textual utilizado no texto mostra que a teoria de Bakhtin atualiza-se, principalmente em textos que comportam várias vozes socialmente marcadas. O teórico russo postula que a análise é a alma do discurso indireto e essa premissa é perceptível na notícia apresentada. Vemos, portanto, que a enunciação jornalística pode constituir-se em um lastro de possibilidades de evidências dialógicas e interativas.

Seguindo nossa amostragem de análise de textos contendo discurso citado nos títulos, nominamos os que ocorrem com discurso direto neste bloco, a saber: “Brasil é arquipélago de corporações, diz Cristovam Buarque”, Seleção é maior empecilho para “estatizar” vagas, diz associação”, “Problemas está na Educação básica, diz estudante”.

Para visualizar a análise do uso do discurso citado (discurso direto) em títulos, demonstramos um percurso feito no texto “Problema está na educação básica”, diz estudante. (18/11/2004) Fernanda Bassette.

<p>“Problema está na educação básica”, diz estudante. (18/11/2004) Fernanda Bassette. [1º§] Apesar de ser contrário ao sistema de cotas ou de benefícios aos estudantes que se</p>
--

autodeclararem negros, pardos ou índios, o vestibulando Lucas Ribeiro Silva Otaviano, 18, vai prestar o vestibular da Unicamp no próximo domingo concorrendo pelo sistema de ação afirmativa e inclusão social.

[2º§] Ele, que concorre a uma vaga no curso de medicina (cuja concorrência é de 82,9 candidatos por vaga), disse que optou pelo sistema porque é um direito seu e porque outras pessoas podem usufruir. "Não sei se poderia ser prejudicado na pontuação final caso não utilizasse o programa", disse o vestibulando Lucas.

[3§] Negro, Lucas acha que, em vez de as universidades se preocuparem com cotas ou programas de benefícios, o governo deveria investir na melhor qualidade do ensino médio público.

[4º§] "Acho que o aluno negro que for aprovado em uma universidade que tenha cotas vai ficar "rotulado", e isso vai gerar um preconceito ainda maior. O problema está na educação básica do país, que não é boa", disse o candidato.

[5º§] Lucas destacou que não é favorável ao sistema de cotas porque não vê nenhuma outra medida prática sendo tomada. "Na minha opinião, isso só tende a gerar mais desigualdade", disse.

[6º§] A jornalista negra Nizete de Souza Lissine, 30, tem a mesma opinião de Lucas. Ela estudou em escola pública todo o ensino fundamental e médio, mas cursou universidade particular por meio do extinto Creduc (Crédito Educativo), espécie de financiamento para estudantes carentes.

[7º§] "Não adianta ficar dando benefícios pela cor da pele de uma pessoa. O problema é maior. O que tem de melhorar é o ensino público", disse.

Analisando o título “Problema está na educação básica, diz estudante”, de 18/11/2004, de Fernanda Bassette, percebemos que a locutora traz o depoimento de um estudante sobre a questão das cotas registrado em discurso direto. Essa estratégia de usar a voz do outro pelo locutor é intencionada por ele para imprimir grau de verdade e produzir maior credibilidade frente ao leitor.

A voz do estudante manifestada no título pode imprimir maior credibilidade ao leitor porque vem de alguém que vive e conhece a realidade escolar no nível básico. A locutora, ao utilizar essa voz, evidentemente dá crédito à voz de todos os estudantes que se representam nessa afirmação “Problema está na educação básica”. Mesmo sem a intenção direta de emissão de juízo da situação em debate, utilizando, inclusive, as aspas para içar integralmente a voz alheia, a locutora/repórter se aproxima do dito alheio, do ponto de vista enunciativo, ou seja, traz a voz de um estudante para corroborar a precariedade do sistema educacional básico e a opinião do estudante sobre a questão. A preferência pela voz do estudante sugere contundência frente ao que está em jogo, a questão das cotas nas universidades públicas brasileiras é algo mais abrangente e não se limita a reserva de vagas nas IES por meio do sistema de cotas.

A leitura global do texto nos permite inferir que, no parágrafo um, a locutora apresenta a primeira ocorrência de contradição às cotas representada pela opinião do vestibulando. Aqui se instala o aspecto dialógico nas palavras do ator social Lucas Ribeiro Silva Otaviano pela

voz atitudinal que, ao mesmo tempo que é contrária ao sistema de cotas, afirma que vai concorrer ao vestibular por esse sistema de reserva de vagas.

Outra marca linguístico-enunciativa que vale a pena observar é o uso do operador argumentativo de concessão ‘apesar de’ que abre o parágrafo estruturado em discurso indireto que, nessa instância, imprime a função de discurso indireto analisador de conteúdo. Este operador argumentativo contribui sintático-semânticamente para que o parágrafo cumpra o papel de apresentar a polêmica sobre o tema das cotas nas universidades. Além disso, de forma sutil e intencional, a locutora procura prender a atenção do leitor frente ao que vai ser exposto nos demais parágrafos.

No parágrafo dois, a locutora centra seu foco na expansão da opinião emitida pelo vestibulando, via discurso direto, na passagem *"Não sei se poderia ser prejudicado na pontuação final caso não utilizasse o programa", disse o vestibulando Lucas*. Neste momento, a voz citada informa à locutora as razões pela quais optou pelo sistema de cotas.

A locutora/repórter menciona, no parágrafo três, a opinião do estudante que, sendo negro, questiona a posição do governo com relação às cotas. Para tanto, registra essa reflexão via discurso indireto, conforme citação *"Negro, Lucas acha que, em vez de as universidades se preocuparem com cotas ou programas de benefícios, o governo deveria investir na melhor qualidade do ensino médio público"*. Este uso de discurso se enquadra na perspectiva discursivo-enunciativa produzindo efeito de análise de conteúdo. Essa armadilha linguístico-discursiva permite inferir que há certa aproximação do dito alheio e que a locutora está em consonância com esse ponto de vista. É possível deduzir, a partir desta construção, que a imparcialidade sugerida ao locutor responsável pelo texto jornalístico informativo começa a se distanciar.

No parágrafo quatro, a locutora apresenta este parágrafo todo estruturado em discurso direto com a pretensão de causar impacto de verdade ao que está sendo exposto, as controvérsias em torno da adoção de cotas nas universidades. Para ratificar a tensão e o questionamento do estudante sobre um agravamento possível do preconceito com os cotistas, a locutora/repórter transpõe a angústia do aluno, como fica registrado na citação a seguir, ou seja, o próprio parágrafo 4 *"Acho que o aluno negro que for aprovado em uma universidade que tenha cotas vai ficar "rotulado", e isso vai gerar um preconceito ainda maior. O problema está na educação básica do país, que não é boa", disse o candidato"*.

O parágrafo cinco registra o uso dos discursos indireto e direto usados pela locutora para dar ênfase ao posicionamento do vestibulando, que é contrário às cotas, mas que não vê outra alternativa de solução do problema da inserção das minorias nas IES públicas do país.

Já no parágrafo seis, a locutora destaca o caso de uma jornalista negra que conseguiu cursar ensino superior com o apoio do crédito educativo. “A jornalista negra Nizete de Souza Lissine, 30, tem a mesma opinião de Lucas. Ela estudou em escola pública todo o ensino fundamental e médio, mas cursou universidade particular por meio do extinto Ceduc (Crédito Educativo), espécie de financiamento para estudantes carentes”. O fato de a locutora trazer também o depoimento de uma negra e jornalista é passível de interpretação de que houve uma aproximação da locutora com o ponto de vista contrário às cotas, pelo menos como está posto pela proposta do governo. Essa arquitetura textual ratifica que a objetividade total em textos de natureza polêmica dificilmente se consegue plenamente.

Por fim, no parágrafo sete, a locutora, com o discurso direto, volta a destacar a contrariedade ao sistema de cotas, trazendo o dito alheio que representa a voz de uma também jornalista que se diz negra. De forma velada, notamos uma aproximação da locutora com o dito alheio, no caso, a voz do estudante se expande afirmando que o sistema educacional carece de melhoras e vagas para todos. Fica implícito a simpatia da locutora pelo ponto de vista mencionado pelo estudante e pela jornalista negra ao longo do texto.

Este texto chama a atenção por trazer o depoimento de um estudante que, mesmo contrário ao sistema, concorre à vaga na universidade pelas cotas. O estudante apresenta suas alegações para negar as cotas ao afirmar que “acho que um aluno negro que for aprovado em uma universidade que tenha cotas vai ficar ‘rotulado’, e isso vai gerar um preconceito ainda maior. O problema está na educação básica do país, que não é boa”. A locutora/repórter trabalha os sete parágrafos da notícia, mesclando discurso direto e discurso indireto. Ao registrar a voz de uma jornalista, que também teria sido concorrente a uma vaga no ensino superior pelo sistema de cotas, utilizando os discurso indireto e discurso direto, deixa transparecer certa afinidade postural ideológica sobre a questão.

Utilizando o discurso citado, é perceptível o alinhamento do posicionamento da locutora com a posição contrária às cotas apresentada no texto. O verbo *dicendi* ‘dizer’ rege praticamente a narrativa jornalística, trazendo à superfície textual o registro das vozes que se mostram contrárias às cotas, mas que não veem outra alternativa para o ingresso no ensino superior público no país, se não for cotas. O fato de a locutora usar o discurso citado logo no título é uma marca inicial de tentativa de isenção frente ao que vai ser exposto. No geral da enunciação, essa isenção perde força, fazendo com que o leitor perceba, também de forma sutil, a parcialidade enunciativa frente ao que está sendo exposto.

Neste texto percebe-se, quase que involuntariamente, a voz de estudantes sobre a questão posta, qual seja, o ingresso no ensino superior pelo sistema de cotas raciais. Quanto

ao dialogismo bakhtiniano, é notório no texto que, mesmo mostrando apenas um posicionamento a respeito de um dado tema, há possibilidade da percepção dialógica da linguagem, pois ao defender um ponto de vista, nega-se um outro. Dessa forma, o uso do discurso direto, nesse título, sugere que o locutor/repórter tenta se isentar do dito por outrem, com o pressuposto de ‘quem diz isso são eles e não eu’. Além disso, o locutor procura dar crédito ao seu texto com a inclusão da voz alheia como testemunha do ponto de vista contrário às cotas.

O locutor, ao usar esse recurso linguístico-enunciativo, deixa transparecer parcialidade frente à polêmica apresentada. Uma marca evidente dessa parcialidade também é o fato de assinarem as matérias. Isso pode imprimir mais crédito ao seu leitor, justamente pelo uso do discurso direto nos títulos que desempenham função pictórica na transmissão do discurso de outrem na enunciação jornalística.

Os títulos também são elementos estruturantes importantes que apresentam o teor do texto, pois sugerem pistas para a interpretação e, além disso, funcionam como apelo, característica própria do texto jornalístico. A exposição de um assunto/tema é tecida por um locutor que lança mão de recursos linguísticos (discurso direto e discurso indireto) para registrar pontos de vista dos atores sociais que são incorporados na narrativa jornalística sob a responsabilidade deste mesmo locutor/repórter.

Em síntese, destacamos dois textos cujos títulos contêm o discurso citado: um estruturado com discurso indireto e outro com discurso direto. Nossa intenção é mostrar que esses recursos linguísticos contribuem sobremaneira para a leitura dos textos, principalmente quando se trata de textos jornalísticos. O locutor, ao usar o discurso indireto, assume papel interpretativo do discurso de outrem, imprimindo também função persuasiva. Do ponto de vista sintático, o locutor utiliza o verbo *dicendi* ‘diz’ como se fosse uma forma de tradução do dito por outrem. Aqui, este dito por outrem integraliza-se à enunciação que é apresentada ao leitor na frase resumitiva e conativa que é o próprio título. Enunciativamente, o uso do discurso indireto sugere maior proximidade com o dito alheio, já que o locutor procura traduzir esse dito que passa a constituir a enunciação sob sua responsabilidade.

Outro recurso linguístico também significativo na construção de títulos de textos informativos é o discurso direto. Esta estratégia de construção textual pressupõe que o locutor tenta se isentar do dito de outrem, trazendo essa voz tal qual foi expressa pelo informante sobre determinado tema. Ao se apropriar dessa voz, pretende dar crédito ao seu texto e, ao mesmo tempo, se distanciar do que está sendo mencionado.

Como se vê, tanto os textos cujos títulos apresentam discurso direto e discurso indireto mostram que este recurso linguístico-enunciativo não garante total isenção do locutor na elaboração dos textos informativos. Este tipo de análise permite que, mesmo tratando de um tema polêmico, a perspectiva interativa e o dialogismo bakhtinianos entram no cômputo da construção da enunciação jornalística. Ao registrar a manifestação contrária e a favorável às cotas nas universidades, o locutor lança mão do discurso citado, buscando manter a interação com o leitor/interlocutor, pois é para ele que os enunciados são dirigidos.

4.1.1 – Breve apresentação do texto representante do bloco 1: textos com posicionamento contrário às cotas nas IES públicas brasileiras

Após apresentação geral do bloco 1, que traz as matérias contendo pontos de vista contrários às cotas nas IES públicas brasileiras, passamos à análise de um texto, eleito por amostragem do referido bloco, para aprofundarmos a reflexão sobre o uso do discurso citado/ de outrem em textos jornalísticos informativos. Esclarecemos que a escolha deste texto não se fez por ele ser mais significativo e/ou mais produtivo quanto à estruturação em discurso citado, mas que é um percurso de análise que pode ser aplicado a todos os demais textos constituintes deste bloco, pelos aspectos sintático-semânticos que os fazem significar sob a perspectiva enunciativa bakhtiniana.

O texto em questão será analisado com vistas aos efeitos de sentido que esse recurso linguístico pode produzir no leitor em que pese à parcialidade ou à imparcialidade nesse gênero textual. Também é levado em conta o uso dos verbos *dicendi* e das aspas na incorporação do discurso alheio na enunciação sob a responsabilidade do locutor.

Discutir as características da linguagem jornalística, no tocante à objetividade plena ou não em textos de cunho informativo é, do nosso ponto de vista, questão vencida. O interesse primeiro de nosso trabalho é mostrar linguístico-enunciativamente que o discurso citado pode ser uma marca de parcialidade, mesmo nesse tipo de texto. Portanto, nossa análise é mais enunciativa e menos linguística ‘a priori’. Essa perspectiva de análise está balizada na teoria bakhtiniana e considera o dialogismo e a interação como centros de apoio para a hercúlea tarefa ora empenhada.

Apresentamos o texto, a seguir, que serve de base para a análise ampla de nosso propósito nesta pesquisa. O percurso analítico obedece à sequência prevista no capítulo 3, metodologia, ou seja, verificar o uso do discurso de outrem no título, no corpo textual, o uso dos verbos *dicendi* e das aspas. Por uma questão didática, apresentamos a análise do título, em

seguida, de cada parágrafo, finalizando com uma síntese geral. O texto eleito para este exercício de análise é o intitulado “Cotas e conselhos comunitários são alvos de críticas” – Camila Marques da Folha Online (11/03/2005 – 12h40). O referido texto encontra-se nas páginas 70-71, do capítulo III, desta tese.

Embora não seja nosso intuito fazer uma análise sociológica do momento em que este texto é veiculado na mídia, isto é, março de 2005, lembramos que o quadro político era marcado pelo primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva. O então presidente apresentava um propósito de fortes ações sociais, e as políticas de ações afirmativas eram tidas como pauta de seu plano de governo. Há que se registrar também que de 2001 (governo de FHC) a 2005 (governo de Lula) pelo Ministério da Educação já tinham passado três ministros: ano de 2001, Paulo Renato de Souza, ano de 2003, Cristovam Buarque e ano de 2004, Tarso Genro. No que tange à implantação do sistema de cotas nas universidades públicas brasileiras, várias instituições¹⁰ haviam aderido a essa política defendida pelo governo federal. Ademais, os resultados das primeiras turmas formadas em curso que adotaram as cotas já eram visualizados na sociedade. Pontos positivos e negativos apareciam nas estatísticas educacionais de nível superior público, e a proposta de reforma universitária ganhava espaço significativo na discussão.

4.1.1.1 – Análise específica do texto representativo do bloco 1

Como é sabido, o título é parte integrante da macroestrutura textual e deve ser claro, chamativo e atraente. Além disso, pode assumir função resumitiva e dar pistas do conteúdo a ser exposto no desenvolvimento do texto. Nesta reportagem, a locutora apresenta o título em forma de uma declaração afirmativa, trazendo uma desqualificação da proposta do governo sobre a criação de conselhos comunitários e de cotas nas universidades públicas brasileiras. Esta avaliação é percebida pelo uso do predicado ‘são alvos de críticas’. Ressaltamos que o título e o corpo textual são lastros nos quais podem ser revelados pontos de vista do locutor sobre determinados temas e/ou eventos sociais. Dessa forma, tanto no título como no desenvolvimento do texto podem ser investidas posições ideológicas. A esse respeito, convém retomar Bakhtin/Volochínov ([1929]2004, p.15) que veem a linguagem como sendo de

¹⁰ Universidades que já haviam adotado o sistema de cotas, conforme Fonte: Revista Isto é/1828 – 20/10/04, p. 48. Universidades estaduais (UEA, Uneb, UEL, Uems, Uemg, Uerj, Uenf). Universidades federais (Ufa, UFBA, Unb, UFPR, Unifesp, Univasf)

natureza socioideológica em seu uso efetivo na enunciação. Nas palavras dos autores “todo signo é ideológico e a ideologia é um reflexo das estruturas sociais”.

Considerando que os enunciados, aqui o título e o texto, são elaborados em função do interlocutor/leitor, verifica-se que, inicialmente, o título cumpre seu papel de apresentar o conteúdo a ser expandido no corpo textual bem como desempenha função de convencer o leitor. Além disso, comporta também o aspecto dialógico, ou seja, há uma voz que narra/anuncia – a locutora – e vozes veladas, implícitas e subentendidas na própria estrutura. Ao declarar que conselhos comunitários e cotas são alvos de críticas, a locutora/repórter deixa transparecer que já é sabedora das possíveis vozes que assim se manifestam, mas que, estrategicamente, omite.

Neste título, é possível a percepção dialógica no uso das palavras ‘cotas’ e ‘críticas’, justamente por elas imprimirem tensão discursiva. Cotas equivalendo a algo que é dividido de um todo e, quase sempre, as divisões não são consenso entre as partes, principalmente, no caso da política de reserva de vagas no ensino superior público brasileiro. Na mesma linha de tensão discursivo-enunciativa, tem-se a palavra “críticas” que exerce função semântico-discursiva de avaliação de algo posto num dado contexto social, político e ideológico que, de alguma forma, provoca/promove concordância ou discordância sobre alguma tomada de decisão a respeito de uma questão de ordem particular ou coletiva. Nesta esteira de reflexão, Bakhtin/Volochínov ([1929] 2004, p. 97) argumentam que, em se tratando de enunciação, “toda inscrição prolonga aquelas que a precederam, trava uma polêmica com elas, conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-as”. Assim, vemos que o título, na condição de enunciado, ocupa espaço mantenedor de interação entre o locutor e o interlocutor/leitor, visto que o interlocutor é a razão da produção dos enunciados, independente da extensão.

O título desta reportagem desempenha papel vocativo perante o leitor que se vê instigado à leitura do texto para satisfazer sua curiosidade em saber que críticas são essas. A locutora do texto, estrategicamente, deixa subentendida a discordância às cotas, ao apontá-las como alvo de críticas. Este jogo linguístico-discursivo pode ser considerado como um recurso para que a interação locutor-texto-leitor seja acionada.

Após refletirmos sobre aspectos enunciativos centrados no título desta reportagem, passamos a análise da distribuição dos parágrafos constituintes deste texto, enunciado amplo. Convém mencionar que o uso do discurso de outrem ocupa lugar privilegiado nesta análise, isto porque ele passa a incorporar a enunciação jornalística. Logo, para melhor visualizar a arquitetura do texto, trazemos a síntese de cada parágrafo. O texto constitui-se de treze parágrafos nos quais prevalece o ponto de vista contrário às cotas, registrado com discurso

citado em que se evidenciam vozes citantes e vozes citadas, diluídas em discurso direto e discurso indireto. Por uma questão didática, optamos por citar os parágrafos, seguidos das respectivas análises. Por fim, acrescentamos uma síntese analítica do texto.

[1º§] Além de reclamar da falta de metas do anteprojeto de reforma universitária, os reitores da USP, Unicamp e Unesp são contrários a outros dois pontos de grande importância para o Ministério da Educação: as cotas para egressos de escolas públicas e a criação dos conselhos comunitários. De acordo com o projeto do MEC, 50% das vagas das instituições federais de ensino superior deverão ser reservadas para afrodescendentes, índios e alunos egressos do ensino público.

No primeiro parágrafo, composto por discurso indireto, tem-se a locutora apresentando a polêmica em torno das cotas nas IES públicas brasileiras. Essa polêmica ganha corpo na tradução pela locutora das falas (dos pontos de vista de três sujeitos de discurso, os reitores da USP, Unicamp e Unesp) que se manifestam contrários às cotas e, também, ao projeto de reforma universitária. Neste mesmo parágrafo, a locutora mostra a razão de tanta controvérsia que a questão das cotas ocupa no contexto brasileiro. De um lado, tem-se o MEC propondo a reserva de 50 % das vagas das instituições federais de ensino superior e, de outro, tem-se a posição de três universidades de grande importância no país que se mostram contrárias a essa proposta. A locutora da reportagem inicia a construção do parágrafo com argumento reforçativo de contrariedade às cotas de forma que justifique as posições dos representantes das IES nominadas. Essa estratégia textual demonstra certa proximidade da locutora com as vozes que se manifestam desfavoráveis às cotas. Uma das marcas discursivas que se permite inferir tal aproximação é a expressão “além de reclamar”, pois fica implícito que a locutora – de alguma forma – já é sabedora do reclame das vozes que representam a posição dos reitores sobre a temática.

O uso do verbo ‘reclamar’ representando a posição dos 3 reitores (USP/UNICAMP/UNESP) é posto de forma a generalizar a queixa dos reitores a respeito da medida que poderia ser tomada pelo MEC ‘a criação dos conselhos comunitários’, além das cotas. O uso do discurso indireto coloca a locutora numa condição de transmitir a voz do outro de forma analítica e seletiva. Sobre essa forma de transmissão do discurso alheio, Bakhtin/Volochínov ([1929] 2004, p. 159) alerta que “o discurso indireto ouve de forma diferente o discurso de outrem; ele integra ativamente e concretiza na sua transmissão outros elementos e matizes que os outros esquemas deixam de lado. (...) A análise é a alma do discurso indireto”. Em consonância com o que diz Bakhtin, vemos que a locutora apresenta o primeiro parágrafo, sob a forma de discurso indireto analisador de conteúdo, o que supõe um efeito de sentido visando situar o leitor sobre o tema que será diluído ao longo do texto.

[2º§] Segundo o projeto, o conselho comunitário social será uma entidade de caráter opinativo, e não normativo, e que será composto por sindicatos, associações de classe e entidades corporativas da sociedade civil. Os conselhos poderão emitir opiniões e fazer relatórios sobre o desempenho da instituição.

A locutora destaca, no segundo parágrafo, uma possível explanação do que seria a função dos conselhos comunitários. Ela constrói este parágrafo sob a forma modalizadora de discurso segundo, que também apresenta caráter semântico de analisador de conteúdo. Com esse recurso linguístico-discursivo, a locutora pretende equilibrar o discurso em torno da questão, trazendo a informação de que “segundo o projeto, o conselho comunitário social será uma entidade de caráter opinativo, e não normativo”. Entretanto, finaliza o parágrafo relatando: “os conselhos poderão emitir opiniões e fazer relatórios sobre o desempenho da instituição”. Dessa forma, a tensão continua presente.

[3º§] "Toda universidade sabe qual é o anseio da sociedade e da comunidade em que está inserida. E elas têm muito o que contribuir, é louvável que participem do projeto, mas não como um conselho comunitário", diz Marcos Macari, reitor da Unesp. Segundo ele, a sociedade já tem representantes no conselho universitário da instituição, inclusive com poder de voto.

No parágrafo 3, a locutora apresenta a posição contrária das três universidades, representada pela voz manifestada em discurso direto do reitor da Unesp, como segue "Toda universidade sabe qual é o anseio da sociedade e da comunidade em que está inserida. E elas têm muito o que contribuir, é louvável que participem do projeto, mas não como um conselho comunitário", diz Marcos Macari, reitor da Unesp. O uso deste recurso linguístico-discursivo mostra que, embora as três tenham o mesmo posicionamento, cada voz é autônoma e se representa como sujeito de seu dito. Percebe-se que há uma retomada da posição contrária às cotas explícitas no parágrafo 1.

[4º§] Carlos Brito, reitor da Unicamp, e Adolpho Melfi, da USP, têm exatamente o mesmo discurso: são contrários ao conselho do jeito em que está descrito no projeto.

No parágrafo 4, a locutora prossegue apresentando o ponto de vista dos reitores da Unicamp e da USP que também são contrários às cotas. Ao resumir a posição dos reitores, como fica registrado na citação “Carlos Brito, reitor da Unicamp, e Adolpho Melfi, da USP, têm exatamente o mesmo discurso: são contrários ao conselho do jeito em que está descrito no projeto”, deixa pistas de aproximação com o ponto de vista citado em relação às cotas. Esse procedimento escritural conota um índice de parcialidade do locutora frente ao exposto. Essa

ocorrência, na escrita jornalística, diminui a possibilidade do locutor ser totalmente imparcial em seu ofício.

[5º§] "É um equívoco na maneira em como está sendo proposto. O objetivo de aumentar as conexões com a sociedade é adequado, mas para funcionar, [os conselhos] deveriam existir de acordo com um tema. Grupos que discutissem as políticas do hospital universitário, ou da área de tecnologia", afirma Brito.

No parágrafo 5, para ratificar o ponto de vista contrário ao projeto de cotas e de formação de conselhos comunitários, a locutora lança mão da posição do reitor da Unicamp "É um equívoco na maneira em como está sendo proposto.(...) afirma Brito". Esta posição, via discurso direto, reforça o repúdio à proposição do MEC. Vale registrar o uso do verbo *dicendi* "afirmar" como pressuposto de tentativa de distanciamento do dito alheio, ou seja, quem está afirmando é o reitor Brito. Isso fica bem notório, inclusive pelo uso de aspas que abre e fecha o parágrafo, indicando a transcrição tal qual foi proferida por Brito. Vale mencionar que, em Bakhtin/Volochínov ([1929] 2004, p. 160), "o uso das expressões entre aspas são tomadas diretamente do discurso de outra pessoa e que nós queremos manter distância". Logo, a locutora lançou mão de tal recurso com esta pretensão.

[6º§] Além disso, diz ele, o conselho universitário atual já tem membros externos. "Foi de um membro da sociedade, inclusive, que partiu a sugestão da política afirmativa que implantamos". Em seu vestibular, a Unicamp dá pontos extras para afrodescendentes e alunos de escolas públicas, condicionando o ingresso na faculdade ao desempenho na prova, e não na cor da pele ou na renda.

O parágrafo 6 inicia-se com uma remissão referencial anafórica 'além disso' que retoma a crítica à proposta do projeto pelo governo, mencionada no parágrafo 5. A locutora utiliza duas marcas de discurso direto: uma com aspas e outra sem aspas "Além disso, diz ele, o conselho universitário atual já tem membros externos. "Foi de um membro da sociedade, inclusive, que partiu a sugestão da política afirmativa que implantamos". Vale observar que essa estratégia de manipulação da voz alheia é reforçativa do ponto de vista contrário às cotas, e também demonstra uma tentativa de distanciamento da locutora frente ao que está sendo exposto.

[7º§] "O que o ministro fala que eles serão conselheiros consultivos. Mas no projeto da reforma, se verifica que esse conselho vai opinar no processo de avaliação da universidade, ou seja, terá força de influenciar o destino da instituição. Sou totalmente contrário a isso. Do jeito que está, ele fere a tão defendida autonomia", diz Melfi.

No parágrafo 7, tem-se mais um posicionamento contrário à criação dos conselhos comunitários que nos é apresentado textualmente pelo locutor. No caso, a posição de Melfi, conforme citação “Sou totalmente contrário a isso. Do jeito que está, ele fere a tão defendida autonomia”, diz Melfi”. Esse ponto de vista se apresenta em discurso direto e entre aspas, sugerindo ao leitor que o que está posto é, de fato, um discurso de outrem e que o locutor apenas articula-o na construção do texto. Nota-se que, na fala do reitor, há uma síntese do ponto de vista contrário à intenção do MEC, grafado no primeiro período desse parágrafo ‘O que o ministro fala que eles serão conselheiros consultivos’.

Cotas

[8º§] O mesmo tom de insatisfação é adotado pelos reitores na definição de cotas para egressos de escolas públicas e afrodescendentes --estes últimos, deverão ter espaço na universidade na mesma proporção que se encontram na sociedade, segundo definir (sic) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). De acordo com o projeto do MEC, 50% das vagas das instituições federais de ensino superior deverão ser reservadas para esses grupos sociais.

A locutora constrói o parágrafo 8 de forma resumitiva, mostrando, de um lado, a posição contrária dos reitores sobre as cotas “O mesmo tom de insatisfação é adotado pelos reitores na definição de cotas para egressos de escolas públicas e afrodescendentes” e, de outro, a posição do MEC propondo a obrigatoriedade da reserva de vagas no ensino superior por meio de cotas, em conformidade com o projeto “*De acordo com o projeto do MEC, 50% das vagas das instituições federais de ensino superior deverão ser reservadas para esses grupos sociais*”. Não há, neste parágrafo, o registro explícito da voz alheia, porém fica subentendido que a locutora é sabedora dos dois pontos de vista que se defrontam discursivamente sobre as cotas. Além disso, o termo ‘cotas’ que antecede o parágrafo 8 sugere um hiato na narrativa jornalística, fazendo com que o leitor faça uma pausa e visualize o tema central gerador de tanta polêmica.

[9º§] "Acho as cotas interessantes, mas não de maneira impositiva como quer o projeto, com a reserva de vagas de uma hora para outra. O que deveria ser feito é o estabelecimento de uma meta. No caso, de que 50% das vagas fossem ocupadas por alunos de escolas públicas em X anos. E ficaria, assim, a cargo da universidade ou faculdade definir como isso seria feito", sugere Marcos Macari.

No parágrafo 9, todo estruturado em discurso direto, traz a voz citada por verbos de cunho probalístico e sugestivo. A forma verbal que inicia o parágrafo ‘acho’ desempenha função de julgamento das cotas e não apresenta grande efeito de convencimento persuasivo, justamente pelo aspecto de que todos podem achar algo sobre determinadas questões e/ou tema, mas pouco vai influenciar no resultado final. A ideia posta pela voz citada continua no

parágrafo assumindo aspecto de possibilidade, agora, adicionada pela expressão ‘deveria ser feito’ de cunho sugestivo. As formas verbais internas ‘fossem’ e ‘ficaria’ dessa mesma voz citada prosseguem produzindo, gradativamente, situações discursivas de condição. Finaliza a locutora o registro da voz citada com a forma verbal ‘sugere’, confirmando o caráter avaliativo e sugestivo da voz citada.

[10º§] Ele lembra que, em 1989, o governo de São Paulo definiu um aumento de 33% das vagas noturnas em universidades públicas estaduais, dando um prazo para que isso ocorresse. "Então nós criamos mecanismos, abrindo cursos e aumentando cadeiras. Em meados dos anos 90, a inserção foi cumprida. Mas não com uma medida normativa", diz.

A posição contrária às cotas é registrada pela locutora no parágrafo 10, estruturado em discurso direto e discurso indireto. Há outras políticas de inserção na universidade pública estadual em São Paulo que não por meio de cotas. Essa ideia ratifica a aversão à proposta de cotas advinda do MEC, como fica patente na citação, a seguir, "Então nós criamos mecanismos, abrindo cursos e aumentando cadeiras. Em meados dos anos 90, a inserção foi cumprida. Mas não com uma medida normativa", diz.

[11º§] Segundo Brito, as cotas mais uma vez esbarram na questão da autonomia. "Em vez de estabelecer um objetivo, querem pôr a mão no modo em como promoveremos a inclusão. Eles vão, assim, tocar no ponto principal da seleção, que é a qualidade dos alunos", acredita Brito.

No parágrafo 11, a locutora utiliza duas marcas de discurso citado: um modalizado em discurso segundo “Segundo Brito, as cotas mais uma vez esbarram na questão da autonomia” que sugere a avaliação do reitor da Unicamp, reforçando a autonomia universitária e, por conseguinte, a não aprovação da proposição das cotas. Segue-se a ratificação da posição não favorável à proposta das cotas pelo governo federal registrada em discurso direto "Em vez de estabelecer um objetivo, querem pôr a mão no modo em como promoveremos a inclusão. Eles vão, assim, tocar no ponto principal da seleção, que é a qualidade dos alunos", acredita Brito”.

[12º§] Para Melfi, as políticas afirmativas funcionam melhor do que o simples estabelecimento de cotas, porque levam aos bancos universitários alunos capacitados de fato. "Dar isenção de inscrição já traz muita gente para a prova. Além disso, é preciso levar as escolas para as regiões necessitadas. Na USP Leste, por exemplo, 22% dos alunos são afro-descendentes e 47% vieram de escolas públicas. Na Cidade Universitária, esses números são, respectivamente, de 10% e 28%", explica o reitor da USP.

A locutora usa a mesma estrutura no parágrafo 12, ou seja, inicia com discurso modalizado em discurso segundo – de cunho avaliativo – sobre as cotas. O ponto de vista de

Melfi é ratificado via discurso direto, ocasião em que a locutora lança mão desse recurso linguístico/sintático para, primeiramente, imprimir grau de verdade ao que está sendo apresentado e, em segundo momento, como tentativa de isenção frente ao dito alheio.

[13º§] Segundo os três reitores, a realidade é que, com o atual modelo universitário, não vai se resolver o problema de exclusão educacional. É preciso investir em ensino fundamental e médio para abrir ao aluno um leque de oportunidades. Aí sim o estudante carente poderá escolher o que fazer. "Não é o simples acesso ao ensino superior que promoverá a inclusão social", afirma o reitor da Unicamp.

No parágrafo 13, a locutora finaliza o texto usando o discurso segundo. Apresenta o ponto de vista contrário dos representantes das três universidades que os delegam para expor – de forma conjunta a contrariedade às cotas. Nota-se que, embora sejam contrários às cotas, cada voz tem sua autonomia de expressão no texto. Estrategicamente, a locutora conclui a reportagem com a voz do reitor da Unicamp enunciada em discurso direto. É notório que as vozes envolvidas no todo textual constituem elementos necessários à formulação da informação transmitida.

Em resumo, a reportagem é construída com predominância de discurso direto e discurso indireto, inclusive com a modalidade de discurso segundo. Na arquitetura global do texto, a locutora utiliza a seu favor as vozes de três instituições tidas como referência em excelência no país, reforçando a ideia de contrariedade às cotas no ensino superior. Ao utilizar estas vozes, via discurso citado/de outrem, percebe-se uma tentativa de isenção frente ao dito alheio e a premissa de que ‘quem está dizendo isso é o outro e não eu’. Esta estratégia intenciona mostrar, por parte da locutora, que apenas repassa o dito de outrem, criando a hipótese de que está sendo imparcial, narrando os fatos. No entanto, o uso dos verbos *dicendi*, uso de aspas, de discurso direto e indireto não são garantias de imparcialidade do locutor frente ao que informa. O uso do discurso indireto, por exemplo, sob a perspectiva de Bakhtin/Volochínov ([1929] 2004), assume função semântico-enunciativa de analisador de expressão e de conteúdo. Nisso reside a linha limítrofe de aproximação ou distanciamento do dito alheio. Ademais, o uso do discurso direto também é uma pista linguístico-discursiva que pressupõe isenção diante do discurso de outrem, justamente pelo fato de içar a fala alheia para o texto. Esta transposição, mesmo sendo o mais próximo do verdadeiro dito pelo outro, pode ser manipulada pelo locutor para que obtenha os efeitos de sentido de cunho persuasivo junto ao seu interlocutor/leitor.

De resto, fica que tanto o discurso direto quanto o discurso indireto servem de âncora para que o locutor construa a enunciação, seja falada e/ou escrita. No entanto, esses recursos

não garantem a imparcialidade que é sugerida ao locutor na elaboração do texto jornalístico informativo. O texto analisado é uma amostra de que nossa hipótese é comprovada, qual seja, que o texto jornalístico informativo, pelo uso do discurso citado, deixa marcas de parcialidade. Vale destacar ainda que, mesmo o locutor apresentando um só ponto de vista, como é o caso do posicionamento contrário às cotas, os textos não deixam de ser dialógicos, justamente pelo fato de que, ao mostrar essa posição frente ao tema, subjaz o outro ponto de vista inverso deste.

Diante do exposto, a enunciação jornalística, por acomodar diversas vozes no seu conjunto constitutivo, incluindo a voz do locutor, que narra os fatos, e as vozes dos atores sociais, que são incorporadas na arquitetura global do texto, dificilmente será monológica. Isso posto, a perspectiva enunciativa do teórico russo é aporte para o exercício de análises como a feita nesta pesquisa. Não restam dúvidas de que a teoria bakhtiniana do dialogismo e da interação verbal possa ser atualizada em texto que contemple essas características.

Após análise do primeiro bloco de textos que tratam do posicionamento contrário às cotas, passamos a trabalhar o segundo bloco que se refere à abordagem do ponto de vista favorável às cotas. Seguindo a mesma didática, far-se-á uma análise global do conjunto de textos e, em seguida, a análise específica de um texto representativo do bloco.

4.2 – Análise global do bloco 2 - textos com posicionamento favorável às cotas nas universidades públicas brasileiras (2001-2005)

Este bloco de textos contém cento e quarenta e três (143) matérias que apresentam o posicionamento favorável às cotas. Isso representa (67,05%) de um *corpus* composto de duzentos e doze (212) textos informativos eleitos no período compreendido entre janeiro de 2001 a setembro de 2005. Este índice é uma amostra de que o posicionamento favorável às cotas se sobrepõe aos demais no conjunto das matérias veiculadas no *Jornal Folha de S. Paulo On-line* no período já mencionado. Ressaltamos que nosso intuito não é a preocupação com índices estatísticos de posições sobre as cotas, e sim verificar como os locutores usam o discurso de outrem na composição da notícia e se esta estratégia contribui para marcar ou não a parcialidade neste tipo de texto. Evidentemente o tema tratado nos textos é polêmico e possibilita o registro das posições de atores sociais envolvidos na causa das cotas como política de acesso ao ensino superior no Brasil.

Vale lembrar que um tema polêmico como esse, mesmo tendo um percentual considerável de textos com um só posicionamento sobre as cotas, não o exime de tensão. Vê-

se que, ao mesmo tempo que se mostra apenas um só ponto de vista sobre a questão, nega-se o outro, no caso, o que é contrário às cotas. Esta construção textual é, do nosso ponto de vista, passível de uma análise balizada à luz da teoria da enunciação postulada por Bakhtin, principalmente no que tange ao dialogismo e à interação verbal. Portanto, o texto jornalístico informativo, tido como ato de comunicação verbal e por comportar diversas vozes, torna-se fértil e possível à aplicação da análise proposta nesta pesquisa.

Neste momento da análise, apresentamos, de forma global, uma sumarização dos textos componentes deste bloco 2. Devido ao grande número de matérias, elegemos algumas para comentá-las, sem que as demais não fiquem também representadas nesta análise, visto que os critérios de avaliação aplicados são os mesmos para todos os textos já crivados e, como tal, agrupados pela abordagem que os constituem.

O período compreendido entre janeiro de 2001 e setembro de 2005 registra uma efervescência de debates sobre a implantação da reserva de vagas por cotas étnico-raciais no Ensino Superior no Brasil. Após muitas discussões, algumas instituições adotam cotas e uma grande maioria não. Mesmo com o impasse, as Universidades Estaduais do Rio de Janeiro (UERJ e UENF), em 2001, implantam o sistema de cotas para negros, pardos e alunos do ensino médio público. A partir desse feito, os debates se espalham pelo país e a mídia passa a dar mais atenção à nova realidade em torno do assunto em tela.

Dentre os textos que destacam a luta em favor das cotas, mencionamos “Negros querem reparos pela escravidão” (05/07/2001 – 04h30), de Fernanda da Escóssia e Cristian Klein, da *Folha de S.Paulo*, no Rio, cujo teor centra-se na cobrança do movimento negro junto ao governo federal por uma compensação pelos anos de escravidão. Outro texto que pode ser citado é “Deputados aprovam reserva de vaga para negros em faculdade do Rio” (09/10/2001 – 20h59), de Fernanda da Escóssia, da *Folha de S.Paulo*, no Rio, que registra a aprovação de projeto de lei pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio, reservando 40% das vagas nas universidades públicas estaduais para negros e pardos no Rio. A experiência das Universidades Estaduais do Rio ganha mais espaço na mídia, e isso é enfatizado como registra o texto “Cota para negros em universidades será adotada neste ano no Rio” (23/05/2002 – 08h06), Fábio Porto Silva, da *Folha de S.Paulo*, que destaca a Uerj e a Uenf preconizando a implantação de cotas para negros no Rio. Nesta mesma linha de pensamento, o texto “No Rio, vestibulandos negros têm notas próximas às dos demais”(03/11/2002 – 05h01), ressalta que as cotas não diminuem a qualidade dos ingressos negros. Mesmo assim, o tema segue polêmico.

Com a adoção de cotas nas Universidades públicas do Rio (UERJ e UENF) em 2001/2002, outras universidades se envolvem no tema e estudam possibilidades de também

adotarem o sistema como foi o caso das universidades públicas: Unifesp, UnB, UFMT, UEMS e Uneb. Alguns fatos reforçaram a visualização do tema na sociedade brasileira e isso ganhou corpo em matérias como: “Senador é o primeiro negro a assumir interinamente presidência da Casa”(05/02/2003 – 12h00) informando que o vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS) é o primeiro petista negro a ocupar o cargo de presidente do Senado. Além disso, ressalta a luta de José Sarney contra a discriminação no Brasil e a sua autoria do projeto de cotas. Cabe ainda mencionar o texto “Cristovam diz ser favorável à reserva de cotas em universidades” (26/06/2003 -09h31), de João Novaes especial para a *Folha Online*, em Paris. Nele, o locutor/repórter destaca a opinião de Cristovam, logo no primeiro parágrafo “O ministro da Educação, Cristovam Buarque afirmou ontem, em Paris, que é favorável a aplicação de ações afirmativas que têm por objetivo estabelecer cota mínima obrigatória às minorias raciais em universidades públicas”. Nota-se que o locutor/repórter lança mão do discurso de outrem, via discurso indireto, como se fosse a tradução do dito pelo ministro. Dessa forma, é possível fazer inferência de que houve aproximação do ponto de vista defendido por Cristovam.

Além dos textos acima mencionados, convém ainda destacar outras matérias nas quais várias vozes se alinham de defesa das cotas, mostrando pontos positivos, como ilustram os textos: “Na UnB, aluno do ensino médio público tem desempenho melhor na universidade”, “Cresce procura por cota racial na UFPR”, “Ato pede apoio a projeto de cotas raciais”, “Governo quer cotas em todos os cursos nas IES federais”, “Assembleia de Minas aprova sistema de cotas”, “Movimento estudantil realiza atos em defesa da reserva de vagas”, “Projeto de lei sobre cotas universitárias entra em regime de urgência”, “Sistema de cotas busca diminuir desigualdades”. “Lula anuncia criação de secretaria nacional da juventude”, “MEC pretende manter cotas nas federais em reforma universitária”, “Câmara dos Deputados discute reserva de cotas na universidade”, “Lula cobra consciência social”, “Gilberto Gil defende também as cotas”, “Estudo da Unicamp aponta diferença racial na universidade”, “Presidente da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Ennio Candotti se declara a favor das cotas por achar que o problema da desigualdade existe e precisa ser corrigido”.

Em suma, os locutores, responsáveis por estes textos, apresentam as opiniões dos atores sociais que defendem as cotas. Utilizam recursivamente o discurso de outrem para a confecção das notas, notícias e reportagens com a pretensão de se isentarem frente ao dito alheio e, também, imprimem grau de verdade nas matérias. Esta estratégia de composição textual permeia todos os textos, isto é, lançam mão da voz do outro e crivam-na, segundo os

interesses desses locutores, para que seu texto final produza efeitos de sentido junto ao interlocutor/leitor. Além do discurso de outrem, recursos como verbos *dicendi* e uso de aspas servem de âncora ao locutor na constituição das matérias. Nota-se que o uso do discurso de outrem, do ponto de vista enunciativo, mobiliza não só os aspectos de superfície de base linguístico-gramatical mas também o aspecto discursivo-argumentativo produzido na recepção do leitor. Esta articulação, agora, linguístico-discursiva passa a uma dimensão metalinguística, conforme advoga Bakhtin, ou seja, a linguagem em uso concreto, portanto, respaldada pela perspectiva da enunciação, considerando o contexto dos sujeitos sócio-historicamente organizados.

Ainda neste bloco de matérias, que enfatizam o registro de pontos de vista favoráveis às cotas, algumas apresentam discurso citado nos títulos. Isso, enunciativamente, é um recurso que sugere a interação do locutor/repórter com o interlocutor/leitor, justamente por trazer nos títulos mais de uma voz, intuindo-se, dessa forma, maior adesão do leitor frente ao que será exposto. A investigação pretende verificar se este recurso marca parcialidade do locutor nesta modalidade textual. Extraímos do conjunto de 143 textos 08 com essas características estruturais, sendo 05 com discurso indireto e 03 com discurso direto. Os com discurso indireto são: “Cristovam diz ser favorável à reserva de cotas em universidades”, “UNE afirma ser contra proposta de contribuição”, Genro reafirma que cotas para negros em universidades é medida insuficiente”, “Lula diz que ‘dinheiro não é problema’ para investir em educação”, “Lula diz que governo prepara pacote de cidadania”.

Nestes títulos, bem como em todos os textos deste bloco, fica explícita a defesa da proposta do governo sobre cotas nas universidades públicas. Cabe ressaltar o momento sócio-histórico-político vivido pelo Brasil com o primeiro mandato do presidente Lula. Tem-se, no limiar dessa fase de governo, a presença de dois ministros da educação. Em 2003, Cristovam Buarque e, a partir de 2004, Tarso Genro. Ambos fazem coro ao governo no que tange à implementação de políticas públicas de reparação social, tendo as cotas como uma das mais polêmicas. Algumas universidades públicas federais e estaduais já haviam implantado o sistema de cotas e as experiências dessas instituições impulsionam os debates sobre a questão na vida política, na academia e na sociedade como um todo. Esse quadro de discussões abastece a mídia que, nutrida de pontos de vista distintos sobre as cotas, desempenha sua função de informar os fatos ao leitor.

Os cinco títulos estruturados com discurso indireto, acima citados, representam bem a somatória de vozes sociais governamentais e não-governamentais a favor das cotas nas universidades públicas brasileiras. O locutor, ao usar este recurso linguístico-discursivo, o faz

de forma interpretativa e, com isso, deixa transparecer, mesmo que sutilmente, também sua análise sobre o assunto. Como a análise é a alma do discurso indireto, o risco de aproximação do dito alheio pelo locutor é quase inevitável.

Ainda neste bloco de textos, vale mencionar alguns títulos que se estruturam com discurso direto, outra forma de trazer a voz do outro na composição do texto jornalístico. São eles: “Cotas em universidades podem ser desastrosas, diz UERJ”, “Cotas não resolve exclusão, mas é impulso para reforma, diz Genro”, “Governo Lula ‘não esteve à altura das expectativas’, diz jornal”. Assim como os demais textos trazem o posicionamento favorável às cotas, estes se destacam desde o título. Ambos os textos datam-se no primeiro mandato do presidente Lula e registram o jogo de forças em torno das mudanças pretendidas pelo governo. Novamente, a mídia assume seu papel de acompanhar os fatos e manter informado seu público leitor.

Na elaboração das reportagens, o locutor procura ouvir os atores sociais para a construção textual. Utiliza o discurso citado tanto de forma indireta como de forma direta, justamente porque é dessa fonte informacional que vertem os pontos de vista sobre as questões do cotidiano do locutor e do interlocutor/leitor. Com a premissa de que o texto informativo deve-se pautar no princípio da objetividade e da imparcialidade, o responsável pelos enunciados usa a citação como recurso linguístico-enunciativo na elaboração das matérias. A presença do discurso citado/de outrem na enunciação jornalística é tida como um amuleto do locutor para imprimir grau de verdade ao que narra e, também, pressupor que se distancia do dito alheio. É sabido que a objetividade no jornal é um mito. Nosso propósito não é discutir esta questão, mas sim investigar como o uso do discurso citado pode contribuir para marcar a parcialidade nesse tipo de texto. Para melhor aprofundar esta possibilidade, apresentamos no próximo item um texto representativo deste bloco.

Vale observar que, mesmo trazendo textos com maior ênfase na apresentação de pontos de vista favoráveis às cotas, é possível verificar o uso do discurso citado como marca enunciativa de parcialidade do locutor junto ao texto veiculado justamente pelos argumentos apresentados valendo-se da voz citada. A polêmica não deixa de existir, uma vez que, ao defender um ponto de vista, nega-se o seu contrário sobre dado tema de interesse sociopolítico.

4.2.1 – Análise específica de 1 texto representativo do bloco 2: posicionamento favorável às cotas nas universidades públicas brasileiras (2001-2005)

Seguindo os propósitos metodológicos eleitos para a análise em curso, também neste bloco, o de número 2, com posicionamentos favoráveis às cotas, elegemos um texto representativo de todos os outros para uma análise na íntegra, atentando ao uso do discurso de outrem na confecção da notícia e se esse recurso linguístico tem funcionamento como marca de parcialidade. Como já dito, o percurso analítico leva em conta o discurso de outrem nos títulos e corpos textuais, bem como o uso de verbos *dicendi* e das aspas no todo textual. O texto escolhido, por amostragem, é o intitulado “Cota não resolve exclusão, mas é impulso para reforma, diz Genro”- da Folha Online, de 20/10/2004. O referido texto encontra-se nas páginas 75-76, do capítulo III, desta tese. A análise segue o mesmo percurso aplicado à análise do texto eleito do bloco I, qual seja, primeiro momento o título, seguido da análise de cada parágrafo, finalizando com uma síntese de todo o texto.

O locutor (a própria *Folha Online*), responsável pelo texto, apresenta o título “Cota não resolve exclusão, mas é impulso para reforma, diz Genro” desta reportagem em discurso direto. Essa estrutura linguístico-enunciativa é nos apresentada de forma que seja possível perceber aspectos dialógicos imbricados pelo contraponto discursivo patente na voz do ministro “Cota não resolve exclusão, mas é impulso para reforma, diz Genro”. A tensão criada pela organização da ideia nuclear da mensagem posta ‘cota não resolve, mas é impulso para reforma’ instala um jogo opinativo que supõe a controvérsia que o tema gera, principalmente na instância enunciativa. O locutor, *Folha online*, utiliza a voz do ministro da educação, à época, Tarso Genro para intitular a matéria. Este recurso produz um efeito de sentido visando à adesão do leitor ao texto.

Outro valor linguístico-enunciativo que carece observar é o uso do verbo *dicendi* “diz” que incute a voz citada a responsabilidade pelo teor informacional e autoral, ou seja, quem diz isso é o ministro, e não o locutor, no caso, a *Folha online*. Com isso, a perspectiva dialógica e tensiva constante no título, deixa a sensação de que ‘quem disse isso foi o outro’, cabendo ao locutor a incumbência de apenas repassar ao leitor a mensagem. Esta estratégia composicional do título o habilita para o cumprimento de sua função de vocativo e/ou apelo ao leitor para aderir à leitura e, ao mesmo tempo, registrar que o aspecto dialógico pode ser gerado na instância do enunciado, aqui o próprio título. A seguir, temos a análise pontual de cada parágrafo, por entendermos ser esta didática mais pertinente ao leitor.

[1º§] O ministro da Educação, **Tarso Genro, rebateu** nesta quarta-feira as críticas ao projeto de lei do Executivo que institui o sistema de cotas nas universidades públicas para alunos que tenham cursado o ensino médio em escola pública, alunos negros, índios e descendentes.

O locutor (*Folha online*) apresenta, no primeiro parágrafo, o ministro da Educação rebatendo as críticas ao projeto de lei que institui as cotas. Este parágrafo se estrutura em discurso indireto com a locutora ‘traduzindo’ a força do discurso em defesa das cotas por parte do ministro da educação. A forma verbal ‘rebateu’ assume papel importante na estrutura do parágrafo, visto que, no discurso, produz efeito de sentido combativo e defensor de uma posição sobre as cotas que é criticada por alguém. Esse alguém não é identificado textualmente, mas está subentendido no contexto do parágrafo e, além disso, por ser o primeiro parágrafo, percebe-se o caráter vocativo ao leitor para o que está sendo exposto e também situa-o frente ao tema.

A forma verbal “rebateu” implica mais de uma voz, a palavra é ativa, responsiva, ganha força de argumentação e, ao mesmo tempo, alto grau de crédito discursivo, pois, produz efeito de sentido de defesa com convicção de um ponto de vista. Além disso, a forma verbal em questão está para o conjunto de verbos do dizer, desempenhando, discursivamente, a função de contestação.

[2º§] Genro afirmou que o projeto não soluciona um problema de exclusão social, mas significa impulso para uma "grande reforma" do ensino universitário no país. "O projeto não vai resolver um problema de exclusão social, mas seria um caminho para a construção de uma universidade pública mais democrática", disse o ministro.

No segundo parágrafo, a locutora mescla a estrutura composicional com uso de discurso indireto e discurso direto. Inicia o parágrafo usando o sobrenome do ministro ‘Genro’, o que sugere aproximação com o informante e/ou com o ponto de vista ‘traduzido’ da voz alheia – via discurso indireto. Em seguida, tem-se o segundo período do parágrafo em discurso direto, que traz para o parágrafo a voz do ministro em destaque entre aspas. O fato de a locutora utilizar o sobrenome do ministro, no início do parágrafo e terminar com a expressão ‘disse o ministro’, faz com que o leitor suspeite que a locutora tenta se isentar frente ao dito alheio. Esta estratégia de construção textual dá a suposta ideia à locutora de que ‘quem disse isso foi o outro (o ministro) e não ela. Ao trazer a expressão “grande reforma” entre aspas e dentro do discurso indireto que interpreta a voz do ministro, a locutora, além de destacar a referida expressão, deixa transparecer a ênfase dada ao discurso de outrem sob a

perspectiva de analisadora de expressão. Este recurso ratifica o caráter analisador nesse tipo de discurso.

[3º§] O projeto de lei que institui as cotas está tramitando na Câmara dos Deputados. O governo espera que o Congresso Nacional vote a proposta ainda neste ano para que ela entre em vigor em 2005.

No terceiro parágrafo, a locutora narra e circunstancia o trâmite no projeto de cotas na Câmara dos Deputados. Essa situação é mencionada de forma esperançosa por parte do governo que almeja a aprovação da matéria sobre as cotas. Esta inferência é plausível pelo fato de o projeto está tramitando na Câmara e o governo aguarda a votação do mesmo.

[4º§] Nesse sentido, **Tarso Genro fez um apelo** ao Congresso para que aprove "o mais rápido possível" o projeto de lei. **Para ele**, sem a aprovação em 2004, o sistema só seria implantado em 2006, o que prejudicaria "boa parte da população carente".

O parágrafo 4 inicia-se com a expressão ‘nesse sentido’ que faz uma remissão anafórica à ideia exposta no parágrafo 3, isto é, o trâmite do projeto na Câmara dos Deputados e a expectativa de que seja votado com urgência. O discurso direto, neste parágrafo, aparece entre aspas apenas com o dito do ministro. Num primeiro momento, refere-se ao apelo do ministro “Tarso Genro fez um apelo ao Congresso para que aprove "o mais rápido possível" o projeto de lei”. Num segundo momento, aparece com expansão do discurso modalizado em discurso segundo “Para ele”. Esse ele, o ministro, a não aprovação do projeto de cotas prejudicaria os alunos carentes, conforme passagem textual nesse parágrafo “boa parte da população carente”. Vale registrar que as falas do ministro “o mais rápido possível” e “boa parte da população carente” são trazidas para o texto sem a indicação de um verbo *dicendi* como “dizer” ou “afirmar”, mas que as falas são regidas pela expressão “Tarso Genro fez um apelo”. Assim, a palavra apelo encerra em si a força expressiva das vozes manifestadas no texto de forma velada.

Regras

[5º§] De acordo com o projeto, as universidades federais do país deverão reservar, no mínimo, 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. A distribuição dessas vagas levará em conta o perfil da população da unidade da federação onde está instalada a universidade, segundo o último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

No quinto parágrafo, a locutora volta a mostrar a defesa das cotas e se mostra sabedora da questão em torno do projeto de cotas, conforme a própria narração do parágrafo “De acordo com o projeto...”. Utiliza como fontes informativas o projeto e o censo do IBGE.

[6º§] Dentre as vagas reservadas aos alunos procedentes da rede pública, haverá um percentual mínimo para estudantes autodeclarados negros e indígenas.

O sexto parágrafo, composto de um único período, grafa-se em um discurso linear narrativo. Apenas informa a necessidade da aprovação do projeto e expande a ideia de ‘vagas’ mencionada no parágrafo 5.

[7º§] O ministro compareceu à Comissão de Educação do Senado para falar sobre o projeto mas, por falta de quórum, a sessão foi adiada.

O sétimo parágrafo, também formado de um único período, mostra a insistência do ministro em defesa do projeto de cotas e as dificuldades encontradas, além da omissão de quem deveria apreciar a matéria. A locutora, sutilmente, valoriza a atitude do ministro que luta em favor das cotas. Esta informação está contida no conjunto do parágrafo.

Em síntese, o texto é estruturado em sete parágrafos, sendo que em apenas quatro deles ocorre discurso de outrem, de forma marcada (parágrafos 1, 2, 4 e 5). Já os parágrafos 3, 6 e 7 são informativos e narrados linearmente pela locutora, sem incidência de discurso citado. Mesmo sendo um texto de curta extensão, é produtivo quanto ao uso do discurso citado. Apresenta discurso direto no título e essa atitude do locutor intenta, além de valorizar o tema, pretende ter a adesão do interlocutor/leitor.

O texto, como um todo, apresenta nuances de dialogia e interação verbal. Primeiro, pelo fato de mostrar o ponto de vista favorável às cotas em todos os parágrafos. Textualmente, não se tem o contraponto, ou seja, voz contrária às cotas. Mesmo assim, o texto não é monológico. Na voz citada de Tarso Genro fica também implícita a voz do MEC, como órgão do governo, conforme citação: “O governo espera que o Congresso Nacional vote a proposta ainda neste ano para que ela entre em vigor em 2005”, uma vez que o ministro é situação e, por conseguinte, é governo. Nessa condição a voz de Tarso faz um apelo e defende que o projeto seja aprovado.

No que tange à parcialidade, interpreta-se que a locutora alinha seu ponto de vista ao de Tarso Genro em defesa das cotas, ao destacar o empenho do ministro pelas cotas e sua

insistência para que o projeto de cotas seja aprovado, como fica exposto nos trechos: “O ministro da Educação, Tarso Genro, rebateu nesta quarta-feira as críticas ao projeto de lei do Executivo que institui o sistema de cotas”, “O projeto não vai resolver um problema de exclusão social, mas seria um caminho para a construção de uma universidade pública mais democrática”, disse o ministro”, e “Tarso Genro fez um apelo ao Congresso para que aprove “o mais rápido possível” o projeto de lei”.

Diante do exposto, mesmo num texto que sugere a isenção na elaboração da notícia, podemos perceber que a imparcialidade almejada pelo locutor e sugerida pela linguagem jornalística não é atingida plenamente. Assim, o uso do discurso citado, neste texto, contribui para que se tenha uma leitura na qual se perceba parcialidade do locutor na arquitetura dessa enunciação.

Encerrando este bloco 2, constatamos que o uso do discurso de outrem foi usado em todos os textos que o compõem e, alguns deles nos títulos, inclusive. Este recurso linguístico-enunciativo serviu de âncora ao locutor/repórter na elaboração dos textos jornalísticos informativos, com o propósito de imprimir maior credibilidade aos informes repassados ao interlocutor/leitor e criar a expectativa de que esteja sendo imparcial no exercício da escrita jornalística. O que foi verificado na arquitetura geral dos textos é que os recursos residentes na utilização do discurso de outrem, dos verbos *dicendi* e das aspas não são suficientes para garantir a objetividade e a imparcialidade almejada e sugerida pelos manuais de redação jornalística. Portanto, sendo o jornalista um ser sócio-histórico, a pretensa isenção, aos noticiar os fatos, é dificultada justamente por esta condição. Assim, marcas de parcialidade são passíveis de ocorrência no gênero narrativo jornalístico. Ao manipular as vozes de atores sociais no fazer jornalístico, a tendência a se aproximar de um ponto de vista veiculado na mídia, por parte do locutor, é quase inevitável.

Finda a análise do bloco 2 em questão, passamos à análise do bloco 3 que apresenta textos com o posicionamento contrário e favorável às cotas, concomitantemente, em cada uma das matérias. A análise aplicada a este bloco textual segue os mesmos critérios utilizados nos blocos 1 e 2 já analisados.

4.3 - Análise global do bloco 3 – textos que apresentam pontos de vista favoráveis e contrários, concomitantemente, sobre as cotas nas universidades públicas brasileiras (2001 a 2005)

Este bloco é composto por trinta e cinco (35) textos nos quais são registrados pontos de vista favoráveis e contrários, concomitantemente, em cada um deles. Este total perfaz

16,07% do *corpus* de 212 matérias que abordam a questão das cotas nas universidades públicas no Brasil. Ressaltamos que este é o bloco de número 3 do conjunto de textos que cumpre a pauta de análise desta pesquisa, uma vez que distribuímos a análise em três grandes blocos temáticos por abordagem. Passamos a análise de forma global para, depois, fazermos a análise na íntegra de um texto que representa os demais, visto que os critérios avaliativos são aplicáveis igualmente a todos. Ratificamos que o viés eleito para esta análise é a perspectiva enunciativa de Bakhtin, levando em conta o uso do discurso de outrem na enunciação jornalística e como os locutores manipulam este recurso linguístico na construção da notícia.

Os textos se situam num momento de grandes debates na sociedade brasileira, principalmente na área educacional de ensino superior, pelo fato de o Governo propor a reserva de vagas por meio de cotas. Para alguns, esta política é bem vista; para outros, não é a melhor solução. Dessa forma, as discussões em torno da questão tomam dimensão nacional e a mídia, acompanhando os fatos, dá a sua contribuição na divulgação dos informes que são de interesse dos envolvidos.

Notadamente, com a adoção das cotas pelas universidades estaduais do Rio de Janeiro (Uerj/Uenf), a polêmica se expande e outras instituições também começam a discutir as possibilidades de implantação deste sistema. A temática provoca controvérsias, mesmo nas instâncias governamentais. Com isso, há quem defenda e quem critique as cotas. Apresentamos, por amostragem, alguns textos que expõem esses pontos de vista.

O texto “Para MEC, adoção de cotas é inconstitucional” (14/01/2001 – 09h28) da *Folha de S.Paulo* menciona que as cotas esbarra num problema jurídico, no entender do secretário de educação superior do MEC, Antônio Macdowell de Figueiredo. Para ele, esse sistema fere o princípio do mérito. Ele diz que o MEC poderia fazer as IES pensarem em outros sistemas de acesso ao ensino superior, como o Enem. Por outro lado, os defensores afirmam que é um método eficaz de atenuar a desigualdade racial. Já o texto “Raul Jungmann diz que Brasil discrimina negros (01/11/2001- 04h40) Iuri Dantas da *Folha de S.Paulo*” traz o ministro Raul Jungmann dizendo que o Estado brasileiro é discriminatório e defende a causa negra. Ele afirma que em seu ministério há 95% de brancos nos cargos e, por isso, sugere que haja concurso como forma possível de acabar com essa hegemonia branca. No entanto, o advogado Hélio Silva questiona a cor da cútis dos brasileiros e indaga: quem é negro no Brasil? As cotas poderiam reproduzir ‘preconceitos jurídicos’. Outro texto que representa claramente a polêmica das cotas é “Governo e delegação do Brasil divergem sobre relatório (31/08/2001- 05h24) Leila Suwvan – da *Folha de S.Paulo*, em Brasília”. Nele são registradas as políticas oficiais do governo brasileiro para o combate à discriminação racial que não

coincidem com as propostas que integram o relatório da delegação que será apresentado em Durban. Sabe-se que as cotas foram rejeitadas pelo MEC.

O texto “Cota para negros em universidades gera polêmica na Bienal do Livro” (01/05/2002- 21h30), de Carla Nascimento, *da Folha online*, mostra os pontos de vista de dois especialistas em Educação sobre as cotas. De um lado, a professora Yvonne Maggie (UFRJ) acha que essa política pode enfatizar a desigualdade no lugar da igualdade “Esta a primeira vez que o Brasil estabelece uma política onde se coloca claramente uma divisão entre negros, brancos e pardos. Não sabemos onde o efeito das cotas nos levará”. Do outro lado, o professor Marco Frenetti defende as cotas “o sistema de cotas não é a solução ideal, mas é a única forma de atacar o problema no Brasil”.

A controvérsia em torno das cotas ganha dimensão nas discussões na academia, no governo e na sociedade, principalmente no ano de 2004, uma vez que os primeiros resultados da adoção de cotas já eram mensurados em algumas instituições. O universo dos debates se robustece em torno do tema e isso fica mencionado em textos como: “Ministro da Educação voltou a defender cotas e afirma que lei será para todos”, veiculado em 19/08/04, na *Folha On-line*, Educação. Tarso Genro, frente à decisão contrária da Faculdade de Medicina da UFRJ, diz que respeita a posição da faculdade, mas que todas as IES públicas terão que adotar o sistema de cotas caso seja aprovado o projeto na Câmara dos Deputados. Por outro lado, tem-se a posição do reitor da UFRJ, Aloísio Teixeira, que se diz contra às cotas.

Enunciativamente, o texto “Reitores apoiam sistema de cotas com ressalvas”, de 15/05/2004 -06h21, da *Folha de S.Paulo*, em Brasília, mostra o jogo de posições a respeito da questão das cotas nas IES públicas no Brasil. De um lado, tem-se a presidente da Andifes, Ana Lúcia Gazzola, que apoia o sistema “Recém-eleita presidente da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Superior), a reitora Ana Lúcia Gazzola, 53, apoia a adoção de cotas sociais nas universidades públicas, como está previsto na proposta do governo federal”. De outro, reitores de três das maiores universidades federais do país não compactuam com a presidente da Andifes. A negativa dos reitores aparece logo no primeiro parágrafo “Para os reitores das federais de Mato Grosso, Pernambuco e Rio Grande do Sul, as políticas de cotas são medidas parciais e apenas paliativos para os problemas de inclusão no ensino superior”. Defendem o aumento de vagas nas universidades federais, mas sem cotas, como consta no segundo parágrafo na fala da ex-presidente da Andifes Wrana Panizz, “Nós precisamos de políticas compensatórias, pois temos uma dívida social enorme. As políticas são importantes e necessárias, mas não podem ser entendidas de forma deslocada de um grande projeto para a educação”.

Vale destacar cinco textos, deste bloco, em que o discurso citado é parte constituinte do título, sendo três com discurso indireto: “Raul Jungmann diz que Brasil discrimina negros”, “MEC diz que aceita mudança em projeto de reserva de vagas”, “Ministro da Educação volta a defender cotas e afirma que lei será para todos” e dois com discurso direto: “Cota para minorias não resolve desigualdade, diz especialista”, “Faculdades devem ajudar aluno cotista, diz Tarso Genro”. Nota-se que todos eles são ancorados por ditos de autoridades, que tendem a produzir efeitos de sentidos de grau de verdade e visam à adesão do leitor ao que será discorrido no texto. Essa estratégia estrutural de textos está para a perspectiva interativa proposta por Bakhtin, já que todo enunciado é dirigido a alguém. Além disso, esse recurso linguístico, discurso citado, pode ser considerado como pressuposto de isenção do responsável pelo texto na informação passada pela voz citada e também tentativa de credibilidade discursiva. A força enunciativo-discursiva do verbo *dicendi* ‘dizer’ valida a intenção de informar ‘a verdade’ advinda daquela fonte informativa, no caso, a voz citada que a voz citante manipula a seu favor na construção textual. Mesmo assim, esse recurso linguístico também pressupõe uma aproximação do locutor com o dito por outrem e, conforme a informação veiculada, constitui-se numa marca enunciativa de parcialidade.

Este bloco tem uma especificidade no que se refere à constituição dos textos. Todos os textos apresentam, em suas materialidades linguísticas, dois pontos de vista sobre as cotas nas universidades públicas brasileiras, ou seja, há quem defenda e há quem se manifeste contrário. Do ponto de vista dialógico, à luz de Bakhtin, há duas vozes marcadas no texto. Essa presença de vozes torna-se uma arena de conflitos, justamente pelo jogo de ideias que o tema de cotas proporciona com a tensão instalada na efetivação dos enunciados em uso concreto. Para elaborar o conjunto de informes com seus respectivos pontos de vista, o locutor lança mão de recursos como o discurso de outrem na tessitura global da enunciação jornalística.

Outros recursos também são utilizados para marcar as vozes no texto como é o caso das aspas e os verbos *dicendi*. Diante do exposto, passamos a análise específica de um texto representativo deste bloco, como amostra de uma atividade analítica balizada na teoria da enunciação de Bakhtin. Assim como nos blocos anteriores (1 e 2), a escolha deste não se deu pelo fato de ele ser mais ou menos produtivo quanto ao uso do discurso de outrem, e sim porque a análise a ele aplicada é igualmente possível aos demais textos deste bloco. O texto eleito para este exercício de análise é o intitulado “Para MEC, adoção de cotas é inconstitucional” **14/01/2001 - 09h28** da Folha de S.Paulo.

4.3.1 – Texto representativo do bloco 3, pontos de vista favoráveis e contrários, concomitantemente, registrados.

A análise específica de um texto representativo do bloco 3 – pontos de vista favoráveis e contrários, concomitantemente, registrados em uma mesma matéria, obedece os mesmos critérios já mencionados. Por este texto apresentar uma peculiaridade, isto é, notadamente, dois pontos de vista sobre a questão das cotas nas universidades públicas brasileiras, achamos pertinente citá-lo na íntegra.

“Para MEC, adoção de cotas é inconstitucional” **14/01/2001 - 09h28** da Folha de S.Paulo

[1º§] No entender do secretário de educação superior do MEC, Antônio Macdowell de Figueiredo, a adoção de uma política de cotas para minorias no Brasil esbarra num problema jurídico. "A Constituição impede qualquer tipo de discriminação, mesmo a chamada discriminação positiva, que beneficia as minorias", diz.

[2º§] Para ele, com a quase universalização do acesso ao ensino fundamental e a conseqüente expansão do ensino médio, a tendência normal é que as representações raciais da sociedade brasileira estejam mais equilibradas em relação ao perfil dos universitários. "Isso é uma questão de solução mais estrutural do que de medidas como cotas", diz.

[3º§] Outro ponto que dificultaria a adoção de cotas no Brasil, segundo Macdowell, é que esse sistema introduziria um parâmetro de entrada na universidade que não seria de mérito. "Isso poderia não trazer os resultados desejados, já que a pessoa que entrou a universidade pelas cotas poderia ser estigmatizada", diz.

[4º§] O projeto de discussão de cotas em universidades federais que tramita no Congresso Nacional não fala em origem étnica, mas apenas em reserva de vagas para alunos de escolas públicas. Segundo Macdowell, o MEC ainda não se pronunciou oficialmente sobre o projeto.

[5º§] Segundo ele, o que o MEC pode fazer no momento é estimular as universidades a adotarem outros parâmetros no acesso ao ensino superior, como a adoção do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), elaborado pelo ministério e que, segundo o secretário, facilita o acesso dos carentes à universidade. Ele afirma que as universidades federais mantêm programas para estudantes carentes, mas sem levar em conta a origem étnica do aluno.

[6º§] "Há programas de bolsas e de alojamento estudantil para os estudantes mais carentes. Esses programas acabam beneficiando, naturalmente, os negros e pardos. Muitos desses programas são modestos, mas eles existem", afirma o secretário. Ele defende que as políticas de benefício às minorias levem em conta o perfil socioeconômico do estudante, e não a origem étnica.

[7º§] Com relação aos estudantes de universidades particulares, Macdowell afirma que o MEC tem uma política de benefício, representada pelo programa de financiamento estudantil, o Fies. Esse programa, no entanto, é muito criticado pelas entidades estudantis por exigir do estudante carente fiador e outras garantias na hora de fechar o financiamento, o que acaba

excluindo alguns universitários carentes.

Defesa

[8º§] Os defensores de políticas afirmativas para minorias afirmam que esse é um método eficaz de atenuar a desigualdade racial em um curto espaço de tempo. A mais conhecida política afirmativa é a adoção de cotas em universidades. O pesquisador do Ipea Sergei Soares, no entanto, lembra que não é a única.

[9º§] "A distribuição de bolsas nas universidades poderia levar em conta a origem étnica para diminuir a desigualdade na formação de negros e pardos em relação aos brancos."

[10º§] Outro exemplo de política afirmativa é a concessão de isenções fiscais a empresas que tiverem em seu quadro de funcionários um perfil racial parecido com o da população.

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u9272.shl>-acesso:10/05/2010

4.3.2 - Análise específica de um texto representativo do bloco 3

A seguir, passamos a análise de um texto representativo do bloco 3 que apresenta, concomitantemente, dois posicionamentos a respeito das cotas nas universidades públicas do Brasil. O momento sócio-histórico-político no que se refere ao acesso ao ensino superior público no país passava por discussões tanto no governo como na própria universidade. Além disso, no ano de 2001, houve a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban – África do Sul. Na ocasião, o governo brasileiro reconhece perante as Nações Unidas a existência nefasta da discriminação racial no país, prova disso consta em estudos que mostram o baixo índice de formados negros nas universidades. A ideia de cotas para ingresso ao ensino superior público ganha pauta significativa na esfera governamental e não-governamental, robustecendo as discussões acerca do assunto. As controvérsias se avolumam inclusive dentro do próprio ministério da educação. O texto em análise mostra os posicionamentos sobre a questão.

O locutor, neste texto, a própria *Folha de S. Paulo Online*, usa as vozes de alguns atores sociais que defendem e outros que são desfavoráveis à adoção de cotas, como forma de acesso ao ensino superior público do país. Para representar essas vozes, o locutor faz uso do discurso de outrem na elaboração final da reportagem. Como é sabido, na escritura desse tipo textual sugere-se a observância da imparcialidade e da objetividade por parte do jornalista/repórter. Em textos que abordam temas polêmicos, essas premissas da redação jornalística não se efetuam de forma plena e, a partir dessa perspectiva, a parcialidade é quase inevitável. Considerando essa condição de produção textual, elegemos o texto “Para MEC, adoção de cotas é inconstitucional” **14/01/2001 - 09h28** da *Folha de S. Paulo* para a

investigação de marcas de parcialidade presentes na materialidade linguística que aporta diferentes pontos de vista, textualmente registrados.

A análise aplicada a este texto segue os mesmos critérios utilizados nos blocos anteriores. Portanto, é levado em conta o uso do discurso de outrem na arquitetura do texto, envolvendo o título e o corpo textual. Lembramos que a perspectiva de análise adotada é balizada pela teoria da enunciação de Bakhtin, ocasião em que se priorizam os aspectos dialógicos e interativos da linguagem. Em nossa análise, o discurso citado/de outrem, diluído em discurso direto e discurso indireto, entra em cena para marcar e representar os diferentes pontos de vista.

O texto “Para MEC, adoção de cotas é inconstitucional” **14/01/2001 - 09h28** da *Folha de S.Paulo* é composto de 10 parágrafos, sendo que em 7 deles ocorre o registro do ponto de vista contrário às cotas, representado pela voz do secretário de educação superior do MEC, Antônio Macdowell de Figueiredo. Os outros 3 parágrafos (8, 9, 10) apresentam pontos de vista favoráveis às cotas, com um porém: dois mencionam claramente o favorecimento às cotas em Universidades (8 e 9) e o parágrafo (10) mostra um ponto de vista favorável às cotas, mas de cunho universal, genérico, ou seja, cotas para outros setores.

Logo de início, o locutor/repórter apresenta o discurso relatado no título. Por meio de modalização do discurso segundo “*Para MEC, adoção de cotas é inconstitucional*”, o locutor faz um chamamento à leitura do texto de forma instigante, justamente pelo fato controverso de uma entidade ligada à educação que, por princípio, devia estar concordata com a voz governamental no que tange às ações afirmativas. No entanto, o MEC questiona a constitucionalidade do sistema de cotas. Inferimos, do ponto vista da interlocução, que o propósito do locutor foi atingido porque o senso comum foi quebrado com a apresentação contrária de uma voz institucionalizada que representa divergências dentro do próprio MEC.

Vê-se que a função conativa da linguagem é otimizada pelo locutor/repórter em relação ao interlocutor/leitor, por meio de uma leitura semântica de cunho polêmico que é possível no título. Isso é perceptível nas lexias “cotas” e “inconstitucional”. A esse respeito, depreendemos de Bakhtin (2010, p. 301) que o valor principal (constitutivo) do enunciado é a sua função fundamental no processo interativo entre os sujeitos sociais, uma vez que é sempre dirigido e endereçado a alguém que pode ser parceiro direto na vida cotidiana.

[1º§] No entender do secretário de educação superior do MEC, Antônio Macdowell de Figueiredo, a adoção de uma política de cotas para minorias no Brasil esbarra num problema jurídico. "A Constituição impede qualquer tipo de discriminação, mesmo a chamada discriminação positiva, que beneficia as minorias", diz.

No primeiro parágrafo, o locutor/repórter utiliza no primeiro período o discurso indireto, analisador de conteúdo, como se fosse uma tradução do ponto de vista do secretário de educação superior do MEC. Essa voz institucionalizada (MEC) questiona a legalidade das cotas. Esse questionamento é corroborado no segundo período, desse parágrafo, com o uso do discurso direto que traz para o texto a voz expressa pelo secretário, entre aspas, como marca de verdade discursiva. Também utiliza o verbo *dicendi* “diz”, que pressupõe neutralidade do locutor frente ao dito de outrem.

[2º§] Para ele, com a quase universalização do acesso ao ensino fundamental e a consequente expansão do ensino médio, a tendência normal é que as representações raciais da sociedade brasileira estejam mais equilibradas em relação ao perfil dos universitários. "Isso é uma questão de solução mais estrutural do que de medidas como cotas", diz.

[3º§] Outro ponto que dificultaria a adoção de cotas no Brasil, segundo Macdowell, é que esse sistema introduziria um parâmetro de entrada na universidade que não seria de mérito. "Isso poderia não trazer os resultados desejados, já que a pessoa que entrou a universidade pelas cotas poderia ser estigmatizada", diz.

Os parágrafos 2 e 3, no tange à estrutura, apresenta a mesma estrutura do primeiro parágrafo e a informação já anunciada é expandida. Nesses parágrafos, fica explícito o juízo de valor do secretário de educação superior do MEC de que as cotas não são a melhor solução “Para ele, com a quase universalização do acesso ao ensino fundamental e consequente expansão do ensino médio, a tendência normal é que as representações raciais da sociedade brasileira estejam mais equilibradas em relação ao perfil dos universitários.” (parágrafo 2). Já no parágrafo 3, anuncia-se a não eficácia implícita das cotas, via discurso indireto, que representa o ponto de vista da voz contrária ao sistema de ações afirmativas. O parágrafo é encerrado com o uso do discurso direto trazendo o ponto de vista do secretário de educação superior do MEC, também em aspas, e o uso do verbo *dicendi* “diz” com força enunciativa de credibilidade ao dito alheio.

[4º§] O projeto de discussão de cotas em universidades federais que tramita no Congresso Nacional não fala em origem étnica, mas apenas em reserva de vagas para alunos de escolas públicas. Segundo Macdowell, o MEC ainda não se pronunciou oficialmente sobre o projeto.

No parágrafo 4, há um comentário informativo por parte do locutor sobre o teor do projeto de cotas que é questionado pelo secretário de educação superior do MEC. A

informação é transmitida – via discurso segundo – pela autoridade Macdowell. Nota-se que a falta de clareza do projeto depõe contra a proposição das cotas.

[5º§] Segundo ele, o que o MEC pode fazer no momento é estimular as universidades a adotarem outros parâmetros no acesso ao ensino superior, como a adoção do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), elaborado pelo ministério e que, segundo o secretário, facilita o acesso dos carentes à universidade. Ele afirma que as universidades federais mantêm programas para estudantes carentes, mas sem levar em conta a origem étnica do aluno.

No parágrafo 5, o locutor retoma a ideia do secretário, modalizada em discurso segundo, mostrando que a intenção do MEC para a ocasião era que as universidades adotassem outras medidas para o acesso ao ensino superior. A negativa às cotas é trazida no segundo período do parágrafo – via discurso indireto – destacando o ponto de vista de Macdowell.

[6º§] "Há programas de bolsas e de alojamento estudantil para os estudantes mais carentes. Esses programas acabam beneficiando, naturalmente, os negros e pardos. Muitos desses programas são modestos, mas eles existem", afirma o secretário. Ele defende que as políticas de benefício às minorias levem em conta o perfil socioeconômico do estudante, e não a origem étnica.

O parágrafo 6 é, estrategicamente, iniciado por discurso direto, entre aspas, e encerrado com discurso indireto, o que reforça a posição adversa às cotas mencionada no texto. Interessante observar o uso do verbo de elocução *defender* finalizando o parágrafo, sendo um verbo de cunho avaliativo, reforça o ponto de vista adverso às cotas no ensino superior público nacional.

[7º§] Com relação aos estudantes de universidades particulares, Macdowell afirma que o MEC tem uma política de benefício, representada pelo programa de financiamento estudantil, o Fies. Esse programa, no entanto, é muito criticado pelas entidades estudantis por exigir do estudante carente fiador e outras garantias na hora de fechar o financiamento, o que acaba excluindo alguns universitários carentes.

O locutor menciona, no parágrafo 7, que o secretário apresenta outras saídas para o estudante ingressar no curso superior no país. O secretário chega a afirmar que, até para as universidades particulares, há o programa de financiamento estudantil (Fies). Esta declaração é apresentada via discurso indireto reforçando a contrariedade à política de cotas.

O ponto de vista contrário às cotas nas universidades públicas brasileiras é mantido até o sétimo parágrafo da reportagem em tela. O locutor usa o discurso indireto, sugerindo uma

interpretação da voz do outro (o secretário de educação superior do MEC), e isso pode ser visto como indício de aproximação do ponto de vista contrário às cotas registrado até então pelo responsável pelos enunciados. Também utiliza o discurso direto transportando a fala alheia como o propósito de imprimir crédito junto ao leitor.

Defesa

[8º§] Os defensores de políticas afirmativas para minorias afirmam que esse é um método eficaz de atenuar a desigualdade racial em um curto espaço de tempo. A mais conhecida política afirmativa é a adoção de cotas em universidades. O pesquisador do Ipea Sergei Soares, no entanto, lembra que não é a única.

[9º§] "A distribuição de bolsas nas universidades poderia levar em conta a origem étnica para diminuir a desigualdade na formação de negros e pardos em relação aos brancos."

[10º§] Outro exemplo de política afirmativa é a concessão de isenções fiscais a empresas que tiverem em seu quadro de funcionários um perfil racial parecido com o da população.

O locutor/repórter faz um hiato na estrutura do texto inscrevendo o léxico “defesa”. Em seguida, registra os parágrafos 8, 9 e 10, nos quais é apresentado o ponto de vista favorável às cotas. Estrategicamente, nota-se que o locutor/repórter apresenta no oitavo parágrafo, de forma impessoal, o ponto de vista contrário às cotas de forma genérica “os defensores de políticas afirmativas para minorias afirmam que esse é um método eficaz de atenuar a desigualdade racial em um curto espaço de tempo”. Mesmo assim, fica implícito também que, mesmo dentre os defensores da política de ação afirmativa, não há consenso “O pesquisador do Ipea Sergei Soares, *no entanto*, lembra que não é a única”.

O parágrafo 9 aparece todo entre aspas como representação da voz defensora do sistema de cotas anunciada no parágrafo 8. A junção dos parágrafos 8 e 9 canaliza, argumentativamente, para o apoio à implantação das cotas nas IES brasileiras, visto que, em suas estruturas, a lexia ‘universidades’ supõe a garantia temática da discussão posta até então. Por outro lado, é interessante observar que, no parágrafo 10, de cunho conclusivo, o tema assume dimensão generalizante “Outro exemplo de política afirmativa é a concessão de isenções fiscais a empresas que tiverem em seu quadro de funcionários um perfil racial parecido com o da população”.

Outro fator que merece atenção é o uso das aspas e dos verbos *dicendi* que demonstraram uma tentativa de isenção frente ao exposto pelo locutor. Mesmo assim, infere-se que a articulação do texto, como um todo, permite-nos dizer que houve, embora de forma velada, uma certa aproximação do locutor com o ponto de vista contrário às cotas. Essa interpretação é autorizada inclusive pela presença de apenas dois parágrafos tênues (8 e 9) que mencionam a defesa das cotas nas universidades, já que o parágrafo 10 é de cunho generalista.

Tendo como base a o uso do discurso de outrem na construção da enunciação jornalística, o texto nos é apresentado de forma que a dinâmica da inter-relação entre o discurso narrativo e o discurso citado desenvolvem-se em duas direções. A primeira visa à conservação da integridade e autenticidade do discurso de outrem no discurso narrativo. A segunda, a língua elabora meios mais sutis e mais versáteis para permitir ao autor/locutor infiltrar suas réplicas e seus comentários no discurso de outrem.

A estratégia linguístico-enunciativa utilizada no texto configura a perspectiva dialógico-interativa bakhtiniana, que considera a palavra como signo ideológico e que se dirige sempre a um interlocutor que fará suas deduções e apreciações, tendo em vista um auditório social próprio e bem estabelecido (BAKHTIN, 2004, p. 112-113). Essa modalidade de discurso permite trazer diferentes pontos de vista a respeito de temas diversos na sociedade. Dessa forma, o texto informativo é campo propício para que o locutor lance mão de tal recurso linguístico para imprimir pretensa imparcialidade no repasse de informações.

O locutor/repórter aborda a polêmica sobre as cotas nas IES públicas brasileiras, mostrando as contradições advindas de representantes de órgãos do próprio governo como Ministério da Educação (MEC) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Esse conflito de opiniões é, enunciativamente, fator de convocatória ao interlocutor/leitor a se inteirar do assunto.

Na leitura e análise global do texto – com essa arquitetura – nota-se que a imparcialidade do locutor/repórter não foi atingida. Portanto, a hipótese de parcialidade enunciativa é materializada pelos recursos linguísticos centrados no uso do discurso de outrem para mostrar os pontos de vista divergentes nessa reportagem. Vê-se também que a polêmica em torno do tema é engenhosamente organizada nos parágrafos constitutivos desse texto.

À guisa de conclusão deste capítulo, pode-se perceber que tanto o locutor como o interlocutor sendo sujeitos sócio-históricos, de alguma forma, deixam transparecer em seus pronunciamentos o juízo de valor sobre questões sociais que dizem respeito à coletividade e/ou à individualidade contextualmente situados. Vê-se que a objetividade e a imparcialidade pretendidas pela linguagem jornalística não é de um todo atingida. Isso mostra que o uso do discurso citado/de outrem pode marcar linguístico-enunciativamente nuances de parcialidade na enunciação jornalística.

Buscando luz na teoria da enunciação, sob a ótica de Bakhtin, temos a possibilidade de verificar o aspecto dialógico da linguagem em textos jornalísticos informativos, principalmente pelo fato de esse tipo de texto abrigar várias vozes. Essas vozes também

podem ser vistas como ativas e desejosas de serem respondidas, justamente por estarem isentas de juízo de valor sobre temas inerentes ao homem e à sua esfera de relações sócio-histórico-culturais. Dessa forma, o teórico russo nos faz refletir suas palavras ao afirmar que “a palavra é o signo ideológico por excelência; ela registra as menores variações das relações sociais (...) é o cadinho onde se formam e se renovam as ideologias constituídas” (BAKHTIN, [1929]2004, p. 16). A partir dessas palavras do autor, percebemos que a palavra encerra todas as relações entre os indivíduos em todos os domínios, sejam colaborativas, políticas, ideológicas, etc.

Diante do exposto, infere-se que o locutor, seja no campo literário (autor/narrador/personagem) ou no campo jornalístico (locutor/repórter), ao compor seus textos, lança mão das vozes de que dispõe para relatar, comentar e, sutilmente, emitir seus pontos de vista. Em nosso caso, análise de textos informativos, o locutor, quase que necessariamente, precisa do discurso alheio para integralizá-lo ao conjunto de informes elaborado por ele para que atinja o seu alvo: interlocutor/leitor. O discurso de outrem é manipulado pelo locutor em conformidade com seus interesses na confecção dos enunciados, tendo em vista que o interlocutor é a razão dos enunciados, ou seja, é para o interlocutor que são dirigidos. Esta perspectiva implica a interação verbal que deve levar em conta dois indivíduos socialmente organizados e que a palavra seja território comum a ambos. A esse respeito, Bakhtin ([1929]2004, p. 113) grifa que “*a situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação*”.

Os blocos textuais analisados, didaticamente distribuídos por abordagem, são uma amostra de que o locutor usa, na maioria das vezes, o discurso citado/de outrem para tentar se isentar frente ao ponto de vista manifestado pelo informante (ator social) e, ao mesmo tempo, imprimir grau de credibilidade junto ao seu interlocutor/leitor. Esse empenho do responsável pelo texto/enunciação em usar o dito alheio e transpor para o texto de forma direta ou indireta pode ser, grosso modo, uma tentativa de se manter imparcial, mas que, enunciativamente, deixa pistas de alinhamento posicional ao que está relatando.

Do ponto de vista da elaboração e articulação dos textos com predominância de pontos de vista, só contrários, só favoráveis, ou ambos materializados no texto, percebe-se que, mesmo tratando e relatando um único posicionamento sobre o tema das cotas nas universidades públicas no Brasil, o locutor munindo-se do discurso de outrem pode deixar transparecer sua simpatia por este ou aquele ponto de vista. Além disso, o aspecto dialógico postulado por Bakhtin se presentifica também neste tipo de texto, pois, ao mostrar apenas um

ponto de vista, por exemplo, só favorável, subjaz nesta enunciação, o ponto de vista contrário. Vê-se que, ao defender uma posição, nega-se outra. Isso é contingente na enunciação sob a ótica bakhtiniana.

Os textos analisados possibilitaram a atualização ou revitalização da teoria enunciativa bakhtiniana nesta modalidade de textos. O exercício feito por nós proporcionou novo olhar para a análise de textos jornalísticos de cunho informativo, tais como: notas, notícias e reportagens. O mais comum na literatura que propõe o estudo do texto jornalístico informativo é uma análise apenas de cunho estrutural em que se depreendem as questões básicas que devem nortear esse tipo de textos como: quem, o que, onde, quando, por que, como. No entanto, registramos que nossa proposta está longe de abarcar e dar conta das possibilidades de análise que a teoria da enunciação sob a tutela de Bakhtin permite, mas o que foi feito, pensamos sê-lo plausível e que se enquadra na linha de estudo enunciativo que nos legou o teórico russo.

CAPÍTULO V

IMPLICAÇÕES DA NOVA PERSPECTIVA DE ANÁLISE DO TEXTO JORNALÍSTICO INFORMATIVO NA MÍDIA

5.1 (Re)situando o leitor

Este capítulo trata das implicações da análise feita em textos jornalísticos informativos, na qual se valorizou a perspectiva linguístico-enunciativa, sob a luz teórica de Bakhtin. Tivemos, como núcleo central de reflexão, o uso do discurso citado/de outrem na arquitetura de notas, notícias e reportagens veiculadas na *Folha de S.Paulo Online*, no período delimitado de janeiro de 2001 a setembro de 2005. A questão das cotas nas universidades públicas brasileiras suscita muitos debates e controvérsias e, por conseguinte, manifestação de pontos de vista a favor e contra as cotas. Como se vê, um tema tenso, como esse, ocupa pauta na mídia impressa, virtual e televisiva em todo o país. Diante disso, entra em cena a figura de um locutor/repórter que acompanha os fatos e os informa ao público leitor, principalmente, aquele que se conecta diariamente para manter-se informado.

Por uma questão didática, apresentamos, de forma sumarizada, aspectos norteadores que regeram nossa reflexão nesta tese. Para tanto, revisitamos alguns conceitos, refletimos a nossa proposta e os resultados obtidos. Lembramos ao futuro pesquisador que o leque de opções de trabalhos na área da enunciação é infundo e valida outros percursos.

Embora seja senso comum que o conteúdo da notícia possua temporalidade efêmera, os efeitos produzidos pelas informações constituem parte da história de uma comunidade que a vivenciou. Na corrida e na velocidade dos fatos sócio-historicamente marcados, um tema/assunto chega a ocupar lugar de destaque e, em seguida, cede espaço a outra temática circunstanciada à realidade. Levando em conta essa mobilidade de temas geradores de tensão social e a necessidade de um leitor crítico, propor uma análise que implique uma dimensão além dos aspectos linguísticos e estruturais do texto informativo, parece-nos um desafio exigente e significativo.

Não é nosso interesse desabonar ou apontar lacunas em trabalho que se preocupam em analisar o texto jornalístico, enfatizando os aspectos formais, principalmente, apresentando, como eixo norteador desse tipo de texto, o *lead*. Não resta dúvida de que a informação

elaborada/trabalhada e repassada ao leitor/interlocutor tenha como elemento vocativo e direcionador da leitura o título e o *lead* com sua devida expansão. Entendemos que a leitura e análise feitas pelo viés enunciativo possibilitam perceber a articulação intencional do locutor na tessitura desse gênero textual. Nota-se que as vozes dos atores sociais passam a incorporar-se na construção das notícias/reportagens sob responsabilidade do locutor.

Imbuídos do propósito de refletir e de sugerir uma nova possibilidade de leitura e análise do texto jornalístico, especificamente, notas, notícias e reportagens - de cunho polêmico -, nos lançamos na tarefa de fazer um estudo sobre o uso do discurso citado/de outrem na narração jornalística. Vale destacar que nossa questão de pesquisa focaliza o uso do discurso citado/de outrem como marca de parcialidade na enunciação jornalística, fato que impõe/implica fazer um recorte e buscar uma perspectiva teórica que subsidie a análise pretendida.

Para essa empreitada desafiadora, além das noções associadas ao discurso citado, levamos em conta dois pontos fundamentais da teoria bakhtiniana, como norte para a nossa reflexão, quais sejam, o dialogismo e a interação verbal. Dialogismo, na acepção destacada por Flores et al. (2009, p. 80), como sendo:

uma propriedade da linguagem (discurso) que estabelece inter-relação permanente com outros discursos e o discurso do outro. [...] Essa inter-relação permanente com discursos de outrem caracteriza a dinamicidade da linguagem, sua natureza heterogênea e a instauração de variadas relações de sentido. A constituição dialógica da linguagem evidencia que todo enunciado, um elo na cadeia de comunicação discursiva, inscrito em um determinado momento sócio-histórico, é povoado de palavras do outro em diferentes graus de presença, o que garante a sua inconclusividade, o inacabamento orgânico.

Em consonância com o comentário acima, percebemos que a análise por nós desenvolvida é abarcada por essa perspectiva dialógica defendida por Bakhtin. Sendo o *corpus* analisado constituído de enunciações jornalísticas, o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, que ratificam o percurso feito nesta pesquisa.

Outro ponto importante a ser ressaltado é a interação verbal que envolve dois indivíduos socialmente organizados e situados no tempo e no espaço. A esse respeito, convém retomar Bakhtin/Volochínov ([1929] 2004, p. 113) ao postularem que: “toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte”. Nota-se que a interação verbal é constitutiva nas relações intersubjetivas.

Nossos objetivos, conforme mencionado na introdução deste trabalho, foram alcançados, pois o *corpus* analisado é produtivo quanto à estruturação linguístico-enunciativa, justamente pelo fato de o discurso citado/de outrem ser constitutivo no texto jornalístico. Sendo o locutor/repórter um ser sócio-historicamente situado, mesmo que procure atentar às prerrogativas da escrita jornalística, que sugerem a objetividade e a imparcialidade, esses pressupostos não são plenamente atingidos na confecção textual. Ao incorporar o dito alheio, para corroborar sua intenção de informar e convencer o interlocutor/leitor, o locutor pode deixar pistas de parcialidade frente ao que escreve.

Vale lembrar que a investigação do funcionamento enunciativo do discurso citado/de outrem no texto informativo, sob a perspectiva teórica de Bakhtin, é plenamente possível nessa modalidade textual. Isto pelo fato de o discurso jornalístico comportar um locutor que narra/relata os fatos e, também, fazer uso do discurso de outrem, seja em discurso direto ou em discurso indireto, para compor o texto. Nesse gênero textual, o locutor, utilizando o discurso citado pode produzir efeitos de sentido de credibilidade junto ao interlocutor/leitor. No entanto, isso não é garantia de objetividade. Ao manipular o discurso alheio, o locutor deixa marcas de parcialidade, ora interpretando/traduzindo o ponto de vista de outrem – via discurso indireto –, ora içando a voz de outrem – via discurso direto –, com o intuito de promover crédito nos enunciados dos quais é responsável.

No que se refere às hipóteses levantadas sobre o funcionamento do discurso citado/de outrem no texto jornalístico, como marca de parcialidade, a análise comprovou essa evidência. A análise feita no capítulo IV demonstrou que, desde os títulos, constituídos em discurso direto e também em discurso indireto, pode-se inferir que há aproximação do locutor com o ponto de vista em evidência nas matérias. Ao utilizar o discurso citado/de outrem, o locutor, ora interpreta a opinião alheia e a incorpora no texto; ora iça o dito alheio para reforçar o grau de credibilidade do locutor frente ao interlocutor/leitor. Essa articulação linguístico-discursiva, mesmo com a perícia do responsável pelos enunciados, não lhe garante imparcialidade e objetividade plenas. Diante disso, registramos que nossas hipóteses, nesta tese, foram confirmadas, uma vez que, ao lançar mão do discurso de outrem, mesmo com a intenção de imprimir grau de verdade ou distanciamento sobre o que está sendo informado/transmitido, o locutor se torna refém do próprio processo, deixando marcas de alinhamento de juízo de valor sobre o tema noticiado.

5.2 Revisitando aspectos conceituais

Considerando e respeitando a gama de pressupostos teóricos que abarcam o estudo do texto e do discurso, buscamos em Bakhtin o suporte teórico para nos subsidiar nas discussões e análises realizadas neste trabalho. Por que Bakhtin? Entre tantas razões, pode-se dizer que a visão de língua/linguagem apresentada por esse autor oferece parâmetros para uma análise metalinguística, ou seja, que considere a língua em uso concreto, discursivamente, e não meramente como sistema. Para o autor, o texto falado ou escrito se efetiva na enunciação e, ademais, os enunciados são tidos como dialógicos, pois sempre são produzidos em função do outro, mantendo, dessa forma, uma relação interativa. Enfatizando o que já expusemos no capítulo teórico, vale lembrar o que Bakhtin/Volochínov ([1929] 2004, p. 121) trazem sobre a enunciação, ao afirmarem que “o centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo”. Os autores reforçam a ideia de que a enunciação é produto da interação social e implica as condições de vida de uma comunidade linguística. Por uma questão didático-reflexiva, retomamos alguns aspectos refletidos e discutidos por nós nesta tese.

No capítulo I, vimos que, na enunciação, a presença de diversas vozes é contingente/constitutiva. Considerando nosso *corpus* ser constituído de textos jornalísticos de cunho informativo, como notas, notícias e reportagens sobre as cotas nas universidades públicas brasileiras, o aporte teórico à luz da enunciação tratada por Bakhtin nos alavanca/subsidia na análise empenhada. Para este autor, a língua se atualiza na linguagem, ou seja, a língua em uso concreto, portanto, enunciação. A esse respeito, o autor argumenta que “toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é constituída como tal. [...] Toda inscrição prolonga aquelas que a precederam, trava uma polêmica com elas, conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-as” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV ([1929] 2004, p. 97). Os autores asseveram que a situação e os participantes determinam a enunciação. Esta percepção nos permite inferir que os sujeitos desenvolvem sucessivas relações interativas com os ditos alheios, e a palavra é tida como meio mais puro e sensível das relações sociais e, por isso, é nutrida de fios ideológicos.

Também no capítulo I, temos o esclarecimento conceitual dos termos oração e enunciado. Oração é uma unidade da língua de natureza gramatical, enquanto que o enunciado é uma unidade de comunicação verbal que só se efetiva contextualmente. Por implicarem um dado contexto, os enunciados comportam diversas vozes e, por conseguinte, são tidos como

ideológicos. Sob responsabilidade de um locutor, os enunciados podem ser embrenhados de conjunto discursivo de índole ideológica e provêm de alguém e são dirigidos para alguém.

Na obra *Problema da Poética de Dostoiévski*, Bakhtin (2010b) chama a atenção para o fato de a linguística e metalinguística estudarem um mesmo fenômeno concreto, o discurso, sob diferentes aspectos e diferentes ângulos. Vale lembrar que o caráter dinâmico da inter-relação das vozes no discurso possibilita a orientação discursiva para diversos fins. Em nosso trabalho, fizemos uma leitura sob a ótica linguístico-enunciativa em consonância com o que sugere Bakhtin, isto é, que a linguística e metalinguística não se devem fundir, mas devem se complementar. Isto se faz porque na materialidade linguística é que se manifesta o discurso trazendo os pontos de vista dos indivíduos historicamente situados sobre questões sociais individuais e de ordem coletiva.

Nas relações humanas, a palavra é ponto fulcral para a instauração da comunicabilidade como afirma Bakhtin ([1929] 2004, p. 16): “o locutor pensa e se exprime para um auditório social bem definido”. Além disso, a palavra escrita/oral quer ser ouvida, respondida. Aqui entra mais uma grande contribuição de Bakhtin ([ECV] 2010a, p. 331-333) ao destacar que não há palavras sem voz e que nelas encerram-se várias vozes, por vezes quase imperceptíveis. Fazemos coro ao teórico russo quando este postula que não há neutralidade na palavra/discurso. Mesmo não sendo um linguista, e sim um filósofo, Bakhtin revitaliza com os estudos da linguagem no século XX. Em seus estudos sobre a linguagem, procura refletir sobre os efeitos discursivos e não apenas sobre os aspectos gramaticais. Nesta perspectiva, o autor defende a ideia de “onde não há texto não há objeto de pesquisa e pensamento” (BAKHTIN [ECV] 2010a, p. 307).

No capítulo 2, tratamos especificamente do discurso citado/de outrem a partir das três obras de Bakhtin (MFL), (ECV) e (PPD), num primeiro momento e, em seguida, fomos acompanhados da leitura de intérpretes nacionais e internacionais do teórico russo. A discussão maior que travamos neste capítulo centra-se no uso do discurso citado/de outrem na construção da enunciação jornalística. Temos, em linhas gerais, que nossa condição humana de ser sociável implica relações interativas e que nossos discursos não são únicos, adâmicos, e sim comportam outros discursos. Esta realidade leva em conta que produzimos enunciados e recebemos enunciados de outrem no contexto sócio-histórico em que estamos inseridos.

No campo enunciativo, qual seja, a língua em uso, os discursos se constituem em enunciados permeados de ideologia. A palavra, arma discursiva, instrumentaliza os indivíduos para que emitam seus pontos de vista sobre questões de seu cotidiano. Do ponto de vista da narrativa literária, o locutor/autor lança mão do discurso citado para confecção da história. Por

outro lado, do ponto de vista da narrativa jornalística, o locutor/repórter também se apropria do discurso alheio para compor o texto informativo com o propósito de imprimir mais verdade ao que escreve/informa e também pressupor seu afastamento diante dos fatos informados ao seu interlocutor/leitor.

A literatura que trata/orienta a escrita jornalística sugere que o locutor seja o mais objetivo possível na construção das notícias. Esta mesma literatura admite a não imparcialidade do locutor frente aos assuntos veiculados na mídia, seja impressa e/ou *online*. Estes recursos linguísticos de base do discurso citado, diluído em discurso direto e discurso indireto, servem-lhe de pressuposto de isenção o que nem sempre é constatável na enunciação jornalística.

Diante do exposto, é possível verificar que, nas rédeas da articulação linguístico-enunciativa, o locutor tem ao seu dispor o discurso citado/de outrem, via direta ou indireta como âncora para manipular o dito alheio a seu favor na construção dos enunciados, tendo o outro (interlocutor) como medida do seu dizer informativo. Vale lembrar que, nas palavras de Bakhtin/Volochínov ([1929] 2004, p. 135), “toda enunciação compreende antes de mais nada uma orientação apreciativa. É por isso que, na enunciação viva, cada elemento contém ao mesmo tempo um sentido e uma apreciação”. Em consonância com os autores, entendemos que na enunciação jornalística entram em cena as vozes envolvendo o locutor e os informantes sociais sobre os fatos ocorridos em determinado tempo e espaço social, de modo que, a figura do locutor possa ser interpretada como detentora da essência da informação dirigida ao seu interlocutor/leitor. Dependendo da habilidade do locutor, ao elaborar as matérias, ele poderá obter ou não crédito junto ao interlocutor/leitor.

Nos capítulos 3 e 4, a exigência foi ampliada, uma vez que não se tem em Bakhtin uma metodologia pronta e acabada que norteie o pesquisador. Nem por isso é impossível de elaborar passos analíticos que sejam balizados na teoria desse autor. Há a necessidade de fazer um recorte da gama de possibilidade que os estudos bakhtinianos, no que concerne à enunciação, para que se construa percurso de análise, como foi o nosso caso. Dada a complexidade dos estudos desse autor, optamos pelo núcleo que envolve a interação verbal e o dialogismo, como instância maior de balizamento teórico-analítico, utilizando o viés do uso do discurso citado/de outrem. Esta opção se justifica pelo *corpus* de nossa pesquisa ser produtivo na acomodação das vozes sociais que entram em cena na enunciação jornalística.

5.3 Refletindo a proposta

Nesta tese, mencionamos que a perspectiva enunciativa bakhtiniana mostra ao pesquisador que é possível otimizar aspectos inerentes aos estudos legados por Bakhtin nas várias áreas do conhecimento humano, principalmente no que tange à língua em uso concreto. Neste trabalho nos restringimos a tratar, em especial, sobre o uso do discurso citado/de outrem na construção da enunciação jornalística. A experiência exigente e hercúlea nos dá sensação de que os desafios sempre estarão postos, mas que é possível encontrar caminhos para enfrentá-los iluminados por um teórico de tamanha grandeza.

A análise aplicada ao *corpus* desta tese comprova que é possível buscar maneiras sustentadas em teorias que contemplem uma perspectiva, não só linguístico-formal do texto jornalístico informativo mas também uma dimensão metalinguística/extralinguística embasada nos estudos enunciativos de Bakhtin. Consideramos o texto informativo como enunciado, à luz bakhtiniana, no que tange à interação verbal e ao dialogismo. Para o teórico russo, “a enunciação enquanto tal é um puro produto da interação social, quer se trate de um ato de fala determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade linguística” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV [1929] 2004, p. 121). É muito comum encontrar em livros e manuais que tratam da redação jornalística a aplicação de questões estruturais que respondam às perguntas que o *lead* requer.

Nossa proposta não descarta esse direcionamento da composição desse tipo de texto, mas pretende avançar no quesito avaliação. Essa categoria textual é um manancial de vozes que se somam num todo informativo intencionalmente elaborado/articulado por um locutor que assume a responsabilidade frente ao interlocutor/leitor. Como os pontos de vista ideológicos nutrem esse tipo de enunciação, o discurso citado constitui peso relevante na materialidade linguística onde se manifesta. A esse respeito, vale o postulado dos autores ao asseverarem que “o discurso citado é o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV [1929] 2004, p. 144).

Em nosso trabalho, consideramos o texto escrito também como enunciado, pois a sua efetivação significativa implica locutor e interlocutor como sujeitos sócio-historicamente situados. A esse respeito cabe destacar que, em Bakhtin/Volochínov ([1929] 2004, p. 98), “toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal”. Dessa forma, seus elementos constituintes e discursivos podem

instaurar relação interativa e também dialógica pelo conjunto de vozes (pontos de vista) que comportam.

5.4 Revendo os resultados

Nesta tese, colocamo-nos diante de um grande desafio, qual seja, fazer uma análise do discurso citado/de outrem como marca enunciativa de parcialidade em textos informativos, que deveriam, segundo a literatura da escrita jornalística, primar pela imparcialidade. Discutir o mérito da questão de parcialidade ou imparcialidade no jornal não é nosso principal foco, como já dito, justamente porque é ponto pacífico e relativo. O percurso feito, nesta pesquisa, permite verificar que é possível ir além dos aspectos meramente gramático-estruturais para a marcação das vozes sociais que entram na elaboração da narrativa jornalística, visto que essas vozes trazem consigo um ponto de vista. Assim, o uso de discurso direto e discurso indireto passam a ter peso linguístico-enunciativo, ou seja, a língua/linguagem em uso concreto. Além disso, a construção dos enunciados implica uma relação interativa entre locutor/repórter e interlocutor/leitor.

A análise feita por nós demonstra que o uso do discurso citado/de outrem é recursivo do ponto de vista linguístico-enunciativo, pois o locutor elabora/constrói os enunciados visando o interlocutor. Esta proposição é amparada por Bakhtin quando este afirma que a razão dos enunciados é que são emitidos para alguém. Bakhtin ([ECV]2010a) destaca a perspectiva interativa como premissa da existência dos enunciados e, assim, enfatiza a figura do locutor nesse processo, afirmando que:

o locutor postula esta compreensão responsiva: o que ele espera, não é uma compreensão passiva que, por assim dizer, apenas duplicaria seu pensamento no espírito do outro, o que espera é uma resposta, uma concordância, uma adesão, uma objeção, uma execução, etc.. [...] Cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados (BAKHTIN[ECV], 2010a, p. 290).

Como os enunciados são prenes de outros enunciados, estes sempre levam consigo pontos de vista dos atores sociais numa relação interlocutiva. Também encontramos respaldo analítico em Bakhtin/Volochínov ([1929]2004, p. 113) quando eles afirmam que “toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém”.

Ao operacionalizar o uso dos verbos *dicendi* e as aspas, marcadores de manifestação da voz alheia, o locutor tem a pretensão de se distanciar da voz de outrem, porém esta tentativa de distanciamento poderá lhe render marcas de parcialidade no trato das questões polêmicas numa dada comunidade. Também é possível perceber que o uso do discurso direto e discurso indireto desempenham função, ora de supor trazer as vozes de outrem para o texto com a finalidade de manutenção de crédito do locutor com o seu interlocutor/leitor, ora se aproxima com a tradução do ponto de vista de outrem sobre estas mesmas questões de cunho polêmico. Nota-se que, ao usar o discurso indireto, o locutor imprime certo julgamento dos fatos e, dessa forma, este recurso dificulta-lhe cumprir a desejada objetividade na enunciação jornalística.

Exemplificando, temos a presença de discurso citado em vários títulos de nosso *corpus*, ora em discurso direto ora em discurso indireto. No título *Problemas está na Educação básica, diz estudante*”, nota-se que o locutor, ao mesmo tempo, intenciona o crédito do interlocutor e também pretende isentar-se do dito alheio. Ao içar o discurso de outrem, tem o pressuposto de que não adere ao ponto de vista expresso pela voz social marcada. Já o título *Estudo diz que sistema de cotas baixaria pontuação* apresenta-se com uma possível tradução do ponto de vista alheio e, nesta esteira interpretativa, sugere um juízo de valor da fonte, estudo, e também do locutor. Estas estratégias elaborativas da enunciação jornalística podem marcar parcialidade do locutor frente ao interlocutor/leitor.

Essas construções deixam transparecer a intenção do locutor em ser ouvido, respondido discursivamente pelo seu interlocutor real ou virtual. Há, dessa perspectiva, uma preocupação voltada para a relação intersubjetiva, envolvendo, em primeira instância o locutor e o interlocutor/leitor. A esse respeito, Bakhtin ([ECV] 2010a, p. 388) afirma que “o jornalista é acima de tudo um contemporâneo. É obrigado a sê-lo. Vive na esfera de questões que podem ser resolvidas em sua atualidade (ou ao menos num tempo próximo)”.

Quando se trata de leitura e análise de textos jornalísticos informativos, têm-se priorizado aspectos estruturais como o título, o *lead*, o aspeamento e até o discurso direto e discurso indireto. No entanto, o uso do discurso citado possui mecanismos como voz citante e voz citada, tanto na narrativa literária como na narrativa jornalística. Na primeira, o narrador/personagem narra e utiliza as vozes das personagens para criar seus efeitos de sentidos. Já na segunda, o locutor/repórter lança mão do discurso de outrem para dar crédito e/ou se distanciar do dito alheio na elaboração textual.

5.5 À guisa de conclusão deste capítulo

Acreditamos que o trabalho desenvolvido, nesta pesquisa, possa contribuir com os estudos do texto e do discurso, independentemente do grau de escolaridade. Entretanto, sugerimos que seja observada a instância de formação do interessado na questão e que se façam adequações de abordagens, respeitando-se o interlocutor. Ressaltamos que nossa intenção é somar na busca de opções de leitura, reflexão e análise de textos informativos, que não sejam apenas responder as questões básicas, como: O quê?, Quem? Por quê?, Como? Quando? Onde? Este tipo de textos é alimentado pelas tensões sociais, sejam elas políticas, culturais e/ou ideológicas. Daí a necessidade de explorar a materialidade linguística que serve de lastro para o registro do posicionamento dos interlocutores a respeito de questões de interesse coletivo.

Refletindo a nossa proposta de análise, entendemos que o trabalho de leitura e análise do texto jornalístico informativo, como notas, notícias e reportagens carece de mais atenção e não ficar apenas limitado a destacar o *lead* e sua expansão ao longo do texto. Esta modalidade de textos, apesar de parecer de simples elaboração, requer muita habilidade do locutor. Isto se deve ao fato de que uma gama de fatores entra em jogo no ato construtivo da enunciação jornalística. Fatores como a busca da veracidade dos fatos, a credibilidade das fontes, crivo dos profissionais da imprensa, contexto sócio histórico da veiculação da informação, uso da linguagem impessoal, etc.

A necessidade de formar leitores competentes para a leitura ampla de textos de circulação social, sejam impressos e/ou *online*, em todos os níveis de escolaridade cada vez mais se faz urgente. É preciso ter consciência que, num texto, as informações e os pontos de vista sobre temas do nosso cotidiano podem estar explícitos e/ou implícitos. Este pressuposto justifica a necessidade de reconhecer os recursos linguístico-discursivos que contribuem para a leitura crítica do interlocutor. Esse exercício nos possibilita perceber as nuances sócio-político-ideológicas no texto jornalístico. Não restam dúvidas de que os estudos legados por Bakhtin são de grande valia neste processo. A partir da percepção das vozes que vertem nos textos – via discurso citado – sejam literários ou não, o leitor atento poderá se constituir mais sujeito e consciente de seu papel na sociedade em que está inserido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação linguístico-enunciativa realizada, neste trabalho, possibilitou-nos uma análise de textos jornalísticos informativos, que pode ultrapassar os quesitos usuais como o atendimento das questões básicas que devem nortear este tipo de texto. Estamos falando de um novo olhar de análise, no qual se encaixe a perspectiva enunciativa, balizada no uso do discurso citado/de outrem na constituição desta modalidade textual. O grande desafio foi perceber que os estudos de Bakhtin, no que tange ao dialogismo, à interação verbal e às noções associadas ao discurso citado, também são aplicáveis ao texto jornalístico, justamente por se tratar da presença de diversas vozes que entram no cômputo da narrativa jornalística. Em se tratando da teoria de Bakhtin, quanto à presença de vozes na narrativa literária, principalmente quando ele analisa a obra de seu compatriota Dostoiévski, o caminho parece menos difícil de ser notado. Isso porque o próprio autor caracterizou Dostoiévski como o criador do romance polifônico. A análise realizada, nesta tese, centrada no uso do discurso citado/de outrem, como marca enunciativa de parcialidade, valida o esforço empenhado pelo pesquisador frente à hercúlea tarefa que acreditamos, para este momento, esteja cumprida, mas não acabada.

Vale ressaltar que a figura de um locutor/narrador/autor/personagem, na literatura, assume a função de articular a narrativa de forma que prenda o leitor e, dessa maneira, interaja com ele. Em Bakhtin, o texto falado ou escrito, como enunciado construído para o outro, implica uma relação interativa entre locutor/leitor. Nesta mesma esteira de abordagem, temos locutor/repórter que, também, utiliza a voz de outrem na arquitetura do texto informativo. O locutor/repórter lança mão de recursos linguísticos como discurso direto e discurso indireto para transportar ou traduzir/interpretar as vozes dos atores sociais que passam a constituir a enunciação jornalística. Essa estratégia de composição textual funciona como ferramenta linguístico-discursiva com o pressuposto de imprimir grau de verdade ou distanciamento na finalização das matérias informativas.

Diante do exposto, constatamos que o nosso objetivo foi atingido, uma vez que o funcionamento enunciativo do discurso citado /de outrem, diluído em discurso direto e discurso indireto, na construção do texto informativo, produz efeitos de sentido, fato que corrobora a perspectiva dialógica e interativa da linguagem legada por Bakhtin. A análise também confirma que, mesmo se um texto traz apenas um posicionamento sobre uma dada questão polêmica, defendendo determinado ponto de vista, implicitamente se nega o outro

ponto de vista o que ratifica a ótica do dialogismo bakhtiniano, já que, para este autor, toda palavra é ideológica e é tida como uma luta de classes.

Considerando a arena de conflitos que a palavra habita e se instrumentaliza para representar os diferentes pontos de vista dos interlocutores sobre questões concernentes a uma dada sociedade, a hipótese por nós apontada foi confirmada, nesta tese, qual seja, o uso do discurso citado/ de outrem pode funcionar como âncora que marca a tentativa de isenção do locutor na confecção da notícia, mas que, ao mesmo tempo, não é garantia total da pretensa imparcialidade desse mesmo locutor, como responsável pelo enunciado. Portanto, o uso do discurso citado/ de outrem, num texto jornalístico informativo, pode funcionar como marca enunciativa de parcialidade. O fato de o locutor/repórter trazer para o seu texto o dito de outrem sobre temas que impliquem necessariamente dois pontos de vista, como é o caso das cotas nas universidades públicas brasileiras, dificilmente o livrará de emitir juízo de valor, mesmo que seja veladamente.

A análise mostrou-nos que é possível perceber a relação dialógica em textos informativos, principalmente os de cunho polêmico, envolvendo questões de interesse social. A teoria enunciativa balizada na ótica interacionista de Bakhtin é de grande valia para o estudo do texto e do discurso, visto que a enunciação implica o uso da língua e da linguagem numa situação interativa e dialógica. Nesse gênero de texto, é bastante fértil a manifestação de pontos de vista distintos sobre temas que envolvem os atores sociais e, dessa forma, a linguagem jornalística é uma amostra consistente de ocorrência de interação verbal.

O uso do discurso citado/de outrem, diluído em discurso direto e indireto, plenifica-se nessa modalidade de textos, ora para imprimir grau de verdade ao exposto pelo locutor, ora para servir-lhe de pressuposto de isenção ao tecer o texto informativo. Além disso, o uso dos verbos *dicendi* e o uso de aspas contribuem para alicerçarem, linguístico-discursivamente, a estrutura textual em que vozes sociais se representam. A análise, também, nos possibilitou perceber que a isenção e a objetividade pretendidas pelo locutor/repórter não foram totalmente atingidas. Índícios de proximidade posicional do locutor/repórter com o ponto de vista sobre as cotas, ficam evidentes na arquitetura do texto no registro das vozes que se manifestam sobre o sistema de cotas. Como se vê, a marca parcial do responsável pelos enunciados emerge sutilmente na elaboração de textos jornalísticos informativos.

Outra constatação foi o fato de um texto trazer apenas um ponto de vista em sua materialidade linguística, seja contrário, seja favorável e/ou ambos em um único texto, a perspectiva dialógica, balizada sob a ótica bakhtiniana, sustenta a análise realizada. Neste aspecto, o nosso *corpus* foi bem produtivo, pois, como consta na metodologia, dividimos os

textos em três blocos, os quais registram posições distintas sobre as cotas. Em cada bloco de textos, o locutor, ao usar o discurso citado/de outrem, mesmo com toda perícia de escrita, muitas vezes deixa transparecer seu alinhamento de opinião sobre a política de cotas nas universidades públicas brasileiras.

A elaboração desta tese trouxe-nos a certeza de que é possível pensar a leitura e análise de textos do gênero narrativo jornalístico, sob a perspectiva dialógica e da interação verbal, à luz da teoria bakhtiniana. Partimos do pressuposto de que há aporte teórico capaz de nos levar a exercitar uma análise que vá além da linearidade textual. Encontramos em Bakhtin um recorte produtivo no que se refere ao uso do discurso citado/de outrem na construção de textos de cunho informativos, como: notas, notícias e reportagens sobre temas polêmicos. A questão das cotas nas universidades públicas brasileiras toma corpo, principalmente nos anos de 2001 a 2005, ocasião em que algumas instituições adotam o sistema e começam a aparecer os primeiros resultados nos cursos superiores do país. A controvérsia de posições sobre o tema ocupa a mídia nacional.

Verificando a literatura que trata do texto jornalístico, percebemos que as análises apresentadas se limitam a responder as questões constantes no *lead*, quais sejam: O quê?, Quem?, Quando?, Por quê? Como? Onde?. Essa realidade nos instigou a buscar outra perspectiva de análise desse gênero textual. Nasce, nesse momento, o interesse de propor uma reflexão sobre a arquitetura do texto, como um todo, e que considere a abordagem linguístico-enunciativa. Apesar de não apresentar uma metodologia específica, Bakhtin aponta caminhos possíveis de análise linguístico-discursiva, a partir da interação verbal e do dialogismo efetivados na língua em uso, ou seja, a enunciação.

Ressaltamos que o percurso por nós trilhado é uma das possibilidades que a teoria bakhtiniana nos oferece para o trabalho com a leitura e análise de textos, principalmente os de circulação social. Ademais, registramos que, para esse momento e propósito, acreditamos ter atingido nosso objetivo. Fica ao pesquisador envolvido nos estudos do texto e do discurso o convite à leitura deste trabalho e ampliar a discussão, conforme a perspectiva que lhe aprouver.

REFERÊNCIAS

- BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- BAKHTIN, Mikhail.(VOLOCHÍNOV[1929]). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 11. ed. Trad. M. Lahud e Y.E. Vieira. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. e Introd. Paulo Bezerra. 5 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010a.
- _____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução direta do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.
- BARROS, Diana Luz Pessoa. Dialogismo, polifonia e enunciação. In BARROS, Diana Luz Pessoa; FIORIN, José Luiz (orgs.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade: em torno de Bakhtin*. São Paulo: Edusp, 2003. p.1-9.
- BENITES, Sonia. A. L. *Contando e fazendo a história: a citação no discurso jornalístico*. São Paulo: Arte & Ciência, 2002.
- BRAIT, Beth. As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de.; FIORIN, José Luiz (orgs.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade: em torno de Bakhtin*. São Paulo: Edusp, 2003.
- BRAIT, Beth. (org.) *Bakhtin: dialogismo e construção do sentido*. 2 ed. rev. Campinas,SP: Editora da UNICAMP. 2005.
- _____. (org.) *Bakhtin: outros conceitos chave*. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. (org.) *Bakhtin: Dialogismo e polifonia*. São Paulo: Contexto, 2009a.
- _____. (org.) *Bakhtin e o círculo*. São Paulo: Contexto, 2009b.
- CASAQUI, Vander. *Polifonia publicitária: das construções da realidade jornalística à da retórica em publicidade : uma análise dialógica*. São Paulo: USP (Dissertação de mestrado – defesa em 2000).
- CASTRO, Gilberto. Formas sintáticas de enunciação: o problema do discurso citado no Círculo de Bakhtin. In: BRAIT, Beth (org.) *Bakhtin e o círculo*. São Paulo. Contexto, 2009. p. 117-135.
- CLARK, Katerina; HOLQUIST, Michael. *Mikhail Bakhtin*. Tradução J. Guinsburg- São Paulo: Perspectiva, 2008.
- CUNHA, Dóris de Arruda C. da. Bakhtin e a linguística atual: interlocuções. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: dialogismo e construção de sentido*. 2 ed. rev. – Campinas: Editora da UNICAMP, 2005. p. 287-294.
- DITTRICH, Ivo José. *Linguística e jornalismo: dos sentidos à argumentação*. Cascavel-PR: Edunioeste, 2003.
- FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- FOLHA DE SÃO PAULO. *Novo Manual da Redação*. São Paulo, 2001
- FOLHA DE S. PAULO ONLINE. Folha de S. Paulo. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acesso em maio de 2010.
- FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1997.
- FIORIN, José Luiz (org.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade: em torno de Bakhtin*. São Paulo: Edusp, 2003.
- FIORIN, Jose Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2008.
- FLORES, Valdir do Nascimento. *Dialogismo e enunciação: Elementos para uma epistemologia da linguística*. Linguagem & Ensino, Pelotas-RS (UCPEL), Vol.1, Nº 1, 1998. p. 3-32.

- FLORES, Valdir do Nascimento. *Dicionário de linguística da enunciação/orgs.* Valdir do Nascimento Flores [et al]. São Paulo: Contexto, 2009.
- GUIMARÃES, Elisa. *A articulação do texto*. 9. ed. São Paulo: Ática, 2004.
- MACHADO, Irene A. *O romance e a voz: a prosaica dialógica de M. Bakhtin*. Rio de Janeiro: Imago Ed., São Paulo: FAPESP, 1995.
- MARINHO, Maria Celina Novaes. Transmissão do discurso alheio e formas de dialogismo em Vidas Secas, de Graciliano Ramos. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: dialogismo e construção de sentido*. 2 ed. rev. – Campinas: Editora da UNICAMP, 2005. p. 235-245.
- MARTINS, Eduardo. *Manual de redação e estilo*. São Paulo, 1997.
- MENEGASSI, R. J. ; CHAVES, M. I. A. 2000. *O título e sua função estratégica na articulação do texto*. Linguagem & Ensino, Pelotas-RS (UCPEL). v. 3, n. 1, p. 27-44.
- MORSON, Gary Saul.; EMERSON, Caryl. Os textos contestados. In: _____. *Mikhail Bakhtin: criação de uma prosaística*. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Editora da USP, 2008.
- PONZIO, Augusto. *A revolução bakhtiniana: o pensamento de Bakhtin e a ideologia contemporânea*. [Coordenação de tradução Valdemir Miotelo]. 1.ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009.
- RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. *Dicionário de Comunicação*. São Paulo: Ática, 1987.
- SARMENTO, Leila Lauer. *Oficina de redação*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2003.
- VAN DIJK, Teun Adrianus. *Cognição, discurso e interação*. Org. e apresentação de Ingedore Villaça Koch – 2. ed., São Paulo: Contexto, 1999.
- VASILEV, N. L. A história da questão sobre a autoria dos “textos disputados” em estudos russos sobre Bakhtin (M. M. Bakhtin e seus coautores). In: FARACO, Carlos Alberto.; TEZZA, Cristovão.; CASTRO, Gilberto de. (orgs.). *Vinte ensaios sobre Mikhail Bakhtin*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- ZANDWAIS, Ana. *Mikhail Bakhtin: contribuições para a filosofia da linguagem e estudos discursivos*. org. por Ana Zandwais. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2005.

ANEXO (AS NOMINATAS E OS RESPECTIVOS TEXTOS)

**ANEXOS – BLOCOS 1, 2 e 3 COM NOMINATAS E RESPECTIVOS TEXTOS
NOMINATA E TEXTOS DO BLOCO 1 – POSICIONAMENTO CONTRÁRIO ÀS COTAS
(ANOS DE 2001 A 2005)**

Textos Bloco 1	Ano 2001	POSICIONAMENTO CONTRÁRIO ÀS COTAS	Locutor/repórter Empresa jornalística
T01B1	03/03/2001	Reitor da USP critica proposta de cota de vagas para negros	Folha Ribeirão
T02B1	06/04/2001	Para ministro, dados do IBGE sobre educação são 'espetaculares'	Agência Folha
T03B1	23/05/2001	Cotas nas universidades poderiam fazer notas mínimas caírem	Folha online
T04B1	26/08/2001	Paulo Renato quer pré-vestibular só para negros	Folha em SP e Brasília
T05B1	01/09/2001	Universidades públicas brasileiras são menos elitistas	Antônio Gois
2002		POSICIONAMENTO CONTRÁRIO ÀS COTAS	Locutor/repórter Empresa jornalística
T06B1	23/05/2002	Problema de escolarização surge no ensino básico	Eunice R. Durhan
T07B1	08/08/2002	Ciro discute com estudante em Brasília	Luiza Damé
Textos Bloco 1	ANO 2003	POSICIONAMENTO CONTRÁRIO ÀS COTAS	Locutor/repórter Empresa jornalística
T08B1	12/02/2003	Escolas particulares preparam ação contra cotas em universidades	Antônio Gois e Fernanda da Escóssia
T09B1	10/03/2003	Cristovam diz que cota para negros deve ser mais debatida	Folha online
T10B1	15/05/2003	"Brasil é arquipélago de corporações", diz Cristovam Buarque	Giovana Mollona
T11B1	24/05/2003	Ministro diz que cotas para negros vão gerar mais preconceito	Giovana Mollona
T12B1	18/06/2003	Constitucionalidade das cotas é contestada	Folha online
T13B1	03/12/2003	Governo quer Saresp nas escolas particulares	Dani Blaschkauer
Textos Bloco 1	ANO 2004	POSICIONAMENTO CONTRÁRIO ÀS COTAS	Locutor/repórter Empresa jornalística
T14B1	23/01/2004	Branco e ricos predominam nos cursos mais disputados da USP	Cláudia Collucci
T15B1	17/02/2004	Escolas de SP discordam de pontos da "estatização" de vagas	Fábio Takahashi
T16B1	26/02/2004	Seleção é maior empecilho para "estatizar" vagas, diz associação	Fábio Takahashi
T17B1	04/05/2004	Ação pede suspensão de reserva de vagas para estudante carente no Rio	Folha online
T18B1	30/05/2004	USP busca alternativas à política de cotas	Folha online
T19B1	08/06/2004	MEC estuda loteria para financiar federais	Ana Flor
T20B1	21/07/2004	Em Brasília, estudantes protestam contra reforma universitária	Folha online
T21B1	06/08/2004	UFRJ não terá cotas para alunos negros no vestibular deste ano	Folha online
T22B1	21/09/2004	UFRJ confirma rejeição ao sistema de cotas	Camila Marques
T23B1	12/11/2004	Confronto entre estudantes da PUC e policiais deixa 15 feridos	Martha Alves
T24B1	18/11/2004	"Problema está na educação básica", diz estudante	Fernanda Bassette
T25B1	08/12/2004	Justiça determina que UFPR não adote sistema de cotas	Folha online
Textos Bloco 1	ANO 2005	POSICIONAMENTO CONTRÁRIO ÀS COTAS	Locutor/repórter Empresa jornalística
T26B1	23/02/2005	STF suspende reserva de vagas em faculdade estadual de SP	Folha online
T27B1	11/03/2005	Cotas e conselhos comunitários são alvos de críticas	Camila Marques
T28B1	11/03/2005	Universidades dizem que o projeto de reforma não define metas	Camila Marques
T29B1	28/03/2005	MEC recebe sugestões para a reforma universitária até quarta-feira	Folha online
T30B1	29/03/2005	MEC recebe até amanhã sugestões à reforma universitária	Folha online
T31B1	29/04/2005	Estudo diz que sistema de cotas baixaria pontuação	Laura Capriglione, da Folha de S.Paulo
T32B1	28/07/2005	USP frustra as expectativas pelas cotas	Folha de S.Paulo
T33B1	31/08/2005	População maranhense tem DNA amazônico	Salvador Nogueira
T34B1	08/09/2005	USP e Unesp buscam aluno da escola pública	Fábio Takahashi

LEGENDA: **T**= Total de textos; **B1** = Bloco 1 (posicionamento contrário às cotas)

ANO 2001**[T01B1]03/03/2001 - 00h21 - Reitor da USP critica proposta de cota de vagas para negros da Folha Ribeirão**

O reitor da USP, Jacques Marcovitch, afirmou que a disparidade racial entre os alunos da Universidade de São Paulo não é exclusiva da instituição, mas sim um problema que atinge toda a sociedade brasileira.

"É uma questão social que tem de ser resolvida. Para isso, é preciso criar maiores oportunidades ao aluno desde seus primeiros anos de estudo."

De acordo com ele, o índice de negros em todos os campi da USP não difere muito do registrado em Ribeirão (0,6%).

Por esse motivo, o reitor disse ser contra as cotas de negros na universidade. "É uma solução falsa para um problema real."

Segundo ele, as cotas apenas criariam outra segregação dentro da instituição de ensino. "Você acabaria tirando o critério do mérito, que é a base do vestibular. O problema é bem mais profundo. É preciso criar condições para que o negro, ou o pobre, ou outro qualquer, entrem na universidade em condições de igualdade com qualquer outro."

Ele afirmou que um dado que comprova isso seria a quantidade de negros na pós-graduação.

"Embora não tenhamos dados exatos a respeito do assunto, comprovadamente o número de negros é maior. Isso porque já depende dos méritos alcançados na universidade, que iguala a todos, e não no ensino médio ou fundamental."

Ele disse também que os alunos da universidade são em sua maioria classe média e que por isso não podem ser considerados elite.

"Essa visão está mudando e é defendida por aqueles que querem privatizar a escola pública."

Marcovitch disse ainda que o fato de haver cada vez mais alunos nas universidades públicas que vieram de instituição particular também reflete a disparidade social no país.

Com relação ao número de estudantes de Ribeirão Preto ter aumentado neste ano, ele explicou o dado por dois motivos.

O primeiro seria o aumento de alunos que preferem ficar no núcleo familiar. "Se existe opção na própria cidade do estudante permanecer no local ou numa cidade vizinha, ele acaba ficando. Tanto pelo aumento da violência urbana quanto pela valorização da família", completou.

A segunda explicação, de acordo com o reitor, seria a regionalização das faculdades. "O número das instituições superiores de ensino vem aumentando muito. Além disso, a própria cidade é um pólo regional que atrai pessoas para trabalhar e estudar."

[T02B1] 06/04/2001 - 12h24 - Para ministro, dados do IBGE sobre educação são 'espetaculares' - da Agência Folha

O ministro Paulo Renato Souza disse hoje que os números da educação apresentados no levantamento do IBGE "Síntese dos Indicadores Sociais 2000", são "espetaculares".

Sem comentar nada sobre a paralisação nacional de professores de escolas públicas dessa sexta, o ministro defendeu as melhorias de sua gestão em um palestra a um grupo de prefeitos da região de Sorocaba (SP).

O citou hoje avanços nos índices de percentual de crianças matriculadas nas escolas e uma diminuição do diferencial de escolaridade entre ricos e pobres da população.

"Houve uma redução de 22 pontos percentuais na diferença [da parcela de crianças matriculadas] entre os mais ricos e os mais pobres", declarou.

Os dados citados pelo ministro foram colhidos pelo IBGE entre 1992 e 1999.

Reserva de vagas

Paulo Renato voltou a criticar ontem o projeto de reserva de vagas das universidades estaduais do Rio de Janeiro para alunos de escolas públicas.

"A minha preocupação como ministro não deve ser a de fixar cotas, tem de ser melhorar a educação pública.", disse.

O projeto de lei estadual foi aprovado na quarta-feira pela Assembléia Legislativa do Rio.

"Eu não vou me opor se uma iniciativa dessa vier a ser aprovada em âmbito federal, mas eu não acho que seja a solução. A solução é universalizar o ensino público e melhorar a sua qualidade para que o estudante tenha o mesmo nível e possa disputar em pé de igualdade com qualquer estudante.", afirmou o ministro.

Paulo Renato participou nesta manhã de um seminário sobre programas do governo federal em Sorocaba, falando a uma platéia composta por prefeitos, vereadores e dirigentes municipais de 93 municípios da região.

[T03B1] 23/05/2001 - 14h44 -Cotas nas universidades poderiam fazer notas mínimas caírem da Folha de S.Paulo

O impacto da adoção da política de cotas para estudantes da rede pública no vestibular da Fuvest seria diferenciado em cada carreira. Em algumas casos, a nota cairia pela metade e alunos poderiam entrar em carreiras concorridas mesmo que zerassem algumas das disciplinas específicas.

Os dados estão em um estudo do Naeg (Núcleo de Apoio aos Estudos de Graduação) da USP, que mostra que em todas as carreiras haveria redução da nota mínima para entrar na universidade caso a USP reservasse 50% de suas vagas para alunos da rede pública.

Em alguns cursos, a variação seria sensível e a nota mínima para entrar cairia pela metade. É o caso do curso de medicina e ciências médicas. Sem as cotas, o último aluno a conseguir entrar fez 703 pontos. Caso a USP adotasse as cotas, essa pontuação cairia para 325 (redução de 54%).

Isso significa, por exemplo, que mesmo que um aluno zerasse a prova de uma disciplina específica, como química, biologia ou português, conseguiria a vaga.

Outra carreira a ser afetada caso aprovada a medida seria a de direito. A nota de corte no último vestibular foi 622 pontos. Com as cotas, a nota mínima passaria para 284 pontos (redução de 54%).

Ainda em direito, um aluno poderia entrar no curso mesmo que tivesse zerado a prova de português ou de história, por exemplo. Um dos cursos que menos sentiria os efeitos da mudança seria o de biblioteconomia. A nota mínima cairia de 443 para 432 pontos, uma redução de apenas 2,4%.

O estudo já está na internet (<http://naeg.prg.usp.br>), com o título "Cotas e Enem podem fazer uma universidade mais justa?". Os pesquisadores usaram dados do vestibular 2000 da Fuvest. Segundo o coordenador do Naeg, Adilson Simonis, ainda não é possível tirar uma conclusão mais elaborada do estudo. "Estamos ainda estudando os dados mais profundamente para chegar a alguma conclusão", diz.

Mesmo preliminar, o estudo do Naeg mostra também que a aceitação ou não das notas do Enem

(Exame Nacional do Ensino Médio) pouco alteraria a proporção de alunos aprovados oriundos de escolas públicas ou particulares.

A pesquisa mostra ainda que apenas 3,5% dos candidatos inscritos sofrem influência (negativa ou positiva) do Enem no seu desempenho a ponto de determinar a aprovação ou não no vestibular.

Para os defensores do sistema de cotas, a pesquisa não pode ser usada como argumento contrário à idéia. Para o presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes), Wadson Ribeiro, esses resultados já eram esperados.

"O objetivo da cota é justamente dar oportunidade a quem não conseguiria passar no sistema antigo. É responsabilidade da academia qualificar esse aluno", diz.

O presidente da Upes (União Paulista de Estudantes Secundaristas), Flávio Alves, concorda com Ribeiro: "O que baixa o nível da universidade pública é a falta de verbas e a não contratação de professores", afirma.

Há também quem critique o modelo de vestibular da Fuvest. "O concurso é elitista e os alunos da rede pública não têm bom desempenho nas provas", afirma o frei Davi Santos, coordenador da Educafro, entidade que oferece cursos pré-vestibulares de baixa mensalidade ou de graça para a população carente.

A direção da Fuvest sempre refutou as críticas de que seu vestibular não é voltado para a rede pública. Mas é possível que haja mudanças no modelo. O conselho de graduação da USP estuda a adoção do formato do Enem no vestibular da universidade.

O Enem é um exame feito pelo MEC que difere dos modelos de vestibular tradicionais por se propor a analisar competências e habilidades dos alunos.

Especialistas dizem que o Enem leva mais em conta talentos e vocações do estudante, diminuindo a importância dos conhecimentos reproduzidos mecanicamente pelo aluno.

[T04B1] 26/08/2001 - 18h34 - Paulo Renato quer pré-vestibular só para negros, da Folha de S.Paulo, em Brasília -da Folha Online, em Brasília

O ministro Paulo Renato Souza (Educação) descartou a eficácia da destinação de cotas para negros nas universidades neste momento e disse que pretende criar, no ano 2002, o curso pré-vestibular gratuito exclusivo para eles.

Paulo Renato citou a necessidade de adoção de "ações de discriminação positiva, que levam a equilibrar a questão racial na escola", como o pré-vestibular. Ele deu essa definição, porque, ainda que pobres, os alunos brancos não deverão ter o direito de frequentar esse novo curso.

Afirmou que está em negociação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento crédito de US\$ 10 milhões para a formação de um fundo. Se a verba for obtida, será repassada às universidades, para que montem os cursos preparatórios do vestibular.

Segundo ele, a destinação de percentual mínimo das vagas para negros não seria eficaz agora, porque a ampliação do acesso desse setor da população à universidade dependeria sobretudo de igualdade de oportunidades de acesso ao ensino desde os primeiros anos escolares.

A sugestão de cotas para negros nas instituições de ensino superior está inserida no documento oficial que o Brasil apresentará na Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, em Durban, na África do Sul, a partir do dia 31.

O ministro afirmou que o estabelecimento de cotas para negros no ensino superior só é viável se for

acompanhado por um programa de metas para que os negros alcancem a igualdade social. "A fixação de cotas pode ser uma palavra vazia se não for acompanhada de metas. Temos de criar condições para que as crianças de todas as raças tenham acesso ao ensino, principalmente ao superior", disse o ministro.

[T05B1] 01/09/2001 - 06h23 - Universidades públicas brasileiras são menos elitistas, ANTÔNIO GOIS -da Folha de S. Paulo, no Rio

A universidade pública no Brasil é menos elitista, do ponto de vista racial, do que a particular. A porcentagem de formandos negros e pardos é maior em instituições públicas do que nas escolas privadas, segundo pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, feito com base no questionário socioeconômico do provão de 2000.

Contrariando o senso comum de que os ricos vão para a universidade pública, enquanto os pobres ficam na particular, nas instituições públicas os negros, pardos e mulatos representam 21,4% dos formandos, enquanto nas pagas eles são 13,1%.

Qualquer uma das duas porcentagens, no entanto, ainda é inferior à participação de negros e pardos no total da população brasileira, que é, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de 45,2%.

Cursos de elite

Mesmo quando se analisam dados de cursos mais elitistas, negros e pardos estão mais presentes nas instituições públicas -em medicina, por exemplo, representaram 16,9% dos formandos, contra 7,8% nas particulares.

Em cursos como letras, a porcentagem de negros e pardos nas públicas chega mais perto da encontrada na população. Eles representam 32,1%, enquanto nas particulares são 21,1%.

O provão avaliou 18 cursos superiores em 2000. Somente os formandos fazem a prova, que é obrigatória para obter o diploma.

Mozart Neves Ramos, vice-presidente da Andifes, entidade que representa as instituições federais de ensino superior, diz não estranhar os resultados.

"Há três anos, fizemos um levantamento nas universidades federais que mostrou que cerca de 45% dos alunos tinham renda mensal baixa. Esse dado já mostrava que está errada a tese de que só tem rico na universidade pública", diz Ramos.

Ele afirma que a maior diferença entre raças ou classes se dá entre cursos, não entre universidades.

"Os cursos de alto prestígio, nas públicas ou particulares, são dominados por estudantes de renda mais alta. Em outros, é muito comum ver alunos negros e pardos se formando, como em letras ou nas licenciaturas", afirma o vice-presidente da Andifes.

Maurício Chermann, presidente da Anup (Associação Nacional das Universidades Particulares), concorda com Ramos: "Um curso de medicina é muito caro para um aluno pobre. Mesmo que ele consiga entrar, muitas vezes não consegue comprar o material didático necessário".

Chermann afirma que a melhor solução para deixar o ensino particular menos elitista é a concessão de bolsas de estudo. "Tem aumentado o número de alunos que querem entrar na universidade, mas a renda do brasileiro não aumenta. É preciso ampliar o financiamento estudantil", diz.

Para diminuir a desigualdade racial, movimentos negros organizados pressionam o governo federal a adotar cotas para negros e pardos em universidades públicas. A proposta consta do documento da

delegação brasileira que está na Conferência da ONU Contra o Racismo. O Ministério da Educação é contrário à idéia.

Tanto Chermann quanto Ramos criticam as cotas. "Não se conserta uma pirâmide pelo topo."

ANO 2002

[T06B1] 23/05/2002 - 08h51 - Problema de escolarização surge no ensino básico, EUNICE R. DURHAM -da Folha de S.Paulo

Lamento que, no Brasil, tenhamos nos encaminhado no sentido de imitar os Estados Unidos na questão das cotas "raciais", quando eles já reconheceram os resultados discutíveis dessas iniciativas, as quais, além do mais, não levam em consideração as diferenças entre a realidade americana e a brasileira.

O Brasil sempre teve o bom senso de evitar o destrutivo caminho seguido pelos Estados Unidos e pela África do Sul, que consistiu em oficializar uma rígida separação preexistente entre brancos e pretos, forçando que cada um optasse por uma ou outra condição: quem não é branco é negro. Entre nós, há de fato muito poucos negros e poucos brancos puros.

A imensa maioria da população é mestiça, e o nosso caminho para enfrentar a discriminação consiste em reconhecer essa realidade e valorizar a mestiçagem.

Filhos de brancos e negros não são nem brancos nem negros, e mulatos abrangem uma população muito diferenciada em termos de presença de traços negróides. Como estabelecer o critério de classificação? Um mulato claro que se classificou como negro para entrar na faculdade terá de manter essa classificação quando procurar um emprego ou se casar? E os filhos de uma mesma mãe, alguns dos quais são muito claros e outros mais escuros serão separados em termos de raça?

Não há discriminação por cor nos exames vestibulares das escolas públicas. O pequeno número de negros que ingressa nas universidades se deve a um problema anterior de escolarização. Precisamos atacar o problema no nível no qual ele é criado, que é no ensino público básico.

Cabem sem dúvida ações afirmativas de compensação de discriminações anteriores. A sociedade civil brasileira já havia encontrado uma solução mais condizente com a nossa cultura: os cursos de suplementação escolar para vítimas de discriminação, de forma a que elas pudessem competir no vestibular em igualdade de condição com os demais estudantes e não só entrar na universidade mas ser bem-sucedidas nos estudos.

O que faz sentido é ampliar iniciativas governamentais ou das próprias universidades nessa direção, assim como apoiar financeira e pedagogicamente ONGs que realizam essa tarefa.

Eunice R. Durham é pesquisadora sênior do Nupes (Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da USP). Foi membro do Conselho Nacional de Educação (1997-2001)

[T07B1] 08/08/2002 - 09h40 - Ciro discute com estudante em Brasília, LUIZA DAMÉ - da Folha de S.Paulo, em Brasília

O presidenciável Ciro Gomes (PPS) perdeu a paciência ontem durante debate na UnB (Universidade de Brasília), no momento em que se discutia a política de cotas para alunos negros em universidades.

Ciro disse não estar convencido de que a política de cotas é a solução para ampliar o acesso de negros às universidades. "A universidade tem caráter meritocrático. Entra nela quem tem mérito. Não me convenci [da política de cotas], mas estou aberto para discutir", afirmou o presidenciável.

O estudante de artes cênicas Rafael dos Santos, 27, tentou questionar a posição de Ciro, mas o presidenciável não permitiu que ele falasse ao microfone. O público (cerca de 500 pessoas, entre alunos, professores da UnB e integrantes do PPS de Brasília) pedia que o estudante se manifestasse no microfone. "Não dá o microfone para ele", gritou Ciro.

"Ninguém falou no microfone. Só porque ele é um negro lindo vai falar no microfone? Isso é demagogia, isso é o que discrimina o negro. Só porque é negro, fica com peninha e dá o microfone?", completou o candidato do PPS, afirmando que conversaria com o estudante no final do debate.

O estudante saiu do auditório e não falou com o candidato. "Não tem que debater com Ciro Gomes, ele é direita disfarçada", afirmou Santos, que usava adesivo do PT. Nenhuma das pessoas que fez perguntas por escrito teve direito de contestar as respostas do presidenciável -motivo pelo qual Ciro não deu a palavra a Santos.

Ciro foi o primeiro presidenciável a participar do fórum "Brasil em Questão - A Universidade e a Eleição Presidencial". Ao chegar ao auditório na UnB, ele foi tanto vaiado como aplaudido por estudantes. Ciro foi vaiado novamente ao defender um acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional), sem detalhar suas bases, para evitar a volta da inflação.

"Com atitudes de João Valentão, de "abaixo FMI" e "fora FHC", teremos de volta a inflação", disse.

Durante o debate, o candidato disse que está sendo comparado ao ex-presidente Fernando Collor porque fere "interesses do sistema financeiro".

Adversários do candidato, especialmente os tucanos, têm apontado semelhanças entre Ciro e Collor.

"Eu era o garoto prodígio da política, agora tentam me fazer um novo Collor porque estou claramente ferindo os interesses do setor financeiro brasileiro, que sempre ganhou tudo", disse Ciro.

Ele defendeu a autonomia das universidades, o fim do vestibular (que seria substituído por uma avaliação durante o segundo grau) e o tratamento diferenciado para usuários de drogas, mas se disse contra mudanças na legislação para evitar "contemporização com o narcotráfico".

Ciro atribuiu ao "candidato oficial" (numa referência ao tucano José Serra) informações de que ele iria acabar com as contas CC-5 (usadas para enviar dinheiro para o exterior). Disse ainda que, se for eleito, não privatizará os bancos oficiais.

No final da tarde, depois de se reunir com autoridades da França e do Chile, Ciro fez caminhada na área central de Brasília e participou de comício com candidatos do PPS do Distrito Federal.

A reportagem da **Folha** pediu à assessoria de Ciro que o candidato respondesse sobre as contradições do candidato em declarações recentes. A assessoria recomendou que a **Folha** procurasse as respostas na página do candidato na internet.

ANO 2003

[T08B1] 12/02/2003 - 08h56 - **Escolas particulares preparam ação contra cotas em universidades - ANTÔNIO GOIS e FERNANDA DA ESCÓSSIA** - da **Folha de S.Paulo**, no Rio

O Sinepe (sindicato que representa escolas particulares do Rio) está preparando uma ação direta de inconstitucionalidade contra a reserva de vagas para negros, pardos e alunos de escolas públicas na Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

Segundo o presidente do sindicato, José Antônio Teixeira, o objetivo da ação não é anular os resultados do exame da Uerj, divulgados na semana passada. O que o sindicato pretende é que o

Supremo Tribunal Federal julgue inconstitucional qualquer sistema de seleção acadêmica que utilize como critério as cotas.

"O princípio dessa ação é que qualquer discriminação é inconstitucional. O estudante não pode ser punido porque é branco ou porque estudou em escola particular", diz Teixeira.

O sindicato, no entanto, não deve entrar com uma ação pedindo a anulação do vestibular da Uerj. A orientação repassada às escolas é que cada aluno que se sentir prejudicado tente na Justiça garantir sua vaga.

Para Renato Ferreira, advogado da Educafro, ONG que coordena cursos pré-vestibulares para negros e carentes, a disputa judicial já era esperada.

"O princípio das ações afirmativas é justamente a igualdade. Só que igualdade não significa tratar de forma igual os desiguais. A injustiça com o povo negro na história do Brasil é óbvia. A reserva de vagas trata de forma desigual os desiguais para tentar reparar essas injustiças", diz Ferreira.

O critério de definição de negros ou pardos também gera polêmica. De acordo com o Ministério da Justiça, a ONU orienta os países a respeitarem como único critério de classificação racial a autodeclaração. No movimento negro, há quem prefira outro critério para evitar que brancos se declarem negros ou pardos apenas para conseguir a vaga.

Especializado em legislação contra a discriminação racial e autor de livros sobre o tema, o advogado Hédio Silva Júnior propõe utilizar as informações da ficha de identificação civil para definir os beneficiários de cotas.

Segundo ele, essa informação, declarada pela pessoa quando vai tirar a carteira de identidade, não consta do documento, mas fica nos bancos de dados dos institutos de identificação. A ideia é considerar negras pessoas que tivessem em seus registros ou nos dados do pai ou da mãe uma classificação diferente de branco, amarelo ou indígena. "Isso englobaria também as pessoas que têm pai ou mãe negra", diz o advogado.

[T09B1] 10/03/2003 - 12h04 - Cristovam diz que cota para negros deve ser mais debatida da Folha Online

O ministro da Educação, Cristovam Buarque, disse hoje, no Rio de Janeiro, que não defende a adoção da política de cotas para negros nas universidades antes que haja um consenso sobre a questão.

Cristovam disse que, como pensador e professor, considera o sistema um bom caminho, mas, como ministro, espera que a questão se torne lei para as instituições quando estiver mais aceita pela opinião pública.

O ministro afirmou que, no momento, uma lei nesse sentido pode acirrar a discriminação. Ele elogiou a iniciativa da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) em protagonizar o debate.

Cristovam proferiu aula inaugural do ano letivo da UFRJ, que teve entre os presentes apenas três negros, como ele fez questão de destacar.

[T10B1] 15/05/2003 – 19h31 – “Brasil é arquipélago de corporações”, diz Cristovam Buarque. Giovana Mollona (free-lance para a Folha Online, no Rio)

Com quase duas horas de duração, a conferência “O Batismo da Leitura: O Brasil Alfabetizado”, feita hoje pelo ministro da Educação, Cristovam Buarque, na Bienal Internacional do Livro do Rio, apresentou um panorama das principais diretrizes do ministério para os próximos quatro anos. Na

ocasião, o ministro afirmou que o problema da educação no país não é uma questão de verba, mas sim de falta de vontade da sociedade em mudar esse quadro.

“O Brasil virou um arquipélago de corporações, não há mais um discurso coletivo. Falta vontade nacional, que surge a partir de conversas como esta e de um governo que queira fazer. Estamos alienados”, reiterou.

Na mesa, o ministro estava acompanhado do secretário para Erradicação do Analfabetismo, João Luís Homem de Carvalho.

Em relação à questão das verbas, o ministro passou boa parte do tempo exemplificando como o grande número de analfabetos adultos no país (aproximadamente 20 milhões pessoas), poderia ser reduzido sem causar rombos no orçamento.

“A renda do país é de R\$ 1 trilhão. Deste montante, R\$ 13 bilhões vai só para propaganda. Ora, para resolver o problema do analfabetismo, precisamos somente de R\$250 milhões e 100 mil alfabetizadores. Ainda sonho com o presidente Lula se reunindo com os 27 governadores para apresentar um Plano Nacional de Educação”, disse.

Dos números para a prática, o ministro apresentou o projeto “É só o começo”, cuja primeira tiragem foi oferecida pela editora LPM. A série traz obras da literatura nacional reescritas de maneira mais simples para os recém-alfabetizados para incentivar o hábito da leitura. Na primeira tiragem, estão sendo publicadas as obras “O Triste Fim de Policarpo Quaresma”, de Lima Barreto, “Escrava Isaura”, de Bernardo Guimarães, e “Garibaldi e Manuela: Uma História de Amor”, de Josué Guimarães.

Outro projeto que mereceu destaque foi o das bibliotecas comunitárias, ou bibliotecas domésticas. O ministro chegou a implementar o projeto no Distrito Federal – posteriormente suspenso pelo governo Roriz – onde chegou a ter 550 unidades. A proposta terá início já no segundo semestre, ainda como projeto piloto. Financiada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o projeto custará R\$300 mil e irá englobar de 200 a 300 mil municípios.

As bibliotecas domésticas funcionarão em casas particulares e o acervo, de 200 a 300 livros, será fornecido pelo governo. Ainda estão sendo acertados os detalhes da operação do projeto, mas a meta é que, até o final do governo, existam 100 mil unidades espalhadas pelo país.

O ministro antecipou a contratação de 7,9 mil professores universitários e comentou outras iniciativas propostas pelo Ministério como incluir livros na cesta básica, dobrar o salário dos professores e aumentar a carga horária nas escolas.

Sobre o salário dos professores, disse querer criar um piso salarial específico para a classe, atrelado ao resultado do trabalho do educador. “Existe uma Santíssima Trindade na educação: o salário, a formação e a dedicação. Sem estes três, não funciona”, resumiu.

Sem abrir do bom humor e das frases de efeito, o ministro classificou de “chato” o ensino oferecido pelas escolas aos jovens e fez restrições ao oferecimento de cotas para os negros nas Universidades. “Não vamos obrigar as Instituições a oferecerem uma cota para os negros. Esta é uma proposta nacional e não social, já que favorece somente a uma elite que existe entre os negros”. Até a imprensa foi motivo de graça pelo ministro que apontou o aumento do interesse dos jornalistas pelo tema. “Antes, eles não davam a menor pelota”, resumiu.

A Bienal Internacional do Rio começou hoje e vai até o próximo dia 25, no Riocentro, no Rio de Janeiro.

[T11B1] 24/05/2003 - 16h59 - Ministro diz que cotas para negros vão gerar mais preconceitos - GIOVANA MOLLONA - free-lance para a **Folha Online**, no Rio

"Se o governo impuser cotas para os negros nas universidades, vai gerar ainda mais preconceitos". Isso foi o que afirmou o ministro da Educação, Cristóvam Buarque em palestra sobre escravidão realizada ontem na Bienal do Livro do Rio.

O debate "A cor da pele: raça e escravidão", no Pavilhão Azul, contou com a presença do ministro, já pela segunda vez na 11ª Bienal Internacional do Livro. Os outros participantes foram o presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL), o diplomata Alberto da Costa e Silva, o jornalista Eduardo Bueno e o escritor e historiador Joel Rufino dos Santos.

Assim como na abertura da Bienal, no último dia 15, o ministro falou sobre a questão das cotas para os negros nas universidades. "Sou a favor como uma medida emergencial, mas ela não é em si uma ação social, pois irá beneficiar somente a classe média negra", disse.

Cristóvam Buarque garantiu ainda que não partirá do ministério qualquer iniciativa que imponha tal medida. "Cada uma das instituições vai estabelecer a sua política sobre o assunto. Uma imposição das cotas por parte do governo geraria ainda mais preconceitos", completou.

O debate discutiu o papel do negro na formação sócio-econômica do país, as condições desta parcela da população hoje, além do racismo.

Para o escritor Joel Rufino, o preconceito racial observado no Brasil é fruto do sistema econômico. "Se fosse por causa da escravidão, então a população brasileira seria cada vez menos racista com o passar do tempo", explicou.

Opinião totalmente contrária teve o presidente da ABL, Alberto da Costa e Silva. "O preconceito existe justamente por causa da escravidão. O negro foi o escolhido e isto tornou diferente do resto do mundo o sistema escravagista praticado aqui nas Américas. Tivemos uma escravidão racial", disse.

Na palestra, o ministro também voltou a comentar os projetos contra o analfabetismo e o Bolsa-Escola. "Ainda serão necessários mais alguns meses para que haja condições de aumentar o valor do Bolsa-Escola [o valor atualmente é de R\$15]. O objetivo é que ele seja ampliado para atender toda a família do beneficiado e não somente o estudante", apontou o ministro.

Quanto ao analfabetismo, o ministro voltou a falar de prazos. Disse ser possível, em 15 anos, ter 100% das crianças brasileiras na escola. Para tanto, falou em investir no que chama de "Santíssima Trindade" na educação: valorização, motivação e preparo do professor. O ministro pretende dobrar o salário da classe (hoje, em média de R\$500) para R\$ 1 mil e zerar o número de analfabetos no país em quatro anos. Segundo o ministro, esta população, atualmente, é de 20 milhões de pessoas.

Como é de seu estilo, o ministro também não deixou de lançar as suas frases de efeito. Sobre a platéia presente, comentou: "Os negros são os maiores excluídos sociais do Brasil. Prova disto é esta sala. Na Bahia mesmo fico impressionado com a 'branquitude' da platéia que comparece a eventos como este".

[T12B1] 18/06/2003 - 05h29 - Constitucionalidade das cotas é contestada da Folha de S.Paulo, em Brasília

Parecer do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, considerou inconstitucional o sistema de cotas para negros e pardos, para portadores de deficiências físicas e para alunos de escolas públicas da forma como foi instituído pelo governo do Rio.

O objetivo é facilitar o acesso dessa população a universidades estaduais. O parecer não discute o mérito das políticas de acesso para minorias ao ensino superior e por isso não elimina a possibilidade

da criação do sistema de cotas. Apenas se manifesta contrário à maneira como isso foi instituído pelo governo carioca, que o fez por meio de leis estaduais.

Para Brindeiro, o estabelecimento de cotas é competência privativa da União, não existindo lei complementar autorizando Estados a legislar sobre o assunto.

O parecer do procurador-geral foi encaminhado ao STF (Supremo Tribunal Federal), que julga uma ação direta de inconstitucionalidade contra o sistema de cotas do Rio. A ação foi movida pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino.

[T13B1] 03/12/2003 - 14h04 - Governo quer Saresp nas escolas particulares DANI BLASCHKAUER - da Folha Online

As escolas particulares de ensino médio e fundamental paulistas também poderão participar do Saresp (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) a partir de 2004.

O Saresp, ou provinha como é apelidada pelos estudantes, tem objetivo similar ao Provão realizado pelo MEC (Ministério da Educação), que é o de avaliar a qualidade, aprendizado e infra-estrutura do ensino superior. Este ano foi a sétima edição do exame promovido pela Secretária Estadual de Educação.

Segundo Gabriel Chalita, secretário estadual de Educação, a idéia é que as escolas privadas façam o exame para que também possam ser avaliadas.

"Esta pode ser uma das propostas para terminar com o vestibular. O Saresp pode valer como vestibular a partir do ano que vem em várias universidades", afirmou Chalita, lembrando que o Provão já é utilizado como uma forma para ajudar os vestibulandos na tentativa de ingressarem em cursos de graduação.

Desinformação

Este ano, pela primeira vez, todos os 4,7 milhões alunos do ensino público estadual (fundamental e médio) fizeram o exame de português. Em 2004, a prova será apenas de matemática.

Segundo o secretário, a prova não se resume apenas à língua portuguesa e à matemática. "Em português, entram questões de interpretação de história e geografia. E na matemática de física e química", afirmou.

Apesar de dizer que o Saresp não será utilizado como meio para reprovação dos estudantes, não é esta informação que chegou aos alunos, pelo menos de um grupo de 10 jovens da 8ª série do fundamental consultado pela **Folha Online** da Escola Estadual Aristides de Castro, no Itaim (zona oeste da capital).

O grupo inteiro disse que os professores afirmaram que precisavam acertar no mínimo 15 das 30 questões para passarem de ano. Ao lerem, porém, o documento do governo onde diz que "esse sistema de avaliação não se constitui em um exame punitivo ou de reprovação" deram saltos de alegria.

Os estudantes falaram ainda que viram poucas questões de história e geografia no exame realizado hoje.

Números

O governo do Estado desembolsou R\$ 10 milhões para que a prova, elaborada pela Fundação Carlos Chagas, fosse realizada.

No total, foram usadas 290 toneladas de papel e mais de 19 mil caixas de material para ser confeccionada - 48 caminhões foram precisos para que a prova chegasse nas 5.407 escolas em 645 municípios.

Dos 4,7 milhões de estudantes, 3.058.657 eram do ensino fundamental e 1.721.684 do ensino médio.

Contra cotas

O secretário se mostrou ainda contrário à cota para estudantes do ensino público em universidades federais ou estaduais. "É preciso melhorar as escolas públicas. O sistema de cotas é complicado", afirmou.

ANO 2004

[T14B1] 23/01/2004 - 11h05 - Brancos e ricos predominam nos cursos mais disputados da USP - CLÁUDIA COLLUCCI da Folha de S. Paulo

O perfil do aluno da USP depende do endereço. Na av. prof. Luciano Gualberto, 908, no Butantã (zona oeste), onde funciona o curso de administração da FEA (Faculdade de Economia e Administração), ele estuda de manhã, é egresso de escola particular e tem renda familiar média de R\$ 5.825.

Na av. prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443, onde é ministrado o curso de biblioteconomia, da ECA (Escola de Comunicações e Artes), ele estuda à noite, vem de escola pública e tem renda familiar média de R\$ 2.000. O que os alunos mais têm de homogêneo é a cor: 80% deles são brancos. Os negros (pretos e pardos), que representam 45% da população brasileira segundo o Censo de 2000, não chegam a 10% dos uspianos (9,8%). Os amarelos respondem por 10,2%.

No Brasil, a proporção de negros subiu de 15,7% para 20,7% em 18 áreas avaliadas pelo Provão de 2000 a 2003. No mesmo período, a proporção de negros na USP subiu de 6% para 9,8%, uma variação de 63,3%.

Em 2003, a maior concentração de negros estava em cursos noturnos, como os de geofísica e biblioteconomia, dois dos menos disputados no campus da capital --5 e 13 candidatos por vaga no vestibular da Fuvest de 2003, respectivamente. O curso mais concorrido na USP é o de publicidade e propaganda, com 61,8 candidatos por vaga, dos quais mais de oito entre dez aprovados são brancos.

Em cinco cursos --artes cênicas, ciências biológicas, economia agroindustrial, arquitetura e jornalismo--, não houve ingresso de nenhum negro em 2003, segundo levantamento feito pelo Naeg (Núcleo de Apoio aos Estudos de Graduação), ligado à pró-reitoria de graduação da USP.

São cursos que reúnem alunos majoritariamente vindos de escola particular e com renda familiar média entre R\$ 4.200 a R\$ 5.800.

"A USP tem todo interesse em ficar mais próxima da cor básica da sociedade brasileira, mas não podemos descuidar da função social da universidade, que é a de formar pessoas muito bem preparadas, lideranças das próximas gerações. Não podemos, em hipótese alguma, diminuir as exigências para o ingresso", afirma Sonia Teresinha de Sousa Penin, pró-reitora de graduação.

A mesma opinião é compartilhada pelo reitor, Adolpho José Melfi. "Não vejo com simpatia o sistema de cotas para negros. Acho que estaremos discriminando-os de uma maneira muito mais séria. [Vai parecer que] qualquer negro que está na universidade entrou por cota."

Segundo ele, serão discutidos a partir de março modelos de sistemas de cotas que poderão ser implantados na universidade. Porém o reitor adianta que deverá ser priorizado o aspecto socioeconômico dos alunos e não a etnia. Além do aspecto da cor, a USP corre o risco de se tornar homogênea também em relação à procedência dos seus alunos: 70% dos que ingressaram no ano passado vieram de escola particular. Em 1980, ano em que a universidade começou a agrupar dados a partir das informações da Fuvest, 50% dos estudantes eram egressos da escola pública.

Na opinião de Melfi, esse não é um problema da USP, mas sim dos governos federal, estadual e municipal. "Temos é que melhorar o nível do nosso ensino fundamental e médio. A USP está colaborando para isso na formação e capacitação de professores."

A diminuição do número de alunos da USP vindos de escola pública também está relacionada ao baixo número de inscritos da rede pública no vestibular da Fuvest, diz a pró-reitora Sonia Penin. Nos últimos três anos, o índice de inscritos da rede pública no vestibular da Fuvest tem se mantido em 39% do total das inscrições. Para ela, os alunos estão se auto-excluindo por sentir a falta de chances de passar no vestibular ou por não terem condições de pagar a taxa do exame --de R\$ 83.

O despreparo dos estudantes, especialmente os que vieram da rede pública, é a principal mudança no perfil do aluno da USP, na avaliação de professores da universidade que já fizeram parte do seu corpo docente.

"Eles chegam com muito menos leitura de história, filosofia e literatura. Essa deficiência do ensino médio acaba tendo que ser compensada na universidade", afirma a professora de literatura espanhola Valéria de Marco, 51, que ingressou na USP em 1970.

Na opinião de Nicolau Sevcenko, professor de história da cultura na USP, até a década de 70, havia predominância de alunos bem qualificados das duas redes. "Hoje o desnível da rede pública é significativo e isso interfere no trabalho pedagógico", relata o professor, que sempre estudou em escolas públicas da zona leste de São Paulo e entrou na USP em 1972.

Para o assessor da diretoria da Fuvest Roberto Costa, professor de matemática da USP, a piora da qualificação também atinge os alunos da rede privada. Um dos indicativos, afirma, seria que a proporção de alunos vindos das redes pública e particular continua a mesma há quatro anos. "Isso quer dizer que a escola particular também está em crise e que o ensino público piorou tanto que não dá para ir além disso."

Outro fato que difere a USP das demais universidades brasileiras é relação de alunos homens e mulheres. Segundo estudo do Naeg, entre 1999 e 2001, as mulheres representavam em média 43% do corpo docente, enquanto que no Brasil elas ocupavam 56% das vagas no ensino superior. Em 2003, pela primeira vez na USP, a participação passou para 46,5%.

Setenta anos após sua fundação, a USP ainda não conhece de fato os seus alunos. As únicas informações globais existentes --socioeconômicas-- são fornecidas pela Fuvest a partir dos dados dos inscritos no vestibular. Não há um estudo abrangente dos alunos após o ingresso na universidade.

Segundo a pró-reitora Sonia Penin, é uma das prioridades da atual gestão mapear o perfil do aluno da USP e organizar indicadores de toda ordem. "A USP é muito grande e sempre houve muita pluralidade de gestões. Algumas unidades já fizeram esses estudos, mas não existe um levantamento mais amplo."

Com objetivo de recuperar parte dessa memória, o Naeg começa a cadastrar os ex-alunos por meio do site <http://naeg.prg.usp.br>.

[T15B1] 17/02/2004 - 14h54 - Escolas de SP discordam de pontos da "estatização" de vagas, FÁBIO TAKAHASHI da Folha Online

O número de vagas e o monitoramento de universidades públicas são pontos que o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp) quer mudar da proposta de reforma do Ministério da Educação (MEC).

A idéia do governo é tornar gratuita cerca de 100 mil vagas ociosas em instituições privadas ainda este ano. Os universitários atendidos seriam alunos de baixa renda que estudaram na rede pública, beneficiários de políticas de cotas e portadores de necessidades especiais.

As escolas que aderirem devem oferecer 25% do total de seus lugares ao programa --batizado de "Universidade para Todos"--, segundo a proposta do MEC. "É muito. Acho que deve ser proporcional", afirmou o vice-presidente do Semesp, Hermes Ferreira Figueiredo.

A idéia do governo é que as instituições com fins lucrativos tenham isenção de impostos; as sem fins lucrativos, que já não pagam a maioria dos tributos, poderiam ter benefícios de empresas, como distribuição de lucros e remuneração dos sócios.

"A proposta é bem vantajosa para as empresas com fins lucrativos, porque a carga de impostos é grande. Já as sem fins lucrativos não ganhariam muito", comentou Figueiredo. "Por isso, acho que cada instituição deveria definir sua própria porcentagem", completou.

O secretário-executivo da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup), Walter Pereira dos Santos, declarou que ainda não sabe se as escolas terão prejuízo com as novas medidas. "Agora vamos sentar e analisar."

As duas associações tiveram encontro com o ministro Tarso Genro para discutir o assunto na segunda-feira. Elas se mostraram favoráveis à idéia. O MEC vai enviar a proposta inicial para as entidades ligadas ao assunto para debate e possíveis mudanças.

Controle

Outro ponto que o Semesp discordou foi o monitoramento das universidades públicas. Segundo a proposta do ministério, essas instituições deverão controlar a qualidade do ensino das escolas que aderirem ao programa.

"Isso não dá para aceitar", disse o vice-presidente Hermes Ferreira Figueiredo. "Se alguém tem de monitorar, é o MEC. Como essas universidades vão nos controlar, se elas têm os mesmos problemas que os nossos?", questionou.

[T16B1] 26/02/2004 - 15h22 - Seleção é o maior empecilho para "estatizar" vagas, diz associação - FÁBIO TAKAHASHI -da Folha Online

A Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup) acredita que a maior dificuldade para "estatizar" vagas ociosas no ensino superior privado seja o critério de seleção.

"Como comprovar que o aluno é carente?", questiona o diretor-executivo da entidade, José Walter Pereira dos Santos. "Quem vai fazer isso? Esses critérios ainda não foram definidos."

O Ministério da Educação (MEC) quer preencher as vagas não-ocupadas nas instituições particulares em troca de isenção fiscal. Seriam atendidos alunos de baixa renda que estudaram na rede pública, beneficiários de políticas de cotas e portadores de necessidades especiais. Professores sem diploma universitário também seriam beneficiados.

A idéia ainda está em discussão. Reuniões entre o ministério e 18 entidades ligadas ao assunto estão marcadas para os dias 29 e 30 de março.

A meta do MEC é ocupar 100 mil vagas ainda este ano. "Acho um número totalmente viável", disse Santos. "A estrutura física existe, e os professores podem dar aulas a mais estudantes", completou.

Sobre a possibilidade das universidades públicas fazerem o monitoramento do programa, o secretário da Anup não vê problema. "As comissões que aprovam e renovam funcionamento dos cursos, por exemplo, já são constituídas principalmente por professores das universidades públicas."

[T17B1] 04/05/2004 - 05h53 - Ação pede suspensão de reserva de vaga para estudante carente no Rio - da Folha de S.Paulo, em Brasília

O Supremo Tribunal Federal recebeu ontem um novo pedido de suspensão da lei que reserva pelo menos 45% das vagas nos vestibulares das universidades estaduais do Rio (UERJ e Norte Fluminense) para alunos carentes.

A ação direta de inconstitucionalidade foi apresentada pela Confenen (Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino) e alega que a lei sancionada em setembro de 2003 pela governadora Rosinha Matheus discrimina os alunos que concluem o ensino médio em escolas privadas e contraria o princípio do mérito.

Segundo o texto da ação, candidatos de baixa renda são "discriminados pelo mecanismo de acesso às universidades públicas fluminenses, sem falar da manifesta discriminação em relação aos estudantes oriundos da rede de ensino particular que não são considerados carentes".

A mais recente versão da lei das cotas reserva 20% das vagas para estudantes egressos da rede pública de ensino, mais 20% para negros e outros 5% das vagas para portadores de deficiências ou integrantes de minorias étnicas nas duas universidades do Rio.

[T18B1] 30/05/2004 - 06h35 - USP busca alternativas à política de cotas da Folha de S.Paulo

Na semana passada, 800 estudantes da USP atenderam ao chamado da universidade. Candidatavam-se a uma das vagas abertas para monitores do Pró-Universitário, o curso pré-vestibular que a USP abrirá na zona leste e que dará aulas de reforço a 5.000 alunos carentes do ensino médio da região. O objetivo: capacitá-los a enfrentar com mais chances de sucesso a competição do vestibular.

A expressão "inclusão social" nunca foi tão mencionada nas universidades quanto no último mês, desde que o governo Lula lançou dois projetos de lei visando ampliar a participação de estudantes carentes e afrodescendentes no corpo discente das instituições federais de ensino superior.

Uma das propostas do Ministério da Educação, já enviada para o Congresso, prevê a reserva de 50% das vagas nas universidades federais para estudantes egressos do ensino médio de escolas públicas e para negros e pardos, na proporção de sua incidência na população de cada Estado.

Outro projeto pretende trocar isenção de tributos nas instituições privadas por bolsas integrais de estudo para jovens pobres.

A Unicamp, que também preza o critério de mérito como forma de acesso, baixou a guarda na semana passada com a aprovação, já para 2005, do Programa de Ação Afirmativa para Inclusão Social, que estabelece 30 pontos extras na prova do vestibular para os secundaristas da rede pública. Para os alunos de escolas públicas que se autodeclararem negros, pardos ou índios, serão 40 pontos.

A USP, que sempre se posicionou contra projetos de cotas, quer mostrar que existem alternativas de "inclusão social" que preservem o critério de mérito para ingresso no ensino superior. Assim, em vez de facilitar o acesso, a USP pretende reforçar a competitividade dos jovens pobres.

A idéia do cursinho na zona leste tem essa origem. A educadora Sônia Teresinha de Sousa Penin, pró-reitora de Graduação da USP, explica que uma deficiência básica dos alunos carentes refere-se a horas de estudo. Enquanto um estudante de bons colégios tem algo como seis horas diárias de aulas, entre escola e cursinhos de línguas ou de reforço, o jovem que vem de escolas públicas tem de se haver com quatro.

Ao fim dos 11 anos regulares de ensino básico, o jovem oriundo de bons colégios contabilizará pelo

menos 3.960 horas de aulas a mais do que aquele que frequenta a escola pública. Isso equivale a fazer quatro vezes um cursinho pré-vestibular extensivo.

"Estudar mais é necessário e faz diferença na hora de enfrentar o vestibular", explica a pró-reitora. "É aí que entra o Pró-Universitário, como forma de ampliar as horas de estudo qualificado", diz. Outra ação da USP para facilitar o acesso das populações pobres materializou-se na isenção da taxa de inscrição no vestibular, tida por muitos como fator excludente. O projeto ganhou fôlego: pulou de 20 mil isenções em 2004 para 60 mil em 2005. Com isso, a taxa a ser paga pelos demais candidatos subiu de R\$ 75 para R\$ 90.

O último e mais ambicioso projeto de inclusão social da USP é o da construção de um campus na zona leste da cidade de São Paulo.

Ao custo de R\$ 53,3 milhões para as obras, a USP Leste ocupará uma área de 1,25 milhão de metros quadrados (o equivalente a 175 campos de futebol). No primeiro ano, admitirá 1.020 calouros divididos nos três períodos.

A USP Leste fornecerá cursos de gestão ambiental, sistemas de informação, gestão de políticas públicas, marketing, licenciatura em ciências da natureza, lazer e turismo, tecnologia têxtil e da indumentária, ciências da atividade física, gerontologia e obstetrícia. As aulas devem começar em fevereiro de 2005. E, para 2006, o campus da zona leste já tem outros dois cursos aprovados pelo conselho universitário da instituição: os bacharelados em tecnologia musical e em mídias digitais.

[T19B1] 08/06/2004 - 05h14 - MEC estuda loteria para financiar federais, Ana Flor, da Folha de S.Paulo, em Brasília

O MEC (Ministério da Educação) estuda a criação de uma loteria federal para financiar as universidades públicas. Ainda em análise, a proposta criaria a loteria com recursos do ministério e destinaria a totalidade dos valores arrecadados à educação, incluindo projetos que irão compor a Lei Orgânica do Ensino Superior.

Ontem, o ministro Tarso Genro anunciou as diretrizes da reforma universitária, que devem chegar ao Congresso até o final do ano na forma de projeto de lei.

Entre os pontos polêmicos está a reserva de cotas para alunos que cursaram o ensino médio em escolas públicas e a mudança na grade curricular das universidades para criar um ciclo básico. O MEC quer criar ainda um programa Primeiro Emprego Acadêmico e pagar, por meio de bolsas, professores aposentados que voltarem às salas de aula.

Conforme o ministro, a reforma universitária deve ampliar os financiamentos às instituições federais, mas não de maneira homogênea. "Não é justo que quem faça reformas de qualidade receba o mesmo de quem não faz", disse.

O princípio do sistema de cotas idealizado pelo MEC reserva 50% das vagas de cada curso a alunos que fizeram todo o ensino médio em escolas públicas. A proposta cria também um diferencial máximo entre as notas de quem entra via cotas e os demais alunos. Inicialmente em 30%, o diferencial seria decrescente até atingir um patamar não mais do que 10% inferior à nota dos demais alunos.

Para Tarso, a regra garante as cotas, mas está voltada para superá-las por meio da melhora do ensino público. "Perde o sentido uma reforma universitária sem o reforço do ensino básico."

O ciclo básico proposto prevê que o aluno, ao entrar na universidade, estude por dois anos disciplinas gerais. Depois, ele receberia um título de formação básica superior e escolheria um curso específico. Conforme o MEC, o ciclo básico não tornaria os cursos mais longos. Para o secretário-executivo Fernando Haddad, além de dar formação mais ampla, o ciclo básico evitará que jovens de 17 anos tenham que fazer opção profissional antecipada.

A proposta incluiria a obrigatoriedade do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) para compor a admissão dos alunos e "evitar o drama do vestibular", diz Haddad. A idéia é entregar o projeto ao presidente até novembro.

Pesquisa que entrevistou 531 donos e administradores de 84 instituições de ensino superior aponta que 81% deles se declaram contra a política de cotas delineada pelo governo federal.

A enquete do Grupo CM de Consultoria Educacional, que está entre as três maiores empresas do setor no país, consultou universidades privadas e públicas.

Há diferenças nos interesses de gestores de públicas e privadas, diz Carlos Monteiro, presidente do grupo. O primeiro está preocupado com o repasse de verbas federais ou com o ganho de recursos caso faça a adesão ao programa, o segundo não concorda com a imposição de modelos de cota.

[T20B1] 21/07/2004 - 14h46 - Em Brasília, estudantes protestam contra reforma universitária - da Folha Online

Cerca de 50 estudantes protestaram nesta quarta-feira (21) contra a reforma universitária. O ministro da Educação, Tarso Genro, foi vaiado durante discurso em um seminário sobre educação no SUS (Sistema Único de Saúde), em Brasília.

Um dos temas atacados foi o Prouni (Programa Universidade para Todos), que visa ocupar vagas no ensino superior privado com alunos de baixa renda da rede pública em troca de isenção fiscal. Os estudantes defendem que arrecadação que será perdida poderia ser investida no ensino público.

Tarso afirmou que "é um direito dos estudantes se manifestarem, é uma coisa sadia e faz parte do processo político. O que eles defendem é o mesmo que o governo, a universidade pública".

Diretrizes e propostas da reforma universitária foram apresentadas no começo do mês passado. Até novembro, o projeto final deve ser enviado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, em seguida, ao Congresso.

Algumas das idéias são criação de um ciclo básico nos cursos superiores, cotas nas universidades federais e tornar obrigatório o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio).

[T21B1] 06/08/2004 – 07h44 – UFRJ não terá cotas para alunos negros no vestibular deste ano, da Folha de S.Paulo

A UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) não adotará neste ano cotas para os alunos negros em seu vestibular. A decisão, tomada na semana passada pelo Conselho Universitário, adiou a discussão sobre o tema para 2005. Estudantes do movimento queriam que a UFRJ adotasse as cotas no vestibular deste ano.

Segundo a reitoria, o edital do vestibular 2005 já está pronto e não havia motivos para alterá-lo. A mudança só seria feita caso o governo determinasse que as universidades federais reservassem cotas para negros. O projeto do governo tramita no Congresso.

Cerca de 60 pessoas da Educafro-ONG que organiza cursos pré-vestibulares comunitários – fizeram manifestação ontem de manhã na sala do Conselho Universitário, na reitoria. Eles distribuíram panfletos, cantaram o Hino Nacional e colaram cartazes.

Segundo a historiadora Solange Costa, do Educafro, na próxima semana eles farão outro protesto numa reunião. Ela disse que o edital ainda não foi publicado.

[T22B1] 21/09/2004 – 11h53 – UFRJ confirma rejeição ao sistema de cotas, Camila Marques, da Folha Online

O Conselho de Ensino de Graduação da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) confirmou na segunda-feira a rejeição ao sistema de cotas para a seleção de novos alunos. Os professores, alunos e funcionários integrantes do Conselho discutiram durante seis meses a possível reserva de vagas para alunos negros, pardos e provenientes de escolas públicas.

Dos 13 conselheiros que participaram da reunião, 11 votaram contra a adoção do sistema de cotas. A decisão vale para o vestibular de 2005. No começo de agosto, a reitoria da universidade já havia tomado a mesma decisão, alegando que o edital do processo seletivo do ano que vem já estava pronto.

Em documento divulgado pela universidade na segunda, o conselho diz que reconhece a existência de condições desiguais para pobres, negros e índios. Porém, afirma que a solução deve ser um investimento contínuo em um ensino fundamental e médio de qualidade.

Ainda na segunda-feira, o ministro da Educação, Tarso Genro, disse que respeita a decisão da UFRJ. “Eu considero isso um ato da autonomia universitária, que nós temos que respeitar. Agora quando for lei federal, aí todas as universidades vão ter que se adaptar. Isso é um processo de elaboração e discussão dentro do estado democrático de direito”, declarou Genro. O projeto do governo federal que cria o sistema de cotas está sob análise do Congresso.

A UFRJ também sugeriu em sua análise meios de ampliar o acesso ao ensino universitário. Um deles seria a criação de novas vagas no período noturno. Tal necessidade já havia sido citada no Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso em 2001, e no programa de governo do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002.

Atualmente, segundo dados do MEC (Ministério da Educação), do total de 1,1 milhão de alunos estudando em instituições públicas de ensino superior, 376 mil (36% do total) estudam à noite e 675 mil (64%), de dia.

[T23B1] 12/11/2004 - 05h59 - Confronto entre estudantes da PUC e policiais deixa 15 feridos - MARTHA ALVES da Agência Folha

Um confronto entre universitários da PUC (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e a polícia terminou com pelo menos 10 estudantes e cinco policiais feridos na noite desta quinta-feira, na zona oeste de São Paulo.

A confusão começou por volta das 22h quando cerca de 200 universitários fecharam a esquina da avenida Sumaré com a rua João Ramalho, usando pneus queimados.

Eles protestavam contra o programa "Universidade Para Todos", do Ministério da Educação, que prevê a ocupação de vagas ociosas de universidades privadas que aderirem ao programa por estudantes de baixa renda e professores do ensino básico sem curso superior, com cotas para negros e indígenas. Cinco estudantes foram detidos. O caso foi registrado no 23º DP (Perdizes).

[T24B1] 18/11/2004 - 09h39 - "Problema está na educação básica", diz estudante - FERNANDA BASSETE da Folha de S. Paulo

Apesar de ser contrário ao sistema de cotas ou de benefícios aos estudantes que se autodeclararem negros, pardos ou índios, o vestibulando Lucas Ribeiro Silva Otaviano, 18, vai prestar o vestibular da Unicamp no próximo domingo concorrendo pelo sistema de ação afirmativa e inclusão social.

Ele, que concorre a uma vaga no curso de medicina (cuja concorrência é de 82,9 candidatos por vaga), disse que optou pelo sistema porque é um direito seu e porque outras pessoas podem usufruir. "Não sei se poderia ser prejudicado na pontuação final caso não utilizasse o programa", disse o vestibulando Lucas.

Negro, Lucas acha que, em vez de as universidades se preocuparem com cotas ou programas de benefícios, o governo deveria investir na melhor qualidade do ensino médio público.

"Acho que o aluno negro que for aprovado em uma universidade que tenha cotas vai ficar "rotulado", e isso vai gerar um preconceito ainda maior. O problema está na educação básica do país, que não é boa", disse o candidato.

Lucas destacou que não é favorável ao sistema de cotas porque não vê nenhuma outra medida prática sendo tomada. "Na minha opinião, isso só tende a gerar mais desigualdade", disse.

A jornalista negra Nizete de Souza Lissine, 30, tem a mesma opinião de Lucas. Ela estudou em escola pública todo o ensino fundamental e médio, mas cursou universidade particular por meio do extinto Creduc (Crédito Educativo), espécie de financiamento para estudantes carentes.

"Não adianta ficar dando benefícios pela cor da pele de uma pessoa. O problema é maior. O que tem de melhorar é o ensino público", disse.

[T25B1] 08/12/2004 - 10h20 - Justiça determina que UFPR não adote sistema de cotas da Folha Online

A Justiça do Paraná determinou na terça-feira que a UFPR (Universidade Federal do Paraná) não pode adotar o sistema de reserva de 20% das vagas para candidatos afrodescendentes e mais 20% para alunos de escolas públicas.

A decisão foi tomada pelo juiz substituto da 7ª Vara Federal de Curitiba, Mauro Spalding. Segundo ele, a reserva de cotas afronta o princípio constitucional de isonomia e reforça práticas sociais discriminatórias.

"Atacar a causa pelo efeito há muito tem demonstrado sua ineficiência, não recomendando, portanto, o referendo do Poder Judiciário já que, assim como a violência não se resolve com violência, as segregações racial e social não se resolvem com medidas discriminatórias como aquelas previstas na norma administrativa editada pela UFPR", afirmou Spalding em sua decisão.

A liminar, em resposta a uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal, é provisória. Em nota oficial, a universidade paranaense informou que vai recorrer da decisão.

O resultado da primeira fase do vestibular da UFPR foi divulgado na segunda-feira, na internet. Porém, de acordo com o Núcleo de Concursos da instituição, as cotas ainda não haviam sido consideradas.

ANO 2005

[T26B1] 23/02/2005-09h21 - STF suspende reserva de vagas em faculdade estadual de SP - da Folha Online

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Nelson Jobim, suspendeu a execução de liminar em ação civil pública proposta pelo MP-SP (Ministério Público do Estado de São Paulo) que determinava a reserva de vagas na Famema (Faculdade de Medicina de Marília), autarquia estadual, para alunos negros ou que estudaram em escolas públicas.

Segundo o STF, a liminar, deferida pelo juízo da 5ª Vara Cível da Comarca de Marília (SP), determinava à Famema a fixação de cota de 30% das vagas dos cursos de medicina e enfermagem para candidatos do ensino público, nos vestibulares dos anos de 2004 a 2010.

A decisão fez com que a faculdade cancelasse as matrículas dos alunos cotistas e convocasse estudantes melhores colocados que aguardavam na lista de espera. O processo seletivo da Fanema foi realizado por meio do vestibular unificado da PUC-SP.

Jobim suspendeu a liminar atendendo ao pedido feito pelo Governo do Estado de São Paulo. O Executivo paulista alegou que o Poder Judiciário invadiu a seara do Poder Legislativo, impondo ao Executivo conduta não prevista em lei. "A liminar ora combatida inova a ordem jurídica de tal maneira que importa em grave lesão à ordem pública", ressaltou o autor.

Nelson Jobim confirmou que a reserva de cotas impunha à faculdade estadual uma obrigação não prevista em lei. Ele acrescentou que, conforme orientação do Supremo, não cabe ao Poder Judiciário atuar como legislador.

[T27B1] 11/03/2005 - 12h40 - Cotas e conselhos comunitários são alvos de críticas, CAMILA MARQUES da Folha Online

Além de reclamar da falta de metas do anteprojeto de reforma universitária, os reitores da USP, Unicamp e Unesp são contrários a outros dois pontos de grande importância para o Ministério da Educação: as cotas para egressos de escolas públicas e a criação dos conselhos comunitários. De acordo com o projeto do MEC, 50% das vagas das instituições federais de ensino superior deverão ser reservadas para afrodescendentes, índios e alunos egressos do ensino público.

Segundo o projeto, o conselho comunitário social será uma entidade de caráter opinativo, e não normativo, e que será composto por sindicatos, associações de classe e entidades corporativas da sociedade civil. Os conselhos poderão emitir opiniões e fazer relatórios sobre o desempenho da instituição.

"Toda universidade sabe qual é o anseio da sociedade e da comunidade em que está inserida. E elas têm muito o que contribuir, é louvável que participem do projeto, mas não como um conselho comunitário", diz Marcos Macari, reitor da Unesp. Segundo ele, a sociedade já tem representantes no conselho universitário da instituição, inclusive com poder de voto.

Carlos Brito, reitor da Unicamp, e Adolpho Melfi, da USP, têm exatamente o mesmo discurso: são contrários ao conselho do jeito em que está descrito no projeto.

"É um equívoco na maneira em como está sendo proposto. O objetivo de aumentar as conexões com a sociedade é adequado, mas para funcionar, [os conselhos] deveriam existir de acordo com um tema. Grupos que discutissem as políticas do hospital universitário, ou da área de tecnologia", afirma Brito.

Além disso, diz ele, o conselho universitário atual já tem membros externos. "Foi de um membro da sociedade, inclusive, que partiu a sugestão da política afirmativa que implantamos". Em seu vestibular, a Unicamp dá pontos extras para afrodescendentes e alunos de escolas públicas, condicionando o ingresso na faculdade ao desempenho na prova, e não na cor da pele ou na renda.

"O que o ministro fala que eles serão conselheiros consultivos. Mas no projeto da reforma, se verifica que esse conselho vai opinar no processo de avaliação da universidade, ou seja, terá força de influenciar o destino da instituição. Sou totalmente contrário a isso. Do jeito que está, ele fere a tão defendida autonomia", diz Melfi.

Cotas

O mesmo tom de insatisfação é adotado pelos reitores na definição de cotas para egressos de escolas públicas e afrodescendentes --estes últimos, deverão ter espaço na universidade na mesma proporção que se encontram na sociedade, segundo definir o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). De acordo com o projeto do MEC, 50% das vagas das instituições federais de ensino superior deverão ser reservadas para esses grupos sociais.

"Acho as cotas interessantes, mas não de maneira impositiva como quer o projeto, com a reserva de vagas de uma hora para outra. O que deveria ser feito é o estabelecimento de uma meta. No caso, de que 50% das vagas fossem ocupadas por alunos de escolas públicas em X anos. E ficaria, assim, a cargo da universidade ou faculdade definir como isso seria feito", sugere Marcos Macari.

Ele lembra que, em 1989, o governo de São Paulo definiu um aumento de 33% das vagas noturnas em universidades públicas estaduais, dando um prazo para que isso ocorresse. "Então nós criamos mecanismos, abrindo cursos e aumentando cadeiras. Em meados dos anos 90, a inserção foi cumprida. Mas não com uma medida normativa", diz.

Segundo Brito, as cotas mais uma vez esbarram na questão da autonomia. "Wm vez de estabelecer um objetivo, querem pôr a mão no modo em como promoveremos a inclusão. Eles vão, assim, tocar no ponto principal da seleção, que é a qualidade dos alunos", acredita Brito.

Para Melfi, as políticas afirmativas funcionam melhor do que o simples estabelecimento de cotas, porque levam aos bancos universitários alunos capacitados de fato. "Dar isenção de inscrição já traz muita gente para a prova. Além disso, é preciso levar as escolas para as regiões necessitadas. Na USP Leste, por exemplo, 22% dos alunos são afro-descendentes e 47% vieram de escolas públicas. Na Cidade Universitária, esses número são, respectivamente, de 10% e 28%", explica o reitor da USP.

Segundo os três reitores, a realidade é que, com o atual modelo universitário, não vai se resolver o problema de exclusão educacional. É preciso investir em ensino fundamental e médio para abrir ao aluno um leque de oportunidades. Aí sim o estudante carente poderá escolher o que fazer. "Não é o simples acesso ao ensino superior que promoverá a inclusão social", afirma o reitor da Unicamp.

[T28B1] 11/03/2005 - 12h30 - Universidades dizem que o projeto de reforma não define metas - CAMILA MARQUES da Folha Online

Os reitores das três universidades estaduais de São Paulo, classificadas entre as melhores do país e as 500 melhores do mundo, são unânimes ao afirmar: o MEC (Ministério da Educação) está perdendo a chance de fazer mudanças efetivas no ensino superior do país. A afirmação se refere ao anteprojeto de reforma universitária, formulado pelo MEC. O ministério aceita sugestões da sociedade e entidades educacionais ao texto até dia 30 deste mês.

Segundo Adolpho José Melfi (reitor da USP), Carlos Henrique de Brito Cruz (reitor da Unicamp) e Marcos Macari (reitor da Unesp), o projeto peca por dois motivos principais: não estabelece metas reais para o setor, apenas divaga sobre o que deveria ser feito; discute apenas as questões das universidades e não menciona todos os segmentos inseridos no sistema, como faculdades e centros de ensino tecnológico.

"O principal defeito [do projeto] é não sinalizar com uma estratégia para o desenvolvimento do ensino superior, não estabelecer metas no que diz respeito a investimentos nem infra-estrutura. O projeto não tem objetivos, como o aumento de vagas noturnas nas universidades federais, por exemplo, tão fundamental para promover a inclusão", afirma Carlos Brito.

Segundo o Censo da Educação Superior do MEC de 2002, apenas 36% dos alunos de instituições públicas estudavam à noite. Na rede privada, esse percentual era de 67%. O ensino noturno é uma das poucas oportunidades de estudantes conciliarem trabalho e estudo.

Já na opinião de Marcos Macari, o "grande defeito" é falar apenas em reforma universitária. "Devemos trabalhar nos termos de ensino superior como um todo, visando a tecnologia e a inovação, um ensino intermediário. Mas não temos isso. Um aluno que pretende se especializar em alguma área tecnológica, pelo ensino público, é obrigado primeiro cursar uma universidade. E o anteprojeto não dá opções para esses alunos", afirma.

O reitor da USP vai no mesmo sentido: o projeto é vago na definição de metas e detalhista além do que deveria ser nos pontos abordados. "Na questão das cotas e dos conselhos comunitários, o MEC deveria dizer o que quer e cobrar os resultados das universidades. Mas não. Ele diz como o processo deve ocorrer, ferindo a autonomia universitária", disse ele à **Folha Online**.

"Em vez [de o MEC] definir o que devemos fazer, quer definir como devemos fazer", concorda Brito, engrossando o coro de críticas. "Nós esperamos que o governo estabeleça metas, claro, mas não que nos diga como cumpri-las. Muita gente dentro da universidade pode desempenhar esta missão. No fim, esse modo de agir acaba sendo intervencionista, fere a tão defendida autonomia", acredita ele.

Exclusão

Além das questões do projeto, os três reitores têm outro motivo de descontentamento: nos cem artigos que integram o texto, as universidades estaduais não são citadas uma única vez.

Para o reitor da Unicamp, essa é mais um aprova da falta de estratégia e coesão do anteprojeto. "Por não ter estratégia, ele simplesmente esqueceu que há universidades estaduais. Isso é inexplicável em termos quantitativos e qualitativos", afirma Brito.

Quantitativamente, explica ele, porque 40% das vagas universitárias em São Paulo são estaduais. Qualitativamente, porque estão em São Paulo três das melhores universidades públicas do país. "USP, Unesp e Unicamp estão entre as 500 melhores universidades do mundo. Se pegarmos todas as universidades do Brasil e Estados Unidos, a USP é a que mais forma doutores. A Unicamp vem em terceiro e a Unesp, em 12º".

Ifes

Apesar de ressaltar a falta de definições claras da proposta e reclamar da exclusão das universidades estaduais do projeto, os reitores vêem como positiva a vinculação de 75% (e não 70%, como ocorre hoje) dos gastos do MEC com as Ifes (Instituições Federais de Ensino Superior). Atualmente, 18% dos recursos do Orçamento da União são destinados à educação.

"Acho temeroso o sistema federal acreditar que os repasses possam ser feitos nesse valor sempre. Por outro lado, ter uma verba fixa dá tranquilidade para desenvolver as atividades cotidianas", diz o reitor da Unesp, Marcos Macari.

Segundo Brito, este é "um ponto positivo" do projeto. Historicamente, afirma ele, as verbas giram entre 73% e 80%, mas é preciso dar uma garantia real às instituições de que o dinheiro vai chegar. "A garantia de que os gastos básicos serão cobertos ajuda muito. Além disso, o repasse em duodécimos [em 12 parcelas, uma por mês], como prevê o anteprojeto, é uma iniciativa importante para estabilizar o gerenciamento", afirma.

"Ampliar os recursos sempre é uma boa coisa. Todos estamos de acordo que o orçamento das Ifes vem se degradando ao longo os últimos anos", diz por sua vez o reitor da Unicamp. Mais uma vez, porém, ele ressalta a necessidade de definições. "Algum lado sairá perdendo. Nesse ponto, o texto é incompleto e não menciona de qual imposto ou de qual lugar será realocada a verba".

[T29B1] 28/03/2005 - 14h15 - MEC recebe sugestões para a reforma universitária até quarta-feira Folha Online

Instituições e entidades públicas e privadas têm prazo até a próxima quarta-feira (30) para apresentar ao Ministério da Educação suas contribuições à versão preliminar do anteprojeto de lei de reforma da educação superior, mais chamada de reforma universitária. O MEC pretende, em 15 de abril, divulgar um novo documento consolidado, que será enviado à Casa Civil.

Diversos setores da comunidade acadêmica, além de especialistas brasileiros e estrangeiros, instituições e entidades de classe enviaram sugestões ao MEC, resultado do debate que a reforma da educação superior suscitou. Até agora, o Ministério da Educação já recebeu 69 documentos tratando de partes da reforma, dos quais 47 são de entidades e instituições e 22 de pessoas interessadas no tema.

Versão

Em 100 artigos, a versão preliminar do anteprojeto de lei da reforma da educação superior estabelece normas gerais e que regulam o setor. Entre as novidades, o anteprojeto apresenta o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que deverá ser feito pela instituição a cada cinco anos; cria o Sistema Federal de Educação Superior e o primeiro emprego acadêmico.

A versão recebeu diversas críticas. Em parte das universidades estaduais, que sequer foram citadas no anteprojeto --a maior parte dos artigos diz respeito às universidades federais--, e por outro lado pelas universidades privadas, que ganharam regras mais rígidas de funcionamento. Também foram bastante criticados os pontos que tratam das cotas e da criação dos conselhos comunitários.

Por conta dos debates, o MEC já assumiu agregar ou mudar alguns itens. Entre eles estão: a restrição do teto de 30% de capital estrangeiro em um negócio educacional; a criação de uma loteria federal para ajudar estudantes carentes; regulação das fundações de apoio às universidades; normas para ensino à distância; participação de outras instituições, além do MEC, na comissão que avaliará os pedidos de verbas extra das universidades federais; redução do número de indicados pelo ministro na Comissão Nacional de Avaliação; e detalhamento maior das propostas de assistência aos estudantes.

[T30B1] 29/03/2005 - 11h30 - MEC recebe até amanhã sugestões à reforma universitária, da Folha Online

Instituições e entidades públicas e privadas têm prazo até a próxima quarta-feira (30) para apresentar ao Ministério da Educação suas contribuições à versão preliminar do anteprojeto de lei de reforma da educação superior, mais chamada de reforma universitária. O MEC pretende, em 15 de abril, divulgar um novo documento consolidado, que será enviado à Casa Civil.

Diversos setores da comunidade acadêmica, além de especialistas brasileiros e estrangeiros, instituições e entidades de classe enviaram sugestões ao MEC, resultado do debate que a reforma da educação superior suscitou. Até agora, o Ministério da Educação já recebeu 69 documentos tratando de partes da reforma, dos quais 47 são de entidades e instituições e 22 de pessoas interessadas no tema.

Versão

Em 100 artigos, a versão preliminar do anteprojeto de lei da reforma da educação superior estabelece normas gerais e que regulam o setor. Entre as novidades, o anteprojeto apresenta o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que deverá ser feito pela instituição a cada cinco anos; cria o Sistema Federal de Educação Superior e o primeiro emprego acadêmico.

A versão recebeu diversas críticas. Em parte das universidades estaduais, que sequer foram citadas no anteprojeto --a maior parte dos artigos diz respeito às universidades federais--, e por outro lado pelas universidades privadas, que ganharam regras mais rígidas de funcionamento. Também foram bastante criticados os pontos que tratam das cotas e da criação dos conselhos comunitários.

Por conta dos debates, o MEC já assumiu agregar ou mudar alguns itens. Entre eles estão: a restrição do teto de 30% de capital estrangeiro em um negócio educacional; a criação de uma loteria federal para ajudar estudantes carentes; regulação das fundações de apoio às universidades; normas para ensino à distância; participação de outras instituições, além do MEC, na comissão que avaliará os pedidos de verbas extra das universidades federais; redução do número de indicados pelo ministro na Comissão Nacional de Avaliação; e detalhamento maior das propostas de assistência aos estudantes.

[T31B1] 29/04/2005-10h41 - Estudo diz que sistema de cotas baixaria pontuação - LAURA CAPRIGLIONE - da Folha de S. Paulo

O Naeg (Núcleo de Apoio aos Estudos de Graduação) realizou no ano passado uma simulação sobre os impactos de uma eventual adoção de cotas na Universidade de São Paulo.

Segundo o diretor do órgão, o professor de estatística Adilson Simonis, que fez as contas a partir de resultados reais obtidos por candidatos ao vestibular do ano passado, se 50% das vagas da USP

passassem a ser destinadas a alunos provenientes de escolas públicas, como preconizam projetos em estudos no Ministério da Educação, entrariam em medicina calouros cotistas com pontuação 54% menor do que a atualmente exigida.

Na Faculdade de Direito, a nota necessária aos cotistas também seria 54% menor. Um detalhe assombroso é que a reserva de vagas permitiria o ingresso até mesmo de alunos que cravassem nota zero em português ou história.

Como os alunos cotistas consumiriam 50% das vagas existentes, o vestibular normal colocaria em jogo a metade das vagas que coloca hoje.

Resultado: aumento da concorrência, com a elitização ainda maior do que existe atualmente. Isso significa, na prática, que uma classe de calouros passaria a ter alunos superqualificados (que entrariam pelo vestibular convencional), ao lado de outros, os cotistas, bem menos preparados.

[T32B1] 28/07/2005 - 09h57 - USP frustra as expectativas pelas cotas - da Folha de S.Paulo

A USP não adotará o sistema que ela classifica como simples reserva de vagas, apesar de movimentos sociais terem visto na criação de um mestrado da Faculdade de Direito um indício de que a universidade iria implementar as cotas tanto na graduação quanto na pós-graduação. É o que afirma a pró-reitora de pós-graduação, Suely Vilela, integrante do Conselho Universitário (órgão máximo da instituição).

Nesse mestrado, em direitos humanos, um terço das cadeiras será destinado a negros, indígenas, deficientes físicos ou candidatos com dificuldade socioeconômica. É a primeira vez que a universidade adota esse método.

"A reserva de vagas que não considera o mérito acadêmico não será introduzida na USP", disse a pró-reitora. A universidade entende que o sistema pode diminuir a qualidade do ensino.

Para Vilela, nem mesmo o sistema adotado no novo mestrado pode ser chamado de cotas, pois os beneficiados terão de passar pelas mesmas avaliações que os demais --as provas de língua estrangeira e de conhecimentos específicos são eliminatórias. Já para o jurista Fábio Comparato, um dos coordenadores do curso, ele pode ser chamado de cotas.

"Falta reflexão à diretoria da USP", afirmou o coordenador da ONG Educafro, frei Davi Santos. "Não vamos nos contentar com migalhas", disse o coordenador do MSU (Movimento dos Sem Universidade), Sérgio Custódio. Apesar das críticas à USP, os dois elogiaram o sistema do mestrado.

Há também reclamação quanto aos R\$ 150 da inscrição e sobre a prova de língua estrangeira, que exige 70% de acerto.

O presidente da comissão de pós-graduação da Faculdade de Direito, Ignácio Maria Poveda Velasco, afirma que haverá cerca de 30 isenções da taxa e que o conhecimento em língua estrangeira é necessário, pois há literatura de outros países no programa. As inscrições vão até 5 de agosto.

[T33B1] 31/08/2005 - 09h47 - População maranhense tem DNA amazônico, SALVADOR NOGUEIRA da Folha de S.Paulo

Cientistas brasileiros identificaram a receita de como, na média, se faz um maranhense. O resultado demonstra que, apesar de o Maranhão hoje pertencer oficialmente à Região Nordeste, sua população tem muito mais cara de Região Norte. Está escrito no DNA, que não costuma mentir.

O estudo vem de um grupo de pesquisadores da UFPA e da UFMA (universidades federais do Pará e do Maranhão) que analisou a composição genética de 177 indivíduos de São Luís, capital maranhense.

A idéia era perscrutar o código genético dos sujeitos à procura de pedaços de gene que revelassem, logo de cara, de onde eles tinham vindo.

Explica-se: os cientistas sabem que há certas "versões" de determinados trechos do DNA humano que são de um jeito numa dada etnia e de outro noutra. O grupo, liderado por Ândrea Kely Ribeiro-dos-Santos, da UFPA, se concentrou em cinco trechos específicos. Então, pôde tirar a "receita" de como -- na média, é claro-- se produz um maranhense.

Segundo o estudo, publicado na revista científica brasileira "Genetics and Molecular Biology" (www.scielo.org), os maranhenses em geral são resultado de uma mistura 42% européia, 39% indígena e 19% africana. A composição é muito semelhante à que já foi observada em Belém, aproximando geneticamente o Maranhão da Região Norte e o afastando dos demais Estados do Nordeste --embora ainda seja cedo para dizer que ninguém mais lá tenha um perfil desse tipo.

"Até o momento existem poucos estudos com essa metodologia na região do Nordeste --só Alagoas, Bahia e São Luís--, então não podemos realizar uma boa comparação", explica Ândrea Ribeiro-dos-Santos.

História verídica

De um modo geral, os dados se encaixam bem no que já se sabia. (É bom lembrar que Maranhão e Pará fizeram parte de uma mesma unidade administrativa até 1772.) A principal surpresa foi a presença relativamente baixa de componentes genéticos africanos. No Nordeste, em geral, a presença de fatores de origem negra é maior e a presença de traços indígenas, menor. "Esperávamos uma maior contribuição de genes africanos, principalmente em razão da história de formação de São Luís, da presença forte do negro", diz a cientista. "[O Maranhão] é o segundo Estado em número de quilombos."

O objetivo da pesquisa, mais do que oferecer as receitas de como fazer brasileiros de cada região, é reconstruir ou apoiar o que historicamente se sabe a respeito da colonização e evolução da população do país. "A motivação é poder recontar parte da nossa história, não registrada em documentos oficiais, utilizando a informação contida dentro da célula, o DNA", diz Ribeiro-dos-Santos.

A geneticista, no entanto, vê outra razão, de cunho prático, para tocar esses estudos, ainda mais com toda essa discussão recente sobre o estabelecimento de cotas de vagas para certas etnias em instituições do ensino superior. "Esse tipo de trabalho, apesar de pesquisa básica, constitui o alicerce de importantes decisões, principalmente no campo de política social do país", diz a cientista.

"Por exemplo, qual a verdadeira constituição genética hoje no país?", ela se questiona. "Será que um sistema de cotas deve ser implementado num país que apresenta essa constituição biológica-cultural ímpar, não-observada em nenhum outro lugar do mundo de forma tão intensa? E, se existir um sistema de cotas, como não cometer os mesmos erros do passado, excluindo os grupos indígenas e todos os outros grupos necessitados?"

[T34B1] 08/09/2005 - 09h42 - USP e Unesp buscam aluno da escola pública - PUBLICIDADE FÁBIO TAKAHASHI da Folha de S.Paulo

Sem uma posição definida sobre a adoção de cotas, a USP e a Unesp preferiram implementar medidas menos radicais para atrair estudantes da escola pública neste ano. A estratégia é levar alunos do ensino médio público a se inscrever no vestibular por meio de visitas e do aumento das isenções da taxa de inscrição.

Essas ações foram consideradas insuficientes por movimentos que reivindicam a inclusão social no ensino superior.

Atualmente, 80% dos estudantes do ensino médio são da rede pública, mas eles não chegam a 45% dos inscritos nos processos seletivos das universidades mantidas pelo Estado.

"O sujeito pensa: "Isso não é para o meu bico", diz o diretor acadêmico da Unesp (fundação que aplica o vestibular da Unesp), Fernando Prado. "Mas, se ele nem presta [o vestibular], como vai saber se pode ou não entrar na universidade?"

Na tentativa de ao menos aliviar essa resistência de possíveis candidatos, a Unesp formou uma equipe com 68 professores, que farão palestras a 120 mil estudantes em 400 escolas públicas.

O resultado do questionário respondido pelos vestibulandos no processo seletivo para ingresso neste ano mostra que 56% dos inscritos tomaram conhecimento da prova no local onde estudam (escola ou cursinho).

A idéia é apresentar o vestibular e mostrar, como incentivo, dois dados: 38,6% dos ingressantes na universidade em 2005 estudaram em escola pública, e 27,9% foram aprovados sem ter feito cursinho.

A outra medida adotada pela Unesp é o aumento do número de isenções da taxa de inscrição, que custa R\$ 105, incluindo o manual. Serão 34 mil, sendo 26 mil de uma parceria com o governo do Estado. A parceria oferece isenções para dois alunos de cada classe de 3º ano das escolas estaduais.

Caberá aos diretores dos colégios escolher os nomes. A universidade e o governo recomendam que sejam considerados o desempenho escolar e o interesse dos candidatos pelos estudos. O diretor acadêmico da Unesp admite que há a possibilidade de haver arbitrariedade nas indicações. "Mas, no geral, esperamos ter um bom resultado", disse.

Com as medidas, a universidade espera que aumente o número de estudantes da rede pública inscritos no seu vestibular e, conseqüentemente, suba a participação deles entre os aprovados, atingindo 50% do total.

Cartas

A USP também aumentou o número de isenções, que chegou a 65 mil --como na Unesp, a taxa está em R\$ 105. Em 2004, quando foram oferecidas 60 mil isenções, só 39,5 mil foram preenchidas.

A universidade entende que um dos fatores para essa sobra foi justamente a falta de divulgação do seu vestibular nas escolas públicas. Por isso, neste ano, a instituição afirmou que foram enviadas cartas para todos os colégios estaduais de São Paulo para apresentar o vestibular e convidar professores a visitar a universidade.

"Queremos tornar a USP mais próxima, familiar ao aluno da escola pública", disse a pró-reitora de graduação, Sonia Penin. "A auto-exclusão é uma questão terrível, socialmente falando."

Para Penin, mesmo que o candidato do ensino médio público avalie que tem poucas chances de ser aprovado, ele deve prestar o vestibular. "Ao fazer a prova, ele fica mais bem preparado para o próximo ano", disse.

Tanto a USP quanto a Unesp estão discutindo a adoção ou não de cotas para alunos da rede pública. As duas universidades, por enquanto, vão analisar o impacto das medidas já adotadas, para verificar se foram suficientes.

Entre as universidades públicas mantidas pelo Estado, a Unicamp foi a única que já alterou seu vestibular visando a inclusão de estudantes do sistema público. A partir deste ano, esses estudantes ganharam pontos extras.

A instituição também busca aumentar o número de candidatos da escola pública. Além das isenções da taxa, a universidade anualmente convida as escolas a visitarem seu campus. No entanto, anteontem, a Unicamp aprovou um documento que critica a exigência de reservar 50% das vagas de universidades federais a estudantes da escola pública, como prevê o texto da reforma universitária.

NOMINATA SEGUIDA DOS TEXTOS (DE 2001 A 2005) bloco 2: Posicionamento favorável às cotas

Textos Bloco 2	Ano 2001	Posicionamento favorável às cotas	Locutor/repórter Empresa jornalística
T01B2	14/01/2001	Provão revela barreira racial no ensino	Antônio Gois
T02B2	05/04/2001	Lei da reserva de vagas na Uerj e Uenf entra em vigor	Folha Online
T03B2	05/07/2001	Negros querem reparos pela escravidão	Fernanda da Escóssia e Cristian Klein
T04B2	22/08/2001	Delegação brasileira quer cotas para negros nas universidades	Fernanda da Escóssia
T05B2	05/09/2001	União Europeia ameaça deixar conferência da ONU contra o Racismo	Fernanda da Escóssia
T06B2	13/09/2001	RESUMÃO-ATUALIDADES: a conferência da intolerância	Roberto Candelori
T07B2	28/09/2001	Uerj irá financiar que combatam a desigualdade racial	Fernanda da Escóssia
T08B2	01/10/2001	Uerj lança projeto de apoio ao negro na universidade	Fernanda da Escóssia
T09B2	09/10/2001	Deputados aprovam reservas de vagas para negros em faculdades do Rio	Fernanda da Escóssia
T10B2	26/11/2001	Indígenas terão cotas nas universidades estaduais do Paraná	Folha Online
T11B2	16/12/2001	Cota para negro em universidades esbarra em falta de critérios	Roberto Cosso
Textos Bloco 2	ANO 2002	POSICIONAMENTO FAVORÁVEL ÀS COTAS	Locutor/repórter Empresa jornalística
T12B2	05/03/2002	Governo do Rio define cotas para negros em universidades	Folha online
T13B2	11/03/2002	Rio de Janeiro terá cotas para negros em universidades	Folha online
T14B2	12/03/2002	Senado vota projeto que beneficia negros nas universidades	Folha online
T15B2	21/03/2002	Universidade de SP terá cotas para negros	Iuri Dantas
T16B2	16/04/2002	Senado vota projeto que prevê cotas para negros nas universidades	Folha online
T17B2	17/04/2002	Senado aprova cotas para negros em universidades	Folha online
T18B2	20/04/2002	Comissão do Senado aprova cotas para universitários negros	Folha online
T19B2	23/05/2002	SP terá universidade com reserva para negros no ano que vem	Folha online
T20B2	23/05/2002	Ongs e instituições de SP oferecem bolsas a estudantes negros	Folha online
T21B2	23/05/2002	Cotas para negros em universidades será adotada neste ano no Rio	Fábio Porto Silva
T22B2	23/05/2002	Cotas para promover a igualdade	Edna Roland
T23B2	25/05/2002	Falta de verba ameaça sistema de cotas para negros	Antônio Gois
T24B2	27/05/2002	Movimentos sociais reivindicam espaço	Folha online
T25B2	03/06/2002	Universidade amplia vagas, mas ainda é lugar de ricos	Antônio Gois
T26B2	26/06/2002	Benedita libera R\$ 4 milhões para implementar sistema de cotas	Antônio Gois
T27B2	05/07/2002	Rio regulamenta lei de cotas para negros	Folha online
T28B2	22/07/2002	Uerj e Uenf iniciam inscrições para vestibular de reserva de cotas	Folha online
T29B2	22/07/2002	Bahia reserva 40% das vagas para negros	Luiz Francisco
T30B2	21/08/2002	PT defende cotas para negros nas faculdades	Fábio Zanini
T31B2	14/10/2002	Serra defende FHC e diz que Lula dá medo; Lula faz festa com aliados	Fabiana Futema
T32B2	03/11/2002	Militantes querem que cor seja declarada	Folha online
T33B2	03/11/2002	Negros convivem com “enrustidos”	Folha online
T34B2	03/11/2002	No Rio, vestibulandos negros têm notas próximas às dos demais	Folha online-Rio
T35B2	20/11/2002	Cerca de 50 mil comemoram o dia da consciência negra em Salvador	Luiz Francisco-Folha em Salvador
Textos Bloco 2	ANO 2003	POSICIONAMENTO FAVORÁVEL ÀS COTAS	Locutor/repórter Empresa jornalística
T36B2	05/02/2003	Senador é 1º negro a assumir interinamente presidência da casa	Ricardo Mignone
T37B2	06/02/2003	Nova secretaria vai combater a desigualdade	Folha online
T38B2	08/02/2003	Uerj é a 1ª a adotar sistema de cotas para negros	Folha online
T39B2	08/02/2003	Na era das cotas, negro é o 1º em medicina na Uerj	Antônio Gois e

			Sabrina Petry
T40B2	09/02/2003	Cotas em universidades podem ser desastrosas , diz Uerj	Antônio Gois
T41B2	09/02/2003	Estudantes negros temem discriminação em universidades	Folha online
T42B2	10/02/2003	Cresce procura por cursinhos para negros	Folha online
T43B2	15/02/2003	Só 36,6% entram na Uerj fora das cotas	Antônio Gois
T44B2	26/02/2003	Rio discute amanhã cotas para negros nas universidades	Folha online
T45B2	09/03/2003	Desembargador paulista pode ir para o STF	Kennedy Alencar e Silvana de Freitas
T46B2	12/03/2003	Sistema de cotas nas universidades será debatido amanhã no RJ	Folha online
T47B2	13/03/2003	Alerj realiza 1ª audiência sobre sistema de cotas na universidade	Folha online
T48B2	02/04/2003	Ministro quer trocar vestibular por avaliação seriada de aluno	Luciana Constantino
T49B2	02/05/2003	Lula indicará procurador negro para o STF	Kennedy Alencar e Silvana de Freitas
T50B2	07/05/2003	Veja o perfil de Barbosa Gomes, primeiro negro indicado para o STF	Folha online
T51B2	12/05/2003	Secretária de Igualdade Racial defende cotas em universidades	Folha online
T52B2	18/05/2003	Preconceito afeta desempenho na escola	Antônio Gois
T53B2	18/05/2003	Nos EUA, critério racial para admissão nas escolas vai à Suprema Corte	Folha online
T54B2	25/05/2003	Fundação Palmares discute acesso de negros às universidades	Folha online
T55B2	27/05/2003	Unifesp inicia discussão para definir cotas	Folha online
T56B2	06/06/2003	UnB aprova distribuição de cotas para negros	Carlos Ferreira
T57B2	07/06/2003	UnB aprova cotas para negros e índios	Luciana Constantino
T58B2	24/06/2003	Empresa e Ongs financiam negros na universidade	Fabiano Maisonave
T59B2	24/06/2003	No Brasil, reserva de vagas para negros está no Supremo	Antônio Gois
T60B2	26/06/2003	Cristovam diz ser favorável a reserva de cotas em universidades	João Novaes
T61B2	01/07/2003	Rosinha propõe novo sistema de cotas no Rio	Folha online
T62B2	17/07/2003	Grupo de trabalho do governo irá estudar criação de cota para negros	Folha online
T63B2	13/08/2003	Estudantes ocupam reitoria da UFBA e pedem cotas para negros	Luiz Francisco
T64B2	14/08/2003	Estudantes fazem acordo e deixam reitoria da UFBA	Luiz Francisco
T65B2	15/08/2003	Rio reduz cotas nas universidades estaduais	Antônio Gois
T66B2	17/08/2003	Líder sem-teto chegou a São Paulo semi-analfabeta e hoje cursa direito	Folha online
T67B2	08/09/2003	Rio dará ajuda financeira para estudantes do sistema de cotas	Folha online
T68B2	11/09/2003	“Dinheiro público é para escola pública”	Folha online
T69B2	20/09/2003	Ministra propõe ação afirmativa contra desigualdade racial	Edney Cielici Dias
T70B2	17/11/2003	Gilberto Gil defende visão negra no cinema brasileiro	Folha online
T71B2	19/11/2003	Negros se inscrevem menos no vestibular	Carol Frederico
T72B2	02/12/2003	Contra vestibular, Buarque defende vagas para alunos de escola pública	Ricardo Mignone
T73B2	14/12/2003	Aprovado por cota se sai melhor na Uerj	Antônio Gois
T74B2	15/12/2003	Em MS, foto diz quem entra por cotas para negros	Hudson Corrêa, Folha em Cuiabá
T75B2	15/12/2003	Sistema aumenta a chance de vaga para alunos pobres	Folha em Cuiabá
T76B2	17/12/2003	UNE afirma ser contra proposta de contribuição	Folha online
T77B2	30/12/2003	Governo deve propor lei para regulamentar adoção de cotas em universidades	Folha online
Textos Bloco 2	ANO 2004	POSICIONAMENTO FAVORÁVEL ÀS COTAS	Locutor/repórter Empresa jornalística
T78B2	22/01/2004	Governo recua e rediscute cotas para negros	Luciana Constantino – Sucursal/Folha de S.Paulo - DF
T79B2	27/01/2004	Genro reafirma que cota para negros em universidade é medida insuficiente	Camilo Toscano
T80B2	17/02/2004	Comissão de Educação aprova cotas em universidades públicas	Folha online

T81B2	20/02/2004	UNE defende reforma em todos os níveis	Fábio Takahashi
T82B2	01/03/2004	USP estuda adoção de cotas e sugere mudança no ensino médio	Fábio Takahashi
T83B2	01/03/2004	Negros prometem se acorrentar hoje na USP em defesa de cotas	Folha de S.Paulo
T84B2	02/03/2004	Manifestação reúne 450 mil na USP para reivindicar cotas para negros	Fernanda Mena
T85B2	02/03/2004	MEC quer “estatizar” vagas sem usar verba do Orçamento	Folha online
T86B2	13/03/2004	UnB estuda fotografar aluno para admitir por meio da cota para negros	Folha online
T87B2	19/03/2004	Negros terão 20% das vagas na UnB	Silvio Navarro
T88B2	24/03/2004	Tarso volta a defender novo fundo da Folha de S.Paulo, em Brasília	Folha online
T89B2	28/03/2004	Aluno do ensino médio público tem desempenho melhor na universidade	Fábio Takahashi
T90B2	03/04/2004	Para especialista, ensino no Brasil cresceu sem critérios	Fábio Takahashi
T91B2	04/04/2004	Tarso fala em retribuição ao explicar cotas em universidades	Fábio Takahashi
T92B2	06/04/2004	Tarso quer cotas nas particulares	Luciana Constantino
T93B2	07/04/2004	Tarso recua e descarta cotas nas particulares	Luciana Constantino
T94B2	19/04/2004	Ato pede apoio ao projeto de cotas raciais	Folha online
T95B2	26/04/2004	Negros reivindicam cotas em programas habitacionais	Folha online
T96B2	26/04/2004	Após polêmica, 4.400 tentam cotas na UnB	Luciana Constantino
T97B2	06/05/2004	MEC vincula financiamento a oferta de bolsa	Luciana Constantino
T98B2	08/05/2004	No PR, negro terá 20% das vagas da universidade federal	Mari Tortato
T99B2	14/05/2004	Lula repete promessa em pacote	Gustavo Patu
T100B2	14/05/2004	Projeto cria cotas em universidades federais	Folha online
T101B2	15/05/2004	Universidade tenta suprir formação falha de alunos	Antônio Gois
T102B2	22/05/2004	Sistema de cotas busca diminuir desigualdades	Folha online
T103B2	25/05/2004	Unicamp aprova método para inclusão de alunos da rede pública	Fábio Takahashi
T104B2	25/05/2004	UnB divulga inscrições conformadas para sistema de cotas	Folha online
T105B2	01/06/2004	Universidade do AM adota cotas para estudantes de escolas públicas	Kátia Brasil
T106B2	06/06/2004	Sem apoio a aluno, reserva de vaga na universidade pode fracassar	Fábio Takahashi
T107B2	07/06/2004	Governo quer cotas em todos os cursos nas universidades federais	João Sandrini
T108B2	18/06/2004	Assembleia de Minas aprova sistema de cotas	Folha online
T109B2	13/07/2004	Candidata de cotas é 3ª colocada na UnB	Andrea Miramontes
T110B2	10/08/2004	UNE quer maior oferta de curso noturno em universidade pública	Fernanda Mena
T111B2	11/08/2004	Vaiado, ministro da Educação chama críticos de pequenos burgueses	Fábio Takahashi
T112B2	01/09/2004	Unifesp vai reservar cotas para negros	Fernanda Bassette
T113B2	22/09/2004	Cresce procura por cota racial na federal do PR	Adriana Chaves
T114B2	20/10/2004	Cota não resolve exclusão, mas é impulso para reforma, diz Genro	Folha online
T115B2	23/10/2004	Lula diz que governo prepara pacote de cidadania	Fabiana Futema
T116B2	08/11/2004	Lula diz que “dinheiro não é problema” para investir em educação	Folha online
T117B2	16/11/2004	Mais de 13 mil se inscrevem para vestibular da Unifesp	Fábio Takahashi e Fernanda Bassette
T118B2	18/11/2004	Na Unifesp, sistema de cotas altera concorrência	Fernanda Bassette
T119B2	18/11/2004	Inscrições de negros, pardos ou índios crescem na Unicamp	Paloma Varón
T120B2	18/12/2004	Correção de redação é principal mudança na Unicamp	Folha online
T121B2	20/11/2004	Passeata reúne pelo menos 2.000 pessoas no Dia da Consciência Negra em SP	Folha online
T122B2	23/11/2004	Movimento estudantil realiza atos em defesa da reserva de vagas	Folha online
T123B2	24/11/2004	Manifestantes pró-cotas são agredidos por estudantes da USP	Folha online
T124B2	10/12/2004	Projeto de lei sobre cotas universitárias entra em regime de urgência	Folha online

T125B2	13/12/2004	Turma da Uerj abre conta para ajudar cotistas	Antônio Gois
T126B2	13/12/2004	Universidades reservam vagas, mas cotistas precisam de recursos	Folha online
T127B2	15/12/2004	Índios já matriculados serão beneficiados pelo Prouni	Folha online
T128B2	17/12/2004	Prouni encerra nesta sexta inscrições para pedidos de bolsas	Folha online
T129B2	30/12/2004	MEC decide reabrir autorização para novas faculdades	Luciana Constantino
Textos Bloco 2	ANO 2005	POSICIONAMENTO FAVORÁVEL ÀS COTAS	Locutor/repórter Empresa jornalística
T130B2	03/01/2005	Governo Lula “ não esteve à altura das expectativas”, diz jornal	Da BBC Brasil
T131B2	19/01/2005	Lula cobra “consciência social” em relançamento do Projeto Rondon	Folha online
T132B2	19/01/2005	Lula anuncia criação de Secretaria Nacional da Juventude	Kátia Brasil
T133B2	29/01/2005	MEC pretende manter cotas nas federais em reforma universitária	Luciana Constantino
T134B2	04/02/2005	Portaria do Prouni abre espaço para aluno sem Enem obter bolsa	Camila Marques
T135B2	02/03/2005	Prouni aumentou em 5 % número de negros na universidade, diz MEC	Folha online
T136B2	11/03/2005	Rio-2007 terá cotas para negros e pardos	Sérgio Rangel
T137B2	23/03/2005	Estudo da Unicamp aponta diferença racial na universidade	Luciana Constantino
T138B2	05/04/2005	Cotista tem nota parecida com de não-cotista na Unifesp	Fabio Takahashi
T139B2	25/04/2005	Câmara dos Deputados discute reserva de cotas na universidade	Folha online
T140B2	30/05/2005	Ministro apresenta novo texto da reforma universitária	Folha online
T141B2	31/05/2005	MEC flexibiliza controle da rede particular	Folha online
T142B2	01/06/2005	Entidades rejeitam novo modelo de cotas para universidades	Fábio Takahashi
T143B2	03/06/2005	Ministro explica alterações nas cotas, mas entidades mantêm críticas	Folha online

LEGENDA: **T**= Total de textos; **B2** = Bloco 2 (posicionamento favorável às cotas)

ANO 2001 – SIM ÀS COTAS

[T01B2] 14/01/2001 - 04h02 - Provão revela barreira racial no ensino - ANTÔNIO GOIS, da Folha de S.Paulo

É do topo da pirâmide do sistema educacional brasileiro que se percebe com clareza a dimensão da desigualdade racial no país. Os negros, apesar de representarem 5,7% da população, são apenas 2,2% dos formandos de 18 cursos superiores avaliados pelo MEC no provão de 2000.

Se a proporção de negros na população e na universidade fosse a mesma, o número de formandos nas universidades desse grupo étnico seria 160% maior.

Em alguns cursos, a distorção é ainda mais visível. Em odontologia, por exemplo, apenas 0,7% dos estudantes que se formaram neste ano são negros. Em medicina, essa taxa é de 1%. Na área de veterinária, eles são apenas 1,1% do total.

A mesma desigualdade se dá quando se compara a porcentagem de pardos e mulatos entre os brasileiros e entre os formandos. Segundo a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio) de 1999 do IBGE, esse grupo representa 39,5% dos brasileiros, mas apenas 13,5% dos formandos que fizeram o exame do MEC.

Quando se junta o número de negros e pardos, esse grupo acaba representando 15,7% dos formandos e 45,2% da população. Tanto no caso do provão como na pesquisa do IBGE, são as próprias pessoas avaliadas que definem seu grupo racial.

Os dados sobre a presença de grupos raciais na universidade foram elaborados a partir dos questionários socioeconômicos respondidos por 197 mil alunos que participaram do exame do MEC no ano passado. O provão é condição obrigatória para o estudante obter o diploma.

A diversidade da sociedade brasileira não é equivalente entre os formandos nem mesmo em cursos menos concorridos de carreiras com menos prestígio salarial, como é o caso de letras. Nessa área,

3,9% dos formandos são negros e 21,6%, pardos. Em matemática, essas taxas são, respectivamente, 3,5% e 20% dos alunos.

Para o secretário de Educação Superior do MEC, Antônio Macdowell de Figueiredo, o perfil dos formandos é um reflexo da desigualdade social brasileira.

"Não é na universidade que se dá essa desigualdade, ela vem desde a base educacional. A melhoria no acesso no ensino fundamental e médio tende a amenizar esse quadro desigual na universidade", afirma Figueiredo.

A antropóloga da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) Yvonne Maggie, autora de um estudo sobre estudantes carentes que ingressaram no ensino superior no Rio de Janeiro, afirma que existe no Brasil uma hierarquia das carreiras que já é determinada na inscrição no vestibular.

"Já há uma pré-seleção natural dos próprios estudantes. As classes média e alta, cuja porcentagem de brancos e amarelos é maior, escolhem as carreiras mais privilegiadas, como direito ou medicina", diz Yvonne.

A antropóloga acredita que a desigualdade social no ensino superior se dá entre cursos, e não entre universidades. "O perfil de um aluno de medicina de uma universidade particular é quase igual ao de um estudante de curso particular. A maior diferença acontece quando se compara os cursos de baixo e de alto prestígio na sociedade", diz.

Apesar da desigualdade, Yvonne afirma que a tendência é de melhoria na participação dos extratos mais carentes.

"A diminuição da taxa de repetência e a expansão do ensino médio vão ajudar a mudar esse quadro. Acredito que em breve teremos um número maior de formandos negros. Mesmo assim, os dados de hoje mostram que existe uma classe média negra em número significativo", diz.

Branços

O grupo étnico com mais representantes entre os formandos é o de brancos -eles são 54% da população e 80% dos estudantes que fizeram o provão.

Um dos dados que mais chamam a atenção é a participação da população que se diz amarela (de origem asiática). Apesar de representar apenas 0,5% da população, o número de pessoas dessa raça supera o de negros entre os formandos, chegando a representar 2,6% do total.

Em alguns cursos, como em medicina, o número de amarelos é três vezes maior do que o de negros. No Brasil, há 11 negros para cada pessoa de origem asiática.

Para o pesquisador do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) Sergei Soares, autor de um estudo sobre discriminação no mercado de trabalho, o bom desempenho dos estudantes de cor amarela nessa estatística não é uma peculiaridade apenas da sociedade brasileira. "Esse desempenho tem raízes culturais e é encontrado em quase todo mundo", afirma Soares.

Yvonne Maggie, antropóloga da UFRJ, concorda: "Há até países que estabeleceram um limite para a presença dos estudantes de origem asiática na universidade para privilegiar outras minorias".

[T02B2] 05/04/2001 - 17h06 - Lei da reserva de vagas na Uerj e Uenf entra em vigor, da Folha Online

A lei da reserva de vagas para ex-alunos de escolas públicas no vestibular das universidades estaduais do Rio de Janeiro entra em vigor hoje, com modificações no projeto original do governador Anthony Garotinho.

A nova regra para o ingresso na Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e Uenf (Universidade Estadual do Norte Fluminense) estabelece que 50% das vagas devem ser preenchidas por estudantes egressos do ensino público.

Os deputados estaduais aprovaram a lei ontem, derrubando dois vetos de Garotinho contra alterações que a própria Assembléia Legislativa tinha feito na proposta inicial.

O primeiro deles permitiria que os alunos apenas o ensino médio cursado na rede pública pudessem ter o benefício. Com a derrubada do veto, só aqueles que cursaram todos os 11 anos de ensino fundamental e médio em escolas públicas poderão entrar na cota dos 50%.

O outro artigo vetado é o que obrigava esses estudantes a pagar a inscrição no vestibular. Agora, quem entrar na cota estará isento da taxa.

A aprovação final do projeto foi acompanhada ontem na assembléia por um grupo de jovens ligados a entidades estudantis como UNE e Ubes, favoráveis à medida.

Apesar da lei das cotas já estar em vigor, a Uerj ainda não estabeleceu nas regras do vestibular o modo como a separação dos alunos será feita.

As inscrições para a primeira fase do vestibular, o exame de qualificação, já terminaram. É provável que os alunos que quiserem se beneficiar da reserva tenham de entregar novos dados na inscrição para a segunda etapa, o exame discursivo.

Quando a lei foi aprovada em primeira tramitação, no ano passado, a reitoria da universidade emitiu um comunicado criticando a medida.

[T03B2] 05/07/2001 - Negros querem reparos pela escravidão - FERNANDA DA ESCÓSSIA E CRISTIAN KLEIN – DA SUCURSAL DO RIO

O movimento negro brasileiro vai aproveitar a Conferência Nacional contra o Racismo e a Intolerância, de amanhã a domingo, no Rio, para cobrar do governo federal a compensação pelos anos de escravidão no país.

Os ativistas exigem o reconhecimento dos danos causados e a implantação de políticas de ação afirmativa -programas capazes de compensar, com incentivos especiais, a desigualdade vivida pelos negros no Brasil.

O evento é preparatório para a 3ª Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, de 31 de agosto a 7 de setembro, na África do Sul.

No Rio, serão definidas as bases do documento que o Brasil levará à conferência da ONU, a partir do debate entre governo e membros de grupos afetados pela discriminação, como negros, mulheres, homossexuais, índios e judeus.

O encontro será o principal palco nacional para o debate da política de compensações, uma polêmica mundial que estará presente no encontro das Nações Unidas. Países africanos e asiáticos em desenvolvimento cobram de países ricos uma reparação pela escravidão, mas de formas variadas. Os judeus, por exemplo, já receberam indenizações em dinheiro por causa do Holocausto.

"Países africanos querem o perdão da dívida externa. Nos EUA, os afro-descendentes falam em indenização financeira. No Brasil, não queremos indenizações individuais, mas políticas reparadoras da desigualdade", afirma Ivanir dos Santos, diretor do Ceap (Centro de Articulação de Populações Marginalizadas) e representante dos negros na comissão executiva do encontro nacional.

O movimento negro quer recursos específicos para projetos envolvendo a população negra, além de políticas que incluam desde a separação de cotas no ensino público até a valorização de empresas que tenham mais negros como funcionários. "Vamos exigir também um discurso unificado do governo brasileiro, que ora reconhece a existência de racismo, ora ignora o assunto", diz Santos.

Para o economista e antropólogo Jacques D'Adesky, do Centro de Estudos das Américas da Universidade Cândido Mendes, o debate sobre as compensações está somente no começo. Na sua avaliação, será difícil obter um acordo de reparação histórica, porque isso envolveria uma questão política internacional. "Quem teria de pagar: Portugal, o Brasil ou reinos africanos já extintos? A política de ação afirmativa é mais atingível a curto prazo."

Desigualdade

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a taxa de analfabetismo é de 17,2% no país. Entre brancos é de 10,6%, mas sobe para 25,2% entre pardos e 28,7% entre negros. Em 1998, o rendimento médio era de 5,6 salários mínimos entre brancos, mais que o dobro do rendimento de pardos (2,61) e negros (2,71).

Mesmo quando estudam mais, negros e pardos têm mais dificuldade de aumentar os salários, diz o IBGE. Para cada ano de estudo a mais, brancos elevam a renda em 1,25 salário mínimo. Já a renda de negros e pardos cresce 0,53 salário para cada ano a mais de estudo.

O embaixador Gilberto Vergne Saboia, secretário de Estado de Direitos Humanos e presidente do comitê preparatório da posição brasileira para a conferência da ONU, diz que o governo reconhece a desigualdade racial e tem adotado políticas universalistas de melhoria das condições de vida da nação, o que, conseqüentemente, beneficia negros e pardos.

Saboia diz que, embora não haja política ampla de ação afirmativa, estão sendo implantadas experiências na área, como bolsas de estudo em universidades e acesso a crédito para comunidades negras. Ele também citou a revisão de currículos escolares para eliminar estereótipos de cunho racial.

Mas o embaixador considera complexa a reparação histórica. "O governo não tem um pronunciamento oficial sobre isso. Não há dúvida de que houve uma enorme injustiça, mas seria complexo quantificar e individualizar a eventual reparação. O que se pensa é numa compensação através de políticas de inclusão."

[T04B2] 22/08/2001 – 14h19 - Delegação brasileira quer cotas para negros nas universidades - FERNANDA DA ESCÓSSIA - da Folha de S.Paulo, no Rio

O documento oficial que o Brasil levará à Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, em Durban, na África do Sul, propõe a adoção de cotas ou outras medidas afirmativas para garantir o acesso de negros às universidades públicas brasileiras.

A inclusão da política de cotas é, na prática, uma derrota do Ministério da Educação, que participa do comitê brasileiro preparatório para a conferência e tem se posicionado contra a definição de cotas para os negros nas universidades -antiga reivindicação do movimento negro.

O relatório, a cujo teor a **Folha** teve acesso com exclusividade, não estabelece um percentual como cota. Setores do movimento negro defendem cotas de até 50% (implementadas gradualmente) para negros e seus descendentes.

O documento foi aprovado anteontem pelo comitê preparatório para a conferência da África do Sul - entre 31 de agosto e 7 de setembro. Será apresentado hoje ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

Esse comitê, criado no ano passado por decreto presidencial, reúne representantes do governo e da sociedade civil. É presidido pelo secretário de Estado de Direitos Humanos, embaixador Gilberto Vergne Saboia.

O comitê ficou incumbido de elaborar o documento oficial que o Brasil defenderá em Durban.

O relatório contém o diagnóstico da situação do racismo e da discriminação no Brasil, lista medidas já adotadas pelo governo brasileiro e propõe novas medidas de combate ao problema.

Isso não significa, porém, que todas as propostas contidas no documento serão implementadas pelo governo brasileiro. É um documento de orientação de políticas para os órgãos executivos responsáveis, mas não tem poder deliberativo. É mais um instrumento de pressão para superar as resistências dentro do próprio governo a muitos pontos -como a questão das cotas nas universidades públicas.

Outra proposta do documento é a recomendação para que o Estado brasileiro reconheça que a escravidão de africanos e indígenas, o tráfico transatlântico de escravos e a marginalização de seus descendentes configuraram violações aos direitos humanos fundamentais.

O documento não fala em obrigatoriedade de reparação pecuniária para os descendentes de indígenas e negros. Propõe "medidas reparatórias" por meio de políticas públicas de superação da desigualdade.

Outra recomendação é a alteração do artigo 61 do Código Penal brasileiro, para incluir, entre os agravantes de crimes, o racismo, a xenofobia e formas correlatas de intolerância.

Outra proposta, destinada a combater a discriminação racial no trabalho, é a alteração dos critérios de desempate em licitações públicas. Hoje, quando há empate entre duas empresas concorrentes, a escolha se dá por sorteio. O relatório propõe que seja considerada vitoriosa a empresa que tiver mais negros, homossexuais e mulheres distribuídos verticalmente em seus quadros -ou seja, em diversos níveis de hierarquia.

Ivanir dos Santos, diretor do Ceap (Centro de Articulação de Populações Marginalizadas) e um dos representantes do movimento negro no comitê, disse que o documento brasileiro é avançado. Para Santos, a expressão "ou outras medidas afirmativas", incluída no parágrafo que fala de cotas, não pode servir como válvula de escape para que o Ministério da Educação continue se negando a facilitar o acesso de negros às universidades públicas.

"As propostas desse documento precisam ser implementadas. Ficaré difícil para o Brasil defender esse documento em Durban e não tomar medidas concretas internamente", afirmou Santos.

A base para a elaboração do relatório brasileiro foram as propostas apresentadas na Conferência Nacional contra o Racismo, realizada em julho, no Rio.

Outras seções do documento trazem recomendações para combater a discriminação contra portadores de deficiência.

Membros do comitê chegaram a propor a criação de uma espécie de observatório para pressionar os órgãos do governo pela implementação efetiva do relatório. Uma proposta ainda em análise é a criação de um conselho nacional de combate ao racismo.

[T05B2] 05/09/2001 - 03h52 - União Européia ameaça deixar Conferência da ONU contra o Racismo -FERNANDA DA ESCÓSSIA - da Folha de S. Paulo, em Durban

Os países africanos apresentaram na Conferência da ONU contra o Racismo, em Durban (África do Sul), um documento exigindo um pedido de desculpas dos países que praticaram ou se beneficiaram da escravidão, do tráfico escravo e do colonialismo.

O novo documento exige que o colonialismo, a escravidão e o tráfico sejam considerados crimes contra a humanidade. O texto foi apresentado no grupo informal montado para discutir o tema das reparações, coordenado pelo Brasil e pelo Quênia.

Com isso, ontem foi a União Européia (UE) que ameaçou abandonar a conferência -o que seria o fracasso definitivo do encontro, que acaba sexta-feira.

Anteontem, os EUA e Israel retiraram suas delegações de Durban por não concordarem com documentos que acusam os israelenses de genocídio contra os palestinos.

O grupo de países da Europa ocidental informou que tem de haver consenso para um novo texto sobre a escravidão e que sua decisão sobre ficar ou sair será anunciada junto com mais 13 países candidatos a integrar a UE.

Impasse

Ontem de manhã, no grupo que discute o texto do programa de ação da conferência, houve um momento de impasse: os delegados europeus ameaçaram uma saída conjunta do plenário quando o presidente do grupo, o delegado da Zâmbia, deu por aprovado o parágrafo 201.

Esse parágrafo pede aos Estados que tomem medidas para aliviar desigualdades que ainda persistem por causa do "legado vergonhoso da escravidão".

Foi preciso, segundo o relato de um membro da delegação brasileira, que entrasse em ação a "turma do deixa-disso" (o Brasil aí incluído), argumentando que houvera um engano metodológico e que o parágrafo 201 não deveria ser discutido no grupo grande, mas no grupo informal.

Um delegado do Reino Unido disse não acreditar no erro metodológico, mas sim num ato de má-fé para fazer aprovar no plenário um parágrafo frontalmente contrário à posição dos europeus.

O mesmo diplomata, que pediu para não ser identificado, afirmou que estão ficando "insuportáveis" as exigências dos africanos.

Mais do que a escravidão e o tráfico de escravos, o problema é a definição de colonialismo como crime contra a humanidade. Os países europeus alegam que sua presença nas colônias era algo estimulado pela legislação da época.

Para os europeus, também é inaceitável um pedido de desculpas com a identificação dos culpados -o que poderia acarretar problemas judiciais.

No grupo informal para discutir as reparações, coordenado pelo embaixador brasileiro Gilberto Saboia, os europeus assumiram uma postura ainda mais defensiva depois do documento africano (que tem também o apoio dos países asiáticos).

Um diplomata brasileiro disse à **Folha** que, caso os europeus deixem Durban, não haverá sentido em manter a conferência, porque restará somente o grupo de 77 países em desenvolvimento.

A proposta brasileira é por uma expressão genérica, senão de desculpas, de lamento pelos fatos do passado, mas sem nomear culpados. Na mesma linha, considera que a escravidão e o tráfico de escravos seriam crimes contra a humanidade, caso ocorressem hoje.

Por fim, na questão do colonialismo, evita a qualificação direta como crime contra a humanidade e propõe falar de crimes ocorridos no bojo da ação colonialista.

Manifestação

Cerca de 150 integrantes da delegação brasileira fizeram ontem uma manifestação no centro de convenções onde acontece a conferência, pedindo cotas nas universidades públicas para negros, políticas de ação afirmativa e reparações pela escravidão.

Entre os participantes estavam membros da delegação convidada pelo governo federal, como a vice-governadora do Rio, Benedita da Silva (PT)

Índios brasileiros também participaram do protesto, que durou uma hora. O ator negro americano Danny Glover compareceu à manifestação.

[T06B2] 13/09/2001 - 12h13 - RESUMÃO-ATUALIDADES: A conferência da intolerância - ROBERTO CANDELORI - especial para a Folha de S.Paulo

Encerrou-se no último sábado a Conferência contra o Racismo, a Discriminação, a Xenofobia e a Intolerância, realizada em Durban, África do Sul. Participaram mais de 170 países com o objetivo de fazer um diagnóstico das formas contemporâneas de discriminação racial, étnica, de gênero, religiosa e/ou contra imigrantes. Buscavam-se estratégias para promover a igualdade, obtendo dos governos o compromisso de providenciar recursos e aplicar políticas de combate à discriminação. São ações recomendadas pela ONU, mas não possuem caráter obrigatório.

A conferência pareceu, em determinados momentos, um acerto de contas histórico. Países africanos tentavam levar adiante a proposta de reparação pelos abusos da escravidão. EUA e Israel abandonaram a conferência, alegando que o fórum se transformou numa tribuna para condenar a política israelense no Oriente Médio. Amparados pelos países árabes, os palestinos acusavam Israel de promover um novo apartheid. Membros da União Européia ameaçaram deixar o encontro.

Em meio às acaloradas discussões, a delegação do Brasil levou à conferência propostas sobre a realidade de negros, índios e homossexuais. Um dos pontos centrais era a defesa do sistema de cotas, como uma forma de "discriminação positiva", que asseguraria aos negros brasileiros 20% das vagas

nas universidades públicas. Tema polêmico, a política de cotas foi rejeitada pelo governo, que propõe alternativas de "ações afirmativas", como a que cria cursos pré-vestibulares dirigidos aos negros.

Foram nove dias de intensos debates. Duas questões ocuparam o centro das discussões: a escravidão e o Oriente Médio. No documento final, a escravidão e o tráfico de escravos foram considerados crimes contra a humanidade, mas sem direito às reparações inicialmente pretendidas. A conferência reconheceu o drama do povo palestino, mas se recusou a classificar o sionismo como forma de racismo.

Marcado pela intransigência, o encontro revelou as contradições de um fórum pouco tolerante. Entre ameaças de abandono e radicalismos, finalmente foi aprovada a Declaração de Durban. Em muitos, ficou um sentimento de decepção e de fracasso. O fato é que a conferência marca o início de uma longa discussão. Escravidão, violência étnica e intolerância, entre outras, são as difíceis questões dessa pauta.

[T07B2] 28/09/2001 - Uerj irá financiar projetos que combatam a desigualdade racial - FERNANDA DA ESCÓSSIA - DA SUCURSAL DO RIO

Em meio ao debate nacional sobre reserva de vagas para negros nas universidades públicas brasileiras, a Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) lança segunda-feira um concurso para incentivar a presença de negros no ensino superior.

Conduzido pelo Laboratório de Políticas Públicas da Uerj, o programa "Políticas da Cor" recebeu uma verba de US\$ 1,3 milhão da Fundação Ford para financiar projetos nesse sentido. Só o concurso "Cor no Ensino Superior" dispõe de R\$ 2,5 milhões para financiar até 40 projetos. Serão realizados também seminários e pesquisas sobre o assunto. O concurso não irá distribuir bolsas para negros, mas financiar projetos que facilitem o acesso e a permanência de estudantes carentes - prioritariamente negros e seus descendentes- nas universidades.

Como a Folha revelou em janeiro deste ano, a universidade brasileira é um retrato da desigualdade racial no país: os negros eram apenas 2,2% dos formandos de 18 cursos superiores avaliados pelo MEC no provão de 2000.

Em 1999, segundo o IBGE, os negros representavam 5,4% da população. Os pardos (39,9% da população) representavam só 13,5% dos formandos dos 18 cursos avaliados no provão de 2000. "A universidade precisa de políticas afirmativas como forma de combater a desigualdade social e racial. Esse projeto é de caráter social evidente", diz o sociólogo Emir Sader, coordenador do Laboratório de Políticas Públicas.

Podem concorrer outras universidades, sindicatos, ONGs, secretarias estaduais e municipais. Um exemplo de projeto nessa área são os cursinhos pré-vestibulares de reforço escolar para negros e carentes.

"A universidade tem de usar o conhecimento para combater a desigualdade social", diz Pablo Gentili, coordenador do "Políticas da Cor".

Setores do movimento negro brasileiro reivindicam até 40% das vagas do ensino público, alegando que é preciso facilitar o acesso desse grupo, historicamente discriminado. O Ministério da Educação tem se posicionado contra as cotas.

[T08B2] 01/10/2001 - 19h04 - Uerj lança projeto de apoio ao negro na universidade - FERNANDA DA ESCÓSSIA - da Folha de S. Paulo, no Rio

As universidades brasileiras precisam de políticas de ação afirmativa, com uma ampla campanha de esclarecimento sobre o assunto, para combater a desigualdade entre brancos e negros no ensino superior.

Esse foi o tom do debate no lançamento do concurso Cor no Ensino Superior, hoje, no Laboratório de Políticas Públicas da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

Para os especialistas presentes, a idéia de uma cota para negros esbarrará na oposição da comunidade acadêmica, caso não haja um debate que envolva toda a população.

Pesquisa feita pelo Laboratório de Políticas Públicas entre estudantes da Uerj revelou que 57,4% dos alunos não concordam com a idéia de projetos específicos para garantir o acesso dos negros ao ensino superior.

"Só uma política séria de ação afirmativa, ou discriminação positiva, vai combater o problema da discriminação. Eu até acho que não adianta só lançar a idéia de uma cota para negros de forma isolada, sem discutir o assunto", afirma Pablo Gentili, um dos coordenadores do programa Políticas da Cor na Educação Brasileira, que lançou o concurso.

"Não basta garantir o ingresso dos negros com uma cota sem garantir a permanência deles no ensino superior. As pessoas precisam de esclarecimentos, ou vão acabar vendo a ação afirmativa como uma ameaça", afirma Maria Alice Rezende, também coordenadora do projeto.

"A princípio, até sou a favor das cotas. Mas prefiro falar em metas: as universidades têm de estabelecer como objetivo a inclusão da população negra", afirma Antônio Sérgio Guimarães, membro da Comissão Permanente de Políticas Públicas para a População Negra da USP.

O concurso Cor no Ensino Superior, com US\$ 1,3 milhão de verbas da Fundação Ford, vai financiar 40 projetos que incentivem a presença de estudantes carentes -prioritariamente negros- no ensino superior.

Não serão distribuídas bolsas para negros. A idéia é bancar projetos _de todo o Brasil_ apresentados por outras entidades, como ONGs, órgãos governamentais e universidades.

Mais informações pelo telefone 0/xx/21/2565-7569 ou nos sites www.politicasdacor.net e www.lpp-uerj.net.

[T09B2] 09/10/2001 - Deputados aprovam reserva de vaga para negros em faculdades do Rio - FERNANDA DA ESCÓSSIA - da Folha de S.Paulo, no Rio

Em meio ao debate nacional sobre cotas para negros no ensino superior, a Assembléia Legislativa do Estado do Rio aprovou hoje projeto de lei reservando 40% das vagas nas universidades públicas estaduais para negros e pardos.

O autor do projeto, José Amorim (PPB), disse que a cota de 40% foi estabelecida com base na representatividade de negros e pardos na população fluminense, que juntos somavam, em 1999, 38,2% dos habitantes do Estado, segundo o IBGE.

"É uma forma de combater a desigualdade racial", afirma Amorim, 67. O deputado _que se define como "moreno" ou pardo_ não tem o movimento negro em sua base eleitoral. Militantes negros ouvidos pela **Folha** nem sabiam que o projeto estava sendo votado hoje.

Amorim disse que se inspirou no projeto do senador José Sarney, em tramitação no Senado, propondo cotas de 20% para negros em concursos para empregos públicos, nas universidades e no crédito estudantil.

A discussão sobre uma cota para negros no ensino superior se fortaleceu durante a preparação para a Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, realizada no mês passado na África do Sul. O documento brasileiro levado à conferência propunha uma cota para negros, mas a medida não tem o apoio do Ministério da Educação.

O MEC tem um projeto de US\$ 9 milhões para financiar programas de reforço escolar para estudantes carentes, principalmente negros e indígenas. Estuda também critérios para dar prioridade ao acesso de negros ao programa de crédito estudantil.

Regulamentação

Para que o projeto aprovado hoje no Rio vire lei, falta ainda a sanção do governador Anthony Garotinho (PSB). Tanto o autor do projeto, José Amorim, como o autor da emenda aprovada, Eduardo Cunha, são do PPB e integram a base governista.

Precisa ainda de regulamentação, para estabelecer, por exemplo, como será definida a cor do estudante. O autor do projeto propõe que a inscrição no vestibular traga uma pergunta sobre cor.

Este ano, já foi aprovada pela Assembléia a Lei 3.524/200, que reserva 50% das vagas das universidades estaduais para alunos vindos de escola pública. Essa lei começará a ser aplicada no vestibular do ano que vem, modificando o perfil dos alunos a partir de 2003.

A regulamentação também deverá esclarecer a forma de combinar a cota para negros e pardos com a cota para alunos de escolas públicas. Para evitar que houvesse uma soma simples _o que implicaria a reserva de 90% das vagas_, o projeto foi aprovado com uma emenda determinando que na cota de 40% ficam incluídos negros e pardos beneficiados pela Lei 3.524/2000.

Há, porém, divergências de entendimento: para o autor do projeto, os 40% podem estar totalmente dentro dos 50% reservados para a escola pública. Ou distribuídos, por exemplo, com 30% de estudantes da escola pública e 10% da escola privada.

Para o autor da emenda, Eduardo Cunha, esses 40% teriam de ser aplicados igualmente tanto aos 50% reservados para a escola pública como para a metade restante das vagas. Com isso, 70% das vagas das universidades públicas estaduais do Rio estariam atreladas a cotas.

Se o projeto for sancionado por Garotinho, entrará em vigor. A regulamentação terá de ser feita num prazo de 30 dias pela Secretaria de Ciência e Tecnologia, à qual são ligadas as duas universidades públicas estaduais, a Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e a Uenf (Universidade do Norte Fluminense).

[T10B2] 26/11/2001 - 14h32 - Indígenas terão cotas nas universidades estaduais do Paraná - da Folha Online

As universidades estaduais do Paraná terão que passar a oferecer vagas exclusivas que serão disputadas exclusivamente por indígenas. A resolução, assinada pelo Governo Estadual, determina a garantia de três vagas em cada instituição.

O acordo foi assinado na última sexta-feira (23) pelo governador do Estado, Jaime Lerner, pelas secretarias estaduais da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Justiça e Cidadania e as universidades.

Atualmente, o Paraná tem 2.500 alunos indígenas matriculados em níveis escolares que vão das pré-escolas ao ensino médio, sendo que cerca de 90 indígenas estão concluindo o ensino médio; a regulamentação da lei garante, inicialmente, um total de 15 vagas por ano, estaduais a serem disputadas pelos indígenas.

Os índios que concluíram o ensino médio poderão se inscrever em qualquer curso das cinco universidades estaduais: Londrina (UEL), Maringá (UEM), Oeste (Unioeste), Ponta Grossa (UEPG) ou Centro-Oeste (Unicentro).

De acordo com a Secretarias Estaduais da Ciência, Tecnologia, o processo seletivo será específico, separados dos outros candidatos. A data do concurso e o local das provas ainda não foram definidos.

A primeira seleção será realizada para ingresso nas universidades já em 2002. Poderão concorrer candidatos índios, pertencentes às comunidades indígenas paranaenses, que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e que ainda não possuam curso superior.

[T11B2] 16/12/2001 - 11h11 - Cota para negro em universidades esbarra em falta de critérios - ROBERTO COSSO - da Folha de S.Paulo, em Brasília

O governo federal começou a pôr em vigor cotas para negros nos ministérios, mas não estabeleceu critérios objetivos que permitam a identificação das pessoas aptas a preenchê-las.

Em 4 de setembro de 2001, o ministro Raul Jungmann (Desenvolvimento Agrário) assinou a portaria nº 202, que cria uma cota de 20% para negros "na estrutura institucional" do ministério e do Incra (Instituto de Colonização e Reforma Agrária).

Ele também pede às empresas terceirizadas e aos organismos internacionais que prestam consultoria ao ministério e ao Incra que contratem 20% de negros.

Na próxima quarta-feira, o ministro Aloysio Nunes Ferreira (Justiça) irá assinar uma portaria que estabelece uma meta de 20% para afrodescendentes e de 20% para mulheres no ministério e nas empresas terceirizadas.

Nos dois casos, são consideradas negras ou afrodescendentes as pessoas que se declaram como tal. Não existe, porém, critério para aferir a informação.

Segundo a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 1999, apenas 5,4% da população brasileira é preta; 39,9% são pardos e 54%, brancos.

Jungmann diz que o seu decreto só vale para pessoas negras e não abrange as pardas. Questionado sobre o fato de apenas 5,4% da população ser considerada preta pelo IBGE, ele diz: "Se esses dados estiverem corretos, precisamos repensar a nossa política".

O ministro confirma que não existem critérios para avaliar se uma pessoa é ou não negra. Diz que, até hoje, o ministério aceitou o que foi declarado pelas pessoas. "Vamos precisar criar uma comissão para avaliar essa questão", afirma Jungmann. De acordo com o decreto que assinou, o ministério terá 30% de negros até o final de 2003.

Resultados

Pouco mais de três meses após a assinatura do decreto, oito pessoas da raça negra conseguiram emprego na estrutura do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Seis foram contratadas por uma empresa terceirizada do ministério, que fornece 30 funcionários para realização de "serviços gerais". Elas foram selecionadas por meio de fotos incluídas nas fichas de candidatos às vagas.

A recepcionista Ana Beatriz Pereira Araújo, 26, foi uma das selecionadas. Ela afirma já ter sido vítima de preconceito em tentativas de arrumar emprego.

"Gostei da medida que criou as cotas porque ela dá oportunidade para pessoas da cor negra ingressarem no serviço público. Acho que se não fosse a cota, eu não trabalharia aqui."

Outras duas pessoas negras foram nomeadas em cargos de confiança -uma no ministério e outra no Incra.

A professora Zélia Amador de Deus, 50, do Departamento de Arte da Universidade Federal do Pará, foi contratada como assessora para implementação das políticas de ação afirmativa para a população negra.

"Dados do IBGE demonstram que a pobreza e a indigência estão concentradas na população negra brasileira, que tem desvantagem em todos os indicadores sociais", diz Zélia, que defende a adoção de cotas por todos os ministérios.

O ministro Jungmann, que se define "pardo", afirma que a cota só vale para os contratos de terceirização assinados após o decreto. "Não queremos incentivar o desemprego da população branca."

ANO 2002 – SIM ÀS COTAS

[T12B2] 05/03/2002 - 13h35 - Governo do Rio define cotas para negros em universidades - da Folha Online

O governo do Rio de Janeiro definiu hoje as regras sobre as cotas para negros nas universidades estaduais.

De acordo com decreto do governador Anthony Garotinho, publicado hoje no "Diário Oficial" do Estado, os negros e pardos terão direito a 40% das vagas relativas aos cursos de graduação oferecidas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Os critérios mínimos de qualificação para o acesso aos cursos serão determinados pelas universidades.

Por meio do decreto 30.766 também ficou estabelecida a criação do Conselho para a Promoção Educacional Superior das Populações Negra e Parda (Copesnep).

Além de acompanhar o desempenho dos estudantes negros e pardos nos exames seletivos para o ingresso nas instituições de ensino superior do Estado, o Copesnep ficará encarregado de propor a criação de medidas que estimulem outras instituições a adotar o sistema de cotas de vagas para esses grupos, promover a igualdade de oportunidades entre os diversos grupos étnicos e combater a discriminação.

[T13B2] 11/03/2002 - 12h34 - Rio de Janeiro terá cotas para negros em universidades - da Folha de S.Paulo

O governo do Rio de Janeiro definiu na semana passada as regras sobre as cotas para negros nas universidades estaduais.

De acordo com o decreto do governador Anthony Garotinho, negros e pardos terão direito a 40% das vagas relativas aos cursos de graduação oferecidas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Os critérios mínimos de qualificação para o acesso aos cursos serão determinados pelas universidades.

O decreto também estabeleceu a criação de um órgão para acompanhar o desempenho dos estudantes negros e pardos nos exames seletivos para o ingresso nas faculdades do Estado e para propor medidas que estimulem outras instituições a adotar o sistema de cotas.

[T14B2] 12/03/2002 - Senado vota projeto que beneficia negros nas universidades - da Folha Online

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) anunciou que entregou, na tarde de hoje, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), seu relatório sobre o projeto do senador José Sarney (PMDB-AP) que cria cotas de vagas para negros nas universidades públicas e em cargos públicos.

Rocha destacou que apresentou o relatório fiel ao projeto, com alterações simples, como a substituição da expressão "negro" por "afro-brasileiro". O senador disse esperar que a proposição seja votada amanhã pela CCJ.

[T15B2] 21/03/2002 - 10h36 - Universidade de SP terá cotas para negros – IURI DANTAS - da Folha de S.Paulo

A cidade de São Paulo terá, em 2003, seu primeiro curso superior com cotas para negros. A faculdade de administração da futura Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares realizará sua primeira aula, no dia 13 de maio (abolição da escravidão), com 100 alunos, 40 deles negros.

O projeto foi elaborado pelo Instituto Afro-Brasileiro, que será inaugurado oficialmente hoje, como requisito para constituição da universidade. Através de parceria com Nossa Caixa, BCP e consulados

americano, uruguaio e sul-africano em São Paulo, foram gastos cerca de R\$ 500 mil na elaboração do projeto pedagógico e das plantas para a futura sede.

O instituto aguarda doação de um terreno pelo governo do Estado. A primeira tentativa, uma escola abandonada na região do Ipiranga, foi descartada porque a Secretaria da Educação voltou a utilizar o prédio no final de 2001.

O projeto começará a sair do papel daqui a dois meses, quando o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, recebe o projeto pedagógico. É esperada a autorização da Secretaria de Ensino Superior em novembro.

O corpo de professores já foi definido e conta com uma equipe de 32 pessoas, sendo 25 doutores e nove mestres. Além das aulas na faculdade, eles serão incumbidos de realizar pesquisas na área de discriminação racial. O objetivo é produzir literatura e dados técnicos sobre o assunto no Brasil, que venham a servir como referência para estudos em outros países.

Grade curricular

Além das aulas relativas à graduação em administração de empresas, os alunos também terão disciplinas sobre o movimento negro e a discriminação racial. Segundo José Vicente, 42, presidente do Instituto Afro-Brasileiro, a escolha do curso se deu porque "os negros precisam aprender a lidar com o dinheiro nas empresas". Como a carreira é muito concorrida em outros vestibulares, ele espera atender a demanda de negros por esse conhecimento.

O conteúdo das aulas deve debater a inserção do negro na sociedade brasileira. "Não há suporte ou estrutura onde esse tema seja tratado no Brasil. Não se aprende isso em nenhum livro, do pré-primário à pós-graduação."

O próximo passo na construção da Universidade Zumbi dos Palmares será a oferta de cursos de formação de professores, que terão aulas de como transmitir a questão racial a futuros alunos.

Antes de ingressar na faculdade, além do vestibular, os alunos terão de preencher um questionário socioeconômico. A cota será estabelecida de acordo com a renda familiar e a cor do candidato.

Para definição, será utilizado o mesmo critério do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística): cada futuro aluno dirá se se considera branco, negro, pardo, amarelo ou indígena.

Desconto

A faculdade não será gratuita. Segundo cálculos feitos pelo instituto, o preço da mensalidade deve girar em torno de R\$ 240. A proposta atual é que pelo menos a metade dos alunos carentes ou negros tenha direito a um desconto de até 50%. "O valor final, de R\$ 120, é extremamente acessível para o público que queremos atingir", disse José Vicente.

A implantação de cotas para negros nas universidades é defendida por Vicente com ressalvas. "A cota deveria ser uma das vertentes no bojo de uma série de medidas socioeconômicas", afirmou.

[T16B2] 16/04/2002 - 16h27 - Senado vota projeto que prevê cotas para negros nas universidades - da Folha Online

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado vota nesta quarta-feira, em caráter terminativo, o projeto de lei, de autoria do senador José Sarney (PMDB/AP), que estabelece cotas para negros nas universidades públicas.

O comunicado foi feito nesta tarde, em plenário, pelo relator da matéria, senador Sebastião Rocha (PDT/AP).

[T17B2] 17/04/2002- 12h15 - Senado aprova cotas para negros em universidades - da Folha Online

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou nesta manhã, em decisão

terminativa, o projeto que cria cotas para a população brasileira de negros no acesso a universidades, cargos e empregos públicos e para os contratos do Fies (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior). O projeto é de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP)

A proposta fixa uma cota mínima de 20% dessas vagas para os candidatos negros que atinjam a qualificação exigida para o ingresso no serviço público, em instituições oficiais de ensino superior e nos contratos de financiamento estudantil.

A decisão da comissão, se não houver recurso para votação em plenário, seguirá direto para votação na Câmara dos Deputados.

[T18B2] 20/04/2002 - 15h33 - Comissão do Senado aprova cotas para universitários negros - da Folha Online

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou cotas de no mínimo 20% para a população negra em universidades e cargos públicos. "Transformamos esse projeto em ações afirmativas. E a cota pode ser ainda maior, principalmente nos Estados onde a população negra é mais elevada", afirmou o relator do projeto, senador Sebastião Rocha (PDT-AP).

Para o senador, estipular cotas específicas para a população negra não é discriminação. "Conversei com entidades especialistas na cultura negra. Eles foram favoráveis ao projeto e o apoiaram unanimemente. Se há algum tipo de discriminação, ela é positiva". O senador explicou que o candidato negro terá duas chances, uma no critério normal e outra no sistema de cotas.

"Se houver um vestibular com 100 vagas para determinado curso, 20 delas serão para os negros. Caso um deles tire uma excelente nota e fique entre os 80 primeiros colocados, ele não ocupará a vaga destinada à cota. Mas se ele não tirar uma nota suficiente para isso, passará a concorrer às 20 vagas". O projeto de autoria do senador José Sarney (PMDB- AP) será votado de forma definitiva na próxima quarta-feira, e será encaminhado para a Câmara, por ser um projeto terminativo do Senado.

[T19B2] 23/05/2002 - 08h33 - SP terá universidade com reserva para negros no ano que vem - da Folha de S.Paulo

Começará a funcionar em 2003 na cidade de São Paulo a Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, a primeira no Estado a ter reserva de vagas para estudantes negros. A instituição vai iniciar as atividades com os cursos de formação de professores e de administração de empresas.

A iniciativa é do Instituto Afro-Brasileiro de Desenvolvimento Educacional, ligado à Afrobrás _ONG de incentivo a inserção do jovem afrodescendente no ensino superior.

O prédio onde inicialmente funcionará a instituição será doado pelo Estado, assim como a área onde será construído o futuro campus. "Pretendemos ampliar o número de cursos, e precisaremos de um grande terreno para abrigar o campus", diz o presidente do instituto, José Vicente.

Segundo ele, a aula inaugural será dada pelo secretário-geral da ONU, Kofi Annan.

Vicente afirma que as disciplinas a serem oferecidas estarão relacionadas à questão racial. "Mesmo nas matérias de exatas, será dado grande enfoque a essa problemática. Será a primeira universidade da América Latina com essas características."

[T20B2] 23/05/2002 - 08h25 - ONGs e instituições de SP oferecem bolsas a estudantes negros - da Folha de S.Paulo

Mesmo sem a reserva de vagas para estudantes negros nas universidades do Estado de São Paulo, vários programas de ONGs concedem bolsas de estudos para afrodescendentes.

O cursinho comunitário Educafro possui convênio com 17 universidades particulares no Estado. Segundo o fundador da entidade, frei David Santos, 850 bolsas foram concedidas desde 1997 para

alunos negros. Os beneficiados são indicados pela Educafro e devem, em troca, ser voluntários em cursinhos comunitários.

A Afrobrás é outro exemplo de ONG que também tem convênio com universidades particulares de São Paulo. Cerca de 300 bolsas, sendo 70% delas integrais, já foram distribuídas por 12 instituições.

O Projeto Geração 21, uma parceria do BankBoston e da ONG Geledes, atende hoje 21 jovens, acompanhando a vida escolar dos estudantes desde a 8ª série do ensino fundamental até a conclusão da graduação. "O alcance é pequeno, mas o objetivo é produzir uma experiência que sirva de referência", afirma Maria Aparecida da Silva, da Geledes.

[T21B2] 23/05/2002 - 08h06 - Cota para negros em universidades será adotada neste ano no Rio - FÁBIO PORTO SILVA- da Folha de S.Paulo

Neste ano, chega ao vestibular a polêmica reserva de vagas para estudantes negros e pardos. Adotada até o momento apenas no Estado do Rio, a medida vai garantir que 40% dos estudantes que ingressem na Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e na Uenf (Universidade Estadual do Norte Fluminense) sejam de afrodescendentes.

Entre as outras iniciativas em andamento, a de maior alcance é o projeto de lei do senador José Sarney (PMDB-AP), que determina 20% de vagas para negros e pardos em todas as universidades públicas do país _municipais, estaduais e federais.

No Estado de São Paulo, a única proposta é a do deputado estadual Cândido Vaccarezza (PT), em trâmite na Assembléia e que prevê 50% de reserva de vagas para estudantes carentes nas instituições de ensino superior estaduais. Ambos os projetos devem ser votados ainda neste ano.

As universidades brasileiras, no entanto, têm autonomia para criar seus próprios programas de cotas. A UnB (Universidade de Brasília), por exemplo, pode ter reserva de 20% das vagas para negros já no vestibular do final deste ano.

O autor do projeto de cotas da instituição, o antropólogo José Jorge de Carvalho, considera que a academia tem responsabilidade na exclusão racial. "Há décadas que os professores universitários têm conhecimento de dados que mostram a difícil inserção do negro na sociedade e nada fizeram."

A questão suscita debates acalorados mesmo entre os próprios estudantes negros. "É uma iniciativa que abre a discussão para a questão do racismo", diz Johnny Brasiliense, 19, que é favorável às cotas e estuda no Cursinho da Poli. Já o estudante Franklin Machado, 20, seu colega de sala, é contra a proposta. "Isso pode gerar um novo tipo de preconceito. Sou a favor de cotas para carentes."

O argumento de Machado é muito comum na defesa de cotas para estudantes pobres e sem a diferenciação da cor. "E quem é carente e não é negro? Vai ter de competir com o negro que estuda em escola particular?", afirma Patrícia Tavares, 18, que vai fazer o vestibular da Uerj e diz que se sente discriminada pela instituição por não ser negra nem parda.

"Há a tendência de achar que o preconceito é social e não racial, mas a população branca pobre tem mais escolaridade que a população negra pobre", afirma a presidente da ONG Geledes, Maria Aparecida da Silva.

Determinar quem é negro, pardo e mestiço em um país como o Brasil é outro alvo de muita discussão. Para Sonia Wanderley, assessora da direção do Departamento de Seleção Acadêmica da Uerj, é impossível fazer essa distinção. "O critério a ser adotado aqui é o da autoclassificação."

Para o coordenador-executivo do Núcleo de Consciência Negra, José Adir, a possibilidade de alguém se assumir como pardo apenas para se beneficiar da reserva não é significativa. "A dimensão desse oportunismo é muito pequena. Não é isso que deve impedir a adoção de cotas."

[T22B2] 23/05/2002 - 08h40 - Cotas para promover a igualdade - EDNA ROLAND - da Folha de S.Paulo

Mais de 200 anos depois da Revolução Francesa, a idéia da igualdade continua a ser revolucionária, especialmente quando se trata de medidas concretas para realizá-la. Não chega a surpreender que as cotas para negros nas universidades venham causando tanta celeuma. Vejamos alguns argumentos utilizados:

1) Cotas para negros combatem uma injustiça com outra, pois suspendem o sistema de mérito do candidato.

O primeiro equívoco desse argumento é considerar que o atual vestibular tenha a capacidade de medir o "mérito do candidato". O que o vestibular mede é principalmente a qualidade do ensino oferecido aos candidatos e as suas condições de estudo e de vida. O vestibular mede principalmente o mérito do sistema escolar, das condições sociais e a desigualdade de oportunidades.

Todavia a proposta de cotas não abole a competição. O sistema de cotas estabelece que a competição deve se dar entre candidatos com igualdade de condições para que se possa medir o mérito dos estudantes, e não a diferença de oportunidades.

2) Cotas para negros são discriminatórias e ofensivas, pois os negros também são capazes e não precisam disso.

Os proponentes das cotas não têm nenhuma dúvida da capacidade dos negros e têm certeza de que o pequeno número de negros nas universidades deve-se não à incapacidade, mas às barreiras sociais concretas, que não são removidas espontaneamente. Em mais de cem anos no Brasil, temos menos negros na universidade do que na África do Sul sob o apartheid. Para acelerar o processo, são necessárias medidas especiais já previstas na Convenção Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, ratificada pelo Brasil desde 1968.

3) Como definir quem é negro no Brasil?

Exatamente como o IBGE faz: perguntando aos sujeitos.

4) As cotas vão resultar num rebaixamento dos padrões da universidade brasileira.

Pelo contrário, as cotas vão resultar num enriquecimento da universidade, que terá a oportunidade de conviver com a diversidade cultural e a criatividade de parcela significativa do povo brasileiro. Eventuais falhas de formação acadêmica deverão ser superadas com programas de acompanhamento. Ou será que os oponentes das cotas acreditam que os negros sejam cronicamente inviáveis?

Edna Roland é psicóloga, doutoranda do Programa de Psicologia Social da PUC-SP, presidente da Fala preta! Organização de Mulheres Negras e foi relatora-geral da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo

[T23B2] 25/05/2002 - 03h30 - Falta de verba ameaça sistema de cotas para negros - ANTÔNIO GOIS da Folha de S.Paulo, no Rio

A garantia de cotas para alunos da rede pública e para negros e pardos nas universidades estaduais do Rio depende, para valer no vestibular deste ano, de recursos que não foram liberados.

As duas leis foram aprovadas pela Assembléia Legislativa e homologadas no ano passado pelo então governador Anthony Garotinho (PSB). O Estado, no entanto, ainda não liberou os recursos necessários à criação de um sistema de avaliação dos candidatos ao benefício.

O secretário estadual de Ciência e Tecnologia, Ricardo Vialves, estima precisar de R\$ 1,5 milhão a R\$ 2,5 milhões para implementar a tempo o sistema.

Apesar da dificuldade financeira do Estado, Vialves diz acreditar que os recursos serão liberados a tempo. Nos próximos dias, ele deve se encontrar com a governadora Benedita da Silva (PT), que assumiu o governo no início de abril, para tratar do assunto.

Greve

O rendimento dos alunos da rede pública, beneficiados com a garantia de 50% das vagas na Uerj

(Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e Uenf (Universidade Estadual do Norte Fluminense), pode ser prejudicado neste ano.

A greve de 77 dias na rede pública de ensino, que terminou na semana passada, foi mais uma ducha de água fria no aluno que se prepara para o exame.

"Essa greve me atrapalhou muito. Sei que vai cair na prova da Uerj matérias que perdi e que dificilmente vou ter tempo de recuperar", afirmou Graziela Marcô Leandro, 18, estudante do terceiro ano do ensino médio da Escola Estadual Vicente Januzzi.

A Uerj, maior universidade estadual do Rio, deverá decidir na próxima semana se adia as datas do vestibular e já começa a se preparar para receber alunos com deficiências em disciplinas.

"Recebemos a lei da reserva de vagas sem que fosse feito um debate com a comunidade acadêmica. Mas temos que colocar em prática e receber os alunos de braços abertos, criando um sistema de apoio para identificar as falhas que eles trazem do ensino médio", disse o sub-reitor de graduação Isac João de Vasconcelos.

O secretário de Educação, William Campos, disse que, além da reposição de aulas, haverá um esforço redobrado de preparação para o vestibular. "É preciso fazer um trabalho de auto-estima para que os estudantes acreditem que são capazes de chegar lá."

O secretário afirma que organizará no período da Copa do Mundo uma série de aulas públicas de aprofundamento para o vestibular para alunos da rede estadual.

'Falsidade ideológica'

A tarefa mais difícil para o governo na implementação dos sistema que garante 50% das vagas para alunos da rede pública e 40% para negros e pardos será justamente cruzar essas duas leis e garantir que não haja fraudes.

Para isso, a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia incluirá uma resolução que permite ao Estado processar um estudante por falsidade ideológica caso ele se declare negro ou pardo sem ser.

O secretário Ricardo Vialves, no entanto, admite que é uma das tarefas mais complicadas: "Definir quem é pardo no Brasil é uma tarefa complexa".

O cruzamento das duas leis também é uma tarefa de difícil execução. Apesar das dificuldades, Vialves afirmou que a proposta da secretaria é colocar em prática os dois sistemas neste ano.

[T24B2] 27/05/2002 - 03h03 - Movimentos sociais reivindicam espaço - da Folha de S. Paulo, no Rio

A demanda crescente por novas vagas no ensino superior fez surgir, na década de 90, movimentos sociais mais ativos na reivindicação de vagas para alunos carentes em universidades públicas.

A face mais visível desses movimentos são os cursos pré-vestibulares comunitários, em que professores voluntários dão aulas preparatórias para estudantes das camadas carentes da população.

A Educafro, ONG (organização não-governamental) que coordena cerca de 200 núcleos no Rio de Janeiro e em São Paulo, surgiu a partir de uma experiência de cursos iniciada em 1993 pela Pastoral do Negro da Igreja Católica no Rio de Janeiro.

A pressão desses grupos não se resume a preparar melhor os carentes. Nos últimos três anos, uma estratégia muito usada foi entrar na Justiça contra universidades públicas e Ministério da Educação para exigir isenção de taxa para alunos pobres nos vestibulares e no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio).

Os grupos também costumam chamar a atenção da imprensa com protestos, como o feito em 2001 na porta da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), quando um estudante negro simulou, por horas, estar preso a uma cruz. O objetivo era defender cotas para negros e estudantes da rede pública na universidade.

Na mesma linha de protestos do Educafro, nasceu no ano passado o MSU (Movimento dos Sem-Universidade). Além de chamar a atenção da imprensa, o grupo focaliza sua pressão na luta pela criação de uma universidade pública no Carandiru, em São Paulo, quando o presídio for desativado.

O MSU conseguiu que o vereador Beto Custódio (PT), de São Paulo, apresentasse um projeto, já aprovado na Câmara, de criação de uma Universidade Popular do Município. "Não adianta criar outra USP (Universidade de São Paulo), porque nós vamos continuar fora dela.

Queremos uma nova universidade pública com vocação social e acesso garantido aos estudantes de baixa renda", diz Sérgio José Custódio, um dos coordenadores do MSU.

O movimento, inspirado no MST, costuma comparar em seus documentos a estrutura do ensino superior brasileiro à estrutura agrária, dizendo haver no Brasil dois latifúndios. Um é "o do ensino superior público, com poucas vagas e uma cerca de arame farpado do vestibular, e o outro é o do ensino privado, com muita oferta, mas com uma cerca de arame farpado de suas mensalidades".

[T25B2] 03/06/2002 - 12h07 - Universidade amplia vagas, mas ainda é lugar de ricos - ANTÔNIO GOIS da Folha de S.PAulo, do Rio

Quem já passou ou está passando pelo estresse do vestibular sabe o quanto é difícil conquistar uma vaga na universidade no curso desejado (de preferência, um gratuito).

Se, para quem tem meios de estudar em escola particular e de fazer cursinho, já é difícil, para os que não têm condição financeira de pagar esses cursos, a tarefa é quase impossível.

É isso que mostram dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) tabulados por Simon Schwartzman, ex-presidente do instituto, que analisou o perfil do estudante universitário no Brasil em 1992 e em 1999.

Schwartzman dividiu os estudantes em dois grupos: os que pertencem ao grupo dos 10% mais ricos da população e os que estão entre os 50% mais pobres. O resultado é surpreendente. Apesar de o número de vagas na década de 90 ter quase dobrado, ficou ainda mais difícil para um pobre chegar a universidade.

Em 1992, de cada cem estudantes brasileiros, apenas 8,5 viviam em famílias que pertenciam aos 50% mais pobres da população. Em 1999, esse número caiu para 6,9. Já entre os 10% mais ricos aconteceu o inverso. Eles representavam 45,6% do total em 1992 e passaram a ser 48% em 1999.

Antes de dizer que "só estudam ricos na universidade brasileira", é preciso lembrar que o Brasil é tão pobre que, para fazer parte dos 10% mais ricos em 1999, bastava que a soma da renda mensal das pessoas que moram juntas numa casa fosse de cerca de R\$ 4.000.

O que os dados mostram é que a oferta de vagas nas nossas universidades era tão pequena no início da década que nem os mais ricos da população tinham pleno acesso. Para os mais pobres, a tarefa continuou tão difícil no final dos anos 90 quanto era no início.

Foi essa dificuldade dos mais pobres de conseguir entrar na universidade que fez surgirem movimentos como o de alunos carentes, que se organizaram em cursos pré-vestibulares comunitários, nos quais os professores são voluntários e não há mensalidade.

Esses grupos, organizados, também pressionam as universidades públicas a abrir mais vagas. Em muitos casos, chegam a entrar na Justiça para garantir que estudantes pobres façam o vestibular sem precisar pagar a taxa normalmente cobrada pelas universidades públicas. Alguns deles defendem a existência de cotas para negros, pardos ou estudantes da rede pública como forma de garantir o acesso.

Esse é um dos problemas mais graves cuja solução ficará para o próximo presidente. O Brasil precisa, para se desenvolver num mundo globalizado, de pessoas com formação universitária. Sobra no país gente que, mesmo sem dinheiro, está apta a estudar em uma universidade. O que falta é recurso público para garantir o ensino gratuito a essas pessoas.

[T26B2] 26/06/2002 - 11h07 - Benedita libera R\$ 4 milhões para implementar sistema de cotas - ANTÔNIO GOIS -da Folha de S.Paulo, do Rio

Já está definido o projeto que regulamenta as cotas para negros e pardos e para alunos da rede pública em universidades estaduais do Rio. A governadora Benedita da Silva (PT) decidiu liberar R\$ 4 milhões, recursos que faltavam para garantir a implementação do sistema ainda neste ano.

A assinatura do projeto aconteceria hoje, mas, por causa da agenda da governadora, foi adiada. Sem as verbas, o sistema de cotas não poderia ser implementado com validade já para o ano letivo de 2003.

A equipe que cuidou da regulamentação definiu que incluirá a cota de 40% para negros e pardos dentro da cota de 50% para alunos da rede pública. Além disso, ficou decidido que as universidades estaduais receberão recursos para dar aulas de reforço escolar para os alunos que entrarem com deficiências no ensino superior.

O governo planeja aproveitar as provas que os alunos farão para montar um sistema de avaliação das escolas estaduais.

No caso do sistema que beneficia os negros, o governo do Estado fará com que o aluno que se declarar negro ou pardo assuma um termo de responsabilidade por sua declaração, podendo ser processado por falsidade ideológica caso minta.

A maior dificuldade encontrada pela equipe que trabalhou no projeto foi conciliar as cotas para negros e pardos com as cotas para alunos de escolas públicas, aprovadas na Assembléia do Rio em projetos separados.

Com isso estabeleceu-se um limite de 50% das vagas para serem preenchidas por cotas. O cruzamento das duas cotas beneficia principalmente alunos que, além de serem negros ou pardos, estudam em escolas públicas.

Na opinião do secretário de Ciência e Tecnologia do Estado, Ricardo Vialves, uma das vantagens desse mecanismo é garantir a preocupação com o rendimento acadêmico do estudante beneficiado por cotas depois que ele passa no vestibular.

"Para nós, o problema não é o aluno entrar na universidade. Nosso desafio é mantê-lo no sistema com qualidade. Por isso, liberamos recursos para montar o sistema de suplência nas universidades", disse Vialves.

O secretário, que já foi sub-reitor de graduação da Uerj, a maior universidade estadual do Rio, diz esperar que, no futuro, o sistema de cotas não precise mais vigorar.

"Consideramos isso uma medida de força, que tem um tempo de eficácia. Mas minha expectativa é que no futuro não seja preciso adotar as cotas, bastando que a qualidade das escolas estaduais seja suficiente para fazer o estudante competir em igualdade de condições", afirmou.

Um dos meios para esse fim, segundo o secretário, é o sistema de avaliação a ser implementado.

"Vamos tentar identificar na escola pública quais são as deficiências para se atuar de maneira preventiva. Teremos um diagnóstico mais preciso da qualidade da rede", disse ele.

[T27B2] 05/07/2002 – 13h53 - Rio regulamenta lei de cotas para negros - da Folha de S.Paulo

A governadora Benedita da Silva (PT) regulamentou ontem por meio de um decreto a lei que garante as cotas para estudantes da rede pública e para negros e pardos nas universidades estaduais do Rio.

Neste ano, será criado um processo seletivo diferenciado para esses alunos. O decreto prevê verba de R\$ 4 milhões para os custos do sistema de avaliação.

Isso garante que os estudantes entrem na universidade em 2003. A lei que estabelece cotas de 50% das vagas para alunos da rede pública e 40% para negros e pardos foi aprovada no ano passado pelo então governador Anthony Garotinho (PSB).

A lei previa que a seleção seria feita por uma avaliação anual desde o começo do ensino médio. A primeira cota de alunos entraria, assim, somente em três anos.

[T28B2] 22/07/2002 - 12h43 - Uerj e Uenf iniciam inscrições para vestibular de reserva de cotas - da Folha Online

A Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e a Uenf (Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro) iniciaram hoje as inscrições para o exame de qualificação do Sade (Sistema de Aproveitamento de Estudantes).

O Sade vai operacionalizar a reserva de 50% das vagas das universidades estaduais para alunos da rede pública, sendo o restante preenchido através do vestibular tradicional.

Publicado em 5 de março deste ano, o decreto 30.766 estabelece também uma reserva de 40% das vagas das universidades para candidatos que se declarem "negros ou pardos".

Para participar do exame de qualificação do Sade, é preciso que o candidato comprove que cursou integralmente ensino fundamental e médio ou técnico-profissional em escolas mantidas pelo poder público (municipal, estadual ou federal) em território fluminense.

Como as vagas serão efetivadas no ano que vem, também podem participar do exame candidatos que estejam atualmente cursando a terceira série do ensino médio ou técnico-profissional na rede pública em todo o estado.

As inscrições vão até o próximo dia 26 e podem ser feitas em oito postos credenciados.

Os candidatos serão alocados em cinco faixas, de acordo com o desempenho na prova: A, B, C, D e E. Quem conseguir mais de 40% de acertos no exame de qualificação fica apto a se inscrever no exame discursivo do Sade, que constará de uma prova de língua portuguesa instrumental com redação e três provas discursivas de outras disciplinas, específicas para cada carreira.

Se o percentual de negros ou pardos, classificados no exame do Sade, for inferior a 40% do total das vagas oferecidas pelas universidades, as vagas restantes serão preenchidas através do vestibular tradicional.

[T29B2] 22/07/2002 - 11h39 - Bahia reserva 40% das vagas para negros - LUIZ FRANCISCO - da Agência Folha, em Salvador

A Uneb (Universidade do Estado da Bahia) confirmou no final de semana que vai destinar 40% das vagas de todos os cursos de graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado) para negros. A cota já é válida para o próximo vestibular da instituição, que oferecerá 3.600 matrículas para Salvador e outros 19 municípios. No total, a Uneb possui 52 cursos.

Aprovada pelo Conselho Universitário da Uneb, a resolução considera "afrodescendentes" os candidatos "que se enquadrarem como pretos ou pardos, ou denominação equivalente, conforma classificação adotada pelo IBGE".

Para reitora a reitora da Uneb, Ivete Alves Sacramento, o estabelecimento da cota faz parte de uma política para reparar as desigualdades sociais. Ela afirma que outras medidas foram tomadas para estimular o acesso de afrodescendentes à universidade, como a isenção do pagamento da taxa de inscrição no vestibular para estudantes carentes.

A decisão da universidade agradou o MNU (Movimento Negro Unificado), entidade que defende a igualdade racial há mais de dez anos. "Entendemos que as cotas ameniza a situação dos negros, mas não resolve o problema da exclusão", disse o coordenador estadual da entidade, Ivonei Pires.

Dados da Uneb revelam que apenas 2% dos formandos em universidades baianas são negros. Além de reservar as vagas, a universidade anunciou outra medida para estimular a presença de afrodescendentes em seus cursos. "Vamos monitorar o aproveitamento dos alunos que ingressarem no sistema de cotas, reforçando o aprendizado de cada um", disse Ivete Sacramento.

Estaduais do Rio

A Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e a Uenf (Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro) começam a partir de hoje a receber as inscrições para o processo seletivo do Sade (sistema de avaliação do desempenho dos estudantes do ensino médio da rede pública).

O Sade avaliará o desempenho dos alunos das escolas públicas para que seja preenchida a cota de 50% das vagas oferecidas nessas universidades, reservadas para pessoas estudaram em colégios municipais, estaduais ou federais.

O credenciamento, que segue até o dia 26, será somente para aqueles que cursam ou tenham concluído a terceira série ensino médio no Rio de Janeiro. O decreto que prevê a cota para alunos da rede pública, reserva também 40% das vagas das universidades para candidatos que se declarem "negros ou pardos".

[T30B2] 21/08/2002 - 07h29 - PT defende cotas para negros nas faculdades - FÁBIO ZANINI da Folha de S.Paulo

O programa para a educação lançado ontem pelo candidato do PT à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, admite o estabelecimento de cotas em universidades para negros e estudantes da rede pública e promete reverter o atual processo "predatório" de municipalização do ensino.

Lula, em um documento de 31 páginas, defende a revisão do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério) e o gasto público em educação equivalente a 7% do PIB.

O petista promete ainda erradicar o analfabetismo em quatro anos e universalizar o acesso de crianças de 4 a 6 anos à escola.

O ponto mais polêmico é referente às cotas nas universidades, antiga reivindicação de movimentos populares ligados ao PT.

Em um trecho, o partido promete promover "um amplo debate nacional sobre a constituição e implantação de ações afirmativas na educação".

Em outro trecho, há referência mais explícita: "[É meta] Estabelecer mecanismos e critérios que superem os limites do atual processo de seleção e considerem a possibilidade de novas formas de acesso ao ensino superior, em especial para negros e estudantes egressos da escola pública", diz.

Também haveria uma política de "nivelamento de conhecimento" -ou seja, aulas de reforço para que beneficiados pelas cotas pudessem acompanhar o curso, quando necessário.

O texto é marcado também pela crítica ao Fundef, fundo estabelecido pelo governo federal para garantir remuneração mínima aos professores do ensino fundamental. O partido compromete-se a aperfeiçoar o modelo, sem detalhar como isso seria feito.

Outro compromisso assumido pelo partido é o de ampliar o tempo que estudantes passam na escola. Também sem entrar em maiores detalhes, os petistas afirmam que é necessário modificar o sistema de municipalização do ensino, uma das marcas da gestão de Fernando Henrique Cardoso.

"O atual sistema só distribuiu obrigações ao município, sem a contrapartida em recursos. Não somos contra a municipalização em si, apenas a forma como foi feita", disse Newton Lima, coordenador do programa de educação de Lula.

Uma das principais bandeiras do partido, a Bolsa Escola -instrumento pelo qual famílias carentes recebem uma renda por deixar os filhos na escola- recebe lugar de destaque.

[T31B2] 14/10/2002 - 21h15 - Serra defende FHC e diz que Lula dá medo; Lula faz festa com aliados - FABIANA FUTEMA - da Folha Online

No horário eleitoral gratuito de TV desta noite, o candidato do PSDB, José Serra, saiu em defesa do governo Fernando Henrique Cardoso e afirmou que a candidatura do adversário Luiz Inácio Lula da Silva provoca medo.

Serra admitiu que o governo de FHC pode ter cometido alguns deslizes em seus oito anos de mandato. Mas para o tucano, o importante é que "quem não erra, não faz".

"Esse governo fez muitas coisas boas que devem ser valorizadas, como o programa de saúde da família, o vale-gás, o bolsa-escola", disse Serra.

Diferentemente do petista Luiz Inácio Lula da Silva, que repetiu à noite o mesmo programa eleitoral veiculado na parte da tarde, Serra levou ao ar um programa novo.

O horário eleitoral do tucano foi utilizado para criar um clima de medo em torno da candidatura de Lula. A mensageira desse recado foi a atriz Regina Duarte, que abriu o horário eleitoral gratuito de TV de Serra.

"Eu tenho medo de perder toda a estabilidade conquistada. Um dos candidatos eu conheço, o Serra. Ele é o homem dos genéricos, do combate à Aids. Já o outro, o Lula, eu achava que conhecia, mas tudo que ele dizia, agora ele mudou. Isso dá medo. Por isso, eu voto 45, voto no Serra e voto sem medo."

Logo em seguida, o programa apresenta Serra, como o candidato capaz de combater a instabilidade econômica nacional e mundial que vem por aí. "Ser presidente exige responsabilidade enorme, principalmente nesse momento conturbado, com crise até nos Estados Unidos. O próximo presidente tem de estar preparado para enfrentar essa crise", diz Serra.

Além de se apresentar como o mais "experiente", o programa de Serra tentou ganhar o voto dos eleitores que estão descontentes com o atual governo de Fernando Henrique Cardoso. "O meu governo não será o terceiro mandato de FHC. Será meu governo, de meus acertos e até dos meus possíveis erros", afirmou Serra.

O tucano disse que não concorda com caminhos apresentados pelo PT para resolver os problemas do país. Sem citar o nome do PT, Serra critica as administrações petistas, que "não cumprem o que prometem na campanha eleitoral".

Serra também atacou as duas caras de Lula e as alianças fechadas pelo petista para tentar vencer as eleições presidenciais de 2002. "Não mudei de lado por conveniência. Nunca abri mão de minhas convicções para ganhar eleições. Você pode votar em mim ou não. Mas se votar, saberá exatamente o que esperar", disse Serra, referindo-se à falta de coerência do PT.

Da mesma forma que no programa levado ao ar na parte da tarde, o tucano desafiou mais uma vez Lula a participar de todos os debates entre prescindíveis na TV. Os dois candidatos já foram convidados por três emissoras para participar de debates. Mas Lula disse que só aceita participar de um. O PT quer que a Record, Band e Globo formem um pool para transmissão de um único debate. Se não houver acordo entre as emissoras, o PT já avisou que Lula participará apenas do debate da Globo, marcado para o dia 25.

O programa mostra o debate da Record, em que Lula perguntou sobre saúde para o candidato derrotado do PSB, Anthony Garotinho. Depois mostra que no debate da Globo, Lula perguntou sobre saúde para o candidato do PPS, Ciro Gomes. "Lula, no segundo turno você pode perguntar diretamente para Serra sobre saúde, basta não fugir dos debates", diz o locutor.

Serra também usou o horário eleitoral de TV para fazer uma lista de promessas: gerar 8 milhões de empregos, aumentar o salário mínimo para R\$ 300 de salário mínimo, se posicionar contra a privatização da Petrobras, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil e defendeu a retomada da Sudene e criação de cotas nas universidades para negros.

Repeteco

O programa de Lula não apresentou nenhuma novidade. Foi um repeteco do horário eleitoral de TV levado ao ar na parte da tarde.

Primeiro a aparecer na propaganda, o programa de Lula começou afirmando que durante o primeiro turno Lula havia participado de todos os debates realizados na TV, no rádio e nos jornais. O candidato mostrou pesquisas de jornal que o colocavam como vencedor dos encontros, e confirmou a participação no debate da Rede Globo, como já havia antecipado a **Folha Online** na quinta-feira passada (10).

O petista lançou mão também do fato de seu partido contar, a partir de 2003, com a maior bancada de deputados federais. Segundo ele, a eleição de 91 representantes irá permitir a um eventual governo seu "a tão falada governabilidade".

O programa de Lula contou com a presença dos candidatos derrotados no primeiro turno Anthony Garotinho (PSB) e Ciro Gomes (PPS), que deram declarações favoráveis ao petista e pediram voto para ele. Ambos disseram haver proximidade entre seus programas e o do PT, e bateram na tecla de que é preciso "mudança".

A propaganda foi marcada pela presença de integrantes do PT, que cantavam em um auditório um jingle da campanha. De olho nos votos do eleitorado feminino, no qual Lula tem maior resistência, o programa trouxe a prefeita Marta Suplicy (PT) exaltando o crescimento das mulheres no Congresso Nacional. A senadora eleita pelo Maranhão Roseana Sarney (PFL) também participou: apareceu em um clipe sorrindo deitada na cama do hospital em que tirou um nódulo no seio, na semana passada.

[T32B2] 03/11/2002 - 05h04 - Militantes querem que cor seja declarada - da Folha de S.Paulo

Para adoção das cotas nas universidades, o movimento negro defende que seja utilizado o mesmo critério do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística): a autodefinição. No Censo, o pesquisador pergunta se a pessoa se considera negra, parda, branca, amarela ou indígena.

Segundo Ivanir dos Santos, presidente do Ceap (Centro de Articulação das Populações Marginalizadas), já haverá um motivo de "orgulho" para o movimento se muitos que hoje se consideram brancos ao responderem ao IBGE alterarem a definição.

"Hoje a gente luta pela nossa identidade. Se cada pessoa tirar aquele bisavô do armário para dizer que é negro, haverá motivo para orgulho do movimento. Caberá ao Estado determinar se ele é ou não", considera.

O funcionário público Clóvis Carvalho, 31, liderança do movimento Voz da Resistência, ligado ao PT de São Paulo, compartilha da opinião de Ivanir dos Santos. "Além disso, seria importante o governo Lula ter um negro ocupando cargo de primeiro escalão em Brasília", defende.

Carvalho é vestibulando e estuda nos cursinhos da Educafro. Ele chegou a cursar dois anos de Ciências Contábeis em uma universidade privada, mas teve de abandonar o curso porque não tinha dinheiro para pagar as mensalidades. "Hoje continuo estudando para entrar numa universidade pública", afirma.

Funcionário da Câmara Municipal de Embu, município administrado pelo PT, Carvalho busca, junto às lideranças do partido, aumentar a participação de negros no preenchimento dos cargos comissionados nos gabinetes dos parlamentares.

"Se não é fácil despertar a conscientização entre negros, imagine entre pessoas que não conhecem a causa profundamente", diz.

[T33B2] 03/11/2002 - 05h10 - Negros convivem com "enrustidos" - da Folha de S.Paulo

A estudante de direito Marize da Silva, 28, é a única aluna assumidamente negra de sua classe, formada por 95 alunos, na Universidade de Santo Amaro (Unisa), zona sul de São Paulo. Defensora das cotas, Marize afirma que há outros dois negros na turma, mas que não assumem a cor.

"O único amigo que eu tenho não se assume de jeito nenhum. Ele tem todos os traços de negro, mas se diz branco. Fazer o quê?", afirma ela, bolsista da Unisa graças a um convênio da instituição com a Educafro.

"Há muito preconceito contra o aluno bolsista. Há estudantes que pensam que ele paga indiretamente a minha mensalidade. Já o racismo é sutil.

Tem gente que fala: "Mas o seu cabelo não é tão ruim, por que você não alisa?" Eu respondo: cabelo ruim é aquele que não nasce", conta.

História

O estudante de engenharia da Universidade de São Paulo Renan Alves, 21, vive a mesma experiência. Tem um único amigo negro na faculdade, que se diz branco. A classe tem 65 alunos.

Débora Adão, 25, estudante de letras da Universidade São Camilo, tenta convencer as colegas negras a rever a posição. Ela é também das poucas que assume a condição, com orgulho. "Isso, para mim, é desconhecimento da história do Brasil, do massacre feito com os negros neste país. Vamos continuar com medo?", questiona a estudante.

Preconceito, porém, não é o maior problema enfrentado pelos universitários negros. A falta de dinheiro é pior. "A questão das cotas se mistura com a da situação financeira. Só que, no Brasil, a pobreza tem cor.

As cotas não vão reduzir a discriminação, mas são um avanço", afirma o estudante de publicidade e propaganda Douglas Elias, 23.

Antes de ingressar no curso do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal), Elias teve de abandonar o de jornalismo, pelo qual sonhava, no segundo ano, por não poder pagar as mensalidades da Universidade Braz Cubas, em Mogi das Cruzes, região metropolitana da capital.

A Unisal foi o que a Educafro pôde oferecer ao estudante no momento. Somente em São Paulo, a organização não-governamental mantém 711 bolsistas em 18 instituições diferentes.

Entre as universidades que se destacam nesse programa, estão a Metodista e a Unisal, com 103 estudantes cada uma, a Unisa, com 78 bolsistas, e a São Camilo, com 51. A Educafro enviou ainda 18 estudantes para Cuba, onde cursam medicina e direito internacional, entre outras faculdades.

"Nós, da Educafro, quando entramos na universidade, o fazemos para estimular a consciência negra daqueles que se escondem", diz José Cano Herédia, 20, estudante de publicidade da Unisal. "Eu não sou moreninho, sou negro", completa José, um dos mais claros do grupo.

[T34B2] 03/11/2002 - 05h01 - No Rio, vestibulandos negros têm notas próximas às dos demais - da Folha de S.Paulo, no Rio de Janeiro

A Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) realiza o primeiro vestibular neste ano após ser a primeira grande instituição pública do Rio a adotar o regime de cotas para negros e egressos do ensino público, no ano passado.

O exame que definirá os negros e alunos da rede pública aptos a entrar na Uerj ainda está em andamento. Em sua primeira fase, na qual são avaliados conhecimentos gerais, o resultado dos estudantes que se encaixam no perfil das cotas foi muito parecido com o dos demais candidatos.

No primeiro exame, foram eliminados 44% dos 19 mil alunos inscritos no teste feito para os beneficiados pelas cotas. Entre os demais estudantes, a porcentagem de eliminados foi um pouco menor -37%.

No outro extremo, os estudantes com mais de 70% de aproveitamento foram 2,3% dos que podem entrar pelas cotas e 3,8% dos demais candidatos.

"Até agora, o que é possível afirmar é que a diferença entre os dois grupos não foi tão grande no primeiro exame. No entanto, ainda não sabemos como ela ficará em cada curso, depois que os estudantes fizerem a segunda fase do vestibular", afirmou Sônia Wanderley, assessora da coordenação do vestibular da Uerj.

Ânimo

Frei Davi Santos, principal liderança da ONG Educafro, que defende as cotas, enxerga os números de modo mais animado.

"Os resultados mostram que uma boa parte dos alunos da rede pública quer vencer. Considerando que os demais candidatos são de escolas de qualidade, como as particulares, o resultado foi muito bom. Ele mostra que há um número suficiente de alunos da rede pública aptos a entrar na universidade", disse.

Para decidir quem é negro ou pardo, o decreto que regulamentou as cotas definiu que o próprio estudante informaria a cor da pele. Para evitar que estudantes brancos se aproveitem dessa brecha, foi instituída a possibilidade de o Estado processar por falsidade ideológica quem mentir.

A ONG Educafro também pretende fiscalizar a primeira seleção realizada pela Uerj e processar por falsidade ideológica quem tentar burlar o sistema de cotas, fazendo-se passar por egresso de escola pública ou negro.

Na marra

No caso do Rio, as cotas nas universidades estaduais só foram implementadas porque o então governador Anthony Garotinho (PSB) enviou, em 2001, um projeto de lei à Assembléia Legislativa, sem debater antes com a universidade. A reitoria da Uerj era contrária ao sistema de cotas.

O projeto original previa a reserva de 50% das vagas para estudantes da rede pública. As cotas para negros foram incluídas depois, no projeto aprovado ainda no ano passado e que reserva 40% das vagas.

No Congresso Nacional há um projeto em tramitação, de autoria do senador José Sarney (PMDB), que prevê cota de 20% para estudantes negros e egressos da escola pública.

[T35B2] 20/11/2002 - 20h13 - Cerca de 50 mil comemoram o dia da consciência negra em Salvador - LUIZ FRANCISCO - da Agência Folha, em Salvador

Os músicos dos principais blocos afros da Bahia à frente (Olodum, Ilê Ayiê e Malê Debalê), de cerca de 50 mil pessoas, segundo a Polícia Militar, ocuparam as principais ruas do centro de Salvador para comemorar o dia Nacional da Consciência Negra.

Eles pedem reparação contra as injustiças cometidas contra os afro-descendentes em toda a história do Brasil.

Coordenada pelo Fórum das Entidades Negras da Bahia, a manifestação começou na Liberdade (o maior bairro negro de Salvador), ao som de tambores e cânticos africanos.

Durante a caminhada, os organizadores prometeram entregar ao presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, um documento com as principais reivindicações da categoria. "Lutamos há séculos para ter os mesmos direitos dos brancos", disse Walmir França, um dos líderes do protesto.

Os afro-descendentes também aproveitaram a mobilização para pedir a implantação de cotas para negros em todas as universidades federais do país. No Pelourinho (centro histórico), depois dos discursos e protestos, as entidades que coordenaram a manifestação em Salvador programaram um show com bandas e cantores negros. O espetáculo deveria começar por volta das 22h.

ANO 2003 – SIM ÀS COTAS

[T36B2] 05/02/2003 - 12h00 - Senador é 1º negro a assumir interinamente presidência da Casa - RICARDO MIGNONE da Folha Online, em Brasília

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), quebrou hoje dois tabus na Casa. Ele é o primeiro petista a assumir a presidência do Senado e, ao mesmo tempo, o primeiro negro a ocupar o cargo.

Paim assumiu a presidência da Mesa Diretora, interinamente, durante os seis dias da viagem que o presidente José Sarney (PMDB-AP) faz para a Espanha. Ele viajou na noite desta terça-feira (4) e só retorna na próxima segunda-feira (10).

Um dos compromissos de Paim no primeiro dia como presidente foi empossar o suplente do senador Cristovam Buarque (PT-DF), o trabalhador da construção civil Eurípedes Camargo (PT-DF), que também é negro. A solenidade de posse do novo senador aconteceu às 11h, no gabinete da presidência do Senado.

"Falei com o presidente José Sarney sobre o ato de empossar o senador Eurípedes Camargo. Ele disse ter ficado feliz em saber que estava proporcionando, com sua viagem, que um negro desse posse a outro no Senado", disse Paim.

"Sarney tem atuação destacada na luta contra a discriminação no Brasil, tanto que é autor de um projeto que estabelece cotas para negros nas universidades", afirmou.

[T37B2] 06/02/2003 - 08h43 - Nova secretaria vai combater a desigualdade da Folha de S.Paulo, em Brasília

O governo federal está preparando a criação de uma secretaria nacional dedicada a combater as desigualdades raciais no país.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende que a Secretaria de Estado de Promoção da Igualdade Racial, que será ligada diretamente à Presidência, comece a funcionar em 21 de março, o dia internacional para a eliminação da discriminação racial.

A estrutura da nova secretaria está sendo discutida entre Luiz Dulci (Secretaria Geral da Presidência), José Dirceu (Casa Civil) e Martvs das Chagas, secretário nacional do PT de combate ao racismo, que participou da campanha presidencial na elaboração do programa de governo de Lula.

A Secretaria de Promoção da Igualdade Racial terá entre suas principais atribuições coordenar os programas dos ministérios ligados ao tema.

"Não vamos interferir nos ministérios. Nossa ação não será invasiva, mas cooperativa", diz Chagas. "Queremos que a questão da desigualdade racial seja tratada como política de Estado."

Entre as ações prioritárias da nova secretaria federal, estão conseguir títulos de terras a comunidades remanescentes de quilombos, implementar programas especiais contra doenças mais frequentes em negros (como miomatose, hipertensão, lúpus e anemia falciforme), acabar com o racismo por parte de policiais e fazer aplicar os sistemas de cotas para negros em universidades e repartições públicas do país.

Cotas

O sistema de cotas é um tema polêmico. Há especialistas que apontam nas cotas uma forma de garantir inclusão social aos negros e pertencentes a minorias étnicas. Já outros defendem que o sistema permite injustiças -como, por exemplo, punir um aluno mais bem qualificado numa admissão à universidade, barrando-o em favor de outro menos qualificado. Historicamente o PT defende as cotas para negros.

Outro objetivo é aumentar incentivos a empresas que promovam a igualdade racial em suas políticas de recursos humanos.

Ainda não há nomes para a nova secretaria. Apesar de cotado para comandar o órgão, Chagas diz que prefere continuar na secretaria de combate ao racismo do PT. Segundo ele, que é negro, a criação da secretaria foi definida em uma reunião da Executiva Nacional do PT.

[T38B2] 08/02/2003 - 09h14 - Uerj é a 1ª a adotar sistema de cotas para negros - da Folha de S.Paulo, no Rio

A Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) foi a primeira universidade pública de grande porte no Brasil a utilizar no seu vestibular um critério de cotas raciais e que leva em conta a origem do estudante no processo de seleção. A lei que obrigou a universidade a estabelecer cotas foi aprovada em 2001.

A lei inicialmente proposta pelo ex-governador Anthony Garotinho (PSB) previa a reserva de 50% das vagas para estudantes de escolas públicas. Depois, a Assembléia Legislativa criou uma reserva para negros e pardos de 40%. Para não comprometer 90% das vagas, decidiu-se incluir as cotas raciais na parcela destinada aos alunos de colégios públicos.

Com isso, metade dos alunos do vestibular entrará na universidade por um dos dois critérios de cotas, enquanto os demais entrarão apenas com base no desempenho acadêmico nas provas.

O critério usado para definir quem se encaixava na cota racial foi a autodeclaração. Para evitar que brancos se declarem negros ou pardos para entrar pelas cotas, a universidade previu a possibilidade de processar alunos por falsidade ideológica. Mas a instituição não registrou aumento significativo no número de candidatos que se declararam negros ou pardos em relação a anos anteriores.

[T39B2] 08/02/2003 - 09h13 - Na era das cotas, negro é o 1º em medicina na Uerj -ANTÔNIO GOIS e SABRINA PETRY - da Folha de S.Paulo, no Rio

Um estudante de 25 anos, que se autodeclarou negro e concluiu os ensinos fundamental e médio em escolas públicas da zona oeste do Rio, conseguiu o primeiro lugar em medicina e a terceira posição no ranking geral do vestibular da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), o primeiro com reserva de vagas para estudantes negros e pardos ou que estudaram em colégios públicos.

Daniel Araújo Fernandes, morador de Bangu (zona oeste do Rio), inscreveu-se no vestibular pelo sistema de cotas, mas o considera uma "muleta". No seu caso, as cotas não foram determinantes para que conseguisse entrar na universidade. Sua pontuação foi de 98,25, sobre um total de 100, apenas um ponto abaixo do primeiro lugar geral.

"Eu me inscrevi pelas cotas para ter uma certa tranquilidade. Sabia que passaria por causa do meu preparo e dedicação. Mas não acredito que as cotas sejam capazes de resolver o problema."

Na sua opinião, o sistema é "um paliativo", que pode até ajudar muitas pessoas de imediato, mas não resolverá a questão da inserção do negro na sociedade. "O que precisa acontecer mesmo é a recuperação da escola pública. Sem isso, não haverá sistema de cotas que resolva", completa.

Este foi o quarto vestibular de Fernandes. Na sua avaliação, a conquista só foi possível porque ele fez um curso preparatório durante todo o ano passado. O cursinho, feito com bolsa, é um dos mais conceituados do Rio.

"Se dependesse só do que aprendi na escola pública, não teria a menor chance, assim como não tive nos outros anos. O aluno de colégio público não tem como concorrer com os que estudaram em colégios particulares."

Filho de pais aposentados pelo Estado _a mãe, professora de ensino fundamental, e o pai, inspetor de um colégio público_ e que não têm diploma de curso superior, ele sabe que terá dificuldades para terminar a faculdade.

Como os irmãos _a mais velha, de 30 anos, formada em pedagogia, e o irmão, que cursa matemática na Uerj_, ele teve que trabalhar assim que concluiu o ensino médio, apesar do incentivo dos pais para que fizesse uma faculdade. Fernandes entrou para o Exército e começou a juntar dinheiro para ajudar a família e também para fazer uma poupança que seria usada nos anos em que estivesse tendo aulas na faculdade e não pudesse trabalhar.

Mesmo sendo o curso de medicina integral, ele sabe que precisará trabalhar para custear seus gastos, uma vez que os pais não têm dinheiro para bancá-los. Dará aulas de mergulho nos finais de semana e

trabalhará como auxiliar de enfermagem _ocupação adquirida no Exército_ em regime de plantão em alguns hospitais.

Depois de saber do resultado, Fernandes foi à praia da Barra da Tijuca comemorar com uma amiga a classificação.

Contrastes

O primeiro lugar geral no vestibular na Uerj, Renato Turita Paes Leme, 18, tem um perfil bastante diferente. Morador de Botafogo, bairro da zona sul da cidade, ele estudou a vida inteira numa escola particular bastante conceituada, também da zona sul.

Paes Leme nem precisou fazer um cursinho para o vestibular. Nesta sua primeira tentativa, para a faculdade de matemática, conseguiu um total de 99,25 pontos. Paes Leme não seguiu a carreira dos pais, ambos médicos, e nunca precisou trabalhar.

[T40B2] 09/02/2003 -Cotas em universidades podem ser desastrosas, diz Uerj - ANTÔNIO GOIS e SABRINA PETRY - DA SUCURSAL DO RIO

A entrada na Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) de alunos negros, pardos e de escolas públicas, aprovados no vestibular deste ano pelo sistema de cotas, pode ser "desastrosa" se a universidade não criar uma estrutura que dê condições a esses estudantes de se manter financeiramente ao longo do curso e de acompanhar, no mesmo nível dos demais calouros, as aulas nos primeiros anos.

O diagnóstico acima foi feito por uma comissão da própria universidade -da qual participaram também representantes de cursos pré-vestibulares comunitários-, criada pela reitoria para apresentar propostas para receber os novos estudantes.

Segundo o mesmo documento, a criação de uma estrutura adequada geraria um custo extra para a universidade de R\$ 12,7 milhões neste ano -valor que teria de ser bancado pelo Estado. Em 2002, o governo teve um rombo de R\$ 1,8 bilhão em suas contas.

A Uerj foi a primeira universidade pública de grande porte no Brasil a utilizar no seu vestibular um critério de cotas raciais e que leva em conta a origem do estudante no processo de seleção. A lei das cotas foi aprovada em 2001.

"Há uma expectativa da comunidade acadêmica e das entidades que representam os pré-vestibulares comunitários de que o impacto da lei de reserva de vagas será desastroso, se não houver um esforço imediato com o objetivo de criar políticas e atitudes concretas de permanência para os alunos que ingressarão na universidade", afirma o documento.

O temor dos integrantes da comissão é que, após o vestibular, "o estudante carente não tenha condições de manter seus estudos por falta de recursos para transporte, alimentação, material escolar e por precisar de um tratamento diferenciado na questão da inserção acadêmica".

Para impedir que isso aconteça, a Uerj fez o projeto de um programa que prevê ampliação da política de bolsas e de apoio ao estudante carente. O documento prevê também a criação de disciplinas que seriam ministradas em aulas extras, abertas a todos os estudantes que apresentarem dificuldade para acompanhar o ritmo das aulas.

Como já era previsto, a nota de corte do vestibular da Uerj para os estudantes que se beneficiaram de algum tipo de cota foi inferior à dos demais alunos. A maior disparidade ocorreu no curso de odontologia, onde a menor pontuação obtida por um aluno aprovado no vestibular tradicional foi de 77,5, sobre um total de 100, contra uma nota de apenas 6,25 do último colocado classificado por algum critério de cota.

Apesar da situação financeira do Estado, a reitora da Uerj, Nilcéa Freire, diz acreditar que há boa vontade do governo para liberar esses recursos. As cotas foram aprovadas na gestão do ex-governador Anthony Garotinho (PSB), marido da atual governadora, Rosinha Matheus (PSB). "Se esse apoio ao estudante carente não acontecer, o desastre da iniciativa será iminente", afirma o frei

Davi Santos, coordenador da Educafro, organização não-governamental que organiza cursos pré-vestibulares para estudantes negros e carentes.

O secretário de Ciência e Tecnologia do Estado, Fernando Peregrino, diz acreditar que será possível liberar os recursos que a Uerj pede. Ele quer, no entanto, que o Ministério da Educação arque com parte dos custos.

"Estamos negociando essa questão. A governadora está empenhada em resolver o problema junto com o governo federal. Vou sugerir que os custos adicionais desse projeto sejam divididos com o Ministério da Educação, já que a experiência das cotas também consta do programa do governo federal", disse Peregrino.

Discriminação

Além de se preocupar com a ajuda financeira aos estudantes carentes, a Uerj discutiu como evitar o racismo na universidade.

Especialistas citam a formação de castas como um dos problemas a serem evitados. "Se os alunos que entrarem por cotas ficarem em turmas diferentes dos demais, isso vai criar castas na universidade", afirma Paulo Gomes, ex-reitor da UFRJ e presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

A reitora da Uerj afirma que a instituição já se preparou para evitar isso. "O programa de apoio aos estudantes que entrarão neste ano na universidade prevê a criação de disciplinas de reforço que serão realizadas fora da carga horária do curso. Justamente para não caracterizar essa iniciativa como um cursinho para negros ou alunos da rede pública, fizemos questão que ele fosse oferecido a qualquer estudante que precisar de reforço", diz a reitora.

Preparo

Para o ex-reitor da Uerj Antônio Celso Pereira, as universidades não estão preparadas para oferecer cursos de adaptação, aulas de reforço e ajuda financeira a alunos oriundos do sistema de cotas.

"Sem isso, as cotas não valem de nada, pois permitem aos alunos que eles entrem, mas não dão condições para que permaneçam na universidade", afirma.

O preconceito também o preocupa. O ex-reitor diz que seria "tapar o sol com a peneira" pensar que os novos alunos não serão vistos de forma discriminatória.

[T41B2] 09/02/2003 - 09h02 - Estudantes negros temem discriminação em universidades - da Folha de S.Paulo

Estudantes negros entrevistados pela **Folha** comemoram as cotas na Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), mas temem o preconceito dentro da universidade e a dificuldade para concluir o curso, caso não haja ajuda financeira para a compra de livros e materiais.

Todos são unânimes em afirmar que o sistema de cotas é uma das poucas formas para que eles consigam cursar uma faculdade pública.

O fato de quase todos os candidatos negros terem completado os ensinos fundamental e médio em escolas públicas os preocupa. Sem as cotas, dizem, a competição com alunos de colégios particulares é desleal.

"Por mais bem preparado que um aluno esteja, não dá para competir, porque a escola pública não dá embasamento suficiente", diz Ronaldo de Souza Pinto, 48, que fez seu sétimo vestibular para medicina na Uerj.

Os alunos que se candidataram pelo novo sistema também acham que as cotas devem ser temporárias, até as escolas públicas recuperarem a defasagem em relação às instituições privadas.

"As cotas devem servir para corrigir uma distorção de longa data, em que negros e pobres ficaram excluídos, e devem ser o início de uma revisão da educação pública no país", opina Marluce de Moraes

Braz, 19, candidata ao curso de direito da Uerj.

"Mesmo sendo uma ajuda, seria bem melhor poder entrar por nós mesmos", concorda José Augusto Fonseca, 21, que prestou vestibular para história.

Preconceito

O preconceito também preocupa os futuros universitários. Eles acham que a discriminação poderá vir dos alunos que passaram no vestibular dentro do sistema tradicional.

Para Kelly Cristina dos Santos, 25, que prestou vestibular para pedagogia, os negros podem ser vistos como "incompetentes e incapazes", porque precisaram das cotas para conseguir entrar na universidade.

"Vamos lutar para que isso não aconteça, porque estudamos como todo mundo. A única diferença é que o acesso, para a gente, é muito mais difícil. Não é uma questão de capacidade, mas de oportunidade. Oportunidade de estudar em boas escolas, o que não tivemos."

Igor Anatoli, 20, está receoso do preconceito e das dificuldades que os alunos negros poderão enfrentar. Ele, que se inscreveu para a faculdade de direito da Uerj, acha que a discriminação se dará, principalmente, nos cursos considerados de elite, como medicina, economia, engenharia e direito.

"As pessoas estavam acostumadas a ver negros nos cursos de pedagogia, letras e serviço social, que são mais fáceis de entrar. Encontrar um negro de terno e gravata numa universidade, sem que ele esteja trabalhando como segurança, e, mais tarde, num tribunal, vai chocar a sociedade", disse Anatoli.

Ajuda financeira

Os futuros alunos dizem que, se não houver um auxílio financeiro para a compra de livros e materiais, muitos não conseguirão levar o curso até o fim.

"Mais do que apoio pedagógico e aulas de reforço, que todos estão preocupados em oferecer para que o desnível entre os alunos negros e os demais não seja muito grande, a ajuda financeira é muito importante. Sem ela, muita gente pode ficar pelo caminho", disse Luiz Orlando de Oliveira, 24, que prestou vestibular para pedagogia.

[T42B2] 10/02/2003 – Folha de S. Paulo - Cresce procura por cursinhos para negros

A divulgação da notícia de que as universidades estaduais do Rio de Janeiro ofereceriam cotas para negros e alunos da rede pública está aumentando a demanda por cursos pré-vestibulares comunitários. No Rio, a maior rede de cursos para a população carente, coordenada pela ONG Educafro, oferece hoje 56 cursos para cerca de 2.800 alunos.

Para conseguir atender à demanda, o frei Davi Santos, coordenador da ONG, diz que precisa ampliar para 70 o número de cursos. A reserva de vagas, aprovada em 2001, será usada pela primeira vez no exame seletivo deste ano e garantirá o ingresso de negros e carentes nas universidades federais fluminenses.

[T43B2] 15/02/2003 - 04h53 - Só 36,6% entram na Uerj fora das cotas - ANTÔNIO GOIS da Folha de S.Paulo, no Rio

No primeiro vestibular com sistema de cotas no Brasil, apenas 36,6% dos alunos aprovados na Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) não preencheram nenhum dos dois critérios de reserva de vagas.

Há dois critérios de cotas valendo para o vestibular da instituição. Um reserva 50% das vagas para alunos da rede pública, enquanto o outro estabelece que 40% dos aprovados têm de ser autodeclarados negros ou pardos.

Apesar de apenas 36,6% não se encaixarem em nenhuma cota, isso não significa que os demais (63,4%) entraram na universidade apenas porque foram beneficiados pela reserva de vagas. Alguns

alunos que preenchiam pelo menos um dos dois critérios das cotas se classificariam mesmo que não houvesse o benefício.

Daniel Fernandes, 25, primeiro colocado no curso de medicina, é um dos que se inscreveram pelo sistema de cotas, mas seria aprovado mesmo no vestibular tradicional. Ele se declarou negro e estudou em escola pública.

A Uerj não fez o cálculo de quantos estudantes aprovados entraram única e exclusivamente por causa das cotas, ou seja, não conseguiriam a vaga se o governo do Estado não tivesse determinado a reserva de vagas para negros, pardos e alunos da rede pública nas universidades estaduais do Rio de Janeiro.

A instituição divulgou, no entanto, que pelo menos 643 candidatos (13% do total) conseguiram a vaga porque se declararam negros ou pardos, ou seja, eles não conseguiriam a vaga se não houvesse a cota racial.

Duas variáveis

Isso porque a universidade precisava preencher as duas cotas. Primeiramente, a Uerj se preocupou em fazer dois vestibulares separados, mas com o mesmo nível de dificuldade. Um, para o qual foi reservada metade das vagas, foi exclusivo para alunos da rede pública. O outro era destinado aos que não se enquadravam no critério de cotas da rede estadual.

O problema era que, além de reservar metade das vagas para estudantes da rede pública, era preciso também cumprir a lei que garante 40% das vagas para negros e pardos.

A primeira tentativa da Uerj foi preencher o critério de reserva de vagas para negros e pardos entre os alunos que se declararam assim e que também se encaixavam no critério da rede pública ou que já haviam conseguido notas suficientes para passar no vestibular tradicional.

Como não foi possível preencher todas as vagas para negros e pardos nesse universo, a instituição teve de buscar 643 candidatos autodeclarados negros ou pardos no vestibular tradicional que, inicialmente, não teriam conquistado as vagas apenas pela pontuação obtida.

Por causa disso, 643 candidatos que não se encaixavam no critério de cotas raciais tiveram de dar lugar para que autodeclarados negros ou pardos entrassem na universidade, a fim de que a cota de 40% pudesse ser completada.

Baixo desempenho

Houve duas fases tanto no vestibular tradicional quanto no para alunos da rede pública. Na primeira, foram eliminados todos os candidatos que não conseguiram o mínimo de 40% de acerto nas provas.

A segunda fase, com provas discursivas, não era eliminatória. É por isso que, em alguns cursos, estudantes conquistaram a vaga apesar de terem feito apenas quatro pontos sobre um total de 110 -caso de engenharia civil e ciências biológicas.

[T44B2] 26/02/2003 - 14h59 - Rio discute amanhã cotas para negros nas universidades - da Folha Online

O sistema de cotas para negros e para alunos de escolas públicas, em vigor nas universidades do Estado do Rio de Janeiro, será alvo de uma nova discussão amanhã, durante seminário promovido pela Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação.

De acordo com o secretário Fernando Peregrino, o objetivo é "dissipar a polêmica em torno da questão".

Participarão do encontro, na sede da secretaria, no centro do Rio, representantes do Ministério da Educação, Secretaria Estadual de Educação, UNE (União Nacional dos Estudantes), além de outros órgãos e entidades.

O sistema de cotas, criado por lei aprovada pela Assembléia Legislativa do Rio, destina 40% das vagas para estudantes declarados negros ou pardos e 50% para alunos provenientes de colégios públicos estaduais.

Implantado pioneiramente na Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e na Uenf (Universidade Estadual do Norte Fluminense), o sistema terá sua adoção em caráter nacional discutida em abril próximo, pelo Conselho Nacional de Educação.

[T45B2] 09/03/2003 - 04h25 - Desembargador paulista pode ir para o STF - KENNEDY ALENCAR SILVANA DE FREITAS – da Folha de S.Paulo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva já tem um nome praticamente certo para uma das três vagas de ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) que serão abertas até 2 de maio próximo, o do desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo Antonio Cezar Peluso, 60.

A segunda vaga deverá ser de um negro, indicação inédita na história do Supremo. O mais cotado é o procurador da República Joaquim Barbosa Gomes, do Rio de Janeiro.

A terceira vaga é disputadíssima. O advogado criminalista Nilo Batista, que foi vice do ex-governador Leonel Brizola, tem chance. Mas um nome do Nordeste ou uma mulher são hipóteses estudadas por Lula, com vantagem para o critério regional.

Como não foi batido o martelo, há possibilidade de mudança nessa lista de mais cotados. Lobbies pessoais, jurídicos e políticos têm infernizado a vida do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, encarregado por Lula de fazer sondagens e preparar uma lista com cinco ou seis nomes.

Exemplos de lobbies: 1) o advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, de Brasília, trabalha por um colega do Rio, Luiz Roberto Barroso; 2) Marcos Faver, ex-presidente do Tribunal de Justiça do Rio, é tido como competente, mas candidato de si mesmo, e 3) Antônio Carlos Malheiros, colega de Peluso no Tribunal de Justiça paulista, também postula uma vaga, apesar da pouca chance.

A intenção de Lula é decidir tudo até meados de abril. Motivo: entre 19 de abril e 2 de maio, três dos 11 ministros irão se aposentar compulsoriamente porque completarão 70 anos de idade. São eles Moreira Alves, Sydney Sanches e Ilmar Galvão.

Votação no Senado

Para substituí-los, Lula precisa indicar pessoas que tenham de 35 a 65 anos, notório saber jurídico e reputação ilibada, conforme prevê a Constituição. Os nomes serão submetidos à votação no Senado, após sabatina. Mas a tradição é de aprovação.

Além dos requisitos formais, Lula levará em conta o equilíbrio regional. Nomeando Peluso, agradará o Judiciário paulista, que se julga pouco representado no tribunal apesar de ser o Estado campeão de processos. Se escolher um nordestino, compensará a saída do baiano Ilmar Galvão, hoje o único membro da região.

Essa preocupação tem caráter político. A nomeação de um nordestino, por exemplo, não significa a expectativa de que aquele ministro votará sempre a favor de interesses da região.

Dois dos três ministros que estão a um passo da aposentadoria -Moreira Alves e Sydney Sanches- são paulistas. Após a saída deles, Celso de Mello se tornará o único representante do Estado.

O terceiro a se aposentar é Ilmar Galvão, que nasceu em Jaguaquara (BA) e começou a carreira como juiz federal no Acre. Ao sair, deixará as duas regiões sem representantes no órgão.

Duas mineiras estão no páreo, mas com pouca chance, segundo apurou a **Folha de S.Paulo**: Carmem Lúcia Antunes Rocha e Misabel Derzi, ex-procuradoras-gerais do Estado, na gestão de Itamar Franco.

Mais duas mudanças

Até o final do governo, em dezembro de 2006, Lula fará outras duas indicações ao Supremo em razão de aposentadoria compulsória. Em maio de 2004, escolherá o substituto de Maurício José Corrêa. Em janeiro de 2006, o de Carlos Velloso.

Se as três primeiras escolhas resultarem em votos favoráveis ao governo, Lula deverá usufruir imediatamente de relativa tranquilidade no tribunal, órgão da cúpula do Judiciário da União, onde as causas são decididas em última instâncias e medidas do governo podem ser derrubadas por inconstitucionalidade.

O governo precisa de maioria (6 dos 11 votos) para superar barreiras judiciais. Além dos três nomeados, poderá eventualmente contabilizar o apoio de ministros tidos como simpáticos à esquerda: Sepúlveda Pertence, o atual presidente do tribunal, Marco Aurélio de Mello, e o próximo presidente, Maurício Corrêa.

A nomeação de um negro, supõe Lula, seria bem recebida pela opinião pública e mostraria preocupação com o que um auxiliar presidencial chama de "resgate da cidadania dos negros".

O nome mais forte hoje, o do procurador Joaquim Barbosa, começou a carreira no Ministério Público Federal em 1984 em Brasília. Hoje, atua no Rio. O ministro da Justiça ficou impressionado com o currículo de Barbosa. Ele tem boa formação acadêmica e reconhecida atuação contra o racismo. É um dos principais defensores da adoção do sistema de cotas nas universidades.

As entidades de classe da magistratura esperam ser consultadas. Lula o fará, mas não já avisou que, a exemplo da formação do ministério, não aceitará nomes que se lancem via imprensa.

A Ajufe (Associação dos Juízes Federais do Brasil) está pedindo que os filiados indiquem três nomes. O resultado será divulgado. As associações lamentam a falta de tradição no Brasil de debate das indicações.

[T46B2] 12/03/2003 – 15h37 – Sistema de cotas nas universidades será debatido amanhã no RJ, Da Folha Online.

A Alerj (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro) vai sediar amanhã de manhã audiência pública para debater o sistema de cotas em vigor na Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e na Uenf (Universidade Estadual do Norte Fluminense).

A comissão contra a discriminação, presidida pela deputada Jurema Batista, contará com a presença do secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação, Fernando Peregrino.

As leis estabelecem 50% de reserva das vagas nas universidades estaduais do Rio de Janeiro para estudantes de colégios públicos e de 40% para negros e pardos.

[T47B2] 13/03/2003 - 15h14 - Alerj realiza 1ª audiência sobre sistema de cotas na universidade - da Folha Online

A Comissão contra a Discriminação, da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, realizou hoje a primeira audiência pública sobre o sistema de cotas nas universidades públicas do Estado.

Primeiro a depor, o secretário estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, Fernando Peregrino, defendeu o sistema, que entrou em vigor neste ano na Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e na Uenf (Universidade Estadual do Norte Fluminense).

Para Peregrino, "o sistema de cotas deve existir, até que não haja mais desigualdades como as que se observam na sociedade brasileira".

Líderes da UNE (União Nacional dos Estudantes) e da Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), além de alunos da rede pública, também deram depoimentos em apoio ao sistema. A comissão contra a discriminação é presidida pela deputada Jurema Batista (PT) e foi criada para debater o sistema de cotas, a partir da liminar concedida à ação do deputado Flávio Bolsonaro

questionando a constitucionalidade da lei estadual, que estabelece 50% das vagas nas universidades públicas do Estado para estudantes de colégios públicos e 40% para negros e pardos.

[T48B2] 02/04/2003 - 04h38 - Ministro quer trocar vestibular por avaliação seriada de aluno - LUCIANA CONSTANTINO da Folha de S.Paulo, em Brasília

Com o objetivo de tentar aumentar a reivindicada autonomia das universidades federais e começar a implantar uma nova meta para essas instituições, o ministro Cristovam Buarque (Educação) propôs a mudança no sistema de escolha dos reitores e a substituição do vestibular por uma avaliação seriada.

Em audiência pública de três horas com os senadores da Comissão de Educação, Buarque defendeu ontem um novo sistema de avaliação para alunos que disputam vaga no ensino superior. Segundo ele, as universidades devem ter liberdade de decidir como fazer a prova.

"Não quero impor um único tipo de vestibular. Vamos tentar fazer propaganda, divulgar e convencer que seja adotado o PAS [avaliação seriada usada na Universidade de Brasília em que os alunos fazem provas ao final de cada ano do ensino médio]." Esse sistema é adotado também em Santa Maria (RS) e Paraíba.

O ministro, que foi reitor da UnB, disse que estuda transformar em seriado o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) -que avalia alunos no final do segundo grau. "Com isso, o próprio Enem serviria de PAS. O prazo, as universidades vão decidir."

Sobre a eleição dos reitores, Buarque encaminhou à Casa Civil proposta de projeto de lei prevendo que cada universidade adote o critério que desejar.

O conselho universitário deverá escolher, até 60 dias antes da eleição, como ela será feita -direta, indireta, só professores etc.

O nome escolhido pela comunidade universitária será referendado pelo governo federal.

"Se um lugar quiser voto universal, com professor tendo o mesmo peso do aluno, ou só votar professor, pode. Depende da mobilização de alunos, servidores. Vai dar muita briga, mas isso se chama autonomia."

Atualmente, a eleição é feita por consulta a alunos, funcionários e professores, sendo que o voto dos docentes tem maior peso. É elaborada uma lista tríplice para que o ministro da Educação escolha o nome a ser referendado pelo presidente da República.

Apesar de ser a favor das cotas em universidades para alunos de escola pública, o ministro afirmou que não vai defendê-las para o país todo. "Prefiro que saia do Congresso do Congresso ou que algumas universidades adotem."

Fundef

Após não ter conseguido igualar o valor do Fundef (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental) à média desse tipo de gasto no país, o ministério está propondo um segundo reajuste.

O ministro disse aos senadores da Comissão de Educação que encaminhou pedido ao Planejamento para que o valor mínimo do Fundef passe dos atuais R\$ 446, para alunos da 1ª à 4ª série, para R\$ 500. No início do ano, o governo concedeu um aumento de 6,7%, o menor desde 2000.

Para chegar aos R\$ 500, o ministério pede a liberação de recursos previstos até o final do ano, que estão contingenciados, e usará mais R\$ 12 milhões de outras áreas do próprio MEC.

O Fundef foi criado pelo governo Fernando Henrique Cardoso como forma de incentivar a expansão e a melhoria do ensino fundamental. Ele redistribuiu o dinheiro arrecadado por municípios, Estados e União de acordo com o número de alunos.

Cristovam disse que a proposta de transformar o Fundef em um fundo para o ensino básico, chamado de Fundeb, está praticamente pronta e será apresentada aos secretários estaduais no próximo dia 25.

[T49B2] 02/05/2003 - 08h35 - Lula indicará procurador negro para o STF - KENNEDY ALENCAR e SILVANA DE FREITAS da Folha de S.Paulo, em Brasília

Numa decisão de caráter simbólico e inédita na história do país, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva indicará um negro para o Supremo Tribunal Federal. Das três indicações que fará para o STF, a **Folha** apurou que Lula já decidiu indicar Joaquim Benedito Barbosa Gomes, 48, procurador da República no Rio de Janeiro.

Os outros dois deverão ser escolhidos até terça-feira, dia 6. Todos serão indicados para substituir ministros que estão se aposentando -o STF tem 11 integrantes.

Nas palavras do presidente e assessores palacianos, a escolha de Barbosa Gomes é a demonstração de que seu governo levará a sério políticas de combate ao preconceito. Já foi criada, por exemplo, a Secretaria de Políticas e Promoção da Igualdade Racial.

Além do peso decisivo do critério de raça para a escolha de um dos três novos membros do Supremo, o governo procurou valorizar a sólida formação jurídica. Barbosa Gomes foi selecionado entre 15 ministeriáveis negros e é tido como altamente competente.

Mineiro de Paracatu, ele entrou no Ministério Público Federal em 1984 em Brasília. Antes tinha trabalhado como gráfico do Senado, oficial de chancelaria do Itamaraty, assessor jurídico do Serpro e consultor jurídico do Ministério da Saúde. Ele se formou pela Universidade de Brasília e é mestre e doutor em direito público pela Universidade de Paris-2.

O único senão em relação a Barbosa Gomes uma acusação de agressão a sua ex-mulher. No entanto, segundo a **Folha** apurou, ela enviou carta ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, dizendo que o tema era página virada.

De acordo com relato de Dirceu a amigos, a carta elogiaria Barbosa Gomes, que tem reconhecida atuação contra o racismo. Atualmente ele é um dos principais defensores da adoção do sistema de cotas nas universidades.

Para as outras duas vagas, os nomes mais fortes são os de Antonio Cezar Peluso, desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, e Carlos Ayres de Brito, advogado e professor da Universidade Federal de Sergipe. Um assessor de Lula, porém, diz que pode haver surpresas.

Lula dará uma vaga para o meio jurídico de São Paulo, e a disputa está entre Peluso e Dyrceu Cintra, juiz do 2º Tribunal de Alçada Civil e ex-presidente da Associação Juizes para a Democracia.

Peluso já esteve praticamente escolhido, mas houve uma reação da "esquerda jurídica" de São Paulo, bem como de parte significativa do PT paulista, a favor de Cintra. Peluso, porém, tem um forte aliado: o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, encarregado por Lula de fazer sondagens com todos os candidatos. Antonio Cezar Peluso é reconhecido por implementar os Centros Integrados de Cidadania na Justiça.

Ayres de Brito tem relações políticas com o PT, partido pelo qual já disputou eleições. Também conta a seu favor o fato de ser do Nordeste, região que fica sem representantes no STF com a saída de Ilmar Galvão.

Se vingar o trio Barbosa Gomes, Ayres Brito e Peluso ou Cintra, estarão contemplados o critério de raça, de compensação regional e de força jurídica (de São Paulo). Na lista de eventuais surpresas, está Luiz Roberto Barroso, advogado e professor no Rio.

A escolha de mais uma mulher para integrar o STF -hoje só há uma- é uma possibilidade que diminuiu, mas que não foi de todo descartada. Lula analisa uma lista de oito nomes, excluído o de Barbosa Gomes.

[T50B2] 07/05/2003 - 12h14 - Veja perfil de Barbosa Gomes, primeiro negro indicado para o STF - da Folha Online

Joaquim Benedito Barbosa Gomes, 48, é procurador da República no Rio de Janeiro e em Brasília desde 1992, negro e com atuação marcada pelos trabalhos sobre ação afirmativa contra o racismo, tendo publicado o livro "Ação Afirmativa e Princípio Constitucional da Igualdade".

Nascido em Paracatu (MG), filho de pedreiros, entrou no Ministério Público Federal em 1984 em Brasília, cidade onde morou a partir dos 16 anos até 1993. Formado pela Universidade de Brasília, em 1979, atuou como advogado também no Rio, nos EUA e na França.

Fez mestrado em direito constitucional, direito administrativo e direito público comparado e doutorado em direito público pela Universidade de Paris-2.

Trabalhou como gráfico do Senado, oficial de chancelaria do Itamaraty, assessor jurídico do Serpro e consultor jurídico do Ministério da Saúde.

Atualmente, é um dos principais defensores da adoção do sistema de cotas nas universidades.

Professor-adjunto do Departamento de Direito do Estado da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Barbosa Gomes dá palestras e consultorias sobre discriminação racial, com ênfase no enfrentamento desse tipo de situação. É também professor visitante da Universidade da Califórnia em Los Angeles (Ucla), nos EUA.

Pai de um filho de 18 anos, é membro consultor da ONG (Organização Não-Governamental) Care, que atua no combate à pobreza e em defesa de políticas de desenvolvimento.

[T51B2] 12/05/2003 - 15h14 - Secretária de Igualdade Racial defende cotas em universidades - da Folha Online

A secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, defendeu hoje a manutenção de cotas para negros nas universidades.

Depois de ser recebida pelo ministro da Educação, Cristovam Buarque, ela disse que a questão das cotas é polêmica, mas afirmou que se trata de uma medida transitória de justiça social.

Amanhã, Dia da Abolição da Escravatura no Brasil, a secretária tem uma audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para apresentar os primeiros projetos da secretaria, entre os quais a criação de uma página na internet que deve entrar em funcionamento até o final desta semana.

[T52B2] 18/05/2003 - 07h19 - Preconceito afeta desempenho na escola - ANTÔNIO GOIS da Folha de S.Paulo, no Rio

A universalização do ensino no Brasil não é suficiente para acabar com as desigualdades raciais na educação brasileira. Um estudo feito por pesquisadores da PUC (Pontifícia Universidade Católica) do Rio de Janeiro a partir de dados do Ministério da Educação mostra que estudantes negros estão aprendendo menos do que os brancos de mesmo nível social e que estudam na mesma escola.

Analisando as notas dos alunos no Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), principal exame do ministério para medir a qualidade da educação brasileira, os pesquisadores Angela Albernaz, Francisco Ferreira e Creso Franco mostraram que os negros tinham, na média de todas as disciplinas verificadas, desempenho inferior em 9,3 pontos ao dos brancos, mesmo quando eram comparados alunos da mesma classe social e da mesma escola.

O estudo, financiado pela Fundação Ford, também aponta diferenças nas notas entre brancos e pardos. Nesse caso, a diferença a favor dos brancos é de 3,1 pontos.

Para os pesquisadores, os resultados são uma forte evidência de que pode estar havendo preconceito na escola. Professores podem estar tratando de maneira desigual negros e brancos da mesma sala de aula.

Outra explicação é a herança entre gerações. As pesquisas do ministério mostram que a escolaridade dos pais e avós influi diretamente no rendimento escolar do aluno. Quanto mais escolarizados são os pais e os avós, melhor tende a ser a nota dos alunos.

"É muito provável que a educação dos avós -que não pudemos levar em conta na análise- explique parte da diferença que encontramos", afirma Franco, um dos autores do estudo.

A pesquisa também levanta a hipótese de que possa haver um viés cultural nos currículos escolares quando eles enfatizam, por exemplo, os aspectos normativos do uso da língua em vez de valorizar a capacidade de comunicação oral e escrita.

"Todos perdem quando a escola distancia-se da realidade dos alunos, mas os grupos sociais historicamente afastados do poder e da cultura erudita perdem mais", afirma Franco.

Os autores do estudo defendem o debate sobre políticas de ações afirmativas, como as cotas que garantem um percentual mínimo de vagas em universidades para estudantes negros ou pardos. Segundo eles, os dados mostram que não basta universalizar o ensino e dar a mesma educação para negros e brancos para que a desigualdade no ensino acabe.

Os autores do estudo, no entanto, não minimizam os efeitos da universalização. Nas provas de matemática, por exemplo, a diferença entre a nota média de negros e brancos, sem levar em conta a classe social e a escola onde estudam, é de 24 pontos a favor dos brancos.

Quando os pesquisadores comparam apenas negros e brancos da mesma classe social e da mesma escola, a diferença cai para 13 pontos.

Ainda assim, segundo Franco, trata-se de uma diferença significativa. O Saeb, exame que serviu de base para o estudo, tem uma escala de notas que vai de 0 a 475. Os estudantes da 4ª e da 8ª série do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio fazem a mesma prova. De acordo com a pontuação, é verificado se a nota é compatível com o nível esperado para cada série.

A diferença média de 13 pontos em matemática representa 26% do desvio padrão médio verificado (cálculo que indica qual a diferença entre as notas parciais que compõem a média final em relação a essa média), que foi de 50 pontos. Essa diferença, explica Franco, é suficiente para determinar se um candidato passaria ou não num vestibular de universidade pública.

A desigualdade entre negros e brancos e as hipóteses de que o preconceito afeta o desempenho dos negros já haviam sido detectadas em estudo da Fundação Carlos Chagas em São Paulo.

A ex-secretária de Educação de São Paulo Rose Neubauer participou da pesquisa da fundação e concorda com as conclusões dos pesquisadores da PUC. "As pesquisas sugerem que as crianças negras têm sido mais abandonadas na escola", afirma.

Para ela, pode estar acontecendo o que os especialistas chamam de profecia que se auto-realiza. Ou seja, o professor tem uma expectativa de que o aluno negro aprenda menos e, por isso, dá menos atenção a ele.

Por causa da falta de atenção, o estudante acaba realmente tendo rendimento pior que o dos colegas de classe.

Neubauer cita também pesquisas que mostram que a auto-estima pode influenciar o desempenho. Uma delas, feita pela psicóloga Ana Maria Popovic na década de 80, mostrava que havia diferença na auto-estima das crianças negras que estavam na pré-escola e no ensino fundamental.

A pesquisa dizia que, ao entrar no fundamental, havia uma perda de auto-estima das crianças, o que pode interferir em seu desempenho. "O professor, ao elogiar apenas o cabelo macio de um aluno de cor branca, pode estar reforçando um modelo cultural de beleza. Isso pode afetar a auto-estima e o desempenho escolar de um estudante negro da mesma classe", afirma.

[T53B2] 18/05/2003 -Nos EUA, critério racial vai à Suprema Corte – Folha Online -DA SUCURSAL DO RIO

No Brasil e nos Estados Unidos, a política de ação afirmativa -um dos meios sugeridos pelos pesquisadores da PUC para diminuir a desigualdade no ensino- está sendo posta em xeque por parte da sociedade.

No Brasil, a polêmica está no sistema de cotas raciais e de reserva de vagas para alunos da escola pública implementado pela Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), que está sendo contestado judicialmente no STF (Supremo Tribunal Federal).

Nos Estados Unidos, onde as maiores universidades adotam políticas de ações afirmativas há mais de 30 anos, o centro da polêmica está na Universidade de Michigan, cujo sistema de admissão levando em conta critérios raciais está sendo contestado na Suprema Corte daquele país.

O caso de Michigan, com julgamento previsto para o mês que vem, pode obrigar quase todas as universidades de grande porte dos EUA a reverem suas políticas de ações afirmativas. O caso é tão polêmico que dividiu opiniões dentro do governo americano. O presidente George W. Bush criticou o critério adotado pela universidade, enquanto o secretário de Estado, Colin Powel, saiu em defesa.

A professora da Faculdade de Educação de Michigan Valerie Lee participou no início deste mês de um debate no Rio sobre ações afirmativas e defendeu o sistema de sua universidade. Nos Estados Unidos, o estabelecimento de cotas -como acontece hoje na Uerj- é ilegal, mas as universidades podem levar em conta outros critérios, além dos testes, no processo de seleção de um estudante.

Lee explicou que, na Universidade de Michigan, alunos negros, hispânicos ou que são bons atletas ganham pontos a mais no processo seletivo, que são somados aos pontos obtidos nos testes. Segundo Lee, a diversidade étnica nos campi das mais concorridas universidades norte-americanas é uma política voluntária dessas instituições.

"Não somos obrigados a estipular esses critérios. Acho que as universidades procuram a diversidade porque, nos EUA, muitas empresas grandes incentivam a diversidade no trabalho. Por fazerem isso, elas querem empregados que, de preferência, já tenham convivido na universidade com políticas de ações afirmativas", afirmou Lee à **Folha**.

Ela afirma, no entanto, que nenhuma universidade concorrida aceita abrir mão totalmente do critério acadêmico na admissão de estudantes de minorias. "É por isso que estudantes de minorias com bom desempenho nos testes são tão disputados pelas universidades", disse. A ação contra a Universidade de Michigan, assim como a ação contra a Uerj, foi movida por estudantes brancos que não se classificaram nos testes por não terem preenchido nenhum dos critérios de ação afirmativa.

Lee reconhece que as ações afirmativas são injustas com esses estudantes excluídos. "As vantagens das ações afirmativas são óbvias, pois elas aumentam a presença de minorias nas melhores universidades. Mas não há dúvida de que elas sejam injustas com os que não conseguem entrar na universidade apesar de terem notas para isso", afirmou. Apesar dessa injustiça, ela defende as ações afirmativas. "Essa política existe porque queremos construir uma igualdade racial. É preciso continuar porque ainda não chegamos a esse ponto, mas, se não fossem as ações afirmativas, dificilmente hoje teríamos um secretário de Estado negro."

[T54B2] 25/05/2003 - 10h02 - Fundação Palmares discute acesso de negros às universidades - da Folha Online

A Fundação Cultural Palmares realiza em Salvador, entre os dias 27 e 28 de maio, o 2º encontro "O Negro na Universidade: O Direito à Inclusão". O evento tem como objetivo ampliar o debate sobre as ações afirmativas e a reserva de cotas para os negros nas universidades.

O encontro pretende proporcionar a acadêmicos, juristas e dirigentes universitários envolvidos com o tema, mais informações sobre as razões que excluem o negro do sistema universitário. O evento

pretende também esclarecer a sociedade sobre a pertinência e a legalidade da implantação do sistema de cotas.

A abertura do encontro será no dia 27, às 9h, no Teatro Sesc/Senac (Largo do Pelourinho, 19, Centro Histórico), com o tema "Ensino Superior: O Direito à Inclusão". À tarde, às 14h, acontece a palestra "O Direito à Igualdade: Aspectos Constitucionais e Legais", e, às 16h30, o debate "O Negro na Universidade: Uma Abordagem Antropológica". No dia 28 serão discutidos o sistema de cotas e as ações afirmativas.

[T55B2] 27/05/2003 - 08h54 - Unifesp inicia discussão para definir cotas - da Folha de S.Paulo

A Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) iniciou ontem um processo de discussão para definir qual posição adotará na questão de cotas para estudantes negros e aqueles que se formaram na rede pública.

O evento, "Políticas de Ações Afirmativas", durou o dia todo e reuniu representantes de organizações envolvidas nessas ações. Participaram também membros da reitoria das universidades estaduais do Rio de Janeiro (UERJ) e da Bahia, onde o sistema de cota já foi implantado, além do senador Paulo Paim (PT-RS).

"Notamos que nos debates que a Unifesp vinha realizando sobre ações afirmativas faltavam informações concretas", disse a pró-reitora de graduação, Helena Nader. "Agora já temos condições de voltarmos às discussões e definirmos a posição da Unifesp."

No seu último vestibular, a UERJ reservou 40% das vagas a negros e pardos e 50% a estudantes da rede pública. Mais de 120 liminares foram concedidas por estudantes que se sentiram prejudicados, mas a maioria já teria sido derrubada. O Estado do Rio, junto com entidades, vem discutindo alterações nesses critérios.

Discussões sobre cotas devem começar na maioria das universidades públicas. "A sociedade vai ter que se posicionar quanto a essas questões", afirma Nader.

[T56B2] 06/06/2003 - 19h34 - UnB aprova distribuição de cotas para negros - CARLOS FERREIRA da Folha Online

O Conselho Acadêmico da UnB (Universidade de Brasília) aprovou na tarde de hoje, por 24 votos a favor e um contra, um plano de metas para integração social, étnica e racial na universidade, que permite a distribuição de 20% das vagas para negros. Também serão destinadas vagas para índios. Com isso, a UnB passa a ser a primeira universidade federal a aprovar a distribuição de cotas.

A universidade oferece 1.990 vagas no vestibular do meio --destas, 398 serão destinadas ao programa de cotas--, e outras 1.980 no vestibular do início do ano --sendo 396 vagas para o programa de cotas.

Poderão participar do plano de metas para integração social, étnica e racial, todos aqueles que se autodeclararem negros. O mesmo ocorre em algumas instituições estaduais do Rio de Janeiro e da Bahia.

O projeto

De acordo com os professores José Jorge de Carvalho e Rita Laura Segato, do Departamento de Antropologia da universidade e autores do projeto, para chegar à aprovação foram necessários quatro anos de debates, reuniões e seminários.

"O projeto abrange dois itens principais: o acesso à universidade e a permanência. O acesso diz respeito à cota de distribuição de vagas para negros ao longo de dez anos, e vagas para índios. A permanência prevê bolsas, alojamentos e o acompanhamento", disse Carvalho.

A expectativa é de que as cotas cheguem aos alunos no início do ano letivo do próximo ano. "Provavelmente isto entre em vigor no primeiro dia de 2004. O vestibular será o mesmo e é só mudar

um pouco a ficha de inscrição. A parte dos índios teremos que trabalhar com a Funai porque a parte deles é um pouco diferente", afirmou Carvalho.

Durante a permanência dos alunos que conquistarem vagas pelo sistema, haverá um monitoramento. "Um órgão vai monitorar se não estará havendo nenhuma distorção para cumprir com a meta e não acabar beneficiando outras pessoas que estejam fora do público-alvo. Haverá um órgão de apoio psicopedagógico. Isso será um grande experimento", disse Segato.

Apoio

De acordo com a professora Segato, os alunos da universidade se "mobilizaram amplamente e que esta vitória [a aprovação] se deve em grande parte à participação estudantil".

"A sala onde foi realizada a votação estava lotada de estudantes, todos mobilizados a favor do projeto. Muitos deles, que no início eram contrários, hoje estavam aqui apoiando. Ao longo desses anos, fomos vencendo muita resistência".

Rio

Neste ano, a Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) já se utilizou da distribuição de cotas para alunos da rede pública e para negros e pardos. A medida gerou polêmica entre os vestibulandos.

Vários alunos que não foram aprovados --mesmo tendo uma média superior às médias de alunos com direito às cotas-- entraram com ações na Justiça pedindo o direito à vaga.

[T57B2] 07/06/2003 - UnB aprova cotas para negros e índios - LUCIANA CONSTANTINO DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UnB (Universidade de Brasília) aprovou ontem a adoção de cotas para estudantes negros e índios já a partir do vestibular de 2004. A UnB é a primeira instituição de ensino superior federal a adotar cotas para negros, já implantadas nas universidades estaduais do Rio de Janeiro e da Bahia.

As cotas para índios estão em estudo na Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Em Cáceres (MT), funciona uma universidade destinada à comunidade indígena, criada pelo governo do Estado.

A medida anunciada pela UnB -chamada de Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial- inclui também um programa de acompanhamento da escola pública, visando incentivar e ajudar alunos carentes, principalmente de instituições de ensino médio da periferia, a ingressarem na universidade.

Discussão

O atual ministro da Educação, Cristovam Buarque, já foi reitor da UnB e defende a adoção de cotas. Para o ministro, porém, é preciso haver uma ampla discussão antes de implantá-las em todo o país.

No final do mês passado, a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) iniciou um processo de discussão para definir qual posição adotará sobre o assunto.

A UnB vai reservar para estudantes negros, em cada vestibular, 20% das mil vagas de graduação oferecidas por semestre. A quantidade de vagas para índios ainda será definida por uma comissão formada ontem.

A universidade oferece 63 cursos de graduação. Atualmente 2% dos 25 mil alunos de graduação e pós-graduação são negros.

"É um momento histórico para a universidade. Essa é uma maneira de combater a exclusão racial", disse Timothy Mulholland, vice-reitor da UnB e coordenador do conselho, que tem representantes dos docentes e dos alunos.

A medida, aprovada por 24 votos a favor, um contra e uma abstenção, vai vigorar por um prazo de dez anos. Segundo o autor da proposta, o professor do Departamento de Antropologia José Jorge de Carvalho, esse é o tempo suficiente para analisar o impacto socioeconômico do programa.

Para ser incluído na cota para negros, o estudante fará uma autodeclaração. Não serão considerados estudantes pardos.

[T58B2] 24/06/2003 - 03h56 - Empresa e ONGs financiam negros na universidade - FABIANO MAISONNAVE - da Folha de S.Paulo

À margem da polêmica sobre cotas no ensino superior, ONGs e empresas estão se unindo em torno de projetos voltados para um dos principais funis da educação brasileira: a quase ausência de negros nos bancos universitários.

Neste mês, entrou em funcionamento o maior projeto do gênero no país, o Afro Ascendentes, sob o patrocínio da empresa Xerox, em parceria com as ONGs Geledés - Instituto da Mulher Negra, de São Paulo, e o Cieds (Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável), do Rio de Janeiro.

Com orçamento inicial de R\$ 750 mil, o projeto selecionou 40 jovens negros -20 em São Paulo e 20 no Rio. Desses, 90% concluíram o ensino médio e outros 10% estão cursando o 3º ano.

Na primeira fase, o projeto prepara cada aluno para o vestibular. Além do cursinho, eles poderão frequentar cursos de língua, ter computador com internet em casa e ajuda de R\$ 200/mês. Após o ingresso na faculdade, o projeto pagará as mensalidades, no caso de instituições particulares, e ajuda de custo e proporcionará atividades extracurriculares.

A partir do ano que vem, o Afro Ascendentes selecionará 200 jovens por ano. Gradativamente, os jovens serão escolhidos mais cedo, até que 40% sejam do do terceiro ano do ensino médio, 30% do segundo ano e 30% do primeiro. Estima-se que cada aluno passe até sete anos no projeto.

A idéia é que, a partir de 2004, o projeto seja financiado por um grupo de empresas. "Contatamos 18 empresas para formarmos até setembro um consórcio social", diz José Pinto Monteiro, 56, diretor-executivo do Instituto Xerox.

Além de negros, os alunos têm de ter até 22 anos, se dedicar exclusivamente ao projeto e ter renda familiar per capita de até dois salários mínimos. Só em São Paulo 363 participaram da seleção. Apesar de não ter sido um critério, os selecionados se formaram ou estudam em escolas públicas.

Mas como definir quem é negro? Baseado em seleções para projetos anteriores, o Geledés criou uma metodologia. "Negro é quem se identifica como negro e demonstra, na sua vivência, o racismo e a discriminação racial", diz Maria Aparecida da Silva, a Cidinha, coordenadora do programa de educação do Geledés.

Cursos de excelência

A escolha das carreiras também é uma preocupação do programa. Segundo Monteiro, os alunos terão de escolher carreiras nas áreas de biomédicas e exatas, onde a incidência de negros é menor. Ele explicou que o projeto será periodicamente auditado por uma empresa certificadora de qualidade.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de 2001, 97,7% dos negros e pardos entre 18 e 25 anos não ingressaram no ensino superior. Entre brancos, o índice é de 88,8%. Tanto Monteiro como Cidinha afirmam que projetos como o Afro Ascendentes não substituem a instituição de cotas para negros em universidades.

"O que fazemos não se limita à porta de acesso, procuramos dar condições para que os alunos tenham sucesso. Já cota tem um impacto mais numérico e imediato", afirma ela. "A política de cotas é um belíssimo recurso dentro das ações afirmativas", diz Monteiro.

[T59B2] 24/06/2003 - 10h16 - No Brasil, reserva de vagas para negros está no Supremo - ANTÔNIO GOIS da Folha de S.Paulo, no Rio

No Brasil, a aplicação de critérios de ações afirmativas por universidades públicas também está sendo contestada na maior corte do país, o STF (Supremo Tribunal Federal).

O órgão vai julgar se a reserva de vagas no vestibular das duas universidades estaduais do Rio para alunos negros, pardos e de escolas públicas é constitucional.

A ação, movida pela Confenen (Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino), não tem data para ser julgada. No vestibular do ano passado, uma lei estadual criou uma cota de 40% das vagas para negros e pardos e de 50% para estudantes da rede pública na Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e na Uenf (Universidade Estadual do Norte Fluminense).

Sistema de cotas

A principal diferença entre o caso brasileiro e o julgado ontem pela Suprema Corte americana é que as universidades daquele país não adotam desde 1978 o sistema de cotas, que exige que um determinado percentual das vagas seja ocupado por alguma minoria.

Essa decisão, no entanto, não impediu que universidades americanas continuassem adotando outras formas de ações afirmativas. Até a decisão de ontem, a Universidade de Michigan dava pontos a mais no seu processo de seleção para estudantes que pertenciam a grupos minoritários.

Outra diferença entre o caso americano e o brasileiro é que, por aqui, as cotas na Uerj e na Uenf foram determinadas pelo governo do Rio.

Nos EUA, são as universidades que definem se usarão algum critério para beneficiar estudantes pertencentes a alguma minoria.

Além da discussão sobre se é constitucional tratar de forma diferenciada os candidatos para beneficiar minorias ou grupos com menor poder aquisitivo, o STF discutirá também se é da competência de um governo estadual impor cotas às universidades.

Na semana passada, um parecer do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, afirmava que as cotas só poderiam ser instituídas por lei federal ou por decisão das próprias universidades, respeitando o princípio constitucional da autonomia dessas instituições. A decisão sobre o assunto, no entanto, cabe ao STF.

No início deste mês, a UnB (Universidade de Brasília) tornou-se a primeira universidade federal a aprovar cotas para estudantes negros e índios, já a partir de 2004. A decisão foi tomada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da instituição.

[T60B2] 26/06/2003 - 09h31 - Cristovam diz ser favorável a reserva de cotas em universidades - JOÃO NOVAES especial para a Folha Online, em Paris

O ministro da Educação, Cristovam Buarque, afirmou ontem, em Paris, que é favorável a aplicação de ações afirmativas que têm por objetivo estabelecer cota mínima obrigatória às minorias raciais em universidades públicas.

No entanto, o ministro disse que a responsabilidade da aplicação de tais medidas no Brasil não serão impostas pelo MEC (Ministério da Educação), e que tal iniciativa deverá partir das próprias universidades.

"Não vamos impor a cota a nenhuma universidade. Faz quem quiser, não será uma ação governamental [a de impor reserva de cotas]. Mas elogio a UnB (Universidade de Brasília) por ter implantado recentemente esta medida"

A declaração foi dada durante discurso no Ehess (Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais), em Paris, instituição na qual obteve o seu doutorado em 1973.

Desigualdade

Apesar de apoiar moralmente a idéia de reserva de cotas, o ministro afirmou que a medida não diminuirá as desigualdades no ensino entre negros e brancos.

Para ele, esta ação beneficia principalmente alunos negros de classe média e alta. "A melhor maneira para acabar com essas desigualdades está em fornecer uma boa escola pública para todos."

Cristovam afirmou que as cotas servem como uma medida provisória para resolver um problema moral da sociedade brasileira, já que, para ele, os negros não são representados corretamente no ensino superior brasileiro.

[T61B2] 01/07/2003 - 10h26 - Rosinha propõe novo sistema de cotas no Rio - da Folha de S.Paulo, no Rio

A governadora do Rio, Rosinha Matheus (PSB), enviou ontem à Assembléia uma proposta que estabelece que apenas os estudantes que comprovarem ser carentes têm direito ao benefício das cotas nas universidades estaduais.

Pela proposta, que precisa ser aprovada na Assembléia, o percentual máximo de vagas a serem reservadas é de 45% (20% para alunos da rede pública, 20% para negros, pardos e integrantes de minorias étnicas e 5% para portadores de deficiência). Caberá às universidades definir quem é carente.

O sistema de cotas, suspenso por liminar, está sendo contestado no Superior Tribunal Federal.

[T62B2] 17/07/2003 - 06h36 - Grupo de trabalho do governo irá estudar criação de cota para negros - da Folha de S.Paulo, em Brasília

O governo federal defende a implantação de cotas para negros em universidades no Brasil e, para intensificar o debate, criará um grupo de trabalho para analisar o tema. Se houver consenso, pode até elaborar um projeto de lei.

Segundo a ministra Matilde Ribeiro (Secretaria da Igualdade Racial), o governo apóia as cotas desde a campanha eleitoral, mas é necessário intensificar a discussão sobre as normas e o papel da União. "É claro que precisamos preservar a autonomia das universidades, mas temos também que discutir nosso papel na política", afirmou ela, após a solenidade de ampliação do programa Diversidade na Universidade.

Já o ministro Cristovam Buarque (Educação) reiterou que a proposta não visa impor as cotas. "Não é idéia nossa forçar um projeto de lei. Mas, se as coisas evoluírem e se houver boa receptividade, não vejo motivo para não fazer isso também", disse.

O ministro propõe que os índios (que são em número reduzido) tenham acesso garantido à universidade, sem necessidade de cotas. A medida, para ser instituída, dependeria de cada instituição.

A UnB (Universidade de Brasília) foi a primeira instituição de ensino superior federal a adotar as cotas para negros e índios. As universidades estaduais do Rio e da Bahia têm experiências.

Para Cristovam, é preciso também haver projetos que ajudem o negro a concluir o ensino médio.

Estudo do ministério traz dados preocupantes sobre a desigualdade racial no ensino. Apesar de o país ter 45% de negros e pardos, segundo o Censo 2000, alunos negros param de estudar antes dos brancos. Além disso, de 1995 a 2001, apresentaram queda mais acentuada no desempenho.

O Diversidade na Universidade, iniciado no fim de 2002, visa defender a inclusão social e o combate à exclusão étnica e racial.

Instituições de ensino que tenham pelo menos 51% de afrodescendentes e/ou indígenas entre os matriculados poderão concorrer a financiamento para oferecer cursinhos pré-vestibular. São US\$ 9 milhões para três anos. Informações pelo 0800-616161.

[T63B2] 13/08/2003 - 21h10 - Estudantes ocupam reitoria da UFba e pedem cotas para negros - LUIZ FRANCISCO da Agência Folha, em Salvador

Com colchonetes, travesseiros e livros, cerca de 40 estudantes da UFba (Universidade Federal da Bahia) invadiram o prédio da reitoria para cobrar uma posição da instituição em relação à implantação de cotas para afrodescendentes.

No final da tarde de hoje, 27 horas após a invasão, os estudantes permaneciam acampados no prédio, localizado no centro de Salvador.

"Nós queremos uma resposta escrita e assinada pelo reitor [Naomar Almeida] em relação às nossas reivindicações", disse o estudante de ciências sociais Kleber Rosa.

Segundo a assessoria da UFba, há dois meses o reitor Almeida encaminhou ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da instituição a proposta para a implantação das cotas. O projeto ainda está em fase de avaliação, de acordo com a universidade.

Além das cotas, os estudantes que invadiram a reitoria reivindicam a isenção do pagamento da taxa para a inscrição no vestibular e a criação de um calendário para acompanhar a tramitação do projeto.

"Também queremos uma política que ofereça aos negros auxílio para a moradia, transporte e alimentação", disse Roquildes Ramos, estudante de sociologia da UFba.

Para a estudante, o sistema atual de ensino restringe a participação dos negros na universidade. "Ser pobre e branco é muito diferente de ser pobre e negro, já que os pobres e brancos têm mais privilégios."

Durante todo o dia de hoje os estudantes acampados participaram de reuniões com o reitor. "Não ficamos satisfeitos com as respostas parciais às nossas propostas. Queremos mais objetividade", disse Rosa.

No Estado, a primeira universidade a implantar um sistema de cotas para negros foi a Uneb (Universidade Estadual da Bahia). No último vestibular, realizado em janeiro, a instituição reservou 40% das vagas para os afrodescendentes.

"Não existe outra alternativa, pelo menos por enquanto, para o negro ter as mesmas oportunidades dos brancos em relação ao ensino superior. O sistema de cotas é democrático e pode ser implantado em qualquer universidade", disse Roquildes Ramos.

[T64B2] 14/08/2003 - 20h28 - Estudantes fazem acordo e deixam reitoria da UFba - LUIZ FRANCISCO da Agência Folha, em Salvador

Depois de 32 horas de invasão, 40 alunos da UFba (Universidade Federal da Bahia) aceitaram a proposta da instituição e desocuparam no final da noite de ontem o prédio da reitoria. Os universitários invadiram o local para cobrar mais rapidez da instituição em relação à implantação de cotas para afrodescendentes.

O reitor Naomar Almeida aceitou incluir três estudantes do comitê pró-cota no grupo de trabalho que está analisando a proposta de conceder pelo menos 30% das vagas oferecidas pela UFba para os negros. Antes da invasão, apenas um estudante fazia parte do grupo.

Os estudantes também reivindicam a isenção no pagamento da taxa de inscrição do vestibular, atualmente fixada em R\$ 90. A UFba se comprometeu a analisar a proposta, mas informou que os estudantes mais carentes já contam com uma taxa especial --R\$ 15. Segundo a UFba, 7.500 candidatos foram beneficiados no último vestibular com o desconto.

"Se a proposta do comitê pró-cota for aceita, a universidade não tem outra alternativa a não ser reduzir o número de candidatos contemplados com o desconto", disse o reitor.

"A partir do acordo, vamos acompanhar o processo de implantação das cotas e ampliar a nossa proposta para todas as universidades estaduais da Bahia", disse a estudante Daniele Costa.

[T65B2] 15/08/2003 - 04h25 - Rio reduz cotas nas universidades estaduais - ANTÔNIO GOIS da Folha de S.Paulo, no Rio

A Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro aprovou lei que altera as regras do sistema de cotas nas universidades estaduais. As cotas passam a valer apenas para os estudantes que comprovarem carência, por exemplo.

O percentual de vagas reservadas diminuiu. A porcentagem de cotas para negros caiu de 40% para 20%. Para alunos da escola pública, passou de 50% para 20%.

Diminuiu também a porcentagem de vagas reservadas para portadores de deficiência. Essa reserva não foi colocada em prática no último vestibular porque foi aprovada após o início do concurso. Ela destinava 10% das vagas para portadores de deficiência.

Essa porcentagem caiu para 5%, e será preenchida com alunos pertencentes a outras minorias étnicas, a serem definidas.

Apesar da redução do percentual total, o novo texto da lei estabelece que as vagas não poderão ser sobrepostas, como aconteceu no ano passado.

Pelo sistema que vigorou em 2002, um aluno negro ou pardo que cursou escola pública entrava tanto na contagem das vagas preenchidas pelo critério racial como na contagem da reserva para estudantes da rede pública.

Pela sobreposição, apesar de 90% das vagas (40% da cota racial mais 50% da rede pública) terem sido reservadas por lei no ano passado, a porcentagem de candidatos que entraram por algum critério de cotas foi de 63%, já que alguns aprovados preenchiam os dois critérios. Com a mudança, a universidade deverá reservar 45% das vagas para alunos beneficiados por um dos critérios.

A definição de quem é negro continuará sendo feita pela autodeclaração.

[T66B2] 17/08/2003 – 06h47 - Líder sem-teto chegou a São Paulo semi-analfabeta e hoje cursa direito - DA REPORTAGEM LOCAL DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Quando chegou em São Paulo vindo da Bahia, em 1980, Maria das Graças Xavier, 37, tinha concluído apenas a quarta série do ensino fundamental. Ano que vem, a líder sem-teto termina o curso de direito.

Aos 14 anos, Graça -que diz ainda não ter se acostumado com o frio da cidade- foi morar com a irmã mais velha, casada, que morava na capital paulista. "Um mês depois, eu já estava trabalhando", lembra.

Quatro anos mais tarde, em 84, começou a atuar no movimento sindical e na associação de bairro, na Vila Olivieiro (zona sul de São Paulo). Em 86, já era dirigente de um movimento de moradia. Hoje, Graça é uma das principais lideranças do movimento no país. Integra a executiva da CMP (Central de Movimentos Populares) -que abarca 200 entidades de movimentos sociais urbanos-, composta por nove membros, e a executiva da UMM (União dos Movimentos de Moradia).

Separada, voltou a estudar em 95, após 18 anos longe das carteiras escolares, e está no quinto ano de direito.

Seu filho mais velho, Anderson de Jesus Vieira, 19, estuda medicina em Cuba, beneficiado por uma parceria do governo cubano com a CMP.

Nesse momento, Graça participa da organização dos atos do Grito dos Excluídos -protesto organizado pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e por movimentos sociais no Sete de Setembro.

Um dos objetivos da união dos movimentos sociais, segundo ela, é passar a elaborar sistematicamente projetos de lei de iniciativa popular (que exigem subscrição de 1% do eleitorado em cinco Estados). O próximo a ser apresentado ao Congresso, afirma, deve propor a criação de cotas em todas as universidades públicas para alunos de escolas públicas.

[T67B2] 08/09/2003 - 14h59 - Rio dará ajuda financeira para estudantes do sistema de cotas - da Folha Online

Os alunos do sistema de cotas do Rio de Janeiro terão, a partir do próximo ano, uma ajuda financeira mensal de aproximadamente R\$ 190. A informação foi dada hoje pela governadora do Estado, Rosinha Matheus, ao assinar, na sede do governo, decreto que institui o programa Jovens Talentos 2.

O BNDS (Banco Nacional de Desenvolvimento Social) vai liberar R\$ 5 milhões para financiamento de livros didáticos e computadores para as duas universidades estaduais do Rio: Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) e Uenf (Universidade Estadual do Norte Fluminense).

O sistema de cotas garante 20% das vagas nas universidades públicas estaduais para alunos da rede pública, 20% para negros e 5% para pessoas com deficiências e integrantes de minorias étnicas.

Todos terão de comprovar que não têm condições socioeconômicas.

[T68B2] 11/09/2003 - 04h07 - "Dinheiro público é para escola pública" - da Folha de S.Paulo, em Brasília

O ministro Cristovam Buarque (Educação) defendeu ontem o fim da dedução no Imposto de Renda para "quem tem filho na escola particular". A arrecadação oriunda da renúncia fiscal deveria ser destinada ao ensino público.

"Hoje o governo federal gasta R\$ 1,5 bilhão com subsídio a quem tem filho na escola particular. Isso tem que acabar. Dinheiro público tem de ser para a escola pública", afirmou, sob aplausos de alunos do ensino médio de uma escola pública de Brasília.

Segundo a Receita Federal, o governo deixa de arrecadar R\$ 832,6 milhões por conta das deduções com educação no IR de pessoas físicas. Já o total de renúncia fiscal com educação, com incentivo a filantrópicas, por exemplo, chega a R\$ 1,1 bilhão.

Cristovam também fez um apelo pela criação de um "movimento educacionista", nos mesmos moldes do abolicionista, que pregava a abolição da escravidão, no século 19. O movimento buscaria uma mudança de consciência da sociedade, colocando a educação em primeiro lugar entre as necessidades do país.

Cristovam citou, como exemplo hipotético, que um arranhão no carro provoca mais raiva a um pai do que a ausência de professores na escola do filho.

Recursos

A maior valorização da educação acabaria provocando maior destinação de recursos para a área, segundo o ministro. Isso auxiliaria a criação de um sistema único de educação.

Seriam pilares desse sistema a elevação do valor do Bolsa Escola, para manter a frequência até o fim do ensino médio, a valorização dos professores, com maior salário, e um conteúdo básico de ensino para todos os Estados. "Professor é uma entidade composta de cabeça, coração e bolso. Tem que ser bem motivado, formado e remunerado."

Apesar de defender a adoção de cotas nas universidades para negros, estudantes de escolas públicas e indígenas, o ministro disse que a medida só beneficiaria a classe média. "As cotas para negros não beneficiam os pobres, mas os negros de classe média. Mesmo assim, precisamos mudar a cor da cara da elite", afirmou.

[T69B2] 20/09/2003 - 17h38 - Ministra propõe ação afirmativa contra desigualdade racial - EDNEY CIELICI DIAS da Folha de S.Paulo

"Estou procurando o interruptor", responde a ministra Matilde Ribeiro à pergunta de qual é a luz no fim do túnel no que se refere aos desafios de sua pasta. Titular da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, ela presta assessoria diretamente à Presidência da República.

A ministra explica que realiza um trabalho de convencimento da necessidade de dar um "recorte racial" às políticas sociais de órgãos do governo. Inaugurada em março, a secretaria, segundo a ministra, está apenas começando o seu trabalho.

"As políticas universais não dão conta da desigualdade racial. São necessárias ações afirmativas, como as cotas para negros nas universidades", afirma Matilde Ribeiro.

Essa concepção é compartilhada por entidades do movimento negro. "A cor é um fator que acentua a exclusão. Ser negro é um impedimento", diz Eliana Custódio, 38, coordenadora da área de articulação comunitária da ONG (organização não-governamental) Geledés, de mulheres negras.

Marcelo Paixão, 37, coordenador do Observatório Afrobrasileiro, pondera que faltam políticas específicas para os descendentes dos escravos, mas que elas devem ser implementadas sem prejuízo do atendimento universal da população carente.

Sem distinção

Marcio Pochmann, 41, secretário municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, responsável pelos programas de desenvolvimento social, informa que a Prefeitura de São Paulo procura atender aos mais desassistidos sem distinção.

"Não há necessidade de cotas, por exemplo, pois o objetivo é atender a todas as famílias com renda inferior a 1,47 salário mínimo."

O secretário afirma que já foram atendidas 300 mil famílias nos 50 distritos com maior exclusão social na cidade. A cobertura às 280 mil restantes deve acontecer até o final de 2004.

A ministra Matilde Ribeiro diz que gostaria de ver um recorte racial nas políticas sociais paulista nas, mas que não tem pronta uma proposta. "Estamos dispostos a colaborar. Precisamos experimentar, ousando na identificação de caminhos."

[T70B2] 17/11/2003 - 20h27 - Gilberto Gil defende visão negra no cinema brasileiro - da Folha Online

Após dizer que o desejo de integração no Brasil é mais forte que o racismo, o ministro da Cultura, Gilberto Gil, defendeu hoje a introdução de uma "visão negra na produção cinematográfica do país".

"Precisamos introduzir uma visão negra na nossa produção cinematográfica, e superar os modelos reducionistas sobre a presença do negro no Brasil", afirmou o ministro, que disse que a população negra ainda é discriminada em alguns setores da produção cultural brasileira, como o cinema.

Gil disse que já teve de enfrentar o preconceito, mas aprendeu a lidar com ele. O ministro apontou a miscigenação como um dos fatores que impedem a proliferação do racismo entre os brasileiros.

O ministro defendeu a inclusão no currículo escolar da disciplina História dos Povos Africanos e também o sistema de cotas raciais nas universidades. "Essa é uma questão que precisa ser trabalhada na sociedade, para ser legitimada sem voluntarismo", afirmou.

As declarações de Gilberto Gil foram dadas durante a 2ª Jornada África Brasil, realizada na Câmara dos Deputados.

[T71B2] 19/11/2003 – 04h10 – Negros se inscrevem menos no vestibular, de Carol Frederico, Cadernos Regionais da Folha de S. Paulo

Você sabe quantos negros foram aprovados nos principais vestibulares de instituições públicas no Estado de São Paulo? No último vestibular da Fuvest -o maior do Brasil-, dos 143.071 inscritos, apenas 4.810 eram pretos. Desses, somente 139 foram aprovados, ou seja, 1,5%.

O debate sobre a adoção de cotas para negros nas universidades levantou a necessidade de saber a cor dos candidatos.

Em São Paulo, a autoclassificação da cor da pele, de acordo com a terminologia do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), passou a fazer parte do questionário de avaliação socioeconômica da Unesp (Universidade Estadual Paulista), da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) apenas nos vestibulares para ingresso em 2003.

A USP (Universidade de São Paulo), exceção, coleta os dados desde o vestibular de 2000. Já o ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica) não tem estatísticas.

Segundo o Censo de 2000, dos 2.864.046 brasileiros matriculados em cursos superiores, 78,5% eram brancos, 0,23% eram pretos (que são 6,2% da população) e 1,61%, pardos -os 19,66% demais eram amarelos, indígenas ou de "cor ignorada". O que se nota é um percentual decrescente no número de negros à medida que avança o nível de ensino. Dados do Seab (Sistema de Avaliação da Educação Básica) revelam que alunos negros são excluídos prematuramente da escola. A quantidade de negros na última série do ensino médio é reduzida pela metade se comparada ao último ano do ensino fundamental.

Na hora do vestibular, outra peneira: considerando agora pretos e pardos, dado de 2002 do IBGE aponta que só 26% dessa população, entre 18 e 24 anos, está apta a prestar o concurso, ou seja, possui o 2º grau completo; os brancos contabilizam 72%. O mais grave é que, desse percentual, menos da metade se inscreve no exame.

Em 2002, apenas 3,3% dos candidatos ao exame da Fuvest se declararam negros. Na Unicamp, o índice foi ainda menor: 2,1%.

"Pode-se dizer que a exclusão é, na verdade, uma autoexclusão e ocorre antes mesmo do vestibular. Percebemos também que esses candidatos evitam os cursos mais concorridos", diz Leandro Tessler, 41, coordenador da Comvest (Comissão Permanente para os Vestibulares) da Unicamp.

"Esses candidatos também optam mais por cursos noturnos e pelas licenciaturas, considerados "mais fáceis de passar". O que significa que, além de serem minoria, não se distribuem de maneira uniforme nas diferentes áreas", acrescenta Roberto Costa, 62, coordenador da Fuvest.

Nos cursos mais concorridos, a situação é mais crítica. No vestibular de 2003, só dois candidatos negros foram aprovados para os cursos de medicina oferecidos pelas universidades públicas paulistas. Roberta Monteiro, 19, é uma das aprovadas na medicina da Pinheiros. Filha de pai negro e mãe mulata, estudou em escola particular e fez cursinho. Foi aprovada entre os 20 melhores da Fuvest. "O número é de fato muito baixo, mesmo porque muitos se declaram pardos. Muitas pessoas não me consideram negra."

[T72B2] 02/12/2003 - 15h11 - Contra vestibular, Buarque defende vagas para alunos de escola pública - RICARDO MIGNONE da Folha Online, em Brasília

O ministro da Educação, Cristovam Buarque, defendeu hoje a reserva de vagas nas universidades federais para alunos que cursaram o ensino médio em escolas da rede pública. A declaração foi dada durante audiência pública sobre o novo modelo de avaliação das instituições de ensino superior, que ocorreu na Comissão de Educação do Senado.

O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) pediu para o ministro apoiar um projeto de lei de sua autoria criando a reserva de vagas. De acordo com o projeto, 40% das vagas nas universidades federais ficariam garantidas para alunos que cursaram 100% dos três anos do ensino médio na rede pública.

Cristovam disse que se o projeto for aprovado pelo Congresso, dará seu aval antes de ser sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Se o projeto for aprovado, sem dúvida alguma eu defenderei a sanção dele pelo presidente", disse o ministro.

O presidente da Comissão de Educação, senador Osmar Dias (PDT-PR), lembrou que no governo Fernando Henrique Cardoso um outro projeto com o mesmo objetivo chegou a ser aprovado pelo Congresso, mas foi vetado pelo presidente.

Cristovam declarou que sempre defendeu as cotas, porém, afirmou que elas não podiam ser impostas às universidades. Como desta vez a iniciativa de criar a reserva está partindo do Legislativo, haveria maior "legitimidade".

Questionado se a adoção da reserva de vagas implicaria no fim do vestibular como meio de ingresso no ensino superior público, Buarque declarou que o ministério está estudando uma outra forma de seleção, que leve em conta o desempenho dos alunos no ensino médio.

Ele citou como exemplo o PAS (Programa de Avaliação Seriada), método de ingresso na UnB (Universidade de Brasília), idealizado por ele quando foi reitor da instituição e implantado durante o período em que governou o Distrito Federal (1995-1998). No PAS, os alunos são avaliados desde a 1ª até a 3ª séries do ensino médio. Os de melhor desempenho garantem o acesso à faculdade.

[T73B2] 14/12/2003 - 08h14 - Aprovado por cota se sai melhor na Uerj - ANTÔNIO GOIS da Folha de S.Paulo, no Rio

Os alunos que entraram por algum critério de cotas na Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) no primeiro semestre letivo deste ano tiveram rendimento acadêmico superior e taxa de evasão menor em relação aos estudantes que conquistaram a vaga sem ter direito ao benefício.

É o que revela estudo elaborado pelo Programa de Apoio ao Estudante da universidade. Os dados mostram que, ao menos no primeiro semestre letivo do primeiro ano da reserva de vagas na instituição, não houve o impacto negativo, temido por alguns, no rendimento acadêmico dos alunos que chegaram à Uerj pelas cotas.

O estudo deve reforçar os argumentos dos defensores da introdução de cotas raciais ou para alunos carentes em todas as universidades públicas do país.

Um projeto que recomenda a adoção de cotas está sendo elaborado por um grupo que reúne representantes de 11 ministérios, do Conselho Nacional de Educação e da Advocacia Geral da União. O ministro da Educação, Cristovam Buarque, já se declarou favorável, com a ressalva de que não pode impor as cotas, para não ferir a autonomia universitária.

De acordo com o estudo, no campus principal da Uerj, que concentra a maioria dos cursos, 47% dos estudantes que entraram sem cotas foram aprovados em todas as disciplinas do primeiro semestre. Entre os estudantes que entraram no vestibular restrito a alunos da rede pública, a taxa foi um pouco maior: 49%.

A instituição adotou também o critério racial no seu vestibular com cotas. Entre os que se autodeclararam negros ou pardos, a taxa foi também de 49%.

A comparação inversa também é favorável aos cotistas. A porcentagem de alunos reprovados em todas as disciplinas por nota ou frequência entre os não-cotistas foi de 14%. Entre os que ingressaram pelo vestibular para alunos da rede pública, a porcentagem foi de 4%. Entre os autodeclarados negros ou pardos, de 7%.

Falta de apoio

Além de terem um rendimento acadêmico ligeiramente superior, os cotistas abandonaram menos os cursos, mesmo sem ter recebido apoio financeiro do Estado. Entre os não-cotistas, a taxa de evasão no primeiro semestre foi de 9% dos estudantes. Essa porcentagem foi de 3% entre os ingressantes pela rede pública e de 5% entre os autodeclarados.

A Uerj considera como aluno que abandonou o curso apenas o estudante que foi reprovado por frequência em todas as disciplinas do primeiro semestre e que não fez a matrícula para o segundo semestre letivo da instituição.

"O acompanhamento dessa primeira turma que entrou na Uerj por cotas mostra que a universidade não teve prejuízo acadêmico com esses estudantes", afirmou o coordenador do estudo e do Programa de Apoio ao Estudante, Cláudio Carvalhaes.

Os dados mostram também que, ao menos para a primeira turma de cotistas, o resultado do vestibular não foi determinante no desempenho acadêmico.

A nota de corte dos alunos cotistas na segunda fase do vestibular foi inferior à dos demais alunos. A maior disparidade ocorreu no curso de odontologia, em que um aluno cotista foi aprovado com nota 6,25 sobre um total de 110, enquanto o estudante aprovado pelo vestibular tradicional teve nota de corte 77,5.

O acompanhamento no primeiro semestre desse aluno que tirou 6,25 no vestibular mostrou que ele foi aprovado em todas as disciplinas do curso de odontologia, considerado um dos mais difíceis.

O estudo coordenado por Carvalhaes comparou ainda o rendimento acadêmico dos alunos por área. Os cotistas tiveram desempenho ligeiramente superior nos cursos das áreas de humanas, biomédica e ciências sociais.

O resultado só não foi melhor para os cotistas nos cursos da área de tecnologias e ciências --que concentra disciplinas que, tradicionalmente, apresentam altos índices de reprovação, como as que envolvem cálculos matemáticos.

Apesar de o estudo indicar um resultado favorável aos cotistas, Carvalhaes alerta que é preciso continuar acompanhando o rendimento dos estudantes para chegar a conclusões consolidadas.

Para o ano que vem, por exemplo, o governo do Estado mudou as regras das cotas e apenas os estudantes que comprovarem carência poderão se beneficiar da lei. Como essa lei não valeu para o vestibular passado, os atuais cotistas podem ter, por exemplo, um perfil socioeconômico mais favorecido do que os estudantes que entrarão em 2004.

Neste primeiro ano de cotas, a Uerj não teve apoio financeiro do Estado para distribuir bolsas para os alunos carentes que ingressaram na universidade.

A instituição fez, no entanto, um programa de reforço acadêmico destinado a todos os estudantes --cotistas ou não-- que se sentissem com dificuldade para acompanhar as aulas. Para o ano que vem, o governo do Estado do Rio e a Assembléia Legislativa aprovaram uma lei que garante ajuda financeira a esses alunos.

Carvalhaes suspeita que os estudantes carentes que ingressaram por cotas na Uerj tiveram neste ano um incentivo maior para superar possíveis dificuldades financeiras que poderiam prejudicar seu rendimento. Ele teme, no entanto, que esse quadro mude caso não haja ajuda financeira logo no primeiro ano de vida desse estudante na universidade.

"A Uerj tem um amplo programa de bolsas de iniciação científica, mas elas são destinadas principalmente aos veteranos. Muitos calouros pediram ajuda à universidade para se manter nos primeiros anos. Alguns afirmam que até abrem mão de um auxílio-alimentação, mas que precisam de ajuda para transporte", afirmou.

[T74B2] 15/12/2003 - 07h22 - Em MS, foto diz quem entra por cotas para negros - HUDSON CORRÊA da Agência Folha, em Cuiabá

A Uems (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) usou fotos enviadas pelos estudantes -- coloridas, de 5 por 7 polegadas-- como critério para selecionar quais deles tinham direito às vagas nas cotas para negros.

Entre 530 candidatos que se declararam negros, 76 foram rejeitados porque não possuíam o "fenótipo" exigido, ou seja, "lábios grossos, nariz chato e cabelos pixaim", na definição do presidente do Cedin (Conselho Estadual dos Direitos dos Negros), Naércio Ferreira Fernandes de Souza, 34, que fez parte de uma comissão a qual analisou as fotos apresentadas pelos candidatos.

Outros 126 foram recusados, pois, embora considerados negros, não eram de escolas públicas ou bolsistas em particulares.

Quem ficou de fora das cotas disputou as vagas normais no vestibular. Foi o primeiro na Uems a reservar 328 vagas (20% do total) para negros. Diferentemente das universidades federais do Rio de Janeiro e da Bahia, que também adotam cotas, a Uems não aceitou uma simples declaração do estudante dizendo que é negro ou afrodescendente. Era preciso apresentar uma fotografia.

No total, foram cinco avaliadores de fotos: três membros do movimento negro e dois da universidade. Criada há dez anos, a Uems tem cerca de 6.000 alunos e 38 cursos em 14 municípios.

"A nossa vantagem aqui é que a lei foi direcionada. No mínimo, 20% para negros, e não para afrodescendentes", disse Souza, referindo-se à lei aprovada pela Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, criando o sistema de cotas no vestibular deste ano.

"Garantimos [vagas] de fato às pessoas que tinham o fenótipo, ao negro preto. Nós fizemos isso apenas para não deixar uma brecha para um branco ou para um negro rico [de escola particular] participar das cotas da Uems."

Souza defende o uso de fotos na seleção dos candidatos. "Vou dar um exemplo: quando você vai a uma agência de emprego ou a uma firma, eles pedem a foto. Por meio da foto, a pessoa é contratada. Se a pessoa é negra da pele bem escura, não olham nem o currículo", explicou o presidente.

A explicação de Souza para os chamados afrodescendentes não serem incluídos na cota é a seguinte: "A sociedade discrimina o negro pela sua cor. Não é pelo gene, não é pelo sangue, mas pelos seus traços físicos".

Segundo a pró-reitora de Ensino da Uems, Maria José Jesus Alves Cordeiro, 41, que é negra e diz já ter sido discriminada, a decisão de usar foto foi do movimento negro. Ela disse que houve audiências públicas para apresentar as regras. Por enquanto, nenhum estudante excluído das cotas entrou na Justiça ou reclamou na Uems.

Além de reservar 20% de suas vagas para negros, a Uems guardou 10% (160) para índios.

Dez foram recusados nas cotas porque não tinham "uma declaração de descendência indígena", informou Cordeiro. Esse documento era concedido por uma comissão formada por "anciões das aldeias e por um representante da Funai [Fundação Nacional do Índio]", explicou a pró-reitora.

Sistema de sobrevagas

A UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso) reservou para estudantes pobres, brancos e negros, pelo menos 660 vagas para o vestibular do próximo ano. Haverá ainda a reserva de cerca de 70 lugares para índios.

Nesse sistema da UFMT, chamado de sobrevagas, o estudante considerado pobre terá duas chances para entrar na universidade. O candidato pode ser aprovado no vestibular entre as vagas já disponíveis para os candidatos convencionais. E ainda terá a chance de conquistar um lugar entre as vagas para os pobres. Essa regra vale para os índios.

Segundo Speller, as medidas aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão são diferentes das cotas para negros já adotadas em universidades públicas brasileiras. "Vamos aumentar o número de vagas em 30% em vez de reservar parte das disponíveis, como nas cotas para negros."

[T75B2] 15/12/2003 - 07h33 - Sistema aumenta chance de vaga para alunos pobres - da Agência Folha, em Cuiabá

A UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso) reservou para estudantes pobres, brancos e negros, pelo menos 660 vagas de aproximadamente 3.100 cursos regulares no vestibular do próximo ano. Haverá ainda a reserva de cerca de 70 lugares para índios.

O reitor Paulo Speller disse que serão definidos os critérios para considerar um estudante pobre. A base deve ser a renda per capita de um salário mínimo atualmente usada para conceder isenção de taxa na inscrição para o vestibular.

Segundo Speller, as medidas aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em novembro são diferentes das chamadas cotas para negros já adotadas em universidades públicas brasileiras. "Vamos aumentar o número de vagas em 30% em vez de reservar parte das disponíveis, como ocorre nas cotas para negros."

Das vagas criadas no próximo ano, 45% vão para "negros pobres", 45%, para "brancos pobres", e 10%, para índios.

Nesse sistema da UFMT, chamado de sobre vagas, o estudante considerado pobre terá duas chances para entrar na universidade. O candidato pode ser aprovado no vestibular entre as vagas já disponíveis para os candidatos convencionais. E ainda terá a chance de conquistar um lugar entre as vagas para os pobres. Essa regra vale para os índios.

[T76B2] 17/12/2003 - 03h46 - UNE afirma ser contra proposta de contribuição - DA REPORTAGEM LOCAL

A proposta de que os ex-alunos de universidades públicas paguem uma contribuição para ajudar a financiar o ensino superior não resolverá os problemas do sistema e é injusta por sobretaxar os estudantes, na opinião da UNE (União Nacional dos Estudantes).

"A questão da falta de verbas é realidade nas universidades, mas existe porque os gastos previstos no Orçamento com educação superior são insuficientes. Os estudantes já pagam impostos e, dessa forma, bancam a universidade", diz Gustavo Peta, presidente da UNE.

Para ele, os ex-alunos devem dar retorno ao país com compromisso social e inserção no desenvolvimento nacional. "Queremos, sim, reforma da universidade, com mais vagas nos cursos noturnos, cotas para negros e estudantes da rede pública."

Ele diz que a entidade deve soltar nota de repúdio à PEC e fazer protestos contra ela. Já a ex-presidente do Inep Maria Helena Guimarães de Castro considera "razoável" a proposta. "Já defendemos isso, o PT é que era contra."

[T77B2] 30/12/2003 - 06h09 - Governo deve propor lei para regulamentar adoção de cotas em universidades - da Folha de S.Paulo

O governo federal deverá propor uma lei para regulamentar a adoção de cotas para negros nas universidades públicas. A "necessidade" dessa lei faz parte das conclusões de um grupo de nove ministérios que estudou o tema durante três meses.

"É hora de politizar a inclusão dos negros. É fundamental que as políticas públicas se orientem pelo entendimento de que não basta apenas resolver a questão da desigualdade econômica para que se processe a inclusão de grupos étnicos e raciais", diz a nota do grupo interministerial.

O relatório final foi encaminhado ontem (dia 29/12) para a Casa Civil, que vai analisar a proposta de elaboração de um projeto de lei para definir as regras das cotas.

Ainda não está decidido, por exemplo, se o percentual das cotas constará do texto da lei ou se a decisão caberá às universidades. A Folha apurou que o ministro Cristovam Buarque (Educação) prefere a segunda opção.

Segundo o relatório do grupo, apenas a Universidade de Caxias do Sul (RS) informou ser contra a adoção de cotas. Outras oito universidades já desenvolvem ações afirmativas e 13 se preparam para implantá-las.

Um problema identificado pelo grupo é o receio das instituições de sofrer questionamentos judiciais sobre a medida.

"Tais perspectivas tornaram imprescindível a formalização de instrumentos jurídicos, de maneira a dar suporte legal às instituições de educação superior que se propõem a implementar políticas de ações afirmativas", diz o relatório.

Segundo dados do Censo 2000, 82,8% dos estudantes das universidades brasileiras são brancos e apenas 8%, negros, enquanto na população 53,8% são brancos e 45,3%, negros.

"O discurso político ideológico, não importa se conservador ou progressista, de esquerda ou de direita, não tem conseguido dar conta de compreender as sutilezas e os disfarces do sistema racista brasileiro, que exclui não só os pobres, muito mais os pobres negros", diz a nota.

ANO 2004 – SIM ÀS COTAS

[T78B2] 22/01/2004 - **Governo recua e rediscute cotas para negros** - DA SUCURSAL DE BRASÍLIA – folha de S.Paulo/Cotidiano (Luciana Constantino)

O governo federal decidiu, em reunião anteontem no Palácio do Planalto, voltar a discutir a implantação de cotas para negros no vestibular de universidades federais antes de publicar medida provisória sobre o assunto.

Relatório entregue no final de 2003 pelo grupo interministerial criado para tratar do tema sugeria a publicação de uma MP autorizando instituições federais a adotarem as cotas a partir deste ano. Além disso, o documento propunha a criação de um fundo com recursos que seriam distribuídos para as universidades usarem em projetos visando a manutenção dos alunos no ensino superior. O sistema a ser adotado para considerar o aluno negro seria a autodeclaração.

A expectativa era que a medida fosse publicada ainda neste mês. A **Folha** apurou que críticas feitas à adoção de cotas no ensino superior influenciaram a decisão do governo de ampliar o debate antes de publicar alguma definição.

Para a ministra Matilde Ribeiro (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), responsável pela coordenação do grupo, o governo não conseguirá evitar críticas, mesmo após realizar mais debates.

"Assim como a discriminação é histórica, as críticas também são. Não acho que chegaremos a um momento em que elas não existirão mais", disse a ministra. Segundo ela, será montado um cronograma de discussões com entidades e especialistas para voltar a tratar do assunto.

"Sabemos da importância da adoção das cotas, mas queremos fazer sem afogadilhos", afirmou. A ministra disse considerar as cotas uma parte das ações afirmativas e uma medida transitória, que precisa ser combinada a outras políticas de governo, como a melhoria do sistema público de educação. Dados do questionário socioeconômico do Provão apontam que a proporção de negros e pardos entre os formandos do ensino superior aumentou nos últimos quatro anos. Em 2000, 15,7% dos formandos de 18 áreas avaliadas se declararam negros ou pardos, percentual que aumentou para 20,7% em 2003, uma variação de 32%. **(LUCIANA CONSTANTINO)**

[T79B2] 27/01/2004 - 14h54 - Genro reafirma que cota para negros em universidade é medida insuficiente - CAMILO TOSCANO da Folha Online, em Brasília

Em seu primeiro dia de trabalho, o ministro da Educação, Tarso Genro, defendeu a adoção de uma política de cotas raciais nas universidades públicas, mas reafirmou acreditar que a medida é insuficiente. Para ele, a diminuição da desigualdade social no país deve passar por um processo "massivo de inclusão".

"Sou favorável às cotas. O que digo e reitero é que a política de cotas é insuficiente. O regime de cotas é positivo, simbolicamente importante, mas não resolve o problema da comunidade negra", afirmou o novo ministro em entrevista coletiva concedida pouco depois de receber o cargo do agora senador Cristovam Buarque (PT-DF).

Tarso disse ainda que assume o ministério sabendo que seu trabalho não será realizado "sem sobressaltos e contenciosos".

A transmissão do cargo aconteceu em uma cerimônia conturbada --havia um número maior de pessoas do que o auditório do ministério comportava.

[T80B2] 17/02/2004 - 15h46 - Comissão de Educação aprova cotas em universidades públicas - da Folha Online

A Comissão de Educação (CE) aprovou parecer favorável a projeto terminativo (que não precisaria passar pelo plenário) do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) nesta terça-feira (17) determinando que 50% das vagas das universidades públicas sejam destinadas a alunos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

A lei entrará em vigor no ano letivo seguinte à sua aprovação. Por ser matéria terminativa, projeto poderia seguir direto para exame da Câmara dos Deputados, mas o senador Almeida Lima (PDT-SE) informou que irá requerer o exame pelo plenário do Senado.

Serão beneficiados estudantes das redes federais, estaduais e municipais. O relator da matéria, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), apresentou duas emendas --também aprovadas. Uma delas é o aumento do percentual de cotas de 40% para 50%. A outra especifica que alunos da rede municipal também terão acesso às cotas, o que não era previsto no projeto original.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) sugeriu que o projeto fosse votado após audiência pública na CE com o ministro da Educação, Tarso Genro, a ser realizada para discussão de cotas e da reforma universitária. O requerimento foi rejeitado.

[T81B2] 20/02/2004 - 08h38 - UNE defende reforma em todos os níveis - FÁBIO TAKAHASHI da Folha Online

O presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes), Gustavo Petta, acha que o ideal é uma reforma educacional em todos níveis (fundamental, médio e superior). Ele disse ainda apoiar, com ressalvas, a idéia do Ministério da Educação (MEC) de "estatizar" vagas ociosas da rede privada de ensino superior.

"No ensino médio, por exemplo, é preciso acabar com esse disparate entre o ensino público e privado, que vem se agravando a cada ano", disse Petta. "Na reforma universitária, é importante definir o papel da universidade na sociedade."

Sobre a idéia do MEC de trocar isenção fiscal por lugares em instituições particulares de ensino superior, o presidente da UNE afirma que "ocupar essas vagas é positivo", mas aponta problemas. "Isso nivelaria as escolas com e sem fins lucrativos, o que acabaria estimulando a mercantilização do ensino."

Segundo a proposta do ministério, as instituições com fins lucrativos se livrarão de tributos e impostos caso aceitem ceder lugares a alunos de baixa renda que estudaram na rede pública, beneficiários de

políticas de cotas e portadores de necessidades especiais. Já as sem fins lucrativos, que não pagam grande parte da carga tributária, passariam a ter o direito de funcionar como empresas --distribuindo lucros e remunerando os sócios, por exemplo.

A UNE defende a abertura de mais vagas nas instituições públicas, principalmente nos cursos noturnos, para beneficiar estudantes que precisem trabalhar. "A verba é um dos grandes problemas. Mas esperamos que este governo [do presidente Lula], que chegou para mudar, dê atenção à educação", comentou Petta. (no lugar de 3/2001) tipologia

[T82B2] 01/03/2004 - 15h18 -USP estuda adoção de cotas e sugere mudança no ensino médio - FÁBIO TAKAHASHI da Folha Online

A USP (Universidade de São Paulo) estuda adotar a política de cotas, como reivindicou a manifestação feita pela ONG Educafro (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes) nesta segunda-feira (1º), no campus da instituição.

De acordo com a pró-reitora de graduação da universidade, Sonia Teresinha de Sousa Penin, haverá um ciclo de discussão sobre o assunto entre abril e maio. Diferentemente do que a Educafro pede, as cotas seriam estendidas às faixas menos favorecidas da população, e não apenas aos negros.

Sonia afirma ainda que a questão da inclusão precisa passar pela qualidade do ensino médio público. "Temos um estudo que diz que 60% dos alunos que passam no vestibular fazem pelo menos um semestre de cursinho", afirmou.

O Cruesp (conselho que reúne os reitores da USP, Unicamp e Unesp) encaminhou à Secretaria de Justiça um projeto que cria um quarto ano opcional no ensino médio. O período adicional serviria como curso pré-vestibular e teria apoio das universidades públicas estaduais. A Secretaria de Educação também foi informada sobre o assunto. Ainda não está definido como as instituições agiriam.

Outra idéia que a USP tem é induzir uma maior participação dos alunos nos cursinhos em que a instituição possui parceria. "A questão de cotas é complexa. Não dá para dizer apenas que somos contra ou a favor. Tem de haver uma inclusão geral", disse Sonia.

Manifestação

Em protesto contra a não adoção de cotas na USP, 70 negros se acorrentaram por 70 minutos em frente à reitoria da universidade nesta segunda. O número faz referência ao aniversário da instituição, que completa 70 anos em 2004.

Antes do acorrentamento, os manifestantes passaram por salas de aula das faculdades de Economia e Administração, Politécnica e Comunicação e Artes. A intenção era expor o assunto aos estudantes. "Alguns alunos gostaram e até se integraram ao movimento. Outros viraram as costas e disseram que tinham coisas mais importantes a fazer", disse um dos coordenadores da Educafro, Rogério da Silva. Segundo a entidade, cerca de 400 pessoas acompanharam o acorrentamento.

A Educafro expôs os seguintes números: 79,43% dos universitários da USP são brancos, 8,34% são pardos e 1,3% são negros. Pelo censo, os afrodescendentes somam 46,5% da população brasileira.

[T83B2] 01/03/2004 - 07h47 - Negros prometem se acorrentar hoje na USP em defesa de cotas - da Folha de S.Paulo

Setenta estudantes negros prometem se acorrentar hoje no interior da reitoria da USP, protestando contra a não adoção de cotas para alunos afrodescendentes. "Vamos ficar lá o tempo que for necessário", disse Eduardo Pereira Neto, 41, coordenador dos universitários da ONG Educafro (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes).

A Educafro tem uma rede de 126 cursinhos em toda a Grande São Paulo, "com professores e orientadores trabalhando voluntariamente", diz Pereira Neto.

Antes dessa ação, os membros da Educafro pretendem ocupar salas de aulas das faculdades com menor número de negros como a de Economia e Administração, a Politécnica e mesmo a ECA, Escola de Comunicações e Artes.

"Não vamos apenas interromper a aulas, vamos falar de cidadania e chamar a sociedade para uma reflexão sobre as desigualdades", disse Pereira Neto. Segundo ele, artistas e personalidades participação da manifestação e advogados estarão dando garantias legais para essas ações.

Segundo a Educafro, 79,43% dos universitários da USP são brancos, 8,34% são pardos e 1,3% são negros. Pelo censo, os afrodescendentes somam 46,5%.

Pereira lembrou que a reserva de cotas para negros tem um efeito bem mais amplo e imediato. "É um instrumento de visibilidade urgente, emergencial, para dar esperança a milhões de jovens que vivem sem expectativas."

Ele citou a UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) que, além de cotas, criou uma espécie de bolsa-auxílio para dar condições aos alunos pobres.

Pereira Neto disse que uma comissão da Educafro foi recebida pelo reitor no último dia 18. "Ele se mostrou intransigente. Disse que as mudanças devem ser universalistas, atingindo todo o sistema público e começando do ensino fundamental."

O número de 70 negros que pretendem se acorrentar é uma lembrança aos 70 anos USP, comemorado neste 2004.

[T84B2] 02/03/2004 - 04h43 - Manifestação reúne 450 mil na USP para reivindicar cotas para negros - FERNANDA MENA da Folha de S.Paulo

Os dados da USP (Universidade de São Paulo) são eloqüentes: entre seus estudantes, só 1,3% são negros e 8,34% são pardos.

Ontem, segundo a Polícia Militar, cerca de 450 manifestantes --a maioria pertencente à ONG Educafro (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes)-- ocuparam a praça do relógio na USP para reivindicar a implementação de cotas para negros. Três faculdades da USP foram ocupadas: a FEA (Faculdade de Economia e Administração), a Escola Politécnica e a ECA (Escola de Comunicação e Artes).

No percurso, a manifestação promoveu discussões entre os estudantes de cada faculdade, que apoiaram ou não a iniciativa.

Depois, 70 estudantes negros foram acorrentados e passaram 70 minutos em frente ao prédio da reitoria. "Isso porque o aniversário da USP [comemorado neste ano] marca também os 70 anos de exclusão do povo negro do ensino público superior", diz Eduardo Pereira Neto, 41, coordenador do setor universitário da Educafro.

"A proposta é pedir ao reitor que implemente cotas para negros como já foi feito na Universidade Estadual do Rio de Janeiro", diz Heber Costa, 26, da Educafro.

Segundo Sonia Terezinha Penin, pró-reitora de graduação da universidade, "o que está em questão na universidade não é o sistema de cotas, mas as ações afirmativas, não só para grupos raciais mas também para os grupos socioeconômicos desprivilegiados". Ela diz que o acesso à universidade será discutido entre abril e maio, e o Cruesp (conselho que reúne reitores da USP, Unicamp e Unesp) já propôs ao Estado a criação de um quarto ano opcional no ensino médio, que serviria como preparatório ao vestibular, com apoio das universidades públicas estaduais.

[T85B2] 02/03/2004 – 10h54 –MEC quer “estatizar” vagas sem usar verba do Orçamento – da Folha Online.

O Ministério da Educação (MEC) não vai utilizar verbas do Orçamento para criar vagas públicas em instituições privadas de ensino superior. A informação foi dada pelo vice-presidente da Andifes (Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), José Fernandes de Lima, que participou de reunião na segunda-feira (1º) com o secretário-executivo do ministério, Fernando Haddad.

Lima apoiou a ideia de não gastar os recursos do MEC no projeto. “Isso não pode implicar em novos gastos do governo, que deveriam se concentrar na expansão do setor público de ensino superior.”

Também estiveram no encontro representantes da Federação dos Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), União Nacional dos Estudantes (UNE) e Conselho Nacional dos Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Concefet).

O MEC quis explicar alguns pontos do Projeto Universidade Para Todos, que visa ocupar, ainda neste ano, aos menos 100 mil vagas ociosas nas instituições privadas com alunos de baixa renda que estudaram na rede pública, beneficiários de políticas de cotas e portadores de necessidades especiais. Professores sem diploma universitário também seriam beneficiados. Em troca, as escolas ficariam livres de boa parte da carga tributária.

A vice-presidente da UNE, Fabiana Costa, disse que pretende conhecer melhor a ideia. “Queremos ajustar o projeto de forma que se garanta o acesso de cidadãos que estão excluídos da universidade.” A entidade defende aumento do número de vagas nas instituições públicas.

Já a presidente do Conselho Nacional dos Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Concefet), Luiz Edmundo Aguiar, classificou o projeto de audacioso, mas acredita que pode ser implantado. “Poderá favorecer um número bastante grande de pessoas que não têm acesso à universidade pública.”

Nas próximas semanas, o MEC irá apresentar a minuta que normatizar o Universidade para Todos.

[T86B2] 13/03/2004 - 07h42 -UnB estuda fotografar aluno para admitir por meio da cota para negros - da Folha de S.Paulo, em Brasília

A UnB (Universidade de Brasília) estuda a possibilidade de usar fotografias para definir os alunos que serão admitidos na instituição por meio da cota para negros.

Pela proposta, o aluno que declarasse interesse em ser incluído no sistema de cota tiraria uma foto na inscrição para o vestibular. Ela seria analisada por uma equipe da universidade para descartar ou não a inclusão do estudante nessas vagas.

Ele também teria de prestar a informação de como se declara --negro ou pardo. Outra alternativa é usar apenas a auto-declaração. Está descartada a inclusão de afrodescendentes na cota. A proposta final deve ser divulgada nas próximas semanas. A cota será implantada no vestibular do segundo semestre deste ano, previsto para julho.

Aprovado em junho de 2003 pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UnB, o Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial prevê a destinação de 20% das mil vagas de graduação para atender a alunos negros. Está prevista também a inclusão de índios na universidade e a implantação de projetos em escolas públicas de ensino médio localizadas em áreas carentes do Distrito Federal.

O governo federal estuda uma medida para incentivar as universidades públicas a aderirem ao sistema de cotas.

Ontem, a UnB assinou com a Funai (Fundação Nacional do Índio) um convênio prevendo o ingresso de 200 estudantes índios em dez anos na instituição.

Hoje, a estimativa é que só 0,36% da população indígena brasileira --368 mil pessoas, em 2000-- esteja matriculada no ensino superior. As vagas para os índios são extras. Para entrar, é preciso ter pontuação mínima em três provas de conhecimentos gerais, português e matemática.

[T87B2] 19/03/2004 - 08h49 -Negros terão 20% das vagas na UnB - SILVIO NAVARRO da Folha de S. Paulo, em Brasília

A UnB (Universidade de Brasília) anunciou ontem as regras do programa de cotas para negros e pardos, a ser implantado no segundo semestre deste ano. Serão destinadas 392 vagas, 20% do total, para esses alunos. Os candidatos poderão optar por concorrer no sistema de cotas e serão fotografados para evitar fraudes.

O sistema começará a ser implantado no próximo vestibular e terá duração de dez anos.

Para concorrer às vagas, os candidatos devem se apresentar pessoalmente em um dos postos da instituição no Distrito Federal, em Goiás ou Minas Gerais. A UnB não aceitará inscrições via internet, postal, fax ou por terceiros.

O candidato será fotografado no ato da inscrição e seu pedido será analisado por uma comissão, formada por membros de movimentos ligados à questão da igualdade racial e especialistas no tema.

Caso o pedido seja recusado, o candidato poderá entrar com recurso e concorrerá às "vagas universais" (80% restantes). A UnB publicará no "Diário Oficial" da União, antes da prova, os nomes dos candidatos negros aceitos.

O estudante que optar pelo sistema de cotas e não conseguir uma das 392 vagas será incluído em outra lista e concorrerá no grupo que disputará as 80% restantes. Segundo a UnB, as provas de todos os vestibulandos serão avaliadas e classificadas juntas.

"Se um estudante que optou pela cota, mas não conseguiu entrar entre os 20% de aprovados, tiver nota mais alta que um não-cotista, entrará pelo sistema universal", disse Mauro Rabelo, diretor acadêmico do Cespe (Centro de Seleção e Promoção de Eventos).

Se sobrar vaga do programa de cotas, ela será transferida a candidatos pelo sistema tradicional.

Os aprovados pelo sistema de cotas poderão concorrer a programas de auxílio a estudantes de baixa renda. A UnB também oferecerá acompanhamento psicológico para evitar desistências.

O sistema foi elaborado por cinco professores, um grupo de alunos negros e a deputada distrital Érica Kikay (PT). Outro programa prevê a abertura de vagas para índios, 15 neste semestre, que terão a seleção feita pela Funai (Fundação Nacional do Índio).

As cotas para negros nas universidades públicas, segundo o ministro Tarso Genro (Educação), serão obrigatórias, mas a forma de aplicação respeitará a autonomia das instituições e será combinada com cotas de pobreza.

"Na norma tem o impulso para combinar a questão social com a racial. Essa dupla determinação não pode ser separada no Brasil. A maioria dos pobres é negra, mas há ampla comunidade de não-negros pobres, e pode criar um dilema."

[T88B2] 24/03/2004 - 05h37 - Tarso volta a defender novo fundo - da Folha de S.Paulo, em Brasília

O ministro Tarso Genro voltou ontem a defender, em audiência com senadores, a criação de um fundo específico para financiar universidades públicas, uma espécie de Fundef (fundo que financia o ensino fundamental) para a educação superior.

Segundo Tarso, o fundo seria composto por um conjunto de impostos e não poderia ter recursos bloqueados (contingenciados). A verba seria repassada diretamente às instituições, que decidiriam onde aplicá-la.

Tarso disse que essa é uma das idéias que serão incluídas no debate da reforma universitária no tema do financiamento. O projeto de lei da reforma deve ficar pronto até novembro para ser encaminhado ao Congresso.

Para ele, não haverá autonomia da universidade se houver contingenciamento ou se o volume de verba não for previsível.

O ministro afirmou que o governo não vai criar impostos para financiar o ensino superior, mas que, nos debates, surgiu a proposta de uma CPMF (o chamado imposto do cheque) para o setor. Para as federais, Tarso disse que o MEC está negociando alternativas para melhorar o repasse.

Sobre a instituição de cotas para negros, Tarso disse aos senadores que o governo vai propor, por meio de medida provisória, uma norma genérica, que não interfira na autonomia das universidades.

"Raça e condição social estão integrados pela estrutura social perversa que herdamos. O ponto de partida é social, mas temos que combinar a reparação para negros. Só não podemos permitir que um negro pobre concorra com um branco pobre e um exclua o outro."

Críticas da Andifes

A Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) divulgou ontem um manifesto contra o Universidade para Todos, programa a ser instituído pelo governo para "estatizar" 100 mil vagas em cursos particulares.

A Andifes classifica o programa de "compra de vagas", defende o fortalecimento de instituições públicas e diz que o governo "não pode patrocinar a oferta de oportunidade desigual de acesso à educação superior".

A proposta do MEC é que instituições privadas destinem um percentual de vagas para alunos carentes, professores da rede pública sem diploma, negros e portadores de deficiência.

Em troca, a universidade teria isenção de impostos federais. O ministério alega que a maior parte das instituições já possui isenção por não ter fins lucrativos.

Para a Andifes, que representa 54 instituições federais, os cursos das universidades públicas têm mais qualidade e deveriam ter verba garantida.

"Não estamos fazendo compra de vagas. Estamos transformando-as em vagas públicas", disse.

Segundo o ministro, o Universidade para Todos "poupará" recursos públicos porque, gradativamente, pode substituir o Fies --atual sistema de financiamento para alunos da rede privada.

[T89B2] 28/03/2004 - 10h01 - Aluno do ensino médio público tem desempenho melhor na universidade - FÁBIO TAKAHASHI da Folha Online

Pesquisas feitas por duas das principais universidades do Brasil, a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mostram que os alunos que fizeram o ensino médio na rede pública tendem a ter um desempenho melhor durante o ensino superior.

Na UnB, os estudantes que participam de algum tipo de programa de auxílio em 56 cursos têm rendimento melhor em 55 --apenas em educação artística o fato não ocorreu. Por volta de 2.500 alunos recebem auxílio, o que equivale a cerca de 10% do total. Os dados referem-se ao primeiro semestre de 2003.

Segundo a responsável pela Diretoria de Desenvolvimento Social da universidade, Maria do Socorro Gomes Mendes, quase a totalidade dos estudantes beneficiados provém da rede pública (da particular, há apenas alguns que ganharam bolsa). "Todos são de baixa renda. Com a ajuda, tentamos diminuir a evasão e a reprovação dos alunos", disse a diretora.

"Podemos dizer que um aluno de baixa renda valoriza mais a vaga. Ele sabe que é uma das poucas oportunidades de ascensão", apontou. Para ter direito aos programas, são analisados fatores como renda familiar e escolaridade dos pais.

O desempenho dos alunos é medido por meio do Índice de Rendimento Acadêmico (IRA), que leva em conta notas, número de aprovações, reprovações e trancamento de matérias optativas e obrigatórias. Os estudantes de baixa renda ganham desconto no restaurante da universidade, auxílio-moradia ou ajuda de custo, caso trabalhem para a universidade.

Suporte

Os levantamentos vão ao encontro das idéias do ministro da Educação Tarso Genro, que defende reserva de vagas para alunos menos favorecidos, como os de baixa renda, negros e índios.

Uma proposta que determina a reserva de vagas nas universidades federais para os alunos provenientes de escolas públicas foi aprovada pelo Senado no mês passado. O texto ainda será analisado pela Câmara dos Deputados.

Já a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) estuda reservar cerca de 20% das vagas para os alunos da rede pública que não conseguirem ser aprovados pelo vestibular.

A Universidade de Brasília também introduziu uma política de cotas --diferentemente da UFRJ, a instituição reserva vagas para negros, assim como faz a Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Os índios também têm privilégios na UnB.

Cursos com maiores diferenças no IRA * na UnB



Fonte: UnB *Índice de Rendimento Acadêmico que leva em conta notas, número de aprovações, reprovações e trancamento de matérias optativas e obrigatórias. Vai de 0 a 5.

[T90B2] 03/04/2004 - 15h54 - Para especialista, ensino no Brasil cresceu sem critérios - FÁBIO TAKAHASHI da Folha Online

O professor da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e pesquisador de políticas públicas, Pablo Gentili, criticou o modo como foi feita a expansão no ensino nos últimos anos no Brasil. Ao lado do ministro da Educação, Tarso Genro, ele foi um dos conferencistas deste sábado do Fórum Mundial de Educação São Paulo. O tema da exposição deles foi O Papel Social do Ensino Superior na Perspectiva de Uma Educação Cidadã.

"Hoje temos muitos na escola, é verdade. Mas há péssima qualidade nessas escolas. Queremos não só escolas para todos, mas escola boa para todos", afirmou.

O argentino Gentili afirmou que, em 2002, praticamente foi aberta uma universidade por dia, fato que ele classificou como "supermercado de diplomas". Ele criticou a gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), dizendo que houve "lobby" na criação das novas instituições. O professor declarou que "o governo Lula é o meu governo".

Já o ministro Tarso Genro disse que, nas últimas décadas, o mercado passou a regular as políticas. Ele declarou que pretende inverter esse fato na educação, "fortalecendo e ampliando a universidade pública."

Durante seu discurso, Tarso foi vaiado e aplaudido ao mesmo tempo. As críticas foram feitas principalmente por cerca de 100 alunos de instituições públicas (USP, Unesp, Unicamp e UERJ), que colocaram nariz de palhaço e protestaram contra as propostas da reforma universitária feitas pelo Ministério da Educação (MEC). No final de sua exposição, sob vaias, o ministro afirmou que "se não sairmos do sedentarismo burguês, não haverá mudanças [no país]."

Uma das reivindicações dos estudantes é o aumento de vagas nas universidades públicas --item que também constou no discurso do ministro. "Falar é fácil. Mas o Universidade para Todos [programa que visa ocupar vagas nas instituições particulares em troca de isenção fiscal], por exemplo, só reforça o caráter privado da política do governo", afirmou Maurício Costa, representante dos estudantes, que discursou por cerca de cinco minutos.

Processo seletivo

O professor da UERJ Pablo Gentili criticou o vestibular, que classificou como excludente. "Aqui ninguém questiona o sistema. Parece até algo divino."

Para Gentili, uma das soluções seria a adoção da política de cotas --que a UERJ já implantou, destinando 20% das vagas a alunos negros.

"Quando começou, todos diziam que os cotistas não teriam capacidade para acompanhar o curso. Hoje, sabemos que eles são os melhores das turmas", afirmou.

[T91B2] 04/04/2004 - 18h09 - Tarso fala em retribuição ao explicar cotas em universidades - FÁBIO TAKAHASHI da Folha Online

O ministro da Educação, Tarso Genro, afirmou no sábado (3) que a reserva de 20% das vagas das universidades públicas e privadas para a política de cotas seria uma retribuição aos menos favorecidos historicamente, principalmente aos negros.

Segundo ele, o objetivo é que "seja uma política que tenha capacidade de abrir as portas da universidades para amplas comunidades que não só são de baixa renda, mas também que padeceram, ao longo do processo histórico brasileiro, de discriminações".

Tarso disse que o projeto foi enviado para a análise do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A expectativa do ministro é que a medida seja assinada dentro de dez dias e entre em vigor no segundo semestre deste ano.

O anúncio foi feito durante o Fórum Mundial de Educação em São Paulo, após protestos e reivindicações de representantes de alunos de universidades públicas (como USP, Unesp, Unicamp e UERJ, entre outras), do MSU (Movimento dos Sem Universidade) e da Educafro (ONG que trabalha com a educação de negros). O ministro foi um dos conferencistas.

Desde que assumiu o ministério, em janeiro, Tarso se mostrou favorável à política de cotas, mas foi a primeira vez que declarou publicamente que a idéia deve se estender às particulares.

Se aprovado, o projeto tornará obrigatórias medidas tomadas isoladamente, atualmente, por algumas universidades. A UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) foi a primeira instituição de grande porte a destinar vagas a alunos negros e do ensino médio público.

Recentemente, a UnB (Universidade de Brasília) anunciou que também vai destinar 20% das vagas aos estudantes afrodescendentes. O candidato será fotografado no ato da inscrição e seu pedido será analisado por uma comissão, formada por membros de movimentos ligados à questão da igualdade racial e especialistas no tema.

[T92B2] 06/04/2004 - 05h18 - Tarso quer cotas nas particulares -LUCIANA CONSTANTINO da Folha de S.Paulo, em Brasília

O ministro da Educação, Tarso Genro, pretende tornar obrigatória a reserva de cotas para negros também nas instituições privadas de ensino superior, assim como nas públicas, e por isso já espera uma disputa jurídica com as universidades particulares.

Tarso Genro também prevê um percentual de vagas, talvez 20%, para o programa federal Universidade para Todos.

A obrigatoriedade, no entanto, pode esbarrar na autonomia das universidades, que têm poder para definir políticas próprias.

Até ontem, técnicos do MEC ainda discutiam a definição do percentual das cotas. Também não sabiam a forma de estabelecê-las --se por projeto de lei ou medida provisória. O primeiro é enviado ao Congresso e só se transforma em lei após a aprovação dos deputados e dos senadores.

Já a medida provisória entra em vigor logo após a publicação no "Diário Oficial" da União. Depois é enviada ao Congresso, que pode modificar ou não o texto. Caberá ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva dar a palavra final.

"O Judiciário terá seu momento de avaliação e de consolidação ou não de determinadas propostas", disse Tarso, após evento para discutir a reforma universitária.

Outras propostas

O ministro da Educação incluiu nessas propostas também o Universidade para Todos, que prevê a "estatização" de vagas em instituições particulares em troca de isenção fiscal.

As filantrópicas ficariam obrigadas a destinar 20% da receita em vagas para o MEC.

De acordo com Tarso, o objetivo é ter uma norma universal para a política de cotas para negros e introduzi-la no Universidade para Todos. A previsão é implantá-la no segundo semestre.

A política de cotas para negros também foi defendida pelo professor Boaventura de Sousa Santos, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, que ontem fez palestra sobre a reforma. Para ele, as cotas têm de ser acompanhadas de um programa de bolsas para alunos carentes.

"O Brasil está assumindo que é uma sociedade racista. Mas a questão racial está vinculada à renda. Por isso é fundamental bolsa de estudo para dar sustentabilidade ao estudante", afirmou o professor Sousa Santos.

Ele defende o repasse de bolsas a todos os alunos carentes, sejam negros ou não, com a meta de evitar a evasão. Em relação ao Universidade para Todos, disse: "É uma medida polêmica, mas o ministro [Tarso Genro] me convenceu de que não é transferência de recursos públicos para as universidades particulares."

O professor da Universidade de Coimbra disse preferir que o governo tivesse anunciado primeiro medidas para revitalizar as universidades públicas federais. Essa também é uma das críticas feitas pela Andifes (associação de reitores de instituições federais).

[T93B2] 07/04/2004 - 05h47 - Tarso recua e descarta cotas nas particulares -LUCIANA CONSTANTINO da Folha de S.Paulo, em Brasília

O governo federal decidiu que a proposta de política de cotas para negros no ensino superior será enviada ao Congresso por meio de projeto de lei e só terá validade para as universidades públicas.

As instituições particulares deverão ter cotas raciais dentro do programa Universidade para Todos, que pretende "estatizar" vagas e destiná-las a alunos com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio (atualmente, R\$ 360).

O ministro da Educação, Tarso Genro, havia dito anteontem que a política de cotas para negros também exigiria reserva de vagas nas instituições privadas. Havia dito o mesmo durante evento no sábado em São Paulo.

Ontem, Tarso afirmou que a formatação geral do projeto de lei deve prever a reserva de 20% das vagas das públicas para negros. "Nas privadas, a política de cotas terá especial atenção para a condição social do beneficiado, não só pela renda, mas também pela questão racial e étnica."

Segundo o ministro, em reunião anteontem à noite no Palácio do Planalto, ficou definido que a proposta de reserva de vagas seria por meio de projeto de lei para "prestigiar" o Congresso. Isso porque já existem 22 projetos tramitando na Câmara dos Deputados e no Senado sobre o assunto.

Além de Tarso, participaram da reunião o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os ministros Aldo Rebelo (Coordenação Política) e José Dirceu (Casa Civil), além do secretário-executivo do MEC, Fernando Haddad.

Caberá à ministra Matilde Ribeiro (Políticas de Promoção da Igualdade Racial) e à Casa Civil a definição do texto do projeto e a data para enviá-lo ao Congresso.

Desde o final de 2003, o governo discute a adoção de cotas para negros no ensino superior. Em janeiro, chegou a cogitar a possibilidade de instituir a política por meio de medida provisória, que tem força de lei após a publicação no "Diário Oficial" e só depois é discutida pelo Congresso, podendo ou não ser alterada.

Já o programa Universidade para Todos, segundo Tarso, será criado por medida provisória, a ser assinada pelo presidente Lula provavelmente na próxima terça.

Pelo programa, todas as instituições filantrópicas de ensino superior destinam 20% da receita em vagas para alunos carentes. Nesse percentual, será definida uma reserva para negros e índios.

"Esse assunto é complexo. Jamais poderemos opor um negro e um branco pobre que pretendem entrar na universidade. Se dessa política resultasse isso, seria discriminação", afirmou Tarso.

Atualmente, as entidades filantrópicas têm de investir os 20% em "gratuidade", podendo incluir outro tipo de serviço ou bolsa.

As instituições privadas com fins lucrativos que aderirem ao programa destinarão 10% das vagas a estudantes de baixa renda em troca de isenção de quatro tributos: PIS, Cofins, Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido).

Tarso disse que o valor unitário da isenção a ser concedida para as particulares com fins lucrativos não chega a 30% do valor gasto no Fies (atual sistema de financiamento do ensino superior).

O Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) divulgou levantamento mostrando a pequena inclusão dos estudantes do Norte e do Nordeste no ensino superior: 5% para a população de 18 a 24 anos do Nordeste, por exemplo.

[T94B2] 19/04/2004 - 04h43 - Ato pede apoio a projeto de cotas raciais - da Folha de S.Paulo

Cerca de 300 pessoas do cursinho comunitário Educafro, segundo a Polícia Militar, fizeram manifestação ontem, no vale do Anhangabaú (centro de São Paulo), para pedir a aprovação do projeto de lei do programa Universidade para Todos, que prevê, entre outros pontos, a criação de cotas raciais em universidades.

O programa inicialmente seria criado por medida provisória, mas será enviado para discussão no Congresso.

Os manifestantes soltaram grandes envelopes presos a balões para simbolizar as cartas que enviaram a parlamentares pedindo que a discussão não considere só o enfoque econômico.

[T95B2] 26/04/2004 - 07h27 - Negros reivindicam cotas em programas habitacionais - da enviada especial da Folha de S.Paulo a Nova Iguaçu

Cotas para negros, títulos de posse para gays e lésbicas, educação ambiental e reciclagem de lixo. A agenda dos movimentos populares de moradia já não se contenta apenas com a obtenção do título de propriedade.

Ainda é difícil. Quando, no sábado, apareceu a proposta do grupo "Negritude" --"que os programas habitacionais dos governos federal, estaduais e municipais incluam o sistema de cotas para negros em 40%"--, foi uma pancadaria. Cinco pessoas se inscreveram para contestar.

Levantou-se o representante da Bahia: "Como 40%? Na Bahia, nós somos 80% da população. E agora vamos ter apenas 40% das casas que conquistamos?" Ele mesmo explicava: "Defender cotas nas

universidades até se entende. É um espaço de brancos. Mas moradia popular é coisa para a população pobre. Nessa área, nós já somos maioria. Não temos de disputar espaço".

Discussão feita, a formulação final do encontro exige "um mínimo de 40% de negros nos programas habitacionais".

Outra demonstração de que as coisas vêm mudando foi a presença franca de gays e lésbicas na discussão de gênero. "Por que só famílias com homem, mulher e crianças têm o direito a ocupar, resistir, construir e ter um título de posse?", perguntava uma militante do movimento, defendendo que duplas de mulheres e de homens que vivam maritalmente tenham o direito a uma casa. Venceu uma formulação bem mais branda: "As (os) solteiras (os) têm direito à moradia".

A pauta "politicamente correta" do encontro nacional topa também com demandas bem mais dramáticas: no grupo de juventude, por exemplo, uma das principais preocupações refere-se ao que os sem-teto chamam de pós-moradia. "Há meninos que passaram a vida morando em cortiços, favelas e mesmo na rua. Eles precisam ser educados sobre como respeitar o patrimônio coletivo, têm de aprender a conviver", explicou uma militante. Aplausos.

O pós-moradia é o terror dos movimentos. "Invadir é a coisa mais fácil do mundo. Depois que a coisa está pronta é que o bicho pega", afirma um dirigente. Alcoolismo, drogas, depredações, maridos batendo em mulheres, desrespeito aos mais velhos ou simples falta de educação são pontos sensíveis. Por isso, todos os grupos temáticos insistiram na necessidade de "educar" os militantes para a nova vida.

[T96B2] 26/04/2004 - 06h21 - Após polêmica, 4.400 tentam cotas na UnB - LUCIANA CONSTANTINO - da Folha de S.Paulo, em Brasília (NÃO USADO)

Mesmo com a polêmica gerada pela exigência de foto para comprovar a cor da pele do candidato, a UnB (Universidade de Brasília) registrou 4.400 inscritos para disputar, no próximo vestibular, as vagas oferecidas dentro do regime de cotas para negros. O montante representa 18,7% do total de inscrições registradas pela universidade para a prova: 23.500.

Os alunos inscritos no sistema de cotas ainda passarão por uma triagem. Por isso, só no dia 21 de maio terão seus nomes confirmados. É a partir daí que será possível saber a relação final de candidatos por vaga. Por enquanto, ela está em mais de 11 para uma.

Os estudantes com a inscrição homologada para as cotas vão concorrer a 392 vagas de graduação, que representam 20% do total oferecido pela universidade.

Alunos não considerados negros ou pardos pela comissão julgadora serão automaticamente incluídos no sistema universal. Ou seja: vão concorrer a uma das 1.602 vagas que restam.

Primeira universidade federal do país a adotar a reserva de vagas para negros, a UnB optou pela análise das fotos com o argumento de que tenta evitar fraudes.

"Sabemos que haverá casos de irmãos em que um terá a inscrição homologada e outro não. A avaliação será feita pelo fenótipo, cor da pele e características gerais da raça. Porque esses são os fatores que levam ao preconceito", disse a relatora da Comissão de Implantação do Plano de Metas de Integração Social, Étnica e Racial da UnB, Dione Moura.

Houve estudantes que se inscreveram pelas cotas já prevendo a "desclassificação", mas prometendo entrar na Justiça contra a decisão.

Outros, como Rodrigo Pedreira, 18, candidato ao curso de ciências sociais, embora tenham se autodeclarado pardos, fizeram a inscrição pelas cotas, mas não deixaram de considerar o sistema discriminatório.

Iniciante

Seguindo o modelo da UnB, a Universidade Federal de Alagoas também reservará, pela primeira vez, 20% de suas 2.275 vagas de graduação para alunos negros e pardos. As diferenças serão o critério

adotado --autodeclaração-- e a obrigatoriedade de o aluno ser egresso de escola pública --o candidato deve ter estudado no mínimo dez anos na rede, inclusive o ensino médio.

"Já pedíamos fotografias na inscrição antes de optar pelas cotas. As fotos também são fáceis de fraudar, por isso descartamos", disse Almir Guilhermino, coordenador de comunicação da Ufal.

A federal de Alagoas também inovou ao reservar, dentro das vagas para negros, 40% para homens e 60% para mulheres.

As instituições estão se antecipando à proposta da União, que vem sendo preparada desde o ano passado. Depois de idas e vindas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva bateu o martelo no início deste mês. Decidiu que a proposta será feita por projeto de lei --não haverá medida provisória.

A primeira universidade brasileira de grande porte a adotar em seu vestibular o critério de cotas foi a Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), após uma lei do governo estadual. (no lugar de 1/2002)

[T97B2] 06/05/2004 - 06h00 - MEC vincula financiamento a oferta de bolsa – LUCIANA CONSTANTINO da Folha de S.Paulo, em Brasília

Depois de receber críticas de entidades públicas e particulares, o projeto de lei criando o Programa Universidade para Todos (Prouni) será enviado ao Congresso nos próximos dias vinculando o credenciamento de instituições de ensino superior no Fies --o fundo de financiamento dos alunos-- à concessão de bolsas integrais para estudantes carentes.

Além do Prouni, o governo enviará para votação o projeto de lei que institui nas universidades federais o sistema de cotas. O texto prevê reserva de 50% das vagas dessas instituições para quem tenha cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Dentre essas, existe a previsão de cotas para negros e índios.

As duas propostas fazem parte de um "pacote" previsto pelo Ministério da Educação com o objetivo de aumentar a participação de alunos carentes no ensino superior. Apenas 17,1% dos formandos no ano passado têm renda familiar per capita de até R\$ 720, o que representa três salários mínimos (considerando o valor anterior, de R\$ 240).

A maior parte deles (44,5%) tem renda entre R\$ 721 e R\$ 2.400. Os dados são do questionário socioeconômico do extinto Provão, respondido em 2003 por 420 mil formandos de 26 áreas.

Segundo a Folha apurou, o texto que está na Casa Civil proíbe o credenciamento no Fies de instituições de ensino superior que não ofereçam, no mínimo, uma bolsa integral a alunos com renda familiar per capita de até um salário mínimo (hoje R\$ 260) para cada nove matrículas.

O governo tem previsto no Orçamento deste ano R\$ 829 milhões para aplicar no Fies. Novos financiamentos serão concedidos no segundo semestre. Se o texto do Prouni for aprovado no Congresso até lá, os novos créditos serão enquadrados na regra.

O Universidade para Todos prevê a concessão de uma bolsa integral em instituições privadas para estudantes sem curso superior e cuja renda familiar não exceda um salário mínimo per capita. Caso o texto seja aprovado como está, o estudante, para pleitear vaga no programa, usará o resultado do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), ficando dispensado de prestar vestibular.

As instituições com fins lucrativos que aderirem ao programa oferecerão uma bolsa integral para cada nove estudantes matriculados. Em contrapartida, receberão isenção de quatro tributos.

Não poderão aderir instituições com desempenho insuficiente no sistema de avaliação.

Transição

Como regra de transição, o governo prevê a possibilidade de a instituição oferecer bolsas aos alunos já matriculados que sejam atendidos pelo Fies ou que recebam algum tipo de benefício devido à condição socioeconômica.

O ministério estima que, caso todas as instituições sem fins lucrativos optem pela adesão, o governo pode deixar de arrecadar até R\$ 260 milhões. À Presidência da República, o ministério argumenta que a medida não implica a utilização de recursos públicos. Alega que a renúncia fiscal pode ser compensada pela eventual arrecadação de tributos de instituições filantrópicas que quiserem passar a ser "empresas".

Para as filantrópicas, o texto do Universidade para Todos prevê que a instituição de ensino superior poderá ser considerada beneficente de assistência social apenas se oferecer, no mínimo, uma bolsa integral para cada quatro alunos matriculados.

Essa exigência foi alvo de críticas, feitas pelos representantes de instituições filantrópicas e expressas em um manifesto, onde alegam que a obrigatoriedade é inconstitucional.

[T98B2] 08/05/2004 - 06h36 -No PR, negro terá 20% das vagas da universidade federal - MARI TORTATO da Agência Folha, em Curitiba

O Conselho Universitário da UFPR (Universidade Federal do Paraná) aprovou a reserva de 20% de vagas para negros e de 20% para alunos oriundos da escola pública no próximo vestibular, que vai selecionar para 2005.

A definição de cotas para as chamadas "políticas afirmativas" já tinha sido aprovada em reuniões anteriores. Ontem, o conselho apenas definiu os percentuais.

"Quem entrar na universidade [pelo sistema de cotas] entrará pela porta da frente, sem moleza ou benesse", disse o reitor Carlos Augusto Moreira Jr. Os alunos que disputarem essas vagas terão de passar por uma prova eliminatória, de conhecimentos gerais, aplicada a todos os concorrentes.

Ele explicou que a prova eliminatória aborda o conteúdo do ensino médio de maneira geral. Nos últimos vestibulares, sobreviveram a esse "corte" apenas 15 mil dos cerca de 46.500 que disputaram as 4.160 vagas ofertadas.

Moreira Jr. disse que em alguns cursos, como de medicina, as cotas não serão totalmente preenchidas, dado esse "corte". Ainda assim, um aluno autodeclarado afrodescendente aumentará em seis vezes a chance de fazer o curso em relação à disputa anterior.

O Paraná tem 22% da população autodeclarada negra no Censo de 2000 --2,7% dos 19.542 alunos da UFPR. Os negros aprovados no último vestibular representam 1,7% do total --afrodescendentes inscritos eram 2,7%.

Realizado em dezembro de 2003, o vestibular foi disputado por 35% de alunos que sempre estudaram em escola pública, e 26%, na escola privada. Dos aprovados, 21% são oriundos da escola pública, e 40%, da privada.

Entre os calouros, 15% têm renda familiar superior a R\$ 5.000. Outros 19% são de famílias que ganham mais de R\$ 1.000.

Em todo o Brasil, apenas duas universidades federais já adotaram o sistema de cotas para negros neste ano: a UnB (Universidade Federal de Brasília) e a Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), segundo o MEC (Ministério da Educação).

A medida também já é seguida em duas estaduais: a Uneb (Universidade da Bahia) e a UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro).

Em Salvador, cerca de 50 estudantes secundaristas fizeram um ato público na manhã de ontem, nas escadarias do prédio da Reitoria da UFBA (Universidade Federal da Bahia), pela aprovação do Programa de Ações Afirmativas.

[T99B2] 14/05/2004 - 08h15 - Lula repete promessas em pacote - GUSTAVO PATU da Folha de S.Paulo, em Brasília - Colaborou **ADRIANA CHAVES**, da **Agência Folha**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva alinhavou uma série de promessas já conhecidas para anunciar ontem uma espécie de pacote destinado a estimular a economia e a inclusão social, que deveria ter sido lançado em 1º de maio, Dia do Trabalho.

As medidas foram listadas em reunião do CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, fórum de representantes da sociedade), no Palácio do Planalto, cujo tema era "a retomada do crescimento sustentado".

"Falar em crescimento econômico e inclusão social requer também medidas concretas. Quero marcar esta reunião do conselho anunciando algumas medidas e iniciativas que vão beneficiar, de modo direto e muito significativo, a nossa sociedade, especialmente os setores mais pobres do nosso país", discursou Lula.

Em seguida, o presidente citou oito providências que, além de já mencionadas outras vezes pelo presidente e por seus ministros, não chegam a impressionar pelo impacto esperado na economia ou na política social.

Duas delas serão propostas por meio de projeto de lei. São elas: o programa Universidade para Todos e a criação de cotas para alunos carentes, negros e índios nas universidades públicas.

O primeiro, lançado pelo ministro Tarso Genro em fevereiro, tem o objetivo de abrir vagas gratuitas para estudantes de baixa renda em faculdades privadas, em troca de isenção de tributos. Já a política de cotas é estudada desde o início do mandato de Lula.

Prometido durante a campanha eleitoral e criado em junho de 2003, o programa Primeiro Emprego será reformulado. Até abril apenas 707 jovens foram contratados com os subsídios oferecidos pelo governo, para uma meta de 250 mil até o final deste ano.

Também para a geração de empregos, será elevado o número de jovens recrutados para o serviço militar. Os números são modestos: mais 30 mil recrutas, além dos 100 mil habituais por ano.

Lula previu a injeção de R\$ 2,7 bilhões na economia com a liberação integral de pagamentos atrasados do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para pessoas com 60 anos ou mais. Aposentados poderão contrair empréstimos com desconto direto em seus benefícios previdenciários. A permissão já existe desde o ano passado, mas ainda não foi posta em prática.

Outras medidas já conhecidas anunciadas ontem são a intenção de recuperar 7.800 km de rodovias e liberar R\$ 2,9 bilhões para obras de saneamento básico.

[T100B2] 14/05/2004 - 09h50 - Projeto cria cota em universidades federais - da Folha de S. Paulo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou oficialmente ontem, dentro de um pacote de medidas, o projeto de lei que reserva 50% das vagas das instituições federais de educação superior para alunos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Entre essas vagas, estarão cotas para negros e índios, como antecipou a **Folha** na última semana.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2002, foram oferecidas naquele ano 124.196 vagas por 73 instituições federais, sendo 43 universidades.

Outro anúncio oficial foi do projeto de lei do Prouni (Programa Universidade para Todos), que gerou polêmica com universidades públicas e particulares.

O Prouni prevê a concessão de bolsa integral em instituições privadas a estudantes sem curso superior e cuja renda familiar não exceda um salário mínimo per capita.

Projeto de lei

Diferentemente do que queria o Ministério da Educação, as duas medidas serão encaminhadas ao Congresso na forma de projeto de lei. Só entrarão em vigor depois de aprovadas por parlamentares e sancionadas pelo presidente. O Ministério da Educação defendia a implantação por medida provisória, que teria força de lei após publicação no "Diário Oficial".

"Os estudantes de escola pública, geralmente de família de baixa renda, muitas vezes chegam ao vestibular em desvantagem em relação aos alunos de escolas e cursinhos particulares", disse Lula, ao anunciar a medida.

O objetivo do governo é fazer com que a reserva de vagas nas federais também se torne uma política de cotas para negros.

Na proposta, o governo federal usa o percentual de população negra e parda calculado pelo IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em cada Estado para definir as vagas destinadas aos afrodescendentes. Por exemplo: uma instituição no Rio Grande do Sul terá de reservar 50% das vagas para alunos de escola pública. Desse total, 13,5% das vagas serão para afrodescendentes.

Questionado sobre como conciliar a reserva de vagas com o vestibular, o ministro Tarso Genro afirmou que a questão precisará de regulamentação específica feita pelas universidades.

[T101B2] 15/05/2004 - 06h03 - Universidade tenta suprir formação falha de alunos - ANTÔNIO GOIS – da Folha de S.Paulo, no Rio

A má qualidade do ensino médio público brasileiro e a presença de um número cada vez maior de adultos que voltam a frequentar o ensino superior depois de muito tempo longe da sala de aula têm levado universidades a criar cursos paralelos que podem funcionar, na prática, como espécie de aula de recuperação de conteúdos esquecidos ou não aprendidos.

Como a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), de 1996, permitiu que as instituições fizessem processos de seleção menos rígidos do que o vestibular, as universidades começaram a receber alunos com mais dificuldade para acompanhar as aulas de um curso de graduação.

Essa mudança no perfil do estudante de graduação é confirmada por duas estatísticas. A comparação do Censo do IBGE de 1991 com o de 2000 mostra que, nos anos 90, os universitários com mais de 30 anos foram o grupo que mais cresceu em comparação com os alunos de outras idades no ensino superior. Nesses nove anos, eles passaram de 232 mil para 638 mil, um aumento de 175%.

No mesmo período, o crescimento do total de alunos do ensino superior de todas as faixas etárias foi de 108%. Com isso, os universitários com mais de 30 anos, que representavam 17% do total em 1991, passaram a responder por 22%, o maior incremento entre todas as faixas etárias.

Além da presença maior dos mais velhos, os dados do questionário socioeconômico do Provão (o Exame Nacional de Cursos) mostram também que, nos últimos cinco anos, aumentou a participação de estudantes da escola pública entre os formandos.

Comparando os dez cursos avaliados desde 1998 no exame, os estudantes que estudaram a maior parte ou todo o ensino médio em escolas públicas passaram a ser maioria em 2003, representando 50,2% dos formandos. Em 1998, eles eram 45,4% do total.

Nesses últimos cinco anos, os estudantes da rede média pública passaram a ser mais representativos do que os da rede privada, que diminuíram sua participação no total de estudantes de 49,4% para 45% no mesmo período.

O reforço

Foi para atender a esses dois públicos (mais velhos e oriundos da rede pública) que o centro universitário UniCarioca, do Rio de Janeiro, criou no ano passado cursos on-line gratuitos de português e matemática para ajudar estudantes com dificuldades nessas duas disciplinas do ensino médio.

Projeto semelhante foi iniciado também em 2003 pelo centro universitário UniverCidade, também do Rio, que criou o Programa de Apoio Pedagógico, com o objetivo de dar um reforço para estudantes em disciplinas em que foram constatadas um alto índice de reprovação no primeiro ano. Entre os cursos oferecidos, também estão os de texto e de matemática.

Em São Paulo, a universidade UniCid detectou há quatro anos essa necessidade e criou um programa de oficinas que tenta, entre outras coisas, dar um atendimento personalizado a estudantes com dificuldade ou vontade de dominar um assunto necessário para o acompanhamento das aulas. Uma das oficinas é a de texto.

A Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) também criou, no ano passado, um programa de reforço escolar para o conjunto de seus estudantes.

O objetivo da Uerj era preparar a universidade para a chegada dos calouros que, pela primeira vez, foram admitidos pelo sistema de cotas raciais e para a rede pública. As aulas desse programa são abertas a todos os estudantes.

Neste ano, denominado Pró-Iniciar, o projeto tem aulas de inglês para universitários que não tiveram a oportunidade de aprender o idioma no ensino médio.

"Com maior liberdade para elaborar o processo seletivo e por causa de uma estratégia de mercado das instituições privadas, o primeiro ano das universidades passou a ser realmente o filtro que indica se o aluno continuará estudando ou não. Não são estudantes despreparados intelectualmente, mas são alunos que podem ter perdido o hábito de aprendizagem. Oferecer esse reforço aos estudantes é como dar um voto de confiança na sua capacidade de aprender e reconhecer a realidade do ensino médio público brasileiro", afirma o reitor da UniCarioca, Celso Niskier.

Denise Campos, pró-reitora-adjunta de ensino da UniCid, afirma que a universidade precisa assumir sua responsabilidade a partir do momento em que o estudante passa pelo processo seletivo da instituição. "Em vez de colocar a culpa no ensino médio e ficar lamentando a situação da educação, achamos que a universidade deve assumir a sua responsabilidade. Não adianta querer se isentar e dizer que o estudante que chegou à instituição já veio com falhas do ensino médio", afirma.

Paulo Alonso, vice-reitor da UniverCidade, concorda: "No ano passado, iniciamos o programa com 95 estudantes. Neste ano, já são 737. Isso mostra que é um dever da universidade fazer com que os alunos tenham acesso a programas de nivelamento, principalmente aqueles de origem mais humilde, que são os que mais precisam".

[T102B2] 22/05/2004 - 08h58 - Sistema de cotas busca diminuir desigualdades - da Folha Online

Os sistemas de cotas foram adotados pela primeira vez na década de 1960, nos Estados Unidos, como consequência das pressões dos movimentos de defesa dos direitos civis dos negros encabeçados por Martin Luther King.

Em 1964, uma lei federal instituiu a garantia da igualdade racial. Foi quando surgiram as primeiras iniciativas da chamada "ação afirmativa".

Ao determinar um percentual mínimo obrigatório de vagas, no mercado de trabalho ou no sistema de ensino, para minorias segregadas, a iniciativa visa diminuir as desigualdades raciais e sociais.

As cotas são motivo de controvérsia em todo o mundo. Embora admitam que possa trazer consequências negativas, os seus defensores argumentam que se trata de um remédio necessário. Os críticos alegam que o sistema gera tensão social e cria mais problemas que soluções.

No Brasil, várias universidades anunciaram neste ano que adotarão o sistema de cotas para negros nos vestibulares. Foi o caso de UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), UNB (Universidade de Brasília), UFPR (Universidade Federal do Paraná) e UFBA (Universidade Federal da Bahia).

Algumas das iniciativas vêm sendo contestadas no Supremo Tribunal Federal, sob a alegação de serem discriminatórias. Uma das mais polêmicas é a da UNB: para determinar se o candidato é ou não negro, são tiradas fotos, que passam por uma comissão encarregada de homologar as inscrições.

No Congresso, há um projeto, batizado Estatuto da Igualdade Racial, do senador Paulo Paim (PT-RS), que prevê a criação de cotas para o ingresso de negros no funcionalismo público, na produção cultural, nas universidades federais e nos meios de comunicação.

[T103B2] 25/05/2004 - 16h33 - Unicamp aprova método para inclusão de alunos da rede pública - FÁBIO TAKAHASHI da Folha Online

O Conselho Universitário da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) aprovou nesta terça-feira (25) proposta que deve aumentar para cerca de 38% a parcela de alunos do ensino médio público na instituição.

A partir do próximo processo seletivo, o estudante que cursou todo o ensino médio na rede pública ganhará 30 pontos na NPO (Nota Padronizada de Opção), nota que contabiliza o desempenho nas duas fases no vestibular e os pesos das disciplinas de acordo com o curso escolhido; os que se declararem negros, pardos ou indígenas, que também tenham estudado em escola pública, terão 10 pontos adicionais (40 no total).

CRITÉRIO DE INCLUSÃO SOCIAL		
 <p>O que é Prevê que alunos de escolas públicas terão uma pontuação extra nas provas do vestibular</p>	<p>pardos e índios que tenham cursado o ensino médio em colégio particular não terão nenhuma pontuação extra</p>	<p>Programa de Ação Afirmativa para a Inclusão Social, foi aprovado ontem pelo Conselho Universitário da Unicamp</p>
 <p>Escola pública Estudante de escola pública tem 30 pontos garantidos na prova do vestibular</p>	 <p>Perfil étnico O critério étnico será feito por autodeclaração. A universidade não tem como fazer o controle</p>	 <p>Aplicabilidade Os critérios de pontuação passam a valer já no próximo vestibular. As inscrições começam em agosto</p>
 <p>Questão étnica Os alunos de escola pública que forem negros, pardos ou índios terão 40 pontos nas provas do vestibular</p>	 <p>Histórico escolar Serão considerados alunos de escolas públicas aqueles que comprovarem que cursaram o ensino médio integral em uma escola da rede pública</p>	 <p>Expectativa Com o critério aprovado ontem, a Unicamp estima aumentar em 230 as matrículas de alunos de escola pública. Desse total, 60 seriam matrículas de alunos negros</p>
 <p>Escola particular Os estudantes negros,</p>	 <p>Ação afirmativa O programa, denominado</p>	

No último vestibular, as NPOs dos classificados para a segunda fase variaram de 200 a 800 pontos. De acordo com o professor Renato Pedrosa, que participou da elaboração do sistema, o aumento de ingressos da rede pública poderá mudar em relação à projeção inicial (38%). "Fizemos os cálculos com base nos números do vestibular 2004. Para o próximo, poderá haver uma variação, uma vez que mais estudantes dessa rede devem concorrer devido à mudança."

No processo seletivo deste ano, 28% dos matriculados foram egressos do ensino público. De acordo com Pedrosa, a maior variação entre os aprovados deverá acontecer nos cursos mais concorridos, em que poucos pontos definem o ingresso.

O Grupo de Trabalho sobre Inclusão Social da universidade (GTIS), que criou o método, afirma no texto da proposta que a medida visa "incentivar o acesso à universidade para os candidatos que cursaram o ensino médio na rede pública" e até "melhorar a qualificação acadêmica dos alunos que compõem seu corpo discente".

Para isso, o grupo cita a pesquisa, antecipada pela **Folha Online** no final de março, que constatou que os alunos que fizeram o ensino médio na rede pública tendem a ter um desempenho melhor que os da particular, se comparados os estudantes com notas parecidas no vestibular.

Segundo o professor Pedrosa, na média, os universitários provenientes da rede pública têm um desempenho 4% a 5% acima em relação aos da particular.

Os alunos que serão beneficiados com o novo método de seleção não terão seus nomes identificados publicamente; a participação no sistema será opcional.

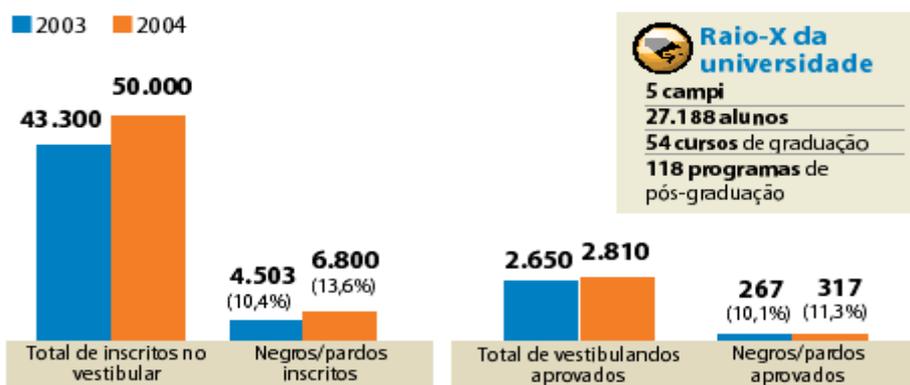
MEC

O grupo entendeu que, ao simplesmente se reservar uma parcela das vagas a um determinado perfil de alunos, fere-se a autonomia universitária e ainda há a ameaça de queda no desempenho. O Ministério da Educação defende a política de reserva, conhecida como "cotas".

O MEC mandou projeto de lei ao Congresso que visa destinar 50% das vagas nas universidades federais a alunos da rede pública de baixa renda; dentro dessa porcentagem, deverão ser destinadas partes a negros, pardos e índios, seguindo a proporção apresentada no último Censo em cada Estado.

A medida, mesmo se aprovada, não será imposta à Unicamp, USP (Universidade de São Paulo) e Unesp (Universidade Estadual Paulista), já que essas instituições são do governo estadual.

NÚMEROS DO VESTIBULAR DA UNICAMP



Fonte: Unicamp (Universidade Estadual de Campinas)

[T104B2] 25/05/2004 - 11h08 - UnB divulga inscrições confirmadas para sistema de cotas - da Folha Online

A Cespe, centro que aplica o vestibular da UnB (Universidade de Brasília), divulgou nesta terça-feira (25) a relação de candidatos que tiveram a inscrição homologada para participar do próximo processo seletivo pelo sistema de cotas para negros.

- Clique aqui para ver a relação completa (em PDF)

- Clique aqui para fazer a busca por nome

Esses estudantes vão concorrer a 392 vagas de graduação, que representam 20% do total oferecido pela universidade. A instituição registrou quase 4.400 inscritos para a disputa pelo sistema, dos quais 212 (menos de 5%) foram negados.

Para a triagem, uma comissão formada pela universidade fez análise de fotos dos candidatos. Quem não teve a inscrição confirmada para disputar as vagas reservadas pode entrar com recurso ou disputar pelo sistema universal, que conta com 1.602 vagas.

As provas serão aplicadas nos dias 26 e 27 de junho.

Recurso

Os candidatos que não tiveram a inscrição no sistema de cotas homologadas poderão apresentar recurso nos dias 5 ou 6 de junho; na ocasião, também haverá entrevista, que deverá ser marcada entre os próximos dias 27 e 28, entre 8h e 18h, pelos telefones (61) 448-0315 ou (61) 448-0316; ou pessoalmente, no Núcleo de Atendimento ao Candidato do Cespe, localizado no Campus Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), mezanino, ala norte Asa Norte, em Brasília.

O vestibulando deverá levar para a entrevista formulário próprio, obrigatoriamente datilografado ou digitado.

O recurso será analisado por banca revisora. A decisão acontecerá por maioria de votos e terá caráter definitivo. O resultado deve sair em 16 de junho.

Polêmica

O sistema adotado pela UnB gerou controvérsias. A relatora da Comissão de Implantação do Plano de Metas de Integração Social, Étnica e Racial da UnB, Dione Moura, admitiu no final do mês passado que poderia haver "casos de irmãos em que um terá a inscrição homologada e outro não".

Segundo Moura, a seleção levaria em conta "fenótipo, cor da pele e características gerais da raça, porque esses são os fatores que levam ao preconceito".

A primeira universidade brasileira de grande porte a adotar em seu vestibular o critério de cotas foi a Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), após uma lei do governo estadual. A Universidade Federal de Alagoas também adotou o método, mas usou o sistema de autodeclaração --a instituição entendeu que o sistema de fotos poderia ser fraudado.

Proposta

O Ministério da Educação (MEC) quer instituir a política de cotas no ensino superior. O MEC enviou ao Congresso projetos de lei para reservar 50% das vagas nas universidades federais e de 10% a 20% nas universidades particulares a alunos do ensino médio público de baixa renda.

Dentro dessas porcentagens, as instituições deverão destinar vagas especificamente para negros, pardos e indígenas; o número seria estabelecido de acordo com o percentual de cidadãos autodeclarados no último Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) em cada Estado. O Congresso analisa os projetos --o ministério quer que essas políticas entrem em vigor já para o próximo processo seletivo.

[T105B2] 01/06/2004 - 05h34 - Universidade do AM adota cotas para estudantes de escolas públicas - KÁTIA BRASIL - da Agência Folha, em Manaus (no lugar de 1/2001) tipologia

A UEA (Universidade Estadual do Amazonas) anunciou ontem seu critério de cotas para a "inclusão social" disponibilizando 60% das vagas da universidade, em 2005, para estudantes oriundos do ensino médio de escolas públicas de Manaus e 4% para alunos indígenas que estudam em cidades onde ficam os 13 campi avançados da entidade no Estado.

A distribuição de cotas da UEA não considerou os critérios do projeto do governo federal que visa ampliar a participação de estudantes carentes e afrodescendentes, prevendo cota de 50% para alunos de escolas públicas e para negros e pardos (segundo sua incidência na população de cada Estado) nas instituições federais.

"A universidade não enfrentou a questão dos negros porque eles se constituem uma minoria bastante pequena na região. A minoria mais significativa na região é de índios", afirmou o reitor da UEA, Lourenço Braga.

Ele disse que a UEA também vai realizar cursos específicos para a população indígena nas diferentes áreas, conforme projeto de lei aprovado pela Assembléia Legislativa do Amazonas.

Segundo o Censo do IBGE de 2000, a população do Amazonas (2.817.252 habitantes) é formada por 4,02% (113.391) de índios, 3,1% de negros, 66,89% de pardos e 24,19% de brancos.

De acordo com o reitor da universidade, os estudantes da rede pública terão 60% das vagas na capital e 80% no interior, onde não há escola privada.

[T106B2] 06/06/2004 - 11h30 - Sem apoio a aluno, reserva de vaga na universidade pode fracassar - FÁBIO TAKAHASHI da Folha Online

A falta de recursos dos alunos de baixa renda ameaça tornar ineficazes as propostas do Ministério da Educação de reservar vagas para a rede pública no ensino superior privado e federal. Estudos mostram que a manutenção de um estudante pode custar mais que a renda per capita exigida.

O teto exigido é de um salário mínimo per capita (atualmente R\$ 260) aos alunos que se beneficiarem da reserva nas universidades particulares. O projeto sobre as cotas nas instituições federais não faz

menção à renda; é obrigatório apenas que o aluno tenha cursado todo o ensino médio na rede pública. As propostas foram enviadas ao Congresso há cerca de dez dias.

Os estudantes da Unesp (Universidade Estadual Paulista), por exemplo, gastam em média cerca de R\$ 650 por mês, de acordo com estudo feito pelo professor da universidade José Murari Bovo. O levantamento consta no livro "Impactos Econômicos e Financeiros da Unesp para os Municípios" (Editora Unesp), com dados coletados em 2002.

No cálculo estão incluídos gastos com aluguel, alimentação, transporte, material didático e lazer. Excetuando-se a verba com aluguel e lazer, o valor cai para R\$ 470 (45% acima do salário mínimo).

Consultados pela **Folha Online**, especialistas da UnB (Universidade de Brasília) e Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) avaliam que a proposta do governo pode fracassar devido aos altos custos de um aluno para se manter na universidade --tanto nas particulares como nas federais. A posição é respaldada por representantes dos estudantes.

Projeto

O Ministério da Educação enviou ao Congresso no final do mês passado dois projetos de lei --a idéia é que entrem em vigor já neste ano. Um deles visa reservar 50% das vagas das universidades federais a alunos que tenham cursado, integralmente, o ensino médio na rede pública, política conhecida como "cotas".

O outro diz que as instituições sem fins lucrativos deverão destinar, obrigatoriamente, 20% das vagas a alunos de baixa renda que também tenham feito ensino médio público com renda per capita igual ou inferior a um salário mínimo. Já as com fins lucrativos que aderirem (o que seria optativo) devem reservar 10%, em troca de isenção de alguns impostos.

Desempenho

Nenhum dos dois projetos apresenta menção a recursos para despesas como alimentação, transporte, livros e xerox aos possíveis beneficiados. "Sem assistência, o aluno não termina o curso", afirma o presidente da UNE, Gustavo Petta. "Se não houver a inclusão disso, as medidas ficarão insuficientes."

A Diretoria de Desenvolvimento Social da UnB fez um levantamento que mostrou que os estudantes que participam de algum tipo de programa de auxílio têm rendimento melhor que os demais em 55 dos 56 cursos --apenas em educação artística o fato não ocorreu. Os dados referem-se ao primeiro semestre de 2003.

Para a diretora do departamento, Maria do Socorro Gomes Mendes, a ajuda recebida (como desconto no restaurante da universidade, auxílio-moradia ou ajuda de custo) é fundamental para o bom desempenho desses alunos. "Para se ter efetivamente o objetivo da política de cotas, que é a inclusão social, há de se pensar em programas que garantam a permanência desses alunos da universidade", afirmou Mendes.

O coordenador de pesquisas do vestibular da Unicamp, Renato Pedrosa, concorda que muitos estudantes precisarão de apoio. A universidade tem um estudo semelhante ao da UnB, que constatou que os alunos que fizeram o ensino médio na rede pública tendem a ter um desempenho melhor que os da particular, se comparados os estudantes com notas parecidas no vestibular.

Sugestões

O vice-presidente do Simesp (Sindicato das Mantenedoras do Estado de São Paulo), Antonio Carbonari, diz que a solução do problema, ao menos nas instituições privadas, seria aumentar o número de beneficiados pelo Fies (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior). Isso poderia até mesmo, na opinião dele, substituir o projeto de reserva de vagas. "O valor recebido deveria ser maior que a bolsa de estudo, para que o aluno pudesse se manter", diz.

Em 2003, mais de 200 mil alunos pediram financiamento, mas só 73 mil puderam ter acesso ao fundo oferecido pelo governo federal, que paga até 70% da mensalidade dos beneficiados durante o curso. Quando o aluno se forma, passa a pagar mensalidades até que seja atingido o valor do financiamento.

Já o secretário-executivo da Abruc (Associação Brasileira das Universidades Comunitárias), Rodrigo Lamego, diz que a verba para o apoio aos alunos poderia sair por meio de bolsas parciais. "Tem aluno

que precisa só de 30%, outros de 80%. Parte da verba poderia custear esse apoio." O ministério argumenta que seria difícil fiscalizar caso as bolsas não sejam integrais.

Outro lado

Procurada pela **Folha Online** desde o dia 24 de maio, a assessoria de imprensa do Ministério da Educação (MEC) não informou se a pasta possui um projeto de apoio aos possíveis beneficiados pelos dois programas.

A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do governo federal estima que seriam necessários de R\$ 50 milhões a 60 milhões para um programa de incentivo à permanência dos alunos carentes nas universidades federais. Não há uma projeção para o gasto necessário aos estudantes de baixa renda que entrariam no ensino superior privado.

O Ministério da Educação espera que 360 mil alunos sejam beneficiados pelo programa de reserva de vagas nas universidades particulares; nas federais, seriam cerca de 60 mil (que são os 50% da capacidade nas instituições federais).

[T107B2] 07/06/2004 - 17h35 - Governo quer cotas em todos os cursos nas universidades federais - JOÃO SANDRINI da Folha Online, em Brasília

O governo quer que as cotas nas universidades federais sejam estendidas para cada um dos cursos das instituições. A mudança faz parte da reforma universitária, cujas diretrizes foram apresentadas nesta segunda-feira pelo ministro Tarso Genro (Educação).

De acordo com o projeto que será apresentado ao Congresso, 50% das vagas das universidades federais (cerca de 60 mil) serão destinadas a alunos do ensino médio público. Dentro dessa cota, existirão vagas reservadas para negros e índios de acordo com a representatividade dessas populações em cada Estado.

Além do percentual na instituição, o governo também pretende aplicar de forma gradual esse mesmo critério em cada curso. Ou seja, a carreira de medicina, por exemplo, deverá reservar metade de suas vagas para alunos de escolas públicas.

A princípio, o ministério não havia estabelecido que o projeto se estenderia a todos os cursos. No entanto, essa mudança entraria em vigor de forma gradual. O governo estabelecerá uma cota inicial mínima de vagas para todos os cursos --10%, por exemplo-- e depois o elevaria a cada ano até atingir os 50%.

A medida visa evitar que os alunos da rede pública, que hoje já ocupa mais de 40% das vagas nas universidades federais, passem também a ocupar cadeiras nos cursos com vestibulares mais concorridos.

Cotas menores

Ainda na reforma, o governo pretende promover a redução progressiva da cota de 50% para os alunos das escolas públicas assim que houver melhoria da qualidade de ensino nessas instituições.

Genro disse que o ministério começará a tomar medidas para aumentar a qualidade do ensino médio nas escolas públicas e que, com isso, deverá começar a ficar menor a vantagem do aluno que estuda na rede privada.

Por isso, o governo pretende criar um diferencial máximo entre as notas de ingresso de alunos das redes pública e privada. Esse percentual seria reduzido sempre que houvesse melhoria do ensino público.

"A cota só faz sentido em uma estrutura social deformada", disse o ministro. "Um dia deverá ser extinta", afirmou ele, sem, no entanto, fazer uma previsão de prazo para a eliminação das cotas.

[T108B2] 18/06/2004 - 07h11 - Assembléia de Minas aprova sistema de cotas - da Agência Folha, em Belo Horizonte

Depois de Mato Grosso do Sul, Bahia, Rio de Janeiro e Goiás, Minas Gerais também aprovou um sistema de cotas em universidades estaduais.

O projeto de lei que reserva pelo menos 45% das vagas nos vestibulares das duas universidades do Estado (Uemg e Unimontes) para alunos negros, índios, oriundos de escolas públicas, portadores de deficiência física e carentes foi aprovado anteontem à noite, em segundo turno, pelos deputados mineiros.

O projeto prevê que as reservas de vagas sejam estendidas aos cursos técnicos de nível médio mantidos pelas universidades. Segue para sanção ou veto do governador Aécio Neves (PSDB), que terá 15 dias úteis para analisá-lo.

O sistema de cotas em Minas reserva 40% das vagas a candidatos "comprovadamente carentes", sendo 20% para afrodescendentes e 20% para alunos da rede pública, e mais 5% das vagas para portadores de deficiência e índios.

O texto do projeto estabelece a autodeclaração como critério para definir negros e índios, mas abre possibilidade para as instituições estaduais fixarem outras exigências.

Se aprovado, o sistema de cotas será implementado a partir do próximo ano.

[T109B2] 13/07/2004 - 07h36 - Candidata de cotas é 3ª colocada na UnB - ANDREA MIRAMONTES da Folha de S.Paulo, em Brasília

A terceira maior nota do vestibular da UnB e a primeira colocação na área de ciências do vestibular da UnB (Universidade de Brasília) foram conquistadas por candidatos inscritos pelo sistema de cotas. É isso que revelou o resultado da primeira seleção que utilizou a reserva de 20% das vagas para negros e pardos.

- Clique aqui para ver quem foi aprovado.

A estudante Kássia Daglaby Roque Oliveira, 19, de Brasília, prestou vestibular para medicina e figura entre as três melhores colocadas de todo o vestibular. "Fiz inscrição pelas cotas, pois sou parda e cursei o ensino público", disse.

Kássia Oliveira comemora a aprovação na UnB. Também cotista, o primeiro colocado na área de ciências, Ricardo Rabuske Borges Silva, 16, cursa o terceiro colegial e fez vestibular "só para ganhar experiência". Ele sempre estudou em escola particular. Na área de ciências estão cursos como engenharia, química e geologia.

O sistema de cotas adotado pela universidade gerou polêmica ao utilizar como critério de avaliação -- para verificar se os candidatos eram mesmo negros ou pardos-- as fotografias tiradas no ato da inscrição.

Já o resultado divulgado ontem chamou a atenção pela diferença entre a nota dos últimos aprovados cotistas e não-cotistas.

No curso de medicina veterinária, por exemplo, a menor nota de quem foi aprovado pelo sistema universal foi 107,60. Já no rol dos cotistas, o último aprovado teve apenas 7,4.

Os candidatos reprovados alegam injustiça. É o caso da estudante Patrícia Braga, 18, que tentou uma vaga em medicina. "Muita gente entrou no sistema de cotas, não é negro e teve nota menor. Concordo que tem de existir uma política dessa, mas, da forma como foi feita, exclui quem estudou." Em medicina, a nota mínima pelo sistema universal foi de 361,20 e pelo sistema de cotas foi de 334,40. A prova foi a mesma para os dois sistemas.

Para o vice-reitor da universidade, Timothy Mulholland, injusta é a exclusão social. Para ele, o sistema de cotas é um avanço. "O número de candidatos por vaga não é relevante, todos os candidatos enfrentaram a mesma prova, mas não concorreram entre si, são sistemas separados."

A UnB afirma que receberá todos os recursos, mas, para julgá-los, seguirá o que está no edital. Mauro Rabelo, diretor acadêmico do Cespe (Centro de Seleção e de Promoção de Eventos), ressaltou que os alunos cotistas e não-cotistas não concorreram entre si. "Como alguém vai reivindicar uma vaga a que não concorreu?"

[T110B2] 10/08/2004 - 07h21 - UNE quer maior oferta de curso noturno em universidade pública - FERNANDA MENA da Folha de S.Paulo

Reserva de vagas para estudantes das escolas públicas nas instituições federais de ensino superior por curso e por turno, ampliação da oferta de cursos noturnos nas universidades públicas e regulamentação do aumento de mensalidades no setor privado de ensino superior. Esses são alguns dos itens da proposta de reforma universitária da UNE (União Nacional dos Estudantes) reunida em documento que a entidade apresentará hoje, em Brasília.

Amanhã é Dia do Estudante e a UNE, juntamente com a Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), está planejando uma manifestação em Brasília que culminará com a entrega da proposta de reforma da entidade para o ministro da Educação, Tarso Genro. Será lançada também a campanha Superávit Zero, contra a política econômica do governo.

O MEC, por meio de sua assessoria de imprensa, informou que todas as propostas enviadas ao ministério serão analisadas.

Para desenhar uma proposta ampla de reforma universitária, a UNE promoveu uma caravana que, durante abril e maio deste ano, percorreu 30 instituições de ensino superior do país, em cerca de 20 Estados, promovendo debates sobre a reforma.

No documento resultante, a UNE apresenta críticas aos projetos de lei apresentados pelo MEC: cotas nas federais e Prouni (Programa Universidade para Todos). A UNE pede que a reserva de 50% das vagas nas instituições federais de ensino superior seja feita por curso e por turno. Sobre o Prouni, a entidade estudantil afirma ser contra a isenção fiscal de instituições com fins lucrativos.

Entre as propostas, há também eleições diretas e paritárias para a reitoria das instituições de ensino superior e aprovação de um plano nacional de assistência estudantil com rubrica específica, que vá além da bolsa de auxílio e contemple o investimento em restaurantes, moradias estudantis, bibliotecas e transporte.

A entidade pede ainda a criação de 60 mil vagas nos cursos noturnos e, em relação ao ensino superior privado, pede regulamentação do setor, edital para a abertura de novos cursos e a adoção de uma nova lei de mensalidades que vincule os reajustes a negociações com representações estudantis da instituição.

[T111B2] 11/08/2004 - 18h56 - Vaiado, ministro da Educação chama críticos de pequenos burgueses - FÁBIO TAKAHASHI da Folha Online

O ministro da Educação, Tarso Genro, foi vaiado nesta quarta-feira (11), Dia do Estudante, em debate público na Assembléia Legislativa de São Paulo. Em resposta, ele chamou os manifestantes de "fascistas" e "pequenos burgueses".

Tarso foi convidado a fazer uma palestra na assembléia sobre a reforma universitária. Um grupo formado por alunos das universidades públicas de São Paulo e representantes da UNE (União Nacional dos Estudantes) vaiaram e fizeram um apito durante o discurso do ministro.

Quando citou o projeto de cotas nas universidades federais, o ministro teve o apoio dos integrantes do MSU (Movimento dos Sem Universidade) e da Educafro (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes). O auditório, com capacidade para cerca de 300 pessoas, estava lotado.

Durante seu discurso, Tarso chamou de "fascistas" seus críticos. Foi o mesmo termo usado no final de junho em relação a estudantes que protestaram em Manaus, na primeira reunião regional do ministério para discutir a reforma.

"Quem é que eles representam? Eles são da pequena burguesia, que já está na universidade", afirmou o ministro, mais tarde, em entrevista coletiva. "Esse pessoal é minoritário, que foi derrotado no congresso da UNE", completou, citando a reunião da entidade que fechou sua proposta de reforma.

A UNE defende alguns pontos do projeto do governo, como a política de cotas nas instituições federais de ensino superior, mas diverge na reserva de vagas a alunos de baixa renda em entidades privadas, em troca de isenção fiscal. Em coro, os manifestantes classificaram como privatização esse projeto, chamando de Prouni (Universidade para Todos).

Outra reclamação do movimento foi não ter tido oportunidade de falar no debate. "Não era uma audiência pública. Mesmo assim, eles foram convidados a falar, desde que respeitassem as outras opiniões. Eles não aceitaram", afirmou o deputado Cândido Vaccarezza (PT), que convidou o ministro ao debate.

A reforma

O Ministério da Educação prepara uma proposta de reforma universitária. Até novembro, o projeto final deve ser enviado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, em seguida, ao Congresso.

Alguns dos pontos já definidos são reserva de vagas a alunos da rede pública em universidades federais, criação de um ciclo básico nos cursos e tornar obrigatório o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), que poderia ter maior participação no processo seletivo das instituições.

Por outro lado, o ministério já enviou ao Congresso o Prouni, projeto de lei que visa, entre outros pontos, dar isenção fiscal às universidades com fins lucrativos que destinarem uma porcentagem fixa das vagas a estudantes de baixa renda. Atualmente, o texto fala em 10%, mas pode ser mudado.

[T112B2] 01/09/2004 - 05h54 - Unifesp vai reservar cotas para negros - FERNANDA BASSETTE da Folha de S.Paulo

A Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) vai adotar o sistema de cotas para negros, pardos e índios e criou 27 novas vagas (10% do total) para destinar aos beneficiados. O critério entra em vigor no próximo vestibular.

Com a decisão, a Unifesp será a primeira universidade pública no Estado de São Paulo a trabalhar com o sistema de cotas.

As cotas serão para aqueles que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas. Negros, pardos ou índios que estudaram em escola particular não terão direito ao benefício.

Segundo o pró-reitor de graduação da Unifesp, Edmund Chada Baracat, o critério para definição da etnia será feito por autodeclaração do candidato, no ato da inscrição no vestibular.

Segundo a reitoria da universidade, no ano passado seis alunos matriculados no curso de medicina eram negros e pardos e somente dois deles tinham cursado o ensino médio em escolas públicas. O curso oferece 110 vagas.

No curso de enfermagem, que tem 80 vagas, apenas oito alunos matriculados eram negros e pardos e somente três deles haviam concluído o ensino médio em instituições públicas. No total, a universidade oferece 273 vagas. Com as cotas, serão 300.

Unicamp

A Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) também vai adotar um sistema para beneficiar negros, pardos ou índios, mas não destinará cotas.

A iniciativa, denominada Programa de Ação Afirmativa de Inclusão Social, dará 40 pontos extras para candidatos que se autodeclararem negros, pardos ou índios na classificação final do vestibular, desde que tenham cursado o ensino médio exclusivamente em escola pública.

[T113B2] 22/09/2004 - 09h24 - Cresce procura por cota racial na federal do PR- ADRIANA CHAVES da Agência Folha

A UFPR (Universidade Federal do Paraná) manteve a reserva de vagas para estudantes afrodescendentes e oriundos de escolas da rede pública. O sistema de cotas na instituição está sendo questionado pela Procuradoria da República na Justiça Federal.

Os dados sobre o vestibular 2005 foram divulgados na terça-feira pela universidade. Dos 44.682 inscritos, 2.369 (5,2% do total) optaram pelas vagas destinadas a afrodescendentes, e 13.791 (31%) se inscreveram para as vagas reservadas a alunos que sempre estudaram na rede pública.

Em comparação com os dois anos anteriores, aumentou a procura de estudantes que se declararam negros. Em 2002, eles correspondiam a 2,2%. No ano passado, o índice ficou em 2,7%. Já o percentual de alunos inscritos oriundos de escolas da rede pública caiu: era de 35% em 2002 e também em 2003.

Para a reitoria da universidade, dificilmente as vagas preferenciais serão preenchidas integralmente. Isso porque a reserva de cotas só é válida na segunda fase do vestibular, quando muitos candidatos que poderiam se beneficiar do sistema já poderão estar fora da disputa.

O número de inscritos agora também ficou abaixo do registrado no ano passado, quando 46.531 alunos concorreram no vestibular da instituição.

Outros vestibulares

De acordo com o reitor Carlos Augusto Moreira Júnior, a fase eliminatória coincidiu com outros vestibulares, como da USP (Universidade de São Paulo) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

"Essa escolha foi proposital para evitar que candidatos de outros Estados se inscrevam e, depois de aprovados, escolham outras instituições", disse o reitor.

A primeira fase do vestibular da UFPR será realizada no dia 28 de novembro. As provas da etapa final acontecem nos dias 19 e 20 de dezembro.

No dia 9 de agosto, o procurador da República em Guarapuava (PR) Pedro Paulo Reinaldin entrou na Justiça com uma ação civil pública e pedido de liminar para derrubar o sistema de cotas aprovado pela UFPR, alegando se tratar de "uma solução compensatória que não ataca o problema na raiz". O processo está tramitando e, por enquanto, não há impedimento legal para a reserva de cotas na instituição.

[T114B2] 20/10/2004 - 13h10 Cota não resolve exclusão, mas é impulso para reforma, diz Genro - da Folha Online

O ministro da Educação, Tarso Genro, rebateu nesta quarta-feira as críticas ao projeto de lei do Executivo que institui o sistema de cotas nas universidades públicas para alunos que tenham cursado o ensino médio em escola pública, alunos negros, índios e descendentes.

Genro afirmou que o projeto não soluciona um problema de exclusão social, mas significa impulso para uma "grande reforma" do ensino universitário no país. "O projeto não vai resolver um problema de exclusão social, mas seria um caminho para a construção de uma universidade pública mais democrática", disse o ministro.

O projeto de lei que institui as cotas está tramitando na Câmara dos Deputados. O governo espera que o Congresso Nacional vote a proposta ainda neste ano para que ela entre em vigor em 2005.

Nesse sentido, Tarso Genro fez um apelo ao Congresso para que aprove "o mais rápido possível" o projeto de lei. Para ele, sem a aprovação em 2004, o sistema só seria implantado em 2006, o que prejudicaria "boa parte da população carente".

Regras

De acordo com o projeto, as universidades federais do país deverão reservar, no mínimo, 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. A distribuição dessas vagas levará em conta o perfil da população da unidade da federação onde está instalada a universidade, segundo o último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Dentre as vagas reservadas aos alunos procedentes da rede pública, haverá um percentual mínimo para estudantes autodeclarados negros e indígenas.

O ministro compareceu à Comissão de Educação do Senado para falar sobre o projeto mas, por falta de quórum, a sessão foi adiada.

[T115B2] 23/10/2004 - 14h04 - Lula diz que governo prepara pacote de cidadania - FABIANA FUTEMA - da Folha Online

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse hoje que o governo estuda a criação de um "pacote de cidadania" para as comunidades que estão no "chamado mundo do esquecimento". Entre os esquecidos, segundo ele, estariam os quilombolas, os sem-terra e os indígenas.

"Este ano, fizemos uma reunião com os ministérios e determinamos que era preciso fazer um pacote de cidadania para atacar alguns setores da sociedade brasileira que vivem no chamado mundo do esquecimento. Para esses três segmentos da sociedade nós temos que ter um pacote de cidadania que leve para eles saúde, educação, saneamento básico, saúde bucal, Luz para Todos e todos os outros benefícios."

Lula disse que o objetivo desse pacote é oferecer para essas populações acesso à saúde, educação, saneamento básico, energia elétrica e outros benefícios, como o programa Bolsa Família.

"Isso não custa caro. Não custa muito dinheiro. O governo está preparado para fazer. Tem os programas. Tem o dinheiro. Agora é só os ministros construírem o pacote", disse Lula.

O presidente afirmou que já existem três ações do governo federal sendo dirigidas para esse público: o Prouni (Programa Universidade para Todos), o Fies (Financiamento ao Estudante do Ensino Superior) e o projeto de lei que cria cota de negros para afro-descendentes e indígenas nas universidades.

"Em andamento para vigorar no início de 2005, é um projeto de geração de bolsa de estudo tornando obrigatória a concessão de 10% de bolsas integrais em todo os cursos das universidades privadas que aderirem ao Prouni", disse Lula.

Segundo ele, o Fies terá um diferencial para facilitar o acesso de afro-descendentes ao programa de financiamento estudantil. "O Fies agora passou a ter, em seus dois critérios, um diferencial específico que aumenta a possibilidade de os afro-descendentes acessarem esse sistema de crédito para cursar a universidade."

Lula participou hoje da inauguração do Museu Afro-Brasil, em São Paulo.

[T116B2] 08/11/2004 - 19h42 - Lula diz que "dinheiro não é problema" para investir em educação - da Folha Online

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse nesta segunda-feira, na abertura da 4ª reunião do Grupo de Alto Nível do "Programa Educação para Todos" da Unesco, que dinheiro não é problema para investimentos em educação.

"Apesar das conhecidas limitações orçamentárias, tenho reafirmado que dinheiro não será problema para criar e implementar novos programas nessas áreas. Para 2005 o Orçamento do Ministério da

Educação será de R\$ 20,7 bilhões, com um aumento de R\$ 3,4 bilhões em relação ao Orçamento deste ano", disse.

Ele afirmou que o país tem compromisso com as metas do milênio estabelecidas pela ONU --objetivos mundiais a serem atingidos até 2015, como a redução da pobreza extrema, acesso à educação básica e água tratada-- e que "a educação sempre foi uma prioridade do governo".

"Trabalhamos em busca de uma educação de qualidade desde a pré-escola até a universidade, seja através da rede federal de ensino, seja apoiando as redes estaduais e municipais, responsáveis pela pré-escola e ensino fundamental."

Lula mencionou alguns programas implementados nessa área durante o seu governo, como o Brasil Alfabetizado, além de projetos que tramitam no Congresso referentes ao ensino superior: o que define a metade das vagas nas universidades federais para alunos vindos das escolas públicas e o que estabelece cotas para afro-descendentes e indígenas.

Além do presidente, estiveram presentes ao evento a primeira-dama Marisa Letícia, os ministros Celso Amorim (Relações Exteriores), Tarso Genro (Educação) e Humberto Costa (Saúde).

[T117B2] 16/11/2004 – Mais de 13 mil se inscrevem para vestibular da Unifesp – Folha online

A Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), conhecida como Escola Paulista de Medicina, recebeu inscrições de 13.673 candidatos para o vestibular 2005, de acordo com listagem divulgada pela instituição. Em 2003 foram 13.353 inscritos.

O curso mais concorrido continua a ser o de medicina, com 9.723 inscritos disputando 110 vagas, média de 88,39 candidatos por vaga. Em segundo lugar aparece o curso de ciências biomédicas, com 1.856 inscritos disputando 30 cadeiras (61,87 candidatos por vaga).

Em seguida estão enfermagem, com 1.390 candidatos para 80 vagas (17,38); fonoaudiologia, com 436 inscritos para 33 lugares (13,21), e tecnologia oftálmica, com 140 candidatos para 20 vagas (7).

Segundo a instituição, 1.026 pessoas se declararam descendentes de indígenas ou afrodescendentes para participar do sistema de cotas, que oferece 27 vagas --11 delas, para medicina, serão disputadas por 565 inscritos. Ciências biomédicas oferece três vagas pelo sistema (137 concorrentes) e enfermagem tem 8 vagas, as quais serão disputadas por 251 pessoas.

Prova

Os candidatos inscritos receberão o cartão de convocação para o vestibular pelos Correios, entre os dias 16 e 19 de novembro. As provas acontecem em fase única, nos dias 15, 16 e 17 de dezembro.

Mais informações podem ser obtidas no site da instituição ou pelos telefones 0/xx/11/5574-5471 ou 5574-5480. Fonte: Folha Online

[T118B2] 18/11/2004 - 09h41 - Na Unifesp, sistema de cotas altera concorrência - FÁBIO TAKAHASHI FERNANDA BASSETTE - da Folha de S. Paulo

Diferentemente da Unicamp, que adotou um programa de inclusão social para beneficiar estudantes afrodescendentes e alunos de escolas públicas, a Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) aprovou o sistema de cotas para o vestibular que seleciona estudantes para 2005, reservando 10% das vagas para esses alunos.

Em três dos cinco cursos oferecidos em São Paulo pela Unifesp, a relação de candidatos/vaga ficou maior no sistema exclusivo para pretos, pardos e índios do que no sistema universal.

A carreira que apresentou maior concorrência no método de reserva de vagas foi enfermagem, com 31,38 candidatos/vaga contra 17,38 candidatos/vaga no sistema universal. Em seguida, vieram fonoaudiologia e tecnologia oftálmica.

RELAÇÃO DE CANDIDATOS POR VAGA UNIFESP		
ESTATÍSTICA PELO SISTEMA DE COTAS		
	cand/vaga	
Ciências biomédicas	45,67	
Enfermagem	31,38	
Fonoaudiologia	15	
Medicina	51,36	
Tecnologia oftálmica	14	
ESTATÍSTICA PELO SISTEMA UNIVERSAL		
	cand/vaga	
Ciências biomédicas	61,87	
Enfermagem	17,38	
Fonoaudiologia	13,21	
Medicina	88,39	
Tecnologia oftálmica	7	

Fonte: Fundação Vunesp (www.vunesp.com.br)

O curso de medicina, que é o mais concorrido do vestibular e reservou 11 das 110 vagas para as cotas, registrou 51,36 candidatos/ vaga pelo método. Ciências biomédicas, o segundo mais concorrido, teve 45,67 concorrentes por vaga no sistema de cotas.

Segundo dados da Fundação Vunesp, responsável pelo vestibular da Unifesp, no sistema universal, 13.673 candidatos se inscreveram, enquanto no sistema de cotas foram 1.026.

A Unifesp foi a primeira universidade pública no Estado de São Paulo a trabalhar com o sistema de cotas. Assim como na Unicamp, só puderam se beneficiar os candidatos que se autodeclararam pretos, pardos ou índios, e os que cursaram o ensino médio na rede pública.

Para atender a essa demanda, a universidade criou 27 vagas, o que representa 10% do total oferecido.

[T119B2] 18/11/2004 - 09h37 - Inscrições de negros, pardos ou índios crescem na Unicamp - FERNANDA BASSETTE da Folha de S. Paulo

O número de candidatos que se autodeclararam negros, pardos ou índios na inscrição para o vestibular da Unicamp deste ano é 44,3% maior que no ano passado. O número saltou de 7.076 concorrentes para 10.213, aumento considerado significativo pela coordenação do vestibular. A primeira fase do processo seletivo --que inclui 12 questões dissertativa e uma redação-- será realizada neste domingo, a partir das 14h.

A principal justificativa é o início do Programa de Ação Afirmativa para Inclusão Social, que entrou em vigor a partir deste ano. O programa --que não funciona como o sistema de cotas aprovado em algumas universidades públicas-- foi autorizado pelo Consu (Conselho Universitário) da Unicamp em maio.

Pelo método, os estudantes que realizaram todo o ensino médio em escolas da rede pública terão 30 pontos extras na pontuação final da prova (somente na segunda fase do vestibular). Os alunos que concluíram o ensino médio em escola pública e que, além disso, se autodeclararam pretos, pardos ou índios serão beneficiados com 40 pontos extras.

De acordo com a Unicamp, embora o número de vestibulandos afrodescendentes tenha aumentado consideravelmente, nem todos os candidatos participarão do programa --ou porque estudaram em colégios particulares ou porque simplesmente não quiseram concorrer por meio da utilização do benefício.



*Ano de ingresso Fonte: Comvest (Comissão Permanente para os Vestibulares) / www.comvest.unicamp.br

Do total de inscritos para o próximo vestibular (53.756 candidatos), 30,8% (16.577) optaram pelo

programa social. Dentro desse número, 5.500 candidatos são estudantes de escola pública que se autodeclararam negros, pardos ou índios.

"Esse número não está fora do que esperávamos. É um estímulo que estamos oferecendo ao aluno", disse o professor Leandro Tessler, coordenador-executivo do vestibular da Unicamp.

O principal objetivo do programa é incentivar os estudantes com esse perfil a se inscreverem no vestibular. A decisão de estimular alunos de escolas públicas teve como base um estudo feito na universidade que apontou que esses candidatos, quando matriculados, mostraram melhor desempenho acadêmico.

Apesar de o critério ser a autodeclaração, a Unicamp diz não acreditar que houve fraudes nas inscrições. "A rigor, não acredito nisso. Mas, se houve alguém que se autodeclarou negro e não é, não sou eu quem vai discordar disso", disse Tessler.

[T120B2] 18/11/2004 - 09h43 - Correção de redação é principal mudança na Unicamp - PALOMA VARÓN da Folha de S. Paulo

O vestibular da Unicamp, que começa neste domingo, traz algumas novidades. Além do Programa de Ação Afirmativa para Inclusão Social, a inscrição neste ano foi totalmente on-line. Houve também mudança no critério para a correção da redação.

A partir deste ano, só serão corrigidas as redações dos candidatos que obtiverem ao menos 50% de rendimento nas 12 questões dissertativas que compõem a primeira fase. De acordo com a Comvest, responsável pelo processo seletivo da universidade, a alteração ocorreu por questões logísticas: para economizar tempo, dinheiro, pessoal e até mesmo espaço físico.

A redação continua valendo metade da primeira fase, ou seja, 60 pontos. "Para nós, não muda nada. A redação não perdeu sua importância", afirma a coordenadora de redação da Unicamp, Meirélen Rodrigues. "Com a mudança de critério, o aluno tem de saber como dividir o seu tempo para fazer bem as duas partes da prova", afirma.

A divisão do tempo, se bem feita, garante tranquilidade para fazer a prova. Essa é a opinião dos professores de redação Maria Aparecida Custódio, do Objetivo, e Sérgio Degrande, do COC.

Eles evitam dizer por onde o aluno deve começar a prova (pela redação ou pelas questões), alegando que essa escolha é pessoal. Mas Degrande afirma que ler a coletânea de textos da redação antes, fazer um rascunho e voltar para fazer as questões é o caminho que ele seguiria. "É bom ver antes os textos da redação porque eles estão sempre relacionados aos das questões dissertativas, assim como os textos das questões auxiliam a escrita. Ler toda a prova antes ajuda", diz.

Para os candidatos de outros Estados, a inclusão de Fortaleza como segunda capital nordestina também é uma novidade. Agora, são 20 cidades, em oito Estados e no Distrito Federal, que realizam as provas quase que simultaneamente --a diferença se dá apenas porque algumas não adotaram o horário deverão.

SAIBA MAIS SOBRE O VESTIBULAR DA UNICAMP		
A primeira fase acontece no próximo domingo, dia 21/11, às 14h		
<ul style="list-style-type: none"> ■ Os candidatos devem chegar ao local da prova com antecedência, às 13h ■ A prova tem duração de quatro horas e será realizada em 20 cidades do país (Campinas, São Paulo, Santo André, Bauru, Jundiaí, Limeira, Piracicaba, Ribeirão Preto, Santos, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Sorocaba, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Goiânia, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e Fortaleza) ■ A prova terá 12 questões dissertativas e uma redação ■ Só serão corrigidas as redações de quem obtiver pelo menos 50% de rendimento nas questões 	<ul style="list-style-type: none"> ■ A redação continua valendo metade da prova da 1ª fase ■ A segunda fase será realizada entre os dias 16 e 19 de janeiro ■ As provas de aptidão serão feitas entre os dias 24 e 27 de janeiro, em Campinas ■ Houve um aumento de 6% em relação ao número de inscritos no ano passado ■ O vestibular seleciona para 56 cursos da Unicamp e dois da Famerp (Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto) ■ 34,1% dos inscritos fizeram o ensino médio na rede pública 	<ul style="list-style-type: none"> ■ 30,8% dos inscritos optaram por participar do Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social ■ A Unicamp obteve 11 mil pedidos de isenção da taxa de inscrição e concedeu 7.969 benefícios ■ Houve recorde de inscritos: 53.756 candidatos ■ A Unicamp oferece 2.934 vagas ■ Confira os locais de prova e obtenha mais informações no site www.comvest.unicamp.br

[T121B2] 20/11/2004 - 18h55 - Passeata reúne ao menos 2.000 pessoas no Dia da Consciência Negra em SP - da Folha Online

Neste sábado, Dia da Consciência Negra, ao menos 2.000 pessoas participaram de uma passeata em defesa dos direitos dos negros em São Paulo, segundo estimativas da Polícia Militar.

O grupo se reuniu no vão do Masp, na avenida Paulista (centro de São Paulo), e seguiu até a Assembléia Legislativa, no Ibirapuera (zona sul de SP), para estimular discussões como a criação de cotas para negros em universidades públicas.

A prefeita Marta Suplicy (PT) sancionou, no final do ano passado, um projeto de lei que tornava 20 de novembro um feriado municipal. Além da passeata, a data também foi marcada por shows promovidos na praça da República (centro de São Paulo). O comércio funcionou normalmente.

Segundo a CET (Companhia de Engenharia de Tráfego), o ato causou congestionamentos na região central da cidade. A empresa não contabiliza a extensão dos trechos afetados durante fins de semana.

Os motoristas que aproveitaram a data e seguiram em direção do litoral ou ao interior do Estado enfrentaram chuvas esparsas na extensão das principais rodovias, mas não foram registrados pontos de lentidão ou acidentes graves.

O dia 20 de novembro foi escolhido pois trata-se do aniversário de morte de Zumbi, o último líder do Quilombo dos Palmares --símbolo de resistência dos escravos africanos. A região surgiu no começo do século 17, na divisa de Pernambuco e Alagoas, e foi destruída por tropas do governo colonial em 1694, após sua 18ª tentativa.

Museu

Neste sábado, em comemoração à data, o museu Afro-Brasil, que fica no parque do Ibirapuera (zona sul de São Paulo), inaugurou sua primeira exposição temporária, intitulada 'Brasileiro, Brasileiros', que pretende ressaltar a mestiçagem nacional e mostrar a origem do povo brasileiro.

Segundo a Secretaria Municipal de Cultura, são 600 obras vindas de diversos Estados do país. Entre elas, recebem destaque as figuras do Caboclo e da Cabocla e dos carros alegóricos --com até 4 metros de comprimento-- do desfile de 2 de julho, que acontece desde 1824, em Salvador (BA). O evento marca a expulsão dos últimos portugueses que se opunham à independência do país.

[T122B2] 23/11/2004 - 17h00 - Movimento estudantil realiza atos em defesa da reserva de vagas - da Folha Online

A UNE (União Nacional dos Estudantes) e UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas) se juntaram às entidades ligadas ao movimento negro (UNEGRO) e à Igreja Católica (EDUCAFRO) para realizar a Semana de Ocupação das Universidades Públicas.

Até sexta-feira, essas entidades estudantis e do movimento negro vão se reunir em algumas universidades públicas do país para exigir a aprovação do projeto de lei de reserva de vagas no ensino superior público.

A UNE, a UBES, a EDUCAFRO e a UNEGRO defendem a aprovação, ainda este ano, do Projeto de Lei 3627/04, que reserva 50% das vagas por curso e por turno para estudantes oriundos da escola pública, contemplando as cotas raciais segundo os dados do IBGE.

Além da Lei da Reserva de Vagas, a coordenação das entidades envolvidas nas manifestações tem mais quatro reivindicações: expansão imediata das vagas nas universidades públicas; abertura de cursos noturnos; plano nacional de assistência estudantil e isenção de taxas do exame vestibular para os estudantes de escolas públicas;

Atos

Nesta terça-feira, os estudantes se concentraram no Pátio do Colégio, em São Paulo, e seguiram até o Largo São Francisco. Também ocorreram manifestações em Teresina, na UFPI (Universidade Federal do Piauí).

Na quarta estão programados atos para Curitiba, na UFPR (Universidade Federal do Paraná), Rio de Janeiro (Faculdade de Medicina da UFRJ) e Belo Horizonte, com concentração na UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais).

Salvador terá uma passeata do Campo Grande à Faculdade de Medicina da UFBA (Universidade Federal da Bahia) na quinta-feira. No mesmo dia estão programados atos em Belém, na UFPA (Universidade Federal do Pará), em Fortaleza (Universidade Federal do Ceará) e Joinville (UDESC).

Na sexta-feira, por fim, o movimento estudantil protesta em Porto Alegre, na UFRGS, e em São Luís, com concentração na UFMA (Universidade Federal do Maranhão)

Segundo a Secretaria Municipal de Cultura, são 600 obras vindas de diversos Estados do país. Entre elas, recebem destaque as figuras do Caboclo e da Cabocla e dos carros alegóricos --com até 4 metros de comprimento-- do desfile de 2 de julho, que acontece desde 1824, em Salvador (BA). O evento marca a expulsão dos últimos portugueses que se opunham à independência do país.

[T123B2] 24/11/2004 - 10h25 - Manifestantes pró-cotas são agredidos por estudantes da USP - da Folha Online

Uma manifestação de entidades estudantis e do movimento negro realizada na terça-feira, no centro de São Paulo, por cotas sociais nas universidades, acabou em cenas de agressões.

Estudantes da Faculdade de Direito da USP, no Largo de São Francisco, onde o ato foi encerrado, jogaram água, pedaços de papel higiênico molhado e um saco de lixo com papel molhado sobre cerca de cem manifestantes.

Os manifestantes haviam se acorrentado simbolicamente às colunas das arcadas do pátio da faculdade quando foram agredidos. Não houve confronto direto e outros estudantes da faculdade tentaram evitar as agressões.

A manifestação foi a primeira a deflagrar a Semana de Ocupações das Universidades Públicas, organizada pela Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), UNE (União Nacional dos Estudantes) e as entidades do movimento negro Unegro e Educafro. Durante esta semana, uma série atos será realizada em universidades públicas pelo país.

O presidente da UNE, Gustavo Petta, acredita que o ataque sofrido pelos manifestantes "é o retrato de que alguns setores ainda não aprenderam conviver com a democracia. É uma reação de setores conservadores, que não querem a democratização da universidade. Mas mais do que isso é uma reação violenta, de conservadores que não aceitam o debate".

A principal reivindicação das entidades é a aprovação do projeto de lei 3.627/04, que garante reservas de 50% das vagas nas universidades públicas federais, por curso e por turno, para estudantes que fizeram o ensino médio em escolas públicas, contemplando as cotas raciais de cada região amparando-se em dados do IBGE.

Eles também querem que em quatro anos seja duplicado o número de vagas nas universidades públicas e que seja criado um plano nacional de assistência estudantil.

[T124B2] 10/12/2004 - 11h07 - Projeto de lei sobre cotas universitárias entra em regime de urgência - da Folha Online

Um acordo de lideranças partidárias vai colocar em regime de urgência no plenário da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 3.627, do Poder Executivo, que institui o Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior.

O presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), disse na quinta-feira, ao ministro da Educação, Tarso Genro, e a integrantes do MSU (Movimento dos Sem Universidade) que o projeto será votado na Câmara ainda durante o seu mandato, até fevereiro de 2005.

Tarso Genro falou, participou de audiência pública, na Câmara, em que falou sobre cotas, reforma universitária e o Prouni (Programa Universidade para Todos). Segundo ele, o projeto de lei precisa ser votado porque sintetiza outros projetos em tramitação na Câmara, que revelam o respeito às diferenças e o sentimento de inclusão que a política de cotas traduz.

O projeto de cotas assegura que as universidades federais deverão reservar, no mínimo, 50% de suas vagas, em cada seleção para ingresso na graduação, para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Projeto

O Projeto de Lei nº 3.627, apresentado ao Congresso Nacional no dia 20 de maio passado, foi elaborado a partir de sugestões da sociedade aos parlamentares da Comissão de Educação e Cultura.

Ele institui o Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas. A distribuição das vagas levará em conta o perfil da população da unidade da Federação onde está a universidade, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Algumas universidades que já implantaram o sistema de reserva, porém, podem sofrer com ações judiciais, por causa da ausência de lei federal que regule o tema.

Na última terça-feira, por exemplo, a Justiça do Paraná determinou fim da reserva de 20% das vagas para candidatos afrodescendentes e porcentual igual para alunos de escolas públicas na UFPR (Universidade Federal do Paraná). A instituição anunciou que vai recorrer da decisão.

[T125B2] 13/12/2004 - 09h35 - Turma da Uerj abre conta para ajudar cotistas - da Folha de S. Paulo, no Rio

A entrada de universitários pelo sistema de cotas continua não sendo unânime na Uerj. Apesar disso, não houve denúncia formal de racismo e, em alguns casos, a iniciativa de ajudar os cotistas com mais dificuldade partiu dos alunos.

Foi o que aconteceu com a turma do primeiro ano de medicina, que abriu uma conta para ajudar os estudantes com dificuldade financeira. "A gente percebeu que alguns não tinham o material ou livro para acompanhar as aulas e pedimos contribuições para toda a turma", conta Juliana Lua, 19.

O estudante de letras Maximiano da Silva, 33, que entrou pela cota de negros e pardos, cobra mais apoio: "A gente foi cobaia de Deus. É preciso melhorar a qualidade do atendimento ao estudante. Não há um restaurante universitário".

Apesar das dificuldades, a pesquisadora Raquel Lenz Cesar, professora de direito da UniRio e uma das coordenadoras do Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira da Uerj, afirma que os resultados até agora são positivos.

Ela fez uma dissertação de mestrado sobre o tema e teve acesso às notas do estudante que entrou com a nota mais baixa no vestibular de 2003. Esse aluno, cujo nome não foi divulgado, tirou nota 6,25 no vestibular, enquanto o estudante com menor nota a entrar fora das cotas teve nota 77,5. Seu desempenho, porém, não destoa do da turma: ele foi aprovado em todas as disciplinas.

Mas essa percepção do sucesso das cotas não é unânime. O vice-presidente do centro acadêmico dos alunos de engenharia, Rafael Emerick, diz que faltou estrutura da universidade. "Sou a favor das cotas, mas o que aconteceu na engenharia, que tem disciplinas muito puxadas no primeiro ano, foi que vários professores acabaram sendo deslocados dos últimos períodos para ajudar no reforço às turmas que estavam tendo dificuldade no início do curso. A reprovação aumentou muito e isso está criando uma bolha porque a universidade não tem professores em número suficiente", diz Emerick.

Ele diz que ouviu relatos de gozações aos cotistas no trote e de professores que perguntaram se alunos com dificuldades tinham entrado por cotas.

A pró-reitora de graduação da Uerj, Raquel Villardi, diz que relatos de discriminação como esse foram casos isolados: "Não houve nenhuma denúncia formal. Ouvimos muito mais notícias positivas do que negativas".

[T126B2] 13/12/2004 - 09h27 - Universidades reservam vagas, mas cotistas precisam de recursos - ANTÔNIO GOIS da Folha de S. Paulo, no Rio

No momento em que o Congresso está perto de votar a adoção de cotas em universidades federais, três instituições estaduais já têm resultados práticos para avaliar erros e acertos da política.

Na conta dos acertos, o desempenho dos aprovados por cotas na Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Uenf (Universidade Estadual do Norte Fluminense) e Uneb (Universidade do Estado da Bahia) indica que o desastre temido por muitos não ocorreu. Eles tiveram notas muito próximas às dos demais alunos.

Na conta dos erros, há a preocupação de que esse resultado vá por água abaixo por falta de apoio financeiro. Sem bolsas ou políticas de ajuda, as reitorias das três instituições temem que muitos abandonem a universidade.

Há dois anos, Uerj, Uenf e Uneb instituíram sistema de cotas no vestibular. A Justiça manteve a prática, negando ações contrárias.

A Uneb, com 22 mil alunos, reservou em 2003 40% das vagas para negros. Pesquisa da reitoria mostrou que, após um ano, esses estudantes tiveram nota média 7,7; os demais tiveram média 7,9. Urbanismo teve a maior diferença: 6,9 de cotistas e 8,1 dos demais. Em literatura portuguesa, foi o inverso: 8,8 dos cotistas, ante 8,2. "Não há desnível", diz o pró-reitor de ensino e graduação da Uneb, Luiz Carlos dos Santos.

Tem resultados muito parecidos a Uenf, com 1.800 graduandos em Campos (RJ). No primeiro ano, 50% das vagas foram para alunos da rede pública e 40%, para negros e pardos. No ano seguinte, os índices caíram e foi exigida comprovação de pobreza. A primeira turma de cotistas da Uenf teve média 6,8, e os demais, 7,2. Na segunda, foi 6,7 ante 7,1.

Sem média, a análise dos dados da Uerj (22 mil alunos) é mais difícil, mas a distância não é grande. A Uerj separou os alunos em faixas. Na média zero (abandonaram o curso), o dado para cotistas é de 7%, ante 14% dos demais.

Para a pró-reitora de graduação da Uerj, Raquel Villardi, a tendência é a distância acabar: "Na formatura, ninguém distinguirá quem entrou por cota". Ela diz que a diferença é pequena em parte porque a Uerj ajuda alunos com dificuldade, independentemente de terem entrado por cota.

Apesar dos bons resultados, Villardi diz ter notado diferença da primeira turma de cotas (que não comprovou carência) para a segunda. "Os problemas de permanência se agudizaram. Professores citaram alunos que desmaiaram na sala porque não tinham se alimentado. A universidade está preparada para manter a qualidade, desde que o dinheiro venha."

Santos, da Uneb, concorda: "Alguns alunos já revelam sua incapacidade de seguir o curso por razões exclusivamente financeiras".

Almy Júnior de Carvalho, pró-reitor de ensino e graduação da Uenf, diz que a universidade precisa dar alternativas aos carentes. "É preciso oferecer alojamento, transporte e restaurante universitário e aumentar o valor das bolsas [hoje de R\$ 190/mês]."

Segundo o subsecretário de Ensino Superior da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio, Luiz Henrique Almeida, o governo quer aumentar a oferta de bolsas de iniciação científica, já que a bolsa de R\$ 190 por mês é concedida por apenas um ano.

Ele diz também que o governo investirá R\$ 1,8 milhão em laboratórios, na biblioteca e na compra de materiais mais caros.

[T127B2] 15/12/2004 - 16h34 - Índios já matriculados serão beneficiados pelo Prouni - da Folha Online

Cerca de 850 estudantes indígenas matriculados em instituições privadas de ensino superior serão beneficiados pelo Prouni (Programa Universidade para Todos), que concede bolsas de estudo integrais e parciais para cursos de graduação em universidades particulares. Atualmente, a Funai (Fundação Nacional do Índio) é responsável pelo pagamento das mensalidades desses alunos nas universidades particulares, com gastos anuais de R\$ 1 milhão.

Segundo o coordenador geral de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC (Ministério da Educação), Kleber Gesteira, por atenderem ao critérios exigidos pelo Prouni --de renda familiar mensal de até um salário mínimo e meio por pessoa, no caso de concessão de bolsas integrais-- os indígenas poderão ser transferidos para o programa.

Esses alunos, além de professores indígenas, poderão ser beneficiados graças a uma política de cotas destinadas aos estudantes que se autodeclararem afrodescendentes ou indígenas. Para esse grupo, o MEC destinou 47.112 vagas, que serão distribuídas de acordo com a proporção dessas populações nos Estados, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

De acordo com o ministro Tarso Genro, esse grupo de beneficiados não precisará fazer o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). O MEC (O Ministério da Educação) avaliará os indígenas de outra forma para terem acesso às bolsas, o que será regulamentado por meio de portaria.

Outra facilidade para os índios conseguirem entrar e continuar na universidade será a bolsa permanência, assunto discutido na Presidência da República. A bolsa será um auxílio financeiro para as despesas de manutenção e transporte dos universitários.

Existem quatro mil professores indígenas interessados em fazer um curso superior. No País, há 240 povos indígenas que falam mais de 195 línguas. Apenas duas universidades públicas oferecem cursos superiores especiais para índios, a Estadual de Mato Grosso e a Federal de Roraima.

Inscrição

O Prouni vai beneficiar 118 mil alunos com bolsas. As vagas estão disponíveis em 1.142 instituições de ensino superior, filantrópicas e privadas, em 658 municípios de todos os estados e no Distrito Federal. Ao se cadastrar --exclusivamente pela internet até sexta-feira--, o aluno pode escolher até cinco opções de cursos.

Antes de acessar a ficha de inscrição, o estudante deve ter à mão o seu CPF e o número de inscrição no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), que são a porta de entrada no programa. A segunda fase de inscrições do Prouni vai de 20 a 31 dezembro. Nesta etapa, serão preenchidas as vagas remanescentes nas diferentes áreas de conhecimento.

Podem concorrer às bolsas os brasileiros não-portadores de diploma de curso superior que tenham participado do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) de 2004 e que atendam a pelo menos uma das condições do programa. São elas: ter cursado o ensino médio completo em escola pública ou em instituição privada com bolsa integral; ser portador de necessidades especiais; ser professor do quadro permanente da rede pública em exercício na educação básica.

O candidato deve optar pela modalidade de bolsa integral ou parcial e por até cinco cursos, turnos ou instituições de ensino dentre as disponíveis. Para concorrer a bolsas em instituições não-beneficentes, a renda máxima a ser comprovada é de até um salário mínimo e meio (R\$ 390) por pessoa do grupo familiar, para a bolsa integral, e de até três salários mínimos (R\$ 780), para a parcial.

Unifesp tem programa para alfabetizar adultos e jovens.

[T128B2] 17/12/2004 - 11h01 - Prouni encerra nesta sexta inscrições para pedidos de bolsas - da Folha Online

As inscrições no Prouni (Programa Universidade para Todos), do MEC (Ministério da Educação), terminam às 23h59 desta sexta. O programa oferece 118.078 bolsas em 1.142 instituições filantrópicas

e particulares de todos os Estados e do Distrito Federal. São 76.037 bolsas integrais e 42.041 parciais -50% do valor do curso. Até às 11h de quinta, 168.166 candidatos estavam inscritos no programa.

O Prouni tem o propósito de oferecer bolsas para cursos de graduação e seqüências de formação específica em instituições privadas de ensino superior com ou sem fins lucrativos. Podem concorrer às bolsas os brasileiros não-portadores de diploma de curso superior que tenham participado do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e que atendam a pelo menos uma das condições do programa.

São três pré-requisitos: ter cursado o ensino médio completo em escola pública ou em instituição privada com bolsa integral; ser portador de necessidades especiais; ser professor do quadro permanente da rede pública em exercício na educação básica. O professor pode escolher somente curso de licenciatura ou pedagogia voltado para a educação básica.

O candidato deve optar pela modalidade de bolsa integral ou parcial e por até cinco cursos, turnos ou instituições de ensino dentre as disponíveis. Para concorrer a bolsas integrais, a renda máxima a ser comprovada é de até um salário mínimo e meio (R\$ 390) por pessoa do grupo familiar, para a meia-bolsa, de até três salários mínimos (R\$ 780).

O Prouni também tem uma política de cotas destinadas aos alunos que se autodeclararem afrodescendentes ou indígenas. Para esse grupo, o MEC destinou 47.112 vagas, que serão distribuídas de acordo com a proporção dessas populações nos Estados, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Documentos

O estudante fará a inscrição na página eletrônica do Prouni (www.mec.gov.br). Para ter acesso à ficha de inscrição, deve indicar o código do Enem de 2004 e o número do CPF.

O aluno que deseja concorrer ou que já se inscreveu pode examinar a nota de corte de cada curso e confrontá-la com sua nota do Enem de 2004. A nota de corte está na ficha de inscrição do ProUni desde sábado. Sua finalidade é orientar o estudante na escolha do curso que oferece mais chances no processo de seleção.

A segunda fase de inscrições será aberta no dia 20 próximo e se estenderá até o dia 31. Nesta etapa, serão preenchidas as vagas remanescentes nas diferentes áreas de conhecimento. Estudantes que tenham feito o Enem desde a primeira edição, em 1998, poderão disputá-las. A nota do Enem do ano vale para a primeira fase; as dos exames anteriores, para a segunda.

[T129B2] 30/12/2004 - 09h28 - MEC decide reabrir autorização para novas faculdades - LUCIANA CONSTANTINO da Folha de S. Paulo, em Brasília

O Ministério da Educação reabre na próxima segunda-feira o recebimento de pedidos de credenciamento de novas instituições de ensino superior e de autorizações de novos cursos de graduação e seqüenciais, inclusive aqueles que são ministrados fora da sede da instituição. O recebimento de pedidos estava suspenso desde maio.

Agora, instituições e cursos deverão apresentar propostas que atendam a critérios de "responsabilidade social, redução de desigualdades sociais e regionais e ações afirmativas", além dos documentos exigidos no processo, como projeto pedagógico e descrição da infra-estrutura.

Na prática, o MEC, para conceder a autorização, levará em conta também se a instituição ou curso tem cotas para negros e alunos carentes ou se há demanda na região para a área proposta. Essa exigência já vinha sendo adotada na época em que foi decidida a suspensão dos novos protocolos.

Faz parte do que o ministro Tarso Genro (Educação) chama de "novo marco regulatório da educação superior particular para assegurar a qualidade".

"Diário Oficial"

A medida com as novas regras está em portaria a ser publicada hoje no "Diário Oficial" da União. Ela não vale para universidades, que têm autonomia.

A portaria também vai exigir a apresentação de todos os documentos antes de o MEC iniciar formalmente o processo de credenciamento e autorização do curso. Isso não ficava claro na legislação anterior. "É o início da moralização da abertura de cursos, que era feita de maneira irresponsável e mercantil. Buscamos preservar o interesse do Estado de constituir marcos regulatórios sérios", afirmou o ministro.

Recusa

Nos sete meses de suspensão da avaliação de pedidos, o MEC cortou 1.990 vagas solicitadas pelas instituições em vários cursos.

Mais 2.450 vagas foram reduzidas nos cursos de direito, medicina e psicologia, que dependem de parecer do Conselho Nacional de Educação. Ou seja, das 5.380 vagas solicitadas pelas instituições nesses três cursos, apenas 2.930 foram autorizadas pelo MEC.

ANO 2005- SIM ÀS COTAS

[T130B2] 03/01/2005 - 11h03 - Governo Lula "não esteve à altura das expectativas", diz jornal - da BBC Brasil

O jornal francês "Libération" publica reportagem segundo a qual o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva chega à metade de seu mandato "ainda amigo do rigor" na área econômica.

Segundo o jornal, a declaração de Lula de que 2005 será o ano do desenvolvimento e da inclusão social foi uma forma de admitir que, até o momento, o seu governo "não esteve à altura das expectativas".

O "Libération" critica ainda a atual política ambiental, citando como aspectos negativos a legalização das culturas transgênicas de soja e o fato de que o governo "fecha os olhos à destruição da Amazônia" a fim de agradar a agroindústria.

Mas o jornal também diz que houve avanços na primeira metade do governo Lula, e cita entre eles a adoção de cotas para o ingresso de jovens menos favorecidos nas universidades e o programa Bolsa-Família.

[131B2] 19/01/2005 - 17h15 - Lula cobra "consciência social" em relançamento do Projeto Rondon - da Folha Online

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou hoje da sociedade mais "consciência social" e convocou a juventude brasileira a ajudar o governo a vencer as fronteiras da desigualdade e construir um futuro mais humano.

"Ter 20 anos no século 21 significa engajar-se na revisão do contrato anti-social, ajudando a construir o presente e o futuro", disse Lula, ao relançar o projeto Rondon, em Tabatinga (AM). O projeto visa levar universitários para prestar serviços em áreas como educação, saúde e meio ambiente em regiões carentes do país.

Após a cerimônia, Lula deve se encontrar com o presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, em Letícia, cidade colombiana que fica na fronteira com Tabatinga.

No discurso, Lula destacou que, no passado, o Brasil renunciou a projetos de desenvolvimento e "distanciou-se do que deveria aproximar-se". Segundo o presidente, palavras como "solidariedade, justiça, responsabilidade pública, caráter e bem comum" foram renegadas.

Lula reiterou que seu governo elaborou recentemente uma política nacional para incorporar a juventude brasileira à retomada do crescimento e anunciou que, em breve, será criada a Secretaria Nacional da Juventude.

O presidente lembrou que, além do Projeto Rondon, que privilegia a educação, este ano 100 mil estudantes bolsistas entrarão nas universidades, em função do Prouni (Programa Universidade para Todos), lançado recentemente pelo governo federal.

"O Programa Universidade para Todos reflete o nosso compromisso com a educação. As cotas que instituímos são vias republicanas de igualdade. A pobreza é uma forma de devastação que grita por socorro", afirmou Lula.

Projeto Rondon

O Projeto Rondon surgiu em 1967, quando 30 estudantes e professores foram trabalhar em cidades carentes de Rondônia. Oito anos depois, o programa tornou-se a Fundação Projeto Rondon. Até 1989, quando foi interrompido, mais de 350 mil universitários e professores tinham trabalhado em comunidades pobres.

O Amazonas será o primeiro Estado a receber os 200 universitários --selecionados entre 33 instituições de ensino superior--, que trabalharão em 13 municípios.

Além de desenvolver ações sociais, a equipe vai passar por um treinamento na selva e visitará o Inpa (Instituto de Pesquisa na Amazônia), a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), o Sipam (Sistema de Proteção da Amazônia) e o Parque Industrial.

A reativação do Projeto Rondon foi decidida pelo presidente em agosto do ano passado, em atendimento a pleito formulado no ano anterior pela UNE (União Nacional dos Estudantes).

[T132B2] 19/01/2005 - 21h47 - Lula anuncia criação de Secretaria Nacional da Juventude - KÁTIA BRASIL da Agência Folha, em Tabatinga

Após viagem de uma hora e dez minutos de Brasília a Tabatinga (AM) a bordo de seu novo avião, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou a criação da Secretaria Nacional da Juventude e disse, em discurso a estudantes e professores universitários, que o "contato direto com a realidade" é uma "dimensão adicional do conhecimento" complementar à escola.

Foi o primeiro vôo do presidente no ACJ (Airbus Corporate Jetliner) Santos Dumont, apelidado de AeroLula. Na cidade amazonense, Lula participou da solenidade de lançamento da nova versão do Projeto Rondon, pela qual 200 estudantes e professores de 33 universidades brasileiras irão visitar municípios do oeste do Amazonas e elaborar um "diagnóstico" dos principais problemas da região.

"Sair do lugar da gente às vezes incomoda e machuca, mas também educa", disse Lula. "Ter nascido no sertão pernambucano e migrado para São Paulo, ainda criança, mudou a minha vida e a minha visão do mundo. Passei a enxergar um Brasil maior, mais rico e desafiador. É como subir no alto de uma montanha e descortinar um imenso horizonte em volta, limitado pela forte desigualdade social."

Durante a cerimônia, realizada no 8º Batalhão de Infantaria de Selva, do Exército, o presidente leu seu discurso sem fazer improvisos. Ele não fez comentários sobre o AeroLula ou sobre a morte de seu irmão Odair de Inácio Góis, em São Bernardo do Campo (SP). Também não deu mais detalhes sobre a Secretaria Nacional da Juventude --disse apenas que ela será implantada "brevemente" e que o Projeto Rondon fará parte dela.

A primeira versão do Projeto Rondon foi criada em 1967, durante o regime militar, e permaneceu em atividade até 1989, envolvendo 350 mil universitários brasileiros. A retomada do projeto foi um pedido da UNE (União Nacional dos Estudantes) ao governo federal.

Segundo Lula, no primeiro semestre deste ano mais de 100 mil bolsistas entrarão nas universidades brasileiras por meio do Prouni (Programa Universidade Para Todos), que dá bolsas de estudos em instituições particulares de ensino superior. "O Programa Universidade para Todos reflete nosso compromisso com um personagem sempre lembrado nas análises da exclusão, mas pouco contemplado no orçamento da nação. As cotas que instituímos são trilhas republicanas de igualdade. A ação republicana para desiguais, se busca justiça, não pode ser neutra", disse o presidente.

"A pobreza é uma forma de devastação que grita por socorro nas periferias pobres do Brasil e a juventude é um dos seus porta-vozes."

Lula disse que, além do programa, o governo está fazendo investimentos maciços nos ensinos médio e profissionalizante, "avançando nos debates em tornos da necessária reforma universitária brasileira".

Antes do relançamento do Projeto Rondon, Lula, o vice-presidente e ministro da Defesa, José Alencar, e a primeira dama Marisa Letícia visitaram o Centro de Treinamento Profissional Solimões, no qual crianças e jovens de 10 a 16 anos participam de cursos profissionalizante e de esportes.

"Escola e juventude são as fontes renovadoras do futuro. Mas, para que uma geração dê o passo seguinte na história de um povo, talvez seja necessário algo mais. Falo de uma dimensão adicional do conhecimento, aquela que não pode ser substituída por nenhuma outra, porque só se desenvolve em contato direto com a realidade que a propicia e desencadeia. Falo da consciência social, a segunda certidão de nascimento de um ser humano", discursou o presidente.

[T133B2] 29/01/2005 - 11h00 - MEC pretende manter cotas nas federais em reforma universitária - LUCIANA CONSTANTINO da Folha de S. Paulo, em Brasília

O Ministério da Educação pretende não abrir mão de dois pontos previstos na proposta de anteprojeto da reforma universitária, que vêm gerando polêmica: a cota para alunos egressos da rede pública em universidades federais e a forma sugerida de autonomia para as particulares.

Segundo o secretário-executivo do CNE (Conselho Nacional de Educação), Ronaldo Mota, que participa da comissão da reforma, a reserva de vagas para estudantes da rede pública visa reduzir desigualdades e é uma proposta coerente com o próprio programa de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por isso não deve deixar de constar do texto do ministério.

Em relação à autonomia das universidades particulares, o secretário-executivo afirma que podem ser negociados prazos para implantação. "Hoje as instituições entendem que as mantenedoras têm autonomia. O ministério entende que a autonomia é da instituição mantida e da comunidade universitária, não do proprietário."

Mota compara o caso das federais para explicar a proposta. "A União faz o papel de mantenedora das universidades federais, e a autonomia fica com as instituições, não com o governo."

O texto apresentado pelo Ministério da Educação em dezembro do ano passado para discussão com as entidades prevê que as instituições privadas tenham um conselho superior. Composto de forma colegiada, o conselho ficará responsável pelas normas e diretrizes acadêmico-administrativas.

Devem fazer parte desse conselho representantes de professores, alunos, funcionários e comunidade. Já os integrantes da mantenedora não podem exceder 20% da representação total. Propõe ainda eleição direta para o dirigente da instituição.

"A proposta do MEC, pela primeira vez, define critérios claros para a universidade. Sem gestão colegiada e democrática, não é universidade", defende Mota.

Na próxima quarta-feira, representantes de entidades de instituições de ensino superior particulares se reúnem em Brasília para discutir a reforma universitária. O chamado Fórum Nacional da Livre Iniciativa na Educação pretende divulgar posição e sugestões de mudanças conjuntas.

No último final de semana, a diretoria da UNE (União Nacional dos Estudantes) aprovou uma resolução apoiando o texto do ministério. Colocou, porém, duas limitações --faltam um plano de assistência estudantil e uma nova lei de mensalidades.

O Ministério da Educação espera receber até o próximo dia 15 as propostas de entidades e instituições para serem incluídas no texto. Depois, o MEC finalizará sua proposta de anteprojeto, que será remetida à Casa Civil.

Somente após a discussão no Palácio do Planalto é que o texto seguirá para o Congresso.

Atualmente, o Ministério da Educação criou uma página na internet com os documentos e arquivos sobre o assunto (www.mec.gov.br/reforma).

Regulação

O secretário-executivo do CNE destaca que um dos avanços da proposta do ministério é a regulação do ensino superior no Brasil, que vem acompanhada do novo sistema de avaliação.

Mota lembra que, pelo texto apresentado, uma instituição terá de cumprir regras para ser considerada universidade como ter um número mínimo de cursos avaliados positivamente e um terço dos professores em regime integral.

De acordo com o secretário, o texto apresentado pelo ministério, com cem artigos, deve ser reduzido para que questões conjunturais --como a criação de extrações específicas de loterias federais voltadas ao ensino superior público-- sejam tratadas separadamente.

[T134B2] 04/02/2005 - 14h53 - Portaria do Prouni abre espaço para aluno sem Enem obter bolsa - CAMILA MARQUES- da Folha Online

Uma portaria do governo federal abre espaço para que os interessados em uma das vagas do Prouni (Programa Universidade Para Todos), que não tenham feito o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), concorram a uma das bolsas oferecidas pelas instituições filantrópicas que aderiram ao programa. Para se inscrever no projeto, que financia os estudos em instituições particulares de ensino superior a alunos carentes, o Ministério da Educação exigia que o aluno tivesse feito o exame.

Como apenas as três últimas edições do Enem eram aceitas --foi criado em 1997--, muitas pessoas interessadas em cursar uma faculdade que estavam dentro das outras exigências do programa acabaram sendo eliminadas logo de cara. Algumas até chegaram a recorrer à Justiça para participar do Prouni.

Segundo o artigo 16 da portaria nº 3.268 do governo federal de 18 de outubro de 2004, "as instituições de ensino superior filantrópicas poderão destinar, em caráter excepcional, até um quarto das bolsas integrais e parciais de cinquenta por cento (meias-bolsas) vinculadas ao Prouni a estudantes que não fizeram o Exame Nacional do Ensino Médio".

As universidades e faculdades puderam optar pelo remanejamento de até 25% das vagas no momento da adesão ao projeto. Das 1.142 instituições participantes do programa, 214 são filantrópicas. O MEC não soube informar quantas fizeram reservas de vaga.

Ainda de acordo com o texto da portaria, a única exigência do MEC (Ministério da Educação) é que sejam "respeitados os requisitos previstos pelos artigos 1º e 2º" da Medida Provisória que instituiu o Prouni (não ter diploma de curso superior, ter renda per capita familiar de até três salários mínimos, ter cursado o ensino médio em escola pública ou como bolsista integral na rede privada, ser professor ou portador de necessidades especiais).

Segundo o gestor governamental do MEC, Aurélio Marques Cepeda Filha, a portaria foi editada com o objetivo de preservar as bolsas que as filantrópicas historicamente reservam aos alunos carentes.

Sobra

O Prouni ofereceu 112.416 bolsas parciais ou integrais em todo o país. Em três etapas de inscrições, 535 mil alunos se cadastraram. Deste total, 107.126 foram aprovados, não estando incluídas aí as bolsas "reservadas".

Assim, milhares de estudantes país excluídos do Prouni, apenas por causa do Enem, ainda podem sonhar com a sala de aula. A questão, agora, é o governo liberar as faculdades para distribuir as vagas às quais têm direito.

A indefinição vem impedindo que algumas instituições completem as vagas oferecidas. A PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), por exemplo, disponibilizou ao Prouni 394 vagas, das quais 311 foram preenchidas por alunos pré-selecionados pelo MEC. Ou seja: 83 continuam disponíveis.

"Simplesmente não sabemos o que fazer. No MEC, ninguém me atende. Só falam comigo por e-mail. Quando pergunto como será o processo para distribuir as bolsas, eles apenas me dizem que estão formulando as regras", explica Cleide Canheda, supervisora do expediente comunitário da PUC-SP.

Cleide é a responsável por avaliações sócioeconômicas e a distribuição das bolsas de estudos que a PUC-SP oferece. Também ficou a cargo dela a organização do Prouni na universidade.

"Pelo contrato com o Prouni, a PUC pode preencher um quarto das vagas oferecidas ao Prouni segundo critérios próprios. Se eles são próprios, não entendo o que o MEC precisa definir", afirma Cleide.

Financiamento Estudantil

Das 112.416 bolsas oferecidas pelo governo federal, sobraram 4.939 vagas. Segundo o Ministério da Educação, são de cursos em que há pouca procura, como por exemplo, pedagogia.

Estas bolsas remanescentes concentram-se em apenas 20 das 658 cidades abrangidas pelo programa. Ainda de acordo com o MEC, das bolsas que restaram, somente 302 pertencem ao sistema de cotas.

Na última etapa de inscrições, após verificar a baixa procura pela bolsas parciais, o MEC as vinculou ao Fies (Financiamento Estudantil). Assim, 25% do restante da mensalidade também passaram a ser custeado pelo governo --se assim escolhesse o aluno.

Na próxima fase, todos os alunos pré-selecionados devem se dirigir, até o dia 11 de fevereiro, à instituição escolhida para apresentar os documentos que comprovem as informações fornecidas no ato da inscrição. O MEC fará então, se necessário, uma reclassificação, para preencher as vagas que ficarem ociosas.

[T135B2] 02/03/2005 - 10h26 - Prouni aumentou em 5% número de negros na universidade, diz MEC - da Folha Online

O Prouni (Programa Universidade para Todos) aumentou, neste ano, em quase 50 mil o número de alunos negros nas universidades brasileiras. Antes do programa, as instituições públicas e particulares tinham em seus cursos 25% de alunos afrodescendentes, o que correspondia a um total de 875 mil estudantes negros num universo de 3,5 milhões de alunos. Segundo o MEC, a partir deste semestre, houve um acréscimo de 5% no número de estudantes negros.

Segundo a assessoria de imprensa do ministério, hoje são 921.695 estudantes negros em cursos superiores. O Prouni ofereceu 46.695 bolsas de estudo para o sistema de cotas, o equivalente a 41,54% das 112.416 vagas disponibilizadas (cerca de 107 mil fora preenchidas) pelo programa.

De acordo com o censo de 2000 do IBGE, mais de 46,5% da população brasileira é formada por negros e pardos. Segundo o diretor de Avaliação da Educação Básica, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Carlos Henrique Araújo, existe um problema de fluxo educacional no Brasil.

"De cada 10 alunos que entram no ensino fundamental, seis terminam. Três terminam o ensino médio, e somente 11% desses 10 alunos entram na universidade. Agora, este fenômeno de exclusão educacional atinge de maneira muito mais forte o aluno negro. A peneira é fechada para todos e muito mais fechada e seletiva para os alunos negros", revela o diretor.

O Brasil figura entre as nações da América Latina com uma das mais baixas taxas de acesso ao ensino superior. Hoje, só 9% dos jovens de 18 a 24 anos de idade estão na faculdade. No Chile, o índice é de 27%, na Argentina, de 39%, no Canadá, de 62%, e nos Estados Unidos, de 80%.

[T136B2] 11/03/2005 - 09h33 - Rio-2007 terá cotas para negros e pardos - SÉRGIO RANGEL da Folha de S.Paulo, no Rio

A Secretaria Municipal de Trabalho e Renda do Rio criará um programa de cotas para afrodescendentes (negros e pardos) no Pan-2007. A partir de abril, iniciará um projeto de qualificação de mão-de-obra para o evento em vários pontos da cidade.

Para se beneficiar do projeto, as empresas que vão trabalhar direta e indiretamente no evento terão como obrigação respeitar a cota estabelecida pela secretaria.

O percentual está em estudo, mas não deverá ser menor do que 40% para cada empresa. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a região metropolitana do Rio tem 41,7% de afrodescendentes --10,9% negros e 30,8% pardos. No Brasil, 47,3% são negros ou pardos.

"Quando vamos realizar um evento desse porte, temos que ter um corte racial que mostre a cara do Brasil. Não podemos receber atletas, dirigentes e turistas de todas as Américas com um monte de lourinhas. Isto [a cota] é político e culturalmente importante. É o momento de afirmar a cor do Brasil", declarou o secretário Augusto Werneck, que calcula que 30 mil novas vagas serão criadas no mercado de trabalho diretamente pelo Pan até 2007 no Rio, principalmente nos setores imobiliário, de turismo, esportivo e cultural. Dessas vagas, a metade deve ser preenchida por mão-de-obra oriunda do programa.

A secretaria também pretende apresentar o modelo do projeto de cotas aos dirigentes do Co-Rio (comitê organizador do evento). A intenção é que a entidade adote o critério municipal no recrutamento dos voluntários do Pan. Até agora, mais de 20 mil pessoas já se inscreveram para trabalhar sem remuneração na competição.

O critério para o trabalhador se encaixar na cota é o da autodeclaração, o mesmo usado pelo governo do Estado do Rio nos vestibulares. "Este é o modelo mais justo e democrático", disse Werneck.

Desde 2002, o governo estadual reserva 40% das vagas de universidades estaduais para estudantes negros e pardos --Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e Universidade Estadual do Norte Fluminense.

A Educafro, ONG (organização não-governamental) que coordena cerca de 200 núcleos de ensino no Rio de Janeiro e em São Paulo, vai ajudar a Secretaria Municipal do Trabalho e Renda no programa para o Pan de 2007.

No projeto da secretaria, os deficientes também deverão ser contemplados. O objetivo é que 10% sejam aproveitados.

[T137B2] 23/03/2005 - 10h34 - Estudo da Unicamp aponta diferença racial na universidade - LUCIANA CONSTANTINO da Folha de S. Paulo, em Brasília

Às vésperas de o Congresso Nacional começar a discutir a reserva de vagas em universidades federais para alunos de escola pública e afrodescendentes, o debate sobre a política de cotas no ensino superior volta à tona.

Uma pesquisa encaminhada nesta semana pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) ao Ministério da Educação mostra que a desigualdade racial em cursos de graduação é grande.

Usando dados dos alunos que prestaram o extinto Provão entre 1999 e 2001, o levantamento aponta que apenas 2,5% se declararam negros e 14,8% pardos. Têm participação mais significativa em cursos de licenciatura, como letras, pedagogia, matemática e física.

O índice cai quando se trata de áreas mais competitivas, como odontologia (0,7% de negros e 8,3% de pardos) e medicina (0,9% e 12,3%, respectivamente).

A situação é pior se forem levadas em consideração apenas instituições particulares. São 2,2% de negros e 11,8% de pardos.

Tramitam no Congresso vários projetos estabelecendo políticas de cotas em universidades para afrodescendentes e egressos de escola pública. O mais recente é o enviado pelo Executivo no ano passado, que prevê a reserva de 50% das vagas das universidades federais para quem cursou o ensino médio em escolas públicas.

Dentro dessa cota, a proposta é reservar vagas a afrodescendentes e indígenas na proporção dessas populações no Estado em que a instituição está instalada.

Está na pauta da Câmara o pedido de urgência para a votação do projeto. Pode ser analisado ainda hoje, caso haja sessão.

De acordo com uma pesquisa feita pelo Fonaprace (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis), com dados de 2003 e 2004, 37,5% dos alunos das federais cursaram integralmente o ensino médio na rede pública.

[T138B2] 05/04/2005 - 10h29 - Cotista tem nota parecida com de não-cotista na Unifesp - FÁBIO TAKAHASHI da Folha de S. Paulo

Os vestibulandos aprovados na Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) pelo sistema de cotas tiveram desempenho semelhante aos do sistema universal.

Essa é a conclusão do coordenador de ações afirmativas da universidade, Marcos Ferraz, ao analisar o balanço do processo seletivo da instituição para ingresso neste ano --o primeiro a reservar vagas a estudantes afrodescendentes ou índios.

A diferença entre a nota do último matriculado não-cotista e o último cotista foi de 10% (dez pontos em cem) em medicina, o curso mais concorrido. A instituição não divulga o valor absoluto das notas para que os alunos não saibam suas colocações.

Outro exemplo citado por Ferraz que mostra semelhança no desempenho entre os dois grupos é que tanto em medicina como em enfermagem o melhor cotista teria nota suficiente para ser aprovado no sistema universal. "Claro que há diferença no desempenho. Mas ela é pequena e, com um um pouco de ajuda, os cotistas chegarão ao final do curso no mesmo nível", afirma Ferraz.

Por "um pouco de ajuda", a universidade entende que precisa oferecer acesso ao computador e a uma bolsa de estudos. Tais conclusões foram feitas com base nos questionários socioeconômicos, respondidos pelos vestibulandos. Dos ingressantes cotistas, 62,1% afirmaram ter computador e 48,3% disseram ter acesso à internet em casa. As porcentagens dos matriculados não-cotistas são 93,3% e 88,6%, respectivamente.

Além disso, a renda familiar média mensal dos cotistas foi de R\$ 1.800, ante R\$ 4.000 dos não-cotistas. "O que chama a atenção é que, mesmo tão diferentes nesse aspecto [socioeconômico], os cotistas têm desempenho parecido", afirma Ferraz.

A Unifesp aumentou em 10% o número de vagas de cada curso para que fossem destinadas a alunos que cursaram o ensino médio na rede pública e que comprovassem, por meio de documentos oficiais, serem índio ou afrodescendente. Os três aprovados que se declararam índios não conseguiram comprovar tal afirmação e não puderam se matricular.

No total, a instituição ofereceu 300 vagas. Para avaliar o desempenho no vestibular, foram considerados os resultados de medicina e de enfermagem --carreiras com o maior número de vagas.

Reforma universitária

Ferraz diz que a proposta de reforma universitária do governo federal está baseada em "achismo" --o anteprojeto prevê reserva de 50% das vagas das instituições federais para alunos do ensino médio público, destinando ainda uma porcentagem fixa para afrodescendentes e índios.

"Chegamos aos 10% após três anos de estudos. Qual a base científica para se determinar 50%?", questiona. Segundo ele, se metade das vagas forem destinadas às cotas, o desempenho dos beneficiados não deverá ser parecido com o dos não-cotistas, o que pode prejudicar a qualidade de ensino.

Tal opinião não é compartilhada pelo frei Davi Santos, coordenador da Educafro, ONG que realiza pré-vestibulares para alunos negros e carentes. "A ação afirmativa não é para beneficiar os parecidos, mas sim os excluídos."

Segundo ele, mesmo que sejam aprovados alunos com notas baixas no vestibular, a qualidade de ensino não cairá. "Se você der ao pobre condições iguais, como professores e aulas, ele se sobressai à classe média."

[T139B2] 25/04/2005 - 18h01 - Câmara dos Deputados discute reserva de cotas na universidade - da Folha Online

A Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados realizará audiência pública para debater as experiências de reserva de vagas para ingresso de estudantes afrodescendentes em diversas universidades públicas do país.

Segundo o deputado Luiz Alberto (PT-BA), autor do requerimento aprovado no último dia 13, a reunião deverá contar com a participação de gestores dos programas de ação afirmativa em curso em universidades públicas, autoridades educacionais e especialistas no tema. A data da audiência e os nomes dos participantes ainda não foram definidos.

O deputado argumenta que é conhecido o baixo percentual de negros com acesso ao ensino superior no Brasil, sendo este um dos índices mais marcantes das desigualdades raciais no país. "Em especial, as carreiras consideradas de alto prestígio nas universidades públicas têm sido marcadas por um alto grau de exclusão da população negra", diz.

Atualmente, 12 universidades públicas, cinco destas federais, contam com medidas de ação afirmativa nos seus exames de seleção, incluindo algum procedimento de reserva de vagas para estudantes negros, indígenas ou que tenham cursado a escola pública.

[T140B2] 30/05/2005 - 15h48 - Ministro apresenta novo texto da reforma universitária - da Folha Online

O ministro da Educação, Tarso Genro, apresentou nesta segunda-feira o novo texto do anteprojeto de lei de educação superior. Entre os destaques desta segunda versão estão o financiamento das instituições federais de ensino e a qualidade e ampliação das vagas nas escolas superiores.

Em seu discurso, Genro disse que o Ministério da Educação deve agir como gestor das faculdades. "Se nós não tratarmos o sistema de maneira integral, estaremos em falta com nossa responsabilidade", afirmou.

O novo texto da reforma universitária é resultante de propostas encaminhadas por organizações da sociedade civil ao Ministério da Educação.

As mudanças no ensino superior são debatidas desde março do ano passado. Neste período, foram ouvidas sobre o assunto mais de 230 entidades acadêmicas, científicas e da sociedade civil, além de professores e estudantes.

Para o ministério, a reforma representa a valorização da universidade pública. "A universidade pública tem um papel estratégico na construção de um novo projeto de desenvolvimento que permita o crescimento sustentável com justiça social", disse o ministro.

[T141B2] 31/05/2005 - MEC flexibiliza controle da rede particular - PUBLICIDADE da Folha de S.Paulo, em Brasília

O Ministério da Educação retirou da proposta de reforma universitária pontos que aumentariam o controle de instituições particulares, após pressão do setor. Na segunda versão do texto, apresentada ontem, foram excluídas a criação dos conselhos administrativos e a necessidade de eleição direta de dirigentes das universidades e dos centros universitários particulares.

Esses conselhos, que seriam responsáveis pela parte administrativa e acadêmica, teriam no máximo 20% de representantes das mantenedoras --espécie de empresa que controla as instituições privadas. "Retiramos o que procurava estabelecer regras no conselho administrativo porque nos pareceu inconstitucional", afirmou o secretário-executivo do MEC, Fernando Haddad.

Por outro lado, a segunda versão ganhou uma novidade: prevê a existência de ouvidoria na instituição, cargo a ser ocupado por professor ou técnico, com mandato e eleito diretamente.

Manteve também a criação dos conselhos sociais de desenvolvimento, que ampliam o controle sobre o setor e é outro alvo de críticas. Fica claro que esse conselho terá caráter consultivo, sendo uma forma de a sociedade acompanhar as atividades acadêmicas.

O novo texto regula ainda a aplicação de recursos de instituições sem fins lucrativos fora da entidade para evitar ilegalidades.

Em relação às instituições federais, uma das mudanças é a ampliação de medidas voltadas à assistência estudantil. Ficam vinculados pelo menos 5% dos recursos de custeio das federais para assistência estudantil. Pode ser bolsa de fomento, moradia, restaurante, auxílio transporte e outros. Hoje, já há programas desse tipo, mas sem verba específica.

No acesso à rede pública, o MEC fixou que as federais deverão oferecer pelo menos um terço de seus cursos e matrículas de graduação à noite.

Ambas reivindicações vieram, principalmente, da UNE (União Nacional dos Estudantes). Quase 36% das matrículas na rede pública de ensino superior são de cursos noturnos --407.257 mil alunos. O problema é que há concentração das vagas nas regiões Sul e Sudeste e em algumas áreas, como licenciatura. Além disso, laboratórios que ficam ociosos à noite poderiam ser usados para oferecer cursos não-integrais --caso de alguns tipos de engenharia.

Outra medida que atualmente já é adotada por algumas instituições, mas sem obrigatoriedade, é a isenção da inscrição de candidatos de baixa renda nos processos seletivos das federais.

Acatando sugestões de várias entidades, o ministério manteve a previsão de cotas para alunos de escola pública e afrodescendente nas federais, mas excluiu o percentual da reserva, previsto em projeto de lei tramitando no Congresso. Incluiu na proposta assuntos como ensino a distância e sistema estadual de educação superior, ausentes na outra versão.

Nesse último ponto, o MEC acrescentou a possibilidade de a União participar do financiamento de instituições estaduais e municipais por meio de convênios ou consórcios públicos. O ministro Tarso Genro vê aí brecha para que Estados e municípios tentem negociar com a União a conversão de parte de suas dívidas em ensino superior.

O texto ainda não foi analisado totalmente pela equipe econômica. Passará agora por uma nova fase de discussão para depois ser finalizado e remetido ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Somente com o aval do presidente, talvez no início do segundo semestre, seguirá para o Congresso.

Fica mantida a eleição direta do reitor e do vice das instituições federais, de acordo com o estatuto de cada universidade. Por solicitação da Andifes (associação dos reitores das federais), o ministério reviu a parte que tratava das fundações de apoio, mantendo o órgão, mas vinculado à instituição federal. Atualmente são vistas como forma de as universidades obterem dinheiro privado para investir em professores e cursos.

Fica mantida a limitação em 30% da participação estrangeira no capital total e votante das mantenedoras. Segundo Tarso Genro, é uma forma de inibir a atuação de empresas interessadas em explorar a educação superior. "Não impedimos a participação de instituições estrangeiras reconhecidas", completou.

[T142B2] 01/06/2005 - 09h04 - Entidades rejeitam novo modelo de cotas para universidades - PUBLICIDADE FÁBIO TAKAHASHI da Folha de S.Paulo

Movimentos sociais criticaram ontem a nova versão do projeto de reforma universitária do Ministério da Educação (MEC). Eles exigem a volta do modelo de cotas presente no documento inicial.

Na nova proposta, apresentada anteontem, as universidades federais ganham um prazo de dez anos para atingir a meta de preencher 50% das suas vagas com alunos do ensino médio público.

Além disso, o MEC retirou de sua proposta as partes que coincidiam com um projeto de lei que tramita no Congresso Nacional, que também prevê as cotas. O ministério quer que sua reforma complemente esse projeto.

Outra mudança foi a possibilidade de cada instituição escolher seu mecanismo para atingir a meta. Na versão anterior, as universidades deveriam reservar as vagas.

"Ficamos desamparados", disse o coordenador da ONG Educafro (Educação e Cidadania de Afrobrasileiros e Carentes), frei David Santos. Para ele, antes havia duas frentes para a inclusão social --o projeto de lei e a reforma universitária. "Agora, só temos uma."

O coordenador do MSU (Movimento dos Sem Universidade), Sérgio Custódio, atacou o tempo dado às universidades. "Não podemos esperar mais dez anos."

Outro lado

Ronaldo Motta, da comissão que elaborou a proposta de reforma universitária, disse que o documento do MEC deverá complementar o projeto que está no Congresso. Um dos exemplos é o prazo dado para as universidades. "A mudança não pode ser brusca."

O presidente da Andifes (associação que representa as federais), Oswaldo Baptista Duarte Filho, elogiou o prazo e a liberdade para cada universidade escolher sua forma de inclusão. "Houve respeito com as instituições."

A UFPR (federal do Paraná) destinou 40% de suas vagas para as cotas neste ano. Seu reitor, Carlos Augusto Moreira Jr, considerou "um avanço" o governo deixar que as instituições adotem regras próprias para chegar à meta.

[T143B2] 03/06/2005 - 09h12 - Ministro explica alterações nas cotas, mas entidades mantêm crítica - PUBLICIDADE da Folha de S.Paulo

O ministro da Educação, Tarso Genro, tentou explicar, mas não conseguiu convencer movimentos sociais sobre a mudança na política de cotas presente na segunda versão do anteprojeto de reforma universitária.

Anteontem, a **Folha** noticiou que a ONG Educafro (Educação e Cidadania de Afrobrasileiros e Carentes) e o MSU (Movimento dos Sem Universidade) não concordaram com o prazo dado às instituições federais, até 2015, para que 50% dos seus alunos sejam provenientes do ensino médio público. Na primeira versão, se fosse aprovada pelo Congresso Nacional, as cotas entrariam em vigor imediatamente.

Antes de chegar a São Paulo, ontem, Tarso decidiu se reunir com representantes das entidades. O encontro foi em uma das unidades da Educafro, no centro. Compareceram 60 integrantes de movimentos sociais.

O ministro afirmou que a primeira versão sofreu muita resistência, por isso teve de mudá-la. De acordo com Tarso, as próprias universidades federais não concordaram com o modelo. "Nós, gestores públicos, temos de pegar as demandas e dar viabilidade máxima para o que for possível", afirmou. Na opinião dele, a forma atual tem mais chances de ser aceita.

As declarações não convenceram as entidades. "Está claro que ele cedeu às pressões", afirmou o diretor-executivo da Educafro, frei David Santos. "Vamos marcar posição cinco vezes mais firme agora."

Opinião parecida teve o coordenador do MSU, Sérgio Custódio. "Vamos continuar batendo."

NOMINATA E TEXTOS BLOCO 3 – SIM E NÃO ÀS COTAS

Textos Bloco 3	ANO 2001	POSICIONAMENTO SIM X NÃO ÀS COTAS	Locutor/repórter Empresa jornalística
T01B3	14/01/2001	Uerj pode reservar vagas para carentes	Folha online
T02B3	14/01/2001	Para MEC, adoção de cotas é inconstitucional	Folha online
T03B3	23/05/2001	Projeto de lei sobre cotas tramita no Congresso	Folha online
T04B3	23/08/2001	Ministério da Educação rejeita cota para negros	Fernanda da Escóssia

T05B3	28/08/2001	Proposta de curso para negros causa divergência no MEC	Folha online
T06B3	29/08/2001	RJ e RS adotam cotas na universidade para alunos carentes	Antônio Gois
T07B3	29/08/2001	Propostas do Brasil sobre racismo não devem sair do papel	Leila Suwwan
T08B3	31/08/2001	Governo e delegação do Brasil divergem sobre relatório	Leila Suwwan
T09B3	01/11/2001	Raul Jungmann diz que Brasil discrimina negros	Iuri Dantas
T10B3	14/11/2001	Determinar quem é negro vira polêmica na lei cotas no Rio	Fernanda da Escóssia
Textos Bloco 3	ANO 2002	POSICIONAMENTO SIM X NÃO ÀS COTAS	Locutor/repórter Empresa jornalística
T11B3	24/01/2002	Cota para minorias não resolve desigualdade, diz especialista	Folha online
T12B3	18/04/2002	Projeto de cotas para negros segue agora para a Câmara	Folha online
T13B3	01/05/2002	Cota para negros em universidades gera polêmica na Bienal do Livro	Carla Nascimento
T14B3	28/08/2002	Governo financiará bolsas de estudo para índios, negros e pobres	Folha online
T15B3	31/08/2002	Na educação, presidenciais têm proposta contrária à política de FHC	Antônio Gois
T16B3	03/11/2002	Cota para negro em universidades volta polêmica e indefinida	Antônio Gois, Sérgio Duran e Iuri Dantas
Textos Bloco 3	ANO 2003	POSICIONAMENTO SIM X NÃO ÀS COTAS	Locutor/repórter Empresa jornalística
T17B3	21/02/2003	Justiça concede nova liminar contra reserva de vagas na Uerj	Lívia Marra
T18B3	27/05/2003	Verbete: Ação Afirmativa, reação polêmica	Antônio Gois
T19B3	10/07/2003	Veja as propostas do governo e o que pensam os especialistas	Folha online
T20B3	06/12/2003	Reitor quer política de inclusão sem cotas	Cláudia Collucci
Textos Bloco 3	ANO 2004	POSICIONAMENTO SIM X NÃO ÀS COTAS	Locutor/repórter Empresa jornalística
T21B3	03/04/2004	Tarso quer cotas também em universidades particulares	Fábio Takahashi
T22B3	06/04/2004	Porcentagem para cotas obrigatórias deverá ser variável	Fábio Takahashi
T23B3	15/05/2004	Reitores apóiam sistema de cotas com ressalvas	Folha de S.Paulo
T24B3	19/05/2004	MEC diz que aceita mudança em projetos de reserva de vagas	Folha online
T25B3	29/05/2004	Projeto de cota não garante acesso democrático	Cláudia Collucci, Fernanda Mena
T26B3	11/08/2004	Deputados querem cotas na USP, Unicamp e Unesp	Fábio Takahashi
T27B3	19/08/2004	Ministro da Educação volta a defender cotas e afirma que lei será para todos	Folha online
T28B3	28/09/2004	Diversidade além das cotas	Tatiana Lima free-lance
T29B3	14/12/2004	Veto a cotas em universidade do Paraná é suspenso	Léo Gerchmann- Porto Alegre e Fernanda Mena
Textos Bloco 3	ANO 2005	POSICIONAMENTO SIM X NÃO ÀS COTAS	Locutor/repórter Empresa jornalística
T30B3	13/02/2005	Projeto do MEC reserva 50% das vagas para as cotas	Antônio Gois
T31B3	15/02/2005	Juiz questiona política de cotas em universidade do Paraná	Mari Tortato, em Curitiba
T32B3	28/02/2005	Protesto marca abertura da USP Leste	Roberto de Oliveira
T33B3	18/03/2005	Estudantes pedem reserva de vagas nas universidades federais	Folha online
T34B3	01/04/2005	Projeto de cotas nas federais aguarda regime de urgência na Câmara	Folha online
T35B3	26/04/2005	Faculdades devem ajudar aluno cotista, diz Tarso Genro	Fábio Takahashi

Legenda: **T** = Total de textos; **B3** = Bloco 3 (Posicionamento favorável e contrário, concomitantemente em cada um dos textos)

ANO 2001 – SIM/NÃO ÀS COTAS

[T01B3] 14/01/2001 - 09h33 - “Uerj pode reservar vagas para carentes”, da Folha de S.Paulo

A adoção do sistema de cotas para beneficiar alunos carentes deverá ser testada na prática em 2002 pela Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), caso não haja decisões da Justiça que considerem a prática inconstitucional.

A origem dessa decisão foi um projeto de lei enviado pelo governador Anthony Garotinho para a Alerj (Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro) propondo que metade das vagas das universidades estaduais fosse reservada a alunos oriundos da rede de ensino estadual.

O projeto recebeu críticas da comunidade acadêmica das duas universidades estaduais (Uerj e Uenf), mas acabou sendo aprovado na Alerj. A decisão ainda precisa ser publicada no "Diário Oficial" para já constar no edital de vagas das universidades para 2002.

A reitora da Uerj, Nilcéia Freire, afirma que a universidade respeitará a decisão, apesar de ter se posicionado contra o projeto. "A gente não acredita que a reserva de vagas vá solucionar o problema da exclusão. Ela não promove o estudante das camadas menos favorecidas, que continuarão excluídos. Nossa proposta era de encontrar um processo seletivo menos excludente", diz.

[T02B3] 14/01/2001 - 09h28 - “Para MEC, adoção de cotas é inconstitucional”, da Folha de S.Paulo

No entender do secretário de educação superior do MEC, Antônio Macdowell de Figueiredo, a adoção de uma política de cotas para minorias no Brasil esbarra num problema jurídico. "A Constituição impede qualquer tipo de discriminação, mesmo a chamada discriminação positiva, que beneficia as minorias", diz.

Para ele, com a quase universalização do acesso ao ensino fundamental e a conseqüente expansão do ensino médio, a tendência normal é que as representações raciais da sociedade brasileira estejam mais equilibradas em relação ao perfil dos universitários. "Isso é uma questão de solução mais estrutural do que de medidas como cotas", diz.

Outro ponto que dificultaria a adoção de cotas no Brasil, segundo Macdowell, é que esse sistema introduziria um parâmetro de entrada na universidade que não seria de mérito. "Isso poderia não trazer os resultados desejados, já que a pessoa que entrou a universidade pelas cotas poderia ser estigmatizada", diz.

O projeto de discussão de cotas em universidades federais que tramita no Congresso Nacional não fala em origem étnica, mas apenas em reserva de vagas para alunos de escolas públicas. Segundo Macdowell, o MEC ainda não se pronunciou oficialmente sobre o projeto.

Segundo ele, o que o MEC pode fazer no momento é estimular as universidades a adotarem outros parâmetros no acesso ao ensino superior, como a adoção do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), elaborado pelo ministério e que, segundo o secretário, facilita o acesso dos carentes à universidade. Ele afirma que as universidades federais mantêm programas para estudantes carentes, mas sem levar em conta a origem étnica do aluno.

"Há programas de bolsas e de alojamento estudantil para os estudantes mais carentes. Esses programas acabam beneficiando, naturalmente, os negros e pardos. Muitos desses programas são modestos, mas eles existem", afirma o secretário. Ele defende que as políticas de benefício às minorias levem em conta o perfil socioeconômico do estudante, e não a origem étnica.

Com relação aos estudantes de universidades particulares, Macdowell afirma que o MEC tem uma política de benefício, representada pelo programa de financiamento estudantil, o Fies. Esse programa, no entanto, é muito criticado pelas entidades estudantis por exigir do estudante carente fiador e outras garantias na hora de fechar o financiamento, o que acaba excluindo alguns universitários carentes.

Defesa

Os defensores de políticas afirmativas para minorias afirmam que esse é um método eficaz de atenuar a desigualdade racial em um curto espaço de tempo. A mais conhecida política afirmativa é a adoção de cotas em universidades. O pesquisador do Ipea Sergei Soares, no entanto, lembra que não é a única.

"A distribuição de bolsas nas universidades poderia levar em conta a origem étnica para diminuir a desigualdade na formação de negros e pardos em relação aos brancos."

Outro exemplo de política afirmativa é a concessão de isenções fiscais a empresas que tiverem em seu quadro de funcionários um perfil racial parecido com o da população.

[T03B3] 23/05/2001 - 14h46 - "Projeto de lei sobre cotas tramita no Congresso", da Folha de S.Paulo

A discussão sobre a adoção de cotas para alunos da rede pública em universidades públicas ganhou fôlego nos últimos dois anos, quando foram apresentados projetos no Congresso Nacional e em algumas Assembléias Legislativas de Estados.

O projeto federal foi apresentado pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e continua em tramitação no Congresso Nacional.

Os grupos que sempre defenderam a idéia passaram a pressionar também as Assembléias para apresentarem projetos nesse sentido.

No Rio, por exemplo, a Assembléia Legislativa aprovou neste ano o projeto de lei que reserva 50% das vagas para alunos da rede pública.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade Estadual do Norte Fluminense terão que adaptar o vestibular à lei. As medidas podem valer já para o concurso deste ano.

O Ministério da Educação não se posicionou oficialmente com relação a decisão da Alerj. Mas o ministro Paulo Renato Souza sempre defendeu que o projeto no Congresso é inconstitucional. Ele argumenta que é o sistema de ensino público que tem que ser capaz de dar condições para todos concorrerem em igualdade a uma vaga nas universidades.

[T04B3] 23/08/2001 - 14h06 - "Ministério da Educação rejeita cota para negros", FERNANDA DA ESCÓSSIA da Folha de S.Paulo, no Rio

O representante do Ministério da Educação no comitê preparatório brasileiro para a Conferência da ONU contra o Racismo, Carlos Alberto Xavier, disse que será muito difícil implementar cotas fixas para negros nas universidades públicas. "Acho difícil a separação simplesmente de uma cota para distribuir para uma camada da população, porque não pode conviver com o acesso dos outros, que será pela avaliação do conhecimento."

A oferta de cotas, junto com outras medidas afirmativas, é uma proposta do relatório que a delegação brasileira levará à Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, que acontece de 31 de agosto a 7 de setembro em Durban, na África do Sul.

O Ministério da Educação se mantém contra as cotas porque considera que ela contraria o critério de avaliação escolar. "Como é que pode ter a cota? De 100, separa 43 para a população negra. Isso é irracional, meu Deus do céu. Qualquer fundamento do direito vai dizer que isso é uma medida injusta", afirmou Xavier, que é assessor do gabinete do ministro Paulo Renato de Souza e representante do ministério no grupo interministerial de valorização da população negra.

Xavier afirmou que as políticas universalistas (para o conjunto da população) desenvolvidas pelo Ministério da Educação conseguiram aumentar o acesso e a permanência de crianças negras nas escolas. Para Xavier, o desafio é encontrar critérios capazes de garantir o acesso à universidade de forma justa e equânime, melhorando ainda mais o ensino.

Questão complexa

O presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou ontem, por meio do seu porta-voz, Georges Lamazière, que é "favorável à ação afirmativa, de modo geral", mas que a fixação de cotas para negros em universidades é uma questão mais complexa. "No caso da universidade, o presidente observa apenas que é preciso levar em conta vários outros critérios também, porque envolve a questão do conhecimento, da qualificação", disse Lamazière. "O governo não vai decidir sozinho."

Segundo o porta-voz, o presidente citou que o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) destina um "percentual grande" de recursos especificamente para a formação de estudantes negros.

[T05B3] 28/08/2001 - 13h04 - "Proposta de curso para negros causa divergência no MEC", da Folha de S.Paulo

A proposta de criação de cursos pré-vestibulares para negros em 2002, anunciada no domingo pelo ministro Paulo Renato Souza (Educação), foi criticada por entidades do movimento negro e não é unânime dentro do ministério.

Segundo o ministro, o MEC está negociando com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) um empréstimo de US\$ 10 milhões que serviria para financiar o projeto. "A minha proposta é que os cursos sejam exclusivos para negros, mas isso ainda está em negociação com o BID."

Paulo Renato apresentou essa proposta após reiterar oposição à adoção de cotas para negros em universidades públicas. A defesa das cotas está no documento que a delegação do Brasil levará à Conferência da ONU contra o Racismo, em Durban, na África do Sul, que começa nesta sexta-feira.

A secretária de Educação Superior do MEC, Maria Helena Castro, defende, porém, que os cursos não sejam só para negros.

Segundo Maria Helena, ao ampliar o curso a todos os carentes, o ministério não deixaria de beneficiar negros. "Nós não queremos uma política que crie nova desigualdade. Estamos falando de um plano de equidade para ampliar a igualdade de acesso", disse ela.

Gilberto Sabóia, secretário de Estado de Direitos Humanos e presidente do comitê brasileiro preparatório para a conferência de Durban, criticou a proposta de Paulo Renato. "Não pode ser só isso", afirmou. Sabóia defendeu a adoção de cotas e disse que o debate sobre o assunto é positivo. "Não podemos ficar passivamente esperando que o tempo resolva [a discriminação no Brasil]."

"Podemos debater com grupos de reitores interessados uma experiência por tempo determinado de cotas e outras medidas de ação afirmativa, que, depois, seriam avaliadas", declarou.

Para representantes de entidades do movimento negro, mesmo que a proposta do ministério seja exclusiva para negros, ela não substituiria a política de adoção de cotas como ação afirmativa.

"A proposta parece um show de pirotecnia de quem está acuado politicamente e acaba isentando o Estado de sua responsabilidade, de oferecer um ensino público de qualidade", disse Hédio Silva Júnior, coordenador de projetos do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade. (ANTONIO GÓIS E LEILA SUWWAN)

[T06B3] 29/08/2001 - 20h21 - "RJ e RS adotam cotas na universidade para alunos carentes", ANTÔNIO GOIS da Folha de S.Paulo, no Rio

Enquanto a delegação brasileira discute na Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, na África do Sul, a viabilidade de cotas para negros em universidades públicas, dois Estados brasileiros já decidiram reservar vagas para grupos tradicionalmente excluídos do ensino superior.

Os governos dos Estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul vão adotar cotas para alunos de escolas públicas e carentes.

Amanhã, o governador do Rio, Anthony Garotinho (PSB), assina o projeto final, já regulamentado, da lei que garantirá reserva de 50% das vagas nas universidades estaduais a alunos que fizeram o ensino médio e fundamental, integralmente, em escolas públicas.

No Rio Grande do Sul, a UERGS (Universidade do Estado do Rio Grande do Sul) começará a funcionar no ano que vem já constando em seu estatuto a reserva de 50% das vagas para carentes e de 10% para deficientes. A lei valerá para o ano letivo do ano que vem.

A UERGS ainda não regulamentou como definirá quem é carente, mas, segundo a reitoria, devem ser aproveitados critérios já utilizados por universidades filantrópicas para concessão de bolsas de estudo.

No Rio de Janeiro, a lei só valerá para o processo seletivo de 2002, que oferecerá vagas para o ano letivo de 2003 da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e Uenf (Universidade Estadual do Norte Fluminense).

A política de reserva de vagas para carentes ou alunos da rede pública não cita a questão racial, mas, para representantes do movimento negro, pode ser um primeiro passo para que essa população conquiste cotas em instituições públicas.

"As leis que reservam vagas para pobres são um avanço. Nossa estratégia foi lutar pelos carentes porque achamos que é o primeiro passo para conquistar a reserva para negros", afirma o coordenador da Educafro _entidade que oferece cursos pré-vestibulares para carentes_, frei Davi Santos.

Nos dois casos, a regra só vale para universidades estaduais. Mas já tramita no Congresso Nacional projeto de lei semelhante ao do Rio de Janeiro, de autoria do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), reservando 50% das vagas de universidades federais a alunos de escolas públicas.

A reserva de vagas em universidades públicas federais, no entanto, tem enfrentado resistência. O ministro Paulo Renato Souza (Educação) já se declarou publicamente contrário ao projeto.

[T07B3] 29/08/2001 - 10h55 - "Propostas do Brasil sobre racismo não devem sair do papel", LEILA SUWWAN da Folha de S.Paulo

Muitas das propostas que o Brasil levará à Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, que começa na sexta-feira (31), em Durban (África do Sul), não devem sair do papel. Para isso, teriam de contar com verbas públicas que não estão disponíveis e obter votos no Congresso em plena campanha eleitoral, período que costuma esvaziar os plenários. Algumas delas não passam de formalidades diplomáticas.

Os projetos de lei mais polêmicos, que dependem de um apoio que lhes tem faltado, são a autorização da união civil entre homossexuais, da ex-deputada Marta Suplicy (PT-SP), e a descriminalização da cirurgia de mudança de sexo, do ex-deputado José Coimbra (PTB-SP). As duas propostas tramitam na Câmara desde 1995.

Pelo menos um dos projetos depende de um apoio ainda maior -três quintos dos votos do Congresso. É o caso da proibição da discriminação por orientação sexual, que será proposta por meio de emenda constitucional.

Parte do relatório levado a Durban é simplesmente inócua. Exemplo: o governo propõe desempatar licitações em favor de empresas que contratem negros, homossexuais e mulheres. Essa modificação na Lei de Licitações não deve passar de uma demonstração de boas intenções: licitações raramente empatam, e as empresas não costumam cobrar informações sobre a orientação sexual ou a raça de seus funcionários, o que, aliás, seria uma medida discriminatória.

Padrões hegemônicos

A passagem do discurso à prática se mostra difícil em vários outros casos. Com relação aos migrantes internos, o documento sugere o "resgate da auto-estima" de brasileiros vindos de regiões desfavorecidas economicamente -leia-se a discriminação de nordestinos que migraram para o Sul e o Sudeste. A ferramenta recomendada é vaga:

"Questionamento de padrões hegemônicos de beleza, sotaque e status".

O documento tem o mérito de reconhecer que várias declarações anteriores não saíram do papel, no trecho em que se compromete a pôr em vigor compromissos assumidos no século passado. As

convenções mencionadas foram promulgadas pelo Brasil há mais de três décadas e pedem, desde então, medidas "imediatas", "eficazes" e "positivas".

Do documento de Durban, a proposta de adoção de cotas para negros nas universidades públicas brasileiras já foi formalmente rejeitada pelo ministro da Educação, Paulo Renato de Souza.

Para o representante do movimento negro na delegação oficial brasileira, Ivanir dos Santos, o governo não está alinhado com suas posições diplomáticas. "Mas agora o movimento tem força internacional para monitorar as ações", afirmou.

Ontem, o senador José Sarney (PMDB-AP) pediu que o Congresso aprove projeto de sua autoria que estabelece uma cota mínima de 20% para negros nas universidades públicas, concursos e contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante Superior. O projeto foi apresentado há dois anos e está na Comissão de Constituição e Justiça.

Dinheiro

Outros compromissos do governo para acabar com o racismo e a discriminação dependem de verbas públicas escassas. Se forem criados, os novos órgãos de proteção dos negros e dos homossexuais devem se alojar no Ministério da Justiça, conhecido pela escassez de verbas. Há duas semanas, o ministro José Gregori reclamou: disse chefiar um ministério que "implora verbas".

Concretamente, o relatório brasileiro propõe um Fundo de Amparo Social para os negros e verbas do Orçamento da União para ações afirmativas para homossexuais.

[T08B3] 31/08/2001 - 05h24 - "Governo e delegação do Brasil divergem sobre relatório", LEILA SUWWAN da Folha de S. Paulo, em Brasília

As políticas oficiais do governo brasileiro para o combate ao racismo e à discriminação racial não coincidem com as propostas que integram o relatório da delegação que será apresentado na conferência de Durban.

Apesar de o governo ter colaborado na elaboração do documento, as propostas não são deliberações oficiais. As diretrizes públicas sobre o racismo foram estabelecidas pelo GTI (Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra), instalado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 96.

As cotas para negros nas universidades -proposta do documento de Durban que foi rejeitada pelo Ministério da Educação- já estão fora da pauta do governo há alguns anos.

Nos discursos que orientaram os trabalhos do GTI, FHC defendeu ações afirmativas no lugar de privilégios reparatórios para os negros. Ao instalar o grupo, o presidente disse que o Estado não toleraria nenhuma forma de racismo, "nem mesmo o racismo para valorizar a raça que está sendo discriminada, porque isso resulta também numa coisa negativa".

"Quando se faz um esforço para melhorar a vida dos mais pobres, em grande medida se está melhorando ou tratando de colocar ênfase na questão das populações negras", disse FHC em 1995, na mesma linha defendida hoje pelo ministro da Educação, Paulo Renato de Souza.

A contraproposta do governo, os cursos pré-vestibulares, também já norteavam os trabalhos do GTI, que os recomendava para os alunos de escolas públicas das camadas mais desfavorecidas, "que incluem, como é sabido, elevada proporção de afro-brasileiros".

O documento de Durban traz várias propostas com relação aos quilombolas, negros remanescentes das comunidades dos quilombos. Entre elas está a ampliação de seus direitos constitucionais, o fornecimento de infra-estrutura, o cadastramento de todas as comunidades e a desocupação de suas terras por grileiros.

As determinações do GTI se limitam ao cumprimento do dispositivo constitucional de reconhecimento da propriedade das terras dos quilombolas, o "resgate da cidadania" e a extensão dos "benefícios da sociedade moderna".

"Por poucos que sejam os hectares de terra, por pouco que sejam esses avanços, são sinais significativos de que o Brasil reconhece os erros do passado", disse FHC em 1997, durante uma cerimônia de entrega de títulos de terras a comunidades remanescentes dos quilombos.

O GTI também difere do documento levado a Durban no que diz respeito às propostas legislativas. O grupo recomenda o "aperfeiçoamento da legislação existente" para permitir a punição penal do crime de racismo, garantido na Constituição de 1988 e que é aplicada de "maneira insuficiente". Já o relatório da conferência pede medidas legislativas, entre as quais a revisão do Código Penal, para considerar a discriminação racial como agravante de crime.

[T09B3] 01/11/2001 – 04h40 - “Raul Jungmann diz que Brasil discrimina negros”,- IURI DANTAS da Folha de S.Paulo

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, disse anteontem que o Estado brasileiro é discriminatório. Jungmann, que alegou ser militante da "causa negra", disse que "devemos romper com essa armadilha da falsa cordialidade entre raças".

As declarações foram feitas durante um tribunal simulado, que julgou os projetos de lei que estão atualmente em tramitação na Câmara e no Senado sugerindo a criação de cotas para negros em universidades públicas.

Como exemplo de discriminação, Jungmann afirmou que, em seu ministério, 95% dos cargos comissionados eram ocupados por brancos. Para tentar mudar esse quadro, assinou anteontem portaria acabando com o comissionamento e determinando que todos os cargos sejam ocupados por meio de concurso.

O júri teve o professor Hédio Silva Júnior no papel de advogado de defesa da reserva de vagas e Celso Fontana na acusação. A presidente da Comissão do Negro e Assuntos Antidiscriminatórios da OAB, Maria da Penha Rodrigues, foi a juíza. Mesmo sem acordo prévio sobre os argumentos dos advogados, todos os presentes (jurados e testemunhas) eram a favor da implantação de cotas.

O advogado de acusação Celso Fontana, que milita no movimento negro há mais de 15 anos, utilizou como argumento contra a reserva de vagas o fato de a humanidade ter nascido na África, o que tornaria todos, sem distinção, afro-descendentes.

Já Hédio Silva, advogado de defesa, sugeriu que o campo cútis, do formulário de registro geral, fosse utilizado para definir quem é negro ou não no Brasil. A pessoa que usar qualquer outra definição que não branca, amarela ou indígena no formulário poderá ser contemplada no sistema de cotas.

Durante o julgamento, Celso Fontana chamou os professores João Batista Félix e Hélio Santos e o advogado Sinvaldo José Firmo como testemunhas contra o sistema de cotas. Todos eles possuem história de militância em favor da causa, mas atuaram reproduzindo "preconceitos jurídicos".

Na defesa, Hédio Silva contou com o ministro, a jornalista Míriam Leitão e Roberto Martins, presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

Projetos

O projeto que prevê reserva de um mínimo de 20% das vagas nas universidades públicas para negros, de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP), se encontra em discussão na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

Na Câmara, o Estatuto da Igualdade Racial, do deputado Paulo Paim (PT-RS), destina 20% das vagas para negros em concursos públicos, empresas com mais de 20 empregados e universidades.

[T10B3] 14/11/2001 - 14h31 - “Determinar quem é negro vira polêmica na lei cotas no Rio”, FERNANDA DA ESCÓSSIA da Folha de S.Paulo, no Rio

Determinar quem é negro e quem é pardo é a principal dúvida na regulamentação da lei que reserva a esses dois grupos 40% das vagas das universidades públicas estaduais no Rio.

A lei foi sancionada anteontem pelo governador Anthony Garotinho (PSB) e a discussão sobre definição da cor ou raça já está gerando polêmica.

"Minha principal dificuldade é saber o que é negro e pardo no Brasil", afirmou o secretário de Ciência e Tecnologia, Wanderley de Souza, a quem estão subordinadas a Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e a Uenf (Universidade do Norte Fluminense).

Souza disse que criará uma comissão para regulamentar a lei. Para ajudar, chamará especialistas em genética, antropólogos e militantes do movimento negro.

O IBGE, em suas pesquisas, permite que o entrevistado diga sua cor, adequando-a a cinco opções: branca, amarela, indígena, preta ou parda. São pardos, segundo o IBGE, os mestiços _aí incluídos os que não têm ascendência negra, como os mamelucos, mestiços de brancos e índios.

Souza disse temer que esse critério gere distorções, com pessoas dizendo que são negras só para se beneficiar da cota.

O advogado Hedio Silva Júnior, pesquisador do Centro de Estudos do Trabalho e Relações Raciais e especialista em legislação racial, não aceita o critério genético. Propõe como alternativa a utilização dos dados de cor contidos na ficha de identificação civil _feita junto com a identidade.

A psicóloga Edna Roland, presidente da organização Fala, Preta!, defende como única possibilidade a autotransclassificação _o mesmo critério do IBGE.

"Acho absurdo consultar especialistas em biologia ou genética. É autoritário transferir ao Estado o direito de definir minha identidade étnica", afirma Edna, relatora da Conferência contra o Racismo realizada na África do Sul.

Edna disse não temer que a autotransclassificação gere um "enegrecimento" dos vestibulandos _ "a negrofobia é tão intensa que duvido que isso aconteça".

O presidente da OAB-RJ (Ordem dos Advogados do Brasil), Octavio Gomes, disse ser contra a lei, que considera discriminatória. Ele afirmou que a OAB vai analisar a constitucionalidade da medida e decidir se pedirá que ela seja decretada inconstitucional.

A cota para negros e pardos terá de ser equilibrada com outra lei aprovada no Rio, a que reserva 50% das vagas das universidades estaduais para alunos vindos de escola pública.

Na interpretação de Souza, a solução é a seguinte (tomando um exemplo com cem alunos): verificar, de 50 alunos da escola pública, quantos são negros e pardos. Se, entre esses, houver 30 negros e pardos, a cota de 40% será completada com mais dez alunos vindos da escola privada.

Esse exemplo vincularia a cotas 60% das vagas das universidades estaduais do Rio.

ANO DE 2002 – SIM/NÃO ÀS COTAS

[T11B3] 24/01/2002 - 09h07 - “Cota para minorias não resolve desigualdade, diz especialista”, da Folha de S.Paulo

Especialistas em desigualdade social são unânimes em afirmar que certas "fórmulas milagrosas" - como a definição de cotas de participação das minorias em universidades e empresas- são só ações paliativas para reduzir o abismo econômico entre as raças.

Isso não resolve o problema, principalmente se a ação não for seguida de políticas sociais que ampliem o acesso de negros ao mercado de trabalho, dizem eles.

Alguns países, como EUA e Malásia, determinaram cotas de participação de até 100% em faculdades públicas. Com isso, as escolas seriam obrigadas a reservar um certo número de vagas para serem preenchidas apenas por negros. O mesmo ocorreu em companhias de grande porte. Algumas determinaram que, em futuras contratações, uma parcela de vagas deveria ser destinada para negros.

"A questão é saber se essa ação é algo eficaz ou não", diz Sergei Soares, pesquisador do Ipea. "Isso pode funcionar se a ação for seguida de políticas públicas de apoio às minorias", diz.

"Somos a favor dessas cotas. É uma atitude drástica, mas elas funcionaram em todos os países em que foram utilizadas", afirma Oded Grajew, diretor do Instituto Ethos.

[T12B3] 18/04/2002 - 12h15 - “Projeto de cotas para negros segue agora para a Câmara”, da Folha de S.Paulo

O Senado aprovou ontem projeto de lei que reserva 20% das vagas de concursos públicos e vestibulares de universidades privadas e públicas, além de contratos de crédito educativo do Fies (Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior), para afro-descendentes, por um prazo de 50 anos. O projeto segue para a Câmara.

De acordo com o projeto, as pessoas deverão se declarar negras ou pardas no ato da inscrição para serem incluídas na cota, já que não há documento oficial que indique a cor da pessoa.

O relator do projeto, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), disse que pretende regulamentar posteriormente o critério para definir a questão. A sugestão dele é que o país passe a ter documentos que atestem a etnia da pessoa e que seja obrigatório o registro da cor na certidão de nascimento.

Na avaliação do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, a introdução das cotas não é a melhor solução.

Segundo ele, é mais coerente criar cursinhos para alunos carentes, para que possam disputar vagas em igualdade.

[T13B3] 01/05/2002 - 21h30 - “Cota para negros em universidades gera polêmica na Bienal do Livro”, CARLA NASCIMENTO da Folha Online

A discussão sobre a política de cotas nas universidades para negros, realizado hoje na arena de debates montada no estande das editoras universitárias, transpôs para a Bienal do Livro um tema que tem gerado muita polêmica: esta política acirra o preconceito contra os negros ou ajuda a reparar uma dívida da sociedade brasileira com relação a esta população?

Assim como em diversos fóruns de discussão que têm se formado para discutir a questão - desde que instituições como as universidades estaduais do Rio de Janeiro, alguns órgãos do Governo Federal e prefeituras adotaram o sistema -, as opiniões estiveram divididas entre os palestrantes e o público que participou do debate.

Para a professora Yvonne Maggie, diretora da editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e autora do livro "Raça como Retórica", a principal preocupação em se adotar o sistema de cotas está no fato de se "ênfaticamente a desigualdade no lugar da igualdade". Para Maggie, deve-se pensar duas vezes antes de aprovar este tipo de política.

"Esta é a primeira vez na história que o Brasil estabelece uma política onde se coloca claramente uma divisão entre negros, brancos e pardos. Não sabemos onde o efeito das cotas nos levará", disse a professora que chegou a citar a construção do nazismo em sua explanação.

Maggie também falou de sua preocupação com a "marca que o sistema de cotas oferecerá aos estudantes negros" e disse que o Brasil não deve tomar como exemplo os sistemas adotados nos EUA e na África do Sul.

A professora apontou como ideal que o número de vagas fosse ampliado, contemplando a negros e não negros, e que o país adotasse políticas públicas que não fossem racialmente neutras, ou seja, que também levassem em conta o problema racial.

Na outra ponta da discussão se posicionou o professor Marco Frenetti. Para ele, o sistema de cotas não é a solução ideal, mas é a única forma de atacar o problema no Brasil.

Frenetti alertou para o fato de o sistema não ter resolvido o problema nos EUA, mas disse que, em decorrência, foi formada uma classe média que traz benefícios para a população negra de uma forma geral.

O professor disse não acreditar que uma solução espontânea, sem a imposição de leis, seja possível e que a população negra no Brasil já vem esperando por muito tempo por políticas públicas que a levem em consideração.

Entre os benefícios apontados pelos palestrantes para adoção do sistema, Maggie disse que a "vantagem foi trazer o tema para discussão". Para Frenetti é a "visibilidade" que o negro passará a ter na sociedade.

[T14B3] 28/08/2002 - 03h55 - “Governo financiará bolsas de estudo para índios, negros e pobres”, da Folha de S.Paulo, em Brasília

O governo editou ontem uma MP (Medida Provisória) no "Diário Oficial" da União criando o programa Diversidade na Universidade, que transferirá recursos financeiros da União para entidades que atuem na área de educação, como escolas e universidades, e implementem cursos pré-vestibulares ou dêem bolsas de estudo para pobres, negros e índios.

O Ministério da Educação obteve verba de US\$ 10 milhões para custear o programa por meio de empréstimo do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). O programa foi a forma encontrada pelo MEC para desenvolver políticas de inserção social e estratégias de promoção ao ensino superior para grupos socialmente desfavorecidos, afrodescendentes e indígenas sem ter de implementar cotas para negros.

O ministro Paulo Renato Souza (Educação) é contra as cotas. Ele escreveu, em artigo na Folha, em 2001, que espera que o Brasil não precise chegar à instituição de cotas raciais na universidade e que acredita na capacidade de desempenho do estudante brasileiro de qualquer origem social ou racial, quando estimulado e apoiado.

O ministro afirmou que, se isso não for suficiente, ele será o primeiro a defender as cotas, porém ressaltou que não há por que imaginar que alunos pobres, negros ou pardos não entrem na universidade por seus próprios méritos.

O MEC considera que a adoção das cotas não é ideal, pois criaria novas desigualdades. Para o órgão, ao ampliar os cursinhos para a população carente, os negros não deixariam de ser atendidos.

Para Ivair dos Santos, assessor da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e ligado ao movimento negro, a medida é tão afirmativa quanto as cotas e significa um avanço. Santos disse que é importante ver Paulo Renato implementar um mecanismo de afirmação -como são chamadas as políticas compensatórias para reduzir as desigualdades raciais e sociais. Mas ele ainda insiste na necessidade de fixar cotas.

A MP autoriza a concessão de bolsas e de prêmios, em dinheiro, aos alunos das entidades que promoverem os cursinhos. Poderão participar entidades de direito público ou privado, sem fins lucrativos. A transferência para entidades privadas será feita por meio de convênio ou outro instrumento autorizado por lei. Os critérios e as condições para a manutenção de bolsas e prêmios serão estabelecidos por decretos.

[T15B3] 31/08/2002 - 09h40 - “Na educação, presidenciais têm proposta contrária à política de FHC”, ANTÔNIO GOIS da Folha de S.Paulo, no Rio

O futuro do ensino superior opõe as propostas dos quatro principais candidatos a presidente e o atual governo.

Todos eles prometem aumentar o número de matrículas sem cobrar mensalidades em universidades públicas. As projeções de aumento significativo de vagas no ensino superior sem cobrar mensalidade vão na direção contrária à apontada pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza.

Em entrevista à Folha no ano passado, no período de greve das universidades federais, o ministro previu o esgotamento em "cinco ou seis anos" do modelo de financiamento do ensino superior público atual, que não prevê a cobrança de mensalidade.

Além disso, o eleitor já pode anotar também: o futuro presidente prometeu dar mais recursos federais para aumentar as vagas na educação infantil, no ensino médio e no ensino superior.

As promessas são pontos comuns nas propostas de todos os principais candidatos. O desafio para todos também é comum: de onde tirar recursos para realizar todas as promessas.

Para cumprir metas ousadas como a universalização da pré-escola (Lula, do PT), a ampliação em 50% do número de jovens de 15 a 17 anos no ensino médio (José Serra, do PSDB), a duplicação das matrículas no ensino médio (Anthony Garotinho, do PSB) ou a criação de 260 mil novas vagas no ensino superior (Ciro Gomes, da Frente Trabalhista), os candidatos contam com a retomada do crescimento econômico em patamares superiores aos atuais e com a otimização dos gastos.

Os candidatos também concordam ao prometer universalizar (ou chegar bem perto disso) o acesso das crianças de 4 a 6 anos à pré-escola. Para isso, falam na ampliação do Fundef (fundo criado em 1997 e que garantiu recursos ao ensino fundamental) para a educação infantil.

Outro ponto em comum entre todos é a substituição do vestibular por um modelo que leve em conta o desempenho do estudante durante todo o ensino médio. Carlos Maldonado (assessor de Ciro para a educação), Rose Neubauer (Serra) e Wanderley de Souza (Garotinho) citam o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) como possível instrumento que pode ser utilizado para essa finalidade.

Newton Lima (Lula) afirma que o PT também é contrário, a princípio, ao vestibular tradicional, mas propõe uma mudança gradual no sistema. "A progressão para um novo modelo deve ser feita de forma planejada e acompanhada da melhoria da qualidade do ensino médio. O fim intempestivo do atual sistema poderia causar uma ainda maior elitização do ensino superior", afirma.

Nesse ponto, a dificuldade que os candidatos enfrentarão será convencer as universidades públicas a aderirem ao novo modelo. As instituições gozam de autonomia didática garantida pela Constituição.

Apesar de a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), aprovada em 1996, ter flexibilizado a forma de acesso ao ensino superior, poucas universidades públicas adotaram o Enem ou substituíram o modelo de um vestibular com prova única.

Quanto às divergências entre os candidatos, um dos principais pontos é com relação às cotas nas universidades públicas. O programa de Lula defende as cotas para negros, enquanto o de Garotinho fala de reserva de vagas nas novas vagas criadas.

"Fomos pioneiros na implementação de reserva de 50% das vagas para alunos provenientes da escola pública no Rio. Nosso projeto prevê a sua aplicação para as novas vagas a serem criadas no ensino superior público", afirma Wanderley de Souza, assessor de Garotinho.

No caso de Serra e de Ciro, há mais cautela ou resistência quanto à adoção do sistema. "A questão das cotas deverá ser ainda objeto de discussão com a sociedade, pois parece não existir consenso a este respeito", afirma Rose Neubauer, assessora de Serra.

Carlos Maldonado, assessor de Ciro, afirma que a discussão sobre as cotas é polêmica até mesmo dentro da frente de partidos que apóiam o candidato.

"O programa de educação de Ciro ainda não está finalizado. Num primeiro momento, fomos contrários às cotas, mas essa é uma discussão que será feita internamente e com a sociedade."

[T16B3] 03/11/2002 - 04h57 - "Cota para negro em universidades volta polêmica e indefinida", ANTÔNIO GOIS - SÉRGIO DURAN - IURI DANTAS da Folha de S.Paulo

Dificuldades de ordem técnica e política estão no caminho do futuro ministro da Educação do governo Lula para implantar uma das medidas mais polêmicas do programa petista - o estabelecimento de cotas para negros e egressos de escolas públicas nas universidades.

O ocupante da pasta terá de se equilibrar entre as cobranças do movimento negro do partido e a oposição de reitores à adoção da medida, manifestada em repetidas ocasiões. "O PT sempre se

posicionou à favor da questão, por isso temos muita esperança de avançar", diz Clóvis Carvalho, 31, do movimento petista Voz da Resistência, de São Paulo.

Além disso, o novo ministro terá de buscar uma forma para estabelecer as cotas e até mesmo para definir quem é ou não é negro.

A política de cotas consiste em garantir parte das vagas disponíveis nas universidades para negros e egressos de escolas públicas, mesmo que esses não estejam entre os melhores colocados.

Os opositores à idéia, entre os quais o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, alegam que a medida é drástica e em parte racista, por supor a incapacidade de negros e egressos da escola pública de passar no vestibular. Para eles, as cotas também não promoveriam a melhora do ensino público e poderiam comprometer a qualidade do ensino superior.

Há um ano, o governo brasileiro assumiu o compromisso de estabelecer cotas para negros, na conferência sobre racismo realizada em Durban, África do Sul.

O compromisso, porém, não mudou a política. Segundo Maria Helena de Castro, secretária-executiva do MEC, isso depende das universidades, que têm autonomia, segundo a Constituição.

Maria Helena defende manter o exame de acesso sem alteração. "As instituições de ensino superior são eminentemente meritocráticas, até pela natureza jurídico-legal. O mérito acadêmico é importante no processo de seleção para determinadas áreas", afirma.

Recentemente, a Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) evitou tomar posição sobre o tema. Há 15 dias, os 42 reitores que integram a associação se reuniram para debater as cotas e descobriram, segundo Gustavo Balduino, secretário-executivo da entidade, "que a questão era mais complexa".

"Ao participar [do debate], vamos levar as questões de gênero, dos pobres, de egressos de escola pública, de índios, as diferenças regionais. Queremos democratizar o acesso para diversos segmentos da sociedade", disse.

Para que o PT aplique a política de cotas, há dois caminhos: discutir com as instituições universitárias ou enviar ao Congresso um projeto de lei que as obrigue a adotá-la. O Senado já aprovou um projeto que prevê as cotas.

Segundo Newton Lima Neto, 49, prefeito de São Carlos (interior de São Paulo) e coordenador do programa de governo do PT na área da educação, haverá uma mistura dos dois caminhos. Conforme debates com a sociedade organizada demonstrarem um mínimo de consenso, a matéria será encaminhada ao Congresso.

Até ser implementado, o sistema de cotas terá de vencer uma de suas maiores dificuldades: estabelecer quem é negro. De acordo com o IBGE, os brasileiros que declaram ter cor negra representam 5,6% da população.

Parte do movimento negro, no entanto, considera os que se declaram da cor parda, de acordo com a classificação do IBGE, também negros. Os pardos representam 40,4% da população. Negros e pardos, juntos, somam 46%.

"A prática das cotas forçará um refinamento dessa seleção", afirma o educador Mário Sérgio Cortella, ex-secretário da Educação da cidade de São Paulo na primeira gestão petista (Luiza Erundina, 1989-92) e colaborador do programa de governo de Lula. Cortella diz ainda ter aceitado a idéia recentemente. "Tenho clareza da sua necessidade, mas não tenho dúvida de que não é o suficiente."

Para ter uma idéia de quão longe o país está de ter uma representação equilibrada da população nas universidades, o dado oficial que chega mais próximo disso é o do questionário socioeconômico do provão, que avaliou, em 2001, os formandos e 20 cursos.

Segundo o provão, apenas 2,6% dos formandos eram negros e 15,9%, pardos. Essa porcentagem varia conforme o curso.

Em Odontologia, os negros são apenas 0,6% e os pardos, 8,2%. Em cursos menos concorridos, a porcentagem aumenta, mas ainda fica distante da proporção da população. Em matemática, por exemplo, os negros são 4,4% e os pardos, 25,2%.

Segundo o coordenador do programa petista, os critérios para definir quem é negro serão definidos através do debate. "O que queremos é levantar a discussão."

ANO 2003 – SIM/NÃO ÀS COTAS

[T17B3] 21/02/2003 - 00h22 - “Justiça concede nova liminar contra reserva de vagas na Uerj”, LÍVIA MARRA Folha Online

A Justiça concedeu nesta quinta-feira nova liminar contra o sistema de reserva de vagas para negros e alunos da rede pública na Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). É a terceira liminar em três dias.

A juíza Márcia Santos Capanema de Souza, da 5ª Vara de Fazenda Pública, determinou que a universidade matricule o candidato Alexandre Luiz Moraes do Rego Monteiro no curso de direito.

Sua nota final no vestibular foi 82,5. O candidato reclama que não se classificou por causa do sistema de reserva de vagas.

Em sua decisão, a juíza afirma que a lei que estabeleceu o sistema de cotas para o preenchimento de vagas nas universidades estaduais com negros e pardos viola os princípios da isonomia e da razoabilidade e a Constituição Federal, segundo o TJ (Tribunal de Justiça) do Estado.

"Não deve ser esquecido que a administração deve dispensar igual tratamento aos que se encontrem em idêntica situação jurídica, vedando-se que sejam favorecidos alguns indivíduos em detrimento de outros e prejudicados alguns para favorecimento de outros", diz a juíza.

Os outros dois beneficiados por decisões da Justiça são um candidato ao curso de direito e outro ao curso de medicina.

As duas liminares foram concedidas pelo juiz Renato Rocha Braga, da 3ª Vara da Fazenda Pública.

Outro lado

Em nota divulgada nesta quarta-feira, a Uerj afirma que "não é a autora da legislação sobre as cotas, porém é obrigada a implementá-las".

"A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) reconhece o direito de qualquer cidadão ou instituição da sociedade civil organizada de recorrer à Justiça, bem como é legítimo que a universidade apresente sua defesa dentro dos prazos legais estabelecidos - e assim o fará", diz a Uerj.

A universidade afirma ainda que os questionamentos jurídicos sobre a aplicação das cotas no vestibular "já poderiam ter ocorrido no momento da criação da reserva de vagas, em 2001, e posteriormente, durante sua regulamentação".

[T18B3] 27/05/2003 – 03h24 - T.03/03 Verbete: Ação Afirmativa, reação polêmica – ANTÔNIO GOIS da Folha de S.Paulo, no Rio

A adoção, neste ano, do sistema de cotas na Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) para negros, pardos e alunos da rede pública intensificou no Brasil a polêmica sobre o que se convencionou chamar de ações afirmativas. Reservar vagas para determinadas minorias em universidades ou no mercado de trabalho é apenas uma das maneiras —talvez a mais polêmica— de colocar em prática esse tipo de ação.

Em geral, o que se pretende com as ações afirmativas é reconhecer que a igualdade de oportunidade entre os cidadãos —base de quase todas as democracias modernas— não é alcançada na prática se o Estado e a sociedade não passarem a tratar de forma diferenciada, pelo menos temporariamente, aqueles que se encontram nos estratos menos favorecidos da população.

O debate sobre as ações afirmativas —e a polêmica que sempre acompanha o assunto— não é privilégio brasileiro. Estados Unidos, Malásia, Noruega, Dinamarca, Irlanda, Itália e Argentina, entre outros países, vêm adotando, nos últimos 30 anos, políticas públicas com o objetivo de diminuir as desigualdades de gênero ou entre grupos étnicos.

São exemplos de ações afirmativas leis que exigem um mínimo de mulheres como candidatas a cargos públicos, cotas para deficientes físicos em empresas com mais de cem trabalhadores e cursos de preparação para concursos voltados apenas para a população negra ou de baixa renda.

Essas ações já existem no Brasil. Nenhuma delas, no entanto, causou tanta polêmica quanto as cotas na Uerj. A reserva de vagas para negros, pardos e alunos da rede pública no vestibular da universidade provocou uma onda de ações na Justiça que já chegou ao Supremo Tribunal Federal.

Parte da polêmica, no caso da cota racial, é explicada pela dificuldade em se definir quem é negro ou pardo. Como não há critério científico para definir cor ou raça, a Uerj optou pelo critério de autodeclaração, o mesmo recomendado pela ONU. O problema é que esse critério não impede a fraude, já que é o próprio candidato que afirma se tem ou não direito à cota.

A legalidade desse sistema —que o governo federal estuda implementar nas universidades federais— será julgada, em julho, pelo STF, que terá de decidir qual é o significado da igualdade citada na Constituição brasileira.

De um lado, há quem interprete que o princípio da isonomia impede que alguns grupos, mesmo que desfavorecidos, sejam privilegiados. De outro, há o argumento de que, para garantir essa igualdade, é preciso tratar de forma desigual os que são socialmente desiguais, legitimando, assim, políticas como as cotas. Em São Paulo, há dois projetos, de autoria de dois deputados de partidos diferentes, tramitando na Assembléia: um contra (PTB) e outro a favor (PT) da implantação do sistema de cotas nas universidades paulistas (USP, Unesp e Unicamp).

Nos Estados Unidos —modelo mais citado nas discussões no Brasil— as políticas de ações afirmativas já existem há mais de 30 anos, mas ainda não pararam de gerar polêmica. Em 1978, uma decisão daquele país julgou (por 5 votos a 4) que o sistema de cotas praticado então pela Universidade da Califórnia era ilegal.

A decisão, no entanto, foi dúbia e deu brechas para que as universidades continuassem adotando políticas de ações afirmativas. Hoje, apesar de não haver cotas predeterminadas, estudantes negros, hispânicos ou de outras minorias podem ter, em algumas universidades, pontos a mais no processo seletivo apenas pelo fato de serem dessas minorias.

Apesar de já ser prática na maioria das universidades mais concorridas dos Estados Unidos, esse sistema voltou a ser contestado na Suprema Corte em uma ação envolvendo a Universidade de Michigan. O julgamento está previsto para o mês que vem e pode obrigar todas as universidades do país a rever seus critérios de admissão de minorias.

O julgamento reacendeu a polêmica sobre as ações afirmativas na sociedade americana. O presidente George W. Bush, por exemplo, se declarou contrário ao sistema adotado pela Universidade de Michigan. Já o secretário de Estado dos EUA, Colin Powell, primeiro negro a ocupar o cargo, discordou de Bush e defendeu a universidade.

No Brasil, nos Estados Unidos ou em qualquer lugar do mundo, a aceitação de políticas de ações afirmativas por parte da sociedade é um reconhecimento de que há uma dívida social a ser paga. No caso brasileiro, essa dívida é evidente nas estatísticas oficiais. Por mais que o país tenha melhorado seus indicadores sociais, a desigualdade entre raças não diminuiu. Segundo o Censo 2000, a média de anos de estudo entre os negros passou de 3,4 em 1991 para 4,6 em 2000. Como os brancos também progrediram (de 5,6 para 6,6), a distância entre os dois grupos permaneceu quase inalterada.

Na educação, um estudo divulgado neste ano por pesquisadores da PUC do Rio mostra o quanto é difícil diminuir a desigualdade. A partir de dados do Saeb (Sistema de Avaliação do Ensino Básico), a pesquisa mostrou que os estudantes negros tinham, em média, um desempenho inferior em 9,3 pontos em relação aos brancos, mesmo quando comparados alunos da mesma classe social que estudam na mesma escola.

Para os pesquisadores, o resultado sugere que possa haver racismo na sala de aula quando o professor dá mais atenção ao aluno branco do que ao negro. Outro fator que explica essa diferença é a herança entre gerações: os pais e avós de negros têm, em média, nível de escolaridade menor do que os parentes dos brancos. Como a escolaridade dos pais e avós influi no rendimento do aluno, essa herança acaba pesando contra o aluno negro, mesmo que eles estudem nas mesmas condições.

Em outras palavras, o que os defensores das ações afirmativas argumentam é que a universalização do ensino não é capaz de reduzir, sozinha, desigualdades construídas ao longo de séculos.

Como afirmou o historiador Luiz Felipe de Alencastro, ao comentar o fato de apenas 1,3% dos estudantes da USP serem negros, "o que não dá mais é continuar no Brasil com a política grotesca do deixar como está para ver como é que fica".

Antônio Gois, 28, é jornalista especializado em educação. Apesar de ter um bisavô negro, acredita que nenhuma universidade o aceitaria pelo critério de cotas.

[T19B3] 10/07/2003 - 13h01 - Veja as propostas do governo e o que pensam os especialistas - da Folha de S.Paulo

Especialistas consultados

- Dulce Andreatta Whitaker, 68, especializada em sociologia da educação, pesquisadora do CNPq e professora aposentada da pós-graduação da Unesp (Universidade Estadual Paulista);
- Eunice Ribeiro Durham, ex-secretária de Educação Superior do MEC e pesquisadora do Nupes (Núcleo de Estudos sobre Ensino Superior) da USP (Universidade de São Paulo);
- Fernando José de Almeida, 59, ex-secretário municipal de Educação de São Paulo e professor da pós-graduação em educação da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo);
- Mario Sergio Cortella, 49, colunista a **Folha**, doutor em educação e professor da pós-graduação em educação (currículo) da PUC-SP
- Nelio Bizzo, 43, vice-presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

PAS (Programa de Avaliação Continuada)

O ministro pode estender para todo o país o PAS, sistema que já é usado na UnB desde 96 em substituição ao vestibular. Ele é diferente do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), que realiza uma única prova no final do ensino médio. Na avaliação seriada, os estudantes fazem uma prova no fim de cada ano do ensino médio, somando o resultado das três quando concluem o curso. Há benefício na mudança desse modelo de avaliação?

- Cortella: Afirma o processo seletivo --o vestibular-- e o sistema de avaliação do ensino médio --o Enem ou o PAS-- devem ter uma clara distinção entre eles, pois os objetivos são diferentes. Para ele, o sistema de avaliação continuada é uma proposta mais adequada, pois oferece uma visão mais completa sobre o desenvolvimento estudantil no ensino médio. O sistema pode ser usado como parte do vestibular.

- Whitaker: Afirma que o projeto é interessante desde que se abolisse o vestibular. Segundo ela, as provas do PAS somente associariam períodos estresse aos alunos. Atualmente, existem dois períodos agressivos para o estudante: o Enem e o Vestibular. Ela diz, que para esse período de vida do jovem, os exames deveriam ser substituídos por mecanismos de avaliação do desenvolvimento de capacidade e de habilidades.

Cotas

Cristovam afirmou que as cotas para negros nas universidades não resolvem a desigualdade social no país. Pessoalmente se diz favorável à implementação do sistema. Mas, como ministro, quer esperar os resultados das experiências atuais e as conseqüências perante a opinião pública. Qual a sua opinião sobre o sistema de cotas?

- Durham: Acredita que o sistema de cotas é errada. As ações, segundo ela, devem começar antes do ingresso nas universidades, como a criação de cursos pré-vestibulares gratuitos. O atual sistema permite a entrada de pessoas com deficiências de formação, o que pode acarretar na reprovação em massa desses estudantes, na perda de qualidade dos cursos e, até mesmo, o mercado considerar que o aluno é menos capaz.

- Cortella: "As cotas são um primeiro passo significativo para tornar visível o tema da discriminação social. Elas criam também a possibilidade de os afrodescendentes assumirem uma representatividade maior nas camadas gestoras da sociedade. (...) Quando se usa o argumento de que os negros devem enfrentar o vestibular e ingressar na universidade por uma questão de mérito, é desconhecer as condições anteriores a essa entrada no ensino superior."

PAE (Programa de Assistência Estudantil)

O governo federal quer conceder 30 mil bolsas integrais para estudantes de nível superior que estejam envolvidos em programas sociais de alfabetização de jovens e de adultos. Esse contrato social é uma solução adequada para o financiamento estudantil?

- Almeida: "É uma das soluções para o financiamento estudantil e, uma das soluções para o enfrentamento do analfabetismo. Mas não resolve nenhum dos dois." Segundo ele, devem ser feitas essas experiências para serem encontradas as respostas adequadas para os problemas. E adverte: "Se for concedida uma bolsa e os estudantes não tiverem uma boa educação, eles também serão mal alfabetizados. É um problema atrás do outro."

- Cortella: "O projeto é essencial para um país como o nosso, onde é preciso ter um retorno para o conjunto da sociedade do que é apropriado particularmente. Ou seja, todo o cidadão que se beneficia de recurso público deve devolvê-lo para a sociedade de algum modo", afirma Cortella. Assim, o estudante que recebe financiamento público pode retornar esse benefício envolvendo-se em programas de alfabetização.

Fies (Financiamento Estudantil)

O concurso para as bolsas do Fies possui novas regras. Tem pontos a mais na seleção os alunos matriculados em cursos de licenciatura em matemática, física, química, biologia, ciências, história, letras e educação física. Também são valorizados os estudantes vindos de escolas públicas e outros que já trabalham como professores de escolas de educação infantil, ensino fundamental ou ensino médio --esses critérios são para desempate. Qual deve ser a função do financiamento estudantil?

- Bizzo: "Essa inovação é importante, como parte de uma política educacional mais abrangente, que possa integrar a educação básica à superior. Como instrumento de política, o Fies pode incentivar certas carreiras e garantir a formação de profissionais considerados de importância estratégica para o país, como os professores dos quais a educação básica hoje carece", afirma.

- Whitaker: Segundo ela, suas pesquisas apontam que as áreas priorizadas pelo ministério também são os campos que têm maior procura de estudantes de baixa renda. Assim, afirma Whitaker, a proposta tem coerência por beneficiar essa população. Mas, a pesquisadora sustenta que, em vez desse processo, deveriam ser criadas mais vagas na rede pública de ensino e compor uma forma alternativa de ingresso na universidade.

Diplomas

O MEC suspendeu a portaria que autorizava a emissão de diplomas de cursos que não estivessem em dia com o processo de reconhecimento do curso. Pelo menos 600 cursos superiores terão de passar pela ACE (Avaliação das Condições de Ensino) para que os formados possam receberem os seus diplomas no fim deste ano. Essa medida está correta? Por quê?

- Durham: "Os cursos têm que ser reconhecidos, mas é uma situação complicada negar o diploma ao aluno. O que tem que ser feito é o seguinte: dar o certificado aos estudantes que estão se formando e suspender o vestibular enquanto o curso não for reconhecido. Penaliza a instituição e não o aluno. De fato, a sociedade estará dando um diploma à jovens mal formados, porém, nesse caso, isso é um prejuízo social menor."

- Bizzo: "As precariedades da tramitação das questões das instituições privadas no MEC sempre foi alvo de muitas críticas. Mas as falhas eventualmente cometidas pelo MEC não podem ter como solução a simples emissão de diplomas que coloquem médicos, professores, engenheiros, químicos etc. sem formação adequada trabalhando normalmente no mercado."

Provão

O ministro defende mudanças para o provão. Para isso, foi montada uma comissão que deve compor até agosto uma proposta de alterações no sistema de avaliação do ensino superior. O que pode ser mudado no atual sistema de avaliação do ensino superior?

- Cortella: "O sistema vem se constituindo em algo que avalia apenas o estudante que está saindo da universidade, o que não altera formação dele. Eu costumo usar o exemplo: a avaliação deve ser diferente de uma necropsia, que estuda a causa de morte, e similar a uma biópsia, que analisa o organismo ainda vivo." Assim, afirma, para beneficiar quem está entrando e quem já está na universidade, é necessário criar um sistema de avaliação processual.

- Durham: "A melhor forma para dizer que um processo não está bom é mostrar que ele não está dando resultado", afirma Durham. Segundo ela, o provão é o único instrumento homogêneo para a avaliação dos cursos superiores. "A análise da ACE [Avaliação das Condições de Ensino], por exemplo, varia conforme a comissão que visita a instituição de ensino. Ela é uma complementação ao provão, mas não o substitui."

Universidade alternativa

Cristovam disse que a universidade deve ter uma proposta alternativa, ligada por exemplo às necessidades sociais do país. No mês de junho, ele afirmou que será criada um curso de medicina na UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), que terá ênfase em saúde pública. Qual a função social da universidade? Deve haver políticas para a criação de cursos?

- Almeida: O ex-secretário diz que a falta de planejamento da educação gera dois tipos de problemas. O primeiro está relacionado à proliferação de cursos voltados para segmentos de mercado atraentes, o que pode gerar o desemprego de centenas de estudantes formados nesses cursos, pois as vagas esgotam-se. Em seguida, a falta de planejamento estatal não capacita pessoas habilitadas a resolver problemas nacionais, como as questões de saúde pública.

- Bizzo: "A oferta de vagas no ensino superior está concentrada e desordenada, sem sintonia obrigatória com as necessidades sociais, apenas acompanha o chamado 'mercado'." As mudanças, afirma, poderiam traçar diretrizes para contribuir nos desenvolvimentos regionais.

Ensino Médio

Foi apresentada uma proposta de ampliação do ensino médio para quatro anos. O quarto ano seria opcional, e os estudantes poderiam prestar vestibular após concluírem o terceiro. O sr. concorda com essa proposta?

- Whitaker: A pesquisadora afirma que uma grande parcela dos jovens formados no ensino médio atual nem passam no vestibular, nem conseguem entrar no mercado de trabalho. "Ele fica perdido em uma espécie de limbo social. Assim, acrescentar o quarto ano, desde que não seja obrigatório, pode contribuir reparar essa situação, pois não há vagas na universidade para todos e não há vagas no mercado de trabalho também."

- Durham: Atualmente, diz ela, não existe uma estrutura e um pessoal adequado para atender a demanda que seria criada por essa alteração no sistema de ensino. Segundo ela, o ministério deveria preocupar-se com a qualificar professores e melhorar o sistema que existe hoje. Como políticas alternativas, poderiam ser criados cursos pré-vestibulares gratuitos para negros ou criar cursos de profissionalização.

Vestibular

Cristovam disse que irá sugerir aos reitores que as instituições de ensino superior realizem os vestibulares com apenas duas provas: uma de português e uma de matemática. Essas duas provas

seriam suficientes para medir a capacidade de um aluno cursar o ensino superior? E os processos seletivos atuais são eficientes?

- Bizzo: "O vestibular trouxe especialização em diversas instituições, que sabem hoje dizer quais candidatos têm condição de acompanhar os cursos superiores. As duas provas (português e matemática) podem ser indicadores para definir se um grupo de estudantes tem formação média adequada, mas não pode dizer se José está apto para o curso de filosofia e Maria está apta para o curso de medicina."

Almeida - "O ensino médio tem hoje um caráter fortemente ligado à entrada na universidade e à formação geral do jovem. Será onde os estudantes começarão a pensar em suas profissões, e se elas estarão ligados à história, à biologia e à arte, entre outras áreas. Eles terão a chance de pensar quimicamente e de aprender a olhar pelo ponto de vista da física. Portanto, é um momento de abrir perspectivas e de não fechar."

[T20B3] 06/12/2003 - 03h42 - "Reitor quer política de inclusão sem cotas", CLÁUDIA COLLUCCI da Folha de S.Paulo

Reitores das universidades estaduais de São Paulo (USP, Unicamp e Unesp) encaminharam ao governo do Estado um projeto de lei com propostas de políticas de inclusão social e ações afirmativas --conjunto de ações que visam, entre outras coisas, facilitar o acesso às minorias às universidades e ao mercado de trabalho. No texto, não há menção para a reserva de vagas para os negros.

Entre as propostas estão uma série de ações e atividades que visam melhorar a qualidade do ensino médio. Uma delas seria um projeto de reforço educacional para estudantes de baixa renda no último ano do ensino médio, uma espécie de cursinho com objetivo de prepará-lo para o vestibular.

Também constam do projeto propostas de criação de novos cursos noturnos, a unificação dos vestibulares das universidades públicas do Estado, a isenção das taxas do concurso e a criação de um sistema de bolsas de estudo para evitar a evasão escolar dos alunos carentes.

O projeto --ainda passível de mudanças-- foi apresentado pelo reitor da USP, Adolpho José Melfi, durante debate sobre políticas de cotas para minorias nas universidades realizado no auditório da Folha na última quinta-feira.

Também participaram do evento a ministra de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, a professora de psicologia social da PUC Fúlvia Rosemberg, a diretora do Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Cândido Mendes, Rosana Heringer, e Demétrio Magnoli, pesquisador e editor do jornal "Mundo - Geografia e Política Internacional".

Na avaliação de Melfi, antes de se pensar em adoção de cotas para as minorias, "é preciso fazer um levantamento de todos aspectos sociais e econômicos para que não se faça injustiças com certas ações afirmativas".

O reitor foi vaiado por estudantes que estavam na platéia, que, entre outras coisas, criticaram o valor da taxa (R\$ 83,00) e o conteúdo do vestibular da Fuvest.

"É mais de 1/3 do salário mínimo, um absurdo. Eu mesmo não tive grana para prestar", disse o estudante Fernando Moraes, 19. "Eu pedi dinheiro emprestado para a taxa, mas me arrependi. Fui mal nas provas porque a maioria das questões, especialmente as de exatas, nunca havia aprendido", completou Cristina de Sousa, aluna de escola pública.

Para o deputado federal Sebastião Archanjo (PT), o projeto dos reitores é antidemocrático porque não foi discutido pelos conselhos universitários.

Na opinião de Rosana Heringer, são necessárias medidas imediatas para a inclusão dos afrodescendentes no ensino superior. "Não dá para ficar esperando a concretização de políticas a médio prazo", afirma.

Segundo a pesquisadora, a iniciativa de algumas universidades de fixar reserva de vagas para os negros é uma "conquista que deve ser aperfeiçoada". Heringer considera de fundamental importância

que o atual modelo de vestibular seja revisto e defende a criação de políticas que possibilitem a permanência do aluno carente nas universidades públicas.

A professora Fúlvia Rosemberg avalia que os negros enfrentam hoje uma imensa barreira desde a pré-escola, mas persistem na luta para complementar a sua escolaridade. Para ela, isso é herança do passado escravista que impedia o acesso dos negros à escola.

Rosemberg afirma que persiste na academia uma ideologia racista. "Não são mostrados modelos negros de sucesso. Na hierarquia universitária só há brancos", diz.

A professora acredita ser necessário expandir as ações afirmativas para o corpo docente e para o currículo universitário. "É preciso dar um tratamento preferencial aqueles que historicamente foram discriminados para que ultrapassem as barreiras que o sistema vem impondo. Eles precisam ter condições de competição similares às dos brancos", diz.

Já o pesquisador Demétrio Magnoli pediu cautela para que o debate sobre as ações afirmativas não seja simplificado. "São necessárias mudanças estruturais profundas no sistema. Pensar simplesmente em política de cotas é falsear o debate e desviar o foco do que realmente está em jogo."

Engana-se, avalia Magnoli, quem pensa que a proposta de reserva de vagas para o negro é reflexo de uma política de esquerda. "É uma política compensatória de extrema direita que dá a falsa idéia de igualdade de direitos entre os cidadãos", diz, fazendo um paralelo com as políticas de ações afirmativas realizadas nos EUA na década de 60.

O pesquisador acredita que a reserva de cotas surgiu nos EUA como uma forma de apaziguar um movimento político de "desracialização". Ao mesmo tempo em que o Estado americano implantou a política de cotas, diz Magnoli, começou a dismantelar o conjunto de serviços públicos, aumentando a desigualdade social.

"Não é curioso que a direita brasileira apoie o sistema de cotas. O interessante é que a esquerda também o defenda", diz.

A ministra Matilde Ribeiro discordou do pesquisador, defendendo que o governo petista também está atento às necessidades de "mudanças estruturais profundas". Para ela, o Brasil tem uma profunda dívida com a população negra e indígena. "É preciso reconhecer o imenso fosso de desigualdades sociais e o quanto essa mudança é necessária", diz.

Para Ribeiro, "o problema das desigualdades sociais não é apenas dos negros, mas sim um problema de toda a nação brasileira". A ministra diz que a população negra vive altamente excluída e medidas urgentes, como o sistema de cotas, são necessárias. "Do contrário, vamos continuar perpetuando a universidade branca."

ANO DE 2004 – SIM/NÃO ÀS COTAS

[T21B3] 03/04/2004 – 14h11- “Tarso quer cotas também em universidades particulares” – FÁBIO TAKAHASHI da Folha Online

O ministro Tarso Genro afirmou neste sábado (3) que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva analisa um projeto feito pelo Ministério da Educação (MEC) que obriga as universidades públicas e privadas a reservarem 20% das vagas a estudantes de baixa renda, principalmente aos negros, ainda neste ano.

A declaração foi dada durante o Fórum Mundial de Educação São Paulo, após protestos e reivindicações de representantes de alunos de universidades públicas (como USP, Unesp, Unicamp e UERJ, entre outras), do MSU (Movimento dos Sem Universidade) e da Educafro (ONG que trabalha com a educação de negros).

Desde que assumiu o ministério, em janeiro, Tarso Genro se mostrou favorável à política de cotas, mas é a primeira vez que anuncia publicamente que a idéia deve se estender às particulares.

"Será uma política obrigatória, mas que respeitará a autonomia de cada universidade", afirmou o ministro, explicando que as instituições deverão estabelecer os próprios critérios, como a forma de seleção.

"A nossa idéia é que seja [entre em vigor] já para o próximo semestre", disse o ministro. "Espero que nos próximos dez dias essa medida esteja assinada."

De acordo com Tarso, o próprio MEC irá fazer a fiscalização das vagas reservadas, mas não especificou como isso será feito.

Durante a conferência, 70 negros entraram acorrentados no auditório no Anhembi para pedir reserva de vagas, a exemplo que fizeram no primeiro dia de aula na USP, no mês passado.

Filantrópicas

O ministro voltou a dizer que as instituições filantrópicas deverão destinar 20% da receita bruta em vagas. Atualmente, essas escolas têm isenção de impostos federais e, em contrapartida, aplicam 20% da receita bruta em gratuidade. No caso das instituições exclusivamente de ensino, essa gratuidade normalmente é concedida em forma de bolsas (integral ou parcial).

Também há entidades de assistência social que oferecem cursos superiores. Parte delas contabiliza outros tipos de serviço, como atendimento odontológico feito por alunos e assistência jurídica em escritórios das universidades, como contrapartida.

Segundo Tarso Genro, o atual modelo "é impossível de se fiscalizar". A mudança deve entrar em vigor junto com o programa Universidade para Todos, que visa criar de 70 a 80 mil vagas públicas em instituições privadas.

Estudantes divergem

O presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes), Gustavo Petta, que foi o coordenador da conferência, aprovou a intenção de Tarso Genro sobre a reserva de vagas. "A idéia é boa, mas é preciso manter o foco em aumentar o número de vagas nas instituições públicas."

Já o representante dos alunos das instituições públicas, Maurício Costa, que discursou por cerca de cinco minutos, não ficou entusiasmado com a idéia de cotas. "É um arremedo. É preciso abrir vagas a alunos de baixa renda nas universidades públicas, onde está o ensino de qualidade."

[T22B3] 06/04/2004 – 12h57 -“Porcentagem para cotas obrigatórias deverá ser variável”, FÁBIO TAKAHASHI da Folha Online

O Ministério da Educação quer que a porcentagem obrigatória destinada à política de cotas nas universidades seja variável, de acordo com as necessidades de cada região.

Quando fez o anúncio, no sábado, o ministro Tarso Genro afirmou que as instituições de ensino superior, privadas ou públicas, serão obrigadas a destinar 20% das vagas a estudantes negros, caso o projeto seja aprovado. Ele não deu mais detalhes sobre o número.

Na segunda-feira (5), a assessoria de imprensa do ministério informou que os 20% serão uma média; a taxa deverá variar entre os Estados.

O projeto foi encaminhado para a análise do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A intenção é que entre em vigor já no segundo semestre deste ano.

De acordo com o ministro, as instituições deverão estabelecer critérios próprios, como a forma de seleção. Como a porcentagem deverá ser variável, não há estimativa de quantas vagas seriam destinadas ao programa.

Se aprovado, o projeto tornará obrigatório medidas tomadas isoladamente por algumas universidades. A UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) foi a primeira instituição de grande porte a destinar vagas a alunos negros e do ensino médio público.

Recentemente, a UnB (Universidade de Brasília) anunciou que também vai destinar 20% das vagas aos estudantes afrodescendentes. O candidato será fotografado no ato da inscrição e seu pedido será analisado por uma comissão, formada por membros de movimentos ligados à questão da igualdade racial e especialistas no tema.

Divergências

O presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, Édson Franco, não gostou do projeto. "É uma quebra de autonomia", afirmou. "Todos estão com vontade de fazer inclusão social, mas quando há imposição não dá certo."

Para Franco, as instituições teriam aumento de gastos. "A maioria desses alunos não vão ter o mesmo conhecimento dos outros. As universidades teriam de gastar mais para tentar nivelar."

O reitor da Unip (Universidade Paulista), João Carlos Di Genio, concorda que haverá aumento nos gastos, mas isso será "insignificante". A Unip é a universidade com o maior número de alunos matriculados no país (cerca de 90 mil).

Di Genio disse ter gostado da proposta. A preocupação dele é como ficaria a forma de avaliação das universidades. "O ministério teria de levar em conta o valor agregado do ensino. Se a escola pega um aluno 'E' e transforma em 'B', tem o mesmo valor de quem pega um 'A' e mantém como 'A.'"

[T23B3] 15/05/2004 - 06h21 -Reitores apoiam sistema de cotas com ressalvas - da Folha de S.Paulo, em Brasília

Recém-eleita presidente da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Superior), a reitora Ana Lúcia Gazzola, 53, apóia a adoção de cotas sociais nas universidades públicas, como está previsto na proposta do governo federal. O apoio, porém, não é irrestrito entre seus pares. Para reitores de três das maiores universidades federais do país, é preciso antes aumentar o número de vagas nas universidades federais.

Mesmo Gazzola faz restrições a um item do projeto, o percentual mínimo obrigatório de vagas. "Preferia que o percentual não fosse estabelecido, para que cada instituição definisse a melhor forma", afirmou Gazzola, em entrevista por telefone à Folha. Eleita por 36 votos para chapa única, seis em branco e um nulo, Gazzola assume pela primeira vez um cargo na diretoria da entidade, no lugar da reitora Wrana Panizzi.

Segundo Gazzola, o percentual de vagas para alunos negros e de escolas públicas poderia ser definido pelas instituições para atender à demanda da região. A Universidade Federal de Minas Gerais, que dirige, optou por ampliar vagas em cursos noturnos como forma de inclusão social.

No caso de cotas para negros, Gazzola disse preferir a autodeclaração ao sistema de fotos como o instituído pela UnB (Universidade de Brasília). "Havia uma lógica no caso da UnB. Mas a concepção de raça no país é problemática, já que o Brasil é racista."

Reitores

Para os reitores das federais de Mato Grosso, Pernambuco e Rio Grande do Sul, as políticas de cotas são medidas parciais e apenas paliativos para os problemas de inclusão no ensino superior.

A reitora da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e ex-presidente da Andifes, Wrana Panizzi, disse que as cotas são importantes, mas não resolvem isoladamente. "Nós precisamos de políticas compensatórias, pois temos uma dívida social enorme. As políticas são importantes e necessárias, mas não podem ser entendidas de forma descolada de um grande projeto para a educação. Sozinhas, elas serão uma panacéia", afirmou Panizzi.

Para o reitor da UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso), Paulo Speller, 57, o caminho para a solução da exclusão social passa pela expansão das vagas nas universidades públicas e pela melhoria da educação básica.

"Apenas a criação das cotas é uma forma muito parcial de se atacar o problema. Nós queremos criar mais vagas, e não retirar o que já temos para as cotas", disse. A UFMT já ampliou em 38% as vagas no vestibular deste ano.

O reitor da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), Amaro Henrique Pessoa Lins, 50, considera que a política de cotas deve ser definida e implementada com autonomia pelas próprias universidades, dependendo das necessidades de cada região.

[T24B3] 19/05/2004 – 10h57- “MEC diz que aceita mudança em projetos de reserva de vagas” – da Folha Online

O ministro Tarso Genro afirmou na terça-feira (18) que o Ministério da Educação (MEC) aceita discutir alguns pontos do programa Universidade para Todos (Prouni) e o de reservas de vagas nas universidades federais a alunos do ensino médio público.

Sobre o Prouni, Tarso afirmou que só não aceita "negociar a essência do projeto, que é a garantia de vagas nas universidades particulares para quem não tem condições de pagar".

Outro ponto que não estará aberto a mudanças, segundo o ministro, é o número de ingresso: de 70 mil a 80 mil estudantes já no primeiro semestre de execução do projeto e de 350 mil em cinco anos.

Tarso disse que poderá haver alteração no prazo estabelecido para que as entidades filantrópicas comprovem o cumprimento do programa.

De acordo com o projeto, as universidades privadas que aderirem deverão destinar, no mínimo, 10% do total de vagas a alunos sem diploma de curso superior e que tenham renda familiar inferior a um salário mínimo (que deve ficar em R\$ 260). A seleção seria feita por meio dos resultados e perfis socioeconômico do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio)

Em troca, essas instituições ganharão isenção do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e Contribuição para o Programa de Integração Social.

Já as filantrópicas serão obrigadas a destinar 20% das vagas aos alunos de baixa renda --elas teria de destinar esse percentual já no primeiro processo seletivo posterior à publicação da lei. O projeto deve ser encaminhado ao Congresso nos próximos dias.

Cotas

Tarso classificou de "pensamento elitista" e de "arroubos intelectuais" as críticas ao projeto do governo de reserva de 50% das vagas em instituições federais de ensino superior para alunos da rede pública.

Afirmou que trabalhará para o percentual não ser modificado nas discussões dos parlamentares. "Mas, se a maioria chegar a 45%, por exemplo, não somos militantes do 'não'", disse Tarso.

"Há um pensamento elitista, classificado de esquerda, que vê a universidade pública como um núcleo intocável. Esse pensamento casa com a visão elitista de que a pública também deveria ser paga por uma parcela de alunos." Proposta a ser enviada pelo governo federal ao Congresso prevê cotas de, pelo menos, metade das vagas nas federais para alunos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Entre essas vagas estão cotas para negros e índios.

O projeto foi recebido com ressalvas por reitores. Ana Lúcia Gazzola, presidente da Andifes (associação de reitores de universidades federais), não é favorável à idéia de o governo determinar o número de vagas das cotas.

[T25B3] 29/05/2004 - 07h34 -“Projeto de cota não garante acesso democrático” – CLÁUDIA COLLUCCI-FERNANDA MENA DA REPORTAGEM LOCAL

A fixação de cotas no total de vagas do vestibular, e não em cada curso, e a ausência de um programa de assistência que garanta a permanência do aluno carente nos bancos universitários podem comprometer a democratização do acesso do ensino superior pretendida pela proposta do governo que reserva 50% das vagas das universidades federais a alunos egressos do ensino público.

Essa é a avaliação de educadores que participaram de debate realizado pela **Folha**, no dia 21, sobre as cotas sociais nas universidades federais e sobre o Programa Universidade para Todos, cujos projetos de lei estão no Congresso.

Apenas 9% dos brasileiros de 18 a 24 anos estão hoje na educação superior pública ou privada, um dos menores índices da América Latina --atrás do Paraguai e da Bolívia. O Plano Nacional de Educação estabeleceu que, até 2011, 30% dos jovens nessa faixa etária devam estar no ensino superior.

O debate, mediado pelo jornalista Vinícius Torres Freire, secretário de Redação da Folha, reuniu o secretário-executivo do MEC, Fernando Haddad, Paulo Corbucci, técnico de pesquisa do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Ana Lúcia Gazzola, presidente da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), e Eunice Durham, coordenadora do Conselho Consultivo do Nupes/USP.

"Quando se fala que o modelo de cotas é por concurso de instituição, e não por curso, estamos mascarando o verdadeiro problema da falta de oportunidades iguais, porque há cursos mais competitivos [que continuariam a ser preenchidos por candidatos com notas mais altas]", explica Gazzola. "Aí, é claro que a instituição poderá construir o seu modelo e atingir rapidamente os 50%."

Para ela, um projeto que define percentuais iguais para um sistema heterogêneo está contra a autonomia universitária. "Não dá para reservar vaga de forma a não dar conta da qualidade. Tem que entrar alunos da rede pública, mas tem que entrar os melhores."

Hoje, 42% dos alunos das federais são oriundos do ensino médio público. Mas é grande o fosso entre os que concluem o nível médio e os que ingressam no ensino superior: são 2,4 milhões de egressos do ensino médio e só metade entra no nível superior.

O próprio Haddad reconhece que há uma pressão social grande para que as instituições públicas tenham metas estabelecidas por curso e renda, mas que o MEC considerou "temerário e prematuro" incluir essas questões no projeto de lei sem conhecer o funcionamento das instituições sob o regime das cotas.

Ele diz que as questões das cotas por curso e por renda podem ser tratadas no projeto desde que sejam "expedientes autorizativos, ou seja, a instituição fica autorizada a adotar o corte por renda ou o modelo de cotas por curso".

Escolas públicas

Para Paulo Corbucci, do Ipea, a medida do governo, no entanto, pode provocar um outro fenômeno: a migração de alunos das escolas privadas para as públicas a fim de aumentarem suas chances no vestibular das federais.

"Se o princípio orientador das cotas é fortalecer a escola pública, ótimo. Isso certamente vai levar boa parte da nossa classe média de volta à rede pública", afirma. Mas, avalia o pesquisador, "se o princípio orientador das cotas é o de ser uma ação compensatória para aqueles que, em termos socioeconômicos, não teriam condições de ingressar na universidade, o projeto é pouco eficaz".

Segundo ele, nessas circunstâncias, a tendência é de outra camada da população ocupar essas vagas. "A medida vai levar aqueles com menores condições a continuar com menores condições."

Na avaliação de Haddad, seria oportuna a migração da classe média para a rede pública: a escola pública ideal seria justamente a que satisfizesse os filhos da classe média que estão hoje nas instituições privadas. "Essa migração exerceria uma pressão muito importante pela qualidade."

Permanência

Para os educadores, é fundamental a criação de programas de apoio acadêmico e de assistência que visem garantir a permanência dos alunos carentes no curso superior. Tanto a presidente da Andifes como Eunice Durham defendem que a adoção de um modelo de auxílio baseado na experiência da UFMG, que existe desde 1931 e é gerenciado por alunos e professores. Ou seja, cobrar taxas de matrículas de estudantes mais ricos para financiar bolsas de estudantes pobres.

Na opinião de Gazzola, o projeto peca por não tratar de expansão do setor público. Há quase um ano, diz ela, a Andifes encaminhou um projeto ao MEC propondo a duplicação das vagas nas federais, passando de 530 mil na graduação para 1,1 milhão. O projeto previa a criação de 25 mil vagas nos cursos noturnos. "Ainda não tivemos resposta", diz.

Na avaliação de Durham, o grande fator de democratização no sistema público é o curso noturno. "Os pobres não entram na escola pública federal, entram na USP, que tem curso noturno desde 1952. A grande parte deles financia seu próprio estudo."

Cotas

Para Paulo Corbucci, políticas compensatórias, como as cotas sociais, são necessárias. "As desigualdades sociais reproduzem as desigualdades educacionais. (...) O círculo não é quebrado se não houver decisão política."

Mas ele alerta que a exclusão não começa na universidade. Um terço dos ingressos no ensino fundamental, por exemplo, não consegue concluí-lo. Menos de 41% dos jovens na faixa de 15 a 17 anos estão cursando o ensino médio.

[T26B3] 11/08/2004 – 19h46 - “Deputados querem cotas na USP, Unicamp e Unesp” – FÁBIO TAKAHASHI da Folha Online

A bancada estadual do PT preparou um projeto de lei para implementar política de cotas nas universidades estaduais paulistas --USP (Universidade de São Paulo), Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e Unesp (Universidade Estadual Paulista).

O projeto, apresentado nesta quarta-feira (11), deverá ser protocolado na próxima terça-feira (17). Este é o primeiro passo na tramitação na Assembléia Legislativa. De acordo com o líder do PT, Cândido Vaccarezza, um dos autores, a votação deverá acontecer após as eleições municipais deste ano.

Segundo o projeto, as instituições deverão reservar, no mínimo, 50% das vagas a alunos do ensino médio público. Além disso, as universidades destinarão 30% das vagas aos que se autodeclararem afrodescendentes. O parlamentar afirma que o dispositivo para chegar a esses 30% pode sofrer alterações.

A implementação, segundo o texto, será gradativa. No primeiro ano, serão beneficiados os estudantes que tenham cursado o último ano em escola pública; no ano seguinte, os alunos que fizeram a 2ª e a 3ª série no ensino médio público e assim sucessivamente, até que os beneficiados tenham feito desde a 5ª série do ensino fundamental na rede pública. O projeto teria efeito por dez anos. Após esse período, seria revisto.

Na opinião de Vaccarezza, a idéia é aumentar o número de alunos na rede pública de ensino básico. Para ele, isso forçaria uma melhoria na rede. O deputado afirma ter o apoio de deputados do PC do B, PMDB e PSB.

O ministro da Educação, Tarso Genro, aprovou a idéia. Ele esteve nesta quarta na Assembléia Legislativa, para falar sobre a reforma universitária.

"A cota não resolve o problema, mas é necessária neste momento", disse o ministro. Na ocasião, ele afirmou também que sua pasta estuda com a Caixa Econômica Federal a criação de uma loteria que gerasse verba para entre 70 mil e 80 mil bolsas de auxílios aos alunos de baixa renda, no valor de um salário mínimo.

Oposição

O deputado afirmou que já espera uma oposição dos reitores das universidades estaduais. "Quando junta a reserva para escola pública com negros e afrodescendentes, eles são mais contra ainda."

As instituições defendem que as ações afirmativas não podem ferir a questão do mérito, por isso são contra que um aluno com nota menor no vestibular seja aprovado.

A USP, por exemplo, preferiu oferecer um cursinho a 5.000 alunos da rede pública, para que eles pudessem se preparar melhor para o processo seletivo.

A Unicamp, por sua vez, adotou um sistema em que os estudantes do ensino médio público e negros ganhem pontos na nota final.

Cotas nas federais

O Ministério da Educação, em sua proposta de reforma universitária, quer implementar as cotas nas universidades federais. A proposta deve ser encaminhada ao Congresso em novembro.

Entretanto, a medida não tem efeito nas instituições estaduais paulistas, que têm regras próprias.

[T27B3] 19/08/2004 - 07h24 - “Ministro da Educação volta a defender cotas e afirma que lei será para todos”, da Folha de S.Paulo, no Rio

O ministro da Educação, Tarso Genro, disse ontem no Rio que respeita a posição da Faculdade de Medicina da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), mas que todas as universidades públicas terão que adotar o sistema de cotas caso seja aprovado o projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados.

Genro se referia à manifestação da congregação da faculdade --formada por professores, chefes de departamento, alunos e funcionários-- contra a reserva de vagas no curso de medicina, por entender que a qualidade do ensino seria afetada.

"A universidade não está isenta do cumprimento das leis", disse o ministro, para quem "a política de cotas é importante" como fator de "coesão social para uma sociedade radicalmente dividida".

"A política de cotas é de transição. Ela não será necessária daqui a 10, 15 anos, quando tivermos uma educação fundamental e básica de qualidade", disse o ministro, que participou de seminário na Associação Comercial do Rio.

Presente ao seminário, o reitor da UFRJ, Aloísio Teixeira, voltou a dizer que é contra as cotas.

"A política de cotas teve impacto importante em países como os EUA, cuja realidade social, econômica e do sistema de educação é muito diferente da nossa. A cota não resolve porque não vai ao ponto central do nosso problema: apenas 9% dos jovens de 18 a 24 anos estão na universidade, menos de 2% nas públicas. Nos EUA, 60% dos jovens estão na universidade", disse ele, para quem a posição da Faculdade de Medicina é equivocada, pois "não haverá perda da qualidade de ensino".

[T28B3] 28/09/2004 - 02h58 - “Diversidade além das cotas”, Tatiana Lima free-lance para a Folha de S.Paulo

Conta Nelson Rodrigues em "O Óbvio Ululante" (Companhia das Letras) que, em 1960, o filósofo francês Jean-Paul Sartre estranhou o público de uma conferência no Brasil: "E os negros? Onde estão os negros?". Após quase 40 anos, em 1998, um executivo negro do BankBoston fez as mesmas perguntas numa filial brasileira. Em resposta, ouviu que eles não trabalhavam ali, porque não tinham as qualificações necessárias —nem sequer concorriam às vagas abertas.

Esse foi o estopim para a criação do projeto Geração XXI, uma das diversas iniciativas de ação afirmativa que, de alguns anos para cá, vêm se espalhando pelo país, com o objetivo de fornecer meios para que jovens negros ou pobres consigam vagas em universidades e condições de assumir posições de destaque na sociedade. São ações dos mais diferentes tipos, desde cursinhos pré-vestibulares comunitários até universidade com foco na questão racial, passando pelas polêmicas cotas e por pontuação extra em vestibulares.

Idealizado pela Fundação BankBoston e administrado pelo Instituto Geledés, o Geração XXI começou no início de 1999, quando 21 estudantes negros de idade entre 13 e 15 anos passaram a estudar em escolas particulares e a receber acompanhamento pedagógico, vale-alimentação de meio salário mínimo, vale-refeição, bolsa mensal e assistência médica e odontológica. Ainda hoje os estudantes continuam assistidos pelo programa —apenas um não entrou na universidade.

Gustavo Martins da Silva, 20, aluno de tecnologia e mídias digitais na PUC-SP, diz que, se não fosse o programa, provavelmente, estaria fazendo um curso técnico e trabalhando. "Sempre tive vontade de

fazer faculdade, mas era algo distante. O projeto foi um caminho mais rápido para alcançar esse desejo", afirma ele, filho de um soldador aposentado e de uma empregada doméstica.

Richele Manuel, 19, cursa jornalismo na Universidade São Marcos. Ela aponta outro mérito do projeto: muitas mães de beneficiados voltaram a estudar. "As oportunidades de ascensão social foram acontecendo." Seu pai é professor de geografia, e sua mãe, enfermeira.

Mas há iniciativas um pouco mais radicais. A Faculdade Zumbi dos Palmares, concebida pela ONG Afrobras, destina 50% das vagas a negros e é centrada na discussão da questão racial. José Vicente, presidente da entidade e reitor da faculdade, diz que faltava uma instituição em que os negros fossem protagonistas. A faculdade, em que quase dois terços (65%) dos 200 alunos são negros, começou suas atividades neste ano, por enquanto apenas com o curso de administração de empresas. "A escolha desse curso pretende criar lideranças empresariais negras ou que tenham em mente a questão racial", diz Vicente.

A quantidade de negros na Zumbi é exceção entre as universidades brasileiras. Segundo a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE) de 2002, pretos e pardos correspondem a cerca de 45% da população. Os dados do questionário socioeconômico do Exame Nacional de Cursos (Provão), porém, mostram que eram pretos ou pardos 24% dos estudantes dos 26 cursos analisados em 2003.

Uma das estratégias para amenizar essa desigualdade tem sido os cursos pré-vestibulares comunitários. Um dos mais antigos é mantido pela ONG Educafro. Ele começou em 1993, por iniciativa da Pastoral do Negro da Igreja Católica, e tem hoje 250 núcleos, cada um com cerca de 50 alunos (pobres, mas não necessariamente negros), dez professores e seis coordenadores. O cursinho também tem parceria com universidades particulares, como a PUC-RJ, que concedem bolsas aos aprovados.

Bruna Aparecida da Silva Oliveira, 19, frequentou um cursinho comunitário mantido pela FIA (Fundação Instituto de Administração), em São Paulo. Atualmente, faz geociências e educação ambiental na USP. Também passou em engenharia agrícola na Unicamp e agronomia na Unesp. Ela é a primeira pessoa de sua família a ingressar na faculdade —seu pai é motorista desempregado, e sua mãe, empregada doméstica. "Quando tive a chance de me preparar para o vestibular, a agarrei com unhas e dentes."

Mesmo com exemplos bem-sucedidos, os cursinhos comunitários são insuficientes para garantir o acesso de negros e pobres à universidade. David dos Santos, coordenador da Educafro, usa a própria instituição para justificar: nunca conseguiu aprovar um de seus alunos em um curso de medicina numa universidade pública paulista. Sem cotas, acredita ele, o ensino superior permanecerá excludente.

As cotas, todavia, ainda são controversas. Mesmo quem defende ações afirmativas, como Derek Bok, 74, ex-reitor e ex-diretor da Faculdade de Direito de Harvard e co-autor do livro "O Curso do Rio" (Garamond), em que analisa políticas para acesso à universidade, vê com ressalva esse programa. Para ele, esse mecanismo tende a causar ressentimento e pode resultar na aprovação de alunos mal qualificados. Se isso acontecer, segundo Bok, ou esses alunos abandonarão os cursos ou a faculdade diminuirá o padrão de ensino para que eles se graduem.

Vice-reitora de graduação da Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que adotou o sistema de cotas em 2003), Raquel Villardi contesta Bok e não vê sentido num programa no Brasil com base na experiência americana. "Nos Estados Unidos, 80% dos alunos entram na universidade. No Rio, apenas 5% dos que terminam o ensino médio entram em um curso superior público. Ou seja, lá o aluno que não entrou teve oportunidades e não conseguiu. Aqui, era um aluno com boa qualificação, mas que ficou de fora por falta de vagas", diz Raquel.

As universidades estaduais paulistas não adotaram cotas, mas há três projetos na Assembléia Legislativa. Seus autores (os deputados Tiãozinho, Vicente Cândido e Cândido Vacarezza, todos do PT) tentam uni-los e pôr em votação neste ano. O novo projeto destinaria 50% das vagas a alunos de escolas públicas (30% para negros de escolas públicas).

A Unicamp antecipou-se e instituiu um mecanismo que, segundo o coordenador-executivo do vestibular, Leandro Tessler, é mais justo. A partir do próximo exame, 30 pontos extras serão dados a alunos vindos de escolas públicas. Os que também forem negros ganham outros 10 pontos. "As cotas violam o princípio do mérito. Nosso projeto, não. Os pontos só serão dados na nota final e só farão diferença aos que já tiveram um bom desempenho", diz Tessler. Segundo a comissão de vestibulares da universidade, os alunos fazem em média 550 pontos.

Mensurar os resultados de todos esses programas ainda não é possível. Para a pró-reitora de graduação da USP, Sônia Teresinha Sousa Penin, ações afirmativas são parte, mas não toda a solução do problema. "O mais importante é dar a todos as mesmas oportunidades. Para isso é preciso melhorar a escola pública, da pré-escola ao ensino médio."

Segundo o relatório de Desenvolvimento Humano da ONU de 2004, nos países em que essas políticas têm sido eficazmente executadas, as desigualdades entre grupos diminuíram. Mas as desigualdades entre pessoas se mantiveram estáveis ou aumentaram: nos EUA, ações afirmativas fizeram crescer a elite negra, mas não equilibrou os índices econômicos e de desenvolvimento dessa população em relação aos dos brancos. O relatório mostra ainda que ações inicialmente temporárias tornaram-se depois permanentes. Na Índia, a intenção era pôr fim a essas políticas assim que os grupos beneficiados melhorassem suas condições. Mas elas se tornaram autoperpetuadoras.

Por fim, resta a questão mais difícil: manter nas universidades os alunos beneficiados. Isso demanda políticas como concessão de bolsas e fornecimento de material didático e computadores. Na Uerj, por exemplo, cotistas tendem a abandonar a universidade por falta de dinheiro, apesar da boa condição acadêmica. "Não dar condições para permanência é mais cruel do que não dar acesso", afirma Raquel Villardi.

[T29B3] 14/12/2004 10h30 – “Veto a cotas em universidade do Paraná é suspenso”, LÉO GERCHMANN da Agência Folha, em Porto Alegre

O presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, desembargador federal Vladimir Passos de Freitas, suspendeu na segunda-feira a liminar que impedia a Universidade Federal do Paraná (UFPR) de reservar 20% das vagas oferecidas em seu vestibular para estudantes negros e outros 20% a egressos da escola pública. Com isso, fica permitida a reserva de cotas na universidade.

De acordo com Freitas, a liminar deve ser suspensa por manifesto interesse público. A decisão faz o processo seletivo da universidade prosseguir na forma prevista no edital.

A liminar havia sido concedida pela 7ª Vara Federal de Curitiba no último dia 6, atendendo a pedido do Ministério Público Federal. O órgão, autor da ação civil pública, também havia conseguido a liminar para o processo de seleção de alunos para a escola técnica da universidade.

O juiz federal substituto Mauro Spalding, ao determinar o fim das cotas, entendeu que a reserva afrontava o princípio constitucional da isonomia, além de reforçar práticas sociais discriminatórias.

Contestação

A UFPR contestou a decisão no TRF, por meio de uma suspensão de execução de liminar, argumentando que os candidatos que participam das provas ficariam submetidos a uma profunda insegurança jurídica.

Outra alegação apresentada foi a de que, como não existe legislação sobre o assunto, a universidade teria agido nos limites de sua autonomia.

O presidente do TRF considerou que a instituição, valendo-se da autonomia administrativa estabelecida no artigo 207 da Constituição Federal, "agiu acertadamente ao expedir o edital 01/04-NC, referente ao exame vestibular de seus cursos para 2005".

De acordo com Freitas, a liminar teve como base a ofensa ao princípio da isonomia e o argumento de que a decisão administrativa da UFPR tratava desigualmente negros e brancos.

O argumento do desembargador para suspender a liminar é de que a Constituição "persegue a redução das desigualdades sociais e a igualdade de condições para acesso e permanência na escola".

"Uma das maiores aspirações da sociedade brasileira atualmente é a da igualdade de oportunidade a todos", afirmou ele, que ponderou também não ser tarefa da Justiça definir política de educação superior.

"O ensino público básico é ineficiente e, por isso, os que buscam as universidades públicas e têm sucesso, na maioria dos casos, são egressos de escolas particulares e, conseqüentemente, de classe social mais alta", disse.

ANO DE 2005 – SIM/NÃO ÀS COTAS

[T30B3] 13/02/2005 - 10h05 - Projeto do MEC reserva 50% das vagas para as cotas - ANTÔNIO GOIS - da Folha de S. Paulo, no Rio

Um dos temas mais polêmicos no debate sobre acesso ao ensino superior no Brasil, a reserva de vagas para alunos da rede pública e para negros, pardos e índios nas universidades federais acabou entrando no projeto de reforma universitária apresentada pelo Ministério da Educação. O MEC já adiantou que não abrirá mão desse tópico da reforma.

Pela proposta do MEC, as universidades federais serão obrigadas a reservar metade das vagas para ingressantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. No preenchimento dessas vagas, ainda segundo o projeto, as universidades deverão reservar também uma proporção mínima para negros, pardos e índios. Essa proporção variará de acordo com a presença dessas populações em cada unidade da federação.

"Reservar 50% das vagas de universidades federais para as cotas é demais. Isso pode levar a uma queda na qualidade da educação. Se o percentual fosse menor, não haveria esse risco", afirma o ex-ministro Paulo Renato Souza.

A experiência de universidades que foram pioneiras nesse processo no Brasil pode ajudar a subsidiar essas discussões. Dados da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), da Uenf (Universidade Estadual do Norte Fluminense) e da Uneb (Universidade do Estado da Bahia) mostram que, mesmo com a diferença de notas no vestibular entre cotistas e não-cotistas, a nota média de alunos que entraram por cota na universidade passou a ser muito próxima da dos demais estudantes nas três instituições.

Outro ponto polêmico no projeto do MEC é a definição da cor do estudante. O ministério preferiu adotar o critério da Uerj e da Uenf, que é de autodeclaração. Problema. Entidades do movimento negro chegaram a denunciar estudantes que se declararam afrodescendentes apenas para levar vantagem na classificação.

Para o ex-ministro Paulo Renato, faltou ao projeto estipular metas de crescimento do ensino público noturno.

Segundo o Censo da Educação Superior do MEC de 2002, apenas 36% dos alunos de instituições públicas estudavam à noite. Na rede privada, esse percentual é de 67%. O ensino noturno é, muitas vezes, a única oportunidade de estudantes que têm de conciliar trabalho e estudo.

Manter a excelência

O professor Carlos Henrique de Brito Cruz, reitor da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, considera a política de cotas "um triplo erro: erro acadêmico, erro moral e erro econômico". Para ele, aumentar a inclusão social nas universidades públicas é essencial para o Brasil. "Mas, curiosamente, o maior instrumento de inclusão nas universidades públicas e que já está demonstrado há décadas que faz mais efeitos não é sequer mencionado nos cem artigos do anteprojeto. Não tem nada sobre o curso noturno."

Segundo o Censo da Educação Superior do MEC de 2002, apenas 36% dos alunos de instituições públicas estudavam à noite. Na rede privada, esse percentual é de 67%. O ensino noturno é, muitas vezes, a única oportunidade de estudantes que têm de conciliar trabalho e estudo.

A Constituição do Estado de São Paulo estabeleceu que as universidades estaduais deveriam oferecer um mínimo de 33% de suas vagas no curso noturno. "Isso é uma meta estabelecida para as universidades. Está funcionando. Não se diz como elas devem fazer isso, não se diz em que áreas. Cada uma tem autonomia para estabelecer como pretende realizar o objetivo", explica o professor Brito Cruz.

A fixação do governo no instrumento das cotas como forma de facilitar o acesso à universidade de populações carentes é criticada também pelo reitor da USP, Adolpho José Melfi, para quem existem alternativas mais criativas, melhores e mais vocacionadas a preservar o valor acadêmico das universidades.

Uma delas é, em vez de facilitar o acesso dos mais pobres, melhorar a sua competitividade. "O grande déficit desses meninos é tempo de aula. Com o curso pré-universitário, que oferecemos em 2004 para 5.000 alunos, ajudamos a reduzir esse fosso", diz Melfi.

Outra forma de inclusão na USP foi por intermédio da isenção, para alunos carentes, do pagamento da taxa de inscrição no vestibular, um fator limitante para alunos mais pobres prestarem o exame.

[T31B3] 15/02/2005 - 10h20 - "Juiz questiona política de cotas em universidade do Paraná" - MARI TORTATO da Agência Folha, em Curitiba

Um candidato ao curso de medicina da UFPR (Universidade Federal do Paraná) reprovado no vestibular ganhou na Justiça o direito de se matricular no lugar de um candidato aprovado para o curso no sistema de cotas.

O juiz federal Mauro Spalding, substituto na 7ª Vara de Curitiba, considerou a política que reserva 40% das 4.160 vagas da instituição a afrodescendentes e estudantes da escola pública como afronta ao princípio da isonomia e, na semana passada, concedeu liminar a um mandado de segurança interposto pelo estudante eliminado.

A decisão de Spalding se choca com a do colega Fabiano Bley Franco, da 4ª Vara Federal. No final de janeiro, Franco negou liminar a uma candidata também ao curso de medicina que moveu ação pelo mesmo motivo.

Um terceiro juiz negou liminar a um pretendente ao curso de história, e outros três pediram à UFPR explicações sobre a lista de classificados nos cursos de direito, psicologia e zootecnia.

No caso de medicina, a UFPR ofertou 176 vagas ao curso neste ano e, seguindo as regras da política de cotas, reservou 35 vagas a afrodescendentes e 35 a egressos da escola pública. O candidato que conseguiu liminar disse à Justiça ter obtido a 126ª posição e que estaria entre os calouros não fossem as cotas. No caso em que houve negativa, a estudante teria obtido a 120ª melhor nota.

A polêmica vai seguir para os tribunais superiores. A universidade informou ontem que recorrerá da decisão de Spalding no TRF (Tribunal Regional Federal) da 4ª Região --o mesmo tribunal derrubou uma primeira liminar do juiz que tentou anular o sistema de cotas antes do vestibular.

Para Spalding, aceitar a política adotada pela UFPR "seria admitir como constitucional, por exemplo, que se destinem assentos em transportes coletivos aos negros ou a criação de vagas em estacionamentos diferenciadas para amarelos".

Já o juiz Franco, ao sair em defesa da inclusão dos negros e mais pobres à universidade gratuita pela via das cotas, diz que o sistema educacional do Brasil "é perverso" por "retirar dos carentes a possibilidade de cursar o nível superior gratuitamente" quando confere a frequência, em instituições públicas, "a quem tem condições financeiras de pagar por curso privado".

Para ele, a reserva de vagas "abre oportunidade aos excluídos de galgar degraus na pirâmide social e escapar da miséria e da marginalidade".

No primeiro vestibular em que adotou o sistema de cotas, em 2002, a Uerj (Universidade do Estado do Rio) sofreu uma série de processos de alunos que não haviam sido aceitos, apesar de terem recebido nota suficiente para a aprovação em seus cursos.

Foram concedidas cerca de 200 liminares que garantiam a entrada de estudantes na universidade. Após recursos da Uerj, no entanto, todas acabaram derrubadas.

[T32B3] 28/02/2005 – 10h07 - “Protesto marca abertura da USP Leste”, ROBERTO DE OLIVEIRA da Revista da Folha

A abertura ontem do novo campus da USP na zona leste da capital paulista, com as presenças do governador Geraldo Alckmin e do prefeito José Serra, foi marcada por um protesto de cerca de cem pessoas. Com faixas e cartazes, eles pediram cotas para estudantes da região, além de asfalto e regularização de terrenos.

"Um, dois, três, quatro, cinco seis, se a USP é do povo por que só tem burguês?", gritavam, abafando o discurso de abertura feito por João Carlos de Souza Meirelles, secretário estadual de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo.

"Saúdam o povo, não os políticos", diziam os estudantes ligados à ONG Educafro, que organiza cursos pré-vestibulares comunitários e reivindica cotas nas universidades estaduais paulistas. "Queremos medicina, direito, engenharia", disse Narciso Portela, 24, coordenador da Educafro Leste-Penha. O estatuto da USP proíbe que uma mesma cidade tenha dois cursos iguais.

"Se escolheram a zona leste para desmistificar uma universidade tida como elitista, por que não reservaram no mínimo 80% das vagas para os seus moradores?", perguntava Greici Kelly Maia, 17. Segundo a PM, cerca de mil pessoas participaram do evento.

"Se Mário Covas estivesse aqui, iria falar dos espíritos de porco que estão sempre presentes em todas as inaugurações", criticou Serra. Acabou aplaudido.

A poeira baixou no discurso de Alckmin. "Homenageando Milton Nascimento, a universidade deve ir aonde o povo está. Aqui vivem 4,5 milhões de pessoas."

Dos 1.020 alunos aprovados para os cursos da nova unidade, 39% possuem renda familiar abaixo de R\$ 1.500; 47% cursaram o ensino médio em escola pública, 21% são negros e 31% moram na zona leste, segundo Alckmin.

Ele prometeu reforçar a segurança do local, além de fazer uma parceira com a prefeitura para melhorar as condições de acesso.

A USP Leste abrigará a Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), com dez novos cursos: gestão ambiental, sistemas de informação, gestão de políticas públicas, marketing, licenciatura em ciências da natureza, lazer e turismo, tecnologia têxtil e da indumentária, ciências da atividade física, gerontologia e obstetrícia.

Adolpho José Melfi, reitor da USP, disse que os "cursos são inovadores e com grande oportunidade de trabalho". Quanto à principal queixa dos manifestantes, foi enfático: "o importante é ampliar vagas, mas o critério continuará sendo o do mérito".

[T33B3] 18/03/2005 - 10h25 - “Estudantes pedem reserva de vagas nas universidades federais”, da Folha Online

Mais de dois mil estudantes, segundo estimativas da polícia, participaram ontem na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, de um protesto que pediu a aprovação na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei nº 2.637, que reserva 50% das vagas nas universidades federais para estudantes oriundos das escolas públicas.

Após a marcha, uma comissão da Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) entregou ao ministro da Educação, Tarso Genro, propostas com o objetivo de aperfeiçoar o texto da reforma do ensino superior.

A passeata terminou em frente ao Congresso Nacional, onde os secundaristas gritaram palavras de ordem em defesa da democratização do acesso às universidades públicas. Uma comissão com 11 representantes de movimentos estudantis municipais e estaduais liderados pelo presidente da Ubes, Marcelo Gavião, foi recebida na Câmara dos Deputados pelo presidente da Casa, Severino Cavalcanti.

A comissão pediu ao deputado rapidez na votação da matéria que tramita, em regime de urgência, na Câmara, e que reserva vagas em universidades para estudantes de escolas públicas. Gavião disse a Severino que a aprovação do projeto será a maior vitória conquistada pelos estudantes na história brasileira.

O presidente da Câmara garantiu apoio à aprovação do projeto de lei e prometeu que o texto será votado na terça-feira (22), mas com restrição às cotas para negros e índios. Para Severino Cavalcanti, as cotas respaldam uma discriminação que ele diz não tolerar de forma alguma.

Documento

Na reunião com representantes do MEC, o presidente da Ubes entregou ao ministro Tarso Genro um documento para o aperfeiçoamento do projeto da reforma do ensino superior com propostas de garantia de acesso e manutenção dos estudantes nas universidades federais, o que ocorreria por meio de uma política nacional de assistência estudantil, além de isenção da taxa do vestibular para estudantes egressos de escolas públicas.

O ministro disse que as propostas serão avaliadas pela Comissão Executiva do MEC que trata da reforma. Tarso Genro disse, ainda, que caso as vagas destinadas aos afrodescendentes e indígenas sejam retiradas do projeto que será votado no dia 22, o Executivo continuará a luta para que as cotas sejam garantidas na reforma universitária.

[T34B3] 01/04/2005 - 11h34 - “Projeto de cotas nas federais aguarda regime de urgência na Câmara”, da Folha Online

O projeto que prevê cotas para estudantes das universidades federais oriundos das escolas públicas espera votação na Câmara dos Deputados para entrar em regime de urgência. O requerimento que pede prioridade na votação do Projeto de Lei nº 2.637, que reserva 50% dessas vagas nas universidades federais, está na mesa da presidência da Câmara há mais de 15 dias.

No último dia 17, uma comissão da Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) pediu ao presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP/PE) rapidez na votação da matéria. O presidente da Câmara garantiu apoio à aprovação do projeto.

Segundo a assessoria parlamentar do Ministério da Educação, o projeto ainda aguarda a votação do requerimento da presidência da Casa. Durante o encontro com a comissão da Ubes, Severino disse que é contrário à reserva de cotas para alunos afrodescendentes.

Luta

O ministro Tarso Genro disse que caso as vagas destinadas aos afrodescendentes e indígenas sejam retiradas do projeto, o Executivo continuará a luta para que as cotas sejam garantidas na reforma universitária.

[T35B3] 26/04/2005 - 09h28 - “Faculdades devem ajudar aluno cotista, diz Tarso Genro”, FÁBIO TAKAHASHI da Folha de S. Paulo

O papel de diminuir as eventuais defasagens acadêmicas de alunos cotistas será das universidades, caso a reserva de vagas seja aprovada na reforma universitária. Essa é a posição do ministro da Educação, Tarso Genro.

"A universidade tem de saber aproveitar os alunos da escola pública. Tem de criar mecanismos para educação compensatória, se for o caso, para que isso [a diferença] seja superado", afirmou ontem o ministro à **Folha**, após fazer a conferência inaugural do seminário internacional sobre reforma e avaliação da educação superior, promovido pelo Ministério da Educação. As palestras vão até amanhã, em São Paulo.

A primeira versão do projeto de reforma estipula que metade das vagas do ensino superior federal seja destinada a estudantes oriundos do ensino médio público.

Segundo o Censo da Educação Superior, as universidades federais ofereceram 122 mil das 2 milhões de vagas nos processos seletivos de 2003 (último ano com os números fechados).

O MEC pretende finalizar em junho o projeto de reforma universitária, que depois segue para o Congresso. Antes, outro documento será feito, com base nas sugestões à primeira versão. Um dos pontos atacados foi a cota de 50%.

Para o coordenador de ações afirmativas da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), Marcos Ferraz, a porcentagem foi estipulada com base em "achismo". A Unifesp, segundo ele, estudou por três anos os dados do seu vestibular para estipular em 10% o número de vagas para estudantes do ensino médio público afrodescententes e índios. A diferença entre a nota do último matriculado não-cotista e o último cotista foi de 10% em medicina, o curso mais concorrido.

Segundo Ferraz, o desempenho dos dois perfis de aluno são parecidos, o que indica que foram beneficiados alunos da rede pública com bom preparo acadêmico.

A presidente da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), Ana Lúcia Gazzola, afirma a cota fixa não é o melhor caminho de ação afirmativa. "O ideal seria que o Congresso estabelecesse uma meta de inclusão, e as universidades buscassem meios para atingir isso." Para ela, há outras opções para incluir mais alunos da rede pública, como a expansão de vagas noturnas.

Gazzola avalia que, em cursos concorridos, como medicina, pode haver diferença entre cotistas e não-cotistas, mas afirma que "é papel da universidade trabalhar esse aluno" e que os alunos da rede pública tendem a igualar o desempenho com o passar do curso.

Tarso afirma que os 50% são "um bom indicativo", mas que o número pode mudar se houver consenso. Segundo o ministro, as cotas serão desnecessárias com um ensino médio público de bom nível, o que ele espera acontecerá com o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) --a proposta deve chegar ao Congresso no mês que vem e pode entrar em vigor em 2006.

Troca da dívida

Tarso disse ontem que até novembro deverá estar finalizado o projeto que propõe que parte do pagamento da dívida externa seja destinada à educação. Hoje, ele vai convidar o ministro da Educação do Uruguai, Jorge Brovetto, a participar da negociação. Já estão estudando o assunto, além do Brasil, Argentina e Espanha.